

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Thiago Jeremias Baptista**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DOS  
INVESTIMENTOS CHINESES NO  
PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO  
ECONÔMICA DO TERRITÓRIO  
FLUMINENSE ENTRE OS ANOS 2010 E  
2018**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Rio de Janeiro  
Agosto de 2020



**Thiago Jeremias Baptista**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DOS  
INVESTIMENTOS CHINESES NO  
PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO  
ECONÔMICA DO TERRITÓRIO  
FLUMINENSE ENTRE OS ANOS 2010 E  
2018**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. Aprovada pela comissão examinadora abaixo:

**Prof. Augusto César Pinheiro da Silva**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

**Prof. Glaucio José Marafon**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio / UERJ

**Prof. Angela Moulin Simões Penalva Santos**

UERJ

**Prof. Miguel Angelo Campos Ribeiro**

UERJ

**Prof. Eduardo Sol Oliveira da Silva**

UNIFA

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Thiago Jeremias Baptista**

Graduou-se em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui Especialização em História das Relações Internacionais e Especialização em Dinâmica Urbano-Ambientais e Gestão de Territórios, assim como Mestrado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolve trabalhos acadêmicos relacionados as áreas de Geografia e História das Relações Internacionais, assim como materiais didáticos na área de ensino de Geografia. Atualmente, ocupa o cargo de Professor de Geografia na rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro e do município de Itaguaí e atua como Mediador a Distância no Curso de Licenciatura em Geografia do Consórcio Cederj.

#### Ficha Catalográfica

Baptista, Thiago Jeremias

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE ENTRE OS ANOS 2010 E 2018 / Thiago Jeremias Baptista ; orientador: Augusto César Pinheiro da Silva. – 2020.

393 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente - Teses. 2. Territorialização. 3. Investimentos chineses. 4. Território fluminense. 5. China. I. Silva, Augusto César Pinheiro da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Dedico esta tese de doutorado em Geografia, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, aos meus familiares, especialmente, a minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), sobretudo, pelo apoio e incentivo contínuos aos estudos. Ademais, exponho aqui meus sinceros agradecimentos aos meus irmãos e a minha sobrinha, que de maneira compreensiva, contribuíram para a caminhada que constitui minha trajetória. Estendo esta dedicatória à minha namorada, cujo companheirismo e compreensão foram tanto relevantes quanto fundamentais durante o processo de doutoramento, assim como aos amigos que, pacientemente, sempre se mostraram dispostos a ouvir algumas considerações sobre as trilhas da pesquisa. Devo assinalar aqui que, dedico este trabalho aos meus alunos, pois ao seu modo eles contribuíram para estimular o meu aprimoramento profissional, intelectual e acadêmico; assim como à comunidade científica, dados esforços empreendidos no sentido de preencher possíveis lacunas e estimular novas reflexões às agendas de estudos que se inclinam tanto em compreender o território fluminense e o desenvolvimento chinês, quanto as reestruturações que o sistema capitalista realiza na produção do espaço e na dinâmica dos territórios.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado em Geografia, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), resulta de uma gama de contribuições teóricas auferidas através do levantamento bibliográfico cujo item referências não permite o esquecimento das obras ao qual devo a construção e a condução das minhas reflexões. Ademais, como esta pesquisa é resultado de um conjunto de esforços somam-se aos agradecimentos direcionados aos autores das diferentes publicações, que contribuíram para minhas reflexões, os meus sinceros agradecimentos às contribuições provenientes das reflexões realizadas ao longo das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, assim como aos participantes das reuniões semanais realizadas no Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), coordenado pelo Prof. Dr. Glaucio José Marafon.

Ademais, meus agradecimentos se voltam aqueles que realizaram a leitura crítica dos primeiros ensaios que culminariam na construção desta tese. Nesse sentido exponho meus agradecimentos tanto ao Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva e ao Prof. Dr. João Rua do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, assim como estendo meus agradecimentos as críticas realizadas tanto pela Profa. Dra. Angela M. Penalva Santos quanto pelo Prof. Dr. Miguel Angelo Ribeiro na oportunidade que tive de apresentar-lhes as trilhas da pesquisa durante o exame de qualificação deste doutoramento, haja vista que na ocasião pude absorver as contribuições da ampla experiência que possuem enquanto pesquisadores cuja agenda investigativa tem contemplado o território fluminense por algumas décadas.

No que concerne aos pesquisadores cuja agenda de trabalho contempla o território fluminense, devo assinalar que direciono os meus agradecimentos ao estimado Prof. Dr. Glaucio José Marafon, tanto pelo incentivo contínuo na pesquisa, quanto pelo compartilhamento da sua experiência e pela sua práxis, que não apenas nos impulsiona como nos faz vislumbrar novos horizontes e possibilidades de continuidade na trajetória acadêmica. Agradeço aos professores

do Curso de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, pelos conhecimentos transmitidos e que me proporcionaram uma excelente formação, bem como aos estudantes do mesmo programa que compartilharam seus conhecimentos ao longo do curso, pois através de suas considerações nas aulas estes contribuíram, significativamente, para o nosso processo de formação promovendo tanto a ampliação das reflexões ao longo do curso, quanto uma formação com visão interdisciplinar.

Ademais, não posso deixar de registrar aqui, meus agradecimentos ao Prof. Dr. Elton Simões Gonçalves pelo auxílio na confecção dos mapas presentes nesta pesquisa. Outrossim, estendo meus agradecimentos ao Professor Alex de Oliveira Batista e às Professoras Karine S. da Silva, Joice da S. Pedro Oliveira, Daniele F. Ellias e Luciana de O. Alves pela ajuda nas revisões do resumo, assim como no auxílio para apresentar o resumo em outro idioma.

Devo agradecer ainda, aos entrevistados que concederam disponibilidade em meio às suas agendas e muito contribuíram com esta pesquisa quando se dispuseram para realização das entrevistas. Nesse sentido, assinalo que sou grato aos professores que me concederam disponibilidade para realizar as entrevistas e sugestões para a realização da pesquisa dada experiência com o tema, assim como aos demais entrevistados que me permitiram compreender alguns aspectos relacionados aos investimentos chineses no território fluminense.

Há que se ressaltar aqui, que os meus agradecimentos ainda se voltam aos meus familiares. Nesse sentido, assinalo meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Ranuzia Jeremias Baptista e Trifonio Baptista (*in memoriam*) que foram basilares para meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Assim como agradeço aos meus irmãos, Edna Jeremias Baptista da Silva e Claudio Jorge Jeremias Baptista, assim como à minha sobrinha Thamyres Jeremias Baptista pelo apoio concedido durante o período do doutoramento.

Ademais, estendo os meus sinceros agradecimentos a minha namorada Carolina A. Rodrigues Silva pelo apoio e palavras de incentivo que me motivaram tanto nos períodos de dificuldades, quanto nos momentos de dedicação para a elaboração desta tese. Aproveito a oportunidade para agradecer aos meus alunos que, ao seu modo, me incentivaram na continuidade da trajetória acadêmica,

contribuindo assim para a manutenção do empenho pessoal na busca pela qualificação profissional para ampliar as contribuições nos diálogos travados em sala de aula.

Assinalo ainda, meus agradecimentos aos Professores de Geografia e amigos Flamarion dos S. Ismirim e Victor Tinoco de Souza que estimularam as reflexões empreendidas nesta tese quando não somente indagavam sobre o andamento da mesma, mas me permitiam apresentar algumas das ideias que se encontram textualmente expostas. Outrossim, ponho em tela, meus sinceros agradecimentos aos pesquisadores Pedro Augusto A. da Fonseca, mestrando em Ciência Política pela UFPE, e Samuel Spellmann, mestre em Relações Internacionais pela UEPB, que ao ouvirem as trilhas traçadas por este estudo no evento 3º Seminário Pesquisar China Contemporânea, gentilmente, compartilharam algumas informações relevantes ao desenvolvimento de uma seção deste trabalho de doutoramento. Ademais, há que se registrar aqui meus agradecimentos à CAPES, haja vista que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Baptista, Thiago Jeremias; Silva, Augusto César Pinheiro da. **A TERRITORIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE ENTRE OS ANOS 2010 E 2018**. Rio de Janeiro, 2020. 393p. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como tema central para a realização de suas análises a territorialização dos investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense. A fim de alcançar os objetivos e os questionamentos que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa, a sua condução foi realizada a partir da metodologia quali-quantitativa. A adoção de procedimentos metodológicos mistos permitiu evidenciar o processo de abertura econômica da República Popular da China aos investimentos externos diretos e analisar a trajetória do país asiático à condição de investidor internacional, bem como considerar a geografia dos investimentos externos diretos chineses e a inserção do Brasil enquanto país receptor dos investimentos chineses. Ademais, foi possível apresentar a abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos e evidenciar que as relações econômicas sino-brasileiras não foram marcadas somente pela ampliação do intercâmbio comercial, mas assistiram à passagem para uma nova fase dado influxo de investimentos chineses no território brasileiro no curso das primeiras décadas do século XXI. À medida que a pesquisa alcança o recorte espacial conformado pelo estado do Rio de Janeiro, suas análises evidenciam tanto o processo de reestruturação econômica do território fluminense, quanto os desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no curso desse processo, de modo que a principal contribuição da pesquisa em tela ascende quando suas análises se voltam à compreensão da territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018.

## Palavras-chave

Territorialização; investimentos chineses; território fluminense; China.

## Abstract

Baptista, Thiago Jeremias; Silva, Augusto César Pinheiro da. **THE TERRITORIALIZATION OF CHINESE INVESTMENTS IN THE ECONOMIC RESTRUCTURING PROCESS OF THE FLUMINENSE TERRITORY BETWEEN 2010 AND 2018**. Rio de Janeiro, 2020. 393p. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis has as its main theme, for carrying out its analyzes, the territorialization of chinese investments during the process of economic restructuring of the fluminense territory. In order to achieve the goals and questions that guide the development of this research, its conduct was carried out using the qualitative and quantitative methodologies. The use of mixed methodological procedures made it possible to highlight the process of economic opening of the China Popular Republic to foreign direct investments and to analyze the trajectory of the Asian country to the condition of an international investor, as well as to consider the geography of Chinese foreign direct investments and the insertion of Brazil as a receiver of Chinese investments. In addition, it was possible to present the economic opening of Brazilian territory to the influx of foreign direct investments and to show that Sino-Brazilian economic relations were not marked by the expansion of the trade alone, but they also witnessed the transition to a new phase due to the influx of Chinese investments in Brazilian territory during the first decades of the 21<sup>st</sup> century. As the research reaches the spatial profile shaped by the State of Rio de Janeiro, its analyzes show both the process of economic restructuring of the fluminense territory, as the unfolding of Sino-Brazilian economic relations during this process, in a way that the main contribution of this research rises when its analyzes focus on the understanding of the territorialization of Chinese investments in the economic restructuring process of the fluminense territory between 2010 and 2018.

## Keywords

Territorialization; chinese investments; fluminense territory; China.

## Sumário

1. Introdução	22
2. A trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional	78
2.1 O renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China	79
2.2 O processo de abertura econômica da República Popular da China	96
2.3 A emergência da República Popular da China como investidor internacional	124
2.4 A geografia dos investimentos externos diretos da República Popular da China	135
3. A trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro a partir da última década do século XX e os investimentos chineses no Brasil nas primeiras décadas do século XXI	167
3.1 A trajetória dos investimentos externos no território brasileiro: da virada neoliberal à internacionalização econômica do território nas primeiras décadas do século XXI	168
3.2 As relações econômicas sino-brasileiras: da intensificação do intercâmbio comercial ao aumento do influxo de investimentos chineses no território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI	190
3.3 Os investimentos chineses no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018	216

4. A territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense	249
4.1 O território fluminense e a sua trajetória de perdas entre as décadas de 1930 e 1990	250
4.2 O processo de reestruturação econômica do território fluminense entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI	262
4.3 Desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante as primeiras décadas do século XXI	282
4.4 A territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018	295
5. Considerações finais	351
6. Referências bibliográficas	363

## Lista de ilustrações

### Figuras

Figura 1 - A constelação geográfica de conceitos de Rogério Haesbaert	58
Figura 2 - Edifício onde está localizado o escritório da SDC do Brasil, filiada à empresa chinesa China Communications Construction Company no município do Rio de Janeiro	313
Figura 3 - Escritório do China Construction Bank - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro	317
Figura 4 - Escritório do Bank of China - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro	318
Figura 5 – Escritório da empresa Kerui - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro	320
Figura 6 - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí	322
Figura 7 - Sede da State Grid Brazil Holding – Centro, Rio de Janeiro	324
Figura 8 - Projetos ativos de linhas de transmissão de energia elétrica da State Grid Brazil Holding S.A. no território brasileiro	326
Figura 9 - Terminal Rio XRTE, em Paracambi	329
Figura 10 - Torres estaiada e autoportante utilizadas pelo Sistema de Transmissão Xingu-Rio realizado pela State Grid Brazil Holding nos municípios de Valença e Barra do Piraí	330
Figura 11 - Prédio onde está localizado o escritório da Repsol Sinopec Brasil	341
Figura 12 - Prédio onde está localizado o escritório da Sinochem, Rio de Janeiro	343

## Gráficos

Gráfico 1 - Participação no produto interno bruto mundial, em 1820	82
Gráfico 2 - Participação no produto interno bruto mundial, em 1950	82
Gráfico 3 - Participação das economias desenvolvidas, economias emergentes e em desenvolvimento e da República Popular da China no produto interno bruto do mundo (%), em 2017	86
Gráfico 4 - Crescimento do PIB da Ásia Oriental, do Mundo e da República Popular da China (%): 1980-2018	87
Gráfico 5 - Crescimento do PIB da República Popular da China: 1980-2018	88
Gráfico 6 - Participação das regiões e da República Popular da China nas exportações de mercadorias do mundo (%), entre os anos 1973-2018	90
Gráfico 7 - Participação das regiões e da República Popular da China nas importações de mercadorias do mundo (%), entre os anos 1973-2018	90
Gráfico 8 - Fluxos de entrada de investimentos externos diretos nos países: 1970-2018	91
Gráfico 9 - Distribuição dos fluxos de investimentos externos diretos no mundo por regiões, em 1995 (%)	92
Gráfico 10 - Distribuição dos fluxos de investimentos externos diretos no mundo por regiões, em 2018 (%)	92
Gráfico 11 - Investimentos externos diretos na Ásia Oriental e na República Popular da China, em 2018	93
Gráfico 12 - Investimentos externos diretos nas economias em desenvolvimento e na República Popular da China, em 2018	94
Gráfico 13 - Participação da China PIB global (%) entre 1820 e 1950	101

Gráfico 14 - Participação da China no PIB global (%) entre 1973 e 2017	107
Gráfico 15 - República Popular da China: influxos de investimentos externos diretos, 1980-2018	121
Gráfico 16 - Maiores receptores de fluxos de investimentos externos diretos, em 2018	122
Gráfico 17 - República Popular da China: estoques de investimentos externos diretos, 1980-2018	122
Gráfico 18 - Maiores estoques de investimentos externos diretos, em 2018	123
Gráfico 19 - Fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China no exterior: 1980-2018	132
Gráfico 20 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China no exterior: 1980-2018	133
Gráfico 21 - Países com os maiores fluxos de investimentos externos diretos no mundo, em 2018	134
Gráfico 22 - Países com os maiores estoques de investimentos externos diretos no mundo, em 2018	134
Gráfico 23 - Distribuição geográfica dos fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China, em 2005	141
Gráfico 24 - Distribuição geográfica dos estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China, em 2005	142
Gráfico 25 - Distribuição geográfica dos fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China, entre 2010 e 2017	143
Gráfico 26 - Distribuição geográfica dos estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China, entre 2010 e 2017	145
Gráfico 27 - Estoque dos investimentos externos diretos chineses, em 2017	146

Gráfico 28 - Países com os maiores estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na Europa, em 2017	148
Gráfico 29 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na América do Norte, em 2017	149
Gráfico 30 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na Austrália e demais territórios da Oceania, em 2017	150
Gráfico 31 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China em Hong Kong, Macau e demais países asiáticos, em 2017	153
Gráfico 32 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China em países asiáticos, em 2017	153
Gráfico 33 - Os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na África, 2017	156
Gráfico 34 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China nas Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e demais países latino-americanos, em 2017	158
Gráfico 35 - Estoques de investimentos externos diretos chineses em países latino-americanos, em 2017	160
Gráfico 36 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 1990 e 2000	177
Gráfico 37 - Fluxos e estoques de investimentos externos diretos no Brasil, entre 1990 e 2000	178
Gráfico 38 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 1990 e 2010	182
Gráfico 39 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 2010 e 2018	184
Gráfico 40 - Fluxos e estoques de investimentos externos diretos no Brasil, entre 2000 e 2018	185
Gráfico 41 - O Brasil entre os maiores receptores dos fluxos de investimentos externos diretos, em 2018	187

Gráfico 42 - O Brasil entre os maiores estoques de investimentos externos diretos, em 2018	187
Gráfico 43 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 1974-1990	196
Gráfico 44 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 1991-2000	200
Gráfico 45 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 2001 - 2010	207
Gráfico 46 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 2010 - 2019	208
Gráfico 47 - Os principais destinos das exportações brasileiras por regiões do mundo e a participação da República Popular da China (%), entre 2001 e 2019	210
Gráfico 48 - As principais regiões de origem das importações brasileiras e a participação da República Popular da China (%), entre 2001 e 2019	210
Gráfico 49 - Os principais destinos das exportações brasileiras por regiões do mundo e a participação da República Popular da China (%), janeiro - março, 2020	213
Gráfico 50 – As principais regiões de origem das importações brasileiras e a participação da República Popular da China (%), janeiro - março, 2020	213
Gráfico 51 - Brasil: investimentos externos diretos chineses confirmados e número de projetos confirmados por empresas chinesas no território brasileiro, entre 2007 e 2018	224
Gráfico 52 - Principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a China, entre 2003 e 2013	228
Gráfico 53 - Distribuição geográfica dos investimentos chineses confirmados no Brasil, número de projetos (%) por regiões, entre 2007-2018	244

Gráfico 54 - Distribuição geográfica dos investimentos chineses confirmados no Brasil, número de projetos (%) por estados, entre 2007-2018	244
Gráfico 55 - Participação do território fluminense no PIB nacional entre 1939 e 1995	260
Gráfico 56 - Participação do território fluminense no PIB nacional entre 1939 e 2017	266
Gráfico 57 - Estado Rio de Janeiro: PIB e participação relativa na economia brasileira, entre 1995 e 2017	268
Gráfico 58 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico no PIB do estado do Rio de Janeiro, entre 1995-2017	269
Gráfico 59 - Participação da atividade industrial no PIB do estado do Rio de Janeiro, entre 1995 e 2017	272
Gráfico 60 - Estado do Rio de Janeiro: participação da Região Metropolitana e do interior fluminense no PIB, entre 1995 e 2017	277
Gráfico 61 - Estado do Rio de Janeiro: participação das regiões de governo no PIB, entre 1999 e 2017	281
Gráfico 62 - Estado do Rio de Janeiro: participação nas exportações brasileiras, entre 2000 e 2019	286
Gráfico 63 - Estado do Rio de Janeiro: participação nas importações brasileiras, entre 2000 e 2019	286
Gráfico 64 - Estado do Rio de Janeiro: exportações e importações, corrente e saldo comercial, entre 2000 e 2019	287
Gráfico 65 - Modo de entrada dos projetos contemplados por investimentos chineses no território fluminense, entre 2010 e 2018	300
Gráfico 66 - Distribuição dos investimentos chineses no território fluminense por determinantes, entre 2010 e 2018	301
Gráfico 67 - Investimentos chineses no território fluminense por estrutura da propriedade, entre 2010 e 2018	302

Gráfico 68 - Investimentos chineses no setor de petróleo e gás e em outros setores no território fluminense, entre 2010 e 2018	337
--	-----

## **Mapas**

Mapa 1 - República Popular da China: organização territorial	97
Mapa 2 - República Popular da China: Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	115
Mapa 3 - Os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses em países selecionados da América Latina, em 2017	159
Mapa 4 - Principais setores receptores dos investimentos externos diretos chineses por regiões do mundo	162
Mapa 5 - Unidades Federativas receptoras de investimentos chineses confirmados entre 2007- 2018	242
Mapa 6 - Brasil: regiões contempladas por investimentos chineses confirmados entre 2007- 2018	245
Mapa 7 - Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo	250
Mapa 8 - Estado do Rio de Janeiro: região metropolitana e as regiões de governo que conformam o interior fluminense	274
Mapa 9 - Território fluminense: municípios receptores de investimentos chineses	349

## **Quadros**

Quadro 1 - Informações gerais sobre o Sistema de Transmissão Xingu-Rio	328
Quadro 2 - Investimentos chineses confirmados no território fluminense, entre os anos 2010 e 2018 (empresas, valores, setores, projetos e municípios receptores)	348

## Tabelas

Tabela 1 - Distribuição geográfica dos investimentos externos diretos da República Popular da China acumulados em diferentes regiões, entre 1949-2001 (%)	139
Tabela 2 - Brasil: fluxos e estoques de investimentos externos, entre 1990 e 2018	188
Tabela 3 - Principais produtos exportados à República Popular da China: janeiro a março de 2020	211
Tabela 4 - Principais produtos importados da República Popular da China: janeiro a março de 2020	212
Tabela 5 - Brasil: investimentos externos diretos chineses e nº de projetos confirmados realizados por empresas chinesas no território brasileiro, entre 2007 e 2018	215
Tabela 6 - Investimentos chineses confirmados no território brasileiro: projetos selecionados entre os anos 2010 e 2018	241
Tabela 7 - Exportações do estado do Rio de Janeiro, por setor, em 2018	288
Tabela 8 - Importações do estado do Rio de Janeiro, por setor, em 2018	289
Tabela 9 - Exportações do estado do Rio de Janeiro para a República Popular da China, entre 2010 e 2018	291
Tabela 10 - Importações do estado do Rio de Janeiro para a República Popular da China, entre 2010 e 2018	292
Tabela 11 - Investimentos chineses confirmados no território fluminense: 2010-2018	294
Tabela 12 - Investimentos chineses no território fluminense, entre 2010 e 2018	297

## **Abreviaturas e siglas**

CCCC - China Communications Construction Company

CEBC - Conselho Empresarial Brasil-China

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED - Investimento Externo Direto

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IMF - International Monetary Fund

MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

MOFCOM - Ministério do Comércio da China

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NEGEF - Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RPC - República Popular da China

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

WTO - World Trade Organization

São muitas as motivações de um pesquisador. Mas o fundamental é ter confiança na própria imaginação e saber usá-la.

Celso Furtado, O capitalismo global

# 1 Introdução

Esta tese de doutorado tem como tema central o aporte de investimentos externos diretos chineses no território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018. A opção para a realização dessa pesquisa justifica-se, sobretudo, pelo fato de identificarmos poucos trabalhos elaborados sob o prisma geográfico acerca da participação dos investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense nas primeiras décadas do século XXI.

Ademais, compreendemos que a pesquisa em tela tem sua relevância porque entre as contribuições advindas dos estudos que contemplaram as relações sino-brasileiras, e nos subsidiaram enquanto referencial teórico, se constituíram enquanto trabalhos cujos objetivos das análises acerca das referidas relações se inclinaram à compreensão de outros temas o que, por conseguinte, não somente se constituiu enquanto motivação para o desenvolvimento dessa pesquisa ao deixarem algumas lacunas possíveis de serem investigadas, mas viabilizou a possibilidade de concedermos uma contribuição. Entendemos que esta contribuição emerge à medida que os esforços empreendidos em nossa investigação se voltam, mais especificamente, à análise da territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Diante ao exposto, há que se destacar que nas últimas décadas ocorreu uma expressiva projeção da República Popular da China na economia mundial, ao passo de muitos estudos evidenciarem que o processo de desenvolvimento do país asiático foi um dos acontecimentos históricos mais importantes entre o final do século XX e o início do século XXI. Todavia, durante o processo de realização dessa pesquisa foi possível compreender que, apesar de haver algumas investigações acerca dessa temática, não são muitas as pesquisas cujo foco principal das análises se volta, sobretudo, à compreensão do processo de ampliação dos investimentos chineses no território brasileiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Nesta pesquisa, compreende-se que o processo de ascensão da China<sup>1</sup> na economia mundial ocorreu devido à trajetória de crescimento econômico experimentada após a realização do programa reformista que conduziu à passagem de uma economia centralmente planejada para um ambiente em que os mecanismos de mercado tiveram maior ingerência na realização da abertura econômica do país. Este processo não somente viabilizou a ampliação da participação chinesa no comércio mundial, mas contribuiu para a projeção do país asiático à condição de um dos maiores receptores de investimentos externos, assim como para sua emergência enquanto uma das maiores fontes de investimentos internacionais. Com efeito, esses fatores contribuíram para que aquele país exercesse uma posição de liderança no renascimento econômico da Ásia Oriental.

Na perspectiva de Harvey (2014), o resultado daqueles processos foi a construção de um tipo específico de economia que incorporou elementos de mercado com o controle centralizado. Ademais, é possível compreender que a República Popular da China saiu de uma condição periférica e passou a ocupar uma posição central no sistema econômico internacional, alterando geograficamente o centro do processo de acumulação capitalista no mundo, conforme assinalam Vadell; Ramos; Neves (2016).

Todavia, não há como desconsiderar a trilha aberta pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2013b) ao assinalar que, a despeito da retórica socialista do regime realizado no país asiático, o que estaria em curso compreenderia um novo ciclo capitalista capitaneado pela Ásia Oriental. Às considerações sob a perspectiva geográfica acerca desse processo, somam-se as reflexões traçadas por Pedro P. Geiger que não nos permite olvidar que a atual política da China compartilha, com os históricos países do centro capitalista, o desenvolvimento da globalização e conta com densa participação nos intercâmbios internacionais de comércio e investimento, de modo que “a China vê sua participação na globalização como uma condição para o seu próprio desenvolvimento econômico e social que, no seu

---

<sup>1</sup> Há que se pontuar aqui, que quando utilizarmos o termo China neste estudo, estaremos nos referindo à República Popular da China. Este procedimento teórico-metodológico deve-se a distinção entre o aludido país e à República da China (Taiwan), cuja perspectiva daquela República Popular esta última, ou seja, Taiwan, conformaria parte de seu território.

dizer, a conduziria para uma economia de mercado socialista” (GEIGER, 2012, p. 207).

Em decorrência da complexidade desse processo e, sobretudo, das suas implicações na produção do espaço geográfico mundial, cresceram as exigências em compreender tanto os aspectos entorno da projeção chinesa na política internacional, quanto os fatores relacionados à ascensão econômica do país asiático que se tornou um membro fundamental do sistema interestatal capitalista, haja vista sua posição enquanto maior país exportador e segundo maior importador mundial, assim como sua projeção à condição de segunda maior economia mundial e segundo maior investidor internacional. Isso posto, não há como deixar de convergir com um apontamento feito por Girado (2015), quando ao traçar suas considerações acerca das implicações globais da China revelou que a relevância do país asiático tem um grau de impacto tão amplo que, em sua perspectiva, praticamente, não há uma economia imune às consequências de suas decisões, sobretudo, aquelas que relacionam a economia chinesa diretamente com o mundo como, por exemplo, o comércio e os investimentos, de modo que as determinações tomadas pelo país asiático impactam o comércio exterior e o regime de investimentos, assim como implicam em estreitas consequências nas relações financeiras realizadas em escala global.

Com efeito, considerado por muitos estudiosos enquanto um dos importantes fatos históricos de nossa época, o processo de desenvolvimento chinês se tornou o objeto de estudo para muitos pesquisadores, havendo com isso uma vasta literatura sobre os principais fatores que contribuíram para a trajetória de crescimento da segunda maior economia mundial. Todavia, se por um lado nota-se que a literatura evidencia o alcance interno do desenvolvimento do país asiático a partir da conjugação do controle político exercido pelo Partido Comunista da China com um processo de modernização econômica marcado pela realização de investimentos em capitais fixos e acompanhado pela melhoria das condições de vida e do poder de consumo da sociedade chinesa; por outro lado, pode-se observar que muitos estudos evidenciam o alcance externo do crescimento econômico da República Popular da China, tanto a partir dos temas compreendidos pela sua participação no sistema internacional, pela realização da

ampliação orçamentária no setor de defesa e pela entrada do renminbi na cesta de moedas internacionais, quanto através de análises que se voltam à compreender o impulsionamento que o país realizou no comércio mundial e, sobretudo, o processo de expansão dos investimentos chineses em diferentes regiões do mundo<sup>2</sup>.

Ademais, nota-se que diante da necessidade de se encontrar respostas sobre as implicações dos processos decorrentes da vertiginosa ascensão econômica chinesa, ocorreu um aumento do número de perspectivas e projeções sobre a trajetória de desenvolvimento daquele país asiático, assim como a realização de estudos por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico que problematizam o processo de (re)emergência chinesa e debates que procuram compreender a ascensão geopolítica da República Popular da China (JENKINS, 2015; OLIVEIRA, 2017; LIMA, 2018; XING; SHAW, 2018). Apesar da distância geográfica e das diferenças histórico-culturais entre a China e a América Latina, é possível observar que esses fatores não limitaram a realização de investigações por pesquisadores latino-americanos que se dedicam a compreender as estratégias políticas e econômicas adotadas pelo país asiático que não somente se tornou um dos principais mercados das exportações dos países latino-americanos, mas que se transformou em uma das principais fontes de inversões na América Latina (CINTRA, 2013; PETERS, 2013; SEVARES, 2015; JAGUARIBE; 2018; RODRIGUES; HENDLER, 2018; CORRÊA, 2015; NOVAK; NAHIMAS, 2017; 2019; VASQUÉZ, 2019).

A partir do levantamento bibliográfico sobre relações sino-latino-americanas foi possível identificar que, apesar da distância geográfica entre aquele país asiático e o Brasil, nas últimas duas décadas a República Popular da China não apenas intensificou suas relações bilaterais com o maior país latino-americano, mas se tornou tanto o principal parceiro comercial da economia brasileira e se projetou enquanto um novo investidor externo no território

---

<sup>2</sup> Acerca de alguns estudos que contemplam questões relacionados ao alcance externo da China sob diferentes perspectiva ver, por exemplo, Fiori (2008), Medeiros (1999; 2008a; 2008b), Gonçalves (2010), Lyrio (2010), Shambaugh (2013), Alves (2014b), Pecequilo; Carmo (2015); Paulino; Pires (2016), Girado (2017), Jabbour; De Paula (2017), Uehara (2017), Fonseca; Alves; Lima (2018), Farlie; Queija; Herreira (2018); Martins (2018a; 2018b), Rodrigues; Hendler (2018) e Wang; Gao (2018).

nacional. Com efeito, a intensificação das relações sino-brasileiras contribuiu para a ampliação da realização de pesquisas por estudiosos que se inclinaram em compreender as diferentes implicações da consolidação da economia chinesa como maior fornecedor das importações brasileiras e o maior destino das exportações do país. Todavia, como além da ampliação do intercâmbio comercial sino-brasileiro assistiu-se ao processo de ampliação do influxo de inversões chinesas no país, é possível identificar que, mais recentemente, emergiram algumas pesquisas e publicações acerca do aumento dos investimentos externos diretos chineses no Brasil.

A despeito das relações entre o Brasil e a China remontarem o século XIX, o baixo dinamismo do relacionamento entre os dois países e, posteriormente, o rompimento das relações implicaram restrições à cooperação bilateral após a passagem para a segunda metade do século XX. Todavia, depois do restabelecimento das relações sino-brasileiras na passagem para o último quarto de décadas do século XX, os Governos de Brasília e Beijing avançaram no âmbito da cooperação bilateral em diferentes setores e assistiu-se tanto a ampliação da corrente comercial e o intercâmbio de alto nível político internacional, quanto a ampliação dos laços econômicos que se constituíram como um componente essencial para a ampliação da cooperação bilateral em diferentes áreas e para o aumento do aporte de investimentos chineses no território brasileiro no curso das primeiras décadas do século XXI (MINGDE, 2003; BECARD, 2008, 2011; BIATO JUNIOR, 2010; OLIVEIRA, A. 2012; OLIVEIRA, H., 2012; PEREIRA, 2018a; 2018b).

Nesta pesquisa, compreendemos que, a reboque desse processo, as relações econômicas sino-brasileiras se intensificaram e além da participação da economia chinesa como o principal destino das exportações brasileiras e como maior fornecedora das importações realizadas pelo mercado brasileiro, assistimos ao aumento do aporte de investimentos externos diretos chineses no território brasileiro durante as primeiras décadas do século XXI. Apesar de algumas pesquisas sobre o tema terem sido realizadas<sup>3</sup>, foi possível identificar lacunas no

---

<sup>3</sup> Ver Acioly; Pinto; Cintra (2011), Cebc (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019), Oliveira, A. (2012), Colombini Neto (2016), Aguiar (2017) e Silveira (2018).

que concerne às investigações sobre os investimentos chineses na economia brasileira que, sobretudo, estão relacionadas às dificuldades para o monitoramento dessas inversões no país e a divergência dos dados entre as fontes oficiais e independentes, conforme revelam Oliveira, A. (2012), Cebc (2013; 2019), Macedo; Spniola (2015), Kupfer; Rocha (2018) e Silveira (2018) ao se debruçarem sobre diferentes perspectivas acerca do tema investimentos chineses no Brasil.

Diante ao exposto, não há como olvidar um apontamento realizado por Silveira (2018, p. 27) quando, ao traçar as considerações introdutórias que apresentam o tema de uma pesquisa exploratória sobre os investimentos chineses em projetos de infraestrutura energética no território brasileiro, assinalou que “as fontes que ressaltam as iniciativas das empresas estatais chinesas no Brasil para o setor de energia referem-se a jornais, sites e revistas especializadas no setor”, pondo em tela que “junto ao Governo Federal do Brasil não há nenhum órgão ou departamento dedicado a esta temática de inserção internacional de empresas estrangeiras” (SILVEIRA, 2018, p. 27). Outrossim, não há como deixar de elencar em nossas considerações introdutórias que somam-se àquela observação o apontamento traçado pelo Conselho Empresarial Brasil-China, quando evidencia que as informações divulgadas em sua publicação sobre investimentos chineses no país, tratam de uma amostra geral acerca dessas transações, sobretudo, pelo fato de “que não há um monitoramento abrangente o suficiente que garanta uma base de dados completa em relação aos investimentos chineses no Brasil, seja por parte do Estado brasileiro ou de outras instituições [...]” (CEBC, 2019, p. 5).

Ademais, cabe pontuar que tal como elencado por aquelas referências, o levantamento bibliográfico para a realização dessa pesquisa permitiu compreender que as limitações acerca dos dados sobre as inversões chinesas no território brasileiro já vinham sendo assinaladas tanto por Oliveira, A. (2012), ao realizar sua pesquisa exploratória-descritiva sobre os investimentos diretos realizados por empresas chinesas no Brasil, assim como por aquele referido Conselho Empresarial que, em uma de suas publicações<sup>4</sup> sobre investimentos chineses no Brasil, revelou as dificuldades para se trabalhar com dados primários sobre

---

<sup>4</sup> Ver Cebc (2013).

investimentos chineses no exterior. Com efeito, é possível compreender a permanência dessas dificuldades mais recentemente, sobretudo, quando Kupfer; Rocha (2018) põem em tela as limitações para se fazer um exame detalhado acerca dos investimentos externos diretos chineses no Brasil, assim como quando o Conselho Empresarial Brasil-China mantém seus apontamentos acerca daquelas dificuldades, evidenciando que as informações divulgadas sobre os investimentos chineses no país expõem uma amostra geral acerca dessas inversões no território brasileiro.

Pelo que foi exposto, não somente observa-se os desafios colocados para se trabalhar com o tema por diferentes pesquisadores brasileiros, como compreende-se a relevância da realização desta pesquisa, cabendo destacar que o presente trabalho almeja realizar, sobretudo, mais uma contribuição aos estudos que se inclinam em compreender o processo de inserção do território brasileiro entre as áreas receptoras dos investimentos externos diretos chineses, concedendo como sua maior contribuição uma análise acerca dos projetos resultantes do influxo de investimentos chineses no território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018. Para tanto, nossas análises consideram um conjunto de processos como a liderança chinesa no renascimento econômico da Ásia Oriental, a trajetória de desenvolvimento da República Popular da China à condição de segunda maior economia mundial e a projeção do país asiático enquanto segundo maior investidor internacional. Ademais, a presente pesquisa não olvida o processo de abertura econômica do território ao influxo de investimentos externos entre os anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI, assim como não deixa de considerar a história das relações sino-brasileiras a fim de evidenciar o aporte dos investimentos chineses no território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI.

Diante ao exposto, não há como deixar de assinalar as motivações que orientaram o desenvolvimento dessa pesquisa diante das dificuldades expostas e das críticas que emergiram, assim como diante das publicações precedentes que não apenas se constituíram como de ampla relevância às nossas reflexões, mas permitiram a identificação das possíveis contribuições por parte dessa investigação. Nesse sentido, assinalamos que as principais motivações

compreenderam tanto a possibilidade de alcançar uma investigação original, quanto uma contribuição à medida que a ênfase concedida pela pesquisa em tela realizasse uma análise pela perspectiva geográfica acerca da territorialização dos investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Na pretensão de preencher algumas lacunas acerca do influxo de investimentos externos diretos no território fluminense, nos inclinamos primeiramente em realizar nossas aproximações acerca do desenvolvimento da República Popular da China. Para tanto, o levantamento bibliográfico a partir dos trabalhos de autores como Panikkar (1969), Maddison (2007), Fairbank; Goldman (2008), Kissinger (2011; 2015), Spence (2011), Sheng (2012), Trevisan (2014), Pinent (2015) e Moreno (2018) contribuíram para uma aproximação teórica acerca dos principais aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos da China e para a realização das nossas análises sobre o processo de desenvolvimento do país asiático. Ademais, aos trabalhos referenciados, somaram-se os estudos que realizam o resgate de alguns daqueles aspectos e, posteriormente, concedem ênfase ao processo de emergência chinesa como fazem, por exemplo, Arrighi (2008; 2012), Fiori (2008), Medeiros (2008a, 2008b), Kaplan (2013), Shambaugh (2013).

Procurando compreender o processo de desenvolvimento contemporâneo da República Popular da China, consideramos um conjunto de estudos que concederam ênfase à abertura econômica do país e evidenciaram a transição de um sistema de planificação centralizada para um modelo que progressivamente se apoiou em elementos da economia de mercado, como por exemplo, os trabalhos de Bustelo; Lommen (1996), Oliveira (2006a; 2006b), Cunha; Acioly (2009), Leão (2012), Paulino (2012), Pires (2012), Salvador (2012), Ribeiro (2008; 2013), Haesbaert (2013b) e Harvey (2014). Cumpre pontuar que, também contribuíram para o amadurecimento de nossas reflexões àquelas pesquisas cujo foco evidenciava que as duas principais variáveis para o processo de desenvolvimento econômico da República Popular da China compreenderam a alteração de sua posição no fluxo do comércio internacional e na capacidade de realização de investimentos, conforme revelaram Lyrio (2010), Girado (2017) e Leite (2018).

Ademais, não há como deixar de registrar que se somaram as pesquisas elencadas um conjunto de artigos e publicações cujo item referências não nos permite o esquecimento.

Posto isso, cumpre registrar que apesar do desenvolvimento chinês ter conduzido pesquisadores de diferentes áreas a investigarem o processo de abertura econômica e o aporte do capital estrangeiro no processo de modernização daquele país asiático desde o final do século XX<sup>5</sup>, convergimos com os autores que, analisando esta temática mais recentemente, evidenciam que pouca atenção foi concedida à emergência da República Popular da China como um dos maiores exportadores líquidos de capitais nas primeiras décadas do século XXI<sup>6</sup>.

Todavia, diferentemente da atenção concedida às reformas econômicas e às inversões de capitais estrangeiros que ocorreram na República Popular da China, nos últimos anos ganharam espaço, no meio acadêmico, as reflexões e trabalhos de pesquisa que versam sobre o aumento da presença dos investimentos chineses em diferentes regiões do mundo. A participação do autor desta pesquisa em eventos acadêmicos permitiu compreender que aquelas preocupações se devem tanto ao processo de inserção do país asiático como um investidor internacional, quanto ao crescimento da internacionalização das empresas chinesas através da realização de distintos tipos de operações em diferentes países e regiões. Nesse sentido, contribuíram para nossas reflexões alguns estudos que contemplam a temática do processo de ampliação das inversões chinesas no mundo como, por exemplo, os trabalhos realizados por Oliveira, A. (2012), Cebc (2013), Shambaugh (2013), Alves (2014b), Chen (2018), Gao; Wang (2018) e Vasquez (2019).

Ademais, somam-se aos trabalhos referenciados aqueles estudos cujas inclinações estiveram voltadas, mais especificamente, à presença das inversões chinesas em diferentes regiões do mundo<sup>7</sup>. Acerca do influxo de investimentos

---

<sup>5</sup> Ver Grub; Lin; Xia (1990) e Buttery; Buttery (1990).

<sup>6</sup> Ver Oliveira, A., (2012), Cebc (2011; 2013), Alves (2014b) e Wang; Gao, (2018).

<sup>7</sup> Há que se pontuar aqui, por exemplo, o trabalho de Ma; Overbeek (2018) que evidencia a presença do investimento externo direto chinês na União Europeia. Ademais, cabe pontuar os estudos de Ribeiro (2010; 2013), Gonçalves (2010) e de Domínguez (2018) que trançam

chineses nas regiões constituídas por economias em desenvolvimento, foi possível compreender que a América Latina ocupa uma posição relevante enquanto região que apresenta um dos maiores estoques de investimentos externos diretos chineses. Assim, a partir dos trabalhos que contemplam mais especificamente as relações sino-latino americanas, entende-se que embora os maiores destinos dos investimentos externos chineses estejam em territórios compreendidos por países asiáticos, a América Latina é uma das regiões constituídas por economias em desenvolvimento que assistiu à ampliação da influência econômica provocada pela presença das inversões chinesas em diferentes países nas primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, a partir do levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, foi possível compreender que a República Popular da China inseriu a América Latina dentro dos esquemas de sua diplomacia econômica atuando na realização de projetos de infraestrutura e intensificando as relações econômicas com a região através do aumento da corrente de comércio, da expansão creditícia e da ampliação de suas inversões nos países latino-americanos, tal como revelam, por exemplo, Gonzalez-Vicent (2012), Cintra (2013), Rodríguez (2013), Ellis; Granados (2015), Jenkins (2015), Sevares (2015), Abdenur (2016), Dominguez (2016), Leite; Ramos (2016), Novak; Namihás (2017), Baiyin, (2018), Brutto (2018), Cepal (2018), Ellis (2018), Fonseca; Alves; Lima (2018), Haibin (2018), Menezes et al. (2018), Rodrigues; Hendler (2018), Sipriano (2018), Shoujun; Zheng (2018), Vadel; Neves (2018) e Xiaodai (2018).

Há que se destacar aqui, que se somam àqueles estudos um conjunto de artigos e boletins informativos que, embora considerem o processo de expansão das inversões chinesas na América Latina, abordam, mais especificamente, a temática do aporte dos investimentos chineses no Brasil. Assim, entre os trabalhos que se inclinam a compreender os investimentos chineses no Brasil temos, por exemplo, as pesquisas publicadas periodicamente pelo Cebc (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019), assim como os trabalhos realizados por Colombini

---

considerações sobre a cooperação internacional entre a República Popular da China e os países africanos, evidenciando a presença chinesa no continente através da realização de uma descrição das relações comerciais sino-africanas, dos fluxos financeiros e de investimentos diretos chineses na África.

Neto (2016), Xu (2016), Avendano; Melguizo; Miner (2017), Kupfer; Rocha (2018), Pereira (2018a e 2018b) e Silveira (2018).

A partir do rol de referências elencadas entendemos que a reboque dos principais eixos econômicos que articulam a América Latina e a República Popular da China, assistiu-se uma verossimilhança e proporcionalidade nas relações sino-brasileiras, de modo que o país asiático não apenas se estabeleceu como o principal parceiro comercial da maior economia latino-americana, como se transformou em uma nova fonte de inversões externas no território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI. Assim, o Brasil lidera os vínculos comerciais da região com a República Popular da China e se tornou um espaço estratégico para o capital chinês, ocupando uma posição de destaque entre os Estados receptores dos investimentos externos diretos chineses na América Latina.

Diante ao exposto, é possível compreender que dada ênfase concedida aos recortes espaciais mundiais e regionais, a justificativa, a relevância e a contribuição para a realização da presente tese se revelam à medida que além de evidenciarmos que a República Popular da China realizou a expansão de suas inversões no exterior e ascendeu à condição de segundo maior investidor internacional, apresentamos o processo de reorganização geográfica dos investimentos externos diretos chineses no mundo e a inserção do Brasil enquanto país receptor desses investimentos. Para posteriormente pôr em tela que o país asiático não somente ampliou o intercâmbio comercial junto ao Brasil<sup>8</sup>, mas a partir de uma nova fase nas relações econômicas sino-brasileiras realizou investimentos no território nacional, o que, por conseguinte, nos possibilitou tanto avançar com a identificação do influxo do capital sínico<sup>9</sup> no estado do Rio de Janeiro, quanto alcançar a originalidade da investigação ao analisar a

---

<sup>8</sup> Em 2018, a corrente comercial Brasil-China alcançou US\$ 98,9 bilhões. Com efeito, nesse ano as relações comerciais entre os dois países superaram tanto o ano de 2013, quando a corrente comercial sino-brasileira alcançou US\$ 83 bilhões, quanto os anos que precederam esse novo patamar alcançado pelo comércio bilateral entre as maiores economias da América Latina e da Ásia.

<sup>9</sup> Há que se pontar que, nesta pesquisa, capital sínico se refere ao capital proveniente da República Popular da China. Acerca do termo sínico, podemos compreendê-lo enquanto um termo que se refere à China. Ademais, ver portal eletrônico Dicionário Online de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sinico/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Ademais, cumpre pontuar que para compreender o processo de abertura econômica do território brasileiro entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, nossas reflexões contaram com as contribuições teóricas oferecidas por geógrafos como Becker; Egler (2006), Sposito; Santos (2012) e Silva (2019), de modo que somaram-se às considerações oferecidas pela perspectiva geográfica as contribuições de diferentes autores que versam sobre economia brasileira contemporânea advindas tanto dos trabalhos de Werneck (2014), Castro (2016), Giambagi (2016a, 2016b, 2016c), quanto da publicação realizada por Gremaud; Vanconcellos; Toneto Júnior (2017). Ademais, não há como deixar de registrar aqui a contribuição oferecida por Pereira (1993), Oliveira (2004), Becard (2008), Cervo; Bueno (2011), Simas (2011), Sheng (2012) Changsheng (2013), Gonçalves; Brito (2013), Xu (2016) e Uehara (2017) para nossa compreensão acerca do curso histórico das relações sino-brasileiras.

Outrossim, cumpre assinalar que foram fundamentais para a condução de nossas reflexões acerca do recorte espacial compreendido pelo território fluminense as contribuições advindas dos trabalhos de Santos (2003), Marafon et al. (2005; 2011), Oliveira (2008), Silva (2012) e Ribeiro (2002; 2017; 2018), sendo necessário ressaltar que aos trabalhos elencados até aqui somaram-se um conjunto formado por outras contribuições advindas de livros e artigos que ao versarem sobre o tema contemplado pela pesquisa apresentaram sua influência sobre as nossas reflexões. Todavia, a fim de escapar à uma listagem exaustiva, assinalamos que o item referências não nos permite o esquecimento das diferentes publicações as quais devemos à condução das análises empreendidas neste trabalho de pesquisa.

Há que se destacar que, o interesse para a realização dessa pesquisa emergiu à medida que a trajetória acadêmica do autor foi marcada pela constituição de uma agenda caracterizada pela inclinação de sua perspectiva analítica tanto para a realização de investigações acerca da reestruturação econômica do território fluminense, quanto para a compreensão do aporte de investimentos chineses nesse processo. Assim, o presente trabalho empreende um

exercício de articulação entre o campo dos estudos asiáticos no Brasil<sup>10</sup> e a agenda de pesquisa que toma o estado do Rio de Janeiro como recorte espacial de suas análises.

Posto isso, convém salientar que o entendimento desses processos exigiu, por um lado, uma compreensão ainda que básica acerca da história das relações sino-brasileiras, e por outro lado, uma sensibilidade sobre as mudanças econômicas e produtivas pelas quais passou o território fluminense, especificamente, a partir da década de 1990. A compreensão das mudanças econômicas e produtivas do território fluminense foi gradativamente adquirida pelo autor através da experiência empírica proporcionada tanto pelas migrações pendulares realizadas entre diferentes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quanto através dos deslocamentos entre a porção ocidental da metrópole fluminense e demais regiões do interior do estado, destacadamente, em função da sua atuação como professor de Geografia da rede pública de ensino em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, assim como através dos trabalhos de campo às diferentes regiões de governo do referido estado realizados junto à equipe de pesquisadores que integra o NEGEF e sob a coordenação do Prof. Dr. Glaucio José Marafon.

Assim, no período compreendido entre o ano de 2010 e o momento de escrita deste trabalho, a vivência adquirida a partir dessa experiência enquanto docente da rede pública de ensino, assim como a oportunidade de participar de diferentes trabalhos de campo junto àquela equipe de pesquisadores originou uma inquietação e um exercício reflexivo no que concerne às transformações econômicas identificadas na paisagem e na produção do espaço fluminense sob a égide do sistema capitalista. Isso exigiu a realização de um levantamento de fontes e informações que viabilizaram uma contínua revisão bibliográfica das transformações produtivas que ocorreram no território fluminense, permitindo identificar a existência de uma agenda constituída por profissionais de diferentes instituições de pesquisa, grupos de estudos e universidades que se dedicam em

---

<sup>10</sup> Segundo Oliveira; Masiero (2005) os estudos asiáticos apresentam um sentido muito amplo, compreendendo tanto os temas específicos sobre a Ásia, quanto sobre a comunidade asiática no Brasil, bem como sobre as relações entre esse país e os países daquela região do hemisfério Oriental.

compreender as transformações políticas, sociais e econômicas do território fluminense, destacadamente, entre o final do século XX e o início do século XXI.

A oportunidade de ingressar em cursos de pós-graduação após o processo de formação como licenciado e bacharel em Geografia pela UERJ, viabilizou ao autor deste trabalho a continuidade de sua trajetória acadêmica e do desenvolvimento de pesquisas acerca daquelas temáticas. Assim, o ingresso no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História das Relações Internacionais na mesma universidade contribuiu para que ao interesse do autor sobre aquelas transformações econômicas e produtivas assistidas no território fluminense fosse somado o seu empenho em compreender a conformação do sistema interestatal capitalista, seus diferentes regimes de acumulação e o processo de ressurgimento econômico da Ásia Oriental, região onde ocorre o aumento do exercício de influência política e econômica da República Popular da China (OLIVEIRA, 2006a; ARRIGHI, 2008; 2012; SHAMBAUGH, 2013; GUIMARÃES, 2013; HARVEY, 2014).

Sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida, o trabalho de conclusão do curso de especialização em História das Relações Internacionais se constituiu como a primeira oportunidade de realizar a sistematização de um conjunto de informações e escrever um trabalho monográfico cujas inclinações se voltaram à compreensão sobre “As relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI – parcerias estratégicas e relações bilaterais”. Ademais, como produto daquele trabalho, tem-se a publicação de um artigo em uma revista eletrônica<sup>11</sup>, cujo objetivo consistiu em compreender a evolução das relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI.

No decorrer do processo de formação acadêmica, o ingresso no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, concedeu a oportunidade de identificar o início do processo de influxo de investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro, contribuindo para a realização do

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/135>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

levantamento e da sistematização de referências sobre o aporte de investimentos externos diretos da República Popular da China no Brasil. Cabe-nos aqui assinalar que, como resultado desse exercício analítico deriva o trabalho de conclusão do supracitado curso de especialização ao qual intitulamos de “Novas territorialidades e agentes na reconfiguração econômica do território fluminense no início do século XXI: os investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro”, orientado pelo Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira, assim como a publicação de um artigo em revista eletrônica<sup>12</sup>, onde foi realizada uma análise acerca da distribuição dos investimentos chineses em diferentes escalas e traçadas algumas considerações sobre o processo incipiente de aporte de capitais provenientes do país asiático no território fluminense.

Diante ao exposto, é possível compreender que esses trabalhos de conclusão de curso se constituíram como as primeiras aproximações dos temas abordados pelos estudos asiáticos no Brasil e pela agenda de pesquisa que toma o território fluminense como recorte espacial, contribuindo para os passos iniciais no sentido de realizar o levantamento de fontes, a coleta de dados, a organização de informações e de referenciais teóricos sobre a trajetória das relações entre o Brasil e a República Popular da China. Bem como uma oportunidade de compreender as principais mudanças nas relações econômicas sino-brasileiras, de modo que a realização dessas pesquisas exploratórias viabilizou um aprendizado sobre o aporte de investimentos chineses no território nacional e no estado do Rio de Janeiro. Todavia, dadas limitações desses trabalhos, as suas considerações finais, longe de serem conclusivas, deixaram questionamentos possíveis de serem preenchidos por outras investigações que contemplassem a temática.

No sentido de preencher alguns dos espaços deixados pelos estudos precedentes, a continuidade das pesquisas sobre os temas mencionados foi conduzida através do ingresso no curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ. Esse programa se concentra na área de gestão e estruturação do espaço geográfico, sendo o estudo desenvolvido sob o prisma das disciplinas cursadas na linha de pesquisa globalização, políticas

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1401?lang=fr>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

públicas e reestruturação territorial e orientado pelo Prof. Dr. Glaucio José Marafon, pesquisador cuja experiência como coordenador do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF) viabilizou a realização de análises investigativas e a organização de produções bibliográficas que tomam o território fluminense como objeto de estudo há três décadas. Assim, entre os principais produtos desse curso se destacam a dissertação intitulada “Os investimentos da República Popular da China no estado do Rio de Janeiro: novas territorialidades no processo de reestruturação territorial fluminense no início do século XXI (2010-2013)”<sup>13</sup>, a publicação de um artigo em revista eletrônica<sup>14</sup> e um capítulo de livro<sup>15</sup>, bem como as apresentações de trabalhos e a realização de publicações de artigos nos anais de eventos acadêmicos de abrangência estadual e nacional.

Na dissertação apresentada àquele programa para a obtenção do título de mestre em Geografia, a principal inclinação do trabalho esteve direcionada na busca por uma compreensão mais ampla do processo de reorganização produtiva que embasou a reestruturação do território fluminense após a década de 1990, contribuindo assim com as pesquisas relacionadas à geografia econômica do estado do Rio de Janeiro e enfatizando o influxo de investimentos chineses no território fluminense entre os anos 2010 e 2013. Entendemos que a continuidade da realização de pesquisas sobre esse tema mantém sua importância, entre outros aspectos, pelo fato de após o restabelecimento das relações sino-brasileiras, o primeiro quarto de décadas do século XXI ter se caracterizado não apenas pela intensificação das visitas de alto nível realizadas entre os representantes da República Popular da China e da República Federativa do Brasil, e não somente pelo aumento das relações econômicas sino-brasileiras, resultante da trajetória de crescimento da corrente comercial entre os dois países, mas pela continuidade do aporte de capitais sínicos no país, assim como pelo aumento do número de projetos realizados por empresas chinesas no território nacional. Com efeito,

---

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=10380](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10380)>. Acesso em: 03 set. 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/32067/23052>>. Acesso em: 26 de ago. 2018.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3zhhw>>. Acesso em 26 de ago. 2018.

somam-se às quatro décadas e meia do restabelecimento das relações entre a China e o Brasil, o salto no intercâmbio comercial entre os dois países e a conformação de uma nova fase no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras que se caracteriza pelo aumento do influxo de investimentos chineses no território brasileiro no curso das primeiras décadas do século XXI.

Diante ao exposto, o ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, sob a influência das disciplinas da linha de pesquisa espaço, cotidiano e sustentabilidades da área de concentração geografia e sustentabilidades e sob orientação do Prof. Dr. Glaucio José Marafon, concedeu a oportunidade de continuar a realização de um trabalho que relaciona os estudos asiáticos no Brasil e a agenda de pesquisa que tem o território fluminense como recorte espacial, especificamente, quando o centro de nossas análises consiste em compreender a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense. Nesse sentido, a realização de estudos que abordem as relações econômicas sino-brasileiras e, sobretudo, problematizem a ampliação dos fluxos de investimentos chineses no território nacional nos últimos anos, apresentam sua relevância dado aumento do número de projetos e a ampliação do aporte de investimentos chineses tanto no Brasil, quanto no estado do Rio de Janeiro.

Para se ter dimensão desse processo, cabe assinalar que a partir dos dados disponibilizados pelas diferentes publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, pode-se compreender que durante o período contemplado entre os anos 2007 e 2018, foram confirmados 145 projetos realizados por empresas chinesas no Brasil. Com efeito, esses projetos totalizaram um aporte de, aproximadamente, US\$ 58 bilhões sob a forma de investimentos chineses no território nacional (CEBC, 2019).

Ademais, convém pontuar que, de acordo com os dados disponibilizados pelos estudos realizados pelo Conselho Empresarial Brasil-China, é possível uma compreensão acerca da ampliação do aporte de investimentos chineses no Brasil durante o referido período, à medida que identifica-se que as inversões chinesas no território saltaram de US\$ 434 milhões, em 2007, para US\$ 13,0 bilhões, em 2010. Não obstante ao recuo que ocorreu entre os anos 2011 e 2014, quando esses

investimentos compreenderam o influxo de US\$ 8,0 bilhões, em 2011; US\$ 3,4 bilhões, 2012; US\$ 3,4 bilhões, em 2013 e US\$ 1,7 bilhões, em 2014; nossa compreensão acerca da trajetória de ampliação do influxo de capitais chineses no país se deve tanto ao fato do aporte desses investimentos ser superior ao ano de 2007, quanto pela retomada do aumento dessas inversões a partir de 2015, quando foram confirmados inversões superiores à US\$ 7,4 bilhões, de modo que a continuidade da confirmação de inversões superiores à alguns anos precedentes se manteve, sobretudo, quando os investimentos chineses confirmados no território nacional alcançaram US\$ 8,3 bilhões, em 2016, sendo seguidos pelo aporte de US\$ 8,8 bilhões, em 2017 (CEBC, 2018).

A despeito da instabilidade política interna atravessada no Brasil nos últimos anos, os influxos de investimentos chineses no território acompanharam a tendência de queda apresentada pelo aporte de capitais estrangeiros na economia brasileira, compreendendo assim inversões que alcançaram US\$ 3,0 bilhões, em 2018 (CEBC, 2019). Entretanto, cabe assinalar que apesar de ter ocorrido um recuo das inversões chinesas na economia brasileira na passagem para este último ano, o montante compreendido por aqueles US\$ 3,0 bilhões resultou no maior número de projetos realizados pelas inversões chinesas no território brasileiro durante todo o período analisado, contribuindo para a realização de 30 projetos no ano de 2018 (CEBC, 2019). Outrossim, esse aporte de capitais mesmo apresentando um recente recuo, ainda manteve um volume expressivo de inversões proveniente do país asiático no território quando comparado ao ano inicial do recorte temporal cujos dados estiveram disponíveis para a realização de nossas análises.

Posto isso, não olvidamos que de acordo com Avendano; Melguizo; Miner (2017), Cebc (2018; 2019) e Vasquez (2019), enquanto um importante destino dos investimentos chineses direcionados à América Latina nas primeiras décadas do século XXI<sup>16</sup>, o Brasil possui uma posição relevante em termos de atratividade do

---

<sup>16</sup> Acerca desse processo, Vaddell; Neves (2018) compreendem que a proximidade chinesa com a região representa uma quarta etapa histórica de inserção da América Latina no capitalismo global. De acordo com esses autores, após a primeira etapa estruturada pela grande demanda europeia por matéria-prima, contribuindo para a elevação dos preços das mercadorias, assistiu-se uma segunda etapa marcada pela substituição das importações, que foram erguidas por um Estado de bem-estar social, ao passo que a terceira etapa representou a ordem via Consenso de Washington, imbuída da

aporte desses capitais na região. Com efeito, inserido entre os principais destinos dos investimentos externos diretos da República Popular da China, o Brasil deixou de ser uma fronteira ao processo de expansão dos investimentos chineses no mundo sendo alcançado por esses aportes de investimentos, de modo que o país se projeta tanto como um potencial mercado importador de mercadorias do maior exportador mundial, quanto um espaço de interesse estratégico ao capital chinês voltado à garantia de suprimento futuro de recursos minerais e produtos agrícolas, sendo assim incorporado à base internacional de fornecimento de recursos estratégicos da República Popular da China (CEBC, 2011; CINTRA, 2013; GUIMARÃES, 2013; RICUPERO, 2017; VADELL; NEVES, 2018; RODRIGUES; HENDLER, 2018).

Acerca desse processo, cabe destacar que, inicialmente, os investimentos daquele país asiático na maior economia latino-americana foram direcionados aos setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Entretanto, mais recentemente, o processo de diversificação dos investimentos chineses destinados ao Brasil ocorreu em função da continuidade de aplicações naqueles setores e pela realização de inversões nos setores de telecomunicações, automotivo e máquinas, atividades de serviços financeiros, bem como operações nos setores de infraestrutura, aeronáutico, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, serviços bancários<sup>17</sup>, aparelhos e materiais eletrônicos, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento científico, agricultura, pecuária e serviços relacionados, atividades dos serviços de tecnologia da informação, atividades imobiliárias, armazenamento e atividades auxiliares de transporte, tal como revelam as diferentes publicações sobre investimentos chineses realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China<sup>18</sup>.

---

ideologia neoliberal que constituiu os ajustes fiscais. Assim, para Vadell; Neves (2018), a quarta etapa apesar de indicar uma mudança de eixo de inserção, não implica um rompimento das estruturas históricas de atraso e subdesenvolvimento, de modo que a recente relação com a República Popular da China não substituiu a forma de envolvimento das nações latino-americanas no quadro do capitalismo global.

<sup>17</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

<sup>18</sup> Ver Cebc (2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019).

Diante ao exposto, é possível perceber que diferentemente da primeira década do século XXI, quando os investimentos chineses no Brasil não possuíam vulto e consistiam em pequenas inversões orientadas pelo planejamento estratégico e pontual de empresas chinesas, a presença dos investimentos chineses no país não somente aumentou, como se diversificou, inaugurando uma nova etapa na relação entre o Brasil e a China (CEBC, 2011; 2016; 2018; COLOMBINI NETO, 2016; PEREIRA, 2018a; 2018b). Conforme assinalado, no período compreendido entre os anos 2007 e 2018, foram confirmados 145 projetos realizados por empresas chinesas no Brasil, totalizando, aproximadamente, US\$ 58 bilhões sob a forma de influxo de investimentos chineses no território nacional (CEBC, 2019).

No que concerne à distribuição espacial desse aporte de capitais no território durante o referido período, cabe assinalar que a região Sudeste se destacou como o centro de gravidade dos investimentos chineses no país, concentrando grande parte dos projetos realizados por empresas provenientes do país asiático no Brasil, cabendo salientar que entre as Unidades Federativas, o estado do Rio de Janeiro se destacou como um dos principais receptores desses investimentos na escala regional e no território nacional (CEBC, 2015; 2016; 2017; 2018; 2019). Com efeito, a partir dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa e dentro do montante de investimentos chineses confirmados no país, tendo como base para as nossas análises a amostragem geral desse aporte de capitais no território brasileiro e os dados disponibilizados pelas diferentes publicações do Conselho Empresarial Brasil-China, compreendemos que o estado do Rio de Janeiro ocupou uma posição considerável entre as Unidades Federativas receptoras dos investimentos chineses, assistindo à implantação de 9 projetos de empresas chinesas, que somaram, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões entre os anos 2010 e 2018.

Diante ao exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a inserção do estado do Rio de Janeiro entre as áreas receptoras de investimentos externos diretos da República Popular da China. Como os objetivos de um trabalho de pesquisa constituem a construção por parte do pesquisador para

abordar um determinado tema, assinalamos que desse objetivo geral, emergem objetivos específicos, como:

- a) analisar a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional;
- b) apresentar o processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos entre a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI e a inserção do Brasil enquanto país receptor dos investimentos chineses no período compreendido entre os anos 2007 e 2018;
- c) analisar os investimentos externos diretos chineses no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018;
- d) apresentar o aporte resultante do influxo de investimentos externos diretos chineses confirmados no território fluminense e os setores contemplados pelos investimentos chineses no território fluminense entre os anos 2010 e 2018;
- e) evidenciar a inserção do território fluminense como fornecedor de recursos estratégicos a República Popular da China entre os anos 2010 e 2018;
- f) analisar a territorialização dos investimentos chineses resultante dos projetos realizados pelas empresas chinesas no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

A fim de ampliar o rol de informações sobre a origem do influxo dos investimentos estrangeiros no país, esta tese destaca, sobretudo, a inserção do território fluminense no processo de influxo do capital sínico no território nacional. De modo que, a questão principal deste trabalho é conduzida por uma problematização que busca analisar como ocorre a territorialização dos investimentos chineses através da implantação de empresas chinesas durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense?

Ademais, à esta problematização somam-se alguns questionamentos secundários, como:

- a) como ocorreu a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional?
- b) qual é o valor do aporte de investimentos chineses confirmados no Brasil durante o decênio compreendido entre os anos 2007 e 2018?
- c) qual é o valor do influxo de investimentos externos diretos chineses confirmados no estado do Rio de Janeiro entre os anos 2010 e 2018?
- d) quais são os setores produtivos que concentram os investimentos chineses realizados no território fluminense?
- e) como o território fluminense foi inserido entre os fornecedores de recursos estratégicos à República Popular da China?
- f) qual a atuação do capital síncico no processo de reestruturação econômica do território fluminense através da territorialização de empresas chinesas implantadas no território fluminense?

Diante ao exposto, a tese que orienta a realização desta pesquisa consiste na compreensão que os investimentos externos diretos chineses se territorializam no processo de reestruturação econômica do território fluminense através da implantação de atividades produtivas e inserem o estado do Rio de Janeiro entre as áreas fornecedoras de recursos estratégicos ao desenvolvimento da República Popular da China. Ao entendermos que as teorias são importantes no processo de investigação, assinalamos que para realizar uma construção teórica que subsidie a validação dessa tese, compreendemos como necessário evidenciar nas linhas subsequentes algumas definições para os processos e os conceitos que orientam o desenvolvimento dessa pesquisa como a globalização, a reestruturação, o investimento externo direto, o território e a territorialização.

A despeito das distintas interpretações e definições conceituais, é possível compreender que a globalização se tornou uma palavra-chave para a organização de nossos pensamentos no que concerne ao funcionamento do mundo a partir do contexto que remonta o último quarto do século XX (HARVEY, 2013). Com efeito, a partir do levantamento bibliográfico acerca da globalização foi possível compreender que o termo ascendeu em uma conjuntura caracterizada pela passagem do modelo fordista para um padrão de acumulação-flexível e pela

transição da orientação keynesiana de forte influência estatal na gestão econômica para a adoção de um modelo de gestão influenciado pelas políticas de austeridade fiscal e orientado para a redução da intervenção estatal sob a égide do neoliberalismo, bem como marcada pela financeirização e desregulamentação econômica e expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais (IANNI, 1996; GONÇALVES, 1999; HELD; MCGREW, 2001; SANTOS, 2012a; CASTRO, 2013; HAESBAERT, 2013a; GUIMARÃES, 2013).

Assim como outras expressões conceituais que não estiveram isentas às controvérsias, a globalização foi abordada pelas análises de diferentes campos das ciências sociais, o que não somente implicou a inexistência de consenso acerca de sua elaboração teórica e conceitual, como impossibilitou a conformação de uma definição única e universalmente aceita. A despeito desse desafio, não olvidamos as considerações de Castro (2013) quando assinala que as ambiguidades e dimensões da globalização a tornam inescapável ao espaço e às sociedades, não sendo possível analisar o mundo sob quaisquer dimensões, sem referências à globalização.

Diante ao exposto, compreendemos que devemos pôr em tela o que entendemos pelo termo globalização, sobretudo, pela dinâmica dos fluxos de investimentos externos diretos chineses ocorrerem no contexto de globalização contemporânea, para utilizarmos a expressão cunhada por Harvey (2013). Não obstante às perspectivas que compreendem a globalização enquanto um fenômeno recente, nossa compreensão acerca da globalização ocorre a partir do prisma da Geografia e sob perspectiva oferecida por Milton Santos e David Harvey, cujas formulações nos permitem compreender a globalização contemporânea enquanto um processo resultante da expansão do capitalismo.

A partir da perspectiva oferecida por Milton Santos podemos compreender a globalização enquanto um período na história do capitalismo, que tem como seus principais pilares a tirania do dinheiro e da informação que intimamente associados, conduzem à aceleração dos processos hegemônicos e legitimam o pensamento único, correspondem à fábula de tempo e espaço comprimidos e viabilizam as estratégias de internacionalização do capital financeiro. Assim como um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade

contemporânea em que a predominância de um sistema técnico compreende a base material para a mundialização, de modo que o mundo oferece as possibilidades, o lugar oferece as ocasiões e cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos (SANTOS, 2012a).

Ademais, as considerações traçadas por Santos (2012a) permitem compreender que além de uma tendência à conformação do meio técnico-científico-informacional e da mundialização do espaço geográfico, assim como da exacerbação das especializações produtivas, do fortalecimento da divisão territorial e social do trabalho e da aceleração de todas as formas de circulação, o processo de globalização também compreende a transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional. Entre os demais aspectos levantados por aquele expoente da geografia brasileira, compreende-se que a globalização a partir do meio técnico-científico-informacional<sup>19</sup> viabiliza a internacionalização do capital e a conformação de um mercado global onde os capitais fixos, os capitais constantes e os fluxos ganham importância, contribuindo para a realização das transações em escala global, para a integração internacional dos mercados financeiros e para a desregulamentação que levou à abertura dos mercados nacionais e permitiu a sua interligação em tempo real. Além disso, pode-se compreender que elementos fundamentais como o estado das técnicas e o estado da política<sup>20</sup> se somam à construção de um discurso insistente acerca da diminuição e/ou morte do Estado, quando o que vemos é o seu fortalecimento a fim de antever aos reclamos da finança, da mais valia universal e dos processos produtivos fragmentados em escala global (SANTOS, 2008a; 2008b).

Assim como o autor referenciado, o prisma analítico oferecido pelo geógrafo David Harvey também permite a compreensão da globalização enquanto

---

<sup>19</sup> Sobre os diferentes meios geográficos, ver Santos (2008a).

<sup>20</sup> Neste sentido, Milton Santos pontua que: “no fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. [...] Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2008b, p. 23-24).

um processo de desenvolvimento temporal e geográfico desigual diante da sua longa presença na história do capitalismo. Outrossim, permite o entendimento da globalização enquanto uma palavra relativa à nossa geografia histórica recente que designa uma nova fase no processo intrínseco da produção capitalista do espaço, de modo que “uma das coisas que a ascensão do termo ‘globalização’ à proeminência assinala é uma profunda reorganização geográfica do capitalismo” (HARVEY, 2013, p. 85).

A partir de Harvey (2013) podemos compreender que entre as mudanças recentes relacionadas à dinâmica da globalização contemporânea, tem-se a mudança no custo do deslocamento no espaço dada a revolução no tempo de transporte de mercadorias e a superação das restrições espaciais precedentes, permitindo ajustes de localização da produção, do consumo e das pessoas, fazendo assim aflorar mais uma dessas mudanças de ocorrência periódica na história do capitalismo, somando-se à esse aspecto uma profunda mudança tecnológica que, vinculada à inovação, implicou transformações na economia mundial desde a metade dos anos 1960. Somando-se as mudanças elencadas à desregulamentação financeira que conformou um sistema global descentralizado, coordenado pelo mercado e volátil às condições financeiras do capitalismo que nos remete ao início dos anos 1970. De modo que, entre as consequências e contradições elencadas pelo autor acerca do processo de globalização, há que se pontuar a mudança no papel do Estado que, perdendo alguns dos controles da mobilidade do capital, viu-se reduzido a criar um clima favorável aos negócios num contexto em que uma ampla variedade de agentes atuam globalmente (HARVEY, 2013).

Há que se destacar que, ao aporte teórico conceitual oferecido pelas considerações traçadas pelos trabalhos de Santos (2008a; 2008b; 2012a) e de Harvey (2013), somaram-se às nossas reflexões a perspectiva abrangente do capitalismo histórico enquanto sistema mundial oferecida por Giovanni Arrighi. A partir de uma perspectiva processual, este autor revela o capital financeiro não como um estágio mais recente e avançado ou uma etapa especial do sistema capitalista que nos remete às décadas recentes, mas como algo que marcou esse sistema desde os seus primórdios, sendo possível compreender que ao longo do

sistema interestatal capitalista existiram ciclos sistêmicos de acumulação que após as expansões materiais e as expansões financeiras ocorreram as crises que marcaram a transição de um regime de acumulação para outro e os deslocamentos espaciais dos centros de poder e riqueza em escala mundial. De modo que, sob essa perspectiva analítica, o que estaríamos assistindo no curso da expansão financeira que remonta a década de 1970 compreenderia a transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China (ARRIGHI, 2008; 2012).

Diante dessas considerações, torna-se possível compreender que no contexto que remonta o último quarto do século XX, é possível identificar uma íntima relação entre a emergência do ideário neoliberal, a acumulação flexível, o processo de reestruturação da produção industrial, a desregulamentação econômica, a construção de um discurso de enfraquecimento do Estado-nação e a internacionalização dos fluxos promovidos pelo capitalismo sob a égide da globalização contemporânea. De modo que se soma à essa conjuntura, o processo de renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China.

Para se ter dimensão do processo de liberalização e desregulamentação econômica provocado pela neoliberalização da economia em meio à conjuntura da globalização contemporânea, nos cabe assinalar que, inicialmente, a corrente de comércio de mercadorias no mundo saltou de, aproximadamente, US\$ 1,1 trilhão, em 1973, para, US\$ 38,3 trilhões, em 2018<sup>21</sup>; ao passo que o influxo de investimentos externos diretos nos países passou de, aproximadamente, US\$ 20,3 milhões, em 1973, para US\$ 1,2 trilhão, em 2018<sup>22</sup>.

Nesse contexto de mudanças e transformações de grandes proporções compreendidas por esse período mais recente do sistema capitalista, em que o neoliberalismo e a globalização se impõem promovendo reestruturações na dinâmica econômica de regiões, países e territórios, torna-se indiscutível para esta

---

<sup>21</sup> Ver WTO, 2014; 2018; 2019. Ademais, ver portal eletrônico da World Trade Organization. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>22</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2019.

pesquisa considerar tanto o desenvolvimento da República Popular da China, quanto o processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos e, sobretudo, a atuação dos investimentos provenientes daquele país asiático no processo de reestruturação econômica do território fluminense nas primeiras décadas do século XXI.

No que concerne aos movimentos de capital entre os países nesse contexto de globalização, a República Popular da China, que ao final do século XX ainda era um ator de pequena importância, limitando seus investimentos externos diretos praticamente aos países limítrofes na Ásia, ascendeu à condição de segunda principal fonte de investimentos no exterior durante o curso da segunda década do século XXI. Apesar das recentes oscilações entre as maiores fontes de investimentos no mundo, os dados disponibilizados pela Unctad revelam que a China manteve a posição enquanto segunda maior fonte de investimentos externos diretos do mundo, em 2018.

O rápido crescimento dos investimentos externos diretos chineses conduziu àquela República Popular a realizar inversões em diferentes países em desenvolvimento. Assim, com papel crescente em termos de comércio e investimento na Ásia, África e América Latina, a China se consolidou não apenas como um importante parceiro comercial dos países dessas regiões, mas se transformou em uma nova fonte de empréstimos e investimentos junto aos países asiáticos, africanos e latino-americanos (HAESBAERT, 2013b; CINTRA, 2013, RIBEIRO, 2010; 2013; ALVES, 2014b; NOVAK; NAHIMAS, 2017).

Como a ênfase desse trabalho recai sobre o movimento internacional de capitais sob a forma dos fluxos de investimentos externos diretos no curso da globalização contemporânea, sobretudo, o aporte de investimentos chineses no país e o exercício de sua influência no processo de reestruturação econômica do território fluminense, especificamente, no recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018, para evitarmos divergências acerca do termo avaliamos como necessário realizar uma apresentação acerca da definição do que compreendemos como investimento externo direto. Nesse sentido, assinalamos que a fim de compreender o termo investimento externo direto recorreremos tanto às definições

oficiais apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>23</sup> e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento (UNCTAD)<sup>24</sup>, quanto à autores como Södersten (1979), Chesnais (1996), Gonçalves et al. (1998), Gonçalves (1999) e Méndez (2006), cujos trabalhos não apenas se inclinaram em abordar o tema, mas se voltaram em propor uma definição ao conceito de investimento externo direto.

A despeito do empenho realizado e, sobretudo, diante das limitações que se impõem para elencar todas as considerações advindas do referencial elencado na parte introdutória da pesquisa em tela, bem como diante da similaridade existente entre as definições apresentadas tanto pelas referidas instituições, quanto pelos autores mencionados, optamos em considerar a definição proposta por Ricardo Méndez em seu livro “Geografía Económica: la lógica espacial del capitalismo global”. Nesse sentido, cabe evidenciar que a partir de uma definição semelhante ao referencial teórico supramencionado, o geógrafo espanhol Méndez (2006, p. 120 – tradução livre) assinala que “os investimentos que chegam a um determinado país procedentes do exterior podem se revestir de formas diversas, com significados muito diferentes a partir de uma perspectiva geográfica”. Assim, compreendemos que estes investimentos podem ser subdivididos em:

- **Investimentos em carteira** que supõe a compra no mercado de valores de ativos financeiros (ações, obrigações, letras, bônus...) de empresas privadas ou organismo públicos, com objetivo de obter benefícios a curto/médio prazo sem tentar o controle de suas atividades, o que as deixa muito voláteis.
- **Investimento externo direto**, é aquele realizado por uma empresa matriz com objetivo de implantar uma filial para operar em outro país (crescimento interno), ou comprar/absorver uma empresa local (crescimento externo), sempre que se controle mais de 10% do capital e se exerça influência em sua gestão de forma efetiva (MÉNDEZ, 2006, p. 120 – grifos do autor, tradução livre).

---

<sup>23</sup> Ver Balance of Payments Manual. International Monetary Fund (Original em inglês). Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sta/bop/bopman.pdf>>. Acesso em: 28 jul 2019.

<sup>24</sup> Durante a realização da pesquisa foi possível compreender que a Unctad segue as definições de IED contidas no Manual de Balança de Pagamentos: Quinta Edição (BPM5) (Washington, DC, Fundo Monetário Internacional, 1993) e a Definição Detalhada de Referência de Investimento Estrangeiro Direto: Terceira Edição (BD3) (Paris, Organization for Economic Cooperation e Desenvolvimento, 1996). Disponível em: <[http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-\(FDI\).aspx](http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Foreign-Direct-Investment-(FDI).aspx)>. Acesso em: 04 jan 2018.

Diante ao exposto, entende-se que os investimentos externos diretos são aqueles capitais estrangeiros direcionados por uma entidade ou empresa em um país distinto daquele que emite o investimento, abrangendo assim todo o tipo de capital investido em um país com interesse duradouro, sendo direcionado para o setor produtivo ou para apoiar a produção, excetuando-se aqueles capitais com fins especulativos no setor financeiro, cujo principal objetivo consiste em controlar a empresa receptora do investimento. Ademais, convém destacar que, tradicionalmente, o modo de entrada dos investimentos externos diretos em um determinado país compreende as operações realizadas por fusões e aquisições, *joint ventures* e *greenfield*. Acerca dessas operações, Cebc (2011, p. 23) assinala que elas correspondem:

- a) Fusões & Aquisições – compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro, b) *Joint Ventures* – parcerias estratégicas entre empresas, que envolvem participação acionária das empresas na criação de uma nova empresa com uma finalidade específica e c) *Greenfield* – construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controle total da construção e operação dos ativos (CEBC, 2011, p. 23).

Embora a República Popular da China esteja entre os maiores receptores de investimentos externos diretos, apresentando um expressivo potencial de atração de capitais estrangeiros, todavia, o que nos motiva na realização desta pesquisa é o processo de expansão dos investimentos chineses ao exterior, dada capacidade de realizar inversões em diferentes países e ampliar consideravelmente seus estoques de investimentos nas regiões do mundo, no Brasil e, sobretudo, no território fluminense. Posto isso, convém pontuar que a partir das considerações traçadas por Holland; Barbi (2010), compreende-se que entre as principais motivações que orientam o processo de expansão dos investimentos externos diretos chineses no exterior têm-se: i) as tentativas do país asiático em garantir acesso às fontes de recursos naturais necessários para manter o processo de expansão econômica; ii) as ações de expansão internacional chinesa na busca por competitividade; e iii) as estratégias de obtenção de tecnologia a fim de transferir seu parque produtivo chinês à tecnologia necessária para realizar um salto na produção industrial; assim como iv) as estratégias adotadas a fim de expandir sua

influência como credor internacional; v) as estratégias para aumentar a utilização da moeda chinesa internacionalmente; e uma última possibilidade que se associa vi) a expansão de ativos cujo objetivo consiste em aumentar a influência política da China no mundo.

Apesar de não estar contemplada em nossos objetivos e questionamentos a análise de todas essas motivações assinaladas por Holland; Barbi (2010) acerca do processo de expansão dos investimentos chineses no exterior, este estudo compreende, sobretudo, o processo de territorialização dos investimentos externos diretos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense. Portanto, como a matriz teórica que sustenta este estudo se assenta em processos atrelados ao sistema capitalista como a reestruturação, torna-se necessário, além da explanação realizada até aqui, evidenciarmos o que compreendemos pelo termo reestruturação.

Neste sentido, pontuamos que enquanto substantivo feminino, o termo reestruturação, faz referência à noção de desenvolver uma nova estrutura (HOUAISS, 2011). Todavia, como este estudo volta sua atenção ao processo de territorialização dos investimentos externos diretos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense, nos inclinamos a compreender a conformação dessa nova estrutura econômica do território fluminense sob o prisma das reflexões propostas para o tema reestruturação realizado por Milton Santos, Edward Soja, Marcelo J. Lopes de Souza e Sandra Lencioni.

A partir das considerações traçadas por Lencioni (2017), pode-se compreender que um fato que não guarda mais polêmica é que o capitalismo, à medida que não é mais o mesmo, se reestrutura para garantir a sua reprodução. Nesse sentido, a geógrafa referenciada segue nos auxiliando com uma construção teórica acerca do processo de reestruturação, permitindo compreender que:

a palavra “reestruturação”, utilizada para denominar essa mudança, expressa muito bem o que houve, pois é derivada da palavra *structura-ae*, originada do verbo *struere*, que tem o sentido original de construir.

Essa nova reconstrução, estrutura que se impõe sobre a estrutura anterior, não somente significa fazer tábua rasa da antecedente. Por assim dizer, a nova estrutura não implica na implosão da anterior. Significa que deixou de ser a determinante maior dos processos (LENCIONI, 2017, p. 109).

Assim como a autora referenciada, o prisma analítico oferecido pelo geógrafo Edward Soja compreende a reestruturação enquanto um processo relacionado à dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual resultante do capitalismo, nos permitindo entender que:

a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Ademais, é possível compreender sob a perspectiva oferecida pelo autor referenciado, que:

a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tão pouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Com tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p. 194).

A partir das formulações teóricas oferecidas por Milton Santos entendemos que cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, característica a qual foi elencada pelos autores referenciados, as relações sociais e políticas também mudam. De modo que, assim como essas relações, o espaço e a paisagem, bem como a economia, também mudam e se transformam para se adaptar e para acompanhar as novas necessidades e as transformações da sociedade (SANTOS, 2012b).

Com efeito, a partir das considerações traçadas pelo autor referenciado pode-se compreender que “a forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar

a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social” (SANTOS, 2012b, p. 54). Ademais, cabe pontuar que assim como os autores elencados, ao discutir o termo reestruturação, Marcelo L. de Souza assinala que “reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo significativamente, modificando a sua estrutura” (SOUZA, 2013, p. 69). Outrossim, o aludido autor assinala que, por trás da reestruturação pode haver fatores ideológicos, políticos e econômicos.

Diante ao exposto, entende-se que a reestruturação pode ser compreendida enquanto um processo relacionado à dinâmica capitalista, cujo curso é capaz de realizar mudanças estruturais que promovem rupturas em tendências seculares e compõem uma configuração significativamente nova na dinâmica econômica dos territórios. Como este estudo se inclina à realização de uma análise acerca da territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense, convergimos com os autores referenciados cujas contribuições nos permitem compreender a ocorrência de uma ruptura na estrutura econômica do território fluminense a partir da década de 1990, quando ocorre o aumento da participação das regiões que compõem o interior fluminense na composição do produto interno bruto do estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, a despeito da histórica concentração econômica e produtiva na Região Metropolitana, o que assistimos mais recentemente foi o aumento da participação das regiões que compõem o interior fluminense na composição do PIB estadual, sobretudo, durante o período compreendido entre o final da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Portanto, compreendemos que esse processo esteve relacionado tanto a implantação de novas atividades produtivas, quanto a realização do influxo de investimentos no território o que, por conseguinte, provocou mudanças na estruturação econômica precedente e implicou o processo de reestruturação econômica do território fluminense.

Assim, em meio a essa conjuntura de mudanças que desencadearam a reestruturação econômica do território fluminense, algumas pesquisas, como por exemplo, aquelas realizadas por Santos (2003), Marafon et al. (2005; 2011), Oliveira (2008), Oliveira, F. (2012), Silva (2012), Ribeiro (2017; 2018), assim como os estudos que compõem a coletânea intitulada “Revisitando o Território

Fluminense” organizada pelos Profs. Drs. Glaucio José Marafon e Miguel Angelo Riberio mostram sob diferentes perspectivas um considerável aporte de capitais no estado do Rio de Janeiro quando destacam, sobretudo, a carteira de investimentos industriais, logísticos e de serviços, bem como os investimentos que se concentraram nas atividades *off shore* de exploração e produção petrolífera e de gás natural. Ademais, cumpre assinalar que se somaram às contribuições advindas daqueles autores um conjunto formado por outras referências possíveis de serem aqui elencadas que não apenas subsidiaram as nossas reflexões, mas viabilizaram a nossa compreensão acerca dos diferentes processos que marcaram a dinâmica econômica do território fluminense.

Destarte, cabe pontuar que, a partir do levantamento bibliográfico e da sistematização das informações acerca das discussões que abordam o aporte de capitais no estado do Rio de Janeiro, foi possível identificar que pouca atenção foi concedida ao montante de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões, sob a forma de investimentos externos diretos chineses no território fluminense entre os anos 2010 e 2018. Além disso, foi possível identificar como são escassas as análises empreendidas acerca dos objetivos que orientaram a implantação dos projetos de empresas chinesas no território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Ao abordarmos esse processo, sobretudo, pelo prisma da Geografia, compreendemos que realizamos uma contribuição acerca desse tema quando voltamos nossas inclinações não apenas ao processo de expansão dos investimentos chineses no exterior, mas quando evidenciamos, sobretudo, o seu aporte no recorte espacial compreendido pelo território fluminense. Entretanto, entendemos como relevante não limitarmos nossos esforços apenas nos aludidos conceitos e processos que foram elencados nas linhas precedentes, mas nos inclinarmos em evidenciar o que entendemos por território e territorialização. Nesse sentido, ancoramos nossas reflexões em alguns expoentes contemporâneos do pensamento geográfico brasileiro cuja dedicação para a compreensão desses temas foi de ampla relevância, sobretudo, quando precisamos não apenas subsidiar nossas reflexões por uma dada perspectiva, mas quando precisamos

elencar alguns conceitos geográficos que permitam realizar uma articulação teórico-empírica em nossos trabalhos de pesquisa.

Nesse sentido, cumpre pontuar aqui, que não olvidamos que desde a sua institucionalização como disciplina acadêmica<sup>25</sup> até a contemporaneidade, um conjunto formado por diferentes correntes influenciou a Geografia, de modo que entre os rebatimentos desse processo têm-se diferentes enfoques, múltiplas interpretações e amplos debates sobre os seus principais conceitos. Apesar disso, é possível compreender que existe um relativo consenso que a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade; de modo que esta é objetivada via cinco conceitos que guardam entre si forte grau de parentesco, por se referirem à ação humana modelando a superfície terrestre, sendo esses conceitos-chave o espaço, a paisagem, o lugar, a região e o território, tal como assinala o geógrafo Roberto L. Corrêa (2007).

Diante das limitações impostas ao espaço destinado às considerações introdutórias dessa pesquisa para se discutir acerca das diferentes definições dadas ao conceito de território no curso histórico do pensamento geográfico, há que se assinalar que, para o entendimento desse conceito geográfico voltamos nossa atenção à compreensão das formulações de autores como Milton Santos, Marcelo J. Lopes de Souza e Rogério Haesbaerth, sobretudo, por entendermos que as considerações traçadas por esses autores auxiliam uma fundamentação teórica ao tema contemplado por essa pesquisa.

Destarte, pontuamos que assim como outros conceitos que são polissêmicos e convivem com uma multiplicidade de noções para além do universo de sua disciplina e de seu objeto, o território é um conceito utilizado por outras ciências e devido a isso apresenta distintas interpretações (CAPEL, 2016). A despeito desse apontamento, é consensual que derivado do latim *territorium*, o termo território significa terra que pertence a alguém, estando historicamente

---

<sup>25</sup> A emergência da Geografia como uma ciência ocorreu ao final do século XIX, em um período histórico marcado pela conformação da divisão internacional do trabalho em escala mundial, assim como em um ambiente influenciado pelo triunfo da burguesia e pela ideologia do capitalismo que urgia remediar as crises sociais que sacudiam os países europeus e buscava solucionar os excessos de capitais em sua fase imperialista (SANTOS, 1978).

impregnado da noção de Estado ou de determinada área submetida ao controle de um Estado ou governo (SILVA, 2011).

Ademais, cabe assinalar que não olvidamos a advertência realizada por Sposito (2004) quando alerta que tanto a confusão, quanto a distinção entre território e Estado correm por limites muito tênues. Não obstante, apesar de convivermos com uma noção “estadocêntrica” herdada da Modernidade, como fala Santos (2012a), assim como com o “estadocentrismo” e/ou uma vinculação do território ao Estado-nação, tal como pontua Souza (2007; 2013), compreendemos que a Geografia não mais se atém fixa somente à vinculação entre território e Estado. Com efeito, o conceito de território ganhou novos significados e passou a abarcar possibilidades de análises infinitamente mais amplas que o território do Estado-nação, conforme aponta Haesbaerth (2014).

A contribuição oferecida por Rogério Haesbaert nos permite chegar ao território a partir do espaço geográfico como um “conceito geral”, cujo foco para lidar com uma dada problematização permite que o utilizemos através de uma abordagem relacional com outros conceitos, dada ênfase concedida que, no caso do território, consiste nas relações de poder. Em sua abordagem relacional sobre a constelação geográfica de conceitos, Haesbaert (2014) não somente trata o espaço-tempo como categorias mestras na composição de conceitos<sup>26</sup> geográficos fundamentais, como permite a compreensão do espaço como produto social, base natural das (re)produções sociais e uma espécie de conceito geral, destacadamente ao pontuar que:

em Geografia podemos propor “espaço” como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem... Esses comporiam assim a “constelação” [...] geográfica de conceitos.  
[...] essa constelação seria composta por uma espécie de conjunto de planetas girando em torno de uma estrela, cuja luz

<sup>26</sup> A partir das considerações traçadas por Haesbaert (2014), pode-se compreender que um conceito é heterogêneo, múltiplo, complexo e relacional com outros conceitos, estando assim relacionado a um sistema de conceitos e uma multiplicidade de noções além do universo de sua disciplina e de seu objeto. Absoluto e relativo o conceito advém de um problema ou questão, sempre situado num contexto social, histórico-geográfico, tanto concreto quanto em relação à história das ideias e seus sujeitos-autores. Portanto, um conceito é tanto uma representação e uma revelação do real, como um reconhecimento de significados, produto do nosso pensamento, verdade instaurada em nossa mente e fonte de elaboração a partir da construção teórica para uma dada investigação a que se põe pensar (HAESBAERT, 2014).

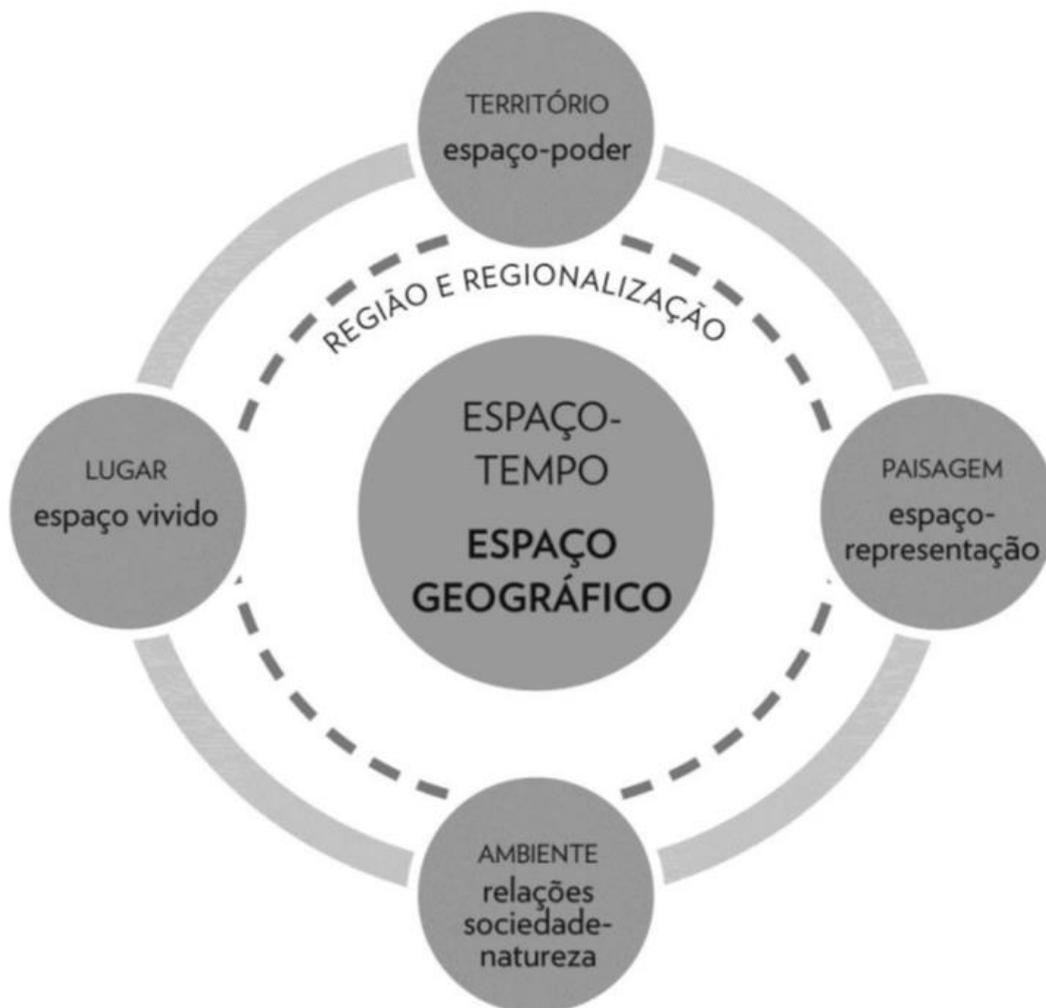
seria o espaço – cada astro-conceito só existindo na medida em que compõe o mesmo sistema (aberto), devendo seu movimento (“translação”) e seu potencial de esclarecimento (sua “luz” ou capacidade de iluminação) à relação que mantém com a categoria central, o espaço. Cada conceito, ele próprio, através de nova projeção dessa luz, iluminaria também outras derivações conceituais ou elementos que girariam em função dele, seus “satélites” (HAESBAERT, 2014, p. 22).

De acordo com a proposta de Haesbaert (2014), é possível compreender que no centro da constelação aparecem as categorias-mestras ou conceitos como o espaço-tempo<sup>27</sup> e um conceito fundamental à Geografia que é o espaço geográfico (focalizado sobre a dimensão espacial da sociedade que inclui a indissociabilidade entre o social e o natural), essas grandes categorias “iluminam” todo o sistema geográfico de conceitos, ao passo que o primeiro círculo de translação surge da grande problemática espacial relacionada à sua diferenciação, que é configurado pelo conceito de região e regionalização (instrumento analítico e recurso metodológico), e posicionando-se ao lado de outros espaços, ou seja, de outras abordagens sobre o espaço, têm-se os outros conceitos-chave da Geografia tal como: ambiente (espaço e relações sociedade-natureza), lugar (espaço vivido), paisagem (espaço-representação) e território (espaço-poder). A fim de elucidar a abordagem do geógrafo referenciado, reproduzimos a representação gráfica proposta pelo autor na busca por uma compreensão acerca de sua constelação geográfica de conceitos na Figura 1.

---

<sup>27</sup> Para Haesbaert (2014, p. 36) “Essa ‘mútua compreensão’ espaço-temporal implica abandonar qualquer distinção dicotômica entre, por exemplo, espaço como simples materialidade e tempo como pura imaterialidade, espaço como fixo, conservação, e tempo como movimento, transformação”. E, “trata-se, pois, de reconhecer tanto o espaço quanto o tempo, em suas mútuas implicações, como processos” (HAESBAERT, 2014, p. 37).

Figura 1 - A constelação geográfica de conceitos de Rogério Haesbaert



Fonte: Haesbaert, 2014, p. 34.

Diante ao exposto, é possível compreender que para Haesbaert (2014) o espaço geográfico é o conceito fundamental e a partir dele são focalizadas prioridades e dimensões que privilegiam problemáticas que buscamos enfrentar. Nesse sentido, o autor referenciado assinala que:

ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar. Assim, quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações de poder (que é também – e às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto *território* (HAESBAERT, 2014, p. 43 – *grifo do autor*).

Ademais, convergindo com os apontamentos que elencamos, Haesbaert (2014) evidencia que a compreensão do território pode ser muito mais ampla que àquela vinculada ao papel jurídico-administrativo do Estado. Nesse sentido, destaca que o território tanto pode ser lido pela ótica restrita ao Estado, quanto pode ser lido por um poder mais capilarizado e estendido a todas as esferas da sociedade, haja vista que o olhar para o espaço geográfico com ênfase na relação espaço/poder e/ou com foco nas relações de poder não se restringe à esfera político-administrativa, abrangendo assim todas as demais esferas como, por exemplo, as epistemológicas, de gênero, as culturais, as econômicas, entre outras.

Além disso, aquele autor pontua que como a problemática do território se tornou uma questão central em muitos estudos, ela pode ser abordada pelos paradigmas hegemônicos, ou seja, a do Estado e das empresas, e pelos paradigmas contra-hegemônicos, isto é, como um espaço vivido<sup>28</sup>. Com efeito, essas lógicas compreendem o território de forma distinta, ao passo que, se através da lógica capitalista hegemônica o princípio consiste em não admitir a multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades, de modo que o território apropriado pela sociedade-espaço e imerso nas relações de dominação é perpassado pela dominação político-econômica e pela apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica, o paradigma territorial contra-hegemônico distintamente daquela visão compreende o território antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas relações sociais e culturais (HAESBAERT, 2014).

Além desses apontamentos, a partir das considerações traçadas pelo autor referenciado, compreendemos que o território possui amálgamas funcional e simbólica. Com efeito, isso ocorre porque as relações de poder têm, no espaço, componentes funcionais e simbólicos, com isso enquanto o território de

---

<sup>28</sup> Nesse sentido, Haesbaert (2014) evidencia que: “O paradigma territorial hegemônico vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional dentro de uma economia ainda mais fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador. [...] [Enquanto o] [...] paradigma territorial contra-hegemônico, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem o do vínculo sociedade-“terra” (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo “bem viver” (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação” (HAESBAERT, 2014, p. 53-54).

dominância simbólica tem sua vinculação aos símbolos e aos valores de uso, as lógicas que veem o território pela dominância funcional compreendem o território enquanto um recurso (HAESBAERT, 2014).

Além do que foi exposto, não nos cabe olvidar que ao realizar uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a territorialidade foi contemplada, Haesbaert (2014) elenca que a territorialidade é proposta para existência do território, assim como um sentido mais efetivo, seja ele material ou como materialidade; seja como imaterial ou imaterialidade, ou conjugando as materialidades e a imaterialidades. Ademais, cumpre pontuar que, para o referido autor, existem “distintas possibilidades de se trabalhar com a relação entre território e territorialidade, que se estende desde a indistinção até a completa separação entre eles”. Nesse sentido, aquele geógrafo assinala que:

[...] teríamos desde a territorialidade como uma concepção mais ampla do que o território até a territorialidade como o algo mais restrito, uma simples dimensão do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território (HAESBAERT, 2014, p. 65).

Ao convergir com o prisma analítico oferecido pelo autor referenciado, Marcelo J. Lopes de Souza é outro geógrafo que nos auxilia quando revela uma compreensão do território enquanto um conceito relacionado com a projeção de um poder que se exerce e demarca temporalmente espaços bem diferentes. Nesse sentido, as contribuições advindas das formulações do referido autor emergem quando nos permitem compreender que sendo o território uma relação social tornada espaço, a partir de uma primeira aproximação entende-se “o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 96), assim como, a partir de uma segunda aproximação, pode-se compreender que “os territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2013, p. 96).

Além disso, cabe pontuar que as considerações traçadas pelo referido autor nos auxiliam à medida que permitem uma compreensão acerca do referido conceito, quando assinala que “o interessante [...] é notar que, como uma projeção espacial de uma relação de poder, o território é, no fundo, em si mesmo uma relação social. Mais especificamente, uma *relação social diretamente*

*espacializada*” (SOUZA, 2013, p. 35 – *grifos do autor*). Portanto, Souza (2013) nos orienta quando assinala que como não há um único tipo de poder, não há também apenas um único tipo de território, sinalizando que a noção intuitiva do conceito de território nos remete a limites, assim como a projeção no espaço de um poder que se exerce e demarca espaços, de modo que:

os fatores que estimulam essas demarcações (econômicos, estratégico-militares etc.), a maneira como se chega a elas (argumentação, negociação, intimidação, imposição pela força) e o modo como elas são implementadas (menos ou mais excludentes, menos ou mais solidárias): tudo isso pode variar tremendamente. Assim como não há um único tipo de poder, tampouco há um único tipo de território. No entanto, uma coisa permanece: o território, mesmo sempre considerado relativamente a uma porção material da superfície terrestre, *não se confunde inteiramente (ou propriamente)* com ela (SOUZA, 2013, p. 33 – *grifos do autor*).

Ademais, o autor referenciado nos permite compreender que, se por um lado, enquanto a territorialidade<sup>29</sup> remeteria a algo extremamente abstrato como aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, “*relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 2007, p. 99 – *grifos do autor*); por outro lado, “a territorialização ou a desterritorialização é *sempre e em primeiro lugar*, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço” (SOUZA, 2013, p. 102 – *grifos do autor*).

A fim de ampliar nossa compreensão acerca desse processo de projeção das relações de poder no espaço, recorreremos à Haesbaert (2014), cuja perspectiva permite o entendimento acerca da territorialização a partir de seus objetivos, ao passo que estes compreendem a dominação e/ou apropriação do espaço. Todavia, variando ao longo dos tempos e dos espaços os fins ou objetivos da territorialização podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo, de modo que sob a perspectiva de Rogério Haesbaert podem compreender tanto abrigo e segurança física, identificação de grupos sociais

---

<sup>29</sup> Segundo Souza (2007, p. 99 – *grifo do autor*) “As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc: para exemplificar, territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua. Seja como for, é óbvio que falar de territorialidade, [...] é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizadas* pelo espaço”.

através de referentes espaciais, controle e/ou disciplinarização por meio de espaços individualizados, controle e/ou direcionamento da circulação, de fluxos, através de conexões e redes, somando-se a esses fins ou objetivos da territorialização o controle de fonte de recursos e/ou meio de produção que podem fortalecer o poder político-econômico de certos grupos ou classes sociais (HAESBAERT, 2014).

Há que se pontuar que se somam às considerações elencadas para as nossas reflexões, a compreensão a partir do prisma analítico oferecido por Milton Santos. Nesse sentido, é possível compreender que na comunhão global que conforma a atualidade não somente a valorização dos recursos naturais, mas a interdependência universal dos lugares conforma a nova realidade do território (SANTOS, 2012a).

Enquanto um expoente do pensamento geográfico brasileiro, Milton Santos chamou nossa atenção em seu artigo intitulado “O retorno do território”, sobretudo, quando da contribuição conferida pelo autor para as nossas reflexões emergiu a compreensão de que apesar de convivermos com uma noção de território herdada da Modernidade, é o uso do território que faz dele objeto de análise social. De modo que, somando-se a esse apontamento tem-se à sua consideração acerca da noção do território para o tempo presente, sobretudo, quando aquele autor assinala que “hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 2012a, p. 138).

Portanto, à luz das contribuições que foram elencadas acerca dos conceitos e processos postos em tela, torna-se possível uma compreensão que na atual fase do processo de globalização em que os fluxos de capitais e informação se intensificam, o território de um Estado está sujeito às múltiplas territorializações e não somente é possível apenas àquela compreensão do território pela perspectiva “estadocêntrica”. Assim, entende-se a partir do que foi exposto, que o pensamento geográfico não se limita a compreender o território somente vinculado a noção “estadocêntrica”, mas amplia o uso do conceito às relações de poder no espaço por diferentes atores.

Com efeito, o território de um país se torna um espaço nacional da economia internacional implicando, sobretudo, a transnacionalização do território tal como falam Santos; Silveira (2008) e Santos (2012a). Neste sentido, cumpre assinalar que, a partir das considerações traçadas por Santos; Silveira (2008) a razão pela qual se pode falar de legitimamente de espaço nacional da economia internacional compreende ao contexto em que:

a economia de todos os países conhece um processo mais vasto e profundo de internacionalização, mas este tem como base um espaço que é nacional e cuja regulação continua sendo nacional, ainda que guiada em função dos interesses das empresas globais (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 257).

Pelo que foi exposto, é possível compreender que se, por um lado, a territorialidade como abstração num enfoque epistemológico é a condição para que qualquer território seja um território; as relações de poder no espaço tendo entre os seus fins, por exemplo, o controle de fonte de recursos, nos permitem compreender que de certo modo as ações orientadas por esse objetivo constituem uma territorialização através da projeção de relações de poder no espaço com objetivo de realizar a dominação e/ou apropriação do espaço. Assim, no curso do processo de globalização contemporânea em que se compreende a transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional, o território é chamado a se revestir de características específicas em função das demandas dos atores hegemônicos.

Portanto, como nesta pesquisa emergiu a exigência de um aporte teórico-conceitual para realizarmos uma análise do território fluminense sob a perspectiva das relações entre dois Estados, ou seja, entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China a fim de compreender o influxo de investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense, compreendemos que, no contexto de globalização neoliberal, o território se insere na condição de um espaço nacional da economia internacional. Ademais, sendo a territorialização compreendida, à luz das considerações traçadas pelos autores elencados, enquanto um processo que envolve o exercício de relações de poder cujos objetivos compreendem a dominação e/ou apropriação do espaço variando ao longo dos tempos e dos espaços com a finalidade de obtenção de fonte de

recursos e/ou meio de produção, realizamos a interpretação do influxo de capitais sínicos que se materializam através dos projetos realizados pelas empresas chinesas no território fluminense a partir do prisma analítico da territorialização.

Com efeito, a partir dessa perspectiva teórica, compreendemos ser possível o alcance da discussão acerca do aporte de capitais estrangeiros no território como, por exemplo, o influxo dos investimentos chineses e a sua atuação no processo de reestruturação econômica do território fluminense através das relações de poder empreendidas pela territorialização de unidades produtivas de empresas chinesas que são implantadas nesta Unidade Federativa. De modo que os objetivos dessas empresas consistem na realização de operações cujas práticas espaciais são orientadas tanto pelo determinante busca de mercado, no caso de empresas privadas e estatais chinesas, quanto pelo determinante busca de recursos, no caso da atuação de empresas estatais petrolíferas chinesas, de modo que estas, inseridas no projeto de diversificar as fontes de insumos energéticos ao desenvolvimento do país asiático, realizam operações cujo objetivo consiste no controle de áreas fornecedoras de recursos estratégicos ao desenvolvimento da República Popular da China.

Posto isso, compreendemos que para alcançar a empiria tanto da fundamentação teórica elencada, quanto dos objetivos e questionamentos que foram expostos, assim como a tese que orienta este trabalho de investigação, faz-se necessário assinalar que adotamos a metodologia quali-quantitativa, assim como evidenciar o conjunto de etapas e procedimentos que realizamos durante essa pesquisa. Haja vista, que por pesquisa compreendemos o conjunto formal de procedimentos racionais e sistemáticos adotados com o objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos e desenvolvidos mediante os conhecimentos disponíveis e a utilização de métodos, técnicas e procedimentos científicos (GIL, 1999, 2002).

Nesse sentido, nos cabe pontuar que a despeito das disputas passadas que ocorreram entre os métodos quantitativos e qualitativos, nas últimas décadas, assistimos ao uso simultâneo de técnicas qualitativas e quantitativas, ao passo que a perspectiva contemporânea dominante nas ciências sociais consiste em realizar a conciliação e a complementaridade entre as duas metodologias (ALONSO, 2016).

Nesse sentido, um conjunto de procedimentos metodológicos mistos<sup>30</sup> perpassaram tanto as etapas de gabinete que consistiram na realização do levantamento bibliográfico, análise de dados quantitativos e a produção textual, quanto as etapas compreendidas pela realização de entrevistas, trabalhos de campo e visitas técnicas no âmbito da realização dessa pesquisa.

Assim, o ordenamento dos procedimentos metodológicos desse trabalho compreendeu: i) a realização do levantamento de referências e uma revisão bibliográfica a partir de livros, publicações acadêmicas e periódicos especializados sobre o tema contemplado neste estudo; ii) o monitoramento de informações veiculadas pela imprensa especializada sobre a temática desenvolvida nesta pesquisa; iii) o uso de fontes primárias e secundárias a partir da realização de consultas a sítios eletrônicos e utilização de documentos para a análise de dados estatísticos e quantitativos que permitiram o levantamento de informações sobre o estado do Rio de Janeiro, assim como sobre os fluxos e estoques de investimentos externos diretos no Brasil e na República Popular da China; bem como sobre os fluxos e estoques de investimentos externos diretos realizados pela República Popular da China; de modo que somaram-se aos procedimentos elencados iv) a realização de entrevistas semiestruturadas e abertas com representantes de instituições, pesquisadores e professores universitários e v) a realização de trabalhos de campo em municípios do território fluminense onde ocorreu aporte de investimentos chineses. Com efeito, o objetivo desses procedimentos compreendeu a realização de um exercício analítico que possibilitasse uma compreensão dos fatores que contribuíram para o influxo dos investimentos chineses no território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

No que concerne à operacionalização da pesquisa, cabe pontuar que esse procedimento foi realizado mediante um levantamento preliminar a partir de livros, artigos científicos, publicações periódicas, teses, dissertações e consultas a portais eletrônicos cuja cobertura de assuntos contribuísse para a leitura analítica sobre o tema da pesquisa. Após a seleção e organização do material bibliográfico,

---

<sup>30</sup> “O enfoque misto combina métodos quantitativos e qualitativos, procurando estabelecer algum tipo de conexão entre eles. Obviamente, todo estudo quantitativo é baseado em uma agregação de observações individuais, portanto, deve existir certa relação entre as diretrizes estatísticas gerais e o que ocorre em situações específicas” (ORTEGA et al., 2017, p. 28 – tradução livre).

cujo item referências não nos permite olvidar, foi possível utilizarmos esse conjunto de informações para compreender os aspectos históricos, políticos e econômicos da República Popular da China, assim como as relações desse país asiático junto ao Brasil.

Ademais, foi possível compreender o processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI e, sobretudo, realizar um exercício analítico acerca dos principais aspectos que marcaram a dinâmica econômica do recorte espacial atualmente compreendido pelo estado do Rio de Janeiro. A fim de preencher algumas lacunas acerca dos investimentos chineses no Brasil, concedendo ênfase, sobretudo, ao aporte desse capital no território fluminense, assim como compreender suas implicações e problematizar o influxo de investimentos chineses no território fluminense, realizamos tanto o levantamento de informações sobre a configuração territorial e a dinâmica econômica do estado do Rio de Janeiro, bem como sobre os investimentos chineses em diferentes escalas geográficas.

Nesse sentido, a utilização de dados disponibilizados pela Fundação CEPERJ contribuiu para a caracterização da configuração territorial do estado do Rio de Janeiro e a compreensão das principais mudanças assistidas pelo território fluminense no contexto do seu processo de reestruturação econômica entre os anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Cumpre pontuar que, como não temos a pretensão de realizar um estudo que seja capaz de conceder uma ampla precisão quantitativa acerca do montante dos investimentos externos diretos chineses no mundo, no Brasil e no território fluminense, assinalamos que pelas limitações impostas a esse trabalho para alcançar tamanha complexidade diante das divergências que abrangem os dados sobre investimentos chineses em diferentes escalas, consideramos, sobretudo, algumas bases de dados quantitativos que foram viáveis para realização da pesquisa e para que fossemos capazes de realizar uma análise dos investimentos externos diretos no território fluminense. Diante ao exposto, há que se destacar aqui que as informações sobre investimentos chineses no mundo divergem de acordo com a fonte utilizada, de modo que fontes oficiais revelam dados que se distinguem de fontes

independentes, desafio que não somente foi constatado nessa pesquisa, como foi posto em tela em pesquisas precedentes<sup>31</sup> que, apesar das suas limitações, contribuíram para as nossas reflexões e adoção de procedimentos para se trabalhar com o tema.

Com efeito, diante das limitações impostas, cumpre assinalar que se torna algo muito difícil quantificar com precisão os investimentos externos diretos chineses nas mais diferentes escalas geográficas. Ademais, somam-se à pouca confiança nas estatísticas oficiais e à divergência entre fontes independentes, a falta de precisão nos dados disponibilizados, o que implica, por conseguinte, a emergência de inúmeras problematizações e muitas dificuldades para uma abordagem completamente assertiva e, sobretudo, precisa no que concerne às informações sobre a distribuição geográfica dos investimentos externos diretos chineses em diferentes escalas de análise.

Devido a isso, optamos em realizar o levantamento sobre investimentos externos diretos a partir de fontes oficiais para analisar os fluxos e os estoques de investimentos externos diretos chineses no mundo, assim como realizar uma análise comparativa a partir do levantamento sobre investimentos externos diretos chineses no Brasil entre uma fonte oficial e uma fonte independente. Após a realização dessa análise comparativa, cuja compreensão implicou a identificação de divergências entre os valores dos fluxos e estoques de investimentos chineses no país, mas viabilizou a compreensão do processo de ampliação dessas inversões no território brasileiro, optou-se por escolher a análise dos dados de uma fonte independente que disponibilizasse os dados que permitissem compreender o aporte dos investimentos externos diretos chineses no território fluminense.

Todavia, mesmo com a adoção desses procedimentos, constatamos que, à medida que o levantamento das informações se aproximava dos anos mais recentes, a imprecisão das informações quantitativas se manteve, o que fica evidente quando optamos tanto por contabilizar os investimentos realizados no setor de energia elétrica no território fluminense através da adoção de uma média entre as Unidades Federativas contempladas por essas inversões, quanto no que

---

<sup>31</sup> Ver Oliveira, A. (2012), Cebc (2013; 2019), Macedo; Spniola (2015), Kupfer; Rocha (2018); Silveira (2018).

concerne aos investimentos mais recentes no setor de petróleo e gás, cuja adoção do procedimento e o exercício de comparação entre os dados apresentados pelo Conselho Empresarial Brasil-China e as informações disponibilizadas pela Agência Nacional do Petróleo, embora permitissem a confirmação dos investimentos nos impediram de inserir as inversões mais recentes realizadas pelas empresas CNOOC e CNODC em rodadas de leilão do petróleo na tabulação dos valores e dos projetos realizados no território fluminense entre os anos 2010 e 2018. Tal impedimento deve-se, sobretudo, às limitações impostas para conseguirmos alcançar com assertividade a compreensão acerca dos valores realizados estritamente pelas referidas empresas chinesas.

Não obstante aos desafios impostos aos procedimentos quantitativos, foi possível compreender que a realização dessas inversões manteve, sobretudo, a tendência de realização de investimentos chineses no setor de energia (petróleo e gás) realizados por empresas estatais chinesas e orientados pela busca de recurso. Este processo foi possível de ser compreendido, à medida que realizamos a tabulação dos dados, aos quais os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa nos permitiram alcançar, e seguimos estritamente a análise dos dados disponibilizados pelo Conselho Empresarial Brasil-China para as demais inversões realizadas no território fluminense durante o referido período.

Há que se destacar que utilizamos os dados disponibilizados pela Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento<sup>32</sup> (UNCTAD) para analisar os fluxos e os estoques de investimentos externos diretos em escala global entre os anos 1970 e 2018. Ademais, cumpre pontuar que realizamos a adoção desta mesma base de dados para compreender os fluxos e estoques de investimentos externos diretos realizados no Brasil entre os anos 1990 e 2018.

Outrossim, há que se registrar que utilizamos a base de dados disponibilizados pela Unctad a fim de compreender os fluxos e estoques de investimentos externos diretos realizados na República Popular da China, assim como os fluxos e estoques realizados pela República Popular da China no exterior durante o período compreendido entre os anos 1980 e 2018. Não podemos deixar

---

<sup>32</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

de registrar que o levantamento e a utilização dos dados da Unctad para analisar os investimentos chineses foram realizados, sobretudo, pelo fato desta instituição ter como base as informações do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) para divulgar os fluxos e os estoques de investimentos externos diretos chineses no mundo.

Através desse procedimento metodológico, foi possível a realização de uma análise atualizada desses investimentos e a compreensão da trajetória de ampliação dos fluxos e estoques de investimentos chineses no mundo entre os anos 1980 e 2018. A escolha por esse recorte temporal se justifica pelo fato do processo reformista da economia chinesa remontar o final da década de 1970, quando o Governo Deng Xiaoping promoveu a abertura do país ao influxo de investimentos estrangeiros e adotou as primeiras medidas para que o país asiático realizasse suas inversões no exterior. A partir desse período, a República Popular da China manteve a realização de suas inversões no exterior nas décadas subsequentes, permitindo assim a continuidade do monitoramento daqueles dados durante os anos de realização dessa pesquisa, de modo que no momento de conclusão deste trabalho os dados disponíveis pela Unctad se limitavam ao ano de 2018.

Há que se pontuar aqui que, quando nossas análises se inclinaram à compreensão da geografia dos investimentos externos diretos chineses, utilizamos o *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment* (Boletim Estatístico dos Investimentos Externos Diretos Chineses) disponibilizado pelo Mofcom para evidenciar os fluxos e estoques dos investimentos externos diretos chineses em diferentes regiões do mundo. Através desse exercício analítico, foi possível realizar a comparação entre os dados disponibilizados por aquelas duas fontes oficiais e compreender o processo de reorganização geográfica nos fluxos e estoques daqueles investimentos no mundo.

Ademais, a análise do Boletim Estatístico dos Investimentos Externos Diretos Chineses, disponibilizado pelo Mofcom, permitiu identificar os territórios com os maiores estoques dos investimentos externos diretos chineses nas diferentes regiões do mundo. Após esse procedimento, foi possível perceber que o

Brasil possui relevância enquanto um dos maiores países receptores desses investimentos na América Latina.

À medida que nossa atenção se voltou à compreensão do processo de entrada das inversões chinesas no território brasileiro, houve uma necessidade de contar tanto com os dados disponibilizados pelo Mofcom, quanto com a base de dados de uma fonte independente. Esse procedimento foi adotado pelo fato de identificarmos expressivas diferenças acerca dos valores informados nos boletins disponibilizados pelo Mofcom e os valores de investimentos externos diretos chineses confirmados por uma fonte independente que realiza pesquisa e publica informações acerca dos investimentos chineses no Brasil.

Diante ao exposto, cabe destacar, sobretudo, que essas diferenças ocorrem tanto pela dificuldade de realizar um monitoramento com precisão acerca da distribuição geográfica dos investimentos chineses<sup>33</sup>, quanto pelas implicações decorrentes do processo de *round tripping*<sup>34</sup>. Nesse sentido, compreendemos que diante das dificuldades para se realizar um levantamento preciso acerca dos investimentos chineses no país, seria necessário um monitoramento mais assertivo acerca dos aspectos quantitativos referentes aos investimentos chineses no Brasil, assim avaliamos como assertivo utilizar os dados sobre investimentos chineses confirmados no território brasileiro disponibilizados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Sinalizamos que essa escolha se deve ao fato das inúmeras dificuldades impostas para se trabalhar com esse tema e pela falta de precisão para a realização das análises desses dados, haja vista que os mesmos foram encontrados de forma fragmentada, assim como variam de acordo com a fonte e/ou publicação sobre a temática dos investimentos externos diretos chineses em diferentes escalas. Ademais, há que se registrar as divergências dos volumes anunciados por lideranças governamentais chinesas ou pela imprensa em relação ao montante de investimentos chineses confirmados ou efetivados em um dado período no país. Outrossim, cabe assinalar que tal como aquela fonte chinesa, os dados sobre

---

<sup>33</sup> Ver Cebc (2013).

<sup>34</sup> Ver Holland; Barbi (2010), Cebc (2011) e Miranda (2015).

investimentos externos diretos no país disponibilizados pelo Banco Central do Brasil registram apenas o último destino do capital estrangeiro antes de seu ingresso no país, implicando assim o mesmo problema quando ocorre, por exemplo, a passagem dos fluxos de capitais por paraísos fiscais (CEBC, 2013).

Há que se pontuar que, com uma importante contribuição em pesquisas sobre a temática dos investimentos externos diretos chineses, o Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes que estão situadas nos referidos países e concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento sino-brasileiro<sup>35</sup>. Enquanto o principal interlocutor dos governos de Brasília e Pequim que se propõe a contribuir na promoção das relações econômicas sino-brasileiras, o conselho realiza publicações cuja pretensão consiste em colaborar para uma melhor compreensão da relação sino-brasileira, aportando informações de utilidade para os setores público, privado, acadêmico e a sociedade civil, assim como tem o objetivo de realizar o aperfeiçoamento do ambiente de comércio e investimentos entre os dois países e divulgar novas tendências no âmbito das relações entre o Brasil e a China (CEBC, 2011; 2017; 2018).

Ademais, há que se destacar que a escolha elencada se deve, entre outros fatores, ao fato do Conselho Empresarial Brasil-China ser pioneiro na execução de estudos independentes sobre os investimentos chineses no Brasil (CEBC, 2017). Outrossim, cumpre pontuar que, criado no contexto de aprofundamento das relações bilaterais sino-brasileiras, o Conselho Empresarial Brasil-China reúne um conjunto de publicações sobre a realização de investimentos chineses no Brasil, cuja estrutura da metodologia utilizada por esse conselho para rastrear os projetos de investimentos chineses no país compreende como fontes principais: i) o monitoramento sistemático da mídia especializada, que em geral anuncia decisões de investimentos por empresas estrangeiras no Brasil; ii) a realização de entrevistas com empresas, órgãos governamentais, associações empresariais e embaixadas, mapeando os projetos de investimentos; iii) o exame de registros financeiros de empresas e outros documentos públicos que confirmam ou sugerem

---

<sup>35</sup> Ver portal eletrônico do Conselho Empresarial Brasil-China. Disponível em: <<http://cebc.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

o investimento no país; e iv) a classificação dos investimentos em “anunciado” e “confirmado” através de levantamento junto às empresas chinesas ou com empresas parceiras no Brasil, caso tenha (CEBC, 2013; 2018).

Posto isso, convém pontuar que para a realização do levantamento e quantificação dos investimentos chineses confirmados no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, utilizamos as publicações e os boletins sobre os investimentos chineses no Brasil elaborados pelo Conselho Empresarial Brasil-China entre os anos de 2011 e 2019. A justificativa para tal escolha deve-se ao fato destas publicações viabilizarem o acesso ao quantitativo daqueles investimentos no país, assim como a compreensão do volume de capitais oriundos da República Popular da China anunciados e confirmados no território nacional entre os anos de 2007 e 2018.

Portanto, através da utilização dos dados disponibilizados pelo Conselho Empresarial Brasil-China foi possível identificar, primeiramente, o aporte de investimentos chineses confirmados no Brasil durante o período compreendido pelos anos 2007 e 2018. Para em seguida, identificar e analisar o influxo dos investimentos externos diretos chineses confirmados no território fluminense possíveis de serem quantificados no período compreendido pelos os anos 2010 e 2018.

No que concerne ao território fluminense, a escolha por esse recorte temporal se justifica tanto pelas escassas informações acerca de informações sobre investimentos chineses em períodos precedentes e pelo expressivo aporte desses investimentos confirmados no território fluminense em 2010. Assim como, pela possibilidade de realizar uma contribuição a partir da continuidade do monitoramento do influxo de capitais sínicos viabilizada através do exercício de revisões das publicações sobre investimentos chineses realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China para o período compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Ademais, convém pontuar que enquanto uma das principais técnicas em pesquisas com abordagem qualitativa, as entrevistas são realizadas através de conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação (LIMA, 2016). Assim, a condução das entrevistas realizadas nesse trabalho foi

realizada, tal como propõe a autora supra referenciada, tendo como prerrogativa o conhecimento prévio do perfil do candidato e através de um roteiro<sup>36</sup> atrelado às opções da pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas<sup>37</sup> por uma pauta<sup>38</sup> foram realizadas com acadêmicos e representantes de instituições dada à experiência teórico-conceitual e empírica no que concerne às relações bilaterais sino-brasileiras e a geografia econômica do território fluminense.

Diante ao exposto, convém registrar que para a realização das entrevistas semiestruturadas por uma pauta, contamos com a colaboração do Prof. Dr. Mauro Osorio, presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), cujas considerações apresentadas procuramos seguir à medida que resgatamos algumas das sugestões de literatura indicadas pelo entrevistado, sobretudo, para compreender a dinâmica econômica do território fluminense. Além disso, cumpre pontuar que para a realização das entrevistas semiestruturadas por uma pauta também contamos com a colaboração do Prof. Dr. Maurício Santoro Rocha, membro do Departamento de Relações Internacionais da UERJ, assim como com as contribuições dos Professores Doutores Elias Marco Khalil Jabbour e Lia B. Valls Pereira que compõem o quadro docente do Instituto de Economia da UERJ, as quais somam-se às considerações apresentadas pela entrevista realizada junto ao Prof. Dr. Eduardo Sol O. da Silva, membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade da Força Área (UNIFA).

Ademais, cabe destacar que contamos com a colaboração para a realização das entrevistas semiestruturadas por pauta junto ao Sr. Tulio Cariello,

---

<sup>36</sup> A fim de evitar “amarrar” o entrevistado, a entrevista semiestruturada seguiu, tal como recomenda Lima (2016) a fluência de uma a conversa. Assim, consideramos tanto a sequência de perguntas pensadas para a realização da entrevista pelo roteiro, quanto a experiências e as considerações dos entrevistados sobre o tema pesquisado.

<sup>37</sup> A partir das considerações apresentadas por Lima (2016) compreende-se por entrevista semiestruturada aquelas entrevistas que possuem um roteiro como requisito fundamental, de modo que ao ocorrer livre manifestação do respondente o entrevistador conduz a entrevista a partir de um roteiro, sobretudo, pelo fato deste roteiro se constituir como um guia para o entrevistador.

<sup>38</sup> A partir das considerações traçadas por Gil (1999), a entrevista por pauta apresenta certo grau de estruturação e guia-se pela relação de pontos de interesse que o entrevistador está explorando ao longo do seu curso. De modo que as pautas devem ser ordenadas e guardar certas relações entre si, fazendo o entrevistador poucas perguntas diretas e deixando o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas, intervindo de maneira sutil quando o entrevistado se afasta da temática abordada a fim de preservar a espontaneidade do processo (GIL, 1999).

Coordenador de Análise e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China. Além desses apontamentos, convém evidenciar que contamos com a colaboração para a realização das entrevistas semiestruturadas por uma pauta junto à Sra. Cristina King, Coordenadora Comercial da empresa Kerui, assim como junto à Sra. Singing, Vice-Diretora do Departamento Comercial da SDC do Brasil, empresa filiada da China Communications Construction Company.

No que concerne às entrevistas abertas<sup>39</sup>, foi possível contar tanto com a colaboração junto ao Sr. Wan, funcionário do Bank of China, que na ocasião foi intermediada pela Sra. Ana, Gerente de Relacionamento da referida instituição. Assim como, com a realização de uma breve entrevista aberta junto ao Cônsul-Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro Sr. Li Yang, quando foi possível traçar breves apontamentos acerca da pesquisa que estava em curso e ouvir suas considerações sobre o tema na oportunidade do encontro ocorrido a reboque da realização do evento Seminário O Futuro da Parceria Global China-Brasil<sup>40</sup>.

Ademais, cabe assinalar que a fim de alcançar um aprofundamento das questões propostas por esta pesquisa, este estudo contou com a realização de trabalhos de campo realizados junto à equipe de pesquisadores que integram o NEGEF e sob a Coordenação do Prof. Dr. Glaucio José Marafon. De modo que enquanto integrante da referida equipe, a participação nos trabalhos de campo esteve orientada à compreensão de projetos de infraestrutura realizados no território fluminense, assim como à apreensão acerca das características centrais das economias regionais e à identificação das principais atividades produtivas presentes nas regiões de governo do território fluminense, de modo que nossa atenção se voltava à compreensão dos aspectos gerais da reestruturação econômica do território fluminense, sobretudo, quando tivemos a oportunidade de

---

<sup>39</sup> De acordo com Lima (2016) pode-se compreender que as principais características de uma entrevista aberta compreendem uma maior informalidade no âmbito da realização das questões prévias e apresentam um caráter exploratório, de modo que há livre manifestação por parte do respondente, assim como a livre condução pelo entrevistador.

<sup>40</sup> Sobre o Seminário O Futuro da Parceria Global China-Brasil, ver portal eletrônico do evento. Disponível em: <<https://epge.fgv.br/conferencias/2019/o-futuro-da-parceria-estrategia-global-china-brasil/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

realizar trabalhos de campo tanto nas regiões Norte Fluminense e Centro-Sul Fluminense, quanto nas regiões Serrana, Médio Paraíba e da Costa Verde.

Além disso, cabe registrar que se somam às oportunidades concedidas, os trabalhos de campo realizados de modo independente cujos objetivos estiveram voltados a identificar os escritórios de representação de empresas chinesas, assim como as áreas onde houve a implantação de atividades produtivas relacionadas ao aporte de investimentos chineses presentes no território fluminense. Para alcançarmos estes fins, realizamos visitas aos edifícios onde se localizam os escritórios de representação das empresas Kerui, State Grid, Sinopec Repsol Brasil, Sinochem e SDC do Brasil, cabendo pontuar ainda que durante o período de restrição da mobilidade espacial no território fluminense em decorrência da pandemia<sup>41</sup> resultante do coronavírus (Covid-19)<sup>42</sup>, mantivemos o desenvolvimento de nossas investigações não somente através da consulta aos portais eletrônicos das empresas, mas através da busca de informações por meio de contatos telefônicos. Não obstante à realização desses esforços, quando foi possível o estabelecimento do aludido contato, as informações obtidas, apesar de limitadas, viabilizaram algumas contribuições para a compreensão dos aspectos pertinentes à realização da pesquisa.

Diante ao exposto, há que se pontuar que além dessa introdução, a pesquisa em tela é constituída por mais três seções que constituem os capítulos 2, 3 e 4, assim como pelas considerações finais que em conjunto conformam a estrutura do trabalho. Assim, somam-se às considerações introdutórias expostas mais três capítulos que procuram discutir, respectivamente: i) a conjuntura à qual a República Popular da China ascende à condição de receptor de investimentos externos diretos e emerge enquanto investidor internacional, as medidas realizadas para promover o processo de abertura econômica ao influxo desses investimentos no território daquele país asiático, assim como as diferentes fases que marcaram a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional e

---

<sup>41</sup> Ver decreto Nº 46.973 de 16 de março de 2020 do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DIARIO-OFICIAL-17\\_03\\_2020.pdf.pdf](http://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DIARIO-OFICIAL-17_03_2020.pdf.pdf)>. Acesso em 08 jul. 2020.

<sup>42</sup> Ver portal eletrônico da Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

a geografia dos investimentos externos diretos chineses; ii) o processo de abertura econômica do território brasileiro no curso de implementação das políticas econômicas neoliberais não somente a fim de identificar o aporte de investimentos externos no país, mas alcançar a compreensão do influxo de investimentos chineses no território brasileiro, todavia, não olvidamos a intensificação das relações econômicas sino-brasileiras, sobretudo, por compreendermos que após a intensificação do intercâmbio comercial a ampliação do aporte de investimentos chineses no território brasileiro marca uma nova fase nas relações entre o Brasil e a China; iii) o processo de reestruturação econômica do território e os desdobramentos da relações econômicas sino-brasileiras no curso da reestruturação econômica do território fluminense, a fim de alcançar a compreensão acerca do influxo de investimentos chineses no território fluminense, assim como analisar a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Ao obedecer à condução desta narrativa, no capítulo 2 evidenciamos a liderança da República Popular da China no processo de renascimento econômico da Ásia Oriental e avançamos com nossas reflexões não somente recuperando o período Maoísta, mas apresentando o processo de abertura econômica do país asiático aos investimentos externos diretos. Ademais, analisamos a trajetória de emergência da República Popular da China à condição de investidor internacional e traçamos considerações acerca da geografia dos investimentos externos diretos chineses, pondo em tela o Brasil enquanto país receptor desses investimentos na região da América Latina.

No capítulo 3, nossa atenção se volta à trajetória dos investimentos estrangeiros no território brasileiro, assim evidenciamos o processo de abertura econômica do território ao influxo de investimentos externos diretos entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Em seguida, alcançamos as relações econômicas sino-brasileiras contemplando a passagem de intensificação do intercâmbio comercial ao aumento do influxo de investimentos chineses no território brasileiro no curso das primeiras décadas do século XXI. Para

posteriormente, evidenciar e analisar o aporte desses investimentos no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018.

No capítulo 4, nossas reflexões alcançam o recorte espacial compreendido pelo território fluminense. Nesse sentido, apresentamos trajetória de perdas entre os anos 1930 e a primeira metade da década de 1990, assim como o processo de reestruturação econômica do território fluminense entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Em seguida, elencamos os desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no território fluminense nas primeiras décadas do século XXI e a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

## 2

### **A trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional**

No início do século XXI, a China, realizou, por fim, o desejo acalentado dos reformistas desde o final do século XIX de tornar o país “rico e poderoso”. A predominância econômica crescente da China no cenário mundial significava um renascimento do seu poder econômico dominante em séculos passados.

Merle Goldman, 2008

Apesar desta pesquisa ter como o centro de suas análises a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense no recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018, consideramos que antes de enfatizarmos esse processo, necessitamos realizar uma contextualização acerca da proeminência econômica chinesa para não empreendermos uma análise atemporal acerca da trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional. Para tanto, além dessas considerações iniciais, este capítulo é constituído por mais quatro seções. Assim, na primeira seção, consideramos a perspectiva analítica sobre os ciclos sistêmicos de acumulação que ocorreram no curso do capitalismo histórico a fim de evidenciar o renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China. Na segunda seção, pontuamos alguns aspectos históricos da sociedade chinesa para, em seguida, alcançar o processo de reforma e abertura econômica da República Popular da China a partir do último quarto de décadas do século XX. Ademais, na terceira seção consideramos o processo reformista e evidenciamos a trajetória do país asiático à condição de investidor internacional, apresentando a posição que a República Popular da China ocupa tanto nos fluxos quanto nos estoques de investimentos externos diretos, em 2018. Em seguida, a quarta seção põe em tela uma análise acerca da distribuição espacial dos investimentos chineses no exterior evidenciando tanto o processo de reorganização geográfica na distribuição dos investimentos chineses em diferentes regiões do mundo, quanto as nossas considerações acerca da geografia dos investimentos externos diretos da República Popular da China no curso das primeiras décadas do século XXI.

## 2.1.

### **O renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China**

Compreender o dinamismo da geografia econômica na escala mundial e suas implicações nos recortes espaciais contemplados pelos territórios exige, indiscutivelmente, para esta pesquisa, o entendimento da relevância que a República Popular da China apresenta na atual fase do capitalismo histórico enquanto país que lidera o renascimento econômico da Ásia Oriental. Apesar dos desafios que emergem para pôr em tela esse processo independentemente do marco teórico utilizado pelo pesquisador, não há como desconsiderar que aquele país asiático, além de recuperar a primazia econômica regional com uma das maiores taxas de crescimento de seu produto interno bruto e diante da posição alcançada enquanto maior potência comercial, se destacou pela sua emergência enquanto segundo maior país receptor de inversões estrangeiras e pela sua trajetória de projeção à condição de segunda maior fonte de investimentos externos diretos no mundo.

Todavia, como as análises sistêmicas supõem uma visão teórica, sobretudo, no que concerne ao espaço e ao tempo, convergimos com Fiori (2008) quando assinala que sem teoria se torna impossível interpretar uma dada conjuntura internacional e identificar os acontecimentos e os movimentos estruturais que ocorrem no sistema mundial. Apesar de não desconsiderarmos as formulações propostas por diferentes autores aos quais devemos grande parte de nossas reflexões sobre o tema a partir do contato obtido através do levantamento bibliográfico para o desenvolvimento dessa pesquisa, compreendemos que diante das limitações impostas por essa investigação, procuramos seguir a trilha sugerida pelo referencial teórico elencado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2013b) e, nesse sentido, consideramos como assertivo a perspectiva teórica oferecida por Giovanni Arrighi a fim de alcançarmos a compreensão acerca da conjuntura do renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China.

A partir da perspectiva teórica oferecida por Giovanni Arrighi, é possível entender que o capitalismo histórico, enquanto sistema mundial, foi marcado

pelos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, assim como pelo controle exercido no alto comando da economia mundial pelas regiões da Europa Ocidental e da América do Norte. Ademais, é possível compreender que o crescimento experimentado pela economia chinesa nas últimas décadas implicou a ocorrência de mais um recente deslocamento espacial do epicentro dos processos de acumulação através do estabelecimento de um centro emergente na região da Ásia Oriental.

Diante ao exposto, não há como desconsiderar o apontamento realizado pelo geógrafo Rogério Haesbaert quando assinalou que:

apesar de toda a retórica socialista do regime chinês, pode-se mesmo antever, sob inspiração dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi [...], que estaria em curso uma inauguração de um novo ciclo capitalista capitaneado pela Ásia Oriental, em substituição à hegemonia norte-americana, moldada a partir do final do século XIX e que passou a decair no final do século XX [...] (HAESBAERT, 2013b, p. 115).

Ao compreendermos que as formulações teóricas são importantes no processo de investigação por proporcionarem uma adequada compreensão acerca de uma dada conjuntura e, sobretudo, para que nossas reflexões não sejam conduzidas de forma atemporal no que concerne à conjuntura em que a República Popular da China ascende como a segunda maior economia mundial, apresentando expressiva participação no comércio internacional e se projetando tanto como segunda maior receptora de investimentos internacionais, quanto a segunda maior fonte de investimentos externos diretos; entendemos que faz-se necessário evidenciar, de modo sucinto, os ciclos sistêmicos de acumulação que ocorreram no curso do capitalismo histórico para alcançarmos o processo de renascimento econômico da Ásia Oriental sob a liderança da República Popular da China<sup>43</sup>. Destarte, cabe assinalar que no livro “O longo século XX: dinheiro,

<sup>43</sup> Há que se destacar que, ao trabalharmos com o capitalismo histórico enquanto sistema mundial sob a perspectiva arrighiana, reiteramos que não esquecemos a proeminência econômica chinesa até o período oitocentista abordada por autores como Panikkar (1969), Maddison (2001; 2007), Fairbank; Goldman (2008), Ribeiro (2008), Frank (2009), Lyrio (2010), Kissinger (2011; 2015), Spence (2011), Trevisan (2014), Pinent (2015), Kaplan (2013) e Mason (2017). No entanto, dadas limitações dessa pesquisa e por questões teórico-metodológicas nos inclinamos em evidenciar os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação que ocorreram no curso do sistema interestatal capitalista para, em seguida, abordar a liderança chinesa no processo de retomada da participação da região asiática na economia mundial e evidenciar que, atualmente, a República Popular da

poder e as origens de nosso tempo”, Giovanni Arrighi realiza uma incursão pelo capitalismo histórico para apresentar os diferentes ciclos sistêmicos de acumulação<sup>44</sup> que ocuparam o alto comando da economia mundial e que se caracterizaram como as unidades centrais hegemônicas durante os últimos cinco séculos<sup>45</sup>.

De acordo com Arrighi (2012), no curso do capitalismo histórico, as expansões financeiras antecederam as crises dos regimes de acumulação e a principal consequência espacial desse processo consistiu nos deslocamentos dos centros de riqueza e poder na escala global. Destarte, cumpre pontuar que através da perspectiva arrighiana, compreende-se que quando vistos em sequência, Gênova, Holanda, Reino Unido e os Estados Unidos se constituíram como os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, sendo o sistema interestatal capitalista marcado pelo ciclo genovês, ao longo do século XV e o início do século XVII; pelo ciclo holandês, do fim do século XVI e durante a maior parte do século XVIII; pelo ciclo britânico, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XX; e pelo ciclo norte-americano, que durou entre os anos 1870 até a ocorrência da expansão financeira e a crise desse regime de acumulação na década de 1970<sup>46</sup> (ARRIGHI, 2012).

---

China não se destaca apenas por ser o país mais populoso do mundo e recuperar a condição de maior economia asiática, mas se projeta pela trajetória de crescimento econômico e ascensão à segunda maior economia mundial, assim como pela condição de potência comercial e pela sua passagem de receptor de investimentos estrangeiros à condição de investidor internacional nas primeiras décadas do século XXI.

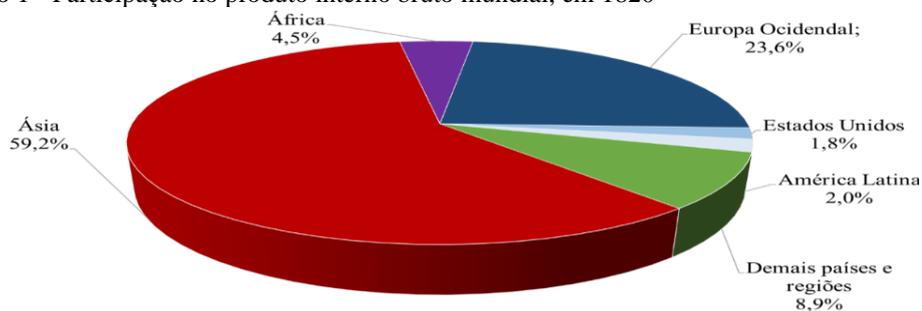
<sup>44</sup> Arrighi (2012) utiliza o conceito de ciclo sistêmico de acumulação para descrever e elucidar a formação, a consolidação e a desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu entre o fim da Idade Média até a sua dimensão atual.

<sup>45</sup> Ao partirmos das considerações de Arrighi (2008), entendemos que os diferentes ciclos sistêmicos de acumulação possuíram um complexo específico de agentes governamentais e empresariais, foram constituídos por processos análogos e apresentaram padrões recorrentes, caracterizando-se tanto pela ocorrência de sua fase de expansão material, ou seja, pela expansão do comércio e da produção, sendo esta fase sucedida pelas expansões financeiras.

<sup>46</sup> Através da realização desse resgate do capitalismo histórico, Arrighi (2012) não revela apenas que o processo de acumulação de riqueza e poder remetem às cidades-estados do norte italiano e que as origens do sistema westfaliano remontam ao período do exercício da hegemonia holandesa, mas evidencia que após esse regime de acumulação o sistema interestatal capitalista assistiu o período do imperialismo de livre comércio durante a hegemonia britânica e mostra que as estratégias e estruturas de acumulação de capital que conformaram o regime de livre iniciativa compreenderam o período da hegemonia norte-americana, nos permitindo compreender que o curso de declínio econômico da região da Ásia Oriental se desdobrava em paralelamente aos

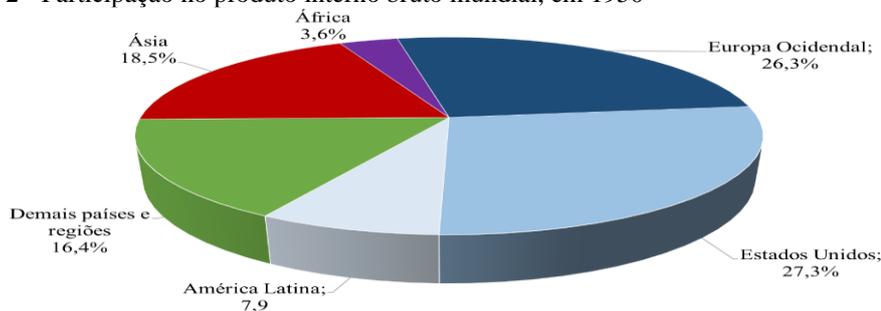
Ao apresentar as mudanças no alto comando da economia mundial com os deslocamentos espaciais nos centros de riqueza e poder do capitalismo histórico, Giovanni Arrighi não apenas revela a formação de um novo regime de acumulação em detrimento de um antigo, mas evidencia em suas considerações a “vitória” de uma “nova” região sobre uma “antiga” enquanto unidade central do sistema capitalista. Assim, a partir do escopo teórico oferecido pelo pensamento arrighiano, entende-se que após a liderança da economia mundial pelos ciclos sistêmicos de acumulação genovês, holandês e britânico, o capitalismo histórico assistiu ao deslocamento espacial do alto comando da economia mundial de uma “antiga” região que era a Europa para a América do Norte que se conformava como uma “nova” região de acumulação em decorrência da ascensão e consolidação do ciclo sistêmico norte-americano. De modo que no curso desse processo, o que se assistia era, por conseguinte, a diminuição na participação na composição da economia mundial pela região da Ásia (Gráficos 1 e 2<sup>47</sup>).

Gráfico 1 - Participação no produto interno bruto mundial, em 1820



Fonte: Maddison, 2001, p. 263. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 2 - Participação no produto interno bruto mundial, em 1950



Fonte: Maddison, 2001, p. 263. Gráfico elaborado pelo autor.

descolamentos espaciais dos centros de riqueza e poder entre a Europa Ocidental e a América do Norte.

<sup>47</sup> Nos Gráficos 1 e 2, os dados referentes à Ásia incluem o Japão. Ademais, ver Maddison (2001, p. 263).

Apesar de não haver consenso sobre a crise terminal do regime norte-americano e o início de um novo estágio de desenvolvimento no capitalismo histórico e de ainda não estar claro para alguns autores se estamos prestes a assistir a mais uma troca da guarda do alto comando da economia mundial capitalista<sup>48</sup>, para Giovanni Arrighi, o processo de substituição da América do Norte pelo Leste Asiático como o centro mais dinâmico de acumulação de capital em escala mundial é considerado uma realidade. Consciente desse processo, Giovanni Arrighi entende que após os longos séculos de controle do alto comando da economia mundial capitalista, respectivamente, pelas regiões da Europa e da América do Norte e, sobretudo, após a ocorrência da expansão financeira e da crise do regime de acumulação norte-americano, o que assistimos é, portanto, o processo de renascimento econômico da Ásia Oriental.

Apesar de Giovanni Arrighi iniciar a análise desse processo quando abordou o “milagre econômico” regional do Leste Asiático<sup>49</sup>, foi apenas quando escreveu “Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI”, que o pensamento arrighiano se inclinou em compreender, mais especificamente, as linhagens da nova era asiática e o renascimento econômico da Ásia Oriental. Nesse livro, Arrighi (2008) não nos deixa esquecer que a China ocupava a posição de potência hegemônica do Leste Asiático e expõe que o renascimento econômico da Ásia Oriental é um sinal claro que já começou mais uma transferência dos centros de riqueza e poder no curso do capitalismo histórico.

Ademais, o referido autor revela que tal como ocorreu no passado, quando durante a crise de um antigo regime surgiram as condições para a ascensão de um novo ciclo sistêmico de acumulação, a emergência do Leste Asiático ocorreu em meio à conjuntura do último quarto de décadas do século XX, se constituindo como um subproduto do regime anterior norte-americano. Assim, pela perspectiva

---

<sup>48</sup> Ver Fiori (2008), Shambaugh (2013) e Novak; Nahimas (2019).

<sup>49</sup> Acerca desse processo, Arrighi (2012) evidencia que os países daquela região apresentaram uma expansão material com um expressivo crescimento da produção industrial durante a crise do antigo regime norte-americano e pontua a redução da defasagem da atividade industrial em relação aos países que compunham o núcleo orgânico do sistema capitalista. Ademais, Giovanni Arrighi destaca o comércio do Pacífico superando o do Atlântico e o processo de expansão financeira, em que Hong Kong se torna o terceiro maior centro financeiro do mundo, após as cidades de Londres e Nova York, e revela que, naquele contexto, a Coreia do Sul se tornava um dos maiores investidores externos diretos da região do leste e sudeste asiáticos.

arrighiana, entende-se que no curso dos processos que marcaram o último quarto daquele século e a passagem para o século XXI, o capitalismo histórico assistiu não apenas a crise do regime de acumulação norte-americano, como experienciou o renascimento econômico da Ásia Oriental<sup>50</sup>.

Diante ao exposto, entende-se que a base teórico-metodológica arrighiana nos auxilia, sobretudo, por permitir compreender que após a Ásia ter apresentado uma participação expressiva na economia mundial e ter vivenciado uma trajetória de declínio com a retração da participação econômica da China, a hegemonia da economia mundial passou a ser exercida, respectivamente, pelas regiões da Europa e da América do Norte durante os subsequentes “longos séculos”. Todavia, mais recentemente, o capitalismo histórico assistiu tanto uma sucessão de milagres econômicos de Estados da região do Leste Asiático<sup>51</sup>, quanto uma expressiva trajetória de crescimento da economia chinesa que conduziu a República Popular da China a exercer a liderança no processo de renascimento econômico da Ásia Oriental.

Com efeito, a China recuperou a posição de primazia econômica daquela região e passou a apresentar uma expressiva contribuição na economia mundial. Ademais, o país asiático se destacou pela trajetória de crescimento econômico, pela posição de maior potência comercial e pela passagem da condição de receptora de investimentos internacionais para uma das maiores fontes de investimentos do mundo nas primeiras décadas do século XXI.

Para termos a dimensão desses processos, devemos compreender que, apesar de no curso histórico do sistema capitalista os países desenvolvidos terem concentrado a prosperidade econômica e se constituírem como os centros de poder

---

<sup>50</sup> Nesse sentido, o teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação pontua que, “a vitalidade do capitalismo do Leste Asiático tornou-se uma grande limitação e um fator de instabilidade para as estruturas decadentes da hegemonia norte-americana” (ARRIGHI, 2008, p. 31).

<sup>51</sup> Acerca da sucessão de milagres econômicos de estados da região do Leste Asiático, Arrighi (1999; 2008; 2012) evidencia que esse processo começou pelo Japão nas décadas de 1950 e 1960, passando, posteriormente, pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia nas décadas de 1970 e 1980. Ademais, o autor referenciado revela que apesar da ascensão da economia chinesa ter ocorrido a partir da década de 1980 como resultado das reformas econômicas realizadas por Deng Xiaoping, foi somente a partir da década de 1990 que a República Popular da China emergiu como o centro de expansão comercial e financeira mais dinâmico do mundo e como o novo líder do renascimento econômico da Ásia Oriental.

e riqueza mundial, mais recentemente, as economias em desenvolvimento se projetaram pela participação de, aproximadamente, 59% do produto interno bruto mundial, superando assim a contribuição de 41% representada pelas economias desenvolvidas, em 2017. Nesse contexto, as economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia se projetaram por uma participação de, aproximadamente, 32% no produto interno bruto do mundo, em 2017 (IMF, 2018).

A despeito do processo de diminuição da participação das regiões desenvolvidas como, por exemplo, a América do Norte e a Europa no produto interno bruto do mundo, a trajetória de ampliação da participação asiática na composição da economia mundial está muito concentrada no desenvolvimento de algumas economias emergentes. Todavia, entre essas economias não há como olvidar, mais especificamente, da trajetória de crescimento econômico apresentada pela República Popular da China após as últimas décadas do século XX.

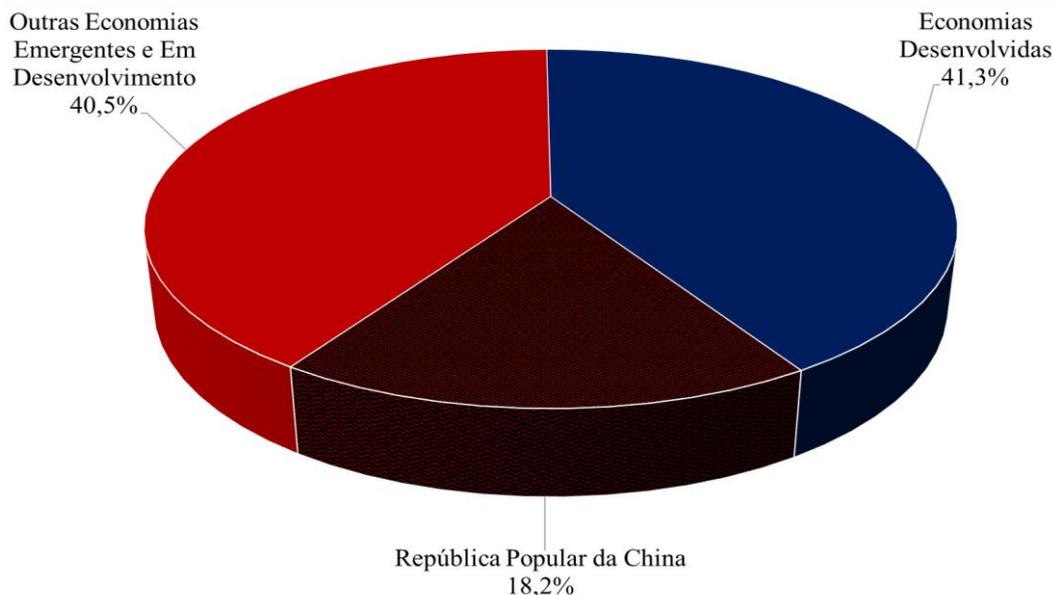
Portanto, após uma trajetória histórica de participação descensional vivenciada tanto pela região asiática, quanto pelo desempenho involutivo chinês na economia mundial, que implicou, sobretudo, na queda da participação chinesa na economia mundial de, aproximadamente, 33% em 1820, para 4,5% em 1950<sup>52</sup>, a partir do último quarto de décadas do século XX, tanto a região da Ásia, quanto, mais especificamente, a República Popular da China se caracterizaram por uma trajetória de ampliação de participação na economia mundial. No que concerne à República Popular da China, cumpre pontuar que após deixar de representar cerca de 4%, em 1973, para apresentar uma contribuição de pouco mais de 11%, em 1998<sup>53</sup>, o referido país asiático alcançou uma participação de, aproximadamente, 18% do produto interno bruto mundial, em 2017 (IFM, 2018) (Gráfico 3).

---

<sup>52</sup> Ver Maddison (2001, p. 263).

<sup>53</sup> Ver Maddison (2001, p. 263).

Gráfico 3 - Participação das economias desenvolvidas, economias emergentes e em desenvolvimento e da República Popular da China no produto interno bruto do mundo (%), em 2017



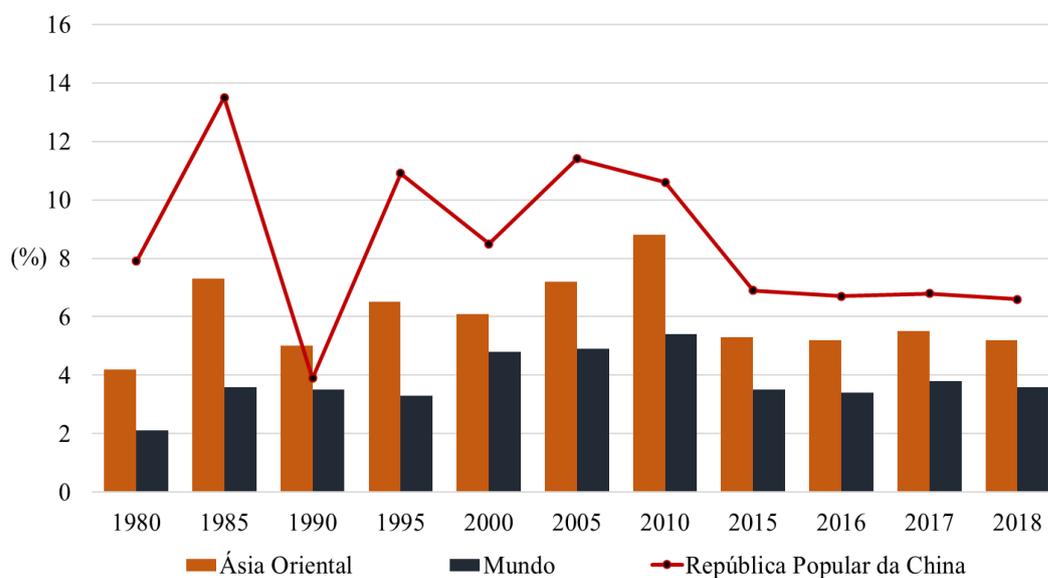
Fonte: IMF, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018#Full-Report>. Acesso em: 25 dez. 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

Compreendendo a maior participação na composição econômica entre as economias emergentes e em desenvolvimento, assim como a maior participação entre os países da região asiática, a República Popular da China não limita sua projeção econômica apenas à escala regional, sobretudo, por se destacar pela emergência à condição de segundo maior produto interno bruto mundial. Apesar da emergência à condição de segunda maior economia mundial alcançada pela República Popular da China não contar com apenas uma explicação, mas contemplar uma complexa soma de fatores que conduziram o país a uma trajetória de décadas de crescimento econômico<sup>54</sup>, é possível compreender que desde que

<sup>54</sup> A partir do levantamento bibliográfico para a realização dessa pesquisa, foi possível compreender que a trajetória de crescimento da República Popular da China pode ser explicada por um processo de modernização do seu sistema produtivo, que compreende tanto a implantação das reformas econômicas que conduziram a abertura ao influxo de inversões estrangeiras, ao comércio internacional e ao acesso à tecnologia estrangeira, quanto ao custo reduzido de uma vasta mão de obra disponível que gradativamente se tornou qualificada e, sobretudo, urbana dada intensificação do movimento de trabalhadores que deixaram a agricultura de subsistência para trabalharem nas atividades compreendidas pela indústria e pelo setor de serviços nos centros urbanos. Ademais, somam-se ao fatores elencados o desenvolvimento de uma densa infraestrutura de transportes, comunicação e energia que serviu de base para a produção industrial e para ascensão à condição de maior centro manufatureiro, assim como o amplo mercado consumidor formado pelo grande contingente populacional do país asiático cuja renda e a capacidade de

foram implantadas as reformas pela Gestão Deng Xiaoping, a trajetória de crescimento do PIB chinês correspondeu a uma média de, aproximadamente, 10% durante o período que se estendeu entre os anos de 1980 e 2018, fazendo com que a República Popular da China superasse as taxas de crescimento do produto interno da Ásia Oriental e do mundo (Gráficos 4).

Gráfico 4 - Crescimento do PIB da Ásia Oriental, do mundo e da República Popular da China (%): 1980-2018



Fonte: International Monetary Fund. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/EAQ](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/EAQ). Acesso em: 08 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

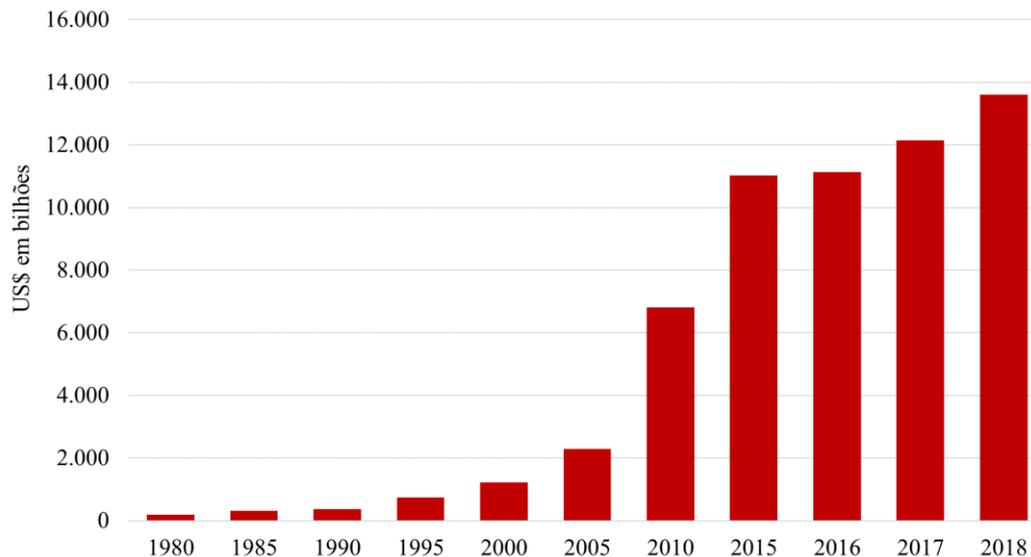
Diante ao exposto, não há como deixar de pontuar que para termos dimensão desse crescimento, faz-se necessário evidenciar que o PIB da República Popular da China saltou de, aproximadamente, US\$ 191,1 bilhões, em 1980, para alcançar o montante de US\$ 13,8 trilhões, em 2018<sup>55</sup> (PINTO, 2011; SEVARES, 2015; CHOW, 2018) (Gráfico 5).

---

consumo aumentaram nas últimas quatro décadas (MEDEIROS, 1999; RIBEIRO, 2008; LYRIO, 2010; HAESBAERT, 2013; HARVEY, 2014; SEVARES, 2015; ROSS, 2016; GIRADO, 2017).

<sup>55</sup> Ver portal eletrônico do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/CN>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Gráfico 5 - Crescimento do PIB da República Popular da China: 1980-2018



Fonte: World Bank. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/CN>>. Acesso em: 22 jan. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

No que concerne ao comércio mundial, assistimos o aumento das exportações de, aproximadamente, US\$ 579 milhões, em 1973, para 18,9 trilhões, em 2018, ao passo que o volume das importações saltou de, aproximadamente, US\$ 579 milhões, em 1973, para US\$ 19,3 trilhões, em 2018 (WTO, 2019). Todavia, durante o período elencado não se observa apenas a intensificação do comércio exterior a reboque do processo de globalização contemporânea, mas é possível identificar um processo de reorganização geográfica no âmbito das relações compreendidas no comércio mundial.

Assim, não obstante a trajetória de redução da participação no comércio internacional apresentada pela Europa e pela América do Norte e a despeito das oscilações apresentadas pelas regiões que integram a América do Sul e Central e Caribe e a África no comércio internacional durante o referido período; a Ásia se projetou como uma região cuja participação no comércio internacional foi ampliada no período compreendido entre os anos 1973 e 2018<sup>56</sup>.

Inserida entre as economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia, a República Popular da China não se destacou apenas por ser o país mais populoso do mundo compreendendo, aproximadamente, 20% da população mundial, mas

<sup>56</sup> Ver WTO, 2014; 2018; 2019. Ademais, ver portal eletrônico da World Trade Organization (WTO). Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

por ser a maior economia asiática com um produto interno bruto superior a US\$ 13 trilhões e por ser a maior potência comercial da região (WTO, 2018). Com efeito, possuindo um padrão recorrente como os regimes de acumulação precedentes no curso do capitalismo histórico, entendemos que a maior economia asiática apresentou um processo de expansão material que pode ser compreendido pela sua trajetória de participação no processo de reorganização geográfica do comércio mundial.

Portanto, a expansão material da República Popular da China pode ser evidenciada não somente pelo aumento de sua participação na composição do produto interno bruto mundial a partir do último quarto do século XX, mas também pela ampliação de sua participação no comércio mundial de, aproximadamente, 1% nas importações e exportações de mercadorias no mundo, em 1973, para cerca 2,5% nas exportações e importações de mercadorias, em 1993, alcançando, aproximadamente 5,0%, em 2003, e atingindo uma posição de primazia como o maior país exportador e a posição de segundo maior mercado importador no comércio internacional, em 2018<sup>57</sup>. Como resultado dessa expansão, a República Popular da China (R. P. da China) se destacou tanto pela sua transformação no eixo de dinamismo comercial asiático<sup>58</sup>, quanto pela ampliação de sua participação no comércio mundial a partir do final do século XX.

Com efeito, o país asiático se converteu na principal potência comercial do mundo. Ao passo que, marcando o ritmo da atividade econômica regional, a República Popular da China alcançou a posição de principal centro das exportações e importações asiáticas, sobretudo, à medida que passou a representar aproximadamente, 13% das exportações e 11% das importações mundiais, em 2018<sup>59</sup> (WTO, 2019) (Gráficos 6 e 7).

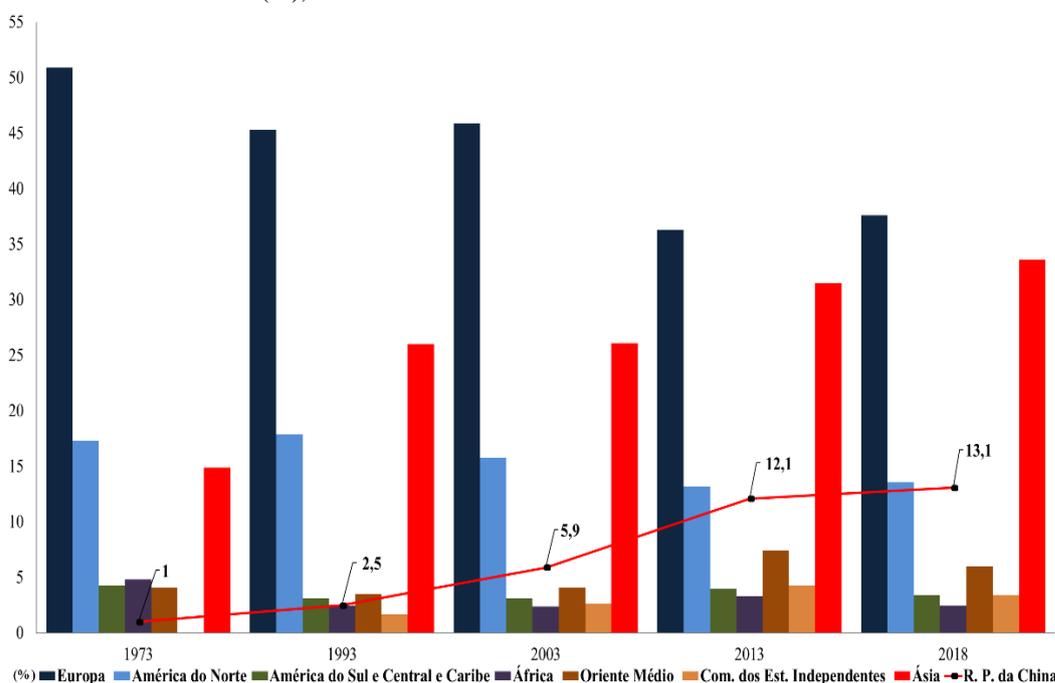
---

<sup>57</sup> Ver portal eletrônico do World Trade Organization. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

<sup>58</sup> Ver Girado (2017).

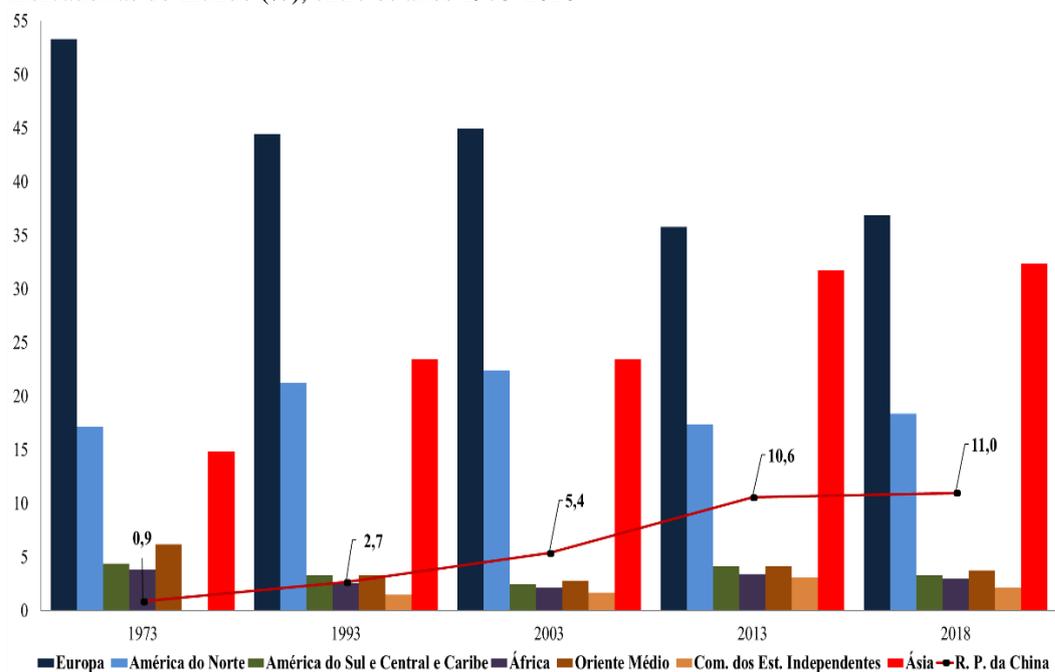
<sup>59</sup> Ver portal eletrônico do World Trade Organization. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

Gráfico 6 - Participação das regiões e da República Popular da China nas exportações de mercadorias do mundo (%), entre os anos 1973-2018



Fonte: WTO, 2014; 2018; 2019. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 25 jan. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

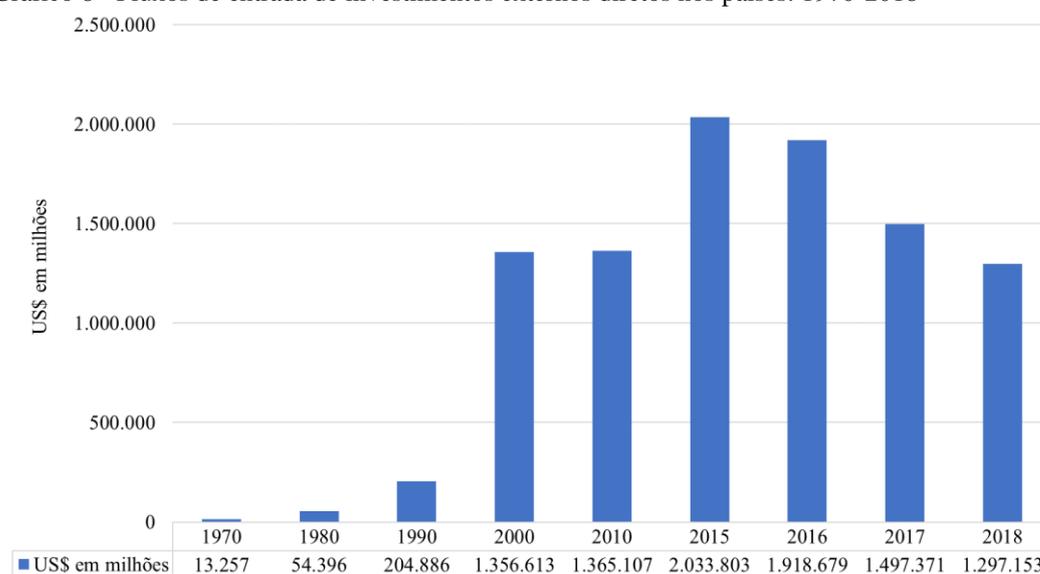
Gráfico 7 - Participação das regiões e da República Popular da China nas importações de mercadorias do mundo (%), entre os anos 1973-2018



Fonte: WTO, 2014; 2018; 2019. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 25 jan. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

No entanto, como nas últimas décadas que marcam o curso do capitalismo histórico não houve apenas a ampliação do produto interno bruto e o crescimento dos fluxos de mercadorias no comércio mundial, assistimos ao aumento dos fluxos de capitais no contexto de globalização contemporânea. Com efeito, a densidade técnica conformada pelo meio técnico-científico-informacional, ao qual fala Santos (2008a), permitiu que o influxo de investimentos externos diretos nos países saltasse de, aproximadamente, US\$ 13,2 bilhões, em 1970, para US\$ 341,5 bilhões, em 1995, atingindo US\$ 2,0 trilhões, em 2015, apresentando um recuo nos anos subseqüentes quando o montante dessas inversões declinou de US\$ 1,9 trilhão, em 2016, para 1,2 trilhão, em 2018<sup>60</sup> (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Fluxos de entrada de investimentos externos diretos nos países: 1970-2018



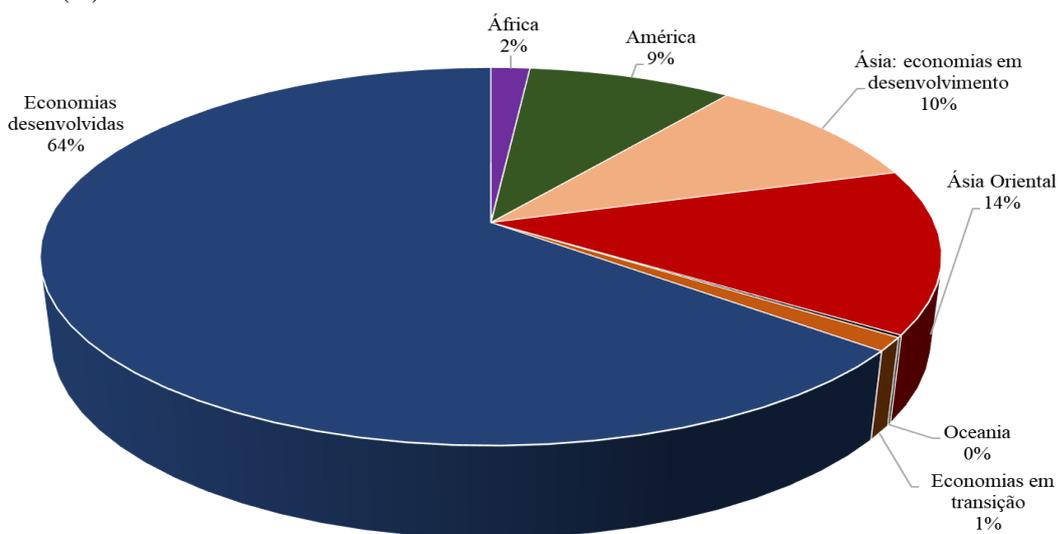
Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>> Acesso em: 15 nov. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Nas últimas décadas, diferentemente das economias desenvolvidas, as economias em transição e as economias em desenvolvimento também ampliaram a sua participação enquanto receptores de capitais estrangeiros representados pelos investimentos externos diretos. Ademais, observa-se que no curso desse processo a Ásia também foi a região que apresentou a maior participação relativa enquanto receptora de investimentos externos diretos com um crescimento de,

<sup>60</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>> Acesso em: 15 nov. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

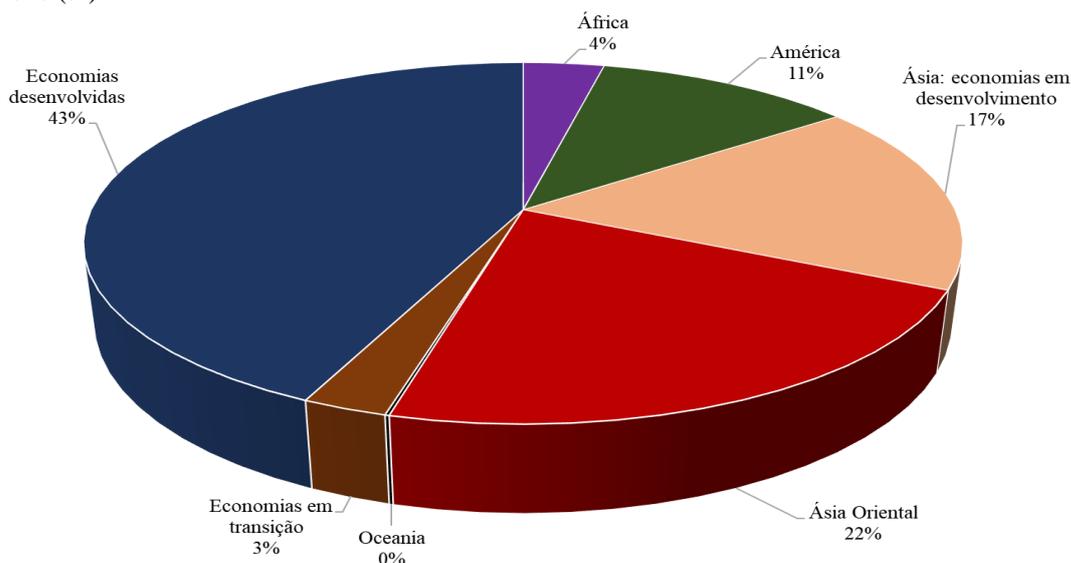
aproximadamente, 15% entre 1995 e 2018. Com efeito, a região capitaneou a participação das economias em desenvolvimento enquanto receptora de investimentos externos diretos, e a sub-região da Ásia Oriental ampliou sua participação na recepção dos aportes de fluxos de investimentos externos diretos de 14%, em 1995, para 22%, em 2018 (Gráficos 9 e 10).

Gráfico 9 - Distribuição dos fluxos de investimentos externos diretos no mundo por regiões, em 1995 (%)



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>>. Acesso em: 15 nov. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

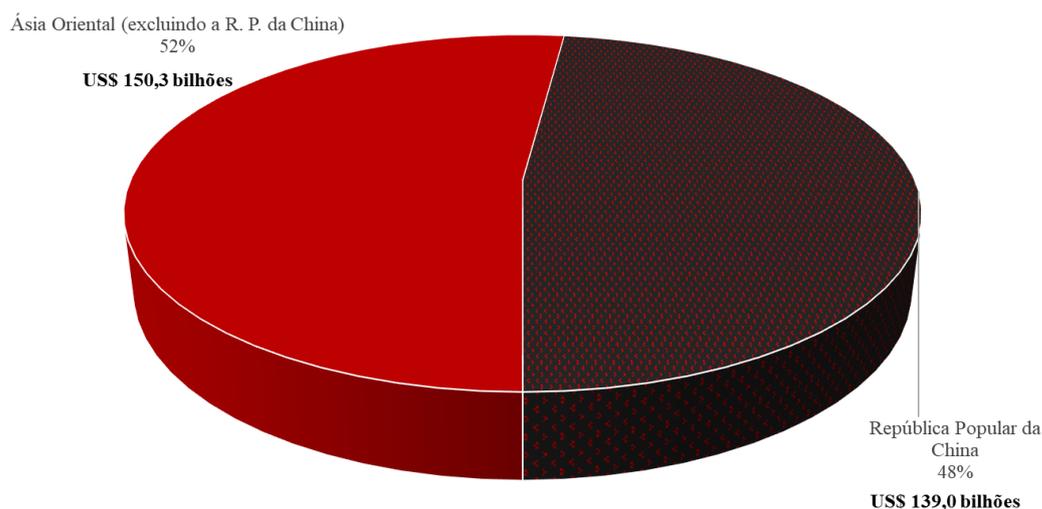
Gráfico 10 - Distribuição dos fluxos de investimentos externos diretos no mundo por regiões, em 2018 (%)



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>>. Acesso em: 15 nov. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Há que se destacar que, entre a segunda metade da década de 1990 e o momento de levantamento dos dados da Unctad para a realização dessa pesquisa, os fluxos de investimentos externos diretos para a região da Ásia Oriental saltaram de, aproximadamente, US\$ 47,8 bilhões, em 1995, para US\$ 289,3 bilhões, em 2018. Nesse processo, a República Popular da China se destacou como o maior país receptor dos fluxos de investimentos externos da Ásia Oriental, abrangendo, aproximadamente, 48% do montante de investimentos destinados à região, em decorrência do montante desse influxo de capitais compreender cerca de US\$ 139,0 bilhões, em 2018 (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Investimentos externos diretos na Ásia Oriental e na República Popular da China, em 2018

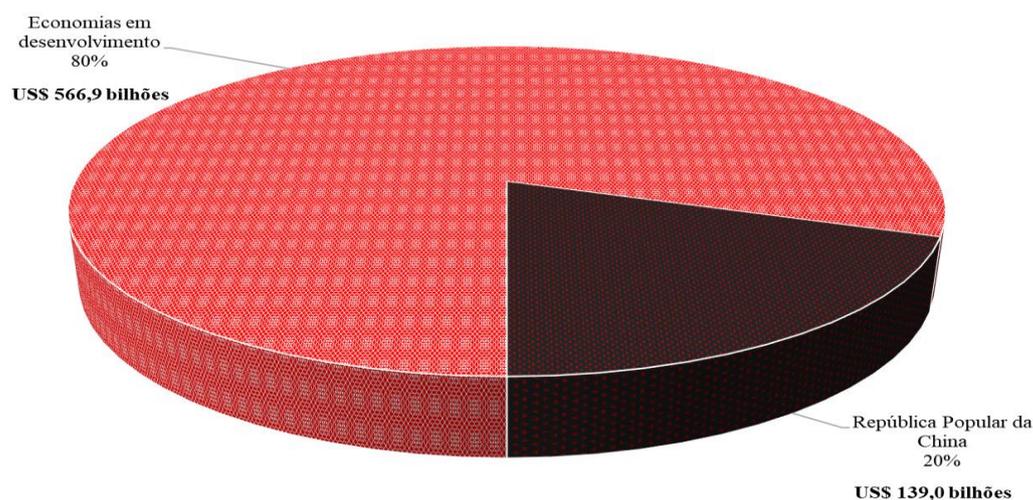


Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>>. Acesso em: 06 jan. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Ademais, nos compete pontuar que o processo de abertura da economia chinesa ao influxo de investimentos externos diretos remonta ao final da década de 1970 e pode ser dividido em diferentes fases. Analisando a grande quantidade de influxo de investimentos externos diretos na economia chinesa, Chen (2018) revela que através da passagem de uma política totalmente restritiva para uma política de liberalização e encorajamento ao influxo de investimentos externos, a República Popular da China alcançou a posição de maior recipiendário de investimentos externos diretos entre os países em desenvolvimento.

Para termos dimensão desse processo, cabe salientar que as economias em desenvolvimento foram receptoras de, aproximadamente, US\$ 706,0 bilhões, em 2018, o que compreendeu 54% do influxo das inversões destinadas ao exterior. Todavia, quando excluimos a República Popular da China, cuja participação relativa enquanto país receptor de investimentos externos na economia mundial representou 10,7%, o que compreendeu, aproximadamente, US\$ 139,0 bilhões em investimentos externos diretos, em 2018; a participação relativa das economias em desenvolvimento declina para, aproximadamente, 44%, compreendendo assim o aporte representado por US\$ 566,9 bilhões, em 2018. Com efeito, a República Popular da China compreende, aproximadamente, 19,6% dos investimentos externos diretos cujo aporte ocorre nas economias em desenvolvimento e não se destaca somente como a maior receptora das inversões na Ásia Oriental, mas também como o maior país receptor daquele montante de inversões destinadas às economias em desenvolvimento e a segunda maior receptora desses investimentos na escala mundial (UNCTAD, 2018) (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Investimentos externos diretos nas economias em desenvolvimento e na República Popular da China, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org>>. Acesso em: 06 jan. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante ao exposto, compreendemos que a República Popular da China assiste a sua fase de expansão material marcada por uma trajetória de décadas de crescimento econômico que contribuíram tanto para sua expressiva participação na composição econômica mundial e para se tornar a maior economia asiática,

quanto para ascender à condição de maior centro manufatureiro apresentando uma expressiva participação nos fluxos de comércio internacional, assim como apresenta um processo de expansão financeira resultante da acumulação de capital enquanto maior país receptor dos investimentos externos diretos na Ásia Oriental. Nesse sentido, convergimos com Harvey (2014, p. 152), sobretudo, quando, analisando o processo de acumulação chinês, aquele geógrafo sinaliza que “como ocorre invariavelmente com a dinâmica bem-sucedida da acumulação do capital, chega um momento em que os excedentes internos acumulados requerem uma saída”.

No caso da República Popular da China entendemos que essa saída ocorre, sobretudo, à medida que o país se insere entre o pequeno grupo de Estados com um poder crescente no mundo. De modo que, movendo-se da periferia para o centro do sistema internacional, o país asiático não exerce apenas liderança no processo de renascimento econômico da Ásia Oriental, mas se projeta com uma expressiva participação na composição econômica mundial, ascende com marcante influência no comércio internacional e se projeta como o segundo maior receptor de capitais estrangeiros, somando-se à esses aspectos a sua capacidade de atuar em países de diferentes regiões do mundo através de empresas estatais que materializam o processo de internacionalização da economia chinesa por meio da realização dos investimentos chineses no exterior (GUIMARÃES 2013; SHAMBAUGH, 2013).

Com efeito, a China apresentou um processo crescente de participação nos fluxos e estoques de investimentos externos diretos no mundo. A fim de compreender esse processo, na próxima seção deste capítulo não desconsideramos os apontamentos e as recomendações propostas por um dos entrevistados que, durante o curso de realização da pesquisa, assinalou que o desenvolvimento enquanto uma escolha política no caso do país asiático remonta a reunião de um conjunto de condições e de bases produtivas existentes após a Revolução Chinesa de 1949, de modo que a reunião de uma base industrial precedente foi uma das questões que concedeu tanto as condições para o posterior processo de abertura econômica, quanto para a trajetória de crescimento da República Popular da China a partir do último quarto de décadas do século XX.

## 2.2.

### O processo de abertura econômica da República Popular da China

Após mais de vinte séculos de regime imperial e três décadas de seu primeiro sistema político republicano, a sociedade chinesa assistiu ao estabelecimento do regime comunista no final da primeira metade do século XX. Todavia, após o processo reformista que implicou a passagem de um sistema planejado à abertura de sua economia, a República Popular da China se destaca tanto pelos seus aspectos econômicos, quanto por sua dimensão territorial, assim como por ser o país mais populoso e o terceiro país mais extenso do mundo.

Enquanto o maior país da região compreendida pela Ásia Oriental, a República Popular da China possui uma dimensão territorial de, aproximadamente, 9,5 milhões de km<sup>2</sup>, estabelecendo os mais de 22 mil km de extensão de suas fronteiras com outros 15 Estados asiáticos<sup>61</sup>. Atualmente, a organização territorial da República Popular da China é constituída por 34 divisões administrativas, sendo formada por 23 províncias<sup>62</sup>, 5 regiões autônomas<sup>63</sup>, 4 municípios centrais<sup>64</sup> e 2 regiões administrativas especiais, Hong Kong e Macau<sup>65</sup> (VISENTINI, 2013; PINENT, 2015) (Mapa 1).

---

<sup>61</sup> Os países asiáticos que estabelecem fronteira com a República Popular da China são Rússia, Coreia do Norte, Vietnã, Laos, Myanmar, Bangladesh, Butão, Nepal, Índia, Paquistão, Afeganistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Mongólia.

<sup>62</sup> Hebei, Shanxi, Liaoning, Jilin, Heilongjiang, Jiangsu, Zhejiang, Anhui, Fujian, Jiangxi, Shangdong, Henan, Hubei, Hunan, Guangdong, Hainan, Sichuan, Guizhou, Yunnan, Shaanxi, Gansu, Qinghai e Taiwan. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter1/chapter10202.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

<sup>63</sup> Região Autônoma da Mongólia Interior, Região Autônoma do Tibet, Região Autônoma da Nacionalidade de Guangxi, Região Autônoma da Nacionalidade Hui de Ningxia e Região Autônoma da Nacionalidade Uigur de Xinjiang. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter1/chapter10202.htm>>. Acesso em: 03 jan 2019.

<sup>64</sup> Beijing ou Pequim (sua capital), Xangai, Tianjij e Chogquin. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter1/chapter10202.htm>>. Acesso em: Acesso em: 03 jan 2019.

<sup>65</sup> A recuperação da soberania sobre essas áreas remonta, respectivamente, os anos de 1997 e 1999, fazendo com que a República Popular da China fundasse as Regiões Administrativas Especiais de mesmo nome.

Mapa 1 – República Popular da China: organização territorial



Fonte: Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do GADM. Disponível em: <https://gadm.org/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Apesar de exercer liderança no processo de renascimento econômico da Ásia Oriental e apresentar uma das maiores taxas de crescimento econômico nas últimas décadas, a China tem uma trajetória histórica milenar que antecede o processo de desenvolvimento alcançado após a implantação das políticas reformistas que realizaram a transição do modelo econômico centralmente planejado para uma economia com maior ingerência dos elementos de mercado a partir do último quarto do século XX. Dadas limitações desse estudo, nossas análises não se voltam estritamente ao detalhamento dos aspectos históricos dos milênios atravessados pela civilização chinesa, assim como não almejam compreender a complexidade que abrange os séculos em que ocorreram as sucessões dinásticas de um Estado unificado que era o centro de um sistema tributário, e nem têm a pretensão de analisar detalhadamente o período que compreende a disputa pelo controle do poder político que ocorreu no curso das três décadas do período republicano experienciado pela sociedade chinesa na primeira metade do século XX. Portanto, assinalamos que nesta seção nossas análises se inclinam em compreender o processo de abertura econômica do país

asiático ao influxo de inversões estrangeiras entre o último quarto de décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Todavia, convergimos com Kissinger (2011) quando assinala que qualquer tentativa de compreender o papel mundial da China no século XXI deve começar, mesmo que ao preço de uma possível simplificação excessiva, por uma apreciação básica do seu contexto tradicional. Apesar de compreendermos que apreciações como essas são superficiais e apresentam algumas limitações, consideramos que um breve resgate do contexto tradicional chinês é fundamentalmente importante tanto para fins de contextualização, quanto para não incorrerem em uma análise que desconsidere os períodos históricos que precederam à instauração da República Popular da China.

Nesse sentido, cumpre pontuar aqui que, a partir da unificação territorial, a história chinesa pode ser dividida em três grandes períodos que compreendem o período imperial, o período da República da China e o período da República Popular da China. O período imperial<sup>66</sup> se prolongou por mais de dois milênios, estendendo-se assim pelas sucessões dinásticas que ocorreram entre o surgimento da China como Estado unificado em 221 a.C pela Dinastia Qin e a revolução que derrotou a monarquia impondo o colapso da Dinastia Qing, em 1911. A partir desse evento histórico, teve início o período republicano que remonta a fundação da República da China com Sun Yat-Sen, em 1912, que compreende a década de

---

<sup>66</sup> Durante o período imperial ocorreu a centralização do poder político no imperador, a criação de um Estado feudal e o estabelecimento de um sistema burocrático que capacitava o governante chinês de manter o controle sobre o vasto território, estabelecer as bases de uma identidade central entre diferentes povos e conduzir aquela civilização à mais de dois mil anos de monarquia absoluta e sucessões dinásticas até ocorrer o fim da Dinastia Qing, em 1911. Naquele contexto, a cosmologia chinesa posicionava o Império do Meio como o centro de tudo sob os céus, permitindo a China exercer uma significativa influência sobre seu sistema de estados tributários e se posicionar com centralidade em relação à periferação cultural e geográfica do mundo externo. Entretanto, a primazia chinesa no continente conseguiu ser mantida até a expansão colonial empreendida pelos países ocidentais alcançar a região da Ásia Oriental. Com efeito, a ingerência realizada pelas potências imperialistas provocou mudanças traumáticas no Império do Meio à medida que colocava em xeque a auto atribuição de centro do mundo realizada pela civilização chinesa, implicando a desestruturação do sistema tributário sinocêntrico, a eclosão de guerras, a ocorrência de perdas territoriais, a realização de tratados desiguais e o estabelecimento de acordos de extraterritorialidade, assim como comprometeu a posição hegemônica chinesa como núcleo dinamizador da região e obrigou a abertura daquele império ao comércio internacional (OLIVEIRA, 2006a, 2006b; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; LYRIO, 2010; KISSINGER, 2011; PAULINO, 2012; SHENG, 2012; KAPLAN, 2013; VISENTINI, 2013; TREVISAN, 2014; PINENT, 2015; MASON, 2017).

governo enfraquecido que implicou ao país asiático ingressar na década de instabilidade política, dadas tensões provocadas pelos senhores da guerra e que se estendeu até a Revolução Comunista de 1949. A derrota dos nacionalistas na guerra civil chinesa culminou com o estabelecimento do regime comunista no país asiático e a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, dando início ao período mais recente da história chinesa que abrange desde a implantação de um modelo regido pela centralização política e planificação da economia e o processo de reformas econômicas até as subseqüentes gerações de líderes que governaram a República Popular da China.

Durante esse último período, é comum identificar uma subdivisão do desenvolvimento da República Popular da China entre a Era Maoísta (1949-1976), quando ocorreu a implantação do regime comunista, a reconstrução nacional e a reorganização político-econômica sob a condução do Governo Mao Tsé-Tung; e a realização de um processo de abertura econômica que, embora iniciado com o Governo Deng Xiaoping (1978-1992), seguiu até as subseqüentes gerações de líderes chineses<sup>67</sup> que compreenderam tanto o Governo Jiang Zemin (1993-2003) e o Governo Hu Jintao (2003-2013), quanto ao Governo Xi Jinping (2013-atualmente).

Após as considerações expostas, cabe assinalar que abordaremos nesta seção, mais especificamente, apenas alguns aspectos que ocorreram no terceiro período da extensa história chinesa. Portanto, à medida que não olvidamos as recomendações daquele autor e tão pouco as considerações de um dos entrevistados durante a pesquisa, pontuamos que apesar de traçarmos breves considerações sobre o período imperial e apresentarmos alguns aspectos políticos e econômicos ocorridos durante a Era Maoísta, nossa atenção se volta, mais especificamente, aos principais acontecimentos que ocorreram na República Popular da China a partir do último quarto de décadas do século XX. Portanto, entendendo que o recorte temporal é uma condição necessária para que qualquer investigador realize sua pesquisa, destacamos aqui que a escolha por esse período da história chinesa deve-se ao fato de na fase pós-maoísta a República Popular da

---

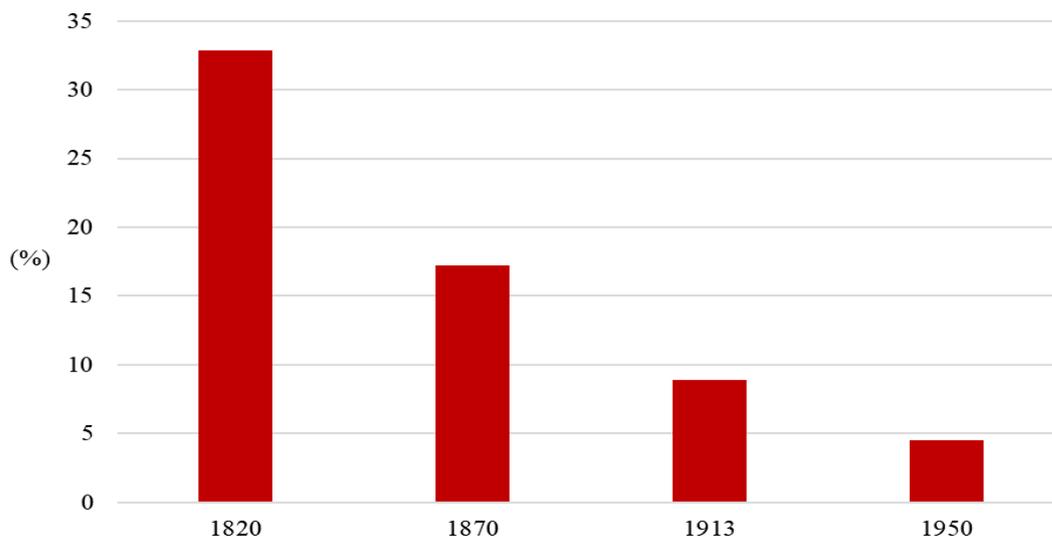
<sup>67</sup> Ver Bustelo; Lommen (1996), Fairbank; Goldman (2008), Kissinger (2011; 2015), Sheng (2011) e Spence (2011); Moreno (2018).

China ter assistido à realização da transição de um modelo centrado na planificação econômica para um processo reformista que a conduziu tanto à trajetória de crescimento econômico e abertura ao influxo de inversões externas quanto à ascensão a condição de investidor internacional.

Destarte, cabe pontuar que embora a China apresentasse um passado marcado pela realização de importantes descobertas para a humanidade, assim como um histórico marcado por séculos de proeminência econômica que conduziu o Império do Meio a se constituir como o centro do sistema internacional leste-asiático, a sociedade mais poderosa do mundo se retirou voluntariamente da navegação no contexto que remonta a emergência do interesse europeu pelas grandes navegações e séculos depois assistiu à imposição de sua abertura comercial pelas invasões das potências ocidentais que estabeleceram a extraterritorialidade e os tratados desiguais que provocaram um colapso econômico e social na ordem mundial sinocêntrica. Os acontecimentos que marcaram o colapso daquela ordem mundial implicaram o ingresso do país asiático num período de muita instabilidade que, conhecido como o “século da humilhação”, se estendeu pelos anos compreendidos entre o estabelecimento do Tratado de Nanquim de 1842 e a Revolução Chinesa de 1949 (SPENCE, 2011; KISSINGER, 2011; HAESBAERT, 2013b).

Durante esse período a sociedade chinesa vivenciou a ocorrência de tensões próximas as suas fronteiras, travou conflitos com outros países, sofreu perdas territoriais expressivas tanto decorrentes das pressões e agressões dos países da Europa Ocidental, da Rússia e do Japão, quanto do estabelecimento de tratados internacionais, tendo que conviver, portanto, com a penetração das potências estrangeiras em seu território, vivenciar as rebeliões internas e assistir a guerra civil entre nacionalistas e comunistas (PANIKKAR, 1969; SPENCE, 2011; KISSINGER, 2011; 2015). Com efeito, durante aquele século, o país asiático experienciou tanto a humilhação nos conflitos originados pelas agressões estrangeiras quanto a trajetória de redução de sua primazia econômica dada retração de sua participação na economia mundial de, aproximadamente, 33% em 1820, para cerca de 4,5% em 1950 (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Participação da China PIB global (%) entre 1820 e 1950



Fonte: Maddison, 2001, p. 263. Gráfico elaborado pelo autor.

Portanto, depois de séculos de sucessões dinásticas e um curto período formado por poucas décadas de regime republicano, o estabelecimento da República Popular, em 1949, levou a China a se inserir no sistema internacional como um dos países mais pobres do mundo que possuía uma população majoritariamente rural, com muitos problemas sociais e com uma baixa participação na economia mundial, assim como a emergir numa ordem internacional bipolar e num contexto em que os Estados Unidos e a União Soviética haviam se projetado como as principais superpotências nucleares<sup>68</sup>. Todavia, o estabelecimento da República Popular da China sob a condução da primeira geração de líderes chineses não marcava somente a vitória dos comunistas na guerra civil, mas se caracterizava na luta pela superação da humilhação chinesa e na busca por uma mudança na forma de governar o país asiático a fim de restaurar a dignidade nacional e melhorar a posição geopolítica da China (MADDISON, 2007; KISSINGER, 2011; 2015).

Naquele contexto, o segundo maior país asiático apresentava uma economia severamente devastada, uma grave inflação e elevado desemprego. Ademais, a estrutura econômica centrada nas atividades primárias implicava uma baixa modernização do país, de modo que a agricultura era a principal atividade na composição da economia chinesa, em detrimento da pouca representatividade

<sup>68</sup> Sobre as diferentes ordens internacionais ver Novak; Nahimas (2019).

das atividades industriais e da baixa participação das atividades terciárias no produto interno bruto chinês (SCHRAN, 1990, BUSTELO; LOMMEN, 1996; MADDISON, 2007; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SPENCE, 2011; RIBEIRO, 2013; TEIWES, 2014; MASON, 2017; MORENO, 2018).

No início da década de 1950, a primeira geração de líderes da República Popular da China, sob o comando do Governo de Mao Tsé-Tung e inspirada em restaurar a dignidade nacional e conseguir uma rápida reconstrução do país, iniciou um período caracterizado pela busca da reorganização política e da restauração econômica chinesa (BUSTELO; LOMMEN, 1996; SHENKAR, 2005; MADDISON, 2007; SPENCE, 2011).

No âmbito político, os primeiros esforços de Mao Tsé-Tung foram direcionados ao estabelecimento do poder de um Estado soberano e a instauração de um governo eficaz. A fim de alcançar esses objetivos, aquele governo organizou a República Popular da China entorno de uma estrutura formal que teve como seus componentes duas instituições centrais: o Partido Comunista da China e o Exército Popular de Libertação (SPENCE, 2011). Outrossim, com objetivo de eliminar a resistência das forças nacionalistas e implantar o poder no país após a guerra civil, o Governo Mao Tsé-Tung dividiu o território chinês em seis regiões administrativas militares, estabeleceu os dirigentes comunistas em Beijing, submeteu as forças de segurança pública ao controle do Partido Comunista da China, aprovou a primeira Constituição, proibiu os aspectos que implicaram o despreparo e a passividade chinesa diante das intervenções estrangeiras, realizou medidas de combate à corrupção e à burocracia, assim como promoveu campanhas contra os burgueses, os latifundiários e os opositores ao regime estabelecidos no país asiático (BUSTELO; LOMMEN, 1996; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SPENCE, 2011; TREVISAN, 2014; KISSINGER, 2015; MORENO, 2018).

A fim de realçar a natureza anti-imperialista e anticapitalista da economia chinesa, o Governo Mao Tsé-Tung não somente se manteve sob a orientação do modelo soviético de gestão, como implantou uma economia planificada e centralizada pelo Estado (SCHRAN, 1990; SHENKAR, 2005; SPENCE, 2011; RIBEIRO, 2013). Para tanto, aquele governo realizou uma reforma agrária que

desapropriou as terras a fim de atender às demandas dos camponeses, bem como realizou obras públicas a fim de melhorar a infraestrutura do país e promoveu um processo de industrialização orientado pelo desenvolvimento das indústrias pesadas na China (SCHRAN, 1990; BUSTELO; LOMMEN, 1996; MEDEIROS, 1999; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SANTILLÁN, 2012; MASON, 2017; UEHARA, 2017; MORENO, 2018).

Como resultado, o país vivenciou a coletivização das terras, o controle da inflação e um salto industrial com a ampliação da participação do setor estatal na economia. Ademais, no âmbito econômico, a criação de empresas estatais, a nacionalização das atividades produtivas e a centralização econômica foram elementos fundamentais até o anúncio oficial de adesão ao socialismo pela República Popular da China (BUSTELO; LOMMEN, 1996; MEDEIROS, 1999; SPENCE, 2011; SECCO, 2012; TREVISAN, 2014; MASON, 2017).

Assim, foi durante a Era Maoísta que a República Popular da China assistiu à implementação da planificação econômica através dos primeiros Planos Quinquenais. Inspirado nas iniciativas previamente adotadas na União Soviética, o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) refletia a estreita relação entre transformação social e os objetivos econômicos do governo chinês e sua orientação consistia na promoção de uma aceleração econômica e uma rápida industrialização. Para tanto, aquele plano estava intimamente relacionado com a agricultura, de modo que medidas como a reforma agrária e a criação de comunas populares permitiram o controle da produção agrícola pelo Estado a fim de alcançar à autossuficiência alimentar e gerar excedentes que viabilizaram o desenvolvimento industrial (BUSTELO; LOMMEN, 1996; SPENCE, 2011; MORENO, 2018).

Essa estratégia consistiu na sujeição da agricultura como uma atividade de suporte ao setor secundário, de modo que os impostos cobrados aos agricultores financiavam os investimentos públicos destinados ao processo de industrialização chinês (BUSTELO; LOMMEN, 1996). Durante esse período, ocorreu uma estreita cooperação entre a China e a União Soviética<sup>69</sup> e, como resultado das campanhas

---

<sup>69</sup> Ver Spence (2011).

anticapitalistas e da planificação econômica, houve a abolição das empresas privadas em favor da nacionalização, mas permitindo a existência de formas de organização industrial mista além daquelas controladas pelo Estado (SPENCE, 2011).

Apesar das divergências no centro do Partido Comunista da China e das críticas realizadas ao Governo Mao Tsé-Tung, o líder chinês aprovou o Segundo Plano Quinquenal (1958-1962). Naquele contexto, foram criadas as comunas agrícolas como unidades básicas da organização do Estado e foi implementado o Grande Salto para Frente<sup>70</sup> (1958-1960). Através dessas medidas, os objetivos da gestão planificada se mantiveram em ampliar a produção de recursos materiais e humanos para, em seguida, liberá-los ao desenvolvimento industrial do país, bem como estimular uma industrialização em ritmo acelerado através de um projeto centrado no desenvolvimento de indústrias pesadas e na realização de investimentos no setor de infraestrutura da China (BUSTELO; LOMMEN, 1996; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SECCO, 2012; TREVISAN, 2014; KISSINGER, 2015; MASON, 2017).

A despeito das expectativas daquele governo, a economia chinesa assistiu tanto à redução da produção agrícola e o expressivo declínio das taxas de crescimento de produção industrial, quanto à retração da taxa de crescimento do produto nacional bruto (PNB) de, aproximadamente, 6,6% entre os anos 1952-1957, para cerca de 2,0% no período compreendido pelos anos 1957-1965. Todavia, através da realização do Terceiro Plano Quinquenal (1963-1967) e do Quarto Plano Quinquenal (1968-1976) ocorreu a retomada do crescimento do

---

<sup>70</sup> Estabelecido em 1958, o Grande Salto Para Frente foi implementado como uma estratégia política durante o Governo Mao Tsé-Tung para impulsionar a industrialização no país, caracterizando-se como um projeto centrado no desenvolvimento de indústrias pesadas e na realização de investimentos no setor infraestrutural da China. Todavia, apesar do aumento da produção industrial e da construção de grandes obras públicas como, por exemplo, novas rodovias, diques, cidades e fábricas, a sujeição da agricultura à indústria implicou em casos de desnutrição, de fome e na morte de milhões de chineses (BUSTELO; LOMMEN, 1996; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Segundo Trevisan (2014, p. 236) “o resultado foi uma das maiores tragédias da história da China – e do mundo. Cerca de trinta milhões de pessoas morreram de fome em razão da bruta queda na produção agrícola decorrente da desestruturação da produção. O drama foi agravado pela prática generalizada entre líderes regionais do partido de inflacionar as informações sobre os resultados da produção que eram enviados ao governo central, o que levou à equivocada impressão inicial de que o Grande Salto Adiante era um sucesso. Ninguém queria correr o risco de ser acusado de se opor à ‘revolução contínua’ de Mao Tsé-tung”.

PNB, ao passo que no decênio compreendido pelos anos 1965-1976 o crescimento do PNB chinês ascendeu para 5,1% e, sob a condução do Governo Mao Tsé-Tung, o país asiático não se converteu somente em uma potência atômica, como alcançou um grande desenvolvimento em termos de infraestrutura e produção industrial e apresentou uma taxa média de crescimento do seu produto interno de 6% entre os anos de 1948 e 1978 (BUSTELO; LOMMEN, 1996; LYRIO, 2010).

Contudo, apesar do período entre os anos 1949-1976 ter sido marcado pela tentativa de reconstrução do país e por uma política econômica que buscou a coletivização rural e priorizou a industrialização da economia chinesa, esse quarto de século se caracterizou por inúmeros desafios, haja vista que apesar dos momentos de avanços econômicos, a Era Maoísta foi acompanhada por problemas relacionados à fome e às enfermidades que ocasionaram a morte de, aproximadamente, vinte milhões de pessoas. Com efeito, um ponto alto desse período foi tanto a repressão aos intelectuais que participaram do debate público realizando críticas aos dirigentes chineses e a oposição aos promotores do liberalismo e da democracia durante a campanha das Cem Flores, quanto a intensa mobilização popular que culminou com a ascensão dos Guardas Vermelhos que colocaram em xeque instituições como o Partido Comunista da China e o Exército de Libertação Popular durante a Revolução Cultural<sup>71</sup> (1966-1976) (BUSTELO; LOMMEN, 1996; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SPENCE, 2011; KISSINGER, 2011; TREVISAN, 2014; PECEQUILO; CARMO 2015; MASON, 2017).

A despeito da economia chinesa ter atravessado mais de duas décadas e meia de planificação econômica e ter assistido a realização de projetos que

---

<sup>71</sup> A década compreendida pela Revolução Cultural se caracterizou enquanto um período marcado pela postura contra ofensiva e pela violência empregadas pelo Governo Mao Tsé-Tung aos seus opositores. Como resultado, aquela revolução foi um movimento que incitava a população contra todos os supostos capitalistas e, naquele contexto, os Guardas Vermelhos mostravam sua integridade revolucionária atacando tanto os costumes tradicionais chineses quanto universidades, intelectuais, adversários políticos, empresários e aqueles que tivessem recebido educação ocidental, ademais, líderes das guerras revolucionárias, distintos membros do Partido Comunista e do Exército de Libertação Popular foram submetidos ao expurgo e à humilhação pública, portanto, agindo a partir de um fervor ideológico e empreendendo ações acima da lei, as massas instigadas por Pequim operaram fora das estruturas institucionais comuns da China (BUSTELO; LOMMEN, 1996; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; SPENCE, 2011; SHENG, 2012; KISSINGER, 2015; MORENO, 2018).

priorizaram os setores industrial e de infraestrutura, o desenvolvimento do país asiático durante o Governo Mao Tsé-Tung não impediu que a República Popular da China ainda se apresentasse como uma sociedade rural e um dos países mais pobres do mundo na virada para o último quarto do século XX. Portanto, apesar do aumento da participação da indústria e dos serviços, em detrimento da diminuição da participação da agricultura, na composição do PIB chinês<sup>72</sup>, os indicadores socioeconômicos apresentados pela China distanciavam o país da reorganização política e da restauração econômica almejadas no começo da Era Maoísta<sup>73</sup>, mantendo assim a participação chinesa na composição do PIB mundial em, aproximadamente, 5% no período compreendido entre os anos 1949 e 1979 (LIN, 2014).

A instabilidade provocada na dinâmica social do país asiático implicou aos líderes chineses compreenderem aquele período como um momento assertivo para priorizar a modernização econômica da República Popular da China (SECCO, 2012; VISENTINI, 2013; PECEQUILO; CARMO, 2015; CHOW, 2018). Com efeito, apesar da proclamação da República Popular em 1949 ser marcada pela busca de uma revolução social e econômica que conduzisse a China a sair do “século da humilhação” e a voltar a ser uma nação próspera e poderosa no sistema interestatal, pode-se compreender que foi somente a partir de 1979 que o país asiático assistiu a “segunda revolução” e o desenvolvimento de uma nova etapa não somente marcada por contínuas críticas ao sistema adotado durante o período da Era Maoísta, mas caracterizada pela adoção de uma política de reforma e abertura econômica gradual que mudou seu desempenho econômico e conduziu a China a apresentar tanto um enorme potencial de crescimento econômico e uma trajetória de ampliação de sua participação nos fluxos de investimentos e comércio internacionais, quanto uma trajetória de aumento de sua participação no

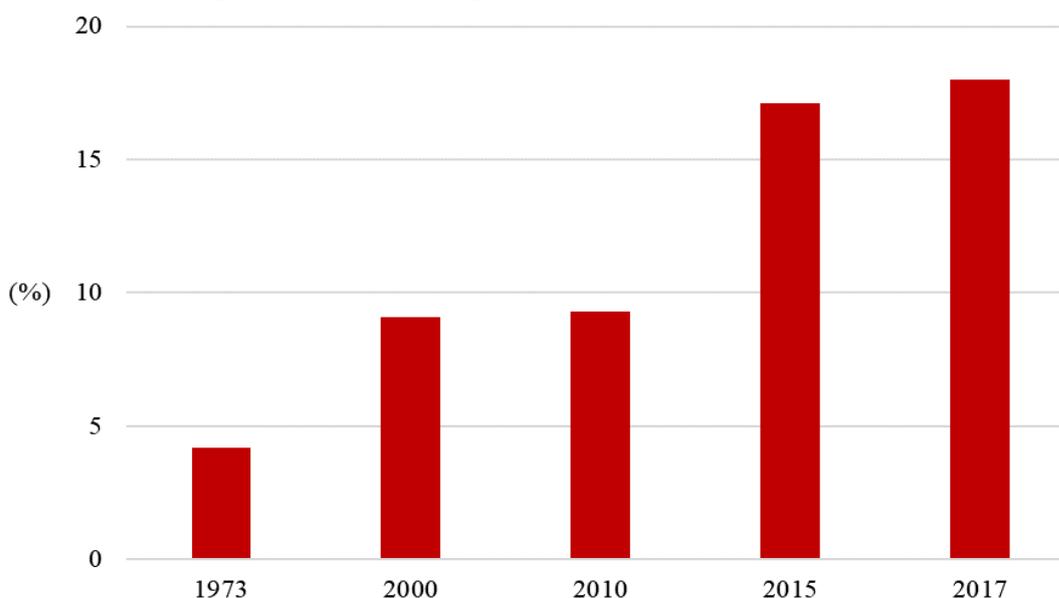
---

<sup>72</sup> Ver Bustelo; Lommen (1996) e Maddison (2007).

<sup>73</sup> No período imediatamente após a morte de Mao Tsé-Tung, o país asiático possuía, aproximadamente, 982 milhões de habitantes e apresentava 82% de sua população vivendo na zona rural. Dadas condições socioeconômicas chinesas, cerca de 40% de sua produção econômica e 70% do seu emprego se mantinham concentrados na agricultura, enquanto a indústria respondia por 30% do produto interno bruto e 18% do emprego no país, sendo as atividades de comércio e serviços responsáveis, respectivamente, pelos outros 30% daquele produto e 12% do emprego na economia chinesa (CUNHA; ACIOLY, 2009; HOFMAN, 2018).

PIB global, dado salto de, aproximadamente, 4,0% em 1973, para 18,0% em 2017 (LYRIO, 2010; HAESBAERT, 2013; LIN, 2014; IMF, 2018; MORENO, 2018) (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Participação da China no PIB global (%) entre 1973 e 2017



Fonte: Maddison, 2001, p. 263; Pinto, 2011, p. 58; IFM, 2016, p. 226; IFM, 2018, p. 131. Gráfico elaborado pelo autor.

Assim, diante do descontentamento político e do despenho econômico da Era Maoísta, “a consciência de que a estratégia introvertida e baseada na coletivização forçada não havia logrado resultados em termos de reafirmação do poderio chinês passou a nortear a visão de reformistas como Deng Xiaoping” (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 346). De acordo com Kissinger (2015), não importa o quão radicais as revoluções sejam, mas elas precisam ser consolidadas e, no fim, adaptadas, passando do momento de exaltação para uma atitude capaz de ser sustentada durante um período razoável, cabendo esse papel histórico a Deng Xiapiong, o líder chinês que rapidamente empenhou-se em abrir a sociedade e reformar a economia chinesa.

Assim, após a morte de Mao Tsé-Tung e do curto período do Governo Guofernng (1976-1978), a segunda geração de líderes chineses comandada por Deng Xiaoping ascendeu ao poder e a República Popular da China experienciou um conjunto de medidas reformistas que buscavam reverter a instabilidade

política e as diretrizes econômicas orientadas pelas décadas do Regime Maoísta. Com efeito, esse governo implantou no país asiático as políticas que realizariam a transição da condição de um país isolado, pobre, rural e com turbulências políticas para se tornar um país relativamente aberto e estável que assistiria um processo de urbanização e modernização (GOLDMAN, 2014), transformando uma economia centralmente planejada em um regime menos regulado ao qual o mercado teria maior ingerência e participação (GIRADO, 2017) e promovendo a inserção da China nos circuitos do capitalismo globalizado (HAESBAERT, 2013b).

Para tanto, o Partido Comunista da China, sob a condução de um grupo mais pragmático, buscou promover o seu desenvolvimento a partir da liberalização econômica gradual e da cooperação tecnológica externa, assim como através de uma política voltada para uma maior abertura às inversões estrangeiras e à diversificação das relações comerciais da China (BUSTELO; LOMMEN, 1996; RIBEIRO, 2008; CUNHA; ACIOLY, 2009; HARVEY, 2014; GIRADO, 2017; FANG; GARNAUT; SONG, 2018; GARNAUT, 2018; HOFMAN, 2018). Com efeito, o Governo Deng Xiaoping conduziu a República Popular da China a trilhar seu próprio caminho rumo ao modelo de economia de mercado manipulada pelo Estado. Desse modo, o segundo maior país asiático, que ao final da década de 1970 detinha a condição de potência nuclear e um posto permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, iniciou sua trajetória para o socialismo com características chinesas a partir da “construção de um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais entrelaçados com o controle centralizado autoritário” (HARVEY, 2014, p. 131) e empreendeu uma estratégia de inserção no processo de globalização orientada pelo gradualismo e estruturada na abertura ao comércio mundial e no fluxo de investimentos externos (LIRYO, 2010; GIRADO, 2017).

Assim, no contexto que encerra a década de 1970, embora Deng Xiaoping estivesse diante da oposição realizada pelos segmentos mais conservadores do Partido Comunista da China, o governante chinês criou um clima político de convencimento junto à cúpula política, conseguindo realizar o conjunto de medidas de liberalização nos setores de atividades abrangidas pela agricultura, indústria, defesa e a ciência e a tecnologia a fim de criar atividades econômicas à

margem da planificação estatal através do Programa das Quatro Modernizações, bem como realizou o processo de abertura comercial e financeira do país ao exterior por meio da Política de Portas Abertas (SALVADOR, 2012). Com efeito, apesar dos desafios apresentados pelos opositores políticos da época, os projetos do Governo Deng Xiaoping foram implantados, sendo caracterizados como um ponto de inflexão pela realização de um programa reformista que viabilizou a superação das visões utópicas, a implementação de políticas pragmáticas e que gradualmente<sup>74</sup> permitiram tanto a reforma e a abertura da economia chinesa quanto o crescimento do produto interno bruto do país (GOLDMAN, 2014; LIN, 2014; CHOW, 2018; HOFMAN, 2018; PERKINS, 2018).

As bases para o processo reformista da República Popular da China foram lançadas durante a Terceira Sessão Plenária do XI Congresso do Partido Comunista da China, que ocorreu entre 18 e 22 de dezembro de 1978 (BUSTELO; LOMMEN, 1996; ALVES, 2014b; LIN, 2014). Esse evento político foi o marco oficial das reformas tanto pela mudança da linha ideológica do Partido Comunista da China, quanto por serem tomadas naquela ocasião decisões importantes como o abandono do modelo maoísta de política agrária, a definição da nova concepção de socialismo pelo Partido Comunista da China e a aprovação das medidas relacionadas à modernização e à abertura econômica do programa reformista apresentado por Deng Xiaoping (BUSTELO; LOMMEN, 1996; RIBEIRO, 2008; 2013; FANG, GARNAUT; SONG, 2018).

---

<sup>74</sup> Segundo Hofman (2018, p. 58 – tradução livre) várias razões contribuíram para essa abordagem gradual, nesse sentido, o autor assinala que o gradualismo foi um meio para contornar a resistência política à reforma e a suspeita do mercado. Ademais, o aspecto experimental das reformas, sendo “confinadas a regiões ou setores específicos, permitiram às autoridades informação sobre os efeitos das reformas que não puderam ser antecipadas” (HOFMAN, 2018, p. 58 – tradução livre), tornando assim possível e necessário desenvolver e testar os procedimentos administrativos e complementares para implementar as reformas, tal como revela o autor referenciado. Assim, “com sucesso comprovado, o experimento poderia ser expandido para outras regiões e setores” (HOFMAN, 2018, p. 58 – tradução livre). Todavia, se algo não funcionasse, poderia ser abandonado como um experimento, em vez de ser considerado uma falha de política (HOFMAN, 2018 – tradução livre). A respeito do gradualismo das reformas, o autor supracitado assinala que “a estratégia gradual da China reforçou a credibilidade da reforma. Ao realizar reformas, um passo de cada vez, e começando pelos mais prováveis resultados que produziria, o governo construiu sua reputação de entregar a reforma” (HOFMAN, 2018, p. 58 – tradução livre). Portanto, “a cada reforma bem-sucedida, a probabilidade de que a próxima também seja um sucesso, sem dúvida, aumentou. Também gradualmente construiu a experiência e habilidades para a concepção e implementação de reformas. Assim, reformando gradualmente, a China construiu seu capital de ‘reforma’” (HOFMAN, 2018, p. 58 – tradução livre).

Como resultado, o país asiático assistiu um conjunto de diretrizes econômicas que transformaram um plano administrativo centralizado da alocação de bens e serviços em um ambiente em que a economia de mercado desempenharia um papel maior na alocação dos recursos (MADDISON, 2001; 2007; PERKINS, 2018). Assim, com uma visão distinta da importância que as atividades primárias deveriam ocupar na economia do país, o Governo Xiaoping realizou uma profunda reestruturação do espaço rural chinês através do abandono da agricultura coletiva, da desintegração do sistema de comunas agrícolas<sup>75</sup> e da liberação da comercialização privada dos excedentes produzidos no campo, estando entre os resultados dessas mudanças a expansão do mercado de bens de consumo e o aumento da renda do agricultor na China (BUSTELO; LOMMEN, 1996; MEDEIROS, 1999; MADDISON, 2007; RIBEIRO, 2008).

Ademais, no âmbito econômico, somam-se àquele processo, tanto a permissão não-exploratória para que empreendedores urbanos realizassem negócios em menor escala, quanto a reforma que permitiu a determinação dos preços pelo livre comércio e a reforma do sistema bancário (SPENCE, 2011; CHOW, 2018). Outrossim, no curso do processo de modernização da economia chinesa, a reforma empresarial permitiu que grandes e médias empresas estatais, que funcionavam como agentes passivos do sistema planejado, conquistassem a autonomia de maneira cautelosa e gradual. Além disso, a reforma dos preços permitiu a determinação desses pelo livre comércio e a reforma do sistema bancário reduziu o controle administrativo a fim de servir ao mercado (BUSTELO; LOMMEN, 1996; CHOW, 2018).

Na esfera do processo de abertura da economia chinesa, somam-se aos pontos elencados, o encorajamento do aumento da participação das importações e exportações na composição do PIB e à realização de políticas de estímulo ao

---

<sup>75</sup> A desintegração do sistema de comunas agrícolas provocou uma mudança na forma de remuneração dos agricultores e a semiprivatização das atividades agrárias, assim, aquelas comunas foram substituídas por fazendas domésticas individuais cuja propriedade da terra era mantida pelo Estado. Ademais, ocorreu tanto um expressivo aumento da produção agrícola e a liberação para a venda da produção no mercado privado a preços livres pelo agricultor após o cumprimento e a entrega da cota estabelecida pelo governo, quanto à permissão para a compra e a venda do direito dos direitos de propriedade na China (BUTTERY; BUTTERY, 1990; BUSTELO; LOMMEN, 1996; SPENCE, 2011; CHOW, 2018; PERKINS, 2018).

influxo de investimentos estrangeiros em diferentes regiões da China (MEDEIROS, 1999; MADDISON, 2007; LIN, 2014; CHOW, 2018). Nesse sentido, o Governo Xiaoping buscou ampliar a participação do comércio exterior na economia chinesa e atrair os investimentos estrangeiros através da concessão de incentivos fiscais para compensar a falta de infraestrutura e de poder aquisitivo da população (ROSSI; MARQUES, 2005).

Assim, a reforma econômica chinesa exigiu a abertura ao exterior porque o país asiático necessitava de mercados, tecnologias e capitais e o Governo Deng Xiaoping estava consciente que conseguiria esses recursos dos países desenvolvidos praticando uma Política de Portas Abertas (MORENO, 2018). Oficialmente lançada em 1978, a Política de Portas Abertas estava articulada à criação das primeiras Zonas Econômicas Especiais, em 1979, enquanto uma mudança na organização política e econômica a partir da criação de áreas experimentais onde ocorreu o encorajamento para o aporte de investimentos externos no território chinês.

Na segunda sessão do quinto Congresso Nacional do Povo, em julho de 1979, a Lei de Empreendimentos Conjuntos de Investimentos Chineses e Estrangeiros concedeu status legal ao investimento externo direto. Com efeito, houve uma mudança fundamental no pensamento do Partido Comunista da China de “luta de classes” para a “construção econômica socialista”, de modo que a demanda pelo desenvolvimento econômico facilitou as mudanças para o influxo dos investimentos externos na China (CHEN, 2018).

Assim, a partir do curso do último quarto de décadas do século XX, o investimento externo direto se tornou um importante componente da estratégia empreendida pelo Governo Xiaoping para o desenvolvimento econômico da República Popular da China, transformando-se em um elemento fundamental para a modernização e o crescimento econômico do país asiático no momento da adoção de sua política de abertura econômica (ACIOLY; LEÃO, 2011; CEBC, 2012). Naquele contexto, os líderes chineses, desejosos em atrair capital estrangeiro, reconheceram que os investimentos externos eram eficazes para adquirir tecnologia avançada, gerenciamento de conhecimento e equipamentos de países estrangeiros de modo rápido e com custo mínimo, sendo assim

compreendidos como meios assertivos que melhor utilizariam os recursos chineses na ausência de capital doméstico à medida que fornecessem experiência valiosa de habilidades modernas de gerenciamento econômico (BUTTERY; BUTTERY, 1990; CHEN, 2018).

No curso desse processo, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram as áreas criadas para testar o conceito de capitalismo de Estado, representando a interface entre o Estado chinês e o mundo Ocidental (BUTTERY; BUTTERY, 1990). Com efeito, o programa reformista do país asiático ocorreu de maneira seletiva, experimental e gradual, sobretudo, a partir da criação das ZEEs, que naquele período tiveram um papel importante no seu desenvolvimento por se constituírem como laboratórios econômicos e sociais do projeto reformista para a entrada dos primeiros aportes de investimentos externos diretos que, posteriormente, abrangeram outras regiões do território chinês (BUTTERY; BUTTERY, 1990; BUSTELO; LOMMEN, 1996; OLIVEIRA, 2006b; JABBOUR, 2009; RIBEIRO, 2008; 2013; HARVEY, 2014; FANG, GARNAUT; SONG, 2018).

Todavia, como até o final da década de 1970 as inversões estrangeiras foram proibidas na economia chinesa, a liberalização para realizar inversões no país foi gradual, tendo início a partir da concessão de privilégios para incentivar a realização de investimentos em algumas zonas especiais localizadas no litoral sudeste do território da República Popular da China. Naquele contexto, o resultado positivo da experiência realizada nas primeiras ZEEs levou o Governo chinês a expandir a experiência para outras cidades costeiras, assim como para novas áreas destinadas a serem espaços abertos para os investimentos externos e direcionadas às exportações no curso da década de 1990 (BUTTERY; BUTTERY, 1990; CUNHA; ACIOLY, 2009; SALVADOR, 2012; HAESBAERT, 2013b).

Assim, o processo de abertura da economia chinesa não se restringiu apenas àquelas décadas, de modo que, nos anos 1990, o investimento externo direto se tornou uma das partes mais visíveis das reformas estruturais chinesas, dado aumento de sua participação no produto interno bruto do país (MEDEIROS, 1999). Com efeito, a República Popular da China não apenas se manteve aberta ao

influxo de capitais estrangeiros como alcançou a posição de segunda maior economia receptora dos aportes de investimentos externos diretos no mundo no curso das primeiras décadas do século XXI<sup>76</sup> (MOFCOM, 2017).

A partir de Chen (2018), compreendemos a divisão do processo de abertura da economia chinesa ao influxo de investimentos externos diretos em três fases durante o período que se estende entre os anos 1979-2017. Assim, temos a fase experimental, que abrange o período entre os anos 1979-1991, bem como a fase de expansão, que compreende o período entre os anos 1992-2001, e a fase após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), que contempla o período entre os anos 2002-2017.

Estendendo-se entre os anos 1979-1991, a fase experimental ocorreu durante o período do Governo Deng Xiaoping e contemplou àquele momento histórico em que as metas do governo chinês estiveram ligadas à implementação das reformas econômicas a fim de alcançar a industrialização e a realização dos objetivos traçados no Quinto (1976-1980), Sexto (1981-1985) e Sétimo (1986-1990) Planos Quinquenais, assim como contemplou as políticas que buscavam a abertura e a modernização da economia chinesa através da incorporação tecnológica e do influxo de investimentos externos diretos enquanto promotores do crescimento econômico do país (RIBEIRO, 2013; CHEN, 2018). A principal característica da fase experimental consiste no encorajamento à entrada do capital estrangeiro na economia chinesa e na escolha de regiões para a introdução de um regime comercial e de políticas favoráveis à atração de investimentos externos, sendo estas regiões as chamadas Zonas Econômicas Especiais” (CUNHA; ACIOLLY, 2009; CHEN, 2018).

Assim, após a adoção da Política de Portas Abertas, ao final de 1978, e da lei sobre *joint venture*, que estabeleceu as regras para o funcionamento de firmas com a participação de capital estrangeiro, em 1979, as primeiras Zonas Econômicas Especiais foram estabelecidas na República Popular da China (SPENCE, 2011; ALVES, 2014b; CHEN, 2018). Naquele contexto, a aprovação do Conselho de Estado para a criação das quatro Zonas Econômicas Especiais

---

<sup>76</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 06 out 2019.

localizadas na região costeira do sul do país, decidiu pelas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou, na Província de Guangdong, e de Xiamen, na Província de Fujian.

Assim, as áreas localizadas na porção sudeste do território chinês foram as primeiras a servirem ao projeto de experimentação dos espaços recipiendários de investimentos externos diretos e se constituíram como líderes no processo de abertura econômica da República Popular da China. Acerca desse processo, Cunha; Acioly (2009) pontuam que:

as lideranças chinesas escolheram a dedo suas primeiras ZEEs, de forma a atrair os investimentos de chineses ou sino-descendentes residentes na região. A maior ZEE, Shenzhen, beneficiou-se por sua proximidade com Hong Kong. Empresas sediadas nesta que hoje é uma região administrativa especial da China continental passaram a atuar na ZEE e a estabelecer acordos de subcontratação com uma miríade de empresas no vale do Rio das Pérolas. A ZEE de Zhuhai localizou-se perto de Macau. A ZEE de Shantou foi posicionada em uma região da província de Guangdong, onde há um grupo étnico com fortes ligações com minorias sino-descendentes que vivem no Sudeste Asiático. Por fim, a ZEE de Xiamen foi instalada perto de Taiwan, e aproveita-se da proximidade geográfica e cultural para potencializar suas atividades (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 359).

De acordo com Chen (2016), durante o período compreendido entre os anos 1984 e 1991, o governo chinês manteve os esforços tanto para liberalizar as políticas quanto para atrair os fluxos de investimentos externos diretos ao território da República Popular da China. Assim, em 1984, foi autorizada a abertura de mais quatorze cidades litorâneas aos investimentos estrangeiros, que naquele contexto foram denominadas de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs) (CUNHA; ACIOLY, 2009; HAESBAERT, 2013b).

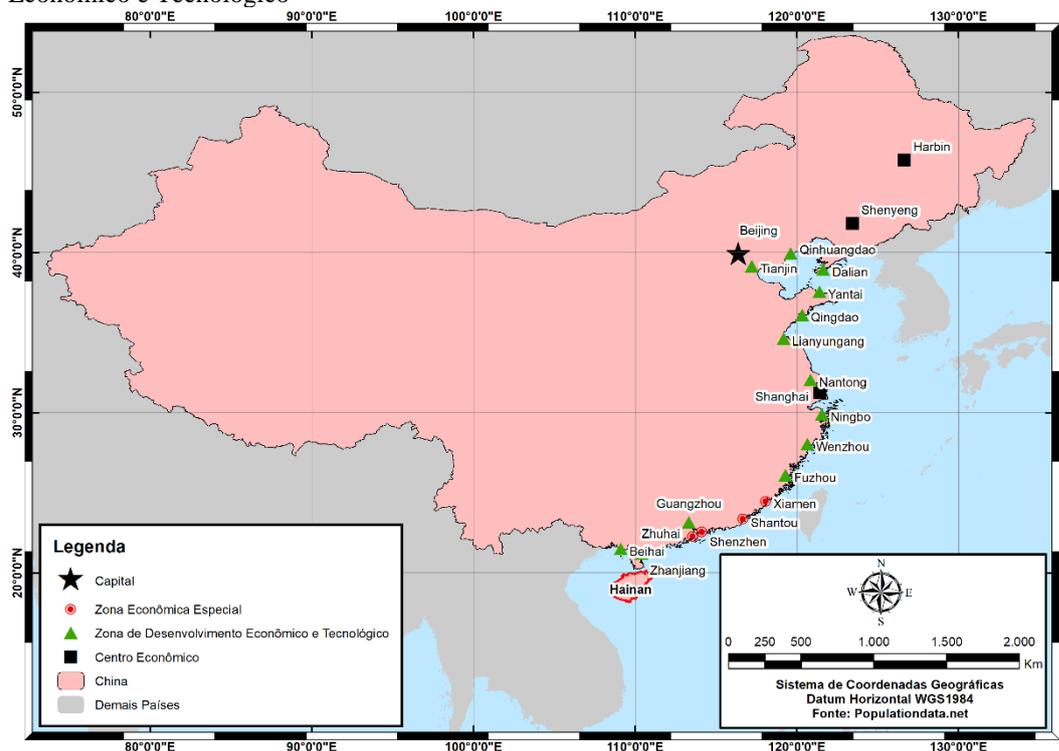
Nesse sentido, com o objetivo de aumentar o aporte de investimento estrangeiro, o governo chinês incluiu, por exemplo, as cidades de Dalian, Yantai, Nantong, Shanghai, Guangzhou, Lianyungang, Wenzou e Zhanjiang, assim como Qingdao, Qinhungdao, Tianjin, Fuzhou, Cantão e Beihai ao processo de abertura da economia chinesa, oferecendo condições semelhantes às daquelas ZEEs<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Segundo Cunha; Acioly (2009, p. 359) As Zonas Econômicas Especiais (ZEE), “nada mais eram do que as típicas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), que já se espalhavam pelas

(BUTTERY; BUTTERY, 1990; MORENO, 2018) (Mapa 2). Em 1985, mais cinco regiões geográficas foram incorporadas às Zonas Econômicas Especiais e no curso dos anos posteriores o processo de abertura da economia chinesa seguiu com a criação da Bolsa de Shezen, em 1988, e com o estabelecimento da Bolsa de Shangai, em 1990 (MORENO, 2018).

Mapa 2 - República Popular da China: Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico



Fonte: Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do GADM. Disponível em: <<https://gadm.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Durante a fase experimental, os fluxos de investimentos externos diretos na República Popular da China saltaram de US\$ 57 milhões, em 1980, para US\$ 4,3 bilhões, em 1991 e, como resultado, a soma das inversões estrangeiras na economia chinesa nesse período compreendeu, aproximadamente, US\$ 24,0 bilhões, ao passo que os estoques foram consideravelmente ampliados de,

economias em desenvolvimento, particularmente na Ásia. Nas ZPEs, assim como nas congêneres chinesas, são estabelecidas regras diferenciadas de tratamento do comércio exterior, com redução de procedimentos administrativos para a exportação e importação e, principalmente, a forte redução – no limite, a eliminação – dos impostos de importação sobre insumos utilizados para a produção voltada ao mercado internacional. Adicionalmente, podem ser ofertados subsídios fiscais, na forma de tributação diferenciada, para atrair investidores estrangeiros que, além de fornecerem capitais e tecnologia, possuem canais de comercialização em escala global”.

aproximadamente, US\$ 1,0 bilhão, em 1980, para US\$ 25,0 bilhões, em 1991<sup>78</sup>. Contudo, no curso das décadas subsequentes, o aporte de investimentos estrangeiros não se restringiu somente às cidades litorâneas e o gradualismo da abertura econômica chinesa viabilizou que os investimentos externos se espraiassem para outras regiões do território chinês e alcançassem as zonas rurais, inserindo, nesse processo, as províncias localizadas na porção ocidental do território chinês (BUSTELO; LOMMEN, 1996; PEIRO; MARÍN, 2002; OLIVEIRA, 2006b; CUNHA; ACIOLY, 2009; JABBOUR, 2009; WANG, 2010; PINTO, 2011; SALVADOR, 2012; HAESBAERT, 2013b; ALVES, 2014b; HARVEY; 2014; DOLLAR, 2018; CHEN, 2018).

Na passagem para a década de 1990, o Governo Xiaoping se caracterizou pela realização de uma série de leis que ofereceram disposições e incentivos fiscais a fim de acelerar a reforma econômica, intensificar a abertura econômica das áreas costeiras do país e atrair o influxo de investimentos estrangeiros à economia chinesa (MEDEIROS, 2008a; 2008b; CUNHA; ACIOLY, 2009; WANG, 2010; SALVADOR, 2012; CHEN, 2018; MORENO, 2018). Assim, a fase de expansão do processo de abertura da economia chinesa aos investimentos externos teve início após a visita de Deng Xiaoping às áreas economicamente abertas ao influxo do capital estrangeiro. Com efeito, durante o período compreendido entre os anos 1992-2001, o governo chinês implementou uma nova regulamentação ampliando as reformas liberalizantes em seu regime a fim de aumentar o estímulo à entrada de investimentos externos no país e afastar uma política desigual na promoção nacional da abertura econômica (CHEN, 2018).

Nesse sentido, o Governo Deng Xiaoping aplicou a Política de Portas Abertas à escala nacional e realizou uma maior abertura econômica. Portanto, em decorrência da expansão da abertura econômica chinesa, àquelas políticas preferenciais concedidas às 14 cidades costeiras foram aplicadas em outras 52 cidades viabilizando condições semelhantes aos investidores estrangeiros estas novas cidades. Além disso, mais de 15 cidades e condados fronteiriços no sudoeste, noroeste, norte e nordeste do país foram declarados como espaços

---

<sup>78</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 06 out. 2019.

abertos e alguns setores de serviços como, por exemplo, aviação, telecomunicações, bancos e o comércio varejista, foram abertos à participação dos investimentos externos diretos de maneira limitada e experimental (CHEN, 2018).

Como resultado, além das Zonas Econômicas Especiais da fase precedente, a abertura econômica chinesa avançou e nos primeiros anos da segunda fase foram criadas mais dezoito Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico. Concebidas para formarem polos de crescimento voltados para várias atividades econômicas e recebendo massivos investimentos governamentais em infraestrutura, essas zonas criaram parques industriais em alta tecnologia, somando-se a esse processo a instituição das Zonas de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e o estabelecimento de outras Zonas Econômicas Especiais no interior ocidental da China no início dos anos 2000 (MEDEIROS, 2008a; 2008b; CUNHA; ACIOLY, 2009).

A segunda fase do processo de abertura da economia chinesa ao influxo de investimentos externos diretos, embora iniciada pelo Governo Xiaoping, não se restringiu apenas à essa gestão, compreendendo assim, em sua maior parte, o período entre o Oitavo (1991-1995) e o Nono (1996-2000) Planos Quinquenais e o tempo de gestão da terceira geração de líderes políticos chineses sob o Governo Jiang Zemin (1993-2003). Portanto, dando continuidade ao legado daquele líder chinês, o Governo Jiang Zemin manteve a intensificação do processo de liberalização e da abertura de novas áreas do território chinês à condição de recipiendárias de capitais estrangeiros.

Com efeito, a fase de expansão se caracterizou pela significativa ampliação das inversões externas na China, haja vista que os fluxos de investimentos externos diretos no país asiático saltaram de US\$ 11,0 bilhões, em 1992, e alcançaram US\$ 46,8 bilhões, em 2001. Como resultado, a soma das inversões estrangeiras na economia chinesa entre os anos 1992-2001 compreendeu, aproximadamente, US\$ 370,1 bilhões. Ademais, durante esse mesmo período, os estoques de investimentos externos diretos na República

Popular da China foram ampliados de US\$ 36,0 bilhões, em 1992, para alcançar US\$ 203,1 bilhões, em 2001<sup>79</sup>.

Na primeira década do novo milênio, a economia chinesa se caracterizou como significativamente distinta da época da instauração da República Popular, assim como um país que se distinguiu das primeiras décadas do período reformista (RIBEIRO, 2013). Tornando-se cada vez mais urbano e com uma composição econômica mais concentrada nas atividades industriais e nos serviços, a economia chinesa nos anos 2000 se caracterizou, segundo Ribeiro (2013), pelo ingresso em um novo ciclo de crescimento marcado pela implementação de medidas voltadas para a redução das desigualdades, expansão da capacidade de inovação, assim como pela realização de um esforço para a ampliação da indústria pesada, da urbanização, do consumo de bens duráveis e da expansão da inserção externa<sup>80</sup>.

Foi nesse contexto que ocorreu a terceira fase do processo de abertura da economia chinesa ao influxo de investimentos externos diretos, compreendendo o período após a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) e se estendendo até 2017 (CHEN, 2018). Assim, a terceira fase abrange o período entre os anos 2002-2017 e contempla tanto os últimos anos da Gestão Jiang Zemin, quanto os objetivos do Décimo Primeiro (2006-2010), Décimo Segundo (2011-2015) e Décimo Terceiro (2016-2020) Planos Quinquenais e, portanto, as orientações da quarta e da quinta gerações de líderes políticos chineses, respectivamente, ao longo do Governo Hu Jintao (2003-2013) e do Presidente chinês Xi Jinping, cujo mandato teve início em 2013 e se mantém até a presente data.

---

<sup>79</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 06 out 2019.

<sup>80</sup> Nesse sentido, Ribeiro (2013, p. 80) aponta que “No Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) uma série de medidas foram propostas voltadas ao fortalecimento da competitividade internacional, busca de crescimento da indústria, crescimento na infraestrutura, expansão da capacidade de inovação, aumento dos níveis de urbanização e renda da população rural e urbana”.

De acordo com o relatório da Missão Permanente da China na OMC<sup>81</sup>, realizado uma década após a acesso do país asiático à instituição, entende-se que o processo de acesso chinês àquela organização atendeu às expectativas do projeto do Governo de Pequim e não implicou apenas a ascensão da República Popular da China à posição de segunda maior economia mundial e a ampliação da participação chinesa no comércio internacional, mas viabilizou a projeção do país à condição de terceiro maior importador de serviços e quarto maior exportador de serviços comerciais mundialmente, assim como elevou a China à posição de maior economia receptora de investimentos externos diretos entre os países em desenvolvimento.

No curso do processo reformista, o Governo Hu Jintao declarou apoio à continuidade de aprofundamento das reformas de mercado no país asiático, porém, mantendo o caráter socialista da economia chinesa. Ademais, tal como a gestão precedente, a quinta geração de líderes é composta por uma classe dirigente constituída pelo consenso criado por Deng Xiaoping no XIV Congresso do Partido Comunista da China, em 1992, cujo objetivo consiste, sobretudo, em manter o processo de reformas e conduzir a República Popular da China para uma economia socialista de mercado. Nesse sentido, o Governo Xi Jinping, tal como as gestões precedentes, inclina-se tanto em consolidar o socialismo com características chinesas, quanto em ampliar a reforma das empresas estatais e realizar uma maior abertura dos setores da economia chinesa às inversões estrangeiras (MORENO, 2018).

Com efeito, entendemos que durante o período compreendido pelas primeiras décadas do século XXI, as medidas políticas relacionadas ao investidor externo continuaram encorajando a realização de inversões na China (CHEN, 2018). Assim, entre os aspectos que marcaram o período compreendido entre os anos 2002-2017 tem-se, por exemplo, a manutenção daquela trajetória de ampliação do influxo de investimentos externos no país asiático, de modo que as medidas adotadas pelo governo chinês procuraram incentivar a dispersão geográfica de entradas de investimentos externos diretos na China e ampliar os

---

<sup>81</sup> Disponível em: <[www.wto.org/english/thewto\\_e/acc\\_e/s7lu\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf)>. Acesso em: 06 out 2019.

fluxos desses investimentos para determinados setores da economia (CHEN, 2018).

Como resultado, durante a terceira fase do processo de abertura da economia chinesa, o influxo de investimentos externos diretos no país asiático saltou de, aproximadamente, US\$ 52,7 bilhões, em 2002, para alcançar US\$ 139,0 bilhões, em 2018. Ademais, cabe assinalar que, durante esse período, os estoques de investimentos externos diretos na República Popular da China foram ampliados de, aproximadamente, US\$ 216,5 bilhões, em 2002, e alcançaram US\$ 1,6 trilhão, em 2018<sup>82</sup>.

Diante ao exposto, compreende-se que a chegada do Governo Deng Xiaoping realizou uma alteração do quadro que caracterizou a economia da República Popular da China durante as décadas precedentes, transformando a economia do país asiático de um espaço fechado ao investimento estrangeiro em uma nova área aberta para atração de investimentos externos diretos na passagem para a década de 1980. Esse processo seguiu até as primeiras décadas do século XXI através da manutenção da política de abertura da economia chinesa no curso das gestões realizadas pelo Governo J. Zemin e pelo Governo H. Jintao e prossegue, atualmente, com o Governo Xi Jinping.

Ademais, pelo que foi exposto, entende-se não somente que o processo de abertura econômica da República Popular da China espalhou-se do litoral para outras regiões do território<sup>83</sup>, como se identifica que o governo chinês realizou um conjunto de medidas estratégicas a fim de manter a política de atração de investimentos estrangeiros focada em setores intensivos em mão de obra com produção voltada às exportações. Assim como, apresentou objetivos destinados a promover a atração de capitais às atividades nos setores de serviços e às atividades que oferecessem acesso aos setores de tecnologias avançadas e de indústrias intensivas em capital.

Nesse sentido, compreendemos que como resultado do processo de abertura econômica da República Popular da China, o influxo de investimentos

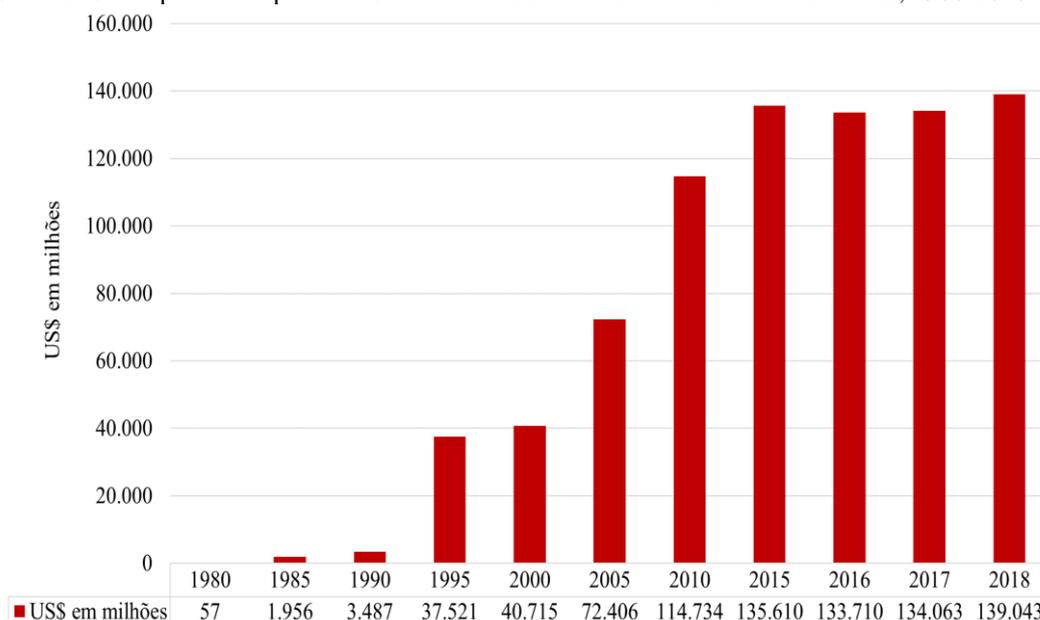
---

<sup>82</sup> Ver portal eletrônico da Unctad, 2019. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 13 dez 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>83</sup> Ver Cunha; Acioly (2009); Wang (2010); Haesbaert (2013b).

externos diretos no país asiático saltou de US\$ 57 milhões, em 1980, para US\$ 3,4 bilhões, em 1990. Ademais, mantendo a trajetória ascensional como recipiendário de investimentos externos, os aportes das inversões estrangeiras na economia chinesa alcançaram US\$ 40,7 bilhões, em 2000, e atingiram o montante de US\$ 139,0 bilhões, em 2018 (Gráfico 19).

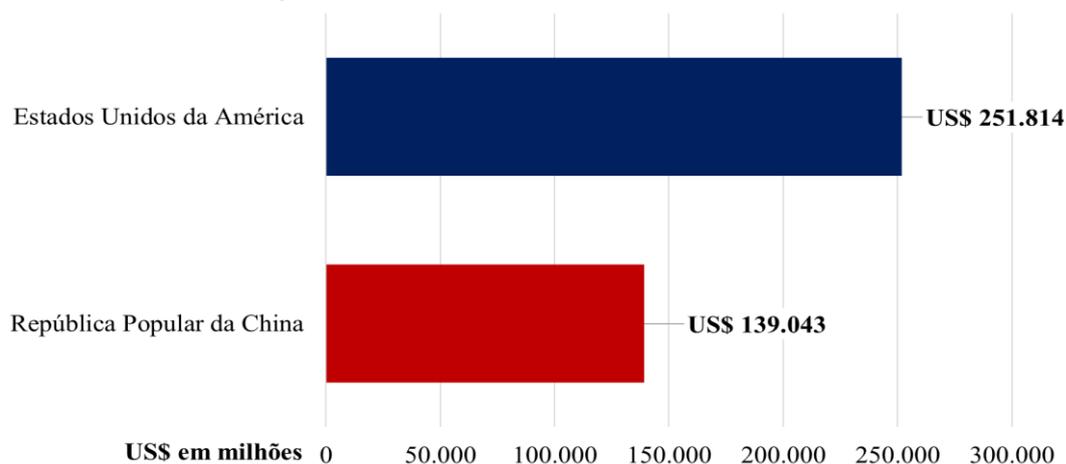
Gráfico 15 - República Popular da China: influxos de investimentos externos diretos, 1980-2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 13 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Com efeito, naquele ano, apenas os Estados Unidos antecederam a República Popular da China enquanto maior recipiendário dos investimentos externos diretos. Assim, atualmente o país norte-americano se destaca pela primazia enquanto receptor de inversões estrangeiras que alcançaram, aproximadamente, US\$ 251,8 bilhões, sendo sucedido pela República Popular da China cujo influxo de investimentos externos diretos atingiu, aproximadamente, US\$ 139,0 milhões, em 2018 (Gráfico 20).

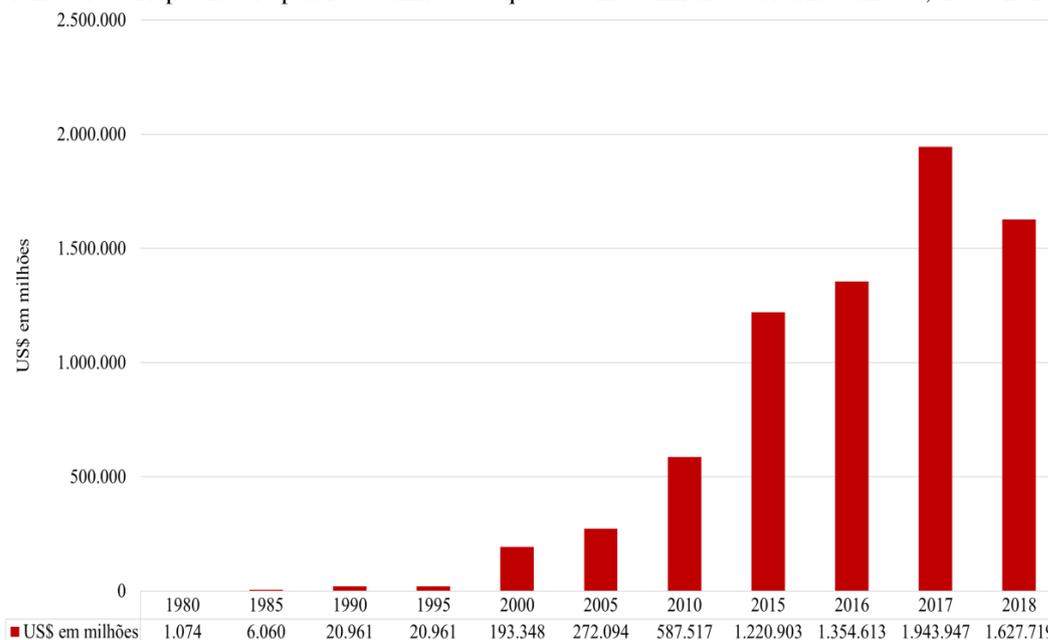
Gráfico 16 - Maiores receptores de fluxos de investimentos externos diretos, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Ademais, cabe assinalar que a partir do último quarto do século XX, como resultado do processo de abertura da economia chinesa à entrada de capitais estrangeiros, ocorreu uma considerável ampliação dos estoques de investimentos externos diretos na República Popular da China. Com efeito, os estoques de investimentos externos diretos no país asiático saltaram de, aproximadamente, US\$ 1,0 bilhão, em 1980, para alcançar US\$ 1,6 trilhão, em 2018 (Gráfico 17).

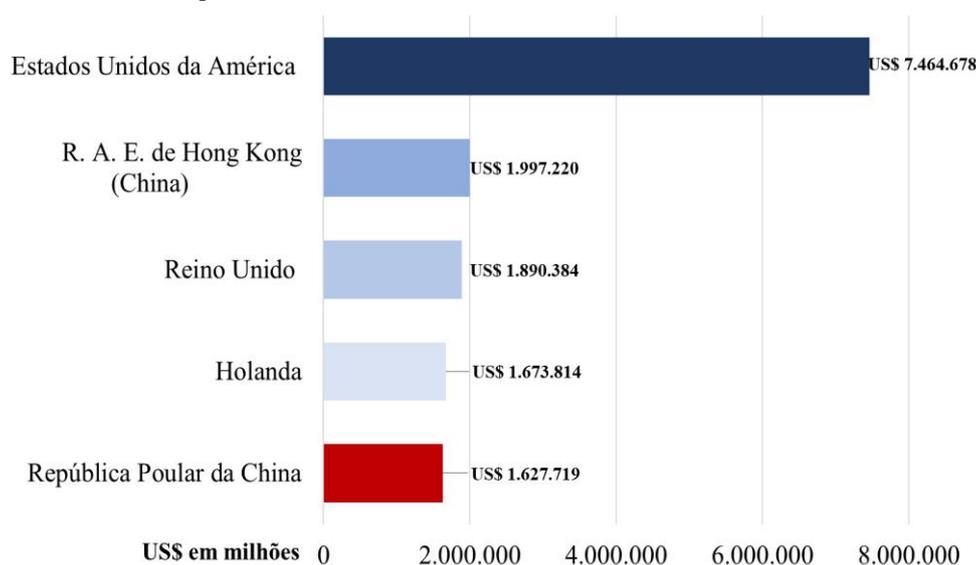
Gráfico 17 - República Popular da China: estoques de investimentos externos diretos, 1980-2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Portanto, como consequência desse processo, atualmente, o país asiático é apenas antecedido pelos Estados Unidos, Hong Kong, Reino Unido e Holanda ocupando, assim, a quinta posição entre os maiores estoques de investimentos externos diretos no mundo. Esses países apresentaram estoques de investimentos externos diretos de, respectivamente, US\$ 7,4 bilhões, US\$ 1,9 bilhão, US\$ 1,8 bilhão e US\$ 1,6 bilhão, sendo sucedidos pelo montante conformado por US\$ 1,6 bilhão em estoques de inversões externas apresentado pela República Popular da China, em 2018 (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Maiores estoques de investimentos externos diretos, em 2018



Fonte: Unctad, 2018. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Todavia, cabe assinalar que a partir de seu processo de abertura e reformas econômicas, a República Popular da China não apresentou apenas uma trajetória ascensional no comércio internacional e como país receptor de investimentos externos diretos, mas se destacou por realizar um processo de ampliação de seu patrimônio líquido de investimentos no exterior convertendo-se no maior investidor internacional entre os países em desenvolvimento e emergindo como o segundo maior investidor internacional (SHAMBAUGH, 2013; BAIYI, 2018; WANG; GAO, 2018; RODRIGUES; HENDLER, 2018). A fim de analisar esse processo, na seção subsequente, nossas inclinações se voltam à compreensão da emergência do país asiático à condição de investidor internacional.

### 2.3.

#### **A emergência da República Popular da China como investidor internacional**

Diferentemente do passado, quando o país asiático era um ator de pequena importância com baixos fluxos e estoques de investimentos externos diretos direcionados aos países asiáticos limítrofes ao seu território, a República Popular da China se projeta, atualmente, como o segundo maior investidor internacional com fluxos de investimentos no exterior que alcançaram, aproximadamente, US\$ 129,3 bilhões, bem como pela condição de terceiro maior estoque de investimentos no exterior com inversões que atingiram o montante de US\$ 1,9 trilhão, em 2018<sup>84</sup>.

Devido a isso, o país asiático possui uma posição muito distinta da qual ocupava quando começou a realizar suas inversões no exterior. Assim, enquanto um dos maiores investidores internacionais, a República Popular da China apresentou uma participação de, aproximadamente, 12,8% dos fluxos e 6,2% dos estoques de investimentos externos diretos na economia mundial, em 2018<sup>85</sup>.

A trajetória de ampliação da participação da República Popular da China nos fluxos e nos estoques de investimentos externos diretos no mundo remontam ao contexto das políticas reformistas realizadas pelo Governo Deng Xiaoping que, buscando superar a fase de isolamento internacional realizada na Era Maoísta, empreendeu uma gradual abertura da economia chinesa para o exterior. No entanto, apesar das primeiras concessões de liberação de inversões no exterior remontarem a passagem para os anos 1980 e se estenderem pelos anos 1990, foi somente nas primeiras décadas do século XXI que o governo chinês diminuiu as restrições à saída de capitais e relaxou os procedimentos de aprovação dos investimentos chineses no exterior (WANG; GAO, 2018).

A análise da emergência da República Popular da China à condição de investidor internacional nesta seção é realizada a partir das considerações de

---

<sup>84</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

<sup>85</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

autores que subsidiaram nossas reflexões acerca desse processo. Neste sentido, a compressão das distintas fases da expansão dos investimentos chineses no exterior foi realizada a partir do prisma analítico oferecido por Alves (2014b), Rodrigues; Hendler (2018) e Wang; Gao (2018).

A partir das considerações de Alves (2014b), compreendemos que a evolução da política chinesa sobre a saída de investimento externo direto pode ser dividida em três fases distintas. Assim, sob essa perspectiva, a primeira fase se estende entre os anos 1978 e 1991, a segunda fase compreende o período entre os anos 1992 e 2000, enquanto a terceira fase abrange o período entre o ano de 2001 até o presente.

De acordo com Alves (2014b), durante a primeira fase da expansão dos investimentos externos diretos da República Popular da China, as inversões do país foram caracterizadas pela superação da rejeição ideológica de que as corporações transnacionais são armas utilizadas pelas potências imperialistas em seu processo de exploração dos países em desenvolvimento. Com efeito, durante o período compreendido pelos anos 1979-1985, foram aprovados 189 projetos de investimentos estrangeiros cujo montante total dos investimentos compreendeu cerca de US\$ 200 milhões (SHAMBAUGH, 2013).

Ademais, no contexto de reforma e abertura da economia chinesa, o governo procurava encorajar as empresas estatais chinesas a investirem no exterior, sendo o marco para incentivar a realização dos investimentos pelas empresas chinesas o documento intitulado “As Provisões sobre os procedimentos de aprovação e controle para a abertura de empresas não comerciais no exterior”. Assim, em 1985, esse documento abriu a possibilidade de firmas chinesas realizarem inversões no exterior, sobretudo, a partir do cumprimento de requisitos como importar tecnologias e equipamentos avançados; prover uma fonte confiável de suprimento de recursos naturais necessários para o desenvolvimento chinês; ajudar a gerar divisas para a economia chinesa; adquirir informações sobre operações no exterior; e auxiliar a exportação de bens e serviços chineses (ALVES, 2014b).

No curso desse processo, as regulamentações para realizar inversões chinesas no exterior foram relaxadas entre os anos 1986-1991, o que implicou um

aumento no número de projetos aprovados e contribuiu para que o investimento total no exterior quintuplicasse para, aproximadamente, US\$ 1,2 bilhão (SHAMBAUG, 2013). Apesar de na primeira fase da expansão dos investimentos externos diretos chineses as empresas estatais terem sido autorizadas a investir no exterior, sendo seus projetos regulados pelo próprio governo chinês (RODRIGUES; HENDLER, 2018), foi somente na segunda fase da expansão dos investimentos externos diretos da República Popular da China que ocorreu o encorajamento para essas empresas realizarem inversões no exterior e a inclusão das empresas estatais chinesas na estratégia de desenvolvimento do país (ALVES, 2014b).

O marco desse processo foi o documento intitulado “Opinião da comissão estatal de planejamento sobre o fortalecimento da administração dos projetos de investimento no exterior”. Em 1991, esse documento estimulava a saída de investimentos externos diretos chineses e estabelecia que essas inversões deviam focar no uso de tecnologia, recursos e mercados estrangeiros.

Ademais, durante essa fase, o documento intitulado “Opinião sobre o encorajamento das empresas ao processamento e montagem de materiais no exterior”, editado pelo Conselho de Estado da China, em 1999, realizou o incentivo ao desenvolvimento de atividades de processamento e montagem no exterior na virada para os anos 2000 (ALVES, 2014b). Além desses apontamentos, também entendemos que o período compreendido pela segunda fase da internacionalização dos investimentos chineses se caracterizou tanto pela realização de reformas jurídicas que facilitaram o registro e a operação de investimentos externos diretos, quanto pela diversificação do perfil e do destino do investimento externo direto chinês, à medida que as empresas privadas participavam dessas operações e as empresas estatais chinesas apresentaram preponderância no processo de internacionalização das inversões chinesas no exterior (RODRIGUES; HENDLER, 2018).

Apesar da realização dessas medidas, as fases compreendidas pelas duas primeiras décadas de inversões chinesas no exterior são compreendidas por Wang; Gao (2018) como um estágio restrito no curso do processo de expansão dos investimentos externos diretos chineses. Portanto, de acordo com as pesquisadoras

chinesas, que tal como os autores referenciados realizam uma periodização do processo de expansão dos investimentos chineses no exterior; até os anos 2000 a escassez de capital implicou a República Popular da China a ser mais convidativa à entrada de capital estrangeiro e mais restritiva no que concerne à saída de investimento ao exterior. Assim, na perspectiva de Wang; Gao (2018, p. 621), “para investirem no exterior, as empresas chinesas tiveram que solicitar a aprovação caso a caso, o que levou diretamente a uma quantidade muito pequena de investimento no exterior”<sup>86</sup> (WANG; GAO, 2018, p. 621 – tradução livre).

Entre os anos 1982 e 2000, os fluxos de investimentos chineses para o exterior compreenderam, aproximadamente, US\$ 27,7 bilhões<sup>87</sup>, o que correspondeu a uma média anual de, aproximadamente, US\$ 1,4 bilhão em fluxos de investimentos externos diretos chineses por ano. Com efeito, durante o período compreendido pelas duas primeiras fases de realização das inversões chinesas no exterior propostas por Alves (2014b) ou no curso do período do estágio restrito mencionado por Wang; Gao (2018), notamos que os estoques dos investimentos chineses no exterior totalizaram, aproximadamente, US\$ 199,8 bilhões<sup>88</sup>, o que correspondeu a uma média de, aproximadamente, US\$ 10,5 bilhões em termos de estoques de investimentos externos diretos chineses por ano.

De acordo com Wang; Gao (2018), somam-se àquelas restrições para a República Popular da China realizar inversões externas, o fato da economia chinesa ser centralmente planejada e as empresas chinesas não serem muito motivadas a investirem no exterior. Ademais, as referidas pesquisadoras chinesas apontam que embora tenha ocorrido um aumento nos fluxos de investimentos chineses no exterior entre os anos que compõem a primeira metade da década de 1990, a crise asiática em 1997 implicou em declínio do número de projetos e a estagnação dos fluxos de inversões chinesas no exterior.

---

<sup>86</sup> “To invest overseas, Chinese enterprises had to apply for approval on a case-by-case basis, which led directly to a very small amount of overseas investment” (WANG; GAO, 2018, p. 621).

<sup>87</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

<sup>88</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

No início dos anos 2000, tem início a terceira fase da expansão dos investimentos externos diretos da República Popular da China (ALVES, 2014b; RODRIGUES, HENDLER, 2018). Essa fase ocorreu com o lançamento da política *Go Global* inserida na estratégia de desenvolvimento delineada pelo Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) se estendendo até o presente. Portanto, no contexto da virada para o início dos anos 2000, o Governo Jiang Zemin implementou políticas de encorajamento à realização de investimentos chineses no exterior e a internacionalização das empresas chinesas com forte apoio governamental, ocorrendo assim a trajetória de ampliação e diversificação das inversões chinesas no exterior (SHAMBAUGH, 2013).

Naquela ocasião, a *Go global* representava uma mudança estrutural na forma de lidar com a saída de investimentos externos diretos pela República Popular da China, haja vista que, apesar das reformas realizadas desde o fim dos anos 1970, o sistema ainda estava fundado na lógica da planificação econômica, entretanto, a despeito da forte intervenção na economia, o governo chinês relaxou a complexidade dos procedimentos burocráticos para a saída de inversões no exterior, com exceção dos investimentos destinados a realizar grandes projetos, e manteve uma tendência contínua e substancial dos investimentos chineses no exterior até os dias atuais (SHAMBAUGH, 2013; ALVES, 2014b). Com efeito, o período iniciado com a efetivação da política “*Going Global*” apoiou a internacionalização de empresas privadas e estatais chinesas, de modo que, a partir desse período, as empresas chinesas passaram a investir consideravelmente no exterior, na busca de mais controle sobre as cadeias de valor e mais acesso à tecnologias e mercados, assim como orientadas pela busca de recursos (RODRIGUES; HENDLER, 2018).

Embora apresentem uma outra proposta de periodização acerca da trajetória dos investimentos chineses, Wang; Gao (2018) convergem com os apontamentos que foram elencados, sobretudo, quando assinalam que após a adesão da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, o país asiático iniciou uma nova jornada de liberalização de seus investimentos no exterior. Com efeito, a partir dos autores referenciados, compreende-se que a política *Go Global* ou “*Going out*” consistiu em uma das

estratégias para expandir os investimentos externos diretos chineses e ampliar a competitividade internacional das empresas chinesas.

Portanto, a partir da terceira fase do processo de inversões chinesas no mundo, mencionada por Alves (2014b) e por Rodrigues; Hendler (2018) ou do período de estágio relaxado dos fluxos de investimentos chineses para o exterior proposto por Wang; Gao (2018), compreendemos que ocorreu tanto a simplificação de procedimentos de aprovação de investimentos no exterior e o aumento dos limites para a realização de inversões externas, quanto a mudança da restrição para o encorajamento de investimentos externos diretos em outros países e a internacionalização das empresas chinesas para diferentes regiões do mundo.

Com efeito, a fim de fortalecer a estratégia chinesa de ampliação dos investimentos externos diretos no exterior, o Governo Hu Jintao reiterou a política “*Go Global*” no Décimo Segundo Plano Quinquenal (2011-2015), realizando, assim, o aperfeiçoamento dos mecanismos que orientavam as empresas realizadoras de inversões externas e que viabilizavam negociações de acordos bilaterais de investimento, a fim de evitar dupla tributação e desenvolver o setor internacional de recursos energéticos, assim como fornecer apoio técnico para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no exterior (CEBC, 2013; SHAMBAUGH, 2013). A reboque desse processo, ocorreu um relaxamento na aprovação dos fluxos de inversões chinesas no exterior, o que facilitou a internacionalização das empresas chinesas e conduziu a segunda maior economia mundial a assumir uma posição cada vez mais proeminente enquanto investidor global no exterior (WANG; GAO, 2018).

De acordo com as considerações expostas em uma das publicações do Conselho Empresarial Brasil-China, pode-se compreender que:

essas novas diretrizes de IED refletem mudanças políticas e econômicas domésticas, bem como o papel cada vez mais importante da China na economia mundial. Do ponto de vista do governo, o IED atende a múltiplos objetivos, como reduzir a dependência da China em relação a reservas cambiais de retorno excessivamente baixo e permitir que empresas chinesas garantam suprimentos de energia e matérias-primas de longo prazo. Finalmente, é um veículo importante para a maior integração da China no sistema econômico global, fortalecendo a cooperação econômica e criando alianças políticas com os países receptores. Ademais, o acesso aos mercados estrangeiros,

capital, novas tecnologias e conhecimentos de gestão contribuirão para aumentar ainda mais o poder econômico da China e, sobretudo, a competitividade de suas empresas (CEBC, 2013, p. 27).

Como resultado, no curso do período compreendido pelas primeiras décadas do século XXI, a República Popular da China ampliou os seus fluxos de investimentos externos diretos de, aproximadamente, US\$ 6,8 bilhões, em 2001, para US\$ 196,1 bilhões, em 2016. Ademais, ao longo desse mesmo período, os estoques de investimentos chineses no exterior saltaram de, aproximadamente, US\$ 34,6 bilhões, em 2001, para alcançarem US\$ 1,3 trilhão, em 2016.

Assim, entre os anos 2001 e 2016, os fluxos de investimentos chineses para o exterior foram consideravelmente ampliados e compreenderam, aproximadamente, US\$ 990, bilhões, o que correspondeu a uma média anual de, aproximadamente, US\$ 61,9 bilhões em termos de fluxos de investimentos externos diretos chineses por ano. Portanto, nota-se que após a entrada da China na OMC, ocorreu tanto uma fase de expansão dos investimentos externos diretos chineses, como propõe Alves (2014b), quanto o encorajamento à realização de inversões no exterior como expõem Wang; Chao (2018), nos permitindo identificar que os estoques dos investimentos chineses na economia mundial totalizaram, aproximadamente, US\$ 6,1 trilhões, o que correspondeu a uma média de, aproximadamente, US\$ 381,3 bilhões em termos de estoques de investimentos externos diretos chineses entre os anos de 2001 e 2016.

Como resultado desse processo, naquele ano a República Popular da China se tornou a segunda maior fonte de fluxos de investimentos externos. Com efeito, antecedida apenas pelos EUA, as inversões chinesas no exterior alcançaram US\$ 196,1 bilhões, ao passo que os estoques de capitais do país asiático no exterior atingiram US\$ 1,3 trilhão, em 2016<sup>89</sup>.

Mais recentemente, no Décimo Terceiro Plano Quinquenal (2016-2020), implementado pela quinta geração de líderes chineses sob o Governo Xi Jinping, foram definidas as bases que marcaram as ações da economia chinesa no sentido de se manter um exportador líquido de capitais (PAULINO; PIRES, 2016).

---

<sup>89</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

Assim, após uma série de medidas provisórias realizadas pelo governo chinês a partir do ano de 2016, o processo de expansão dos investimentos chineses no exterior ingressou no estágio regulado e ocorreu uma classificação dos investimentos chineses no exterior em incentivados, restritos e proibidos, conforme destacam Wang; Chao (2018). Todavia, apesar dos fluxos de investimentos externos diretos chineses apresentarem uma retração para US\$ 129,8 bilhões em 2018, os estoques da segunda maior economia asiática mantiveram, durante esse estágio mais recente, a tendência da ampliação das inversões chinesas no exterior, sobretudo, ao alcançarem US\$ 1,9 trilhão em 2018<sup>90</sup> (WANG; CHAO, 2018).

Diante ao exposto, nota-se que como consequência das medidas políticas realizadas pelo governo chinês, entre o final da década de 1970 até o momento em que os dados estiveram disponíveis para a realização dessa pesquisa<sup>91</sup>, a República Popular da China apresentou uma trajetória de ampliação tanto dos seus fluxos quanto de seus estoques de investimentos externos diretos. Entre o período compreendido pelas décadas de 1980 e de 1990, as primeiras iniciativas para a realização dos fluxos de investimentos chineses no exterior foram caracterizadas por fluxos de capitais pouco representativos, de modo que até os anos de 1990 os fluxos anuais de investimentos chineses para o exterior permaneceram muito baixos. Com efeito, os fluxos de investimentos chineses no exterior saltaram de US\$ 629 milhões, em 1985, e alcançaram, aproximadamente, US\$ 2,0 bilhões, em 1995<sup>92</sup>.

Entretanto, é consensual na literatura sobre essa temática que foi somente a partir das primeiras décadas do século XXI, sobretudo, sob a orientação da estratégia *Going Global* ou *Going Out*, que o país asiático fortaleceu a ampliação

---

<sup>90</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

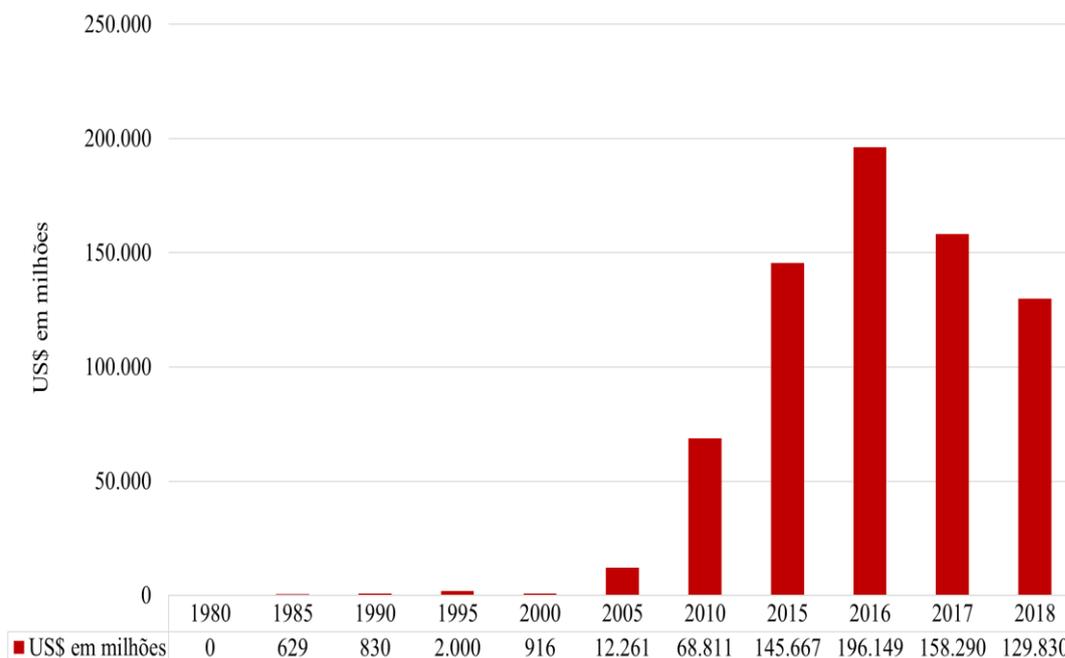
<sup>91</sup> Há que se destacar, que durante o período de realização dessa pesquisa os dados disponíveis sobre os fluxos e estoques de investimentos externos diretos chineses no exterior disponibilizados pela Unctad se limitaram ao período compreendido entre os anos iniciais da década de 1980 e 2018. Ademais, ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

<sup>92</sup>Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

dos seus investimentos externos diretos no exterior. Com efeito, a República Popular da China apresentou um salto considerável de suas inversões no exterior de, aproximadamente, US\$ 916 milhões, em 2000, para US\$ 196,1 milhões, em 2016. Apresentando um recuo das inversões no exterior para US\$ 129,8 bilhões, em 2018, a reboque daquele período compreendido enquanto estágio regulado, para utilizarmos a expressão apresentada por Wang; Gao (2018) (Gráfico 19).

Portanto, no curso desse processo, a República Popular da China deixou de ocupar a condição de país receptor de investimentos externos diretos e emergiu à condição de uma das maiores fontes de investimentos do mundo. Como resultado, os estoques de inversões no exterior da maior economia asiática saltaram de US\$ 900 milhões, em 1985, para US\$ 57,2 bilhões, em 2005, atingindo o montante de US\$ 1,9 trilhão, em 2018<sup>93</sup> (Gráfico 20).

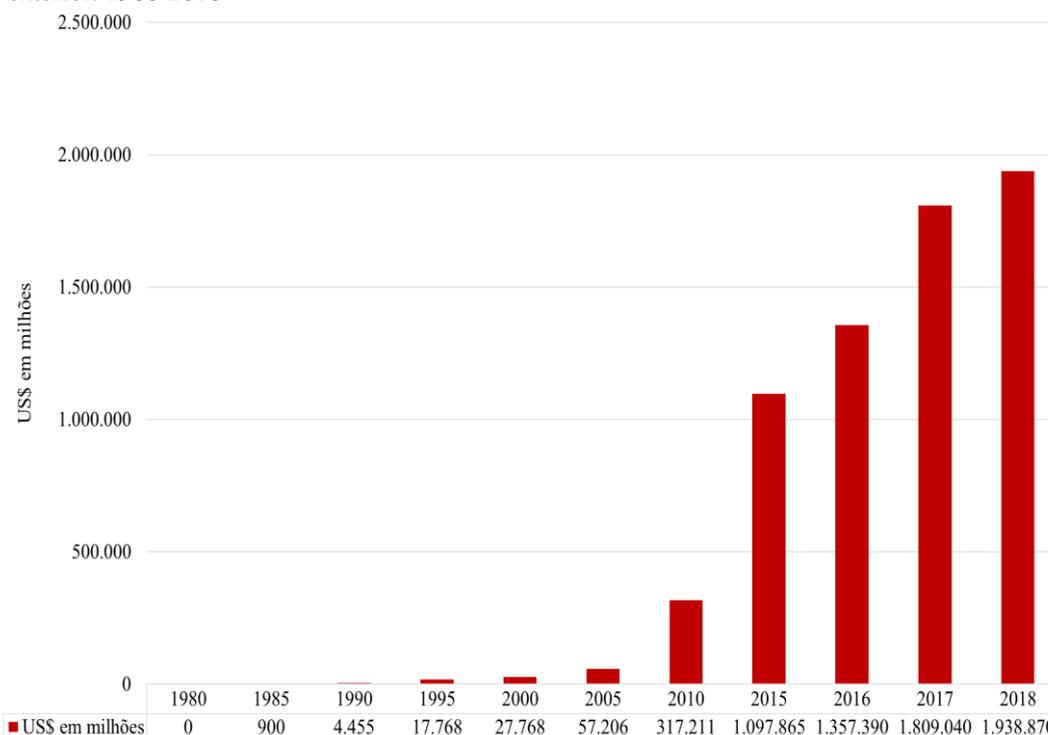
Gráfico 19 - Fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China no exterior: 1980-2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>93</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

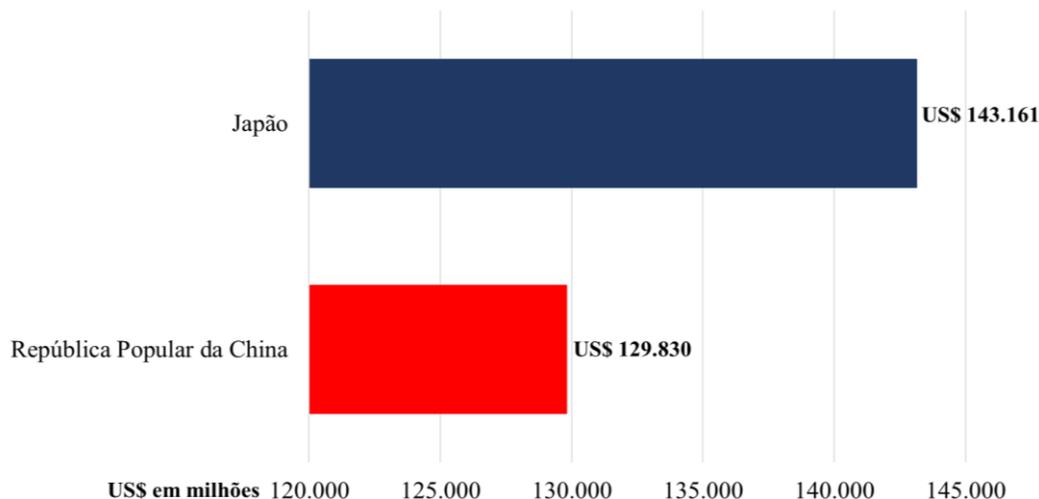
Gráfico 20 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China no exterior: 1980-2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

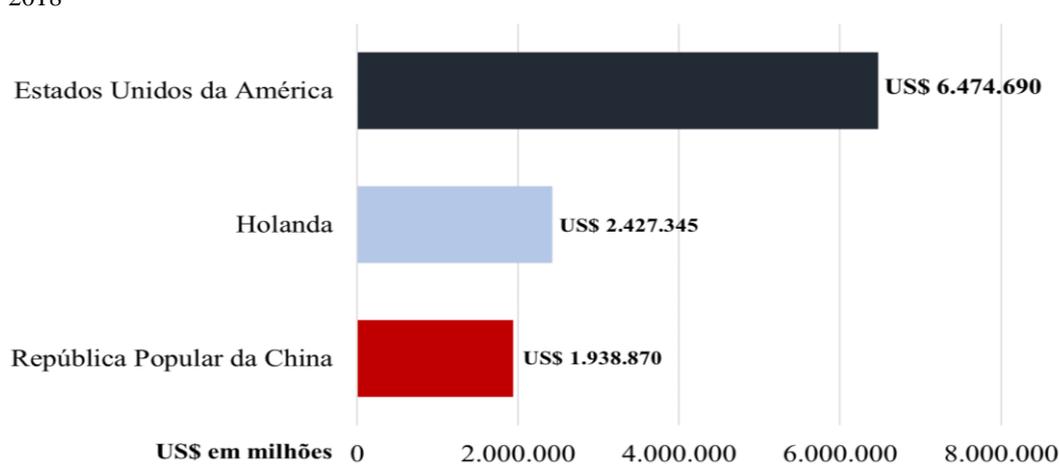
Diante ao exposto, é possível compreender que após o processo das políticas de liberalização das inversões no exterior, a República Popular da China não apenas aumentou a internacionalização de suas empresas como alcançou a segunda posição de maior fonte de investimentos no exterior e a terceira posição entre os países que detém os maiores estoques de investimentos externos diretos no mundo. Assim, a República Popular da China apresentou a realização de fluxos de inversões no exterior que compreendeu o montante de US\$ 129,8 bilhões, sendo antecedida apenas pelo Japão, cujos fluxos superaram o valor de US\$ 143,1 milhões, enquanto o montante dos estoques de investimentos externos diretos chineses compreendendo, aproximadamente, US\$ 1,9 trilhão, foi antecedido somente pelos estoques de inversões no exterior dos Estados Unidos e da Holanda, que superaram, respectivamente, os valores de US\$ 6,4 trilhões e US\$ 2,4 trilhões, em 2018 (Gráficos 21 e 22).

Gráfico 21 - Países com os maiores fluxos de investimentos externos diretos no mundo, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 22 - Países com os maiores estoques de investimentos externos diretos no mundo, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Posto isso, nossa pretensão na próxima seção deste trabalho consiste em evidenciar a distribuição geográfica dos investimentos chineses na escala global. Nesse sentido, resgatamos informações acerca da distribuição geográfica dos investimentos externos diretos da República Popular da China acumulados em diferentes regiões até o início dos anos 2000 para, em seguida, evidenciar o processo de reorganização geográfica na distribuição espacial dos investimentos externos diretos chineses nas primeiras décadas do século XXI, destacando, sobretudo, o aumento do influxo e do estoque do capital sínico nas regiões em desenvolvimento.

## 2.4.

### A geografia dos investimentos externos diretos da República Popular da China

Através das considerações apresentadas nas seções precedentes, foi possível compreender que após uma trajetória de crescimento econômico que a conduziu à posição de segundo maior produto interno bruto e à condição de maior potência comercial, a República Popular da China também consolidou sua inserção na economia mundial através da expansão de suas inversões no exterior. Como resultado desse processo, o país asiático ascendeu à segunda posição como maior exportador líquido de capitais em escala global com fluxos de inversões que alcançaram o montante de US\$ 196,1 bilhões em 2016, bem como ocupou a terceira posição em estoques de investimentos externos diretos quando os aportes de capitais chineses acumulados no exterior atingiram US\$ 1,9 trilhão em 2018<sup>94</sup>.

Ademais, foi possível compreender que apesar do início do processo de liberalização dos investimentos externos diretos chineses remontar as reformas econômicas que ocorreram no último quarto do século XX, o aumento das emissões de inversões chinesas no exterior, assim como a maior dispersão espacial dos capitais sínicos no mundo nos remetem à passagem para as primeiras décadas do XXI<sup>95</sup>. Todavia, desde que a República Popular da China iniciou a realização de suas inversões no exterior, não houve apenas o aumento do montante dos investimentos externos chineses em distintas regiões, mas ocorreu uma ampliação do número de empresas chinesas atuando em diferentes países e uma reorganização na distribuição espacial das inversões chinesas no exterior no período compreendido entre o final do século XX e o início do século XXI.

Apesar de existirem estudos cujas atenções se voltam ao processo de expansão dos investimentos chineses no mundo, a percepção parcial e a intencionalidade dessas pesquisas por vezes não dispõem de uma visão acerca da distribuição espacial dessas inversões e não evidenciam o processo de

---

<sup>94</sup> Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>95</sup> Ver Sutter (2010), Ipea (2011), Oliveira, A. (2012), Cebc (2013), Ribeiro (2013), Alves (2014), Baptista (2016), Avendano; Melguizo; Miner (2017), Baiyi (2018), Rodrigues; Hendler (2018), Vadell; Neves (2018) e Wang; Gao (2018).

reorganização geográfica que contribuiu para que as economias em desenvolvimento se tornassem as maiores receptoras desses capitais no curso das primeiras décadas do século XXI. Portanto, como o processo de expansão das inversões chinesas no exterior não se restringe aos aspectos quantitativos, a presente seção foi conduzida pela pretensão de apresentar os aspectos qualitativos do processo de reorganização geográfica dos investimentos externos diretos chineses evidenciando que a principal característica da geografia dos investimentos chineses consiste em uma mudança na distribuição espacial do capital sínico no espaço mundial caracterizada por uma maior concentração dessas inversões nas economias em desenvolvimento.

A compreensão desses processos somente foi possível a partir da realização de análises quantitativas dos fluxos e estoques dos investimentos diretos chineses no exterior tendo como base a utilização dos dados disponibilizados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e pelos Boletins Estatísticos de Investimentos Externos Diretos da China disponibilizados pelo Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM). Ademais, convém assinalar que, para a realização das análises qualitativas da distribuição espacial das inversões chinesas e do processo de reorganização geográfica dos investimentos chineses, realizamos a tabulação daqueles dados e identificamos os principais países e setores de atividades econômicas receptores dos estoques de investimentos externos diretos chineses em diferentes regiões do mundo, assim como consideramos os apontamentos acerca desse processo presentes nas publicações realizadas por Ipea (2011), Oliveira, A. (2012), Cintra (2013), Ribeiro (2010; 2013), Alves (2014b), Leite; Ramos (2016), Abdenur (2016), Novak; Namihás (2017) e Vadell; Neves (2018).

A adoção dos procedimentos quali-quantitativos permitiu a compreensão acerca dos principais aspectos relacionados à mudança na distribuição espacial das inversões chinesas no período que se estende entre o último quarto de décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Ao passo que o referencial teórico obtido a partir da interpretação dos trabalhos publicados por outros pesquisadores sobre a temática dos investimentos externos diretos chineses, assim

como a tabulação e à análise dos dados disponibilizados pela Unctad e pelo Mofcom viabilizaram a realização de algumas inferências acerca da geografia dos investimentos externos diretos chineses nas primeiras décadas do século XXI.

No curso das primeiras décadas do século XXI, a República Popular da China saía de uma condição periférica para ocupar uma posição central no sistema econômico internacional, mas não somente como potência comercial e segunda maior economia mundial. Como resultado, assistiu-se à atuação internacional de mais de quarenta mil empresas chinesas materializando a distribuição espacial daqueles investimentos externos diretos em mais 180 países nas diferentes regiões do mundo, em 2018<sup>96</sup>. Acerca desse processo de internacionalização, o levantamento bibliográfico empreendido para essa pesquisa permitiu compreender que a República Popular da China realizou uma aproximação junto às economias em desenvolvimento, ampliando seus vínculos de cooperação por meios como a ajuda creditícia e o intercâmbio comercial, assim como através do aumento de estoques de seus investimentos no exterior.

No que concerne à geografia dos investimentos externos diretos chineses, compreendemos que ocorreram mudanças tanto nos países que receberam os maiores aportes, quanto nas regiões que se destacaram enquanto as principais receptoras das inversões provenientes de uma das maiores fontes de investimentos do mundo. Nesse sentido, não é conveniente ignorar que apesar de inicialmente a República Popular China ter realizado a maior parte dos seus investimentos externos diretos nos países desenvolvidos, mais recentemente, a reorganização geográfica na distribuição espacial das inversões chinesas no exterior conduziu os países em desenvolvimento à condição de maiores receptores das inversões chinesas (ACIOLY; LEÃO, 2011; MIRANDA, 2015; MOFCOM, 2017). Com efeito, os investimentos externos diretos provenientes da República Popular da China estão presentes tanto nas economias desenvolvidas conformadas por países da Europa, América do Norte e da Oceania, como nas economias em desenvolvimento da África, mas apresentam, sobretudo, uma maior concentração de seus estoques na Ásia e na América Latina.

---

<sup>96</sup> Ver portal eletrônico do Mofcom. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/significantnews/201909/20190902901191.shtm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

Não obstante, durante o período compreendido entre as últimas décadas do século XX, os investimentos chineses foram majoritariamente direcionados às economias desenvolvidas. Naquele contexto, o capital sínico foi orientado por projetos de empresas estatais que atuavam nos setores de mineração na América do Norte e na Oceania, cujos principais objetivos consistiam em assegurar o suprimento de recursos naturais escassos no território chinês através de operações nos Estados Unidos e na Austrália (HOLLAND; BARBI, 2010; IPEA, 2011; ALVES, 2014b; MIRANDA, 2015). De acordo com Miranda (2015), além daquelas inversões terem como objetivo a garantia de acesso às fontes de matérias primas essenciais à produção industrial chinesa, aqueles investimentos também foram orientados a realizar a compra de maquinários, equipamentos e manufaturas, assim como obter tecnologia e *know how* a partir de operações de *joint venture* e fusões e aquisições em países desenvolvidos.

Apesar de muito concentradas nos Estados Unidos e na Austrália, durante o referido período, as inversões chinesas realizadas em economias desenvolvidas também foram destinadas à Europa, conforme revelam Ma; Overbeek (2018). Entre os objetivos dos investimentos chineses no continente europeu estavam as tentativas de superar as barreiras tarifárias impostas às importações chinesas e realizar a abertura de novos mercados para as exportações provenientes da República Popular da China (MIRANDA, 2015).

Embora ocupassem os menores percentuais dos investimentos chineses entre as últimas décadas do século XX, as inversões do país asiático também estiveram presentes nas economias em desenvolvimento. Durante aquele período, os influxos de capitais sínicos nessas regiões foram orientados pelo acesso às matérias primas escassas no território chinês, assim como estiveram relacionados às operações financeiras e vinculados aos aspectos estratégicos nas operações de serviços logísticos (MIRANDA, 2015).

Na Ásia, a proximidade geográfica e os aspectos culturais orientaram os investimentos chineses, de modo que as inversões estiveram concentradas, sobretudo, em Hong Kong e nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Durante aquele contexto, as inversões chinesas destinadas à África também foram realizadas a fim de evitar as barreiras tarifárias e

impulsionar a exportação de produtos chineses mediante a realização de programas de cooperação ao desenvolvimento, assim como foram orientadas na busca por petróleo e por outros recursos minerais no continente. Na América Latina, os investimentos chineses acumulados até a última década do século XX, tiveram na triangulação das exportações e no controle dos mercados as principais razões orientadoras para a realização de seus influxos nos países da região (MIRANDA, 2015).

Apesar de estarem presentes nas economias em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina, os maiores montantes acumulados dos investimentos chineses estiveram concentrados nas economias desenvolvidas até o final da década de 1990. Assim, após a Oceania apresentar os maiores registros dos investimentos chineses acumulados até o ano de 1991, a América do Norte concentrou os maiores percentuais dos investimentos externos diretos chineses acumulados quando se destacou como a região que representava, aproximadamente, 31,2% dos investimentos externos diretos chineses acumulados no exterior até os últimos anos do século XX (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição geográfica dos investimentos externos diretos da República Popular da China acumulados em diferentes regiões, entre 1949-2001 (%)

<b>Região</b>	<b>1949-1991</b>	<b>1993-1995</b>	<b>1996-1998</b>	<b>1999-2001</b>
América do Norte	33,6	39,6	31,25	23,67
Oceania (Austrália)	38,5	18,39	13,93	9,03
Europa	6,40 <sup>I</sup>	2,63 <sup>III</sup>	2,21 <sup>III</sup>	1,72 <sup>III</sup>
Ásia	11,0 <sup>II</sup>	18,71 <sup>IV</sup>	22,22 <sup>IV</sup>	27,83 <sup>IV</sup>
África Subsaariana	2,90	4,99	10,27	14,93
América Latina e Caribe	-	4,96	10,04	13,83
Outros	7,40	10,46	10,09	8,94

I – Soma dos valores percentuais destinados à Europa Ocidental e aos países da Europa Oriental.

II – Soma dos valores percentuais destinados à ASEAN e ao Japão.

III – Soma dos valores percentuais destinados à Europa Ocidental.

IV – Soma dos valores percentuais destinados à Hong Kong, ASEAN e demais países asiáticos

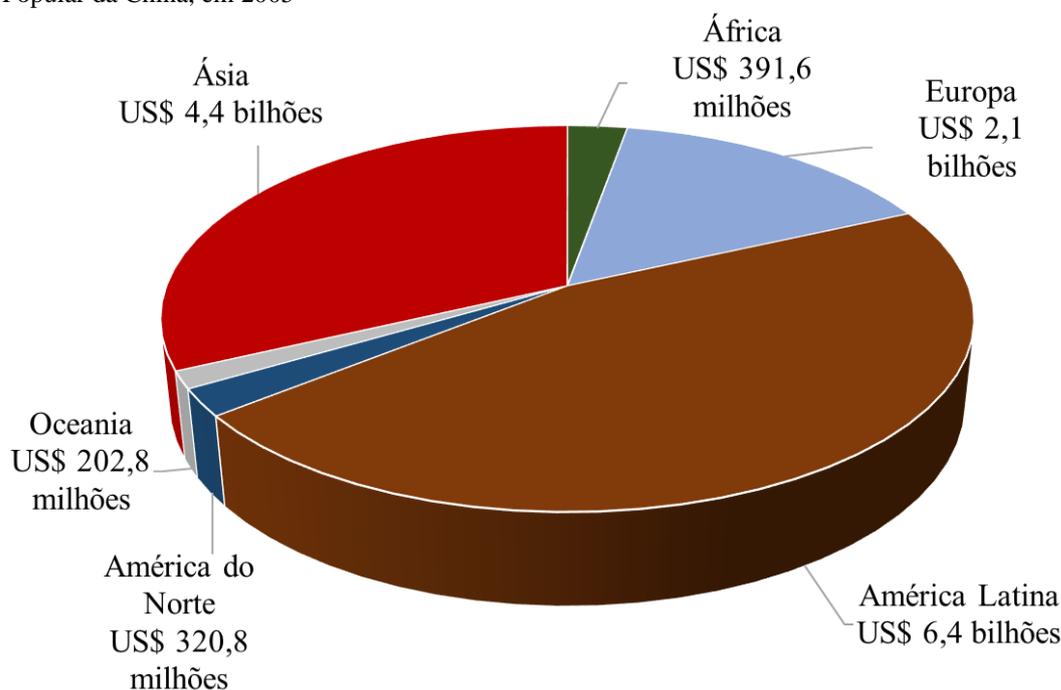
Fonte: Miranda, 2015, p. 381, 382 e 383. Tabela elaborada pelo autor.

Todavia, entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, a República Popular da China implementou uma política que estimulou o aumento dos investimentos chineses no exterior e promoveu um processo de reorganização geográfica na distribuição desses capitais, contribuindo para a ampliação do montante de suas inversões nos países em desenvolvimento. Assim, a despeito daquele período em que os capitais sínicos estiveram majoritariamente acumulados nas regiões da América do Norte e da Oceania, mais recentemente, as economias em desenvolvimento ampliaram sua participação enquanto receptoras das inversões chinesas no exterior.

Com efeito, alguns anos após a realização da política *Go Global/ Going Out* pela República Popular da China, as regiões da Ásia e da América Latina se projetaram como as maiores receptoras dos fluxos e dos estoques de investimentos diretos chineses nos últimos anos. Portanto, apesar de ocorrer a ampliação dos fluxos de capitais sínicos direcionados à Europa, à América do Norte e à Oceania, quando essas inversões atingiram, respectivamente, US\$ 2,1 bilhões, US\$ 320,8 milhões e US\$ 202,8 milhões, em 2005, as economias em desenvolvimento superaram aquelas regiões enquanto receptoras dos influxos de capitais chineses.

Com efeito, os fluxos de inversões chinesas compreenderam US\$ 391,6 milhões na África, enquanto o montante conformado pelos fluxos de investimentos externos diretos chineses alcançou, aproximadamente, US\$ 4,4 bilhões quando direcionados à Ásia, em 2005. Ademais, cumpre pontuar que os fluxos daqueles investimentos atingiram o montante de, aproximadamente, US\$ 6,4 bilhões quando foram destinados à América Latina no ano de 2005 (MOFCOM, 2010) (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Distribuição geográfica dos fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China, em 2005

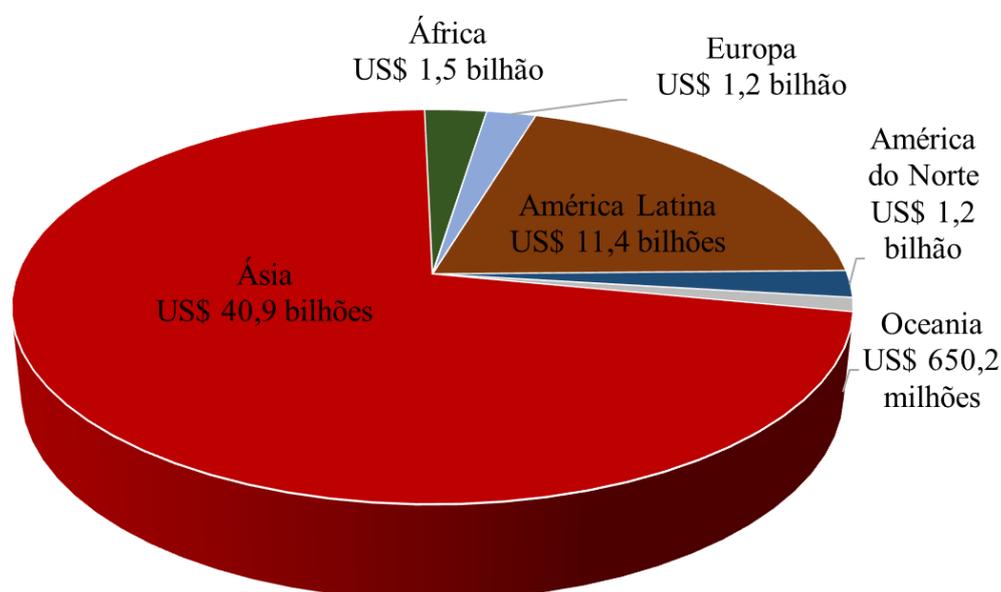


Fonte: Mofcom, 2010. Gráfico elaborado pelo autor.

Acerca da distribuição geográfica dos investimentos chineses acumulados na primeira metade da década de 2000, cabe assinalar que os estoques dessas inversões na Oceania superaram os US\$ 650 milhões, enquanto na América do Norte e na Europa os estoques de capitais chineses compreenderam pouco mais de US\$ 1,2 bilhão, em 2005. Entretanto, os estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China nas regiões em desenvolvimento superaram os aportes apresentados nas regiões desenvolvidas.

Assim, na primeira metade da década dos anos 2000, a Ásia havia se consolidado como a maior receptora das inversões chinesas, de modo que os estoques de investimentos chineses na região alcançaram US\$ 40,9 bilhões, em 2005. Ademais, há que destacar que esse montante foi sucedido pelos estoques de capitais sínicos em outras regiões em desenvolvimento como a América Latina, que compreendia, aproximadamente, US\$ 11,4 bilhões daqueles investimentos, assim como pela África, continente cujos estoques de inversões chinesas alcançaram US\$ 1,5 bilhão, em 2005 (MOFCOM, 2010) (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Distribuição geográfica dos estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China, em 2005



Fonte: Mofcom, 2010. Gráfico elaborado pelo autor.

No curso das primeiras décadas do século XXI, a tendência de aumento das inversões chinesas continuou e, tanto a Ásia quanto a América Latina se mantiveram entre as principais regiões receptoras dos investimentos chineses no exterior. Assim, apesar da trajetória de aumento das inversões chinesas na América do Norte de US\$ 2,6 bilhões em 2010, para US\$ 6,4 bilhões em 2017, e da ampliação das inversões chinesas na Oceania de, aproximadamente, US\$ 1,8 bilhão para US\$ 5,1 bilhões, assim como da entrada de capitais síncicos na Europa de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 18,4 bilhões durante os anos 2010 e 2017; a América do Norte e a Oceania não mantiveram as posições de maiores receptoras das inversões chinesas como nas décadas passadas (MOFCOM, 2017).

Como implicação, a Ásia foi a região em que ocorreu uma expressiva ampliação do montante de capitais oriundos da República Popular da China nas primeiras décadas do século XXI. Para termos dimensão desse processo, há que se compreender que o montante das inversões chinesas realizadas na região foi ampliado de, aproximadamente, US\$ 44,8 bilhões em 2010, para US\$ 110,0 bilhões em 2017 (MOFCOM, 2017).

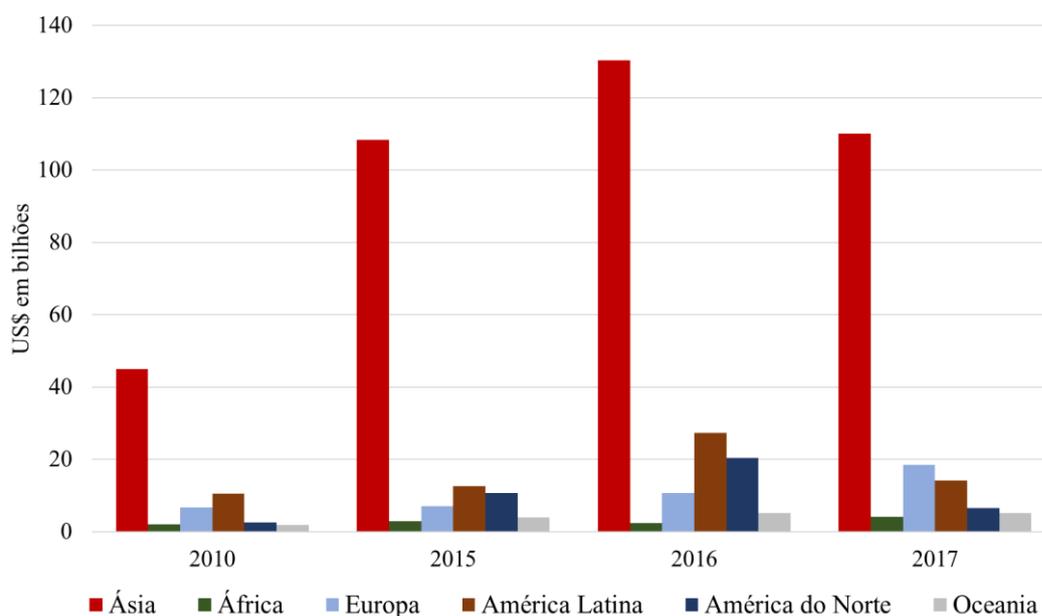
Ademais, é possível perceber que, embora durante este período o continente africano estivesse entre as economias em desenvolvimento que

assistiram tanto à ampliação do interesse político e econômico de Pequim, quanto o aumento do aporte de inversões chinesas de US\$ 2,1 bilhões em 2010, para US\$ 4,1 bilhões em 2017, os dados disponibilizados pelo Mofcom nos permitiram compreender que a África foi antecedida pelas demais regiões (MOFCOM, 2017).

Entretanto, diferentemente da condição apresentada pelo continente africano e distintamente da dinâmica da expressiva capacidade de atração de capitais chineses apresentada pela região asiática, a América Latina assistiu uma mudança considerável quanto a sua importância no direcionamento dos influxos de investimentos chineses. Devido a isso, a região latino-americana oscilou entre a segunda e a terceira posição enquanto receptora daquelas inversões, sendo por vezes antecedida não somente pela Ásia, mas também por esta região e pela Europa.

Apesar dessas oscilações, a América Latina apresentou um expressivo aumento das inversões chinesas de US\$ 10,5 bilhões em 2010 para US\$ 27,2 bilhões em 2016. No entanto, mais recentemente, a América Latina assistiu uma considerável redução dos influxos desses capitais quando os fluxos de investimentos externos diretos chineses na região declinaram para, aproximadamente, US\$ 14,0 bilhões, em 2017 (MOFCOM, 2017) (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Distribuição geográfica dos fluxos de investimentos externos diretos da República Popular da China, entre 2010 e 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

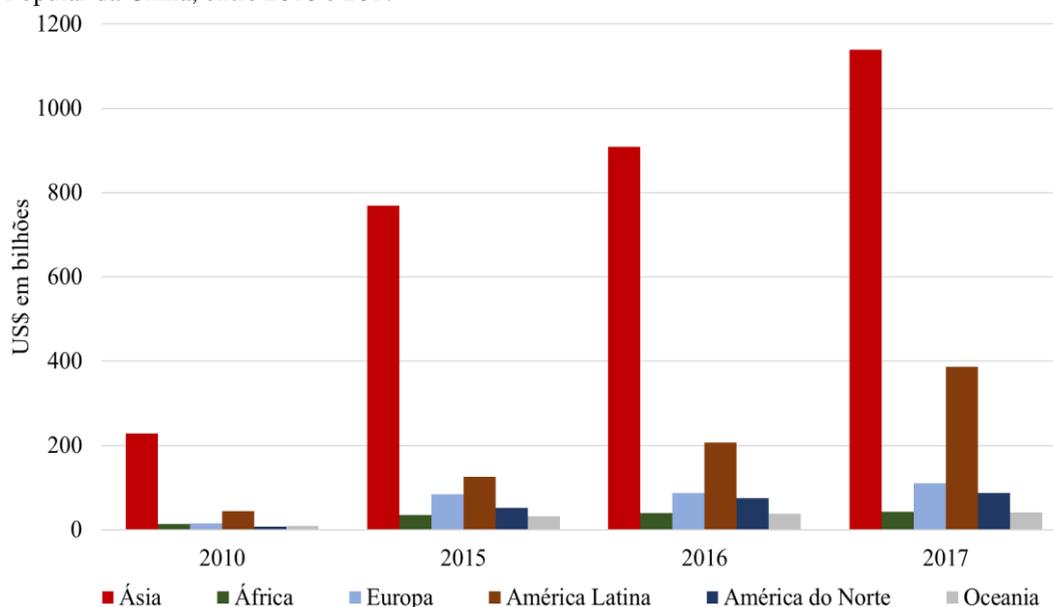
Embora todas as regiões tenham apresentado ampliação dos estoques de investimentos chineses no período compreendido entre os anos 2010 e 2017, a Ásia e a América Latina mantiveram a posição de maiores estoques de inversões chinesas no exterior, sendo assim sucedidas, respectivamente, pela Europa, América do Norte, Oceania e África. Durante esse período, os estoques dos investimentos chineses na Ásia saltaram de US\$ 228,1 bilhões em 2010, e atingiram mais de US\$ 1,1 trilhão em 2017 (MOFCOM, 2017).

A reboque do processo de ampliação do estoque de inversões chinesas no exterior, os montantes que conformavam os estoques de capitais sínicos na América Latina saltaram de, aproximadamente, US\$ 43,8 bilhões em 2010, alcançando US\$ 386,8 bilhões em 2017. Apesar do expressivo crescimento apresentado por aquelas economias em desenvolvimento, a África apresentou uma ampliação mais modesta dos estoques de inversões chinesas, de modo que os capitais chineses acumulados no continente africano saltaram de, aproximadamente, US\$ 13,0 bilhões, em 2010, e atingiram o montante de US\$ 43,2 bilhões, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Entre as regiões desenvolvidas, a Europa se destacou enquanto receptora de mais de US\$ 15,7 bilhões em 2010, apresentando estoques de investimentos chineses que superaram o montante de US\$ 110,8 bilhões em 2017. Assim como esta região, a América do Norte apresentou considerável ampliação dos estoques de investimentos provenientes da economia chinesa, de modo que os US\$ 7,8 bilhões em 2010, saltaram para, aproximadamente, US\$ 86,9 bilhões, em 2017.

Todavia, diferentemente da condição ocupada até o início dos anos 1990 e sucedendo as economias desenvolvidas elencadas, mais recentemente, a Oceania tem ocupado uma modesta posição entre as áreas receptoras de investimentos chineses. Apesar do desempenho assinalado, a região apresentou ampliação dos estoques desses capitais, processo que pode ser compreendido à medida que observamos que os estoques de investimentos externos diretos chineses na Oceania passaram de, aproximadamente, US\$ 8,6 bilhões em 2010, para US\$ 41,7 bilhões em 2017 (MOFCOM, 2017) (Gráfico 26).

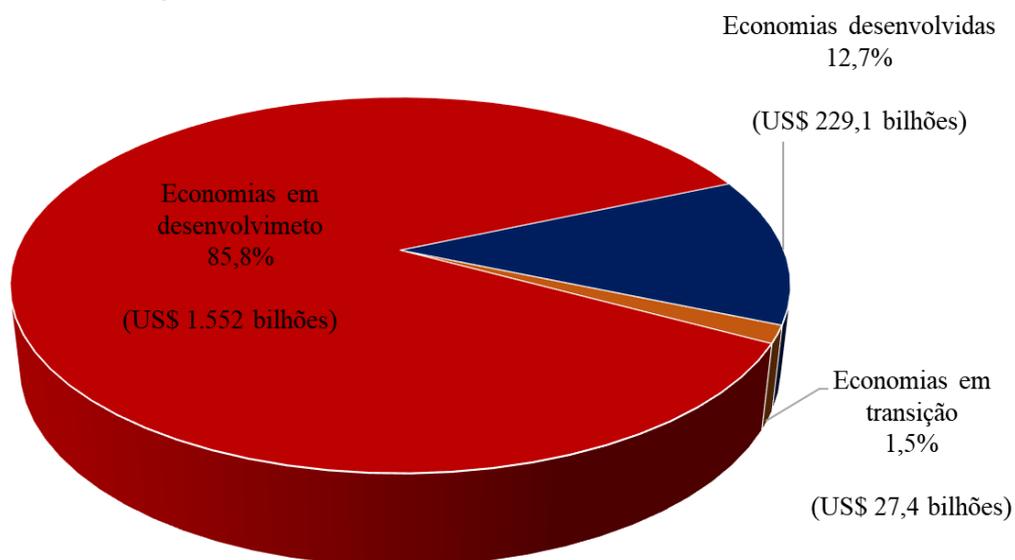
Gráfico 26 - Distribuição geográfica dos estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China, entre 2010 e 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante ao exposto, é possível compreender que as economias em desenvolvimento foram contempladas por, aproximadamente, 85,8% do estoque de investimentos externos diretos chineses, o que correspondeu a um montante de capital acumulado de, aproximadamente, US\$ 1,5 trilhão sob a forma de inversões chinesas, em 2017. Ademais, através da análise do Boletim Estatístico de Investimentos Externos Diretos da China disponibilizado pelo Ministério do Comércio da República Popular da China, pode-se inferir que economias desenvolvidas e as economias em transição foram contempladas, respectivamente, 12,7% e 1,5% do estoque dessas inversões, compreendendo assim um montante de capital acumulado que atingiu, aproximadamente, US\$ 229,1 bilhões e 27,4 bilhões em 2017 (MOFCOM, 2017) (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Estoque dos investimentos externos diretos chineses, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Com efeito, o processo de reorganização geográfica na distribuição espacial dos investimentos externos diretos chineses contribuiu para que as economias em desenvolvimento se tornassem as maiores receptoras dos estoques de investimentos chineses. Entre as regiões constituídas por economias em desenvolvimento, a Ásia foi a região que se projetou enquanto a maior receptora dos estoques dos investimentos chineses, sendo sucedida pela América Latina. Ademais, é possível identificar, ainda, um crescente interesse do capital sínico na África, assim como uma mudança nas relações econômicas da República Popular da China com as economias em desenvolvimento, à medida que houve um processo de inserção dos países asiáticos, africanos e latino-americanos na base de fornecedores de recursos energéticos e alimentares à economia chinesa (SUTTER, 2010; EGLER, 2011; ACIOLY; LEÃO, 2011; GUIMARÃES, 2013; BAIYI, 2018).

No entanto, como o aumento do estoque das inversões chinesas não ocorreu apenas nas regiões compreendidas pelas economias em desenvolvimento, no curso das primeiras décadas do século XXI, o processo de expansão das inversões chinesas contemplou as economias desenvolvidas e em transição, de modo que a Europa e a América do Norte, assim como a Oceania também

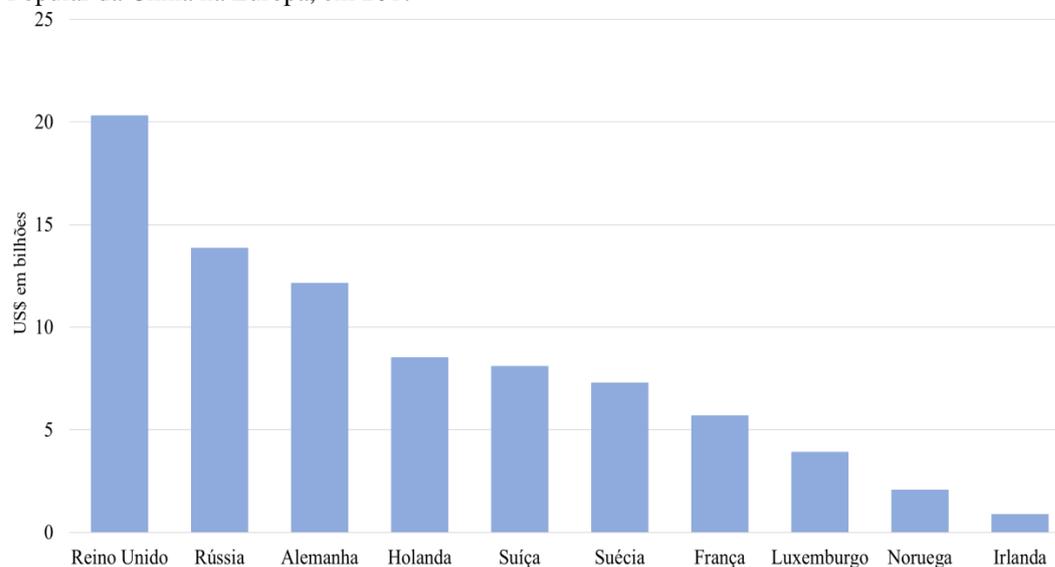
apresentaram ampliações dos montantes dos investimentos externos diretos chineses (MOFCOM, 2017).

Através da análise dos dados disponibilizados pelo Mofcom, observa-se que entre as regiões desenvolvidas, a Europa ocupa a posição de maior receptora dos investimentos chineses. De acordo com Ba; Overbeek (2018), foi após a crise financeira que ocorreu uma maior intensificação do direcionamento das inversões chinesas para aquela região. Na referida região, os países da União Europeia conformam o destino mais importante dos capitais provenientes da República Popular da China, de modo que entre os principais fatores de atração dos investimentos chineses para a região tem-se a desvalorização de ativos privados e o ambiente comparativamente amigável da União Europeia, bem como a impulsão chinesa de reduzir a dependência das exportações e do dólar americano (MA; OVERBEEK, 2018).

Na Europa, a Suíça foi o país que mais recebeu os fluxos de investimentos externos diretos chineses, em 2017. Entretanto, sucedendo a primazia daquele país europeu, os maiores receptores das inversões chinesas naquele ano foram a Alemanha, o Reino Unido, a Rússia e Luxemburgo. Esse aspecto de concentração das inversões chinesas na Europa também se verifica no montante conformado pelos estoques de investimentos chineses na região. Com efeito, assim como o Reino Unido; a Rússia, a Alemanha, a Holanda, a Suíça e Luxemburgo não estão somente entre os maiores receptores dos fluxos de investimentos chineses, mas são os países que apresentaram os maiores estoques de investimentos chineses na Europa, em 2017 (MOFCOM, 2017) (Gráfico 28).

Do montante de capital que compõe o estoque de investimentos externos diretos chineses na Europa, as cinco principais atividades que apresentaram as maiores concentrações foram as atividades manufatureiras, que absorveram 30,8% das inversões, sendo seguidas pelas atividades de mineração que compreenderam 20,3% desse capital. Ademais, os serviços financeiros abrangeram 14,0%, enquanto os serviços de leasing e negócios contemplaram 9,6%, e as atividades de comércio atacado e varejo 4,7% dos estoques de capitais chineses, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Gráfico 28 - Países com os maiores estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na Europa, em 2017



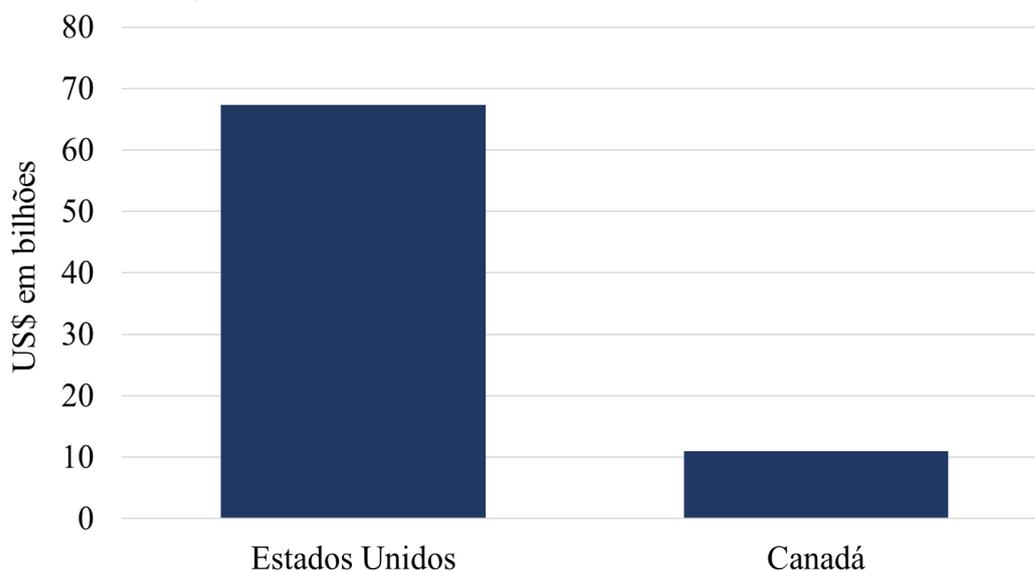
Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Na América do Norte, o Canadá e os Estados Unidos são os principais receptores dos investimentos externos diretos chineses. Entretanto, os maiores montantes de inversões chinesas nessa região são destinados à economia norte-americana. Para se ter dimensão desse processo, cabe potuar que as inversões chinesas no Canadá e nos Estados Unidos saltaram de, aproximadamente, US\$ 1,2 bilhão em 2010, para, respectivamente, US\$ 2,8 bilhões e US\$ 16,9 bilhões, em 2016 (MOFCOM, 2017). Apesar de apresentar uma retração nos fluxos de inversões chinesas no ano subseqüente, dado aporte de US\$ 6,4 bilhões, em 2017; os Estados Unidos mantiveram a primazia enquanto receptor dos capitais chineses destinados à região quando comparado ao Canadá, sobretudo, por este país assistir uma queda mais acentuada quando os influxos daqueles investimentos declinaram para, aproximadamente, US\$ 320,8 milhões, em 2017.

Naquele ano, os estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China nos Estados Unidos registraram US\$ 67,38 bilhões, representando 3,7% do total dos estoques de investimentos chineses no mundo, enquanto a economia canadense apresentou um montante de, aproximadamente, US\$ 10,9 bilhões (Gráfico 29). Em 2017, as cinco principais atividades que concentraram os estoques dos investimentos chineses na região foram as atividades do setor manufatureiro (22,4%), a mineração (16,9%), os serviços de

*leasing* e negócios (14,7%), os serviços financeiros (12,2%) e os serviços de tecnologia da informação, *software* e transmissão de informações (7,6%), em 2017 (MOFCOM, 2017).

Gráfico 29 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na América do Norte, em 2017



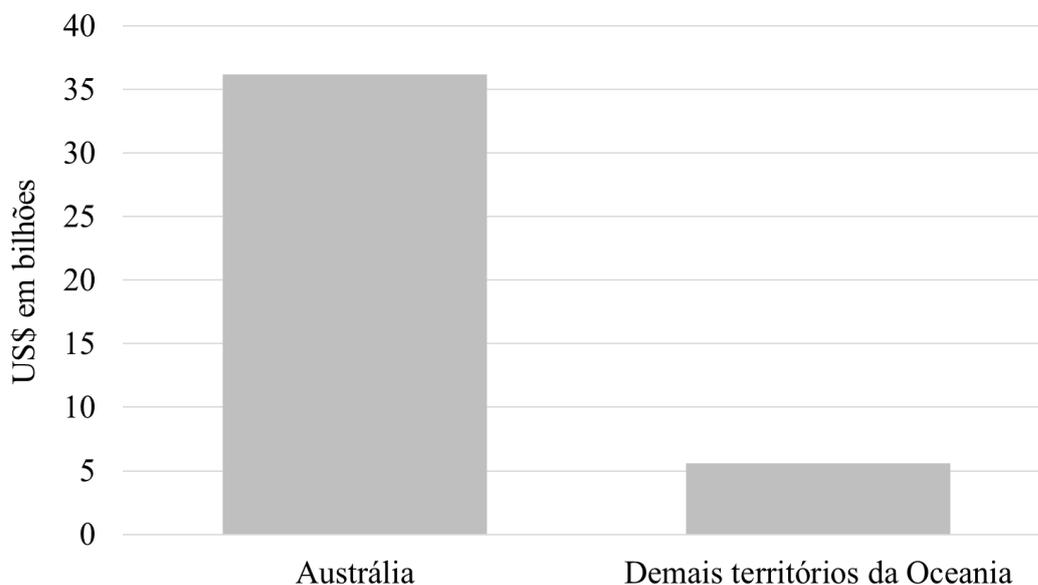
Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Na região da Oceania, a Austrália se mantém como o principal país receptor dos fluxos de investimentos externos diretos. Entre os anos 2010 e 2017, as inversões chinesas no país saltaram de, aproximadamente, US\$ 1,7 bilhão e alcançaram US\$ 4,2 bilhões, compreendendo assim uma expressiva parcela dos fluxos de inversões chinesas para a Oceania que saltaram de, aproximadamente, US\$ 1,8 bilhões, em 2010, para 5,1 bilhões, em 2017. Com efeito, enquanto os demais territórios da região apresentaram estoques de investimentos chineses que compreenderam cerca de US\$ 5,5 bilhões; a Austrália detém a maior parcela dos estoques dessas inversões, compreendendo assim US\$ 36,1 bilhões dos US\$ 41,7 bilhões que conformaram o total dos estoques de investimentos chineses na Oceania, em 2017 (MOFCOM, 2017) (Gráfico 30).

Do montante de capitais que compõem os investimentos chineses destinados à região, as atividades de mineração foram as que mais receberam os fluxos de investimentos chineses e são as que apresentaram a maior alocação dos estoques de inversões chinesas na região, sobretudo, por compreenderem 53,6%

dos estoques de investimentos chineses na Oceania. Ademais, as atividades imobiliárias (10,6%), os serviços de *leasing* e negócios (7,5%), os serviços financeiros (6,8%) e as atividades manufatureiras (4,7%) seguem como as principais atividades onde se concentraram a maior parte dos estoques de investimentos chineses na Oceania, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Gráfico 30 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China na Austrália e demais territórios da Oceania, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Como a Austrália é o maior receptor das inversões chinesas na região, é possível identificar a repetição daquele padrão de concentração dos estoques de investimentos chineses no país. Com efeito, a mineração representou, aproximadamente, 57% dos estoques dos investimentos chineses na maior economia daquela região, sendo sucedida pelas atividades imobiliárias que compreenderam 11,3% desses estoques, assim como pelos serviços de *leasing* e negócios, serviços financeiros e pelas atividades de manufaturas que corresponderam, respectivamente, 8,0%, 6,7% e 4,3% dos estoques de investimentos chineses no país, em 2017 (MOFCOM, 2017).

A recente aproximação econômica entre a República Popular da China e os países em desenvolvimento consiste em uma mudança fundamental do projeto de desenvolvimento chinês, caracterizando-se pela adoção de um padrão de

relação da República Popular da China junto aos países em desenvolvimento baseado em uma estratégia bilateral de comércio e investimentos (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016; VADELL; NEVES, 2018). Com efeito, a condução das relações entre o país asiático e os países em desenvolvimento tem sido orientada pela adoção de uma estratégia bilateral atrelada à intensificação das trocas comerciais e à ampliação dos fluxos de inversões em países da Ásia, África e América Latina a fim de promover tanto à integração através do desenvolvimento de projetos de infraestruturas nessas regiões, quanto assegurar o escoamento de recursos estratégicos à economia chinesa.

Entre as economias em desenvolvimento, a Ásia se caracteriza enquanto a região em que estão os principais parceiros comerciais da República Popular da China e os maiores destinos de seus investimentos externos, assim como os maiores estoques das inversões chinesas no exterior. Portanto, diferentemente de uma condição que remonta ao final do século XX, os territórios asiáticos se afirmaram como o principal destino do influxo dos investimentos chineses nas primeiras décadas do século XXI (IPEA, 2011; OLIVEIRA, A. 2012; RIBEIRO, 2010; 2013; ALVES, 2014b; BAPTISTA, 2016; MOFCOM, 2017).

A partir da análise do Boletim Estatístico de Investimentos Externos Diretos da China disponibilizado pelo Mofcom, foi possível compreender que, atualmente, os maiores estoques das inversões chinesas estão nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, bem como nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático. Entretanto, alguns destinos emergiram na recente dinâmica de ampliação das inversões chinesas no exterior, portanto, além de países do entorno geográfico chinês como, por exemplo, a Coreia do Sul, outros Estados asiáticos como, por exemplo, o Cazaquistão e o Paquistão também se projetaram como um dos maiores estoques dos investimentos chineses no exterior, em 2017.

Há que se destacar aqui que, nas regiões administrativas especiais chinesas, grande parte das inversões são fictícias, pois retornam à República Popular da China, sobretudo, através de *round tripping*<sup>97</sup>, também sendo importante assinalar que a Região Administrativa Especial de Hong Kong é um

---

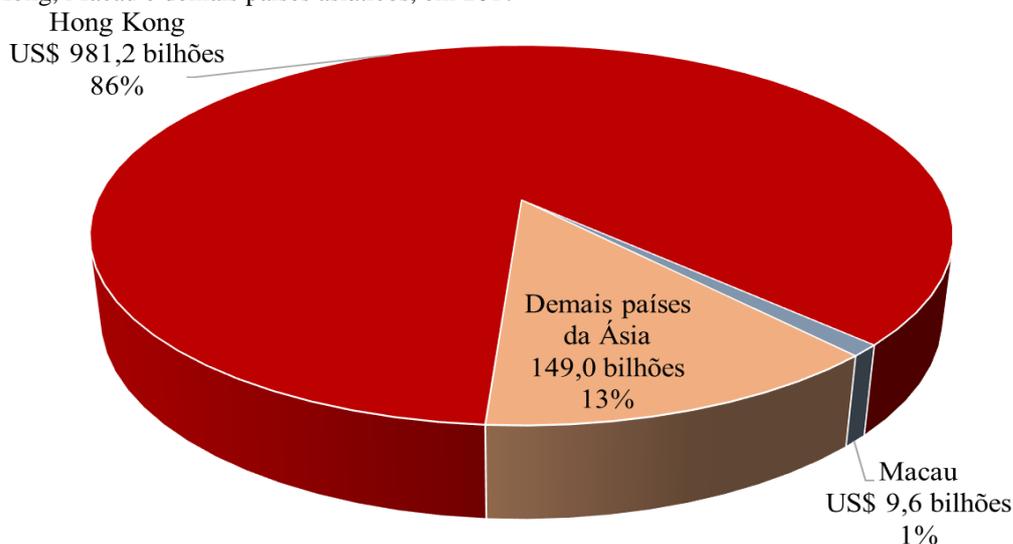
<sup>97</sup> Ver Holland; Barbi (2010) e Miranda (2015).

dos principais investidores externos na China. Em Hong Kong, os influxos de investimentos chineses alcançaram o expressivo valor de US\$ 114,2 bilhões em 2016, enquanto os estoques de inversões atingiram US\$ 981,2 bilhões em 2017. Na Região Administrativa Especial de Macau, os fluxos de investimentos compreenderam o montante de US\$ 1,0 bilhão em 2015, ao passo que os estoques de inversões chinesas nessa região do território chinês alcançaram US\$ 9,6 bilhões em 2017 (MOFCOM, 2017).

Para termos dimensão do montante dessas inversões, naquele mesmo ano, convém pontuar que as regiões administrativas especiais somaram, aproximadamente, US\$ 990,4 bilhões, do total de US\$ 1,1 trilhão que conformaram os estoques de investimentos externos diretos chineses na Ásia; de modo que esse montante representou, aproximadamente, 86% dos estoques de capitais chineses no exterior, em 2017. Assim, do montante de capitais que conformaram os estoques de investimentos externos diretos chineses na Ásia, os US\$ 9,6 bilhões acumulados em Macau representaram somente 1%; enquanto Hong Kong absorveu 86% dos estoques daquelas inversões no exterior quando estas somaram US\$ 981,2 bilhões, em 2017 (Gráfico 31).

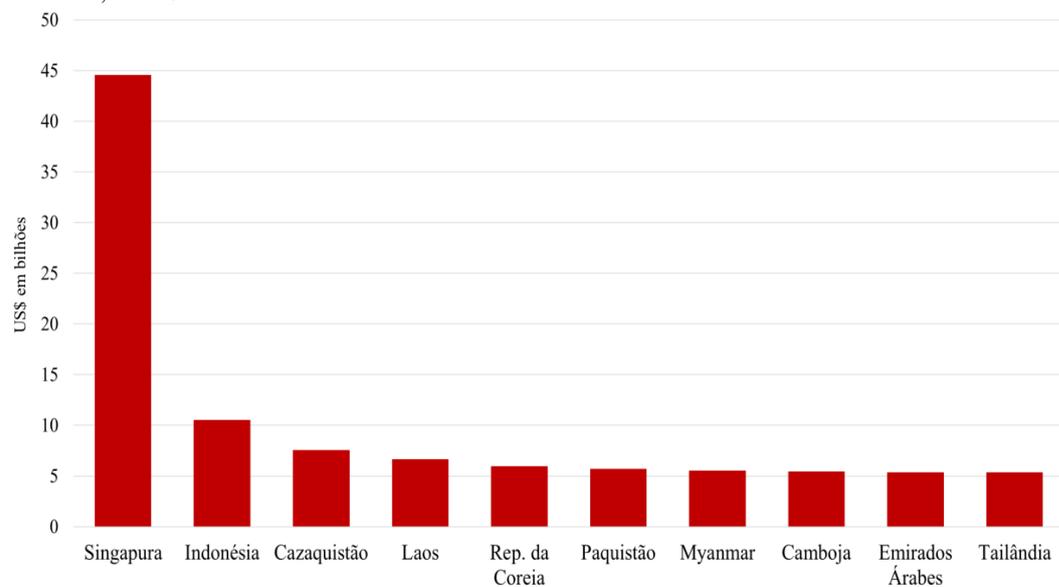
Ademais, somam-se aos valores dos estoques de inversões chinesas na região, os montantes de capitais síncicos dispostos em países asiáticos, sendo os maiores receptores desses investimentos os territórios de Singapura, Indonésia, Cazaquistão, Laos, Coreia do Sul, Paquistão, Myanmar, Camboja, Emirados Árabes Unidos e a Tailândia (Gráfico 32). No que concerne às cinco principais atividades contempladas pelos estoques de inversões chinesas na Ásia, a análise do Boletim Estatístico de Investimento Externos Diretos da China disponibilizado pelo Ministério do Comércio da República Popular da China permitiu compreender que os serviços de *leasing* e negócios (44%), as atividades de comércio atacado e varejo (13,5%), os serviços financeiros (12,3%), a mineração (7,0%) e as atividades manufatureiras (6,4%) foram os mais contemplados pelos estoques daqueles investimentos, em 2017.

Gráfico 31 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China em Hong Kong, Macau e demais países asiáticos, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 32 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China em países asiáticos, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Em Hong Kong, as principais atividades contempladas pelos estoques de inversões chinesas compreenderam os serviços de *leasing* e negócios, que representaram, aproximadamente, 50% dos estoques de investimentos chineses em 2017. Apesar desses serviços concentrarem a metade das inversões chinesas, as atividades comerciais de atacado e varejo compreenderam 14% daquele montante e os serviços financeiros representaram 12,6% dos estoques de

investimentos chineses, sendo essas atividades seguidas tanto pela mineração que contemplou 5,5%, quanto pelas atividades manufatureiras que compreenderam 4,4% dos estoques de inversões chinesas, em 2017.

Ademais, cabe assinalar que nos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático, os setores de serviços de *leasing* e negócios (19,6%), as atividades manufatureiras (17,5%), as atividades comerciais de atacado e varejo (13,3%), a produção e fornecimento de eletricidade, calor, gás e água (10,8%), construção (7,4%), assim como os serviços financeiros (5,9%) e o segmento de agricultura, silvicultura, pecuária e abastecimento (5,1%) concentraram os estoques de inversões chinesas, em 2017 (MOFCOM, 2017). De acordo com Miranda (2015), nos países asiáticos que se constituíram como recentes destinos das inversões chinesas, é possível compreender que as orientações dos capitais sínicos estão relacionadas tanto às estratégias chinesas para assegurar recursos minerais e energéticos, quanto vinculadas ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura na Ásia.

Apesar dos maiores parceiros comerciais da República Popular da China serem o Japão e a Coreia do Sul<sup>98</sup>, e dos maiores estoques dos investimentos externos diretos da segunda maior economia mundial estarem na Ásia, os interesses chineses não se restringem às economias em desenvolvimento dessa região. Assim, embora compreenda os menores percentuais da distribuição dos fluxos dos investimentos chineses ao exterior, o interesse do capital sínico tem se tornado crescente na África.

Todavia, diferentemente das motivações que orientaram as relações sino-africanas durante a conjuntura da bipolarização do espaço político mundial, no curso das primeiras décadas do século XXI, as relações entre a República Popular da China e aquela região constituída por mais de cinquenta países são orientadas tanto pela cooperação na esfera política, quanto pela ampliação das relações econômicas através do aumento da corrente de comércio sino-africano, da realização de empréstimos por bancos chineses aos países africanos e pelo

---

<sup>98</sup> Ver portal eletrônico The Observatory of Economic Competity (OEC). Disponível em: <<https://oec.world/en/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

aumento das inversões chinesas na África (RIBEIRO, 2013; VADELL; RAMOS; NEVES, 2016; DOMÍNGUEZ, 2018; VASQUÉZ, 2019).

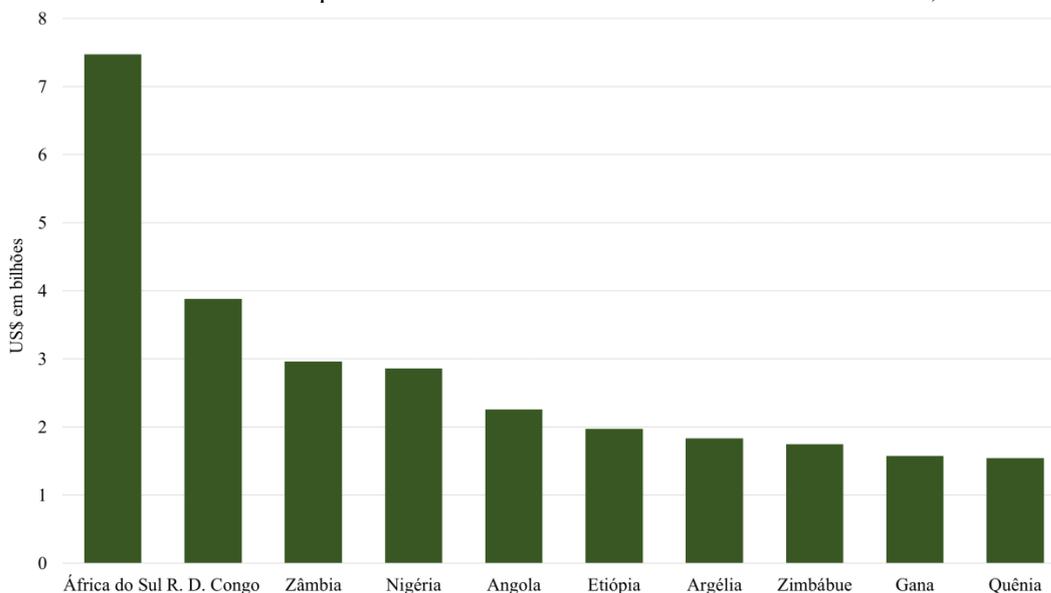
No âmbito das relações econômicas sino-africanas, a República Popular da China se tornou o primeiro sócio comercial da África Subsaariana e ascendeu como um dos maiores investidores externos no continente africano (DOMÍNGUEZ, 2018). No que concerne ao influxo de investimentos chineses no continente africano, cabe destacar que nos últimos anos as inversões do país asiático na África duplicaram, saltando assim de, aproximadamente, US\$ 2,1 bilhões em 2010, para alcançar o montante de US\$ 4,1 bilhões, em 2017. A reboque desse processo, os estoques de investimentos chineses na região assistiram uma expressiva ampliação à medida que dos US\$ 13,0 bilhões, em 2010, esses estoques mais que dobraram e atingiram cerca de US\$ 43,2 bilhões, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Atualmente, os principais receptores dos investimentos chineses no continente africano são países localizados na África Subsaariana. Assim, África do Sul, República Democrática do Congo, Zâmbia, Nigéria, Angola, Etiópia, Argélia, Zimbábue, Gana e Quênia são os países que apresentaram os maiores estoques de inversões oriundas da maior economia asiática, em 2017 (Gráfico 33). Ademais, há que se ressaltar que até o ano 2017, as principais atividades econômicas que concentraram os estoques de investimentos chineses no continente africano foram a construção (29,8%), a mineração (22,5%), os serviços financeiros (14,0%), a manufatura (13,2%) e os serviços de *leasing* e negócios (5,3%) (MOFCOM, 2017).

Diante ao exposto, nota-se que após ficar à margem dos fluxos de comércio e de investimentos estrangeiros, a África reverteu seu panorama econômico em decorrência da nova pressão que aquele país asiático vem exercendo, especialmente, no que concerne às áreas de comércio e de investimentos diretos na região. Com efeito, a materialização das inversões chinesas na África ocorre através do desembarque econômico realizado tanto pelo expressivo número de trabalhadores chineses, quanto pelas milhares de empresas que operam os investimentos provenientes do país asiático na região obedecendo

uma estratégia no sentido da realização de projetos de infraestrutura e na busca por recursos junto aos países africanos.

Gráfico 33 - Os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na África, 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Embora a República Popular da China tenha se tornado um dos principais mercados das exportações dos países africanos e um dos maiores investidores internacionais na África, o envolvimento do país asiático com a América Latina também vem sendo ampliado. A reboque da intensificação das relações sino-latino-americanas nas primeiras décadas do século XXI, a República Popular da China não ascendeu apenas à condição de parceiro comercial dos países latino-americanos, mas passou a ocupar uma posição importante enquanto investidor externo na América Latina.

Nas primeiras décadas do século XXI, além do estabelecimento da cooperação entre o país asiático e a região latino-americana no campo político internacional e na esfera do intercâmbio comercial, há que se destacar que a República Popular da China se projetou tanto como um credor aos países da região, quanto pela posição que alcançou como um investidor externo nos países latino-americanos<sup>99</sup>. Assim, embora a presença de inversões chinesas em países

<sup>99</sup> A partir do levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, cujos trabalhos que auxiliaram nossas reflexões o item referências não permite escapar o esquecimento, foi possível compreender que embora o restabelecimento das relações entre a República Popular da China e

latino-americanos tivesse ocorrido antes do início dos anos 2000, foi a partir de 2010 que ocorreu o processo de ampliação dos investimentos chineses na América Latina.

De acordo com o Boletim Estatístico dos Investimentos Externos Diretos Chineses disponibilizado pelo Ministério do Comércio da República Popular da China, durante o período compreendido entre os anos de 2010 e 2016, os investimentos externos diretos chineses na América Latina mais que duplicaram, saltando de, aproximadamente, US\$ 10,5 bilhões em 2010, para US\$ 27,2 bilhões em 2016. A partir da análise desses dados, é possível perceber que apesar de ter ocorrido uma expansão dos influxos de capitais sînicos na região durante aqueles anos, mais recentemente, houve um recuo dessas inversões nos países latino-americanos quando os influxos dos investimentos chineses declinaram para US\$ 14,0 bilhões, em 2017. Apesar dessa recente diminuição nos influxos de capitais chineses na região, também foi possível notar que, durante aquele período, os estoques de investimentos externos diretos chineses na região apresentaram uma trajetória crescente, saltando de US\$ 43,8 bilhões em 2010, para atingir o montante de, aproximadamente, US\$ 386,8 bilhões, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Acerca desse processo, há que destacar aqui que uma especificidade das inversões chinesas na América Latina é a concentração dos investimentos em dois paraísos fiscais: as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas. Entretanto, cumpre pontuar que assim como em outros paraísos fiscais essas inversões não operam realmente enquanto capitais produtivos, mas atuam de modo especulativo (MIRANDA, 2015).

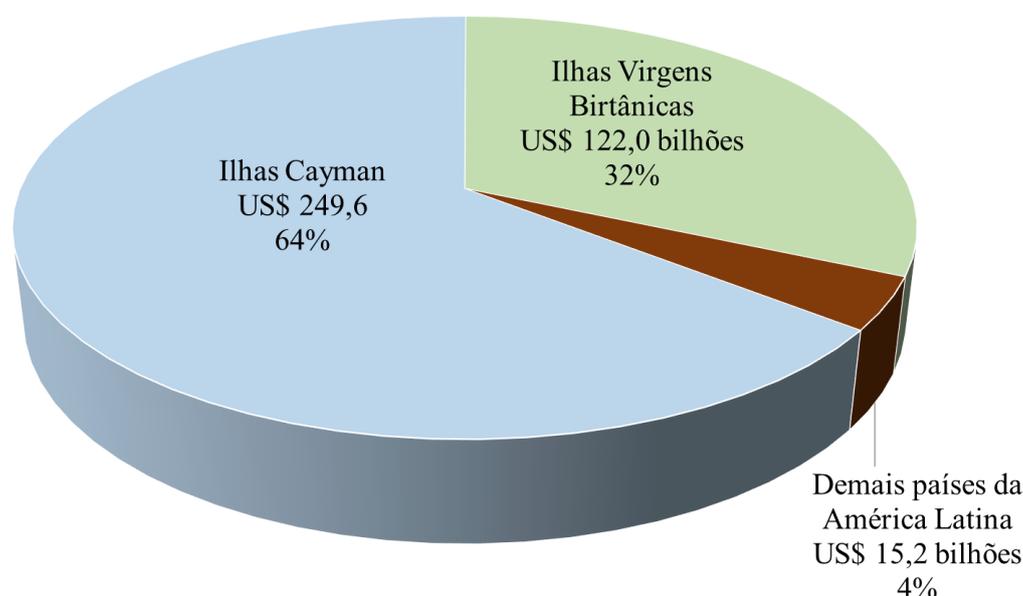
Através dos dados disponibilizados pelo Boletim Estatístico de Investimentos Externos Diretos Chineses publicado pelo Mofcom, identificamos

---

alguns países da América Latina remonte à década de 1970 e o incremento das relações entre o país asiático e países daquela região remeta ao final dos anos 1990, a intensificação do intercâmbio econômico, o fortalecimento de vínculos políticos e a ampliação das ações de cooperação entre o país asiático e os países latino-americanos ocorreram a partir das primeiras décadas do século XXI. Ademais, foi possível compreender que durante esse período, assistimos tanto a diplomacia chinesa atuando para que mais países da região não reconhecessem Taipei diante da legitimidade do Governo de Pequim, quanto observamos o aumento da corrente comercial sino-latino-americana, assim como assistimos as visitas de autoridades chinesas e os anúncios de novos investimentos por representantes do país asiático na América Latina.

que os estoques de investimentos chineses nas Ilhas Cayman e nas Ilhas Virgens Britânicas compreenderam, respectivamente, US\$ 249,6 bilhões e US\$ 122,0 bilhões, em 2017. Quando somados, esses valores respondem por, aproximadamente, US\$ 371,6 bilhões e representam, aproximadamente, 96% da totalidade constituída pelos US\$ 386,8 bilhões. Com efeito, os demais países latino-americanos responderam por, aproximadamente, US\$ 15,2 bilhões dos estoques de investimentos chineses, representando assim cerca de 4% daqueles estoques, em 2017 (Gráfico 34).

Gráfico 34 - Estoques de investimentos externos diretos da República Popular da China nas Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e demais países latino-americanos, em 2017

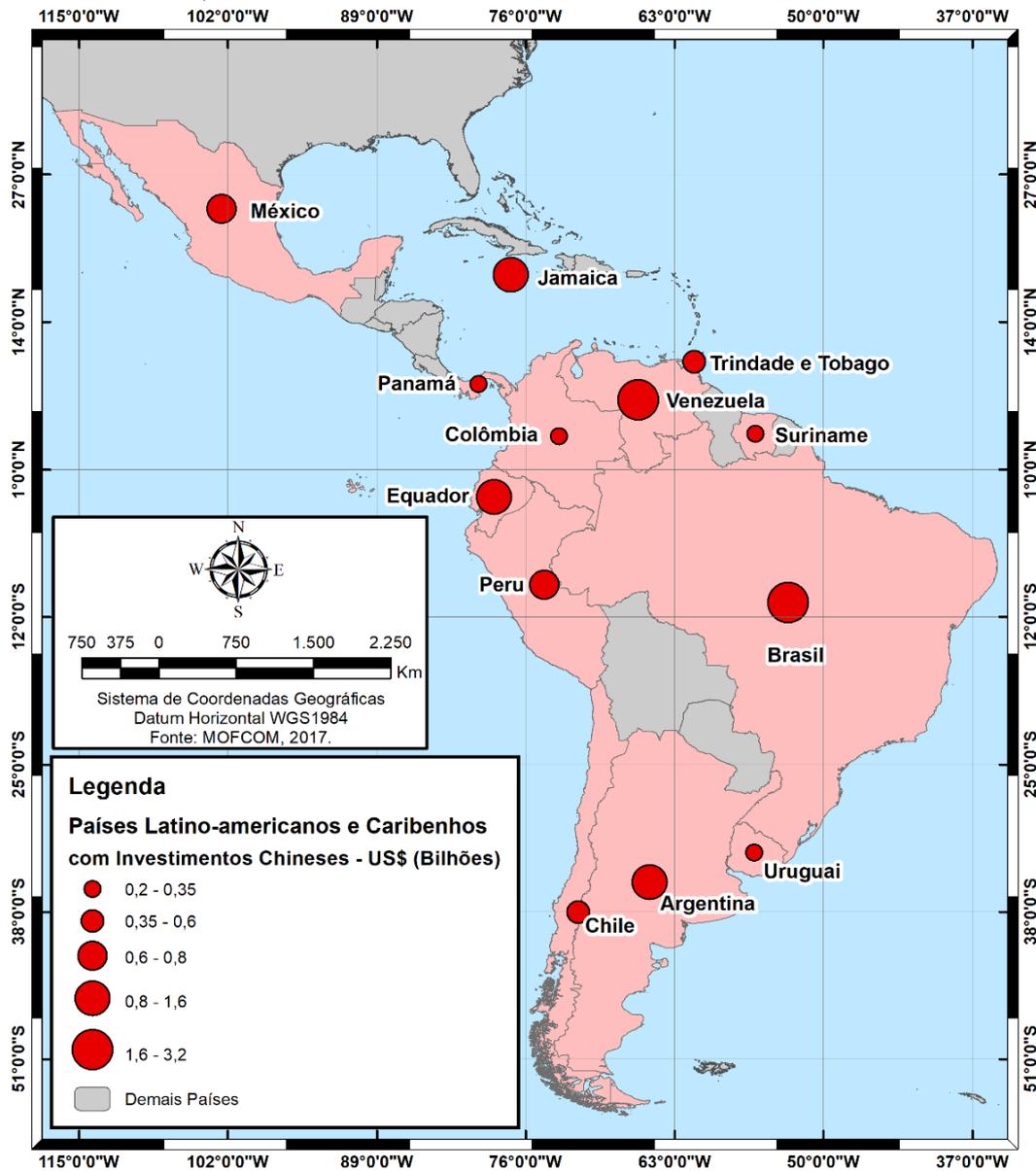


Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Todavia, dado o aspecto não produtivo das inversões chinesas naquelas ilhas latino-americanas, quando se excetuam os estoques de investimentos chineses naqueles territórios, torna-se possível identificar que os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na América Latina se concentram, sobretudo, na Venezuela e no Brasil. Ademais, é possível compreender que como não são todos os países da região que recebem influxos de inversões chinesas, a análise dos dados publicados pelo Mofcom (2017) permite verificar um aspecto concentrado dos investimentos chineses na região tanto na Venezuela, quanto no Brasil; sendo possível notar ainda que há uma parcela considerável de estoques de

capitais chineses acumulados na Argentina, na Jamaica e no Equador. Com efeito, seguindo os países elencados, México, Peru, Trinidad e Tobago, Chile, Panamá, Colômbia, Uruguai e Suriname também se projetaram enquanto países latino-americanos com os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na América Latina, em 2017 (Mapa 3) (MOFCOM, 2017).

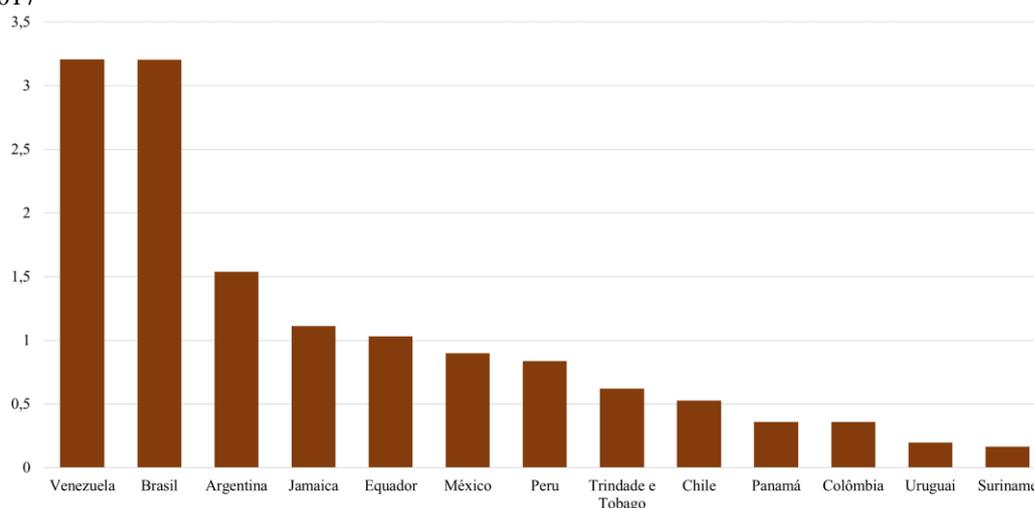
Mapa 3 - Os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses em países selecionados da América Latina, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do GADM. Disponível em: <https://gadm.org/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Além da distribuição espacial dos estoques de investimentos chineses na região ser caracterizada pela concentração nos países elencados, os montantes de capitais sínicos acumulados nos países latino-americanos também se concentram em alguns setores e atividades econômicas, revelando assim o interesse do capital chinês na América Latina. Portanto, além da Venezuela e do Brasil se destacarem enquanto os países com os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na América Latina, em 2017, sobretudo, quando comparado aos demais países que se destacaram enquanto receptores dos estoques de investimentos chineses naquele ano (Gráfico 35); a análise das informações disponibilizadas no Boletim Estatístico de Investimento Externos Diretos da China publicado pelo Mofcom nos permite compreender que as atividades relacionadas ao setor de transmissão de informação e serviços de tecnologia da informação e *software*, assim como os serviços de negócios e *leasing* foram as atividades em que se concentraram os estoques de investimentos externos diretos chineses, sendo estas seguidas pelas atividades relacionadas ao comércio atacado e varejo, assim como pelos serviços financeiros e pela mineração, em 2017.

Gráfico 35 - Estoques de investimentos externos diretos chineses em países latino-americanos, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Gráfico elaborado pelo autor.

Com efeito, do montante conformado pelos US\$ 386,8 bilhões que constituíram os estoques dessas inversões nos países latino-americanos até o ano de 2017, as atividades relacionadas ao setor de transmissão de informação e

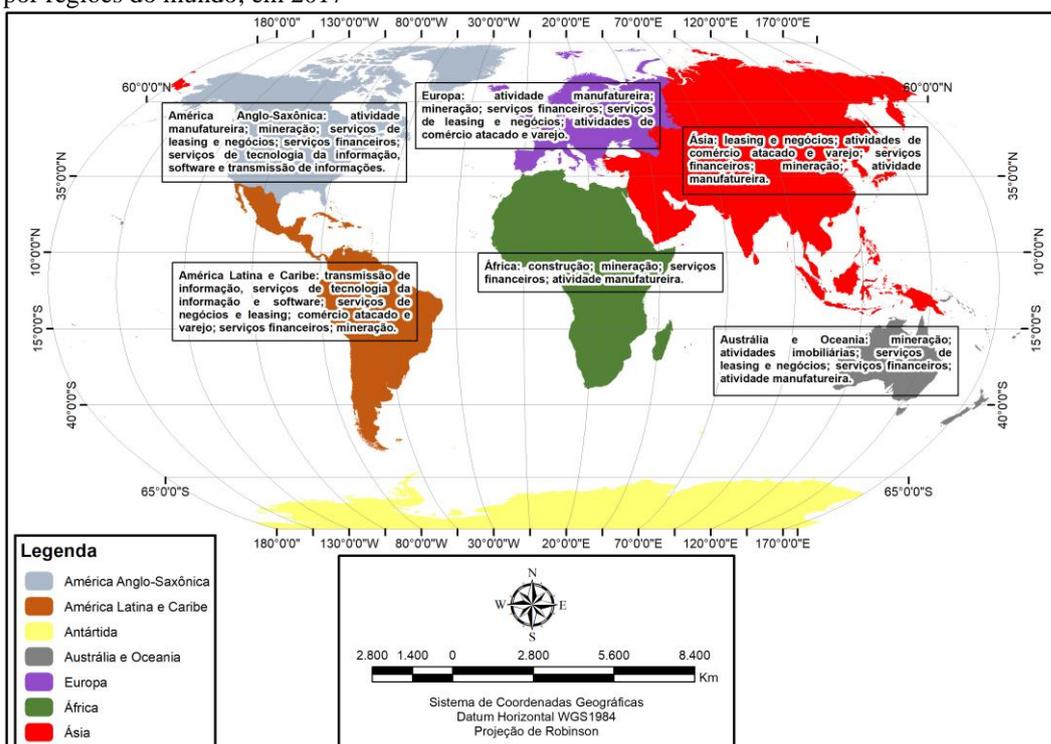
serviços de tecnologia da informação e *software* compreenderam US\$ 186,5 bilhões, concentrando assim 48,2% daquele montante. Esse setor foi seguido pelas atividades relacionadas aos serviços de negócios e *leasing* cuja absorção de capitais sínicos alcançou US\$ 76,5 bilhões, compreendendo assim 19,8% daqueles estoques de investimentos chineses na região. Ademais, essas atividades foram seguidas pelo comércio atacado e varejo que compreendeu US\$ 59,4 bilhões e representou 15,4% dos estoques de investimentos chineses, enquanto os serviços financeiros compreenderam US\$ 25,1 bilhões e 6,5% daqueles estoques, de modo que as atividades de mineração representaram, aproximadamente, US\$ 8,7 bilhões e compreenderam 2,3% dos estoques de investimentos chineses; enquanto, cerca de US\$ 30,4 bilhões dessas inversões e 7,8% compreenderam os estoques dessas inversões em outras atividades realizadas na América Latina, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Diante ao exposto, entendemos como oportuno assinalar que, após o processo de reorganização geográfica dos investimentos externos diretos chineses, as regiões compreendidas por economias em desenvolvimento como, por exemplo, a Ásia e a América Latina são as que detém o maior estoque de inversões chinesas no exterior, em detrimento das regiões compreendidas por economias desenvolvidas, de acordo com os dados disponibilizados e publicados pelo Mofcom (2017). No caso dos investimentos chineses realizados em regiões constituídas por economias desenvolvidas como, por exemplo, a Europa, a América do Norte e a Oceania, os investimentos externos diretos chineses são direcionados, sobretudo, às atividades manufatureiras, mineração, serviços financeiros e de *leasing* e negócios, assim como às atividades de comércio atacado e varejo.

Não obstante, ao avaliarmos os dados publicados pelo Mofcom (2017), podemos compreender que o padrão para as regiões em desenvolvimento é mais heterogêneo de modo que, na Ásia, as atividades de *leasing* e negócios são mais contempladas, sendo sucedidas pelas atividades de comércio atacado e varejo, serviços financeiros, mineração e atividades manufatureiras. Enquanto na África, as inversões seguem um padrão em que o setor de construção é sucedido pela mineração e pelos serviços financeiros, assim como pelas atividades

manufatureiras e os serviços de *leasing* e negócios. Ademais, na América Latina o principal setor receptor de inversões chinesas é o de transmissão de informação e serviços de tecnologia da informação, seguidos pelos serviços de *leasing* e negócios, comércio atacado e varejo, serviços financeiros e mineração (Mapa 4).

Mapa 4 - Principais setores receptores dos estoques dos investimentos externos diretos chineses por regiões do mundo, em 2017



Fonte: Mofcom, 2017. Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do GADM. Disponível em: <<https://gadm.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Todavia, há que se destacar que apresentando resultados distintos daqueles obtidos a partir do Boletim Estatístico de Investimentos Chineses, disponibilizado pelo Mofcom, uma pesquisa recente sobre os investimentos chineses que utilizou dados de uma fonte independente<sup>100</sup> realizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China revelou que, entre os anos 2007 e 2018, o país asiático investiu cerca de US\$ 115 bilhões na América Latina e Caribe. Apesar do montante de investimentos acumulados representar uma quantia diferente, também foi possível

<sup>100</sup> Para analisar os investimentos externos diretos chineses no período compreendido entre os anos 2007 e 2018, o Cebc (2019) utilizou a base de dados da China Global Investment Tracker e identificou que o país asiático investiu cerca de US\$ 115 bilhões na América Latina e Caribe.

identificar alguns aspectos qualitativos distintos quando comparamos os dados da pesquisa do Cebc aos dados do Mofcom.

Entre os aspectos qualitativos distintos presentes entre as pesquisas mencionadas, percebe-se através de um estudo que oferece um panorama geral sobre os investimentos chineses realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China que, embora a área de energia tenha mantido sua relevância enquanto receptora dos investimentos chineses, o segmento de mineração também foi um dos setores que atraiu o interesse das inversões chinesas na região. Neste sentido, as considerações traçadas na publicação do Conselho Empresarial Brasil-China destacam que:

em termos setoriais, entre 2007 e 2018, os investimentos chineses na América Latina e Caribe foram majoritariamente direcionados ao setor de energia, que respondeu por 53% das inversões na região, com aportes principalmente voltados para as áreas de hidroeletricidade e petróleo. O segmento de mineração respondeu por 30% do total, sendo seguido pelas áreas de agricultura, transportes, financeira e química (CEBC, 2019, p. 23).

Assim, a partir do estudo referenciado, torna-se possível identificar que os montantes conformados pelos investimentos chineses no setor de energia representaram, aproximadamente, US\$ 61,3 bilhões entre os anos 2007 e 2018. Ademais, é possível compreender que os investimentos acumulados nesse setor foram seguidos pelos estoques de inversões chinesas em atividades do segmento de mineração que compreenderam, aproximadamente, US\$ 34,2 bilhões dos investimentos chineses acumulados na região entre 2007 e 2018. Apesar daquela concentração setorial, nota-se através daquela pesquisa que, com valores e percentuais menos expressivos no montante de investimentos chineses acumulados na América Latina e Caribe, o setor de agricultura respondeu por 5% (US\$ 5,8 bilhões) dos investimentos chineses, sendo seguido pelos setores de transportes (4% – US\$ 5 bilhões), financeiro (3% – US\$ 3,1 bilhões), e químico (2% – US\$ 2,5 bilhões), assim como por outros setores, que juntos representaram cerca de 3% das inversões chinesas, cujos valores corresponderam, aproximadamente, US\$ 3,7 bilhões, entre os anos 2007 e 2018 (CEBC, 2019)<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> Ver Cebc (2019, p. 21-26).

Além das divergências encontradas no que concerne aos principais setores receptores dos investimentos chineses e entre os valores do capital chinês acumulado na América Latina nas primeiras décadas do século XXI, outra contraposição possível de ser identificada entre as publicações do Mofcom e do Cebc consiste na compreensão do país latino-americano que se caracteriza como o maior receptor das inversões chinesas. A partir da análise do Boletim Estatístico dos Investimentos Externos Diretos Chineses, quando excetuamos aqueles paraísos fiscais, os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na América Latina estão na Venezuela, sendo este país seguido pelo Brasil.

Posto isso, cumpre pontuar que através da análise daquele boletim, compreende-se que os fluxos de investimentos chineses na Venezuela foram ampliados de, aproximadamente, US\$ 94,3 milhões, em 2010, para US\$ 1,5 bilhão, em 2015. Apesar das retrações do influxo dos capitais chineses no território venezuelano nos anos subsequentes, o país se manteve entre os maiores receptores das inversões chinesas na região recebendo investimentos externos diretos chineses que variaram entre US\$ 425,5 milhões, em 2016, e US\$ 274,48 milhões, em 2017. Como resultado, os estoques de inversões chinesas acumuladas no território venezuelano saltaram de US\$ 416,5 milhões em 2010, e atingiram 3,2 bilhões em 2017 (MOFCOM, 2017).

Como os interesses relacionados às inversões no setor petrolífero não se restringiram à Venezuela, os investimentos chineses contemplaram outros países latino-americanos e, sobretudo, alcançaram o território brasileiro. Embora o Boletim Estatístico de Investimentos Externos Diretos Chineses aponte a economia venezuelana como a maior receptora dos investimentos chineses na América Latina, as pesquisas realizadas pelo Cebc destacam que no curso do processo de ampliação das inversões chinesas nos países latino-americanos, o Brasil se destacou como um dos maiores receptores dos investimentos chineses na região entre os anos 2007 e 2018 (CEBC, 2019). Nesse sentido, aquela instituição bilateral destaca que “o Brasil é o centro de gravidade dos investimentos chineses na América Latina, sendo destino de praticamente metade dos aportes na região” (CEBC, 2019, p. 23).

No que concerne aos investimentos chineses acumulados na economia brasileira, o panorama geral dos investimentos chineses no Brasil entre os anos 2007 e 2018 realizado pelo Cebc (2019) revela que durante esse período os montantes dos investimentos chineses confirmados no país compreenderam, aproximadamente, US\$ 58 bilhões. Todavia, a partir da análise dos dados do Boletim Estatístico dos Investimentos Externos Diretos Chineses publicados pelo Mofcom, compreende-se que o influxo de capitais sínicos no Brasil saltou de US\$ 487,4 milhões em 2010, para alcançar US\$ 730,0 milhões em 2015, sendo possível observar um recuo dessas inversões quando os fluxos de investimentos externos diretos chineses no país foram reduzidos para, aproximadamente, US\$ 426,2 milhões, em 2017. Ademais, as informações disponíveis naquele boletim permitiram compreender que, no curso desse processo, os estoques de investimentos chineses no país foram expressivamente ampliados, saltando de US\$ 923,6 milhões em 2010, para alcançar US\$ 3,2 bilhões, em 2017 (MOFCOM, 2017).

Através das considerações traçadas acerca do processo de expansão das inversões chinesas no território brasileiro, percebe-se que as relações econômicas entre o Brasil e a China no curso das primeiras décadas do século XXI não se limitaram à política internacional e não se restringiram ao comércio bilateral. Portanto, embora a trajetória da corrente de comércio sino-brasileira tenha alcançado um novo recorde com transações que compreenderam, aproximadamente, US\$ 102,1 bilhões, em 2018<sup>102</sup>, as relações entre o país asiático e a maior economia latino-americana avançaram para o campo dos investimentos externos diretos. Diante ao exposto, compreende-se que, independentemente da fonte e da base de dados utilizadas, assim como dos procedimentos adotados pelas diferentes instituições que se voltam a monitorar esses dados quantitativos, é possível observar que o Brasil passou à ocupar uma importante posição entre os maiores estoques de investimentos externos diretos chineses na América Latina.

---

<sup>102</sup> Ver portal eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

No entanto, se até o final da primeira década dos anos 2000 aquelas inversões no território nacional não eram muito expressivas, através do desenvolvimento dessa pesquisa tornou-se possível compreender que, independentemente das divergências existentes nos dados das referidas fontes, a partir do ano 2010 os investimentos externos diretos chineses no maior país latino-americano foram consideravelmente ampliados e seguiram pelos anos que marcaram a passagem pela segunda década do século XXI.

Com efeito, o Brasil passou a ocupar uma posição de destaque entre os países que detém capitais chineses acumulados na região da América Latina. Pelo que foi exposto, avaliamos que esse processo exige uma compreensão mais ampla, assim como uma problematização acerca da distribuição espacial das inversões chinesas nas Unidades Federativas do Brasil a fim de alcançarmos, sobretudo, a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense.

Nesse sentido, o capítulo subsequente apresenta a trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro a partir da última década do século XX e analisa os investimentos chineses no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI, tendo como objetivo evidenciar a inserção do Brasil enquanto país receptor dos investimentos chineses durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018. Nossa pretensão com esse exercício analítico consiste em contribuir para o preenchimento de algumas lacunas junto às investigações que se inclinam a problematizar o influxo de investimentos chineses no país, assim como realizar algumas considerações sobre a distribuição espacial daqueles investimentos no território brasileiro durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

### 3

## **A trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro a partir da última década do século xx e os investimentos chineses no Brasil nas primeiras décadas do século XXI**

Assim como Rio Branco percebeu, logo nos primeiros anos do século XX, que os Estados Unidos se erigiam como uma das potências mundiais e, em consequência dessa percepção, promoveu uma política que tinha como componente a íntima aproximação ao novo gigante, os estadistas do presente, cientes do novo *status* da China de “candidata a potência mundial” do século XXI, devem continuar a promover uma política de fortalecimento de laços com este país. Porém, é imprescindível para o Brasil que tais relações evitem todo tipo de “alinhamento automático” ou quaisquer outras circunstâncias geradoras de dependência, colaborando, assim, para a satisfação dos verdadeiros interesses nacionais.

Danielly S. R. Becard, 2008

Embora o aporte de inversões estrangeiras no território brasileiro nos remeta a implantação de atividades produtivas em diferentes períodos históricos, a ampliação dos influxos de investimentos externos diretos no país ocorreu a partir do final do século XX e seguiu durante as primeiras décadas do século XXI. Diante da relevância oferecida pela perspectiva processual, a primeira seção deste capítulo apresenta o processo de abertura econômica do país sob o amparo das políticas econômicas neoliberais, pondo em tela a ampliação dos fluxos de investimentos externos diretos no território brasileiro durante o recorte temporal compreendido entre a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Em seguida, a segunda seção resgata as relações econômicas entre o Brasil e a China, evidenciando tanto o crescimento do intercâmbio comercial sino-brasileiro, quanto o aumento do influxo de investimentos chineses no território nacional no período compreendido entre os anos 2007 e 2018. Ademais, na terceira seção, nossas reflexões se inclinam à compreensão do aporte de investimentos chineses realizados no território brasileiro durante o período elencado, ao passo que analisamos os investimentos externos diretos chineses no território brasileiro evidenciando tanto o aporte desse capital, quanto o processo de diversificação das atividades produtivas resultantes dos investimentos chineses no Brasil durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

### 3.1.

#### **A trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro: da virada neoliberal nas últimas décadas do século XX à internacionalização econômica do território nas primeiras décadas do século XXI**

Apesar da presença dos investimentos estrangeiros no território brasileiro nos remeter à realização de financiamentos, empréstimos e a implantação de atividades produtivas no país em diferentes períodos<sup>103</sup>, acarretando o estabelecimento de relações com os diferentes ciclos de expansão que ocorreram no curso do capitalismo histórico, o que assistimos mais recentemente enquanto uma implicação da trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional compreende o processo de ampliação dos investimentos provenientes do país asiático no território brasileiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Pelo exposto, entendemos como assertivo que para alcançarmos o contexto ao qual ocorre a inserção do território brasileiro entre as áreas receptoras dos investimentos externos diretos chineses, faz-se necessário uma fundamentação teórica que nos auxilie na compreensão acerca do período que não somente foi marcado pela liberalização comercial e a desregulamentação econômica, mas que consolidou a abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos e o transformou em um espaço nacional da economia internacional, tal como assinalam Santos; Silveira (2008) e Santos (2012a). Nesse sentido, cabe pontuar que não olvidamos as recomendações propostas por Mario L. Possas (1983) quando assinala que a conexão entre determinantes internos e externos são responsáveis pelas características assumidas pelo investimento direto estrangeiro nos períodos considerados, portanto, além de levarmos em conta as condições internas e os determinantes externos, assim como os vínculos existentes entre esses aspectos, assinalamos que somaram-se à condução das nossas reflexões tanto o procedimento teórico-metodológico recomendado pelo referido autor, quanto as contribuições oferecidas pela

---

<sup>103</sup> Acerca do exercício de influência dos investimentos externos na implantação de atividades econômicas no território brasileiro em diferentes períodos históricos ver Furtado (1963), ONU (1965), Castro (1976), Possas (1983), Gonçalves (1999), Abreu (2000), Uehara (2006), Curado; Cruz (2008); Videira (2011) e Sposito; Santos (2012).

perspectiva geográfica advindas dos trabalhos de Becker; Egler (2006), Sposito; Santos (2012), Harvey (2014) e Silva (2019) à medida que inclinamos nossos esforços para compreender a trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Ademais, assinalamos que partimos do entendimento que após a crise do projeto de modernização do território e do esgotamento do ciclo expansivo conduzido pelo intervencionismo e estruturado no endividamento externo<sup>104</sup>, as políticas econômicas sob orientação neoliberal se transformaram nas diretrizes centrais da gestão territorial durante um contexto marcado pela intensificação dos fluxos de investimentos internacionais entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Destarte, pontuamos que apesar dos objetivos deste trabalho nos impedirem de realizar uma ampla discussão sobre as diferentes perspectivas que contemplam o neoliberalismo, assinalamos que nossas reflexões acerca do referido termo são conduzidas a partir da formulação teórica realizada pelo geógrafo David Harvey, cujas considerações permitem compreender que:

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem se aventurar pra além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2014, p. 12).

---

<sup>104</sup> Ver Becker; Egler (2006), Sposito; Santos (2012) e Silva (2019).

Diante ao exposto, entende-se que o ideário neoliberal, enquanto um determinante, realiza o estabelecimento de um limite acima do qual as intervenções estatais na economia se tornam inaceitáveis, conformando-se um ambiente que implica, sobretudo, a significativa redução do papel econômico do Estado. Os principais objetivos dessas premissas consistem na ausência da atuação estatal no controle dos preços dos produtos e serviços, na retirada da participação estatal na produção e na regulação a fim de viabilizar a competitividade originada pelo mercado, bem como a conformação de um ambiente de liberdade irrestrita para a atuação do capital (REGO, 2017).

Há que se pontuar que, no contexto mundial, as primeiras experiências do pensamento político-econômico guiadas pelo neoliberalismo nos remetem ao regime ditatorial do Governo Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile, assim como à adoção do mesmo receituário segundo regras democráticas a partir do Governo de Margareth Thatcher (1979-1990) no Reino Unido e do Governo de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos (HARVEY, 2014). Na América Latina, somaram-se ao caso chileno as práticas político-econômicas neoliberais implementadas em diferentes países da região em decorrência tanto do esgotamento das fórmulas de desenvolvimento que haviam garantido uma trajetória de crescimento, quanto da crise econômica que conduziu a região ao período recessivo e ao endividamento externo exigindo condicionantes internos como o ajuste estrutural, a implementação das políticas de privatização, a busca pela modernização do aparelho administrativo estatal e a exposição do aparelho produtivo à concorrência internacional na passagem pelo último quarto de décadas do século XX<sup>105</sup> (CANO, 1999; GLADE, 2006; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; RICUPERO, 2017).

---

<sup>105</sup> A partir das considerações traçadas por Cano (1999), pode-se compreender que ao serem inseridos na condição de Estados devedores diante das instituições econômicas internacionais, os países latino-americanos adotaram um conjunto de medidas com a promessa de alcançarem a estabilidade e conseguirem retomar o crescimento econômico através da adequação às necessidades de integração competitiva nos mercados globais. Com efeito, o que ocorreu a partir daquele período foram reformas estruturais sob orientação neoliberal que buscaram a redução dos gastos públicos, a renegociação das dívidas externas e a implementação de políticas de estabilização para conter à inflação e alcançar a estabilidade econômica, somando-se à essas medidas de ajuste os processos de liberalização do comércio exterior e os programas de privatizações como formas de ganhar maior eficiência, produtividade e alcançar a competitividade através da diminuição do papel do Estado (CANO, 1999).

Acerca desse período, Rubens Ricupero nos permite compreender que ao serem duramente atingidas pelo cataclismo econômico que marcou o encerramento do século XX:

as economias latino-americanas reconstruíram-se com sorte diversa e variados graus de radicalidade na mudança. Parte por escolha nascida do esgotamento das fórmulas anteriores de desenvolvimento, parte devido às condicionalidades impostas pelos acordos com o FMI e o Banco Mundial, as políticas para sair da crise envolveram reformas em linhas mais ou menos próxima a postulados clássicos: redução da inflação e déficit fiscal, privatização de empresas públicas, abertura a liberalização dos regimes de comércio e investimentos (RICUPERO, 2017, p. 584).

Pelo que foi exposto, pode-se compreender que assim como em vários momentos em que as transformações no sistema internacional se constituíram como determinantes externos que exerceram influência sobre o Brasil, as medidas elencadas não somente reforçaram o ajustamento estrutural nas economias de alguns países latino-americanos, mas alcançaram o território brasileiro em decorrência do esgotamento do processo de desenvolvimento ancorado no endividamento que, por conseguinte, implicou o envolvimento do país na crise da dívida a partir do último quarto de décadas do século XX. Com efeito, estes aspectos serviram, sobretudo, como o fundamento para que as gestões neoliberais desconsiderassem as restrições externas que exigiram um ajustamento estrutural e compreendessem o intervencionismo como o principal responsável pelo desempenho recessivo da economia brasileira nas últimas décadas do século XX (BECKER; EGLER, 2006; SPOSITO; SANTOS, 2012).

Assim, no pulsar da globalização e do estabelecimento do ideário da neoliberalização, aos quais fala Silva (2019), é possível compreender que o Brasil assistiu a implementação de condicionantes internos como as medidas de adequação à sua integração nos mercados globais e a retirada dos obstáculos à inserção do país na economia mundial tanto por meio da flexibilização das relações trabalhistas e dos direitos previdenciários, quanto por meio da liberalização do comércio internacional, da desregulamentação financeira e da intensificação do programa de privatização, ao passo que somaram-se aos

processos elencados o aumento da abertura econômica do território aos investimentos externos diretos.

Portanto, compreende-se que à medida que ocorreu o encerramento do período de crescimento econômico sustentado pelo endividamento externo, houve a necessidade de realizar uma reestruturação da condução política e econômica para se enfrentar o descontentamento popular e os desafios decorrentes tanto do processo inflacionário e da entrada em um período de recessão econômica, quanto do final de um ciclo de desenvolvimento conduzido por forte intervenção do Estado (BECKER; ELGER, 2006; SPOSITO; SANTOS, 2012). Acerca desse período histórico, Becker; Egler (2006) não nos permitem olvidar que diante do rompimento daquele padrão político de financiamento do crescimento econômico estruturado no endividamento externo:

o Estado esgotou sua capacidade de sustentar o crescimento sem risco para as empresas e configurou-se uma situação em que a superação da crise exige uma negociação das perdas, onde o setor privado procurava defender suas posições e impor a “privatização” do capital social investido nas empresas públicas como forma de reestruturar a economia (BECKER; EGLER, 2006, p. 243).

Naquele contexto, o sentimento de frustração diante da incapacidade de retomar a trajetória de crescimento econômico após o período recessivo e controlar o processo de expansão da dívida externa podem ser compreendidos como condicionantes internos que permitiram a implementação de medidas que buscaram a retomada do crescimento a partir da condução de práticas político-econômicas neoliberais no país. De acordo com os geógrafos Eliseu S. Sposito e Leandro B. Santos, é possível alcançar o entendimento de que:

[...] os anos 1990 assinalam o início de um governo escolhido a partir das eleições democráticas no Brasil e a adoção de políticas de cunho liberal, já prenunciada na Comissão Trilateral, em finais dos anos 1970, constituída por Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A ordem do momento é toda a liberdade ao movimento do capital, possível apenas onde prevaleça o livre mercado – segundo os seus ideólogos – para que ele possa promover o processo de reestruturação e engendrar as bases ideais para a continuidade da acumulação capitalista. [...].

A crise econômica dos anos 1980 e do próprio Estado desenvolvimentista serviu de pretexto para os neoliberais brasileiros e estrangeiros acusarem o modelo intervencionista

de Estado como o principal responsável, quando, na verdade, o problema era a restrição externa (a crise do petróleo e a alta dos juros sobre a dívida) que forçou, num curto espaço de tempo, o ajustamento estrutural da economia brasileira.

É nesse momento e baseado nesse discurso contra as ações estatais que se criou o contexto para adoção das políticas neoliberais no Brasil (SPOSITO; SANTOS, p. 177).

Diante ao exposto, entendemos que após a realização de um projeto orientado pela busca da modernização do território conduzido pelo intervencionismo e estruturado no endividamento externo, conforme revelam Becker; Egler (2006), o esgotamento dos elementos que conformaram aquele modelo de desenvolvimento implicou a condução ao poder de representações que implementaram estratégias voltadas para a retomada do crescimento a partir da realização das práticas político-econômicas neoliberais, as quais fala Harvey (2013). Com efeito, assistiu-se tanto à implementação da liberalização comercial, a desregulamentação econômica e a realização de programas de privatização das empresas estatais, quanto à adoção das políticas de austeridade fiscal, a reforma do aparelho estatal e a realização de uma maior abertura econômica à atuação do capital internacional no território nacional durante o período compreendido entre a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Todavia, no curso desse processo, assistiu-se não apenas o aumento do aporte de investimentos externos diretos no país, mas a transferência do patrimônio estatal para o capital privado nacional e internacional. Acerca desse contexto, Sposito; Santos (2012) assinalam que:

as políticas implementadas demonstraram, claramente, a redefinição da função do Estado, cabendo ao capital privado (nacional e multinacional) o papel de condutor do desenvolvimento econômico. Essa definição marcou a opção pelo neoliberalismo, indicando que doravante interessaria mais o mercado, a eficiência e a competitividade das empresas (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 175).

Destarte, no contexto que remonta a última década do século XX, o Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) conduziu as experimentações neoliberais no país não apenas buscando a liberalização comercial, mas adotando medidas de austeridade fiscal, a fim de implementar a retomada do crescimento econômico e o combate à inflação, assim como uma condução política orientada a

realizar a ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação estatal. Para tanto, aquela gestão impulsionou o programa de privatizações em nome do liberalismo econômico e do Estado mínimo, de modo que o resultado do Plano Nacional de Desestatização não somente implicou o reposicionamento do Estado, mas compreendeu a venda de empresas estatais que geraram, aproximadamente, US\$ 5,3 bilhões, e transferiram à iniciativa privada as principais empresas dos setores de produção de bens siderúrgicos, petroquímicos e fertilizantes (SPOSITO; SANTOS, 2012; CASTRO, 2016; GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017; SILVA, 2019).

A despeito do *impeachment* de Collor, o Governo Itamar Franco (1993-1994) deu continuidade ao ajuste fiscal e aos planos de estabilização econômica, bem como manteve o processo de privatização na primeira metade da década de 1990. Com efeito, no curso do processo de abertura econômica do território ao influxo de capitais internacionais e da continuidade das vendas de empresas estatais, a política de privatização, além de ter avançado sobre as atividades dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizante, alcançou o setor aeronáutico e gerou uma arrecadação de, aproximadamente, US\$ 6,5 bilhões (SPOSITO; SANTOS, 2012; CASTRO, 2016; GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017; SILVA, 2019).

Pelo exposto, é possível compreender que a continuidade da política de privatização e da abertura econômica se constituiu como parte dos condicionantes internos que permitiram a conformação de um ambiente de maior atratividade para a retomada do influxo de investimentos externos no território brasileiro no curso da primeira metade da década de 1990. Ademais, a partir dos dados disponibilizados pela Unctad, observa-se que, durante o período dos Governos Collor-Itamar, a relação do território com os investimentos externos diretos se intensifica à medida que identificamos que o montante dos fluxos de investimentos externos diretos direcionados ao país mais que dobrou saltando de, aproximadamente, US\$ 989 milhões, em 1990, para alcançar US\$ 2,1 bilhões, em 1994, permitindo assim que os estoques de investimentos externos diretos no território brasileiro alcançassem, aproximadamente, US\$ 61,8 bilhões, em

1994<sup>106</sup>. Por conseguinte, cabe pontuar que a reboque da abertura do território ao influxo de inversões estrangeiras ocorreu o processo de retomada da ampliação da participação relativa do Brasil enquanto país receptor dos fluxos e estoques de investimentos externos diretos no mundo.

Apesar das primeiras políticas de privatização e de abertura econômica nos remeterem a passagem para a década de 1990, a intensificação do neoliberalismo na economia brasileira ocorreu com a chegada do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2005). Nesse sentido, há que se destacar que além de buscar a estabilidade econômica através do controle inflacionário, a agenda política daquele governo foi orientada pela continuidade do ajuste fiscal, do aumento do grau de abertura comercial e financeira do país, assim como pela desregulamentação econômica e pela ampliação dos setores contemplados pela política de privatização (SPOSITO; SANTOS, 2012; RICUPERO, 2017; SILVA, 2019).

Nesse sentido, o Governo Fernando Henrique realizou reformas estruturais a fim de alcançar a redução dos gastos públicos, intensificou a liberalização do comércio internacional com objetivo de aumentar a integração do país nos mercados globais, bem como prosseguiu com o programa de privatização a fim de modernizar o aparelho produtivo e realizou a mudança no tratamento do capital estrangeiro o que intensificou a ampliação das relações com os investimentos internacionais. Com efeito, aquele governo extinguiu o tratamento diferenciado entre as empresas nacionais e estrangeiras, impôs o fim dos monopólios estatais nos setores de telecomunicações e energia e empreendeu esforços para a aprovação das mudanças na legislação de concessões de serviços públicos com objetivo de possibilitar a criação das agências reguladoras à medida que intensificou as privatizações (SPOSITO; SANTOS, 2012; SILVA, 2019).

Ademais, cumpre pontuar que, durante esse governo, somou-se a continuidade da venda de ativos estatais nos setores siderúrgico e petroquímico, à privatização de atividades relacionadas aos setores de transporte, bancário e serviços de utilidade pública como, por exemplo, a geração e a distribuição de

---

<sup>106</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

energia, transporte ferroviário e rodovias, assim como as atividades do setor portuário e de telecomunicações, de modo que as receitas acumuladas com a venda das estatais atingiram, aproximadamente, US\$ 100 bilhões (GONÇALVES, 1999; BECKER; EGLER, 2006; VIDEIRA, 2011; SPOSITO; SANTOS, 2012; GIAMBAGI, 2016a; BRANDÃO, 2017; GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017; RICUPERO, 2017).

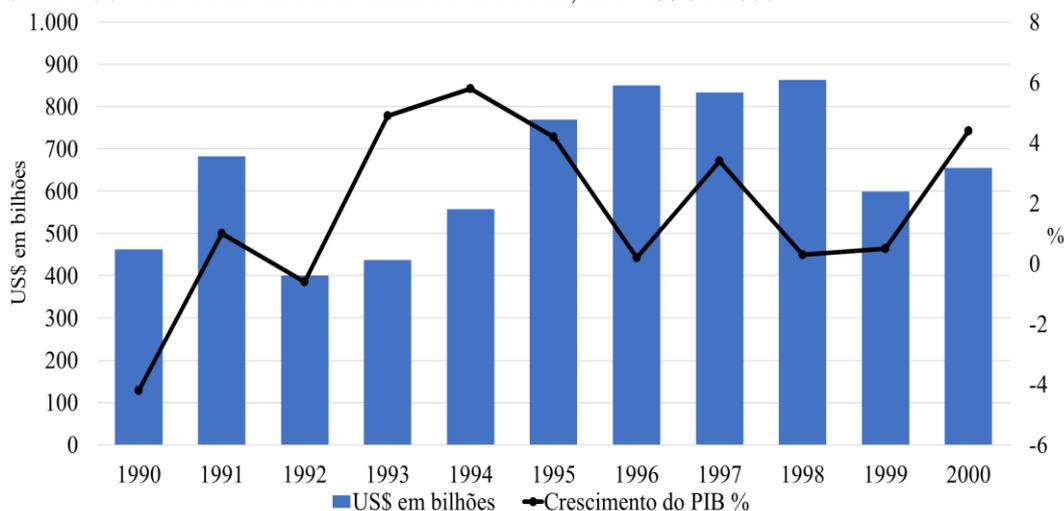
A partir das considerações traçadas pelo geógrafo Carlos A. Franco da Silva (2019), é possível compreender que conforme essas medidas foram adotadas, ocorreu a condução da política econômica pela cartilha neoliberal, de modo que a redução da atuação estatal na economia se materializava com a flexibilização do monopólio das empresas estatais e a conformação de um ambiente mais atrativo ao ingresso de capital estrangeiro no território, implicando ao Governo Fernando Henrique Cardoso a realização do tripé do neoliberalismo marcado, sobretudo, pela desregulamentação da economia, abertura comercial e privatização.

Diante ao exposto, é possível compreender que a despeito do desempenho econômico apresentado pelo país até a primeira metade da década de 1990, a estabilidade política e econômica, assim como a intensificação da abertura da economia brasileira, foram aspectos que acompanhados por alguns anos de retomada do crescimento do produto interno bruto e pela venda de ativos estatais, conformaram um ambiente mais atrativo ao influxo de capitais internacionais no território nacional. Posto isso, compreendemos que a verificação dessas colocações se torna mais evidente a partir da análise de alguns dados quantitativos sobre a dinâmica econômica brasileira e a trajetória dos investimentos externos diretos no território brasileiro a partir da última década do século XX.

A partir da avaliação dos dados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional sobre o PIB brasileiro, observamos que após o declínio do crescimento da economia na passagem para o primeiro ano de sua gestão, as medidas realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso buscaram conduzir o país para uma trajetória de retomada do crescimento no curso da segunda metade da década de 1990. Todavia, o desempenho econômico do país durante a sua gestão foi marcado pelo crescimento absoluto do produto interno bruto

nacional durante os primeiros anos de seu governo, ao passo que a passagem pelos anos finais de sua gestão foram marcados por um desempenho involutivo, apresentando assim diminuição do crescimento do produto interno bruto brasileiro (Gráfico 36).

Gráfico 36 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 1990 e 2000



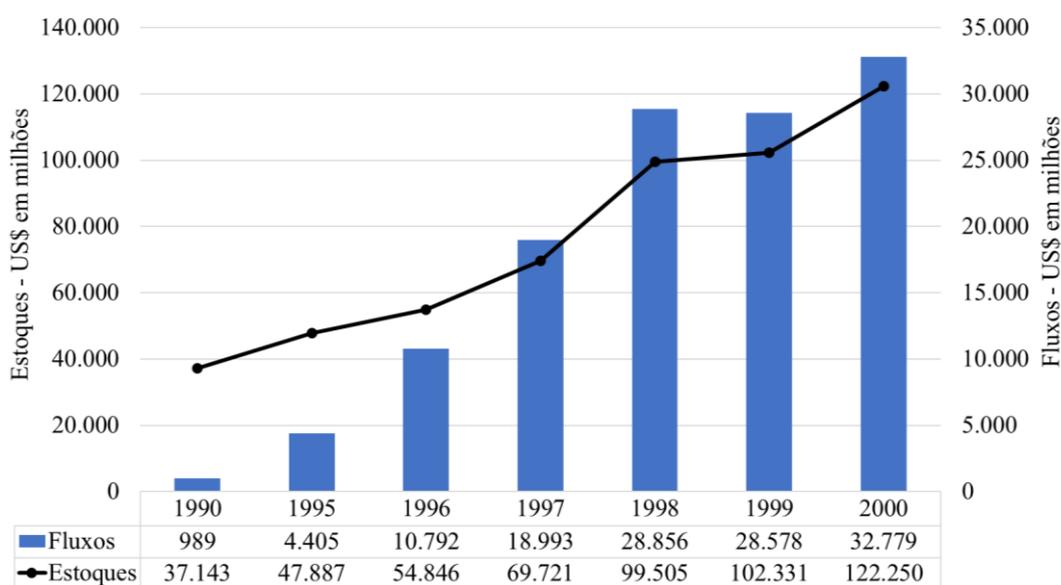
Fonte: International Monetary Fund; World Bank. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/BRA](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA); <https://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 27 fev. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Ademais, cumpre pontuar que sob os marcos da mudança no tratamento do capital estrangeiro e da venda de ativos públicos com a intensificação do programa de privatizações, o Governo Fernando Henrique buscou promover a inserção competitiva do país na globalização sob a égide neoliberal. A partir da análise dos dados da Unctad, pode-se observar que assim como nas gestões Collor-Itamar, o Governo Fernando Henrique Cardoso promoveu a abertura da economia e viabilizou as condições atrativas para retomar o influxo dos investimentos externos diretos no território brasileiro, sobretudo, através do tratamento similar para as empresas estrangeiras e brasileiras e da continuidade com as privatizações.

Como resultado desses condicionantes internos, bem como de determinantes externos como a intensificação dos fluxos de inversões no contexto da globalização neoliberal, para utilizarmos o termo proposto por Silva (2019), podemos observar que os investimentos externos diretos no território brasileiro

saltaram de, aproximadamente, US\$ 1,0 bilhão na passagem para a década de 1990, alcançando 4,4 bilhões, em 1995, para atingirem US\$ 32,7 bilhões, em 2000. Ademais, no curso desse processo, os estoques de investimentos externos diretos no território brasileiro passaram de US\$ 37,1 bilhões, em 1990, e atingiram, aproximadamente, US\$ 122,2 bilhões, em 2000 (Gráfico 37).

Gráfico 37 - Fluxos e estoques de investimentos externos diretos no Brasil, entre 1990 e 2000



Fonte: Unctad, 2019. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Quando analisamos os dados da Unctad acerca da participação do país nos fluxos e estoques de investimentos externos diretos entre os anos 1995 e 2000, observamos que um dos resultados do processo de abertura econômica do território foi o aumento da participação relativa do país enquanto receptor de investimentos externos diretos no mundo. Com efeito, a participação do território brasileiro praticamente dobrou, passando de, aproximadamente, 1,2% enquanto receptor dos fluxos de investimentos externos diretos no mundo, em 1995, para cerca de 2,4%, em 2000. Todavia, manteve uma participação de pouco mais de 1% nos estoques de investimentos externos diretos no mundo durante aquele período. Não obstante, como resultado desse processo de internacionalização econômica do território ou de transformação do território em um espaço nacional da economia internacional, para utilizarmos a expressão cunhada por Santos; Silveira (2008) e Santos (2012a), o Brasil manteve a décima terceira posição entre

os maiores estoques de investimentos externos diretos acumulados no exterior e saiu da trigésima posição enquanto receptor de fluxos de investimentos externos diretos, em 1990, para alcançar a décima primeira posição em 2000<sup>107</sup>.

Aquela participação relativa enquanto receptor dos fluxos e estoques de investimentos externos diretos se manteve na passagem para o início dos anos 2000. De modo que em 2001, o Brasil participava com, aproximadamente, 2,9% enquanto receptor dos fluxos de investimentos externos diretos e representava cerca de 1,5% dos estoques de inversões no exterior<sup>108</sup>. A análise acerca da origem dessas inversões em 2001 nos permite compreender que, somaram-se aos influxos de capitais oriundos dos Estados Unidos e aos investimentos provenientes do Canadá, as inversões provenientes de países europeus como, por exemplo, os investimentos externos diretos da Espanha, França, Holanda, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Itália, Bélgica e de territórios ultramarinos britânicos no Caribe como, por exemplo, Ilhas Virgens (Britânicas), Ilhas Cayman, Bermudas e Bahamas, assim como os investimentos de países sul-americanos como Panamá, Uruguai, Chile e Argentina (GONÇALVES, 1999; VIDEIRA, 2011; SPOSITO; SANTOS, 2012; ALVES, 2014a).

Ademais, há que se destacar aqui que, no curso do processo de transformação do território nacional em um espaço da economia internacional, tal como falam Santos; Silveira (2008) e Santos (2012a), além de outros países asiáticos que atuavam com menores inversões nos fluxos e estoques de investimentos externos diretos realizados no Brasil, o Japão se mantinha como o principal país asiático que investia na economia brasileira, em 2001<sup>109</sup>. Assim, as relações do território brasileiro com os investimentos externos foram mantidas, sobretudo, tendo como as principais fontes os investimentos externos euro-americanos e japoneses, nos permitindo compreender que, diferentemente do

---

<sup>107</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>108</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan. 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>109</sup> Ver Alves (2014a).

momento atual, a República Popular da China ainda não apresentava expressivas inversões de capitais no território brasileiro no início do século XXI.

Todavia, as relações geopolíticas e econômicas com a maior economia asiática e, sobretudo, a ampliação dos investimentos chineses no território brasileiro foram intensificadas após o encerramento dos dois mandatos do Governo Fernando Henrique. A partir desse período, a geografia política e econômica do território brasileiro foi marcada pela alternância democrática do poder rumo aos anos dos governos petistas, entretanto, não foram somente os condicionantes internos decorrentes da ascensão daqueles governos ao poder que impactaram o país, havendo a necessidade aqui de assinalarmos o “efeito china” na economia brasileira, tal como revelou Silva (2019); haja vista que a República Popular da China se tornava tanto o principal parceiro comercial do Brasil, quanto um país que ampliava suas inversões no território brasileiro durante as primeiras décadas do século XXI.

A despeito das distintas perspectivas e formulações teóricas acerca das gestões petistas que ocorreram após os anos de intensificação do neoliberalismo no país, é possível compreender que apesar da adoção de um discurso voltado à realização de um programa antagônico ao que havia sido feito desde o restabelecimento do regime democrático, os governos petistas se caracterizaram não somente por inúmeros avanços sociais, mas também pela adoção de retóricas pós-neoliberais. Não obstante, essas gestões realizaram a manutenção de políticas econômicas orientadas pelo ideário neoliberal e preservaram o compromisso com as reformas estruturais e com a manutenção da abertura econômica do território ao capital internacional no curso das primeiras décadas do século XXI.

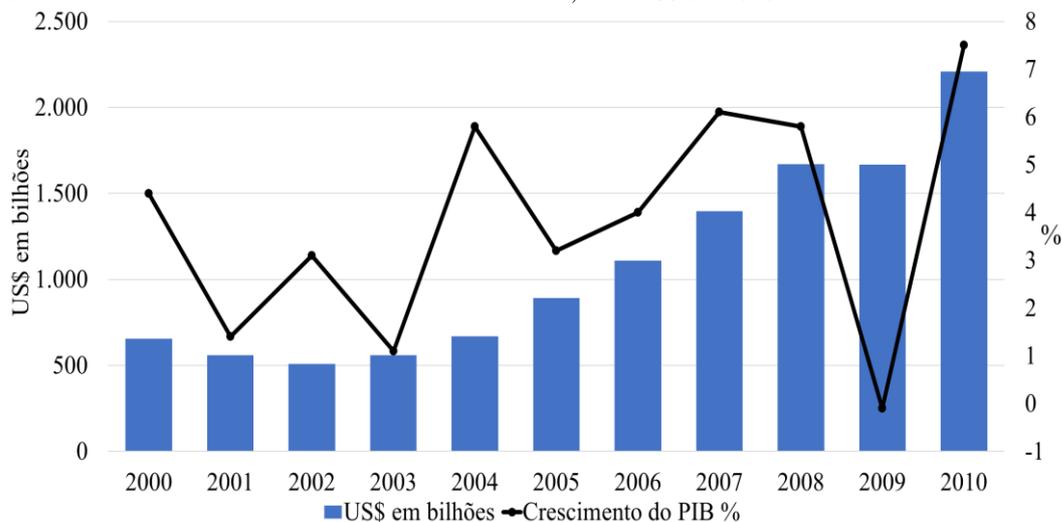
A partir das considerações traçadas pelo geógrafo Carlos Alberto F. da Silva, pode-se compreender que apesar dos significativos avanços nas áreas sociais, da preservação da estabilidade através do controle inflacionário e da retomada do crescimento econômico, o Governo Lula (2003-2010) também realizou acomodações aos interesses do capital, prosseguiu com as políticas de austeridade fiscal através das reformas estruturais, estimulou as parcerias público-privadas e continuou com o programa de privatizações (SILVA, 2019).

Assim, o período de retomada do crescimento econômico durante o Governo Lula esteve estruturado em condicionantes internos que acomodaram os interesses do mercado à medida que ocorreu a manutenção da estabilidade econômica com o controle da inflação e a ampliação da capacidade de consumo do mercado interno impulsionada por uma sociedade de massa com maior acesso ao crédito, assim como pela capacidade de geração de emprego através da retomada de investimentos públicos em grandes projetos de infraestrutura realizados pela Fase I do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em diferentes regiões do país executados pelo Estado. Ademais, somam-se aos condicionantes elencados, durante o período de expansão, a valorização das *commodities* minerais e agropecuárias e o aumento das exportações brasileiras destinadas aos mercados formados por economias emergentes e, sobretudo, pela economia chinesa (SILVA, 2019).

Os apontamentos acerca do crescimento econômico do país no curso daquela gestão petista se tornam mais evidentes à medida que observamos a sua trajetória na primeira década do século XXI. Durante esse contexto, a economia brasileira deixou aquele período de involução do PIB – dada diminuição de US\$ 665,4 bilhões, em 2000, para US\$ 507,9 bilhões, em 2002 – para apresentar uma retomada do crescimento à medida que o PIB brasileiro saltou de, aproximadamente, US\$ 558,3 bilhões, em 2003, para US\$ 2,2 trilhões, em 2010, apresentando assim, taxas de crescimento econômico que passaram de, aproximadamente, 1% em 2003, e atingiram em 7,5% em 2010 (Gráfico 38).

Acompanhando o otimismo no mercado internacional acerca do período de crescimento do produto interno bruto vivenciado pelo país e a manutenção da abertura econômica aos capitais estrangeiros durante o Governo Lula, é possível observar, a partir dos dados da Unctad, que houve a ampliação dos influxos investimentos externos diretos no território nacional. Durante esse período, os fluxos de investimentos externos diretos no território brasileiro saltaram de, aproximadamente, US\$ 10 bilhões em 2003, e alcançaram US\$ 77,6 bilhões em 2010.

Gráfico 38 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 1990 e 2010



Fonte: International Monetary Fund; World Bank. Disponível em: <[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/BRA](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA)>. <<https://data.worldbank.org/country/brazil>> Acesso em: 27 fev. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

No curso desse processo, o estoque de investimentos externos diretos no território alcançou, aproximadamente, US\$ 640,3 bilhões, em 2010. Com efeito, os dados da Unctad revelam que o país alcançava uma participação percentual de, aproximadamente, 5,6% enquanto receptor dos fluxos de investimentos externos diretos, participando com cerca de 3,2% nos estoques de investimentos estrangeiros no exterior, em 2010.

Como resultado do influxo de investimentos externos diretos no país, o Brasil saiu da décima primeira posição enquanto maior receptor dos fluxos de investimentos externos diretos, em 2000, e antecedido somente pelos Estados Unidos e pela República Popular da China, alcançou a terceira posição enquanto maior receptor dos fluxos de investimentos externos diretos, em 2010; passando para sétima posição enquanto país com o maior estoque de investimentos externos diretos, em 2010. Há que se destacar que, neste ano, o Brasil recebeu o montante de, aproximadamente, US\$ 77,6 bilhões, ao passo que a República Popular da China recebeu, aproximadamente, US\$ 114,7 bilhões e os Estados Unidos receberam US\$ 198,0 bilhões<sup>110</sup>.

<sup>110</sup> Ver portal eletrônico da Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Em 2010, as principais fontes dos fluxos de investimento estrangeiro direto no território brasileiro foram, sobretudo, as economias desenvolvidas euro-americanas<sup>111</sup>. Entretanto, há que se pontuar que, naquele ano, a República Popular da China não se destacava apenas pela condição de segundo maior receptor de investimentos externos diretos na economia mundial, haja vista que a maior economia asiática passava a ampliar seus investimentos no país à medida que é possível identificar um salto significativo dos investimentos externos diretos chineses no território brasileiro, quando o aporte de capitais provenientes do país asiático alcançou, aproximadamente, US\$ 13 bilhões através de operações em investimentos no Brasil, tal como revelam os dados sobre investimentos externos diretos chineses no país publicados pelo Cebc (2013; 2019).

Naquele contexto, o desempenho alcançado pela economia brasileira com a estabilização econômica e, posteriormente, com o período de crescimento do produto interno bruto acompanhado por avanços em políticas sociais, geração de emprego e renda, superávits comerciais e expressivo influxo de investimentos externos diretos no território nacional estiveram entre alguns dos fatores que justificaram o encerramento do Governo Lula com elevada popularidade. O crescimento econômico acompanhado pelo aumento das exportações e pela distribuição de renda, ampliação da oferta de empregos, controle inflacionário, capacidade de superar o problema do endividamento externo junto às instituições internacionais e o expressivo apoio popular contribuíram para que aquele Presidente não somente contornasse as denúncias de corrupção que ocorreram durante a sua gestão, mas realizasse o lançamento da candidatura da Ministra Dilma Rousseff nas eleições de 2010 (WERNECK, 2014).

Todavia, a despeito do desempenho econômico apresentado na gestão precedente, durante o Governo Dilma Rousseff (2011-2016), o crescimento econômico foi marcado por um desempenho menor que o apresentado pelos mercados emergentes e economias em desenvolvimento<sup>112</sup> e foi menor que o

---

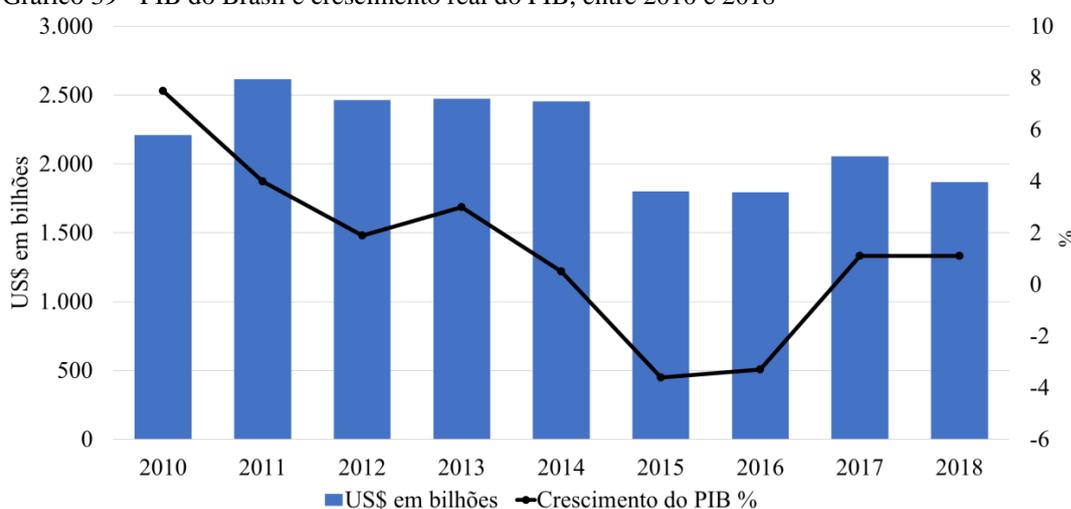
<sup>111</sup> Ver Alves (2014a, p. 46-47).

<sup>112</sup> Ver portal eletrônico do International Monetary Fund. Disponível em: <[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/WEOWORLD/BRA](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/WEOWORLD/BRA)>. Acesso em: 27 fev. 2020.

crescimento mundial. Assim, diante dos anos subsequentes à crise econômica internacional, aquela expansão econômica foi afetada tanto pelas políticas internas menos restritivas na condução da austeridade fiscal, quanto pela deterioração das condições externas diante da retração do crescimento econômico mundial.

A trajetória marcada pela retração do crescimento econômico, deterioração das contas públicas e elevação do endividamento público, acompanhada de desonerações tributárias ao setor industrial e apoio financeiro ao agronegócio em meio à retomada do desemprego implicaram em recorrentes manifestações sociais em diferentes regiões do território<sup>113</sup>. Com efeito, esse rol de condicionantes internos implicou um ambiente de negócios menos atrativo para novas inversões de capitais no território nacional, sobretudo, diante do contexto marcado pela instabilidade política, pela diminuição do crescimento econômico e pela involução do produto interno bruto do país entre os anos 2010 e 2018 (Gráfico 46).

Gráfico 39 - PIB do Brasil e crescimento real do PIB, entre 2010 e 2018



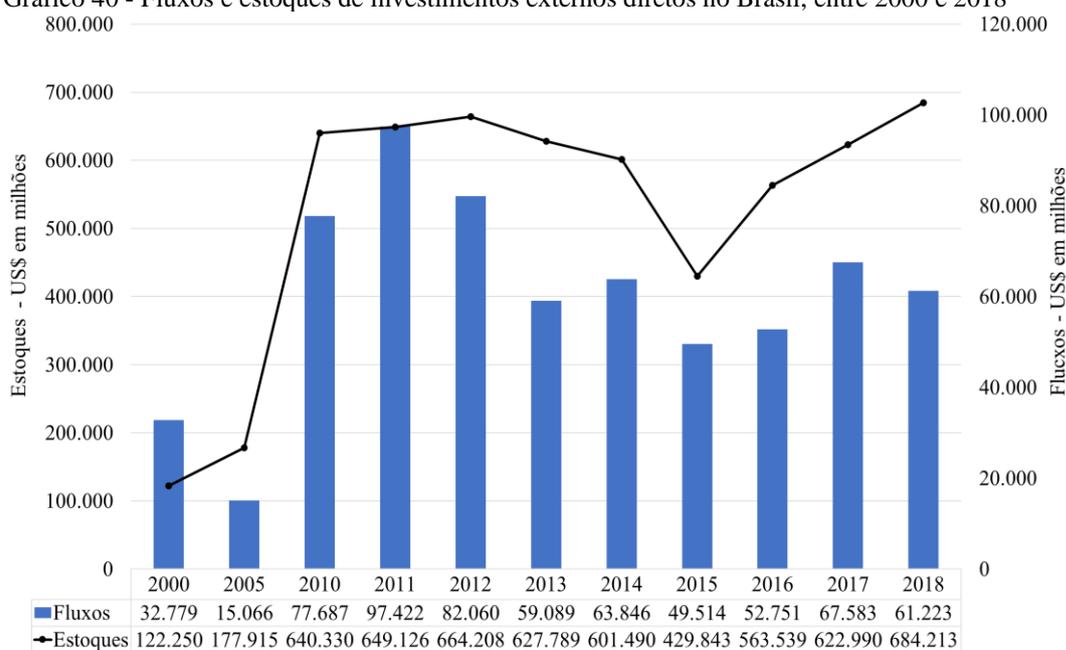
Fonte: International Monetary Fund; World Bank. Disponível em: <[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/BRA](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA)>; <<https://data.worldbank.org/country/brazil>> Acesso em: 27 fev. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Apesar da adoção de uma política econômica semelhante à gestão precedente, marcada pela manutenção de programas sociais e continuidade na realização de investimentos em grandes projetos de infraestrutura através da Fase II do PAC, a impopularidade resultante dos problemas elencados e das denúncias

<sup>113</sup> Ver Silva (2016).

de casos de corrupção, quando somada às violações da Lei de Responsabilidade Fiscal, implicou um conjunto de acontecimentos que conduziram ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016 (SILVA, 2019). A partir desse ano, a manutenção das pautas reformistas na agenda política, a continuação dos projetos de reforma do Estado e, por conseguinte, o aprofundamento da neoliberalização com Governo Michel Temer (2016-2018) não se constituíram enquanto elementos capazes de reverter a trajetória involutiva do produto interno bruto, tampouco de conformar um ambiente atrativo ao capital internacional, o que, por conseguinte, provocou uma trajetória de diminuição do influxo de investimentos externos no território brasileiro entre os anos 2011 e 2018 (Gráfico 40).

Gráfico 40 - Fluxos e estoques de investimentos externos diretos no Brasil, entre 2000 e 2018



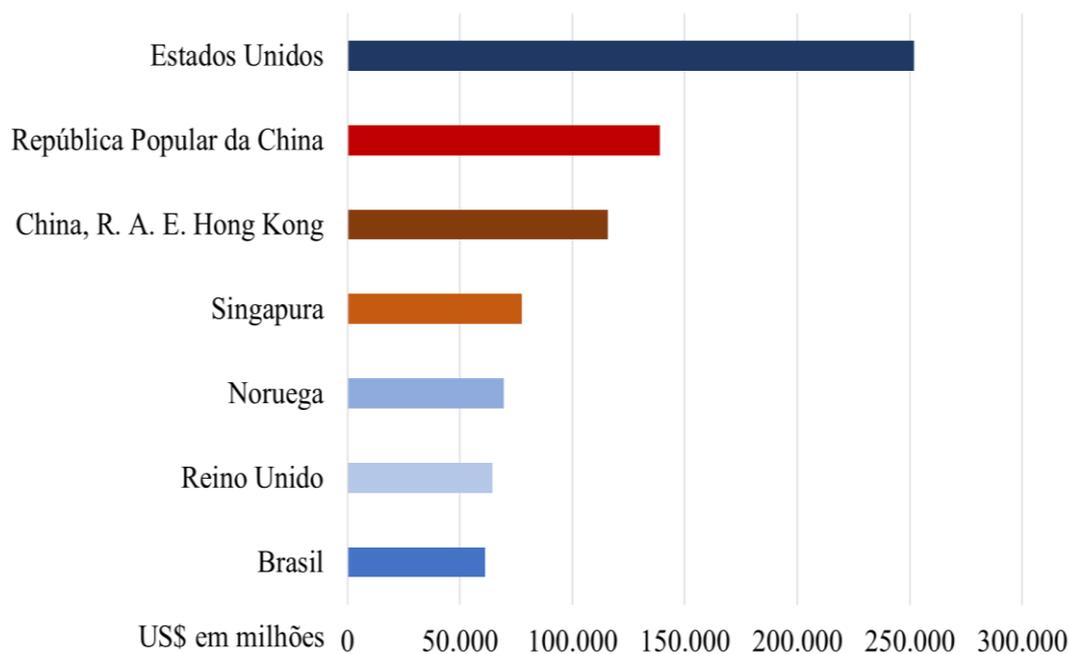
Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

A partir da análise dos dados da Unctad, é possível perceber a trajetória de declínio dos investimentos externos diretos no território nacional durante o Governo Dilma Rousseff de, aproximadamente, US\$ 97,4 bilhões em 2011, para pouco mais da metade quando chegou a US\$ 49,5 bilhões, em 2015. Não obstante, também é possível notarmos que após o cenário de instabilidade política decorrente do *impeachment*, houve uma reação dos investidores internacionais no que concerne ao influxo de capitais estrangeiros no território nacional.

Como resultado, apesar do desempenho econômico não ter acenado para uma significativa recuperação do crescimento econômico do país, as inversões externas no território sinalizaram uma possível retomada, sobretudo, diante da manutenção das medidas neoliberais com a continuidade do programa de reformas do Estado durante o Governo Temer. No curso desse processo, os investimentos externos diretos no território brasileiro alcançaram, aproximadamente, US\$ 67,5 bilhões, em 2017, embora apresentassem uma pequena redução no ano eleitoral subsequente quando alcançaram US\$ 61,2 bilhões, em 2018. Ademais, há que se destacar que, a partir da análise dos dados da Unctad, é possível compreender que apesar desse desempenho, o estoque de investimentos externos diretos no território brasileiro foi ampliado de, aproximadamente, US\$ 649,1 bilhões em 2011, para US\$ 684,2 bilhões em 2018.

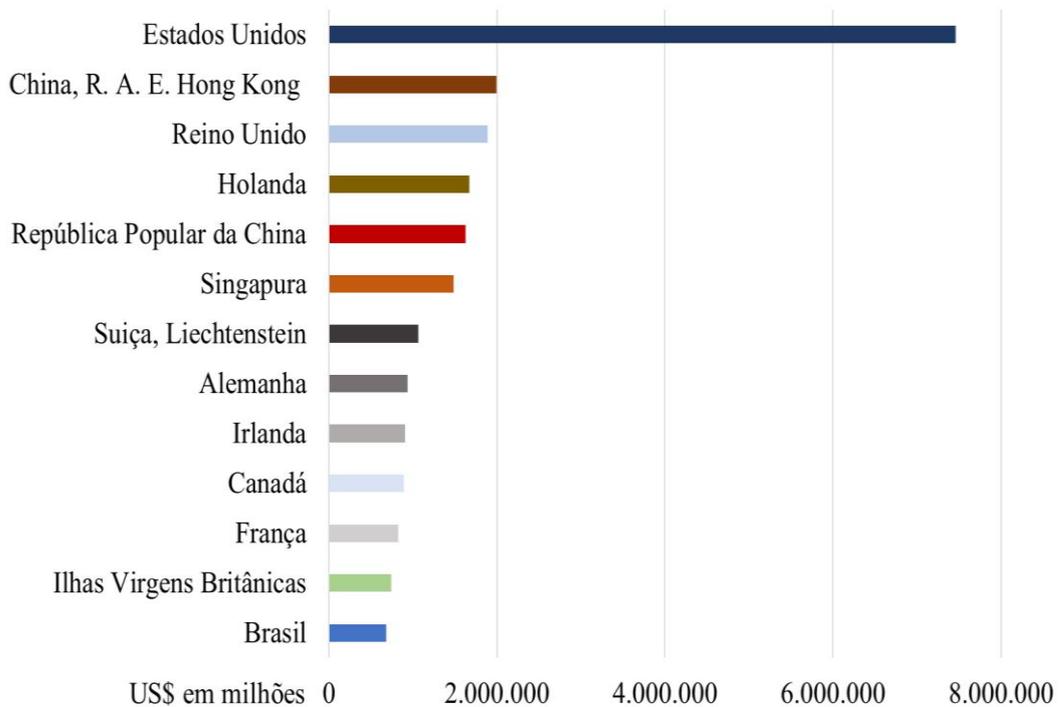
Diante ao exposto, entendemos que seja possível a compreensão que no curso da implementação das políticas neoliberais ocorreu a abertura econômica do território ao influxo dos investimentos externos diretos, assim como a ampliação das relações do território com o capital internacional, ao passo do país manter a décima terceira posição entre os maiores estoques de investimentos diretos no exterior e ascender à condição de um dos maiores receptores dos fluxos de investimentos externos diretos entre o início da década de 1990 e o ano 2018. Ademais, compreendemos que seja possível observar que como implicação do processo de abertura econômica, o território brasileiro não somente alcançou a condição de sétimo maior receptor dos fluxos de investimentos externos diretos, mas se manteve entre os maiores estoques de capitais no exterior, em 2018 (Gráficos 41 e 42).

Gráfico 41 - O Brasil entre os maiores receptores dos fluxos de investimentos externos diretos, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 42 - O Brasil entre os maiores estoques de investimentos externos diretos, em 2018



Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>> Acesso em: 11 jan 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

No curso desse processo, ocorreu uma trajetória de aumento da participação do território brasileiro enquanto receptor de investimentos externos diretos na economia mundial, de modo que a participação percentual nos fluxos de investimentos externos diretos foi ampliada de, aproximadamente, 0,4%, em 1990, alcançando 5,6%, em 2010, para posteriormente atingir 4,7%, em 2018. Como resultado, a participação do Brasil nos estoques de investimentos externos diretos praticamente dobrou, à medida que houve a ampliação do seu percentual de, aproximadamente, 1,6% em 1990 para 3,2% em 2010, todavia, a instabilidade política e econômica implicou tanto uma retração no influxo de capitais no território e, por conseguinte, uma redução dessa participação para, aproximadamente, 2,1%, em 2018 (Tabela 2).

Tabela 2 - Brasil: fluxos e estoques de investimentos externos, entre 1990 e 2018

<b>Brasil</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2018</b>
<b>Fluxos de entrada IED</b>	US\$ 988 milhões	US\$ 32,7 bilhões	US\$ 77,6 bilhões	US\$ 61,2 bilhões
<b>Posição</b>	30°	11°	3°	7°
<b>% no mundo</b>	0,4%	2,4%	5,6%	4,7%
<b>Estoques de entrada IED</b>	US\$ 37,1 bilhões	US\$ 122,2 bilhões	US\$ 640,3 bilhões	US\$ 684,2 bilhões
<b>Posição</b>	13°	13°	7°	13°
<b>% no mundo</b>	1,6%	1,6%*	3,2%	2,1%

Fonte: Unctad. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/Home.aspx>>. \*Alves (2014a, p. 14). Acesso em: 11 jan 2010. Tabela elaborada pelo autor.

Diante ao exposto, cumpre destacar que nas primeiras décadas do século XXI não foram apenas as tradicionais fontes de investimentos euro-americanas e japonesas que realizaram inversões de capitais no território brasileiro. Assim, a República Popular da China não somente deslocou a posição de primazia norte-americana e assumiu o papel hegemônico nas relações comerciais com o Brasil ao se tornar o maior mercado das exportações brasileiras, mas, gradativamente, ampliou os fluxos de capitais produtivos no exterior destinados ao maior país latino-americano, assim como inseriu o território brasileiro entre as áreas receptoras de investimentos externos diretos chineses.

De acordo com Souza (2017), compreende-se que a crise financeira mundial iniciada, em 2008, foi um ponto de inflexão importante nesse processo à medida que o arrefecimento do consumo nos centros capitalistas contribuiu para

que as empresas chinesas se voltassem para os países periféricos ou semiperiféricos, dentre eles, o Brasil, estando interessadas, sobretudo, no mercado consumidor e na compra de ativos de empresas locais. Acerca desse processo, o geógrafo Caio Wolf não somente converge com esses apontamos, como não nos permite esquecer que durante o contexto pós-crise:

a perda do dinamismo econômico nos países desenvolvidos fez crescer o interesse pelos países em desenvolvimento, com grupos chineses buscando ampliar mercado e comprar os ativos das empresas locais. Outro fator que atrai os chineses é a crise no Brasil, que faz os ativos ficarem mais baratos e fez a moeda se desvalorizar (WOLF, 2019, p. 177).

Após as considerações apresentadas sobre a dinâmica dos influxos de investimentos externos diretos no território brasileiro entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, há que se destacar que, embora os investimentos das tradicionais fontes euro-americanas fossem expressivos, independentemente da fonte que se utilize para investigar o tema, é possível compreender que, mais recentemente, ocorreu a ampliação das inversões chinesas no território brasileiro. Entendendo que o aumento da participação das inversões chinesas no aludido recorte espacial exige tanto um conjunto de considerações, quanto algumas problematizações, a seção subsequente não olvida os aspectos que estruturam as relações econômicas sino-brasileiras para, em seguida, apresentar o aporte de investimentos chineses no território brasileiro.

Portanto, a fim de compreender o processo de inserção do país entre as áreas receptoras de investimentos externos diretos chineses, a próxima seção põe em tela que após o restabelecimento das relações do Brasil com a República Popular da China, o país asiático não apenas intensificou as relações comerciais com o Brasil, substituindo a liderança dos Estados Unidos como principal parceiro comercial, mas, gradativamente, se projetou como uma importante fonte de investimentos externos diretos e como um país que ampliou o volume de seus investimentos no território brasileiro durante o curso das duas primeiras décadas do século XXI. Ademais, evidencia o aporte de investimentos chineses no território brasileiro, assim como o número de projetos resultantes dessas inversões no país durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

### 3.2.

#### **As relações econômicas sino-brasileiras: da intensificação do intercâmbio comercial ao aumento do influxo de investimentos chineses no território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI**

Apesar das relações sino-brasileiras remontarem ao século XIX, foi a partir da passagem para a segunda metade da década de 1970 que assistimos a ampliação da interdependência econômica no âmbito das relações comerciais e a intensificação da cooperação em diferentes setores enquanto as principais características que marcaram o relacionamento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Entretanto, somou-se à intensificação da cooperação bilateral e ao processo de ampliação do intercâmbio comercial entre aqueles países, a conformação de uma nova fase no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras quando assistimos ao processo de ampliação dos investimentos chineses no território brasileiro no curso das primeiras décadas do século XXI.

Pelo exposto, compreendemos que a presente seção não nos permite escapar de traçar algumas breves considerações acerca da história das relações sino-brasileiras a fim de pôr em tela que essa nova fase compreende o aumento do influxo de investimentos externos diretos chineses no território brasileiro. Para tanto, consideramos alguns aspectos centrais que ocorreram no curso do relacionamento entre o Brasil e a China em diferentes períodos, mas pontuamos que a principal contribuição desta seção emerge quando evidenciamos que no curso do processo de intensificação das relações econômicas sino-brasileiras ocorreu a inserção do país entre as áreas receptoras dos investimentos provenientes daquele país asiático e identificamos o montante resultante do influxo de investimentos chineses no território brasileiro no recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

Destarte, cabe pontuar que a despeito da distância geográfica não nos escapa à memória o fluxo migratório de chineses que desembarcaram no território para trabalhar nas plantações de chá no Rio de Janeiro na década de 1810, assim

como às missões enviadas ao continente asiático a fim de recrutar imigrantes<sup>114</sup> para o trabalho nas atividades agrícolas enquanto acontecimentos históricos que precederam o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Império Brasileiro e o Império Chinês em decorrência da assinatura do Tratado de Comércio, Amizade e Navegação<sup>115</sup>, em 1881<sup>116</sup>. Ademais, cumpre registrar que não olvidamos que embora ocorresse o estabelecimento daquele tratado junto ao Império Chinês e a abertura de um consulado em Xangai, em 1883<sup>117</sup>, assim como a assinatura do Tratado Sino-Brasileiro de Arbitragem, em 1909, os anos subsequentes a Proclamação da República no Brasil e a Revolução Republicana na China foram marcados pelo recebimento de cartas e de votos de felicitações pelo governo chinês aos representantes do governo brasileiro<sup>118</sup>, sendo possível compreender que apesar das trocas de credenciais de saudações e do estabelecimento do convênio cultural com Beijing, em 1946<sup>119</sup>, o período que se estendeu até a instauração da República Popular da China foi marcado pelo baixo dinamismo no relacionamento sino-brasileiro, implicando pouca interação política entre os maiores Estados da América do Sul e da Ásia Oriental.

Ademais, cabe assinalar que à pouca interação nas relações entre o Brasil e a China, soma-se um período de involução na dinâmica do relacionamento entre aqueles Estados quando, em decorrência da Revolução Chinesa, assistiu-se ao rompimento das relações entre o governo brasileiro e o governo de Beijing, acarretando a permanência da situação de rompimento das relações diplomáticas

---

<sup>114</sup> Ver Leite (1992), Oliveira (2004), Cervo (2008), Simas (2011), Oliveira, H. (2012), Sheng (2012), Changsheng (2013) e Silva (2018).

<sup>115</sup> De acordo com Shu Changsheng esse tratado se constituiu enquanto um ponto de inflexão nas relações entre os referidos impérios, sobretudo, por seu conteúdo compreender: “1) a proclamação do estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre os dois países; 2) a promoção do intercâmbio amistoso, a liberdade de migração e o tratamento recíproco de nação mais favorecida; 3) a igualdade e o benefício mútuos, a promoção do comércio e a proibição absoluta do tráfico de ópio (CHANGSHENG, 2013, p. 106).

<sup>116</sup> Ver portal eletrônico da Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/historico-de-relacoes-bilaterais-do-brasil?id=207>> . Acesso em: 07 ago. 2018.

<sup>117</sup> Ver Oliveira (2004) e Oliveira, H. (2012).

<sup>118</sup> Ver Changsheng (2013).

<sup>119</sup> Ver Pinheiro (1993).

por mais de duas décadas com a República Popular da China. Todavia, o interregno compreendido por quase um quarto de século no relacionamento com Beijing não impediu que algumas iniciativas<sup>120</sup> antecedessem o restabelecimento das relações sino-brasileiras na primeira metade da década de 1970 (PEREIRA, 1993; OLIVEIRA, 2004; BECARD, 2008; CERVO; BUENO; 2011; SIMAS, 2011; SHENG, 2012; CHANGSHENG, 2013; UEHARA, 2017).

Portanto, foi apenas depois do aumento do prestígio internacional alcançado com o entendimento do país asiático junto ao governo norte-americano e, sobretudo, após a entrada daquela República Popular na ONU<sup>121</sup>, somando-se à esses acontecimentos, a convergência de interesses em temas da agenda internacional como a oposição a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos, bem como diante do potencial representado pelo mercado chinês para as exportações brasileiras que assistiu-se ao restabelecimento das relações entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China ao final da primeira metade da década de 1970. Naquele contexto, a política externa

---

<sup>120</sup> Acerca das iniciativas realizadas pelo lado chinês, assistiu-se ao intercâmbio cultural com delegações chinesas visitando o Brasil na década de 1950. Assim como, uma missão comercial ao Brasil, iniciando as conversações sobre a possibilidade de intercâmbio entre os dois países, em maio de 1961 (BECARD; 2008; OLIVEIRA H., 2012; CHANGSHENG, 2013). Enquanto pelo lado brasileiro, a promoção de relações amistosas com o país asiático durante aquele período remonta a missão comercial coordenada pelo Vice-Presidente João Goulart à República Popular da China, em agosto de 1961. Ademais, somam-se àqueles acontecimentos tanto a manifestação de simpatia do governo brasileiro ao ingresso daquela República Popular na Organização das Nações Unidas, em 1961, quanto a criação de um escritório de representação da Agência Chinesa de Notícias Xinhua no Brasil, em 1962; bem como a ocorrência das recíprocas missões comerciais entre os dois países no curso dos anos 1963 e 1964 (PINHEIRO, 1993; OLIVEIRA, 2004; BECARD, 2008; OLIVEIRA, H. 2012). Apesar daquele período ser marcado pela realização de mudanças no paradigma da política externa brasileira com o objetivo de diversificar seus mercados, atuar de modo mais independente no sistema internacional e aprofundar o multilateralismo na inserção econômica, as iniciativas de aproximação realizadas pelo lado brasileiro em relação ao país asiático assistiram uma drástica interrupção com a destituição do Presidente João Goulart e a instauração do regime militar no Brasil. Haja vista que, naquele contexto, a política externa brasileira passava a repudiar as práticas comunistas, afastando-se assim da República Popular da China (BECARD, 2008).

<sup>121</sup> Na década de 1970, a vitória da proposta de ingresso da China na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e a retirada do veto norte-americano no Conselho de Segurança, proporcionando o acesso daquela República Popular ao assento permanente no conselho em detrimento de Taiwan, assim como a visita do Presidente Richard Nixon à China continental e a normalização das relações desse país asiático com os Estados Unidos, se constituíram enquanto fatores que contribuíram para a ocorrência de mudanças na condução da política externa de muitos países latino-americanos em relação ao Governo de Beijing na passagem para o último quarto de décadas do século XX (BECARD, 2008; SHIXUE, 2009; OLIVEIRA, H. 2012; RODRÍGUEZ, 2013; GONÇALVES; BRITO, 2013; RICUPERO, 2017).

brasileira não estava alheia às transformações mencionadas e buscava romper com as limitações ideológicas que restringiam os movimentos políticos e econômicos, de modo que orientada pelo pragmatismo ecumênico responsável, almejava diversificar as relações do país no sistema internacional, ao passo que após as visitas de representantes do governo brasileiro à República Popular da China e das iniciativas de cooperação entre os dois países, o Governo Geisel reconheceu o Governo de Mao Tsé-Tung como o legítimo representante do povo chinês durante a ocasião de estada da Missão Comercial dos representantes chineses no Brasil, ocorrendo assim o restabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, em 15 de agosto de 1974 (PINHEIRO, 1993; BECARD, 2008; CERVO; BUENO, 2011; SIMAS, 2011; OLIVEIRA, H., 2012; CHANGSHENG, 2013; GONÇALVES; BRITO, 2013; CEBC, 2015; XU, 2016; RICUPERO, 2017).

Apesar do estabelecimento de embaixadores nos dois países e do interesse tanto do lado chinês quanto do lado brasileiro em promover a cooperação bilateral, as relações sino-brasileiras se desenvolveram lentamente, de modo que condicionantes internos e uma inicial falta de entendimento mútuo, reforçados pela grande distância física e cultural, estavam entre os fatores de retração, tendo aqueles países que aguardar alguns poucos anos para superarem a fase embrionária das relações bilaterais, conforme revela Becard (2008). No entanto, a superação da condição extraoficial do comércio sino-brasileiro, os esforços para intensificar os contatos bilaterais através da realização de missões entre os dois países e, sobretudo, o estabelecimento do Acordo Governamental sobre Comércio<sup>122</sup> efetuado entre o Brasil e a República Popular da China, em 1978, foram alguns dos atos bilaterais que contribuíram para uma fase de progressivo avanço no intercâmbio comercial entre os dois países na passagem para a primeira metade dos anos 1980.

Durante a década de 1980, tanto o Brasil quanto a China não realizaram apenas políticas externas universalistas a fim de alcançarem maior independência no sistema internacional, mas buscaram, no âmbito bilateral, promover a

---

<sup>122</sup> Ver portal eletrônico da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

superação da fase embrionária das relações sino-brasileiras (BECARD, 2008). Para tanto, os governos de Brasília e Beijing mantiveram a dinâmica de reciprocidade das visitas de autoridades, realizaram ações de articulação conjunta, estabeleceram acordos de cooperação em diferentes setores e ampliaram o intercâmbio comercial ao passo da República Popular da China se tornar o 10º parceiro comercial do Brasil, em 1984<sup>123</sup>, e a corrente de comércio entre os dois países superar US\$ 1,2 bilhão, em 1985.

No que concerne às relações bilaterais, é possível compreender que depois das recíprocas missões de representantes entre os dois países e após o estabelecimento das relações sino-brasileiras, houve uma tendência à ampliação dos laços políticos entre os governos de Brasília e Beijing e, por conseguinte, a cooperação entre o país asiático e o Brasil, cabendo ao Governo de João Baptista Figueiredo a realização da primeira visita presidencial à República Popular da China, em 1984<sup>124</sup> (BECARD, 2008). No contexto de passagem para a segunda metade dos anos 1980, Brasília e Beijing impulsionaram as relações bilaterais através da continuidade da dinâmica das missões e visitas dos representantes de seus governos com objetivo de estimular a cooperação bilateral através do estabelecimento de acordos nos setores de ciência e tecnologia, transportes, energia, espacial, nuclear, siderurgia e indústria<sup>125</sup>, assim como nos campos consular, educacional e cultural<sup>126</sup>.

Outrossim, cabe pontuar que, no curso desse processo, a continuidade das visitas presidenciais ao país asiático ficou a cargo do Presidente José Sarney, em 1988, sobretudo, pelo fato da segunda visita de um chefe de governo e de Estado ao país asiático intensificar o desenvolvimento das relações bilaterais à medida

---

<sup>123</sup> Ver Becard (2008); Ver Cebe (2015).

<sup>124</sup> De acordo com Becard (2008), a visita de um chefe de governo e de estado aquele país asiático serviu para fechar o ciclo embrionário relativo ao estabelecimento formal das relações sino-brasileiras e, por conseguinte, dar um passo importante na consolidação das relações sino-brasileiras, abrindo assim o ciclo da cooperação entre os dois países que, a partir daquele momento, se intensificou, a despeito das turbulências políticas e econômicas enfrentadas tanto no plano interno do Brasil, quanto no cenário político da China.

<sup>125</sup> Ver portal eletrônico da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>126</sup> Ver Becard (2008).

que entre os seus resultados estava a continuidade da assinatura de acordos de cooperação junto à República Popular da China<sup>127</sup> (BECARD, 2008). Assim, transcorrida mais de uma década do restabelecimento das relações sino-brasileiras, é possível compreender que, ao desempenho alcançado pela intensificação das relações entre aqueles países, somou-se ao diálogo político e a cooperação bilateral resultante do estabelecimento de dezenas de acordos bilaterais<sup>128</sup>, uma significativa expansão no intercâmbio comercial entre o Brasil e a China.

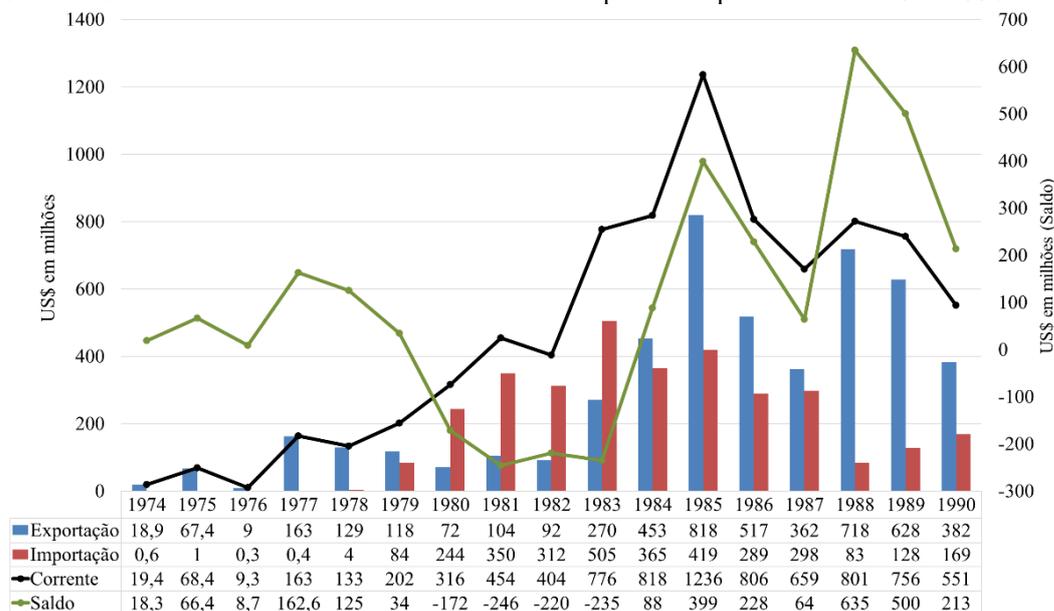
Como resultado, a corrente de comércio sino-brasileira apresentou um desempenho evolutivo no curso da primeira década do restabelecimento das relações sino-brasileiras, saltando de, aproximadamente, US\$ 19,2 milhões em 1974, para cerca de US\$ 1,2 bilhões em 1985. Apesar desse desempenho, no curso da segunda metade da década de 1980 os condicionantes políticos e econômicos internos atravessados por aqueles dois países implicaram uma retração no comércio bilateral para, aproximadamente, US\$ 551,0 milhões em 1990. Não obstante a esse desempenho, é possível identificar que o montante das transações comerciais entre aqueles países se mostrou crescente ao longo de pouco mais de uma década e meia, sobretudo, quando observamos que a corrente de comércio sino-brasileira foi ampliada dos US\$ 19,4 milhões alcançados, em 1974, para US\$ 551 milhões, em 1990 (Gráfico 43).

---

<sup>127</sup> Acerca desse episódio, Danielly S. R. Bercard assinala que “durante a visita do Presidente Sarney à China, vários acordos e convênios foram assinados entre os Governos dos países, que abriram oportunidades de cooperação científica e tecnológica nas áreas de transportes, tecnologia industrial, fármacos e medicina tradicional, energia elétrica, assistência social, assim como pesquisa e produção de satélite de sensoriamento remoto” (BECARD, 2008, p. 111).

<sup>128</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 21 abr 2020. Ver sítio eletrônico da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Gráfico 43 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 1974-1990



Fonte: MDIC. Becard, 2008; Oliveira, H., 2012; Cebc, 2015b; Baptista, 2016. Gráfico elaborado pelo autor.

No entanto, há que se compreender que, durante aquele recorte temporal, os anos de maior dinamismo no intercâmbio comercial sino-brasileiro ocorreram na segunda metade da década de 1980. Assim, a despeito dos valores menos expressivos no intercâmbio comercial ocorrido durante o decênio precedente e das oscilações nos valores compreendidos pelas exportações e importações que compunham as relações comerciais sino-brasileiras a partir da segunda metade da década de 1980; observa-se que os valores compreendidos pela corrente comercial foram mais expressivos entre os anos 1985 e 1990.

A partir da análise dos dados relacionados ao intercâmbio comercial sino-brasileiro, à época disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)<sup>129</sup>, é possível compreender que houve uma ampliação das relações comerciais sino-brasileiras com apenas poucos anos de situação deficitária ao Brasil<sup>130</sup> durante o período compreendido entre os anos 1974 e 1990. Ademais, cabe assinalar que a estrutura do intercâmbio comercial sino-brasileiro foi marcadamente constituída por exportações brasileiras de

<sup>129</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-externior/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>130</sup> No que concerne as relações comerciais sino-brasileiras durante o período compreendido entre 1974 e 1990, os anos deficitários para a lado brasileiro foram 1980, 1981, 1982 e 1983.

produtos agropecuários como algodão, açúcar, semente, farelo e óleo de soja, produtos químicos e farmacêuticos, assim como por alguns produtos industrializados principalmente siderúrgicos, têxteis e petróleo; ao passo das importações provenientes do país asiático serem constituídas, sobretudo, por petróleo, elementos químicos, produtos farmacêuticos e peças de máquinas (BECARD, 2008; 2011; CEBC, 2015b).

A despeito da abertura do ciclo de cooperação nas relações sino-brasileiras que se estendeu pelo curso da segunda metade da década de 1980, o relacionamento entre o Brasil e a China foi marcado por um hiato de poucos avanços durante os anos iniciais da década de 1990<sup>131</sup>. Apesar do curto período da gestão Collor, Becard (2008; 2011) não permite escapar à memória que, durante esse contexto, a condução da política externa brasileira privilegiou as relações com os países desenvolvidos. Sendo essa escolha, conforme assinalado pela referida autora, justificada em meio àquela conjuntura que exigia a recuperação da credibilidade frente ao endividamento externo e à estagnação econômica, de modo que entre as suas implicações têm-se as restrições no relacionamento entre aqueles países e alguns retrocessos nos setores envolvidos pela cooperação bilateral sino-brasileira (BECARD, 2008; 2011).

Diferentemente da orientação da política externa brasileira, diante do fim da bipolarização e da expansão geográfica do capitalismo, a República Popular da China reconhecia a necessidade de ajustar a condução de sua política internacional ao processo de intensificação da circulação de capitais e mercadorias decorrentes do processo de globalização contemporânea. Com efeito, passadas às questões ideológicas que marcaram o período da ordem internacional bipolar<sup>132</sup>, a República Popular da China não somente procurou fortalecer suas relações com

---

<sup>131</sup> Danielly R. S. Becard revela que durante o interregno do Governo Collor de Melo, não foi possível identificar muitos progressos na dinâmica evolutiva das relações sino-brasileiras, ao passo a autora assinalar a ocorrência de uma situação controversa, quando “durante os primeiros anos da década de 1990, instalou-se situação contraditória nas relações sino-brasileiras, em que o diálogo político-diplomático consolidado e o amplo aparato jurídico-institucional [...] conviveram com relações comerciais medíocres e cooperação científica e tecnológica submetida a sérios problemas financeiros. Faltava à parte brasileira articular um programa amplo e integrado de trabalho para a promoção dos laços com a China (BECARD, 2008, p. 209)

<sup>132</sup> Sobre os períodos compreendidos pelas diferentes ordens internacionais ver Novak; Nahimas (2019).

países desenvolvidos e realizar uma reaproximação com os países ocidentais, como buscou normalizar suas relações com países vizinhos e intensificar suas relações com países em desenvolvimento da Ásia e da África, assim como promoveu a ampliação das relações junto aos países da América Latina<sup>133</sup>.

Acerca daquele contexto, cabe pontuar que do lado brasileiro, distintamente do rumo tomado pelas relações sino-brasileiras nos primeiros anos da década de 1990, durante o Governo Itamar Franco a chancelaria brasileira procurou dar um novo ímpeto ao relacionamento com a China. Nesse sentido, os governos de Brasília e Beijing retomaram gradualmente a cooperação sino-brasileira e deram continuidade aos projetos bilaterais. Por conseguinte, foram retomados os acordos nos setores de energia hidrelétrica e de construção conjunta do satélite sino-brasileiro, assim como a cooperação bilateral nos setores de mineração, educacional e de ciência e tecnologia durante a década de 1990<sup>134</sup>.

No curso de retomada dos projetos de cooperação bilateral e da manutenção das relações sino-brasileiras, dada continuidade das visitas de alto nível ao território nacional por representantes do país asiático, o governo chinês elencou o Brasil à condição de parceiro estratégico, quando estabeleceu a Parceria Estratégica<sup>135</sup> junto ao governo brasileiro durante a visita do Presidente Jiang Zemin ao país, em 1993. A Parceria Estratégica<sup>136</sup> entre o Brasil e a China contribuiria para maior interação política e a intensificação das relações

---

<sup>133</sup> A partir da década de 1990 as relações sino-latino-americanas alcançaram um expressivo progresso através da assinatura de acordos de cooperação entre a China e os países latino-americanos e no âmbito das relações econômicas o comércio e os investimentos chineses junto àqueles países foram gradativamente ampliados dada necessidade chinesa de assegurar fontes de abastecimento de recursos no exterior, além disso, no âmbito político internacional assistiu-se à intensificação do intercâmbio político e o adensamento das relações de cooperação junto às instituições multilaterais da América Latina (BECARD, 2008; SHIXUE, 2009; OLIVEIRA, H.; 2012; CHANGSHENG, 2013; CINTRA, 2013; RODRÍGUEZ, 2013; NOVAK; NAHIMAS, 2017).

<sup>134</sup> Ver portal eletrônico da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>135</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>136</sup> Sobre a Parceria Estratégica Sino-Brasileira ver Becard (2008); Biato Junior (2010) e Oliveira, H. (2012) Ademais, ver portal eletrônico do MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em 21 abr. 2020.

econômicas, assim como para o aprofundamento da cooperação sino-brasileira e a redefinição da importância da Ásia para a política externa brasileira, à medida que a China ampliava o seu relevo nas relações econômicas daquela região com o Brasil<sup>137</sup>.

A formalização daquela parceria e o aumento das interações com o país asiático contribuíram para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não somente revisse o engajamento do Brasil no processo de globalização neoliberal através da liberalização comercial e da intensificação da abertura do território ao influxo de investimentos externos diretos, mas tal como a gestão precedente mantivesse a direção de condução da política externa em relação à República Popular da China. Por conseguinte, o Governo Fernando Henrique definiu a região asiática enquanto uma das prioridades da política externa brasileira e prosseguiu com a realização das visitas presidenciais à República Popular da China, em 1995<sup>138</sup> (OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, H., 2012).

Nos anos subsequentes, as visitas de representações entre aqueles países foram mantidas, contribuindo para a assinatura de novos atos, a manutenção da cooperação econômica e tecnológica bilateral, tendo seu ponto alto com o lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro do programa CBERS, em 1999. Posteriormente, mantendo o progresso da cooperação bilateral, os governos de Brasília e Beijing assinaram o Protocolo de Cooperação na Tecnologia Espacial sobre o desenvolvimento e fabricação dos próximos satélites, em 2000<sup>139</sup>. Destarte, a continuidade da cooperação na área espacial avançou com os demais lançamentos do programa CBERS no curso das primeiras décadas do século

---

<sup>137</sup> Acerca daquele contexto, Henrique A. de Oliveira assinala que o reposicionamento brasileiro em relação à Ásia apresentava um duplo interesse “de um lado, é motivado pela perspectiva de associar-se a uma região que se apresenta como um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico, com potenciais possibilidades de complementaridade ou parcerias. De outro, é um espaço que, politicamente, atende os objetivos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições similares nos fóruns multilaterais, de forma a garantir as diretrizes brasileiras de autonomia e diversificação de parcerias (OLIVEIRA, 2004, p. 14-15).

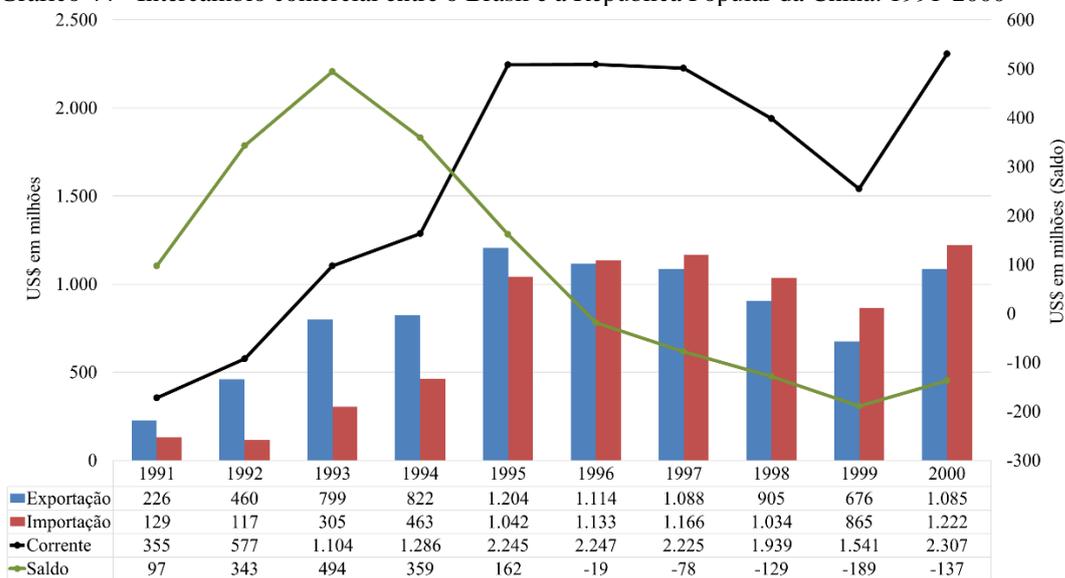
<sup>138</sup> Ver portal eletrônico do MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

<sup>139</sup> Ver portal eletrônico da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

XXI<sup>140</sup>, cujo ponto de revelo mais recente consistiu na cooperação espacial entre aqueles países para o lançamento do satélite CBRES 4-A, em 2019<sup>141</sup>.

No que concerne às relações econômicas sino-brasileiras, há que se destacar a ocorrência de uma maior expressão no processo de ampliação da corrente comercial, sobretudo, após o fim da Guerra Fria. Para termos dimensão desse processo, compreendemos como oportuno assinalar que, durante o decênio que sucede o período da bipolarização do espaço político mundial, o intercâmbio comercial entre o Brasil e aquele país asiático saltou de, aproximadamente, US\$ 355 milhões, em 1991, para cerca de US\$ 2,3 bilhões, em 2000. No curso desse processo, as exportações brasileiras ao mercado chinês saltaram de US\$ 226 milhões, em 1990, para US\$ 1,2 bilhão em 1995, atingindo pouco mais de US\$ 1,0 bilhão, em 2000. Enquanto as importações provenientes da República Popular da China passaram de US\$ 129 milhões, em 1990, alcançando pouco mais US\$ 1,2 bilhão, em 2000 (Gráfico 44).

Gráfico 44 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 1991-2000



Fonte: MDIC. Becard, 2008; Oliveira, 2012; Cebc, 2015b; Baptista, 2016. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>140</sup> Ver Becard (2008); Oliveira, H. (2012).

<sup>141</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 21 abr. 2020.

A análise dos dados relacionados ao intercâmbio comercial sino-brasileiro, à época disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)<sup>142</sup>, nos permite assinalar que as relações comerciais com aquele país asiático durante o período elencado foram marcadas por saldos superavitários para o lado brasileiro entre os anos 1991 e 1995. Todavia, durante os anos posteriores, o Brasil acumulou déficits no intercâmbio comercial com a República Popular da China, de modo que o saldo deficitário para a economia brasileira se estendeu entre os anos 1996 e 2000.

Acerca do intercâmbio comercial sino-brasileiro, não nos cabe pontuar somente o período deficitário para o lado chinês ou para lado brasileiro, sendo assertivo evidenciar a estrutura das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China entre os anos 1991 e 2000. Nesse sentido, assinalamos que durante o referido período, a estrutura do intercâmbio comercial sino-brasileiro esteve marcadamente concentrada em alguns poucos produtos e se caracterizou por um aspecto assimétrico, de modo que do Brasil para o mercado chinês, as exportações se mantiveram concentradas, sobretudo, em produtos primários e recursos minerais como óleo de soja bruto e soja, minério de ferro, produtos siderúrgicos e celulose, mais especificamente, as pastas químicas de madeira; assim como constituída também por couros e peles depilados, peças para veículos e produtos de madeira e mobiliário, enquanto da República Popular da China para o mercado brasileiro as importações estiveram expressivamente concentradas em produtos industrializados como, por exemplo, as máquinas e produtos elétricos diversos, produtos químicos e farmacêuticos, assim como em mercadorias e produtos diversos, material de transportes, petróleo e carvão e couros e peles durante o período compreendido os anos 1991 e 2000<sup>143</sup>.

Em 2001, destacadamente um ano após a República Popular da China se tornar o maior parceiro comercial brasileiro na Ásia, assistiu-se a mais uma visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil. A visita do mandatário chinês ao território brasileiro não apenas mantinha a estabilidade das relações sino-brasileiras como

---

<sup>142</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-externior/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>143</sup> Ver Becard (2008).

contribuía para o processo de expansão das áreas de cooperação entre o maior país latino-americano e o país que liderava o processo de renascimento econômico da Ásia Oriental no início do século XXI.

No âmbito das relações bilaterais, convém pontuar que, apesar da mudança na condução política do país com a chegada dos governos petistas, a estabilidade das relações sino-brasileiras foi mantida, assim como as visitas de alto nível entre as maiores economias em desenvolvimento dos hemisférios Ocidental e Oriental. Com efeito, no curso das primeiras décadas do século XXI, assiste-se ao período em que as relações sino-brasileiras atingiram maior maturidade, de modo que ocorreu tanto um expressivo avanço na cooperação bilateral, quanto uma ampliação da interdependência econômica através do crescimento do intercâmbio comercial e dos fluxos de investimentos bilaterais entre o Brasil e a China.

No que concerne à cooperação bilateral, pôde-se assistir à passagem para uma fase conformada tanto pela maturidade, quanto para um maior nível de estabilidade a partir do momento em que o restabelecimento das relações sino-brasileiras completava três décadas, em 2004. Naquele ano, a visita do Presidente Lula à República Popular da China alçou as relações do Brasil com o país asiático a um novo patamar e somou-se ao estreitamento dos laços diplomáticos, a ampliação dos atos bilaterais, a realização de novos contratos empresariais e o estímulo à ampliação do intercâmbio comercial.

Acerca da visita do Presidente Lula à China, em 2004, Danielly S. R. Becard assinala que:

na ótica do governo brasileiro, o principal objetivo da viagem presidencial foi sinalizar aos chineses a enorme importância estratégica e comercial que o Brasil passou a conferir à China. A expectativa era que o maior estreitamento das relações bilaterais rendesse frutos consideráveis, nos prazos médio e longo, por meio de comércio bilateral e de investimentos chineses na infraestrutura do Brasil, principalmente no setor de transportes ferroviário e marítimo (BECARD, 2008, p. 247-248).

Naquele contexto, assistiu-se, pelo lado chinês, à visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, ocasião em que foram firmados novos acordos e, sobretudo, ocorreu a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assim como o reconhecimento pelo governo

brasileiro do *status* de economia de mercado à República Popular da China, em 2004. Acerca da maturidade e da estabilidade alcançadas na evolução das relações sino-brasileiras, há que se destacar que após três décadas do restabelecimento das relações entre o Brasil e a China, coube a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), mecanismo de diálogo político regular de mais alto nível entre o Brasil e a China, com vista a promover contatos regulares entre altos representantes dos dois países e com o objetivo de incentivar o relacionamento bilateral, em maio de 2004<sup>144</sup>.

No curso dos anos subseqüentes, os governos de Brasília e Beijing promoveram a criação tanto do diálogo estratégico, quanto do diálogo financeiro entre o Brasil e a China, respectivamente, nos anos 2007 e 2008<sup>145</sup>, bem como assistiu-se a mais duas visitas presidenciais ao país asiático durante o Governo Lula. Em 2008, a visita aquele país consistiu em um ato para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, sendo consoante assinalar que, posteriormente, dada ocasião de outra visita de Estado do Presidente Lula à China, foi estabelecido o fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-China junto ao Presidente chinês Hu Jintao, em maio de 2009. Ademais, dando continuidade à estabilidade nas relações sino-brasileiras, o Brasil e a China ingressavam na segunda década do século XXI mantendo as visitas de alto nível e o compromisso com a continuidade das relações de cooperação, alcançando à assinatura do Plano de Ação Conjunta, em 2010<sup>146</sup>.

Posteriormente, coube a então Presidenta Dilma Rousseff a realização de mais uma visita de um chefe de governo e de Estado à República Popular da China. Na ocasião desta visita de Estado, foram assinados atos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, defesa, agricultura, energia, educação, esportes,

---

<sup>144</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

<sup>145</sup> Ver Xu (2016) e Wolf (2019).

<sup>146</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

telecomunicações e eletrônica, em 2011<sup>147</sup>. Nesse ano, a cooperação entre os dois países avançou com assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde 2011-2014, assim como através da assinatura do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 e a elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica Global e a criação do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres, enquanto um dos resultados obtidos após a visita do Primeiro-Ministro da China Wen Jiabao ao Brasil, em 2012.

Do lado chinês, em julho de 2014, sedimentando as quatro décadas de evolução do restabelecimento das relações sino-brasileiras, ocorreu outra visita de Estado do Governo de Beijing ao Brasil. Naquele contexto, o Presidente Xi Jinping, após participar da IV Cúpula do BRICS em Fortaleza, encontrou com a então Presidenta Dilma Rousseff em Brasília, o que culminou com o aprofundamento da Parceria Estratégica Global Brasil-China e com a concentração de mais de 50% dos acordos assinados entre estes chefes de Estado, nos setores comercial e de investimentos (CEBC, 2015b).

No ano seguinte, mantendo as visitas de alto nível do governo chinês ao Brasil, o Primeiro-Ministro Chinês Li Keqiang, realizou a assinatura de mais de trinta atos e acordos bilionários em investimentos<sup>148</sup>, cujo destaque foi a concentração nos setores de mineração, ciência e tecnologia e energia (CEBC, 2015b). Acerca desse recente episódio nas relações sino-brasileiras, compreende-se que os chefes de governo brasileiro e chinês mantiveram o comprometimento diante da maturidade alcançada pelo relacionamento entre os dois países ao firmarem o Plano de Ação Conjunta para o período 2015-2021<sup>149</sup>, assim como ao buscarem uma evolução positiva tanto para o comércio e os investimentos bilaterais, quanto para o aprofundamento da parceria econômica entre os dois países.

---

<sup>147</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

<sup>148</sup> Disponível em: <[http://cebc.org.br/sites/default/files/declaracao\\_imprensa\\_-\\_pm\\_li\\_keqiang.pdf](http://cebc.org.br/sites/default/files/declaracao_imprensa_-_pm_li_keqiang.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2020.

<sup>149</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9694-declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>> Acesso em: 12 mai. 2020.

Mais recentemente, por ocasião do convite realizado pelo Presidente Xi Jinping, ocorreu a visita do Presidente Michel Temer ao país asiático, em setembro de 2017. Como resultado, assistiu-se à novos atos firmados junto à República Popular da China tanto para a cooperação bilateral em diferentes setores, quanto para a diversificação do comércio bilateral e a realização de novos investimentos chineses no território brasileiro<sup>150</sup>.

Todavia, não nos escapa à memória no que concerne às relações econômicas sino-brasileiras e, por conseguinte, aos passos no sentido de avançar para a cooperação no intercâmbio comercial e a conformação de uma nova fase no relacionamento entre o Brasil e a China marcada pelo aumento do influxo de investimentos no território brasileiro, a necessidade de se recordar aqui da visita realizada ao país asiático pelo então Presidente Lula, em 2009, por ocasião do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica. Naquele contexto, entre outros pontos contemplados pelo discurso do Presidente Lula, foi assinalado que os dois países poderiam ampliar a Parceria Estratégica através da participação mais ativa dos meios empresariais e por meio da diversificação das exportações como garantia da expansão do fluxo comercial, assim como mediante a ampliação dos investimentos diretos.

Diante ao exposto, compreende-se como oportuno evidenciar que entre os aspectos destacados no discurso daquele Presidente, buscava-se tanto ressaltar a intensificação das relações econômicas entre os dois países, assim como elencar as novas oportunidades que poderiam surgir através da consolidação da “mudança na geografia comercial”<sup>151</sup> que o Brasil e a China já haviam começado a fazer, quanto promover a ampliação da cooperação bilateral para a esfera dos investimentos externos diretos chineses no território brasileiro, sobretudo, quando

---

<sup>150</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>> Acesso em: 12 mai. 2020.

<sup>151</sup> Trata-se de uma expressão utilizada no discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cuja menção esteve relacionada ao âmbito das relações econômicas realizadas entre o Brasil e a China na ocasião do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica. Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11122-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-seminario-brasil-china-novas-oportunidades-para-a-parceria-estrategica-pequim-19-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

o então presidente destacou o potencial para as relações econômicas sino-brasileiras, assinalando que:

podemos ampliar muito nossa Parceria Estratégica mediante a ampliação dos investimentos diretos.

Os acordos firmados entre o Banco de Desenvolvimento da China e instituições brasileiras como a Petrobras e o BNDES permitirão a participação chinesa em importantes projetos no Brasil.

Também gostaríamos de ver mais presença chinesa no mercado de capitais. Por isso, convido os bancos e os investidores a olhar mais para o mercado e para as empresas brasileiras.

O mercado de títulos da dívida brasileira é totalmente aberto para os investidores estrangeiros. Há também crescente mercado para investimentos em títulos privados e ações. O governo brasileiro trabalhará com os setores competentes do governo chinês para viabilizar esses investimentos (MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009)<sup>152</sup>.

Com efeito, no curso histórico das relações sino-brasileiras, por ocasião da sua visita de Estado ao Brasil para a participação na II Cúpula do BRIC, em Brasília; em 2010, o Presidente Hu Jintao assinou o Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014<sup>153</sup>. Ademais, cabe assinalar que, por conseguinte, as relações sino-brasileiras não somente foram marcadas pela continuidade da estabilidade no âmbito da cooperação bilateral em diferentes setores, mas assistiram tanto ao processo de ampliação do intercâmbio comercial, quanto a conformação de uma nova fase, dada expressiva elevação nos influxos de investimentos chineses confirmados no país e, por conseguinte, o aumento do número de projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro a partir de 2010.

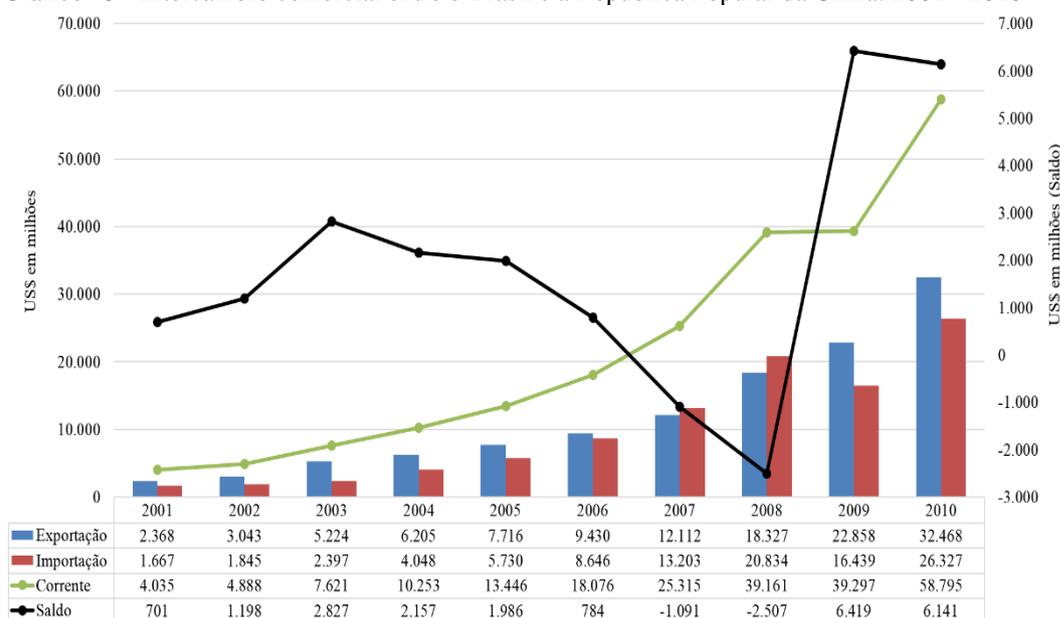
No que concerne às relações econômicas sino-brasileiras, cumpre destacar a intensificação do intercâmbio comercial com a República Popular da China durante os anos compreendidos pelas primeiras décadas do século XXI. Nesse

<sup>152</sup> Ver portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11122-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-seminario-brasil-china-novas-oportunidades-para-a-parceria-estrategica-pequim-19-de-maio-de-2009>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

<sup>153</sup> Sobre o Plano de Ação Conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China, 2010-2014 ver portal eletrônico do CEBC. Disponível em: <[http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano\\_de\\_acao\\_conjunta\\_2010\\_-\\_2014\\_2\\_.pdf](http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

sentido, é possível observar que as relações comerciais entre os países se caracterizaram pelo expressivo ritmo de expansão de sua corrente comercial não somente no curso da primeira década dos anos 2000, à medida que assistiu-se ao salto na corrente de comércio entre os dois países de, aproximadamente, US\$ 4,0 bilhões, em 2001, para US\$ 58,7 bilhões, em 2010, sendo possível observar a continuidade desse processo de ampliação da corrente de comércio entre os anos 2010 e 2019 (Gráficos 45 e 46).

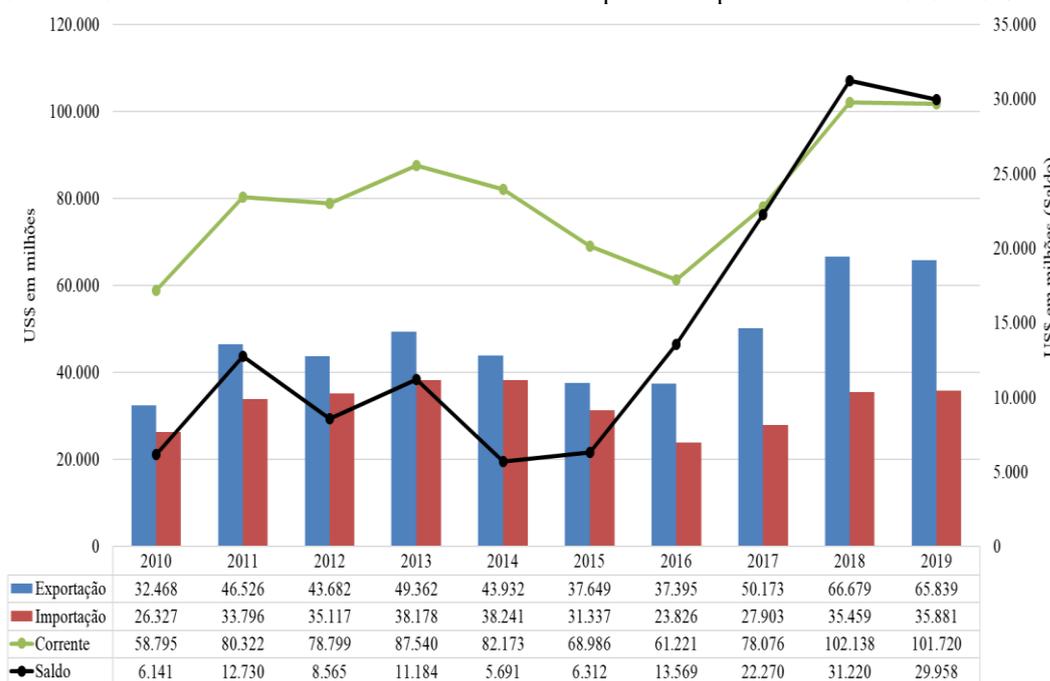
Gráfico 45 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 2001 - 2010



Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Durante o curso da segunda década do século XXI, fica ainda mais evidente que a interdependência econômica entre o Brasil e a economia chinesa se intensificou. Com efeito, durante esse período as relações comerciais sino-brasileiras se revestiram de grande dinamismo, alcançando assim US\$ 80,3 bilhões, em 2011, ao passo de superarem as retrações apresentadas em alguns anos e, mais recentemente, aquela interdependência se revela à medida que as relações comerciais alcançaram um novo recorde histórico, quando a corrente de comércio sino-brasileiro atingiu, aproximadamente, US\$ 102,1 bilhões, em 2018; mantendo o expressivo intercâmbio comercial entre o Brasil e a China, a despeito da recente retração para US\$ 101,7 bilhões, em 2019 (Gráficos 46).

Gráfico 46 - Intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Popular da China: 2010 - 2019



Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Durante a primeira década do século XXI, a estrutura das relações comerciais sino-brasileiras foi marcada pela manutenção de uma pauta das exportações brasileiras ao país asiático concentrada em produtos primários como minério de ferro, soja, petróleo e celulose, enquanto a pauta de importação dos produtos chineses também se manteve concentrada em máquinas e aparelhos elétricos, produtos químicos e farmacêuticos, produtos semimanufaturados, produtos têxteis e calçados<sup>154</sup>.

No curso do processo de ampliação da corrente de comércio entre o Brasil e a República Popular da China durante a segunda década do século XXI, o intercâmbio entre os dois países manteve aquela estrutura marcadamente concentrada e assimétrica, cujo perfil consistiu na manutenção das exportações brasileiras ao país asiático assentadas em produtos como o minério de ferro, a soja, o petróleo e a celulose. Enquanto as importações provenientes da República Popular da China se mantiveram concentradas, sobretudo, em produtos

<sup>154</sup> Ver Becard (2008; 2011); Oliveira, H. (2012); Baptista (2016); Xu (2016); Pereira (2018a; 2018b).

industrializados como, por exemplo, os equipamentos eletrônicos e os produtos têxteis.

Ademais, cabe assinalar que a República Popular da China deixou de representar 4% do destino das exportações brasileiras, em 2001, e alcançou a posição de principal mercado das exportações brasileiras, em 2009, respondendo por cerca de 15% do destino das exportações brasileiras. Este ano foi um ponto de inflexão nas relações comerciais sino-brasileiras, sobretudo, pelo fato do país asiático desbancar a posição ocupada por oito décadas enquanto maior mercado das exportações brasileiras pelos Estados Unidos. Com efeito, dado o aumento da relação de interdependência com a economia brasileira, a República Popular da China passou a responder por, aproximadamente, 30% do destino das exportações realizadas pelo Brasil, em 2019 (Gráfico 47).

Posto isso, cumpre pontuar que a República Popular da China ascendeu à condição de principal origem dos produtos importados pela economia brasileira, em 2012. Com efeito, após responder por apenas 3% das importações brasileiras, em 2001, a República Popular passou a representar 14% das importações brasileiras em, 2010, ascendendo para 16%, em 2012. Outrossim, cabe pontuar que através da análise dos dados sobre o comércio exterior brasileiro, à época disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>155</sup> (MDIC)<sup>156</sup>, pôde-se compreender que mantendo a elevação da sua participação nas importações brasileiras, o país asiático atingiu uma participação de 18%, em 2015, alcançando 20% na participação das importações realizadas pelo Brasil, em 2019<sup>157</sup> (Gráfico 48).

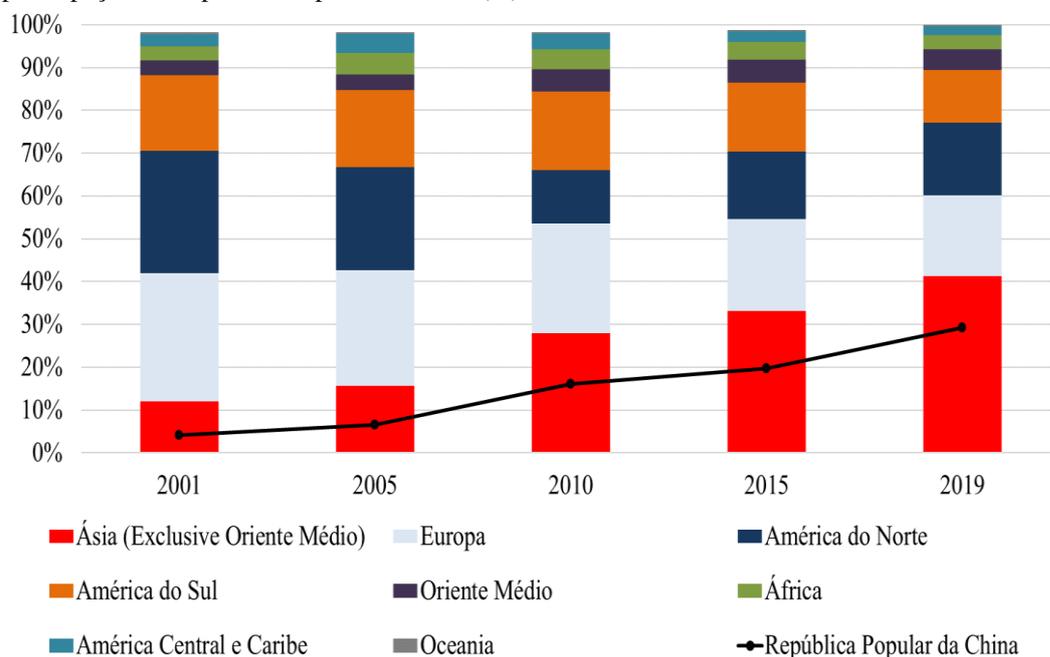
---

<sup>155</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>156</sup> Cumpre pontuar que à época do levantamento dos dados, o portal eletrônico que disponibilizava as informações acerca do comércio exterior brasileiro compreendia um ambiente em migração do Ministério da Economia. Todavia, mais recente, em consulta àquele portal eletrônico pode-se constatar as referidas informações sobre o comércio exterior brasileiro no portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 12 jul 2020.

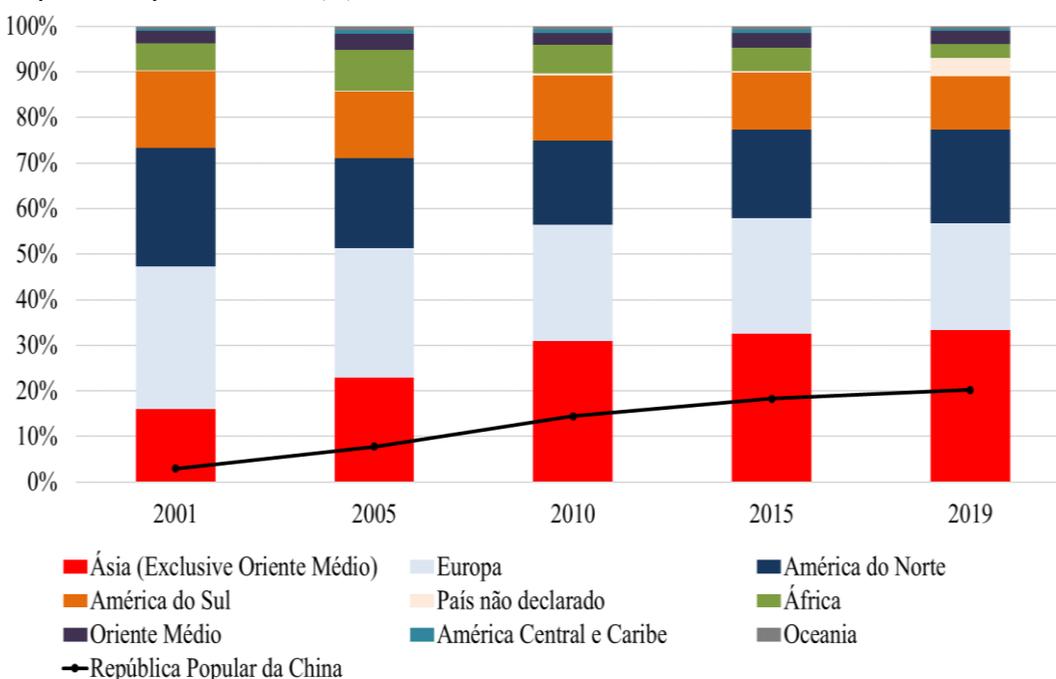
<sup>157</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai 2020.

Gráfico 47 - Os principais destinos das exportações brasileiras por regiões do mundo e a participação da República Popular da China (%), entre 2001 e 2019



Fonte: MDIC<sup>158</sup>. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 48 - As principais regiões de origem das importações brasileiras e a participação da República Popular da China (%), entre 2001 e 2019



Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>158</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Ao estendermos nossas análises aos três primeiros meses do ano 2020, é possível observar que as relações comerciais sino-brasileiras se estruturam na manutenção da expressiva complementaridade que existe no intercâmbio comercial assimétrico entre o Brasil e a República Popular da China. Com efeito, as relações comerciais sino-brasileiras replicam características de um comércio Norte-Sul da década de 1950 (PEREIRA, 2018a; 2018b), e, por conseguinte, revelam uma pauta que reflete tanto a estrutura de oferta do Brasil diante das demandas da República Popular da China, como assinalou a entrevistada Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia B. Valls Pereira, quanto atende à demanda interna dos mercados brasileiro e chinês, tal como pontuou em entrevista o Prof. Dr. Maurício S. Rocha.

Esses aspectos podem ser identificados quando observamos que do montante conformado por, aproximadamente, US\$ 14,4 bilhões em vendas à República Popular da China, os principais produtos exportados para a segunda maior economia mundial compreenderam a soja, o óleo bruto de petróleo e o minério de ferro e seus concentrados, assim como produtos agropecuários como as carnes bovina, suína e de frango. Estando presentes na pauta de exportação brasileira outros minérios como, por exemplo, o cobre e o níquel, assim como a celulose, sobretudo, através das pastas de madeira durante os meses de janeiro a março de 2020 (Tabela 3).

Tabela 3 - Principais produtos exportados à República Popular da China: janeiro a março de 2020

<b>Produtos</b>	<b>US\$ em milhões</b>
Soja mesmo triturada	4.610.991.422
Óleos brutos de petróleo	3.397.879.254
Minérios de ferro e seus concentrados	2.827.183.934
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	767.470.792
Celulose	718.976.254
Carne de frango congelada	345.299.158
Demais produtos manufaturados	115.937.881

Fonte: MDIC<sup>159</sup>. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

Ademais, cabe pontuar que acerca do montante constituído por, aproximadamente, US\$ 10,0 bilhões importados da maior economia asiática,

<sup>159</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

pode-se observar que as importações provenientes da República Popular da China ao Brasil compreenderam, sobretudo, produtos manufaturados. Com efeito, essas importações abrangeram aparelhos e materiais eletrônicos e suas partes, plataformas de exploração e perfuração, dragas, embarcações e estruturas flutuantes, aparelhos transmissores ou receptores e componentes, de modo que a pauta de importação proveniente do país asiático se manteve concentrada em produtos manufaturados durante os primeiros meses de 2020<sup>160</sup> (Tabela 4).

Tabela 4 - Principais produtos importados da República Popular da China: janeiro a março de 2020

<b>Produtos</b>	<b>US\$ em milhões</b>
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc	1.890.746.238
Demais produtos manufaturados	1.646.367.436
Aparelhos transmissores ou receptores e componentes	948.441.210
Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos	227.534.158
Demais produtos básicos	82.795.874
Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes e partes	68.361.793
Máquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração, etc.	18.694.527
Tubos flexíveis, de ferro ou aço	802.261

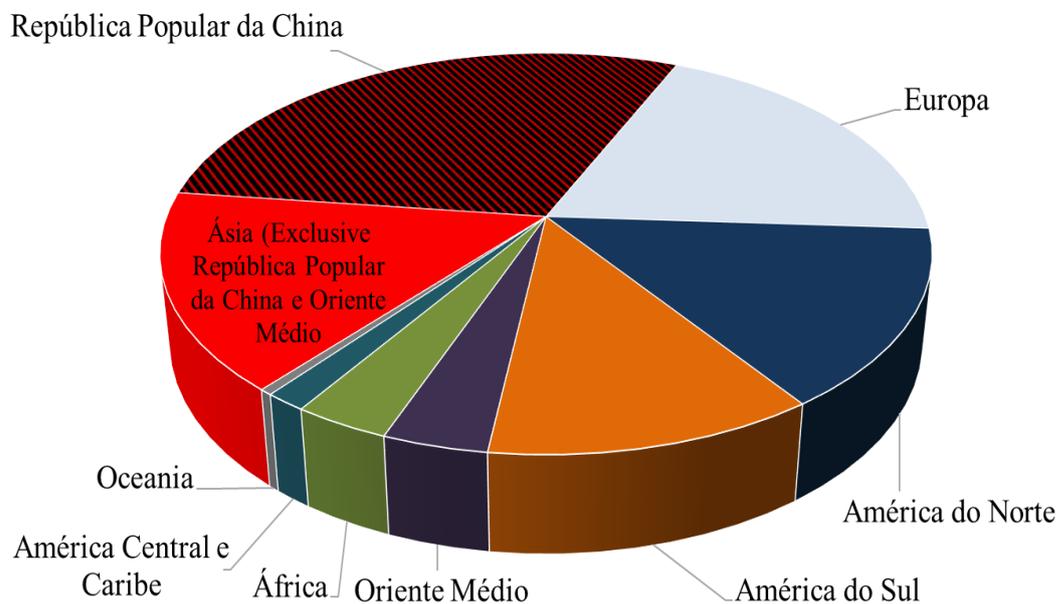
Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

À medida que estendemos nossas análises sobre os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços para a contemporaneidade, identificamos que a participação relativa da República Popular da China no comércio exterior brasileiro foi mantida durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020. Assim, observa-se a continuidade do processo de “mudança na geografia comercial” brasileira, ao passo do mercado chinês representar, aproximadamente, 30% do destino das exportações brasileiras, bem como responder por 23% das importações realizadas pelo Brasil durante os três primeiros meses de 2020<sup>161</sup> (Gráficos 49 e 50).

<sup>160</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

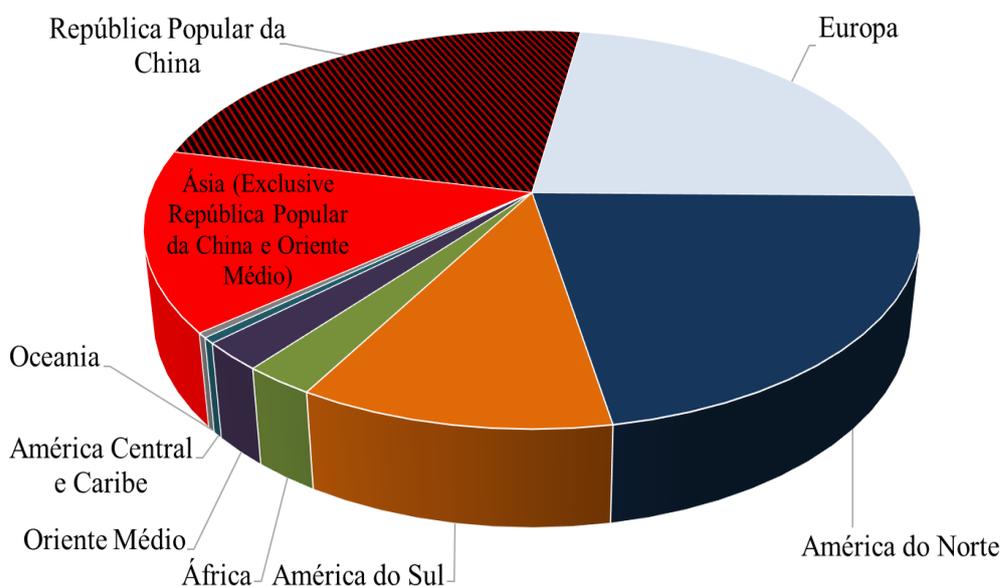
<sup>161</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Gráfico 49 - Os principais destinos das exportações brasileiras por regiões do mundo e a participação da República Popular da China (%), janeiro - março, 2020



Fonte: MDIC<sup>162</sup>. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 50 - As principais regiões de origem das importações brasileiras e a participação da República Popular da China (%), janeiro - março, 2020



Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

<sup>162</sup> Ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Além da intensificação do intercâmbio comercial, marcadamente concentrado e assimétrico, assim como estruturado por uma pauta que reflete tanto os produtos em que o Brasil apresenta vantagens competitivas, quanto as necessidades da demanda da República Popular da China em recursos naturais, as relações econômicas sino-brasileiras assistiram um significativo aumento dos investimentos bilaterais durante a passagem pelas primeiras décadas dos anos 2000. Entretanto, a presença dos investimentos brasileiros no país asiático ocorreu de forma modesta, quando comparada ao aporte de capitais sínicos e à vinda de empresas chinesas ao território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI<sup>163</sup>.

Assim, enquanto na República Popular da China os projetos resultantes de investimentos brasileiros se revelam modestos e apresentam baixos percentuais no estoque de investimentos externos no país asiático, concentrando-se na prestação de serviços, na produção de manufaturas e na transformação de recursos naturais, estando espacialmente concentrados na porção oriental do território chinês, onde se encontram os maiores centros urbanos e os principais centros de negócios do país asiático (CEBC, 2012; 2015a). Por outro lado, os investimentos chineses não somente se expandiram como se diversificaram e apresentaram uma distribuição espacial que contempla diferentes estados do território, dada realização dos projetos empreendidos por diferentes empresas chinesas, caracterizando-se assim por uma distribuição espacial que compreende as cinco regiões político-administrativas do Brasil.

Diante da diferença do aporte de capitais entre o Brasil e a China, cabe assinalar, tal como pontua o Conselho Empresarial Brasil-China, que:

não se deve esperar dos investimentos brasileiros na China lógica econômica ou *timing* semelhantes ao fluxo de investimentos no sentido China-Brasil. Isto se deve, em parte, a uma certa inibição das empresas brasileiras frente às dificuldades de atender ao mercado doméstico chinês, em contraposição à atratividade do mercado brasileiro e, em alguma medida, à relativa facilidade de acesso ao mercado latino-americano (CEBC, 2012, p. 11).

Com efeito, nos cabe avaliar essa nova fase no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras constituídas pela transcendência da cooperação

---

<sup>163</sup> Ver Becard (2008).

bilateral em diferentes setores e da ampliação do intercâmbio comercial para o processo de ampliação do influxo de investimentos chineses no território brasileiro. Acerca do montante de investimentos chineses realizados durante o recorte temporal compreendido por esse estudo, foi possível identificar que ocorreu o influxo de, aproximadamente, US\$ 58 bilhões sob a forma de investimentos chineses no país, o que não somente resultou na inserção do país entre as áreas receptoras dos investimentos externos diretos chineses, mas acarretou a realização de 145 projetos por diferentes empresas chinesas no território brasileiro entre os anos 2007 e 2018<sup>164</sup> (Tabela 5).

Tabela 5 - Brasil: investimentos externos diretos chineses e nº de projetos confirmados realizados por empresas chinesas no território brasileiro, entre 2007 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Valores aproximados do aporte de investimentos chineses confirmados no território brasileiro</b>	<b>Nº de projetos confirmados</b>
2007	US\$ 434 milhões	3
2008	US\$ 20 milhões	1
2009	US\$ 95 milhões	1
2010	US\$ 13,0 bilhões	13
2011	US\$ 8,0 bilhões	9
2012	US\$ 3,4 bilhões	13
2013	US\$ 3,4 bilhões	11
2014	US\$ 1,7 bilhões	13
2015	US\$ 7,4 bilhões	12
2016	US\$ 8,3 bilhões	12
2017	US\$ 8,8 bilhões	27
2018	US\$ 3,0 bilhões	30
<b>Total</b>	<b>US\$ 57,9 bilhões</b>	<b>145</b>

Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Tabela elaborada pelo autor.

Diante ao exposto, tornou-se possível compreender que no curso histórico das relações entre o Brasil e a República Popular da China, as maiores economias em desenvolvimento da América Latina e da Ásia Oriental apresentaram tanto estabilidade e maturidade no seu relacionamento, quanto uma trajetória evolutiva no âmbito de suas relações econômicas. Portanto, além das relações entre Brasília e Beijing terem evoluído para um nível de estabilidade, maturidade e intensificação da cooperação bilateral, observa-se que, acompanhando esse processo, as relações econômicas sino-brasileiras não somente foram marcadas pela ampliação do grau de interdependência, mas apresentaram uma nova fase em

<sup>164</sup> Ver Cebc (2019).

que soma-se à estabilidade das relações de cooperação bilateral e à ampliação da corrente de comércio o processo recente de ampliação dos investimentos externos diretos chineses no território brasileiro. A fim de evidenciar as nossas análises acerca desse processo, a seção subsequente põe em tela tanto os aspectos quantitativos, quanto os aspectos qualitativos no que concerne aos setores contemplados e as principais características relacionadas à distribuição espacial do aporte de investimentos chineses no território brasileiro durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

### **3.3. Os investimentos chineses no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018**

Diante ao que foi exposto na seção precedente, torna-se possível compreender que após a estabilidade da cooperação bilateral em diferentes setores e da intensificação do intercâmbio comercial, as relações econômicas sino-brasileiras evoluíram para uma nova fase conformada pelo aumento do influxo de investimentos chineses confirmados no país e pela ampliação do número de projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro. Acerca dessa nova fase compreendida no âmbito das relações sino-brasileiras, entendemos como oportuno assinalar que embora os referenciais utilizados nesta pesquisa não nos permitam esquecer que a presença dos investimentos chineses no território brasileiro nos remete aos anos finais do século XX<sup>165</sup>, as dificuldades impostas para se trabalhar com esse tema diante da pretensão em realizar uma análise um pouco mais assertiva acerca da inserção do Brasil enquanto um país receptor dos investimentos chineses, somente foi possível a partir da revisão da literatura e, sobretudo, da análise das diferentes publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China que abordam os investimentos chineses confirmados no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018.

Posto isso, cumpre destacar que a partir da adoção desse procedimento metodológico, foi possível compreender que além da cooperação bilateral no campo político e da complementaridade existente no âmbito comercial entre o

---

<sup>165</sup> Ver Becard (2008); Oliveira, A. (2012) e Oliveira, H. (2012).

Brasil e a República Popular da China, este país asiático passou a participar com maior expressividade enquanto uma fonte de inversões externas no território brasileiro apenas nas primeiras décadas do século XXI. Diante ao exposto, consideramos que o aumento da participação dos investimentos chineses no território brasileiro se constitui enquanto uma nova fase no âmbito das relações sino-brasileiras, à medida que ao processo de cooperação bilateral em diferentes setores e ao dinamismo do intercâmbio comercial, somaram-se os influxos de capitais sínicos no país, cujos montantes confirmados alcançaram, aproximadamente, US\$ 58 bilhões, resultando na implantação de 145 projetos realizados por empresas chinesas, durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2007 e 2018.

Destarte, convergimos com as considerações traçadas pelos professores entrevistados durante a realização dessa pesquisa como, por exemplo, o Prof. Dr. Elias M. K. Jabbour quando assinalou que, no contexto de acumulação pela dinâmica da financeirização, a maior economia asiática emerge como um país com capacidade de realizar investimentos produtivos no território, assim como com o Prof. Dr. Eduardo Sol, que pontuou a evidência desses aspectos ao assinalar alguns exemplos de investimentos chineses no âmbito de infraestrutura no território brasileiro orientados para a captação das *commodities*. Outrossim, convergimos com o Prof. Dr. Maurício S. Rocha quando durante a realização da entrevista assinalou tanto a importância dos fatores econômicos relacionados à demanda chinesa, quanto a importância do aspecto político dada presença brasileira e chinesa em fóruns internacionais.

Além desses apontamentos, não olvidamos as considerações traçadas pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia B. Valls Pereira que, não somente na oportunidade concedida pela entrevista, assinalou que os investimentos realizados refletem os interesses chineses, assim como convergimos com os apontamentos traçados em suas publicações, quando evidencia que “além de principal parceiro comercial, a China passa a ter uma contribuição relevante na entrada dos investimentos estrangeiros no país” (PEREIRA, 2018b, p. 181).

Ademais, convergimos tanto com o Sr. Tulio Cariello, Coordenador de Análise e Pesquisa do CEBC, quando, na oportunidade concedida pela entrevista,

assinalou que, no âmbito das inversões realizadas pelo país asiático relacionadas aos recursos naturais, essas operam de modo estratégico. Além dos apontamentos elencados, não há como olvidar as considerações traçadas em uma das mais recentes publicações do Conselho Empresarial Brasil-China, quando é possível compreender que:

a primeira década dos anos 2000 inaugurou o início de uma nova fase nas relações entre Brasil e China, com o reordenamento de uma agenda bilateral que mostraria uma complexa evolução nos anos seguintes. A explosão do volume do comércio bilateral, a interação cada vez maior entre os dois países em fóruns internacionais e a complexificação das relações políticas já indicavam a inauguração de um cenário de trocas muito mais sofisticado entre os dois países. Somado a isso, surgiu também um fenômeno sem precedentes: a entrada de volumosos investimentos chineses no Brasil (CEBC, 2018, p. 6).

Há que se destacar que, na perspectiva chinesa, os investimentos se constituem como aspectos tão importantes quanto o comércio, de modo a serem fundamentais para a consolidação dos laços políticos (OLIVEIRA, H., 2012). Nesse sentido, não podemos olvidar, tal como assinala Henrique A. de Oliveira, que:

da mesma forma que a inserção comercial chinesa passou por diferentes fases até atingir seu auge após a acessão à Organização Mundial do Comércio, a presença chinesa como fonte de Investimentos Externos Diretos (IED's) seguiu a mesma trajetória e só recentemente começou a se destacar tanto na dimensão internacional quanto no relacionamento bilateral com o Brasil (OLIVEIRA, H., 2012, p. 166).

No que se refere a essa trajetória de aumento dos investimentos chineses no país, não nos escapa à memória os investimentos chineses realizados durante o período que precedeu o processo de superação das barreiras ao influxo do capital sínico no país ocorrido mais recentemente, todavia, a contribuição da seção em tela emerge, sobretudo, quando elencamos o aumento do processo de inversão do capital sínico no país e a diversificação dos investimentos chineses no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018. Assim, como não olvidamos a presença do influxo de investimentos chineses que precedeu esse período, elencamos alguns exemplos que evidenciam a territorialização de algumas empresas entre o final do século XX e o início dos

anos 2000, mas reiteramos que a maior contribuição da seção em tela emerge quando evidenciamos a inserção do território brasileiro entre as áreas receptoras dos investimentos chineses e apresentamos as operações realizadas por empresas chinesas no país durante as primeiras décadas do século XXI.

Acerca da presença dos investimentos chineses e da territorialização realizada por algumas empresas chinesas no país entre o final do século XX e o início dos anos 2000, é possível elencarmos, por exemplo, a China Ocean Shipping Company, a Huawei Brasil, a Gree, a ZTE Corporation e a Lenovo<sup>166</sup>. De acordo com Becard (2008), o período de instalação da China Ocean Shipping Company no país remonta ao ano de 1994, naquele contexto, a empresa chinesa possuía uma frota constituída por mais de 500 navios que operava em mais de 1.100 portos e instalou-se no Brasil através de uma *joint venture*, transformando-se, assim, em uma das maiores empresas brasileiras de transporte marítimo, à medida que passou a oferecer seus serviços ao segmento industrial e às atividades de comércio exterior brasileiro, quando se transformou em Cosco Brasil, em 1999.

Neste ano, também foi o momento de entrada de outra empresa chinesa no país, porém, do setor de telecomunicações, a Huawei Brasil (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011; CEBC, 2013). Apesar da entrada desta empresa chinesa no país remontar o final da década de 1990, quando ocorria a reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, a alavancagem da Huawei Brasil no mercado de telecomunicações brasileiro ocorreu a partir do ano 2006, quando aquela empresa teve a oportunidade de fechar seu primeiro contrato com a Vivo. Posteriormente, a empresa chinesa foi acionada para contratos adicionais de outros fornecedores de serviços de telecomunicações, sendo a Huawei Brasil contratada para desenvolver as redes e modems 3G de grandes empresas de telecomunicações do Brasil, e no curso desse processo passou a fornecer infraestrutura de rede para a linha de telefonia móvel e fixa para diferentes operadoras brasileiras, assim como seguiu com suas inversões no país<sup>167</sup> (CEBC, 2013).

Ademais, cabe assinalar que além das inversões realizadas por essas empresas, as atividades compreendidas pelos setores de comércio, fabricação de

---

<sup>166</sup> Ver Becard (2008) e Barbosa; Tepassê; Biancalana (2014).

<sup>167</sup> Ver Cebc (2016).

produtos de madeira e prestação de serviços foram as que atraíram os investimentos externos diretos chineses realizados no território brasileiro até o ano 2000 (BECARD, 2008). No início dos anos 2000, somaram-se às operações realizadas por aquelas empresas chinesas a territorialização de outras corporações como, por exemplo, a Gree e a ZTE Corporation. No entanto, enquanto os investimentos da empresa chinesa Gree estiveram relacionados à implantação da estrutura produtiva de aparelhos de ar condicionado inaugurada na Zona Franca de Manaus, em 2001, os investimentos da ZTE Corporation estiveram relacionados ao setor de telecomunicações e o seu estabelecimento oficial no país ocorreria em 2002<sup>168</sup>.

A despeito dessas inversões serem marcadas por valores menos vultosos que aqueles realizados mais recentemente, os investimentos chineses prosseguiram no território brasileiro nos anos subsequentes, ocorrendo o influxo de capitais sínicos cuja distribuição por setores contemplou algumas atividades relacionadas aos campos de eletrodomésticos, telecomunicações, transporte e mineração, assim como através da continuidade do aporte dessas inversões durante os anos iniciais do século XXI. Assim, aos projetos realizados por algumas empresas chinesas que haviam sido implantadas no país, somou-se o estabelecimento da Lenovo no Brasil<sup>169</sup>.

O estabelecimento dessa empresa chinesa no território brasileiro se insere entre as estratégias de expansão da Lenovo no mercado mundial, muito bem abordados por Barbosa, Tepassê; Biancalana (2014), mas no que diz respeito ao início das suas operações no Brasil, estas ocorreram quando a Lenovo adquiriu a divisão de computadores da IBM no Brasil, de modo que parte do quadro técnico, dos representantes de vendas e dos parceiros de negócios da IBM Brasil foram agregados à companhia chinesa, em 2005 (BECARD, 2008; BARBOSA; TEPASSÊ; BIANCALANA, 2014). Mais recentemente, a empresa chinesa Lenovo continuou com o influxo de inversões no país, sendo possível identificar

---

<sup>168</sup> Ver (Becard, 2008).

<sup>169</sup> Sobre as características globais da Lenovo e o desempenho da Lenovo no Brasil ver Barbosa; Tepassê; Biancalana (2014).

tanto o aporte de capitais no estado do Amazonas, quanto no estado de São Paulo<sup>170</sup>.

Todavia, antes de avançarmos com nossas análises do influxo de investimentos chineses no país durante o período mais recente, cabe assinalar que embora os referenciais utilizados nesta pesquisa evidenciem que a presença dos investimentos externos diretos chineses no país nos remete ao período compreendido entre o final dos anos 1990 e a primeira metade dos anos 2000, conforme evidenciado pelo aporte de capitais realizados nos setores de transportes, telecomunicações e eletroeletrônicos elencados, convergimos com o entendimento de que o território brasileiro não figurava entre as áreas de interesse do capital síncico no mundo até, aproximadamente, o final da primeira década do século XXI<sup>171</sup>. Diante ao exposto, apesar de não desconsiderarmos os investimentos elencados, entendemos que seja assertivo avançarmos com a apresentação dos investimentos chineses realizados nos últimos anos no território brasileiro, não escapando à memória que tivemos como o principal horizonte em nossos procedimentos metodológicos a revisão das publicações do Conselho Empresarial Brasil-China a fim de apresentar como ocorreu a inserção do Brasil enquanto país receptor dos investimentos chineses nas primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, cumpre pontuar que compreendemos que, desde a implementação da política *Go Global*, a República Popular da China intensificava tanto a exportação de capitais em diferentes regiões do mundo, quanto o processo de internacionalização de empresas chinesas, entretanto, os investimentos externos diretos chineses no território brasileiro foram ampliados somente a partir da passagem pela primeira década do século XXI. Ademais, convergimos com as considerações apresentadas em uma das publicações realizadas pelo Conselho

---

<sup>170</sup> Acerca dos investimentos realizados mais recentemente pela Lenovo no Brasil podemos elencar o aporte de, aproximadamente, US\$ 150 milhões no estado do Amazonas, em 2012, assim como um outro aporte no estado de São Paulo cujas inversões estiveram relacionadas a “abertura de um centro de pesquisa e desenvolvimento no Parque Tecnológico da Unicamp, no Estado de São Paulo, com foco em inovação de soluções de software de empresas, tecnologia de servidores *high-end*, armazenamento de dados e tecnologias em nuvem. Além de gerar 100 postos de trabalho, o investimento conta também com a possibilidade de concessão de bolsas de estudo para equipes de pesquisa da universidade” (CEBC, 2014, p. 16).

<sup>171</sup> Ver Cebc (2011); Oliveira, H. (2012).

Empresarial Brasil-China, ao tornar possível o entendimento que a despeito daquelas inversões chinesas realizadas no país, o território brasileiro ainda representava uma fronteira a ser alcançada pelos interesses da economia chinesa, quando assinala que:

no período anterior a 2005, os investimentos chineses no Brasil não possuíam vulto significativo, consistindo em pequenos investimentos orientados pelo planejamento estratégico pontual das empresas chinesas. O Brasil representava, ainda, uma fronteira a ser alcançada pelos interesses daquela economia (CEBC, 2011, p. 20).

Apesar de ser uma área com valores pouco representativos na distribuição espacial dos investimentos chineses no mundo entre a década de 1990 e os anos 2000<sup>172</sup>, constituindo-se como uma fronteira a ser alcançada pelo processo de expansão dos investimentos chineses no mundo, essa condição começou a mudar à medida que os fluxos de investimentos entre os países passaram a compor uma nova fase no âmbito das relações econômicas sino-brasileiras. Com efeito, o Brasil assistiu aos sinais de ampliação do influxo de capitais provenientes do país asiático a partir da segunda metade da primeira década do século XXI.

A partir desse período, as inversões chinesas no território brasileiro passaram a ser constituídas por montantes que, gradativamente, se tornaram mais representativos. Portanto, diferentemente dos anos precedentes, quando as inversões chinesas no país apresentavam uma participação pouco expressiva<sup>173</sup>, a partir da segunda metade dos anos 2000 foi possível identificar sinais de um processo de ampliação do aporte de capital sínico no país através do influxo de, aproximadamente, US\$ 434 milhões em 2007, seguido pelo aporte de US\$ 20 milhões em 2008, assim como por mais US\$ 95 milhões em 2009. Com resultado, o influxo de capitais provenientes do país asiático compreendeu uma média de US\$ 183 milhões por ano, ao passo do montante dos investimentos chineses no país durante aquele triênio conformar um estoque de, aproximadamente, US\$ 549 milhões, resultando na realização de mais 5 novos projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro entre os anos 2007 e 2009.

---

<sup>172</sup> Ver Acioly; Pinto, Cintra (2011), Cebc (2011) e Oliveira, H. (2012).

<sup>173</sup> Ver Becard (2008); Alves (2014).

Não obstante, foi um ano após aquelas declarações que evidenciaram a pretensão do governo brasileiro em prosseguir com a cooperação bilateral junto ao país asiático e intensificar as relações econômicas sino-brasileiras do comércio aos investimentos que assistiu-se ao influxo de, aproximadamente, US\$ 13,1 bilhões sob a forma investimentos externos diretos chineses no país e a confirmação de mais 13 projetos de empresas chinesas no território brasileiro, projetando a República Popular da China como mais uma importante fonte de investimentos no Brasil, em 2010<sup>174</sup>. Com efeito, as limitações ao influxo de capitais chineses no território foram superadas diante do montante que passava a ser investido no país, ao passo do Conselho Empresarial Brasil-China assinalar que aquela condição de “fronteira foi finalmente superada em 2010, quando assistimos um expressivo aumento dos investimentos chineses no país, momento em que a China passou a incorporar as trocas com o Brasil às necessidades da sua economia” (CEBC, 2011, p. 20).

Para termos dimensão do que aquele aporte de capital sínico investido no país representou, cabe ressaltar que o influxo daquele montante de investimento no território brasileiro compreendeu mais de 23 vezes o volume de investimentos realizados entre os anos 2007 e 2009, assim como representou mais que o dobro do número de projetos realizados entre os anos 2007 e 2009, quando foram confirmados mais de uma dezena de projetos realizados por empresas chinesas no país, em 2010. Diante ao exposto, no intervalo compreendido entre os anos 2007 e 2018, o ano de 2010 pode, portanto, ser tomado como um ponto de inflexão para as nossas análises acerca do processo de recente inserção do território brasileiro entre as áreas receptoras de investimentos chineses.

Nesse sentido, compreendemos que o período que se estende até meados do ano 2010, se constituiu enquanto uma fase inicial do influxo de investimentos chineses no país. E, a partir desse período, entendemos que os investimentos chineses no território brasileiro deixaram de ser caracterizados por inversões modestas, de modo que o montante do aporte de capitais sínicos no país seguiu com cifras bilionárias, implicando um influxo médio de capital significativamente

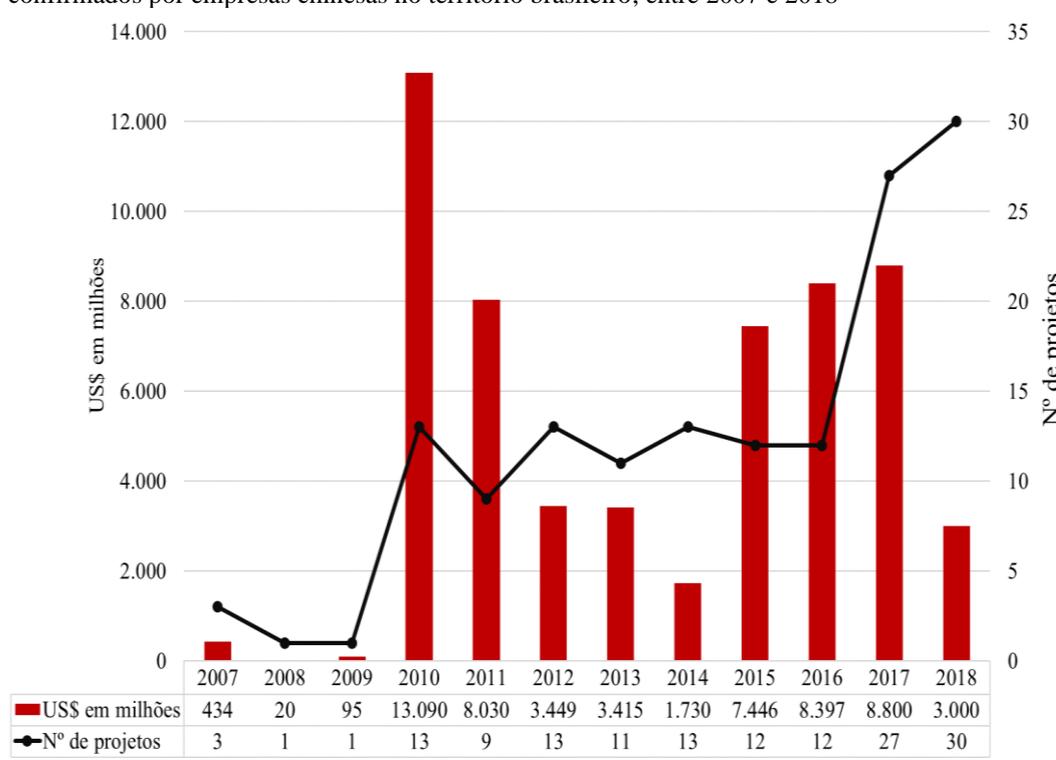
---

<sup>174</sup> Ver Cebc (2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019).

representativo que correspondeu, aproximadamente, US\$ 6,3 bilhões por ano entre 2010 e 2018.

Assim, apesar do período compreendido pelos anos 2007 e 2009 apresentar registros de investimentos chineses no país mais representativos que aqueles investimentos encontrados na literatura referenciada até o ano de 2007, consideramos que entre os anos 2010 e 2018 ocorreu um processo de expansão dos investimentos chineses no território brasileiro, sobretudo, pelo fato dessas inversões não terem sido inferiores ao período compreendido entre os anos 2007 e 2009. Portanto, se durante esses três anos, o montante de investimentos chineses no país foi de, aproximadamente, US\$ 549 milhões e resultou em 5 projetos de empresas chinesas, posteriormente, o influxo de investimentos chineses no território brasileiro conformou um montante de, aproximadamente, US\$ 57,3 bilhões, resultando em mais 140 projetos de empresas chinesas no país entre os anos 2010 e 2018 (Gráfico 51).

Gráfico 51 - Brasil: investimentos externos diretos chineses confirmados e número de projetos confirmados por empresas chinesas no território brasileiro, entre 2007 e 2018



Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2016; 2017; 2018; 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante ao exposto, cabe assinalar que após o estoque conformado por US\$ 549 milhões entre os anos 2007 e 2009, o influxo de investimentos chineses no país apresentou um expressivo salto para os US\$ 13,1 bilhões, em 2010. Todavia, posteriormente, o aporte de investimentos chineses no território brasileiro declinou de US\$ 8,0 bilhões, em 2011, para, aproximadamente, US\$ 1,7 bilhão em 2014, apresentando posteriormente uma recuperação, quando passou para US\$ 7,4 bilhões, em 2015, assim como quando alcançou US\$ 8,3 bilhões, em 2016, e, sobretudo, quando atingiu US\$ 8,8 bilhões, em 2017.

A despeito desse desempenho e do registro mais recente de recuo na entrada de investimentos chineses no país, quando o aporte de capitais síncos compreendeu, aproximadamente, US\$ 3,0 bilhões, em 2018, observa-se não somente que as inversões chinesas realizadas no território brasileiro durante esse período foram sempre superiores ao período compreendido entre os anos 2007 e 2009, mas nota-se que o aporte de investimentos chineses no território também foi maior dado influxo médio de, aproximadamente, US\$ 6,3 bilhões, bem como identifica-se que os 140 projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro entre 2010 e 2018, foram significativamente maiores quando comparados ao triênio que precedeu o ano de 2010.

Apesar das disparidades entre os dados encontrados pelo levantamento realizado nesta pesquisa, cujas fontes utilizadas o item referências não nos permite olvidar, compreende-se que entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 os investimentos chineses no país estiveram destinados aos setores de transportes, equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, sendo contemplados por essas inversões algumas atividades compreendidas pelos setores de comércio, fabricação de produtos de madeira e prestação de serviços. Ademais, é possível o entendimento que durante a fase inicial do recorte temporal considerado nesta pesquisa somaram-se as inversões de capitais síncos presentes no país a realização de investimentos relacionados aos setores de mineração e petróleo e gás, assim como inversões relacionadas aos projetos no setor de comercialização de *commodities* agrícolas.

Nesse sentido, as considerações traçadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China sobre os primeiros investimentos chineses não nos permitem olvidar que:

a primeira rodada de grandes investimentos se caracterizou pelo interesse estereotipado do capital chinês no mundo, direcionado à busca por matérias-primas, que apenas acentuou a visão, predominante no debate internacional, sobre o foco da atuação destas companhias no exterior (CEBC, 2013, p. 94).

Portanto, apesar do período compreendido entre os anos 2007 e 2009 ser marcado pelo influxo de, aproximadamente, US\$ 549 milhões e pela realização de 5 projetos por empresas chinesas no Brasil, assim como no ano de 2010, ter ocorrido o registro de um influxo de, aproximadamente, US\$ 13,1 bilhões em investimentos chineses, o que correspondeu um valor muito expressivo quando comparado àquelas inversões realizadas nos anos precedentes. A partir das considerações apresentadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, entende-se que os aportes de capitais constituídos sob a forma de investimentos chineses:

tinham como objetivo garantir o fornecimento de longo prazo de commodities e, também, implementar uma estratégia de busca de mercado no setor industrial com potencial para o estabelecimento de uma plataforma de exportação no Brasil orientada para a América Latina (CEBC, 2013, p. 17).

Entre as operações realizadas pelas empresas chinesas que marcam muito bem esse período, sobretudo, as operações e projetos relacionados à busca por recursos, há que se destacar o montante de US\$ 7,1 bilhões que a estatal chinesa China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) empregou na compra de 40% das operações da empresa espanhola Repsol no Brasil, em 2010. Acerca desse aporte de capital, cabe assinalar que a operação implicou a criação de uma das maiores empresas de energia da América Latina (ACIOLY; PINTO; CINTRA; 2011; CEBC, 2013). Para se ter dimensão da operação realizada pela Sinopec, o aporte de capital correspondeu a mais da metade dos investimentos realizados pelas empresas chinesas no território brasileiro, em 2010.

De acordo com as considerações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China compreende-se que:

essa aquisição está em plena sintonia com o volume de óleo bruto de petróleo brasileiro importado pela China e com o

processo global de internacionalização das empresas chinesas, que realizaram diversas compras de companhias ligadas à exploração de recursos naturais (CEBC, 2017, p. 7).

Ademais, somam-se aquele aporte de investimentos realizados pela Sinopec, o influxo de capitais realizados no território brasileiro pela China National Chemical Import and Export Corporate (Sinochem), cujas operações de fusão e aquisição compreenderam o setor de energia, abrangendo, aproximadamente, US\$ 3,0 bilhões em 2010. Além das inversões realizadas no setor de energia por essas grandes estatais petrolíferas chinesas, também foi possível identificar a presença de inversões de capitais sínicos relacionadas ao setor de mineração como, por exemplo, as atividades relacionadas à Wuhan Iron Steel Group cujas operações compreenderam, aproximadamente, US\$ 400 milhões e estiveram relacionadas à fusão e aquisição do Grupo MMX, em Minas Gerais. A esse influxo de capital, somam-se outro expressivo aporte no setor de mineração que compreendeu, aproximadamente, US\$ 390 milhões relacionados às operações de fusão e aquisição realizadas pela Hombridge Holding na compra do Projeto Salinas.

De acordo com as informações publicadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2011), as operações da Hombridge Holding nesse projeto estiveram relacionadas às atividades de exploração de minério de ferro e a construção de um mineroduto, assim como a construção de um porto em Ilhéus, na Bahia. Ademais, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, quanto à localização desses investimentos, compreende-se que suas operações abrangeram tanto o estado de Minas Gerais, quanto o estado da Bahia<sup>175</sup>.

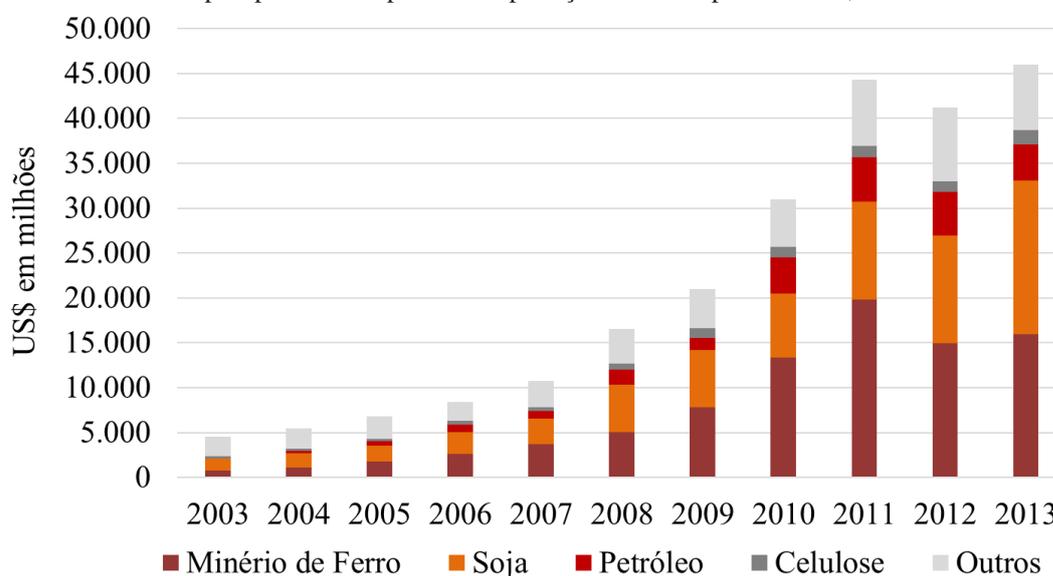
A compreensão dessas inversões relacionadas às atividades de exploração em recursos naturais que garantissem a trajetória de crescimento econômico do país asiático se torna compreensível, quando observa-se que, naquele contexto, intensifica-se a exportação de produtos primários à economia chinesa como o minério de ferro, a celulose, o petróleo e a soja, cuja participação era marcadamente expressiva na pauta de exportação à República Popular da China durante a primeira década do século XXI (Gráfico 52). Nesse sentido, a

---

<sup>175</sup> Ver Cebc (2011).

compreensão possível é que o país asiático não somente estabelece uma relação comercial com o Brasil importando os produtos aos quais apresenta uma expressiva demanda, como realiza a internacionalização de empresas cujas operações implicam uma territorialização cujo objetivo consiste em assegurar a manutenção da oferta desses suprimentos, sobretudo, à medida que ocorre um processo de ampliação das exportações de recursos como o minério de ferro, a soja, a celulose e o petróleo do Brasil, aquele país que exerceu liderança no processo de renascimento econômico da Ásia Oriental.

Gráfico 52 - Principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a China, entre 2003 e 2013



Fonte: Cebr, 2015a, p. 6 – Com base nos dados do MDIC. Gráfico elaborado pelo autor.

Portanto, além das inversões relacionadas aos setores de energia e mineração, há que se ressaltar os investimentos relacionados ao agronegócio, cujo aspecto que marcava as inversões chinesas no país começou a mudar à medida que as inversões relacionadas às operações no agronegócio passaram a ocorrer com o aumento da participação das empresas chinesas nesse setor. Entre os exemplos da territorialização do capital sínico no agronegócio, na passagem para a segunda década do século XXI, podemos elencar as operações realizadas pelas empresas chinesas Universal Timber, BBKA e a COFCO.

No que concerne aos investimentos chineses no agronegócio brasileiro, os procedimentos adotados nesta pesquisa permitiram identificar que as inversões chinesas confirmadas no setor remontam as operações realizadas pela Universal

Timber, em 2012<sup>176</sup>. De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, a Universal Timber é uma empresa que está ligada a um grupo de investidores chineses no setor de manejo de madeira, cujos anúncios de interesse em investir um montante de, aproximadamente, US\$ 20 milhões, contemplaram o estado do Acre. Para tanto, “a cidade de Sena Madureira foi escolhida para o início das atividades, enquanto também é construída uma estrutura na cidade de Feijó” (CEBC, 2014, p. 12).

Acerca da confirmação das inversões realizadas pela BBKA no território brasileiro, o Conselho Empresarial Brasil-China evidencia que suas operações abrangeram, aproximadamente, US\$ 320 milhões em investimentos no estado do Mato Grosso do Sul, em 2013. Nesse sentido, o referido conselho revela que:

a empresa chinesa de biotecnologia BBKA Group assinou carta de intenção com a Prefeitura de Maracaju para a implantação de uma unidade de processamento de milho, na cidade. O investimento, que chega a US\$ 320 milhões, será direcionado a uma fábrica com capacidade para processar um milhão e duzentas mil toneladas de grãos. As obras estão previstas, para 2014, e deverão gerar cerca de 400 empregos (CEBC, 2014, p. 14).

Ademais, outras operações cujos objetivos se inserem na estratégia chinesa de busca por recursos foram as operações realizadas pela COFCO. Nesse sentido, o Conselho Empresarial Brasil-China revela que os investimentos confirmados por essa empresa compreendem diferentes Unidades Federativas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país, estando relacionadas tanto as operações<sup>177</sup> junto às empresas Nidera e Noble Agri, assinalando que:

a COFCO, *trading* chinesa do setor agrícola e maior empresa do setor de alimentos da China, anunciou, em 2014, a compra de 51% da holandesa Nidera por um valor de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão.

O investimento alavancará a COFCO ao papel de *player* fundamental na indústria agrícola global, controlando desde a produção de sementes até importantes redes de comércio.

A Nidera tem uma forte plataforma de produção no Brasil, Argentina e Europa Central. No Brasil, a empresa é um dos

<sup>176</sup> Acerca de investimentos chineses anunciados no setor do agronegócio brasileiro que precederam a confirmação dos investimentos realizados pela Universal Timber, em 2012, ver Escher; Wilkison; Pereira (2018).

<sup>177</sup> Acerca de investimentos chineses confirmados pela COFCO e relacionados às operações junto à Nidera e a Noble Agri no agronegócio brasileiro ver Escher; Wilkison; Pereira (2018).

principais produtores de sementes de soja e milho, possuindo também terminais de grãos e armazéns nas principais regiões produtoras de soja, como Mato Grosso e Paraná.

Ainda em 2014, a COFCO anunciou um investimento no valor de US\$ 1,5 bilhão em parceria com a Noble Agri, *trading* do setor agrícola com sede em Hong Kong. Com essa ação, a COFCO possuirá 51% da Noble Agri, expandindo ainda mais sua participação no mercado internacional de grãos.

Em fevereiro de 2016, a COFCO anunciou a compra dos 49% restantes das ações da Noble Agri, por um valor estimado de US\$ 750 milhões. Desta forma, a empresa consolida sua capacidade para atuar globalmente ao longo de toda a cadeia produtiva agrícola.

Os ativos da Noble Agri no Brasil incluem centrais de processamento e armazenamento de sementes no Mato Grosso, plantas de processamento de açúcar e produção de etanol em São Paulo e terminais portuários na cidade de Santos.

Considerando que nos comunicados oficiais e na imprensa não há diferenciação entre os ativos adquiridos globalmente e os ativos adquiridos no Brasil, não foi possível estimar o valor destas transações correspondente aos investimentos da COFCO no Brasil entre 2014 e 2015 (CEBC, 2016, p. 22).

Em 2014, somaram-se às operações referenciadas no setor do agronegócio, os investimentos realizados pela empresa chinesa do ramo de defensivos agrícolas Tide Group, cujas operações estiveram relacionadas ao controle da empresa paranaense Prentiss Química. As operações de fusão e aquisição parcial realizadas pela Tide Group junto à Prentiss tiveram como objetivo tanto realizar a restauração da capacidade produtiva da Prentiss, quanto investir em pesquisa e desenvolvimento de grãos de agroquímicos. De acordo com Cebc (2016, p. 23), “com esse investimento, a empresa demonstra seu interesse no mercado brasileiro, sendo a fábrica da Prentiss, no município de Campo Largo (PR), a única unidade da companhia fora da China”.

Acerca da territorialização do capital sínico no agronegócio brasileiro, compreendemos como oportuno assinalar aqui que, mais recentemente, ocorreram as operações da Hunan Dakang Pasture Farming, em 2016. Com efeito,

a Hunan Dakang Pasture Farming, unidade do grupo chinês Shanghai Pengxin Group, investiu cerca de US\$ 200 milhões na aquisição de 57% das ações da *trading* e processadora de grãos brasileira Fiagril Ltda. O investimento tem como principal interesse a área de soja e milho e está localizado em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso (CEBC, 2017, p. 22).

Sobre a importância da territorialização desse capital, há que se compreender que a República Popular da China não somente se projetou como o maior mercado da soja brasileira, ampliando consideravelmente sua participação enquanto importador desse produto, como através dessas operações buscou assegurar o acesso estratégico às *commodities* que demanda. Todavia, além das inversões voltadas majoritariamente aos setores de recursos estratégicos cujo objetivo consistia em inserir o território brasileiro entre as áreas receptoras de inversões de capitais que assegurassem *commodities* ao crescimento econômico da República Popular da China, observa-se o direcionamento de capitais voltados ao mercado consumidor brasileiro através da entrada de empresas relacionadas às máquinas de construção como, por exemplo, a Sany Heavy Industry e a Xuzou Construction Machinery, assim como no setor automotivo através dos exemplos das montadoras Cherry e JAC no Brasil.

As operações realizadas pela Sany Heavy estiveram relacionadas à aplicação de US\$ 100.000 relacionadas à instalação de uma fábrica em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Enquanto as operações Xuzhou Construciton estiveram relacionadas às inversões de, aproximadamente, US\$ 12 milhões para a instalação de um centro de distribuição e uma montadora de equipamentos de máquinas pesadas no Complexo de Suape no estado de Pernambuco, em 2011 (CEBC, 2011).

No setor automotivo, foram realizados os influxos iniciais de capital que compreenderam, aproximadamente, US\$ 400 milhões e US\$ 200 milhões cujo resultado consistiu na instalação, respectivamente, das fábricas da Cherry, em Jacareí, e da JAC, em São José dos Campos, no estado de São Paulo. De acordo com Cebc (2012, p. 8) “estas montadoras ingressam no Brasil para competir no segmento de carros populares, modalidade que caracteriza a indústria montadora do Brasil”. Outrossim, é caso da empresa chinesa Shaanxi Automotible Group (SAG) cujos investimentos realizados no território brasileiro estiveram relacionados à busca do mercado consumidor do setor automotivo, de modo que o aporte de capital realizado pela empresa sob a forma de investimentos diretos compreendeu, aproximadamente, US\$ 500 milhões, que foram aplicados no

estado de Pernambuco, em 2012<sup>178</sup>. Ademais, somaram-se a essas inversões no setor automotivo, aquelas realizadas pela Shiyun Yunlihong Industrial and Trade cujas operações compreenderam inversões no valor de, aproximadamente, US\$ 90 milhões para a construção de uma fábrica de caminhões leves e médios em Camaquã, no Rio Grande do Sul, assim como os investimentos de, aproximadamente, US\$ 500 milhões realizados pela EFFA Motors no setor automotivo no estado do Amazonas, em 2012 (CEBC, 2014).

No curso das operações realizadas pelo capital chinês no Brasil, voltadas, sobretudo, à conquista do amplo mercado consumidor existente no país, há que pontuar a inserção dos montantes de capitais compreendidos pelas inversões da empresa State Grid. A State Grid<sup>179</sup> é a maior empresa de energia mundial cujo principal negócio consiste em construir e operar redes de energia (BARBOSA; MARINA; BIANCALANA, 2018). De acordo com o levantamento realizado a partir das publicações feitas pelo Conselho Empresarial Brasil-China em diferentes anos utilizados para a realização dessa pesquisa, foi possível identificar algumas operações por essa empresa cujo montante de investimentos, quando somados, conformaram, aproximadamente, US\$ 14,5 bilhões aplicados em diferentes projetos que até a realização desta investigação evidenciam a territorialização da State Grid nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro<sup>180</sup>.

Além da passagem do capital chinês em operações relacionadas a assegurar recursos estratégicos como foram, por exemplo, as operações realizadas por grandes estatais chinesas como a Sinopec e a Sinochem do setor de petróleo e gás pelas operações, assim como as operações da Wuhan Iron Steel e da Hombridge Holding no setor de mineração, as quais somam-se por, exemplo, as operações realizadas no setor do agronegócio empreendidas pela Universal Timber, BBKA, COFCO e a Tide Group; e após as inversões relacionadas à busca por mercados nos setores de máquinas de construção como as Sany Heavy Industry e

---

<sup>178</sup> Ver Cebc (2014).

<sup>179</sup> Acerca das características globais e da atuação da State Grid no Brasil ver Barbosa; Marina; Biancalana (2018). Ademais, ver Silveira (2018) e Vanderlei (2018).

<sup>180</sup> Ver Cebc (2013; 2014; 2016; 2017; 2019).

a Xuzou Construvtion Machinery, e àquelas operações no setor automotivo como, por exemplo, as operações da Cherry, da JAC, da Shaaxi Automotible Group (SAG) e da Shiyan Yunlihong Industrial and Trade entre os anos 2011-2012. Há que se destacar não somente a continuidade do processo de inversões chinesas nesses setores, mas evidenciar o processo de ampliação da diversificação das operações chinesas através realização de investimentos em outros setores produtivos.

Nesse sentido, cabe pontuar os investimentos de US\$ 350 milhões no setor de energia solar realizados pela Astroenergy no estado do Ceará. Assim como as primeiras inversões no setor bancário que foram possíveis de serem identificadas a partir dos procedimentos metodológicos utilizados através do aporte de US\$ 100 milhões empreendidos pela Industrial & Commercial Bank of China (ICBC), bem como as inversões realizadas pela Zoomlion de, aproximadamente, US\$ 20 milhões no setor de equipamento e maquinário. Somando-se a estes recursos o aporte realizado pela China Telecom no setor de telecomunicações de, aproximadamente, US\$ 1 milhão, ambos realizados no estado de São Paulo durante o ano de 2012. Ademais, neste ano ainda foi possível registrar os US\$ 15 milhões investidos pela Ciao Hub no setor de eletrônicos, no Espírito Santo, sendo estes somados aos investimentos no setor eletrônico compreendidos pelos US\$ 180 milhões realizados pela Lenovo e que foram distribuídos naquele mesmo ano em São Paulo (US\$ 30 milhões) e no Amazonas (US\$ 150 milhões)<sup>181</sup>.

A partir da análise do Boletim de Investimentos Chineses no Brasil, publicado pelo Conselho Empresarial Brasil-China para os anos de 2012 e 2013, observa-se que quando excetuamos os setores de energia elétrica e energia solar, dado fato desses setores terem sido contemplados por inversões em 2012, mas não no ano de 2013, nota-se a manutenção do interesse do capital sínico no mercado consumidor brasileiro, sobretudo, pela manutenção das inversões nos setores automotivo, equipamentos eletrônicos e bancário, somando-se a esses capitais a manutenção de inversões nos setores do agronegócio – conforme mencionado – e de energia (petróleo e gás), que correspondeu à cerca de US\$ 1,5 bilhão, compreendendo as operações realizadas pela China National Petroleum

---

<sup>181</sup> Ver Cebc (2014).

Corporation (CNPC) e pela China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), em 2013. Dadas limitações da pesquisa e, sobretudo, não perdendo à memória os objetivos desse trabalho, nos cabe apenas elencar que os investimentos no setor automotivo foram realizados pelas empresas Shacman, Sinotruck, Foton Aumark, respectivamente, nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, enquanto a Shinery investiu em Pernambuco, e as empresas Foton Motors e JAC realizaram seus investimentos na Bahia.

Ademais, naquele ano também ocorreram novas inversões no setor de equipamento e maquinário quando as empresas Foton Lovol Bramax, e Shandon Lingong Construction Machinery investiram, respectivamente, mais de US\$ 20 milhões nos estados de Goiás e São Paulo. No setor bancário, ocorreu a inversão de, aproximadamente, US\$ 810 milhões pelo China Construction Bank Corporation (CCB), quando o banco chinês:

adquiriu, em novembro de 2013, o equivalente a 73,96% do capital total do BicBanco, por US\$ 810 milhões, o que marca o início das operações diretas do banco chinês, no Brasil. O esperado é que haja um período de 6 a 12 meses até aquisição das ações, por parte da instituição chinesa, que indicou a continuidade do perfil comercial do banco, com foco no segmento de empresas de médio porte (CEBC, 2014, p. 16).

Em 2014, assistiu-se à continuidade do ingresso de operações no setor de energia e automotivo através das operações realizadas, respectivamente, pela State Grid e pela China Tree Gorges, assim como pela empresa BYD e China Automotive System com investimentos no setor automotivo. Ademais, somaram-se à essas inversões tanto as operações realizadas pela Huawei e pela ZTT no setor de eletrônicos; quanto o aumento do aporte de capitais que diversificou a territorialização das empresas chinesas no país através de operações relacionadas aos setores do agronegócio, informática e financeiro que foram realizadas, respectivamente, pelas empresas COFCO, Baidu e Haitong<sup>182</sup>.

Não obstante, cabe assinalar que apesar desses investimentos relacionados ao setor financeiro serem mais recentes, a territorialização do capital sínico no setor bancário no Brasil nos remete ao ano de 2013, quando ocorre a diversificação dos investimentos chineses no país, à medida que os:

---

<sup>182</sup> Ver Cebc (2016).

bancos chineses se estabeleceram no País ou adquiriram participação acionária em bancos brasileiros ou internacionais já em operação no Brasil. Tais operações buscavam dar suporte à gradativa internacionalização do yuan, além de respaldar o comércio e os investimentos bilaterais. Um exemplo desse tipo de movimentação é a entrada no Brasil do *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) por meio de um investimento inicial de US\$ 100 milhões (CEBC, 2017 p. 8).

Ademais, de acordo com Cebc (2014), entre os objetivos desse banco chinês estão o financiamento das exportações bilaterais e a realização de suporte às áreas de infraestrutura e manufatura. A territorialização das empresas chinesas no setor financeiro continuou nos anos subsequentes, podendo ser elencado aqui tanto o caso da Haitong no estado de São Paulo, em 2014, quanto às operações da China Communications Construction Company realizadas através da assinatura de uma parceira estratégica cujos valores não informados contemplaram operações junto ao Banco Modal enquanto a empresa de destino, sendo o Rio de Janeiro a Unidade Federativa desse aporte de capital, em 2015 (CEBC, 2016).

Há que se pôr em tela as operações do Bank of Communications (BoCom) que investiu, aproximadamente, US\$ 157,1 milhões, assinando um contrato de compra e venda de ações, através do qual a instituição chinesa adquiriu 80% das ações de emissão do banco brasileiro BBM, em maio de 2015 (CEBC, 2016). Outrossim, é o caso da Fouson Group cujas operações no setor financeiro compreenderam cerca de US\$ 140 milhões através da compra da Torre Sucupira, um edifício de escritórios na cidade de São Paulo<sup>183</sup>, sendo oportuno assinalar que “a compra do edifício ocorre após outras aquisições do grupo chinês no país como a Rio Bravo Investimentos e a Guide Investimentos” (CEBC, 2018, p. 27).

Na passagem para o ano 2015, a despeito da continuidade de investimentos no setor automotivo através das inversões de, aproximadamente, US\$ 56,8 milhões realizadas pela Zotye, que adquiriu a fábrica da empresa brasileira TAC, assim como dos investimentos que compreenderam, aproximadamente, US\$ 8,6 milhões relacionados à implantação de uma fábrica de veículos em Goianésia, no estado de Goiás, tal como revela Cebc (2016). Ademais, não há como deixar de

---

<sup>183</sup> Ver Cebc (2017).

destacar os expressivos investimentos realizados no setor de energia pela China Tree Gorges cujos investimentos no país avançaram entre os anos 2014 e 2018.

A China Tree Gorges foi uma das empresas chinesas que realizou inversões no setor de energia brasileiro quando se associou a EDP e a Furnas para a construção da Hidrelétrica de São Manoel, assim como quando adquiriu, aproximadamente, 50% dos projetos de construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio do Jari e de Cachoeira Caldeirão, em 2014 (CEBC, 2016). De acordo com as informações disponíveis nas publicações do Conselho Empresarial Brasil-China, os investimentos realizados pela empresa chinesa nessas operações compreenderam, aproximadamente, US\$ 561,5 milhões, abrangendo a territorialização daquela empresa nos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas. Entretanto, posteriormente, novas inversões foram realizadas pela China Tree Gorges, quando o aporte realizado pela empresa alcançou, aproximadamente, mais US\$ 4,5 bilhões sob a forma de investimentos no setor de energia em projetos nos estados de Goiás, Santa Catarina e São Paulo, em 2015<sup>184</sup>.

Mais recentemente, as operações da empresa chinesa no país progrediram através da fusão e aquisição relacionada aos contratos para adquirir os ativos da Duke Energy no Brasil, em 2016. Acerca dessas operações o Conselho Empresarial Brasil-China, revela que:

a China Three Gorges Corporation (CTG), por meio da CTG International, da CTG Brasil e de outras subsidiárias, concluiu em dezembro de 2016 a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil. Com a transação, de US\$ 1,2 bilhão, a CTG Brasil ampliou sua capacidade instalada para 8,27 GW sob sua gestão e em participações.

Os ativos incluem oito usinas hidrelétricas com capacidade total instalada de 2.242 MW, localizadas no Rio Paranapanema, e duas pequenas centrais hidrelétricas com capacidade total instalada de 32 MW, situadas no Rio Sapucaí-Mirim, no estado de São Paulo (CEBC, 2017, p. 23).

Em 2018, a China Tree Gorges (CTG) realizou novas inversões no território brasileiro no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que somaram, aproximadamente, US\$ 398 milhões sob a forma de investimentos que compreenderam quatro projetos cuja distribuição abrangeu

---

<sup>184</sup> Ver Cebc (2016). Ademais, sobre a atuação da China Tree Gorges no setor elétrico brasileiro ver Silveira (2018).

diferentes estados brasileiros. Acerca desse aporte de capitais no território brasileiro, o Conselho Empresarial Brasil-China evidencia que:

De acordo com informações repassadas diretamente pela China Three Gorges Brasil ao CEBC, a gigante chinesa investiu, em 2018, R\$ 398 milhões no país, por meio de quatro projetos. Foram investidos R\$ 345 milhões pela empresa Rio Paraná, incluindo R\$ 300 milhões referentes ao projeto de modernização das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, que tem como objetivo renovar e promover atualização tecnológica nas 34 unidades geradoras das Usinas. O investimento cobre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Outro investimento no valor de R\$ 45 milhões foi realizado pela empresa Rio Parapanema, que cobre o estado de São Paulo.

Além disso, outros dois projetos também foram confirmados pela CTG através das empresas Rio Verde e Rio Canoas, cujas transações foram de R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, respectivamente, nos estados de Goiás e Santa Catarina (CEBC, 2019, p. 33-34).

Ademais, compreende-se como oportuno assinalar que, no curso dos últimos anos, além da continuidade das inversões nos setores elencados, assistiu-se à realização de novos investimentos no setor de aviação, informática e de mineração. Acerca da inversão de capital sínico no setor da aviação, podemos elencar, a partir das considerações traçadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, que esses investimentos compreenderam a atividade realizada pelo HNA Group, cuja operação compreendeu:

[...] um acordo para a compra de 23,7% de participação na companhia brasileira Azul Linhas Aéreas, por meio de um investimento de R\$ 1,7 bilhão. A transação dá direito aos chineses a um assento no conselho de administração. De acordo com o comunicado da Azul, o investimento trará importantes benefícios para a companhia, tais como: fortalecimento do caixa; continuidade do plano de renovação de frota; melhoria de produtos e serviços; além de amortização de dívidas (CEBC, 2016, p. 27).

No setor de informática, não olvidamos que entre os anos 2014-2015 ocorreram os investimentos da Qihoo 360<sup>185</sup>, assim como as operações do grupo chinês Baidu. De acordo com o Cebc (2016, p. 25), o Baidu é o “segundo maior

<sup>185</sup> Naquele contexto o influxo de investimentos realizados pela Qihoo compreendeu, aproximadamente, US\$ 21 milhões. Todavia, como o aporte desse capital foi realizado no território fluminense, optamos por traçar considerações acerca dessa operação no capítulo seguinte.

serviço global de buscas na internet, iniciou operações no Brasil com a abertura de um escritório na cidade de São Paulo com investimento de R\$ 20 milhões”. Além dessa operação, outros investimentos realizados pela companhia chinesa estiveram relacionados à aquisição do controle da empresa de comércio eletrônico Peixe Urbano (CEBC, 2016).

No que diz respeito às mais recentes operações no setor de mineração por capitais chineses no território brasileiro, podemos elencar as operações de fusão e aquisição realizadas pela China Molybdenum (Cmoc) junto ao Grupo Anglo American que vendeu à empresa chinesa seus negócios de nióbio e fosfatos por, aproximadamente, US\$ 1,7 bilhão, em 2016. Acerca dessa operação o Conselho Empresarial Brasil-China revela que:

o Grupo Anglo American fechou acordo com a Cmoc International, braço internacional da China Molybdenum (Cmoc) e vendeu seus negócios de Nióbio e Fosfatos para a chinesa por um valor total de US\$ 1,7 bilhão, sendo US\$ 1,5 bilhão o montante acordado para a aquisição e outros US\$ 187 milhões referentes a ajustes necessários para completar a negociação. Os negócios de Nióbio e Fosfatos estão localizados nos estados de Goiás e São Paulo e incluem minas, depósitos minerais, complexos químicos, plantas de processamento e escritórios de Vendas e Marketing no Reino Unido e Singapura (CEBC, 2017, p. 25).

Ademais, naquele ano, o processo de diversificação das atividades compreendidas pelo influxo do capital sínico no território brasileiro pôde ser identificado através dos registros de inversões realizadas por empresas chinesas no setor de eletrodomésticos como, por exemplo, os investimentos empreendidos pela Midea e pela TCL Multimedia/SEMP, em 2016. Em 2016, outro setor que recebeu expressivos investimentos de empresas chinesas foi o de infraestrutura, com destaque, sobretudo, para as operações que somaram, aproximadamente, US\$ 215 milhões, realizadas pela empresa China Communications Construction Company (CCCC) tanto no estado do Maranhão, quanto no estado do Rio de Janeiro, em 2016<sup>186</sup>.

Nos últimos anos, a diversificação dos investimentos chineses no território brasileiro se manteve, sendo possível identificar tanto a continuidade das

---

<sup>186</sup> Ver Cebc (2017).

inversões em atividades dos setores do agronegócio, financeiro, energia e energia elétrica, assim como investimentos em pesquisa e desenvolvimento através das operações de diferentes empresas chinesas. Alguns dos exemplos compreendem as operações realizadas pelas empresas Citic Agri Fund e Hunan Dakang International Food Agriculture no setor do agronegócio, a atuação de empresas chinesas do setor de energia como a CNOOC e a CNODC em leilões do pré-sal, assim como a continuidade dos investimentos realizados pela China Tree Gorges e pela State Grid no setor de energia elétrica e os investimentos da Hauwei em pesquisa e desenvolvimento, em 2017<sup>187</sup>.

Em 2018, o número de projetos foi o mais elevado e, seguindo a diversificação dos investimentos chineses no país, ocorreram inversões no setor de tecnologia da informação através das operações da Didi Chuxing que adquiriu o controle da empresa 99, assim como através da Tencent cujas operações estiveram relacionadas aos investimentos na fintech de cartões de crédito Nubank (CEBC, 2019). Entre os projetos realizados naquele ano, ocorreram investimentos no setor de agricultura, pecuária e serviços relacionados como, por exemplo, os investimentos realizados pela fabricante chinesa Pingle. A Pingle é uma empresa chinesa que atua com liderança no fornecimento de máquinas para moinhos de trigo no país asiático e “confirmou investimento em um escritório técnico e comercial e na construção de um armazém para estoque de peças para moinhos em Ponta Grossa, Paraná” (CEBC, 2019, p. 29).

Ademais, somaram-se a essas atividades, os investimentos relacionados ao comércio varejista realizados pela Aihuishou e Midea. A Aihuishou é uma empresa que “atua através de um portal onde os usuários podem trocar seus telefones por vouchers, que podem ser usados em lojas de eletrônicos para comprar um novo aparelho” (CEBC, 2019, p. 30), suas inversões estiveram relacionadas ao aporte de capital em um portal de venda de eletrônicos usados denominado de Trocafone. A Midea é uma companhia chinesa cujas inversões no comércio varejista brasileiro compreenderam o lançamento de uma plataforma de comércio eletrônico para realizar a venda de produtos da linha residencial direto ao consumidor final (CEBC, 2019).

---

<sup>187</sup> Ver Cebc (2018; 2019).

No setor de fabricação de máquinas, equipamentos e materiais elétricos, ocorreram os investimentos da Sanxing Eletric. Os investimentos dessa empresa estiveram relacionados ao acordo para adquirir a empresa brasileira Nansen (CEBC, 2019). De acordo com uma das publicações do Conselho Empresarial Brasil-China, compreende-se que:

a Sanxing integra o Grupo AUX, conglomerado empresarial que está entre as 500 maiores empresas chinesas. Segundo nota da Nansen, a aproximação entre as duas empresas se iniciou em 2015, quando a Sanxing adquiriu 51% da brasileira. Desde então, os chineses investiram cerca de R\$ 30 milhões na ampliação e revitalização da fábrica de medidores localizada em Contagem, Minas Gerais (CEBC, 2019, p. 32).

Pelo que foi exposto, compreendemos ter evidenciado algumas das operações realizadas pelo influxo de investimentos externos diretos chineses durante os últimos anos resultantes dos projetos confirmados no país, bem como ter alcançado alguns de nossos objetivos e questionamentos, à medida que após realizarmos a identificação do montante conformado pelos investimentos chineses no território brasileiro, analisamos o processo de inserção do território brasileiro enquanto uma área receptora dos investimentos chineses nas primeiras décadas do século XXI.

A fim de evidenciar alguns projetos relacionados às considerações que foram traçadas, sistematizamos informações que foram apresentados relacionadas aos projetos realizados por empresas chinesas em diferentes setores na Tabela 6. Com efeito, pode-se observar o processo de diversificação da territorialização do capital síncico à medida que não somente compreendemos o processo de ampliação do aporte de investimentos chineses no território brasileiro, mas identificamos operações que compreenderam tanto projetos relacionados aos setores de energia (petróleo e gás), mineração e agronegócio, quanto relacionados aos setores de energia elétrica, energia solar e infraestrutura. Assim como aqueles projetos resultantes de inversões relacionadas aos setores automotivo, máquinas de construção, eletrônicos, bancário, informática, tecnologia da informação, aviação e financeiro durante as primeiras décadas do século XXI.

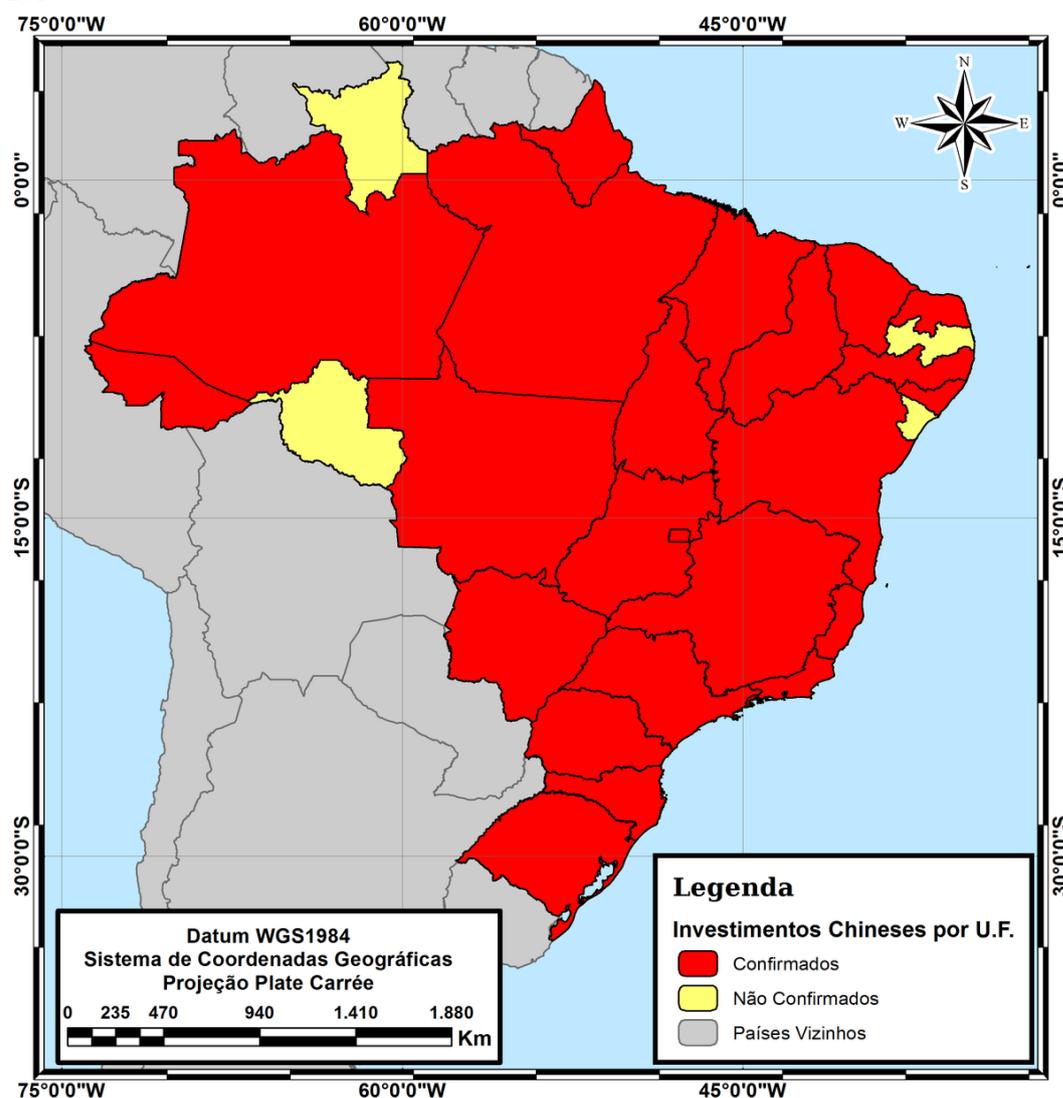
Tabela 6 - Investimentos chineses confirmados no território brasileiro: projetos selecionados entre os anos 2010 e 2018

<b>Empresa de Origem</b>	<b>Setor</b>	<b>Unidades Federativas</b>	<b>(US\$ em milhares)</b>
Sinpoec	Energia (petróleo e gás)	RJ	7.109.000
Sinochem	Energia (petróleo e gás)		3.070.000
Wuhan Iron Sttel Group	Mineração	MG	400.000
Honbridge Holdings	Mineração	BA e MG	390.000
Universal Timber	Agronegócio/Madeira	AC	20.000
BBCA	Agronegócio	MS	320.000
COFCO	Agronegócio	RS, PR, MT, SC, SP, MG, GO, BA e DF	1.200.000
COFCO	Agronegócio	BA, MT, MG, SP, e PR	1.200.000
Hunan Dakang Pasture Farming	Agronegócio	MT	200.000
Shaanxi Automotible Group	Automotivo	PE	500.000
Sany Heavy Industry	Máquinas de Construção	SP	100.000
Xuzhou Construction Machinery Group	Máquinas de Construção	PE	12.000
Cherry	Automotivo	SP	400.000
JAC	Automotivo	SP	200.000
Shaanxi Automobile Group	Automotivo	PE	500.000
Shiyan Yunlihong Industrial and Trade	Automotivo	RS	90.000
EFFA Motors	Automotivo	AM	500.000
State Grid	Energia elétrica	SP, MT, PA, TO, GO e MG	14.500.000
CNPC e CNOOC	Energia (petróleo e gás)	RJ	1.500.00
China Construction Bank Corporation	Bancário	SP	810.000
BYD	Automotivo	SP	85.106
China Automotive Systems	Automotivo	SP	3.000
State Grid	Energia	SP, MT, PA, TO, GO e MG	14.000.000
China Tree Gorges	Energia	MT, PA, AP, GO, SC e SP	5.990.308
ZTT	Eletrônicos	AL	8.511
Baidu	Informática	SP	8.511
BoCom	Financeiro	BA	157.000
Fouson Group	Financeiro	SP	140.000
China Molybdenum (Cmoc)	Mineração	GO e SP	1.700.000
Midea	Eletrodomésticos	SP e RS	4.300
TCL Multimedia/SEMP	Eletrodomésticos	AM	60.000
China Communications Construction Company	Infraestrutura	MA e RJ	215.000
Pinge	Agronegócio	PR	3.600

Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2016; 2017; 2018; 2019. Tabela elaborada pelo autor.

A fim de tornar mais evidente a espacialização do capital sínico no Brasil, é possível perceber, a partir da análise do Mapa 5, que a presença dos investimentos chineses através dos projetos confirmados por Unidades Federativas realiza um processo de territorialização daqueles investimentos por diferentes estados do país. Assim, a despeito dos estados de Roraima e Rondônia, na região Norte, bem como da Paraíba e do Sergipe, na região Nordeste, a presença dos investimentos chineses no território se imprime pelas demais 23 Unidades Federativas que integram a configuração do território brasileiro.

Mapa 5 - Unidades Federativas receptoras de investimentos chineses confirmados entre 2007-2018



Fonte: Cebc, 2018, p. 9; 2019, p. 17. Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

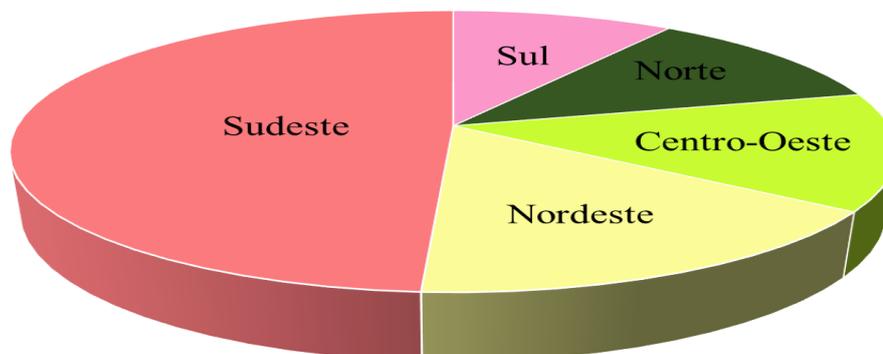
Entendemos como oportuno reiterar que, durante o período avaliado nesta pesquisa, foi possível apresentar o processo de inserção do Brasil enquanto um país receptor dos investimentos chineses quando colocamos em tela que o valor do aporte de investimentos chineses confirmados no território brasileiro compreendeu, aproximadamente, US\$ 58 bilhões, evidenciando que esse montante contribuiu para a realização de 145 projetos por diferentes empresas chinesas entre os anos 2007 e 2018. Ademais, a partir das considerações traçadas, consideramos que tornou-se possível compreender que após o direcionamento de inversões voltadas à busca de recursos marcadas, sobretudo, pelas expressivas inversões nos setores petróleo e gás, assim como nos setores de mineração e agronegócio, ocorreu um processo de diversificação do influxo dos investimentos chineses no território brasileiro durante a passagem pelos anos compreendidos pela segunda década do século XXI.

Assim, somaram-se àquelas inversões tanto o influxo de capitais nos setores automotivo e de máquinas de construção, ao passo que, posteriormente, se somaram às referidas inversões, a continuidade do aporte de capitais síncicos no território brasileiro, contribuindo para a composição de um montante de investimentos em atividades compreendidas pelos setores de energia elétrica, energia solar, eletrônico e bancário. Há que se compreender ainda que, no curso do processo de ingresso dos investimentos chineses no território brasileiro, as inversões relacionadas aos setores de energia, agronegócio e automotivo foram mantidas em anos posteriores àqueles que foram elencados inicialmente. E, gradativamente, foram somando-se a essas atividades outros investimentos relacionados aos setores de equipamento e maquinários, informática, aviação, infraestrutura, financeiro e tecnologia da informação.

No que concerne à distribuição espacial dos investimentos chineses confirmados no território brasileiro, foi possível identificar, a partir da sistematização dos dados e das informações disponíveis nas publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, que a maior parcela dos projetos realizados pelas empresas chinesas no país está concentrada na região Sudeste. Com efeito, a região Sudeste compreende pouco mais da metade dos projetos confirmados pelos investimentos chineses realizados no território

brasileiro, sendo esta região seguida pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul (Gráfico 53).

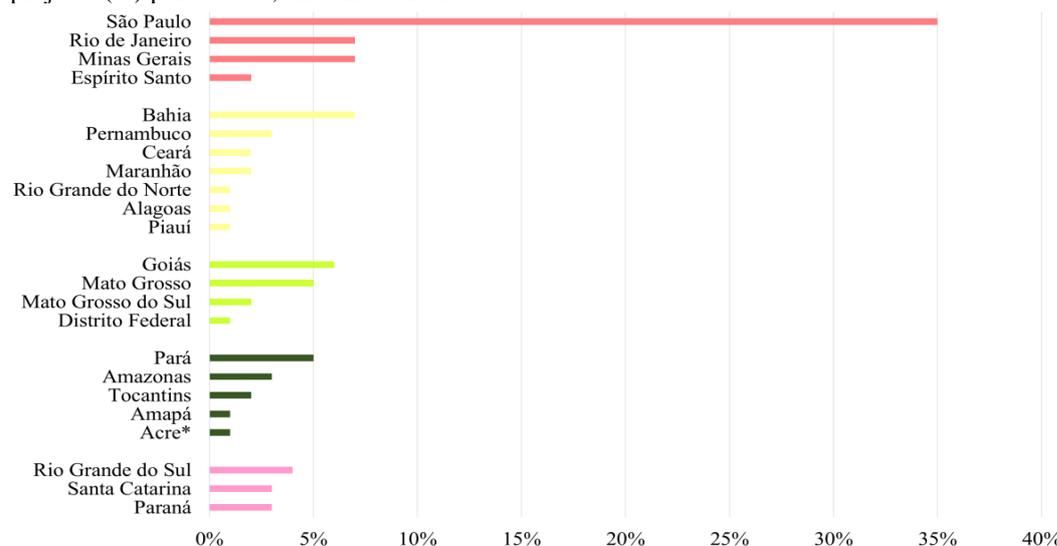
Gráfico 53 - Distribuição geográfica dos investimentos chineses confirmados no Brasil, número de projetos (%) por regiões, entre 2007-2018



Fonte: Cebc, 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

A partir da análise do Gráfico 54, identifica-se a territorialização do capital sínico nas diferentes Unidades Federativas do Brasil. Com efeito, os dados disponibilizados pelo Cebc (2019) nos permite observar que a região Sudeste apresentou a maior concentração dos projetos confirmados no território brasileiro e seguindo a primazia na atração dos projetos realizados por empresas chinesas no Sudeste viriam, respectivamente, as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Norte e Sul.

Gráfico 54 - Distribuição geográfica dos investimentos chineses confirmados no Brasil, número de projetos (%) por estados, entre 2007-2018

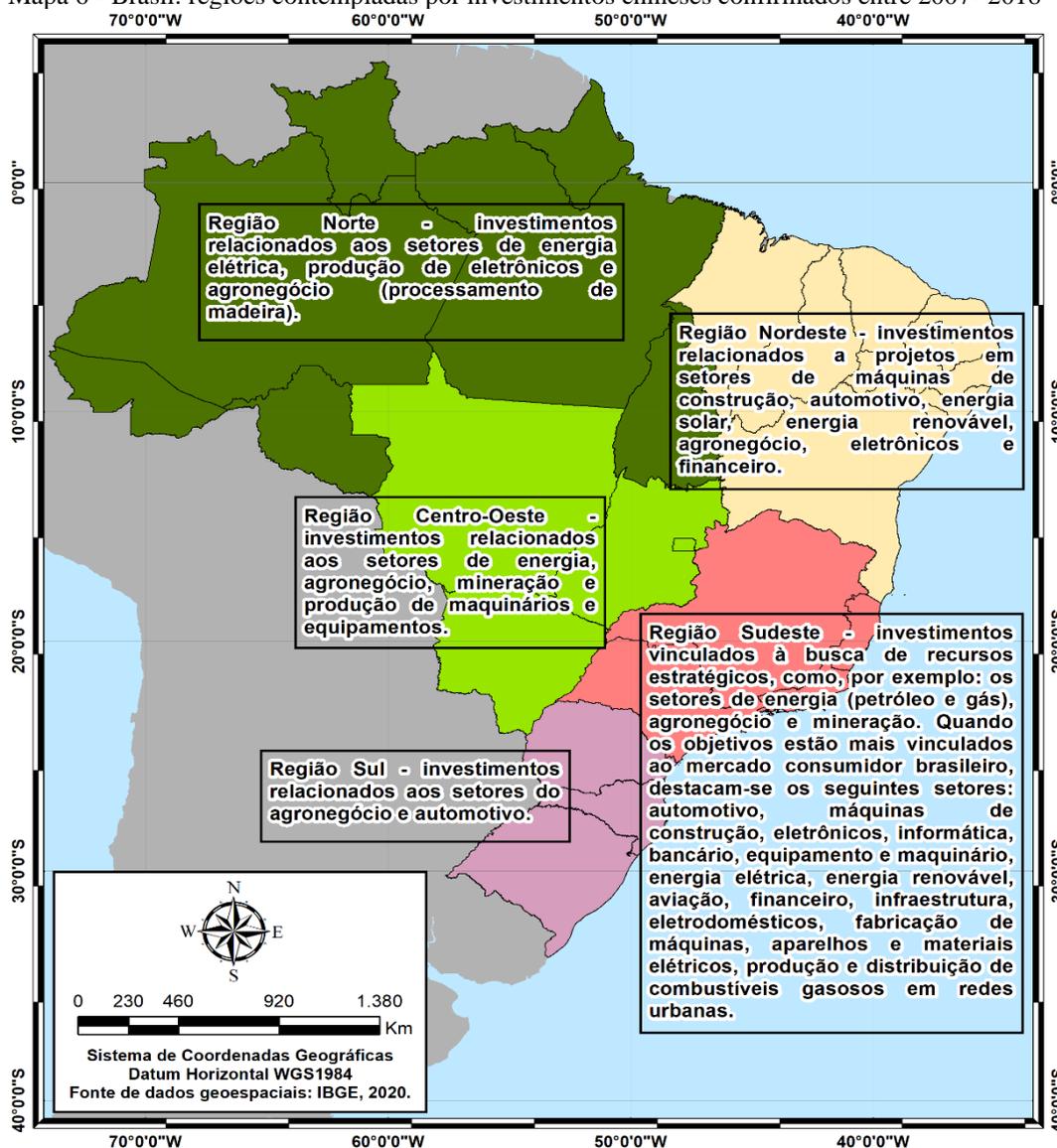


Fonte: Cebc, 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

\* A inserção do Acre neste gráfico deve-se, sobretudo, a compreensão da confirmação dos investimentos realizados neste estado pela Universal Timber. Para tanto, realizamos uma aproximação das informações para 1% a fim de viabilizar a identificação daquele influxo de capital na referida Unidade Federativa.

Apesar de sua menor expressividade na atração dos projetos realizados pelos investimentos chineses, os três estados da região Sul do país foram contemplados por projetos e pelas inversões chinesas no território brasileiro entre os anos 2007 e 2018. A partir do levantamento realizado junto às publicações do Conselho Empresarial Brasil-China e da sistematização das informações obtidas nesses trabalhos, foi possível compreender que, na região Sul, os projetos resultantes dos investimentos chineses estão relacionados aos setores do agronegócio e automotivo (Mapa 6).

Mapa 6 - Brasil: regiões contempladas por investimentos chineses confirmados entre 2007- 2018



Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Mapa elaborado a partir dos dados espaciais do IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Ademais, compreende-se que a presença dos investimentos chineses na região Norte contemplou, sobretudo, o estado do Pará, entretanto, somam-se àquele estado, a presença de projetos realizados por investimentos chineses nos estados do Amazonas, Tocantins, Amapá e Acre entre os anos 2007 e 2018. Todavia, identifica-se, a partir da sistematização dos dados acerca das inversões chinesas no país, que os projetos resultantes de investimentos chineses não contemplaram somente os estados de Rondônia e Roraima. Durante aquele período, os investimentos chineses na região Norte estiveram relacionados aos setores de energia elétrica e a produção de eletrônicos, assim como as atividades relacionadas ao agronegócio (processamento de madeira), conforme exposto no Mapa 6.

Além disso, é possível identificar que todas as Unidades Federativas da região Centro-Oeste foram contempladas pelas inversões chinesas no território. Na região Centro Oeste, os projetos realizados pelos investimentos chineses estiveram relacionados mais especificamente aos setores de energia e agronegócio, sendo possível também identificar a presença de investimentos em setores como a mineração e a produção de maquinários e equipamentos, tal como foi evidenciado no Mapa 6.

Na região Nordeste, foi possível compreender que os investimentos não estão presentes apenas em duas das nove Unidades Federativas. Assim, com exceção da Paraíba e do Sergipe, os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Piauí foram os maiores receptores de investimentos chineses do Nordeste. Entre os anos 2007 e 2018, os investimentos realizados na região Nordeste estiveram relacionados a projetos nos setores de máquinas de construção, automotivo, energia solar, energia renovável, agronegócio, eletrônicos e financeiro, como foi salientado no Mapa 6.

A região Sudeste se destacou como a área do território que apresenta maior concentração dos investimentos chineses no território brasileiro. Nesta região, o estado de São Paulo exerceu primazia na atração do número de projetos realizados por empresas chinesas, absorvendo a maior parte dos projetos compreendidos pelo montante de investimentos chineses realizados no Brasil. Ademais, cabe assinalar que, assim como o estado de Minas Gerais, o estado do Rio de Janeiro se destacou

pela segunda posição na atração dos projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro. Por conseguinte, o estado do Espírito Santo se mostrou como o estado que recebeu o menor número de projetos realizados pelos investimentos chineses na região Sudeste entre 2007 e 2018, conforme evidenciado no Gráfico 54.

Durante esse recorte temporal, os investimentos chineses na região Sudeste estiveram relacionados a diferentes setores compreendendo tanto as atividades dos setores vinculados à busca de recursos pela economia chinesa como, por exemplo, os setores de energia (petróleo e gás), agronegócio e mineração, quanto as diferentes atividades cujos objetivos estiveram vinculados à busca pelo mercado consumidor brasileiro como, por exemplo, os investimentos relacionados aos setores automotivo, máquinas de construção, eletrônicos, informática, bancário, equipamento e maquinário, energia elétrica, energia renovável, aviação, financeiro, infraestrutura e eletrodomésticos. Somando-se aos referidos setores, os projetos relacionados à fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, assim como os projetos relacionados à produção, distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas, tal como evidenciamos no Mapa 6.

Há que se destacar que, seguindo a primazia ocupada pelo estado de São Paulo, assim como o estado de Minas Gerais, a partir da análise dos dados publicados pelo Cebc (2019), pode-se compreender que o estado do Rio de Janeiro respondeu por cerca de 7% dos projetos realizados a partir do influxo de investimentos chineses no país entre os anos 2007 e 2018. Com efeito, o território fluminense se destacou pela segunda posição na atração dos projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro.

Diante ao exposto, emergem algumas problematizações para serem alcançadas nas seções que conformam o capítulo subsequente, de modo que, estando o território fluminense inserido entre as Unidades Federativas receptoras dos investimentos chineses, almejamos tanto apresentar o aporte de investimentos externos diretos chineses confirmados no território fluminense, assim como alcançar alguns dos questionamentos que orientaram a realização da pesquisa a fim de compreender quais os setores foram contemplados pelos investimentos chineses no território fluminense e como ocorreu a territorialização dos

investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense. Todavia, antes de respondermos algumas das problematizações que foram elencadas nesta investigação, entendemos como necessário resgatar tanto o processo de perda de participação econômica do território fluminense na composição econômica nacional, quanto compreender as linhas gerais do processo de reestruturação econômica do território fluminense, a fim de alcançarmos, de modo mais assertivo, uma compreensão acerca da inserção do território fluminense entre as áreas de fornecimento de recursos estratégicos à República Popular da China e analisar a territorialização dos investimentos chineses nesse processo durante o recorte temporal compreendido pelos anos 2010 e 2018.

## 4

### **A territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense**

O território sobre o qual vivemos hoje já não é o mesmo nestes tempos de globalização e de novos arranjos espaciais, pois os investidores e o Estado trabalham diuturnamente para ajustar os usos do território aos interesses do capital.

Floriano J. G. de Oliveira, 2019

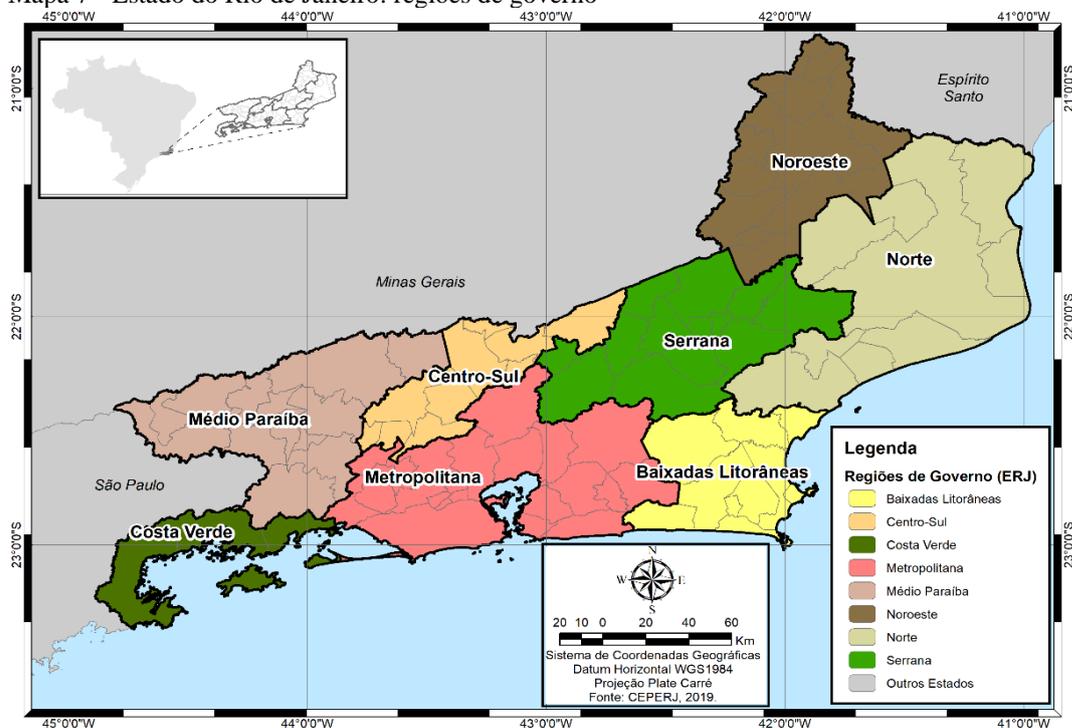
Apesar da expressiva concentração portuária, comercial, industrial, financeira e político-administrativa, o recorte espacial que atualmente compreende o território fluminense se caracterizou pela trajetória de diminuição de sua participação na economia nacional durante o século XX, mantendo essa trajetória durante as duas primeiras décadas do século XXI. A despeito desse desempenho, o território fluminense assistiu um conjunto de transformações que contribuíram para o seu processo de reestruturação econômica, à medida que a trajetória de crescimento do seu produto interno bruto foi marcadamente capitaneada pela indústria extrativa, assim como pela ampliação da participação do interior fluminense na composição econômica do estado, em detrimento da diminuição da concentração da Região Metropolitana. É sob essa perspectiva analítica que, no presente capítulo, evidenciamos não apenas a trajetória elencada, mas o processo de reestruturação econômica do território fluminense, os desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense e a territorialização dos investimentos chineses no curso desse processo. Neste sentido, a primeira seção resgata, de modo pontual, os aspectos relacionados à inserção econômica fluminense e apresenta a sua trajetória de perdas entre as décadas de 1930 e 1990. Na segunda seção, evidenciamos as características gerais do processo de reestruturação econômica do território fluminense. Ademais, na terceira seção, nossas inclinações se voltam aos desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense. Em seguida, a quarta seção põe em tela a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

#### 4.1.

### O território fluminense e a sua trajetória de perdas entre as décadas de 1930 e 1990

O recorte espacial ao qual compreendemos como território fluminense abrange a configuração resultante da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro ocorrida no início do último quarto de décadas do século XX. A mudança jurídico-político-administrativa decorrente daquela fusão implicou uma configuração ao território fluminense cujas delimitações foram estabelecidas nas porções oriental e meridional junto ao Atlântico Sul, enquanto as suas divisas foram conformadas junto aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Assim, com cerca de 43,7 mil km<sup>2</sup> e uma malha municipal constituída por 92 municípios que conformam as suas 8 regiões de governo (Mapa 7), o estado do Rio de Janeiro se destaca tanto pela posição de segunda maior economia estadual, quanto pela contribuição de 10% na composição do PIB nacional, assim como pelo seu processo de reestruturação econômica e pela atração de projetos que territorializam o aporte de investimentos nacionais e estrangeiros no país.

Mapa 7 - Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>>. Acesso em: 10 jun. 2020. Mapa elaborado a partir da base de dados espaciais da Fundação CEPERJ.

Embora apresente uma significativa participação na economia brasileira e uma expressiva capacidade de atração dos projetos que territorializam tanto os investimentos nacionais, quanto o aporte de capitais estrangeiros como, por exemplo, o montante conformado por, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses no estado entre os anos 2010 e 2018, esse desempenho econômico fluminense ocorre paralelo à continuidade de uma trajetória de redução da sua participação relativa no PIB brasileiro. Ademais, não podemos olvidar que toda a complexidade resultante desses processos ocorre diante de um conjunto de transformações que contribuíram para a reestruturação econômica à medida que a trajetória de crescimento do seu produto interno bruto foi capitaneada pela indústria extrativa, assim como pela ampliação da participação das regiões que conformam o interior do estado, dada diminuição da concentração da Região Metropolitana.

Diante ao exposto, compreendemos como assertiva a realização de um exercício metodológico que nos permita realizar um resgate não exaustivo, porém, necessário e que acreditamos ser capaz de evidenciar que a trajetória marcada por perdas no território fluminense se insere em uma conjuntura econômica mais abrangente que consistiu no deslocamento espacial do epicentro econômico e político nacional à medida que o recorte espacial compreendido pelo referido território diminuía sua participação na composição da economia brasileira. Todavia, pontuamos que não está entre os objetivos dessa seção recuperar a densidade histórica que compreende o processo de ocupação e organização da estrutura econômica fluminense até o século XX<sup>188</sup>.

Não obstante, entendemos que antes de ingressarmos nas considerações que versam sobre a trajetória de perdas e a reestruturação econômica do território, bem como antes de compreender os desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no território fluminense e alcançarmos as análises acerca da territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense, faz-se necessária uma contextualização que não somente viabilize uma articulação com as observações que constituíram os

---

<sup>188</sup> Ver Amador (1997), Lessa (2001), Ribeiro (2002; 2017; 2018), Silva (2004), Marafon et al. (2005; 2011), Osório (2005), Enders (2008), Fridman (2010) e Pinheiro (2010).

capítulos precedentes, mas permita uma compreensão da formação da centralidade política e econômica no território fluminense. De modo que, em seguida, possamos avançar na discussão acerca da trajetória de perda dessas centralidades, assim como sobre o processo de diminuição da participação relativa do território fluminense na economia nacional durante o recorte temporal contemplado pelo período que se estende entre o final dos anos 1930 e a primeira metade da década de 1990.

Entendemos que a realização desse resgate se faz necessária, sobretudo, para compreendermos que a despeito da continuidade daquele processo até as primeiras décadas deste século, o território fluminense assiste um conjunto de transformações marcadas tanto pela ampliação da participação da atividade industrial na sua composição econômica, quanto por um processo de reestruturação econômica resultante do aumento da contribuição do recorte espacial que conforma o interior fluminense na composição do seu produto interno bruto entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, o referencial teórico utilizado na condução de nossas reflexões abrange um conjunto de publicações realizadas por diferentes professores-pesquisadores que possuem o território fluminense como objeto de estudo em suas agendas investigativas, ao passo que, através das considerações desses autores, foi possível tanto compreender a dinâmica que conformou a estruturação econômica fluminense, quanto nos inclinarmos em tecer considerações sobre as principais características que compreendemos como o processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 1995 e 2017.

Destarte, pontuamos que não olvidamos as considerações basilares propostas por Marafon et al. (2005; 2011), quando evidenciam que um traço marcante da colonização brasileira foi servir à manutenção do pacto colonial, sendo possível compreender que, no curso desse processo, o território fluminense apresentou uma estruturação econômica relacionada à especialização da produção destinada ao mercado externo<sup>189</sup>. Assim, enquanto um espaço de exploração

---

<sup>189</sup> Ver Leopoldi (1986), Melo; Considera (1986), Amador (1997), Melo (2001) e Silva (2004), Oliveira (2008).

econômica compreendido pelo setor marinho<sup>190</sup>, o Rio de Janeiro foi uma das áreas cujo processo de ocupação esteve relacionado tanto à função de defesa, dada sua importância geopolítica de cofre-forte militar-naval<sup>191</sup>, quanto às funções de exportação, dada sua inserção primário exportadora<sup>192</sup>.

Todavia, após a decadência da economia escravista açucareira e a superação das áreas de criação de gado no “sertão fluminense”, assistiu-se ao estabelecimento da mineração como uma atividade que não somente promoveu a articulação entre as áreas de garimpo e o espaço portuário, mas que conformou um eixo logístico entre aquele setor e os núcleos interioranos que constituíam o setor das minas, implicando, sobretudo, uma inserção mais significativa do território fluminense na estrutura econômica colonial. No curso desse processo, somou-se aos sentidos de exportar e defender, a importância conferida pela função política quando houve a transferência da capital do Vice-Reinado para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763<sup>193</sup> (MELO, 2001; RIBEIRO, 2002; SANTOS, 2003; SILVA, 2004; MARAFON et al.; 2005; 2011; BECKER; EGLER, 2006; ENDERS, 2008).

A despeito dos novos arranjos econômicos resultantes do declínio do setor das minas<sup>194</sup> e da expansão da economia cafeeira, àquela centralidade política se

---

<sup>190</sup> De acordo com os geógrafos brasileiros Bertha Becker e Claudio Egler (2006), o processo de incorporação do território brasileiro na economia-mundo foi marcado pela divisão social e territorial do trabalho em três grandes setores, sendo eles a marinha, o sertão e as minas. Nesse sentido, os referidos autores assinalam que: “a *marinha*, que correspondia às terras próximas ao litoral e domínio da grande lavoura escravista; o *sertão*, o vasto *hinterland* complementar à economia litorânea, onde a pecuária extensiva constituía a principal atividade econômica e, desde cedo, relações de trabalho não escravistas foram dominantes; e as *minas*, que representaram um denso povoamento de porções determinadas do interior e ativaram fluxos comerciais importantes tanto com a marinha, como com o sertão” (BECKER; EGLER, 2006, p. 91 – *grifos dos autores*).

<sup>191</sup> Ver Lessa (2001).

<sup>192</sup> Ver Ver Amador (1997), Lessa (2001), Ribeiro (2002; 2017; 2018), Silva (2004), Marafon et al. (2005; 2011), Enders (2008), Oliveira (2008), Fridman (2010) e Pinheiro (2010).

<sup>193</sup> Essa mudança transformou a referida cidade em sede do Governo Geral, somando à sua centralidade econômica uma centralidade política resultante do deslocamento definitivo do epicentro administrativo da Colônia de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, a cidade do Rio de Janeiro passava a sediar a administração portuguesa no Brasil, o que se constituiu como um dos principais marcos entre os diversos estatutos jurídicos pelos quais passou território fluminense (LESSA, 2000; BECKER; EGLER, 2006; MARAFON et al., 2005; 2011; PINHEIRO 2010).

<sup>194</sup> Ver Becker; Egler (2006).

acentuou tanto em decorrência da internalização da Corte Portuguesa no Brasil<sup>195</sup>, quanto após a consolidação da sua trajetória de importância na política nacional, dada elevação da cidade do Rio de Janeiro à condição de capital do Império<sup>196</sup>. A manutenção da trajetória daquela centralidade política ocorre quando a cidade do Rio de Janeiro foi alçada à condição de município neutro da corte não somente se desvinculando da província fluminense<sup>197</sup>, como se consagrando na singularidade de cidade/capital do Brasil, em 1834<sup>198</sup> (MELO, 2001; RIBEIRO, 2002; SILVA, 2004; MARAFON et al., 2005; 2011; OLIVEIRA, 2008).

Apesar dessa separação não se limitar ao período imperial, mantendo-se durante as sete primeiras décadas do período republicano e após a transferência do Distrito Federal para Brasília, em decorrência da separação entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; há que se pontuar aqui que, a singularidade decorrente do exercício da capitalidade e das várias transformações no estatuto político-jurídico-administrativo fluminense se encerrou com a institucionalização do atual estado do Rio de Janeiro, em 1975 (MARAFON et al., 2005; 2011; OSÓRIO, 2005; OLIVEIRA, 2008; SILVA; AZEVEDO, 2020).

A despeito desses acontecimentos culminarem na conformação de uma das mais recentes Unidades Federativas do Brasil, o recorte espacial que atualmente

---

<sup>195</sup> Ver Ricupero (2017).

<sup>196</sup> Após a passagem da Família Real por Salvador, a Corte Portuguesa se estabeleceu na cidade Rio de Janeiro, em 8 de março de 1808. Como resultado, somou-se ao desafio provocado pelo repentino crescimento demográfico e a transformação da cidade para acomodar a Coroa Portuguesa, mais uma mudança no estatuto jurídico da cidade do Rio de Janeiro dada a sua passagem à condição de capital-sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815 (AMADOR, 1997; SILVA, 2004; ENDERS, 2008; PINHEIRO, 2010; MARAFON et al., 2011).

<sup>197</sup> Em decorrência da Proclamação da República a antiga província fluminense mudou seu estatuto jurídico para estado do Rio de Janeiro, enquanto o antigo município neutro passou à condição de Distrito Federal, sendo estes estatutos jurídicos mantidos até a transferência da capital para Brasília, em 1960 (MARAFON et al., 2005; 2011).

<sup>198</sup> Naquele contexto histórico o território do atual estado do Rio de Janeiro passava a conformar a província fluminense, enquanto a cidade do Rio de Janeiro ascendeu à capital sede daquele Reino Unido. No entanto, após uma década da Independência do Brasil (1822), a cidade do Rio de Janeiro se desvinculou da província fluminense e, em 1834, passou por mais uma mudança em seu estatuto jurídico dada a mudança para a condição de Município Neutro ou da Corte, sendo assim consagrada como cidade-capital do Brasil e a única unidade político-administrativa, institucionalmente, diferenciada das demais províncias, tendo como uma implicação imediata dessa mudança, a elevação de Niterói à condição de nova capital da província fluminense, em 1835 (PINHEIRO, 2010; MARAFON et al., 2005; 2011).

conforma o território fluminense não assistia apenas a perda da centralidade política com a transferência do Distrito Federal para o Planalto Central e, também, por conseguinte, o fim do exercício da capitalidade por quase duzentos anos. Assim, embora a transferência do Distrito Federal se constituísse enquanto um ponto expressivo da perda da capitalidade, a consolidação de Brasília como metrópole política pode ser considerada um fenômeno sintetizador diante de um processo econômico mais abrangente que consistia, sobretudo, na trajetória de diminuição da participação fluminense na composição econômica brasileira desde a passagem pelo segundo quarto de décadas do século XX (SILVA, 2004; 2012).

Assim, apesar daquela centralidade exercida pelo espaço fluminense, está atrelada a sua proeminência econômica resultante do acúmulo das funções comercial, portuária, militar, política, industrial, financeira<sup>199</sup> e de administração pública, toda a primazia econômica que havia sido adquirida foi perdida tanto com o encerramento do exercício secular da capitalidade diante da consolidação de Brasília como a metrópole política, quanto diante do intenso desenvolvimento econômico e industrial no estado de São Paulo. Por conseguinte, assistiu-se à afirmação da cidade de São Paulo como a metrópole econômica e a consolidação dessa cidade como o epicentro da economia nacional durante a passagem pela segunda metade do século XX (SANTOS, 2003; SILVA, 2004; SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Diante ao exposto, torna-se possível compreender que, à medida que ocorreu o processo de industrialização nacional e a realização do projeto nacional desenvolvimentista, assistiu-se a ruptura daquele padrão de acumulação primário exportador diante da conversão do país para um padrão de acumulação capitalista urbano industrial, ao qual fala Silva (2019). No entanto, quando observamos mais especificamente os rebatimentos dessas mudanças no padrão de acumulação do país sobre o território fluminense, o que somos capazes de identificar é que à medida que as referidas transformações marcavam o território brasileiro, uma

---

<sup>199</sup> Ao traçar suas considerações acerca do núcleo metropolitano Floriano J. G. de Oliveira não somente revela os impulsos ao processo de industrialização e a importância portuária da Cidade do Rio de Janeiro, como assinala que “a Capital Federal era também o principal centro financeiro, onde se localizavam os bancos estrangeiros e a única Bolsa de Valores do país” (OLIVEIRA, 2008, p. 69).

trajetória de significativas perdas era assistida pelo recorte espacial atualmente compreendido pelo território fluminense, sendo evidenciada tanto pela perda daquela centralidade política, quanto pelo processo de perda da centralidade econômica que, diferentemente do aspecto pontual que marcou a perda da capitalidade se desdobrou, sobretudo, ao longo de um processo que implicou na trajetória de diminuição da participação fluminense na composição econômica nacional.

Portanto, assim como a transferência da capital para Brasília acarretou a perda da centralidade política fluminense para aquela nova Unidade Federativa, o aprofundamento da concentração produtiva em São Paulo implicou a perda da centralidade econômica fluminense à medida que o Rio de Janeiro fazia um caminho inverso na participação da produção industrial, tal como revelam Melo (2001), Oliveira (2008) e Silva (2004; 2012), o que levou a cidade de São Paulo a se consolidar como a “locomotiva” da economia brasileira, para utilizarmos a expressão proposta por Santos (2003). Com efeito, o recorte espacial que atualmente é compreendido pelo território fluminense não somente assistiu a perda daquela capitalidade histórica e, por conseguinte, quinze anos depois a fusão que resultou na sua atual configuração, mas apresentou uma trajetória de progressiva perda da centralidade econômica, dado ingresso em uma situação oposta à qual ocorreu o seu processo de inserção na industrialização nacional, atravessando assim uma longa trajetória de participação involutiva na composição econômica nacional durante o século XX<sup>200</sup>.

Ao voltar sua atenção, mais especificamente, para as linhas gerais do desenvolvimento econômico fluminense, Robson D. Silva nos auxilia a compreender que, durante os três últimos quartos de décadas do século XX, São Paulo expandia sua participação na produção industrial nacional, diversificando sua estrutura produtiva e internalizando alguns setores tecnologicamente de ponta, ao passo que a economia fluminense – que até 1975 compreendeu duas Unidades Federativas – apresentou uma trajetória de redução de participação relativa na economia nacional. Na perspectiva oferecida pelo autor mencionado, o caminho das perdas relativas resultou, sobretudo, em termos estatísticos:

---

<sup>200</sup> Ver Silva (2004; 2012) e Oliveira (2008).

[...] do descompasso entre as taxas de expansão fluminense (mais baixas) frente às nacionais (mais altas) e não de um cenário de reduções reais/absolutas setorialmente generalizadas, embora essas tenham sido observadas em alguns ramos dos três setores econômicos (SILVA, 2012, p. 33).

Para o autor referenciado, ao qual tomamos como um dos marcos teóricos para compreender as linhas gerais do desenvolvimento capitalista fluminense entre os anos 1930-1980, esse período foi caracterizado por um processo de crescimento e modernização com perda de importância relativa, sobretudo, em decorrência do Rio de Janeiro vivenciar um amplo processo de expansão e modernização de sua estrutura urbano-produtiva, entretanto, apresentando uma trajetória diferente da média alcançada por grande parte das economias estaduais do país. De acordo com Silva (2012), esse desempenho resultou num longo processo de perdas de participação regional na renda nacional, de modo que entre 1939 e 1980, apesar de ter apresentado crescimento médio de 6%, contra os 7,2% alcançados pelo conjunto do país, a participação da economia fluminense no PIB brasileiro caiu de, aproximadamente, 21%, em 1939, para 13%, em 1980<sup>201</sup>. Assim, “se fosse possível sintetizar, em uma frase, o desenvolvimento capitalista fluminense entre 1930-1980, a que melhor sintetizaria esse processo seria, muito possivelmente, crescimento e modernização com perda de importância relativa” (SILVA, 2012, p. 41).

Com efeito, a passagem pela década de 1980 foi marcada tanto pelo fim do regime militar, quanto pelo encerramento de um padrão de desenvolvimento orientado pelo projeto estatal de modernização e desenvolvimento. Naquele contexto, o cenário macroeconômico nacional atravessava um período de significativa instabilidade, de modo que à redução da trajetória de crescimento econômico e à crise da dívida, somaram-se desafios como a redução da renda nacional, a elevação do desemprego, a instabilidade monetária e o

<sup>201</sup> Ademais, não olvidamos dos apontamentos realizados por Robson D. Silva quando assinala que as perdas fluminenses resultam, sobretudo, da combinação da acelerada expansão industrial no território nacional e das perdas reais de alguns ramos da economia estadual. Com efeito, a partir da perspectiva oferecida por Robson D. Silva, há que se considerar que “[...] o processo de integração do mercado nacional incorporou novos espaços à dinâmica capitalista brasileira, o que por si só já ajudaria em desconcentração (estatística) da renda. O Rio de Janeiro, como espaço pioneiro de vários setores, não conseguiu acompanhar o crescimento relativo dos novos espaços, perdendo participação relativa no total nacional” (SILVA, 2012, p. 52).

recrudescimento inflacionário. Diante desses desafios, assistiu-se a adoção de medidas de ajuste fiscal, a implementação do processo de privatização e da política de liberalização comercial, conformando um conjunto de procedimentos que buscava retirar o país daquela conjuntura de instabilidade através da implementação de um outro projeto de desenvolvimento que implicou não somente o encerramento das gestões militares, mas a transição para o período das gestões neoliberais a partir da última década do século XX.

No que concerne ao desempenho econômico fluminense durante aquele período, há que se compreender que quando o padrão de expansão da economia brasileira estruturado no endividamento externo foi rompido, o território fluminense, quase que imediatamente, revelou que sua capacidade expansiva havia sido atingida. Com efeito, se ao longo das décadas anteriores o território fluminense havia apresentado um desenvolvimento econômico sem dinamismo, por conseguinte, a economia fluminense teve seu desempenho bastante comprometido durante os anos 1980 (MELO, 2001).

Todavia, compreendemos que esse aspecto não se constituía como uma surpresa, tão pouco como uma novidade, mas se revelava como a continuidade de uma trajetória de perdas de participação na composição econômica do país que, ao se estender por muitos anos, alcançava a passagem pela década de 1980 (SILVA, 2004). Assim, ao longo dos anos 1980, a economia fluminense não foi marcada apenas por aquela trajetória de perda, como somou-se àquela conjuntura de redução da sua participação na economia nacional a ascensão mineira à condição de segunda posição no *ranking* nacional das economias estaduais. Ademais, a relativa desconcentração regional da economia brasileira e/ou a reorganização produtiva do território brasileiro aos quais falam, respectivamente, Santos (2003) e Santos; Silveira (2008) se constituíram enquanto processos que beneficiaram não somente a economia mineira como outras Unidades Federativas, em detrimento do agravamento do processo de perda da participação fluminense na composição econômica nacional que estava em curso desde a passagem pela década de 1930.

Diante ao exposto, convergimos com Silva (2004) quando assinala que o fim do milagre econômico brasileiro e a crise da dívida não somente desnudaram

as fragilidades da economia nacional, como afetaram significativamente a economia fluminense. Acerca do desempenho econômico fluminense durante aquela conjuntura, Robson D. Silva assinala, que naquela década:

[...] em meio ao desajuste vivenciado pela economia brasileira, a economia fluminense continuou sua trajetória de redução de participação na produção nacional, tendo seu produto interno crescido somente 2,65% (acumulados) e sua participação no PIB brasileiro declinado para 12,3% (SILVA, 2012, p. 58).

Há que se destacar que, a despeito dos impactos das políticas de industrialização e de modernização do território resultantes dos projetos geopolíticos<sup>202</sup> desenvolvimentistas realizados pelas diferentes gestões intervencionistas, cujos objetivos consistiam na implantação de atividades industriais<sup>203</sup> e de fixos cujos traçados rodoviários, compreenderam os trechos das BR's 040, 101<sup>204</sup> e 116, evidenciando a tentativa de realizar a integração do território fluminense. Assim como, a implantação de um projeto em busca da autonomia tecnológica cuja abrangência contemplou as regiões da Costa Verde e do Médio Paraíba<sup>205</sup>, não nos escapando à recordação dos investimentos produtivos realizados pelo governo federal no território durante a década de 1980<sup>206</sup>, pode-se compreender que os esforços elencados em promover a modernização do território fluminense não foram suficientes para impedir aquele

---

<sup>202</sup> Ver Silva (2019).

<sup>203</sup> Entre as atividades instaladas no território fluminense que contribuíram para o seu processo de industrialização, assim como para a conformação de uma estrutura industrial fundamentada nas indústrias de base e de bens intermediários durante o período das perdas relativas podemos destacar, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, 1941), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, 1942), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA, 1943), a Fábrica Nacional de Motores (FNM, 1948), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras, 1953), a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc, 1961), a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE, 1954), a Furnas Centrais Elétricas (1957), a Rede Ferroviária Nacional (Refer, 1958), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras, 1961), a Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CBRM, 1968), a *holding* Telecomunicações Brasileiras S.A (Telebras) e a Empresas Nucleares Brasileiras S.A (Nuclebrás, 1974) (SILVA, 2012, p. 46).

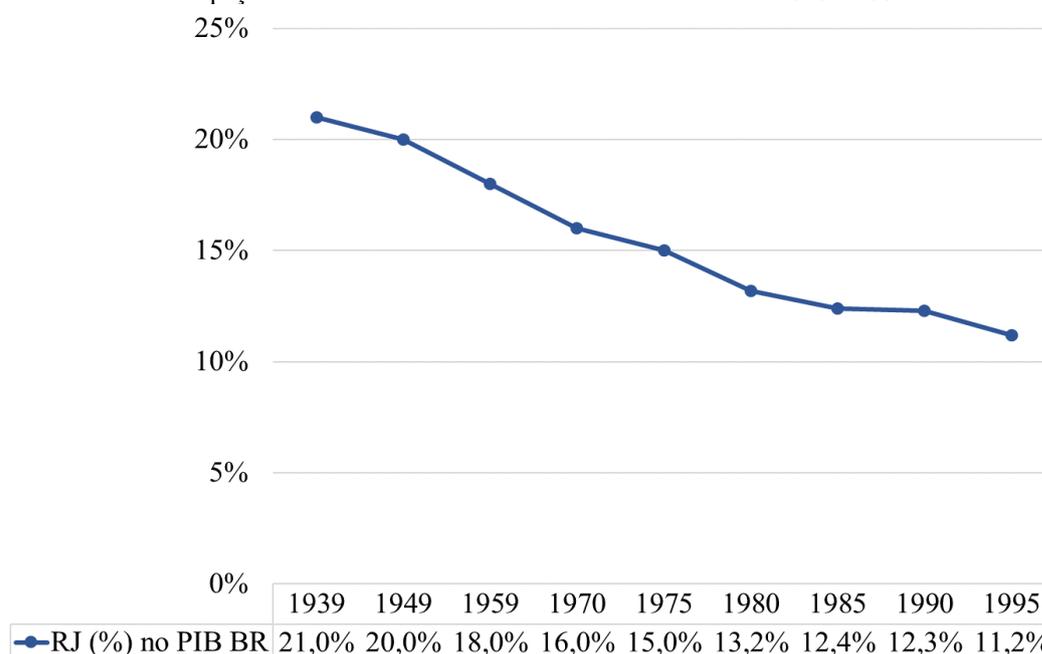
<sup>204</sup> De acordo com Oliveira (2008), a construção da BR-101 – trechos Norte e Sul – se constituíram em novos eixos viários que dotaram o território de infraestrutura. No caso da BR 101, a ampliação de sua importância no território fluminense se relaciona com a construção da Ponte Rio-Niterói, em 1974, momentos antes da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, decidida pelo governo federal, sem consulta popular.

<sup>205</sup> Ver Santos (2003), Becker; Egler (2006), Marafon et al. (2005; 2011) e Silva (2019).

<sup>206</sup> Ver Oliveira (2008).

desempenho econômico involutivo e, por conseguinte, não foram capazes de restringir a trajetória de redução da participação fluminense na composição do PIB nacional entre o final dos anos 1930 e a década de 1980, sobretudo, quando identificamos que a trajetória de redução na participação fluminense na composição do PIB nacional foi mantida na passagem pela primeira metade da década que marca o encerramento do século XX (Gráfico 55).

Gráfico 55 - Participação do território fluminense no PIB nacional entre 1939 e 1995



Fonte: Santos, 2003; Silva, 2012; Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2020. Gráfico elaborado pelo autor. \*Ao utilizarmos a abreviação RJ estamos fazendo menção ao recorte espacial atualmente compreendido pelo território fluminense para o período compreendido entre os anos 1939 e 1975, recorte temporal no qual perdurava a separação entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Portanto, à medida que aquela trajetória de declínio da participação fluminense na economia nacional continuou, assistiu-se como implicação a permanência do processo de recuo da contribuição do território fluminense no PIB brasileiro de 21% em 1939, para pouco mais de 13% no início dos anos 1980. Em decorrência de uma longa trajetória de perdas agravadas, sobretudo, por aquela crise que marcou a economia brasileira durante a década de 1980, o recuo da participação fluminense na composição econômica brasileira se manteve nas últimas décadas do século XX, haja vista a diminuição da contribuição fluminense no PIB brasileiro de 13% em 1980, para cerca de 12,4%, em 1985, bem como a

manutenção da trajetória de declínio quando reduziu sua participação de pouco mais de 12,3% em 1990 para, aproximadamente, 11,2% em 1995.

A despeito dos problemas macroeconômicos oriundos da década anterior como, por exemplo, o desafio inflacionário e a necessidade de recuperar a expansão do PIB, a economia brasileira assistia a estabilidade monetária, a liberalização comercial e a intensificação da abertura econômica do território ao influxo de investimentos externos durante a década de 1990. Acerca desse contexto, cabe se destacar que, como “o estado do Rio de Janeiro não foi capaz de alterar sua trajetória de perdas de participação na produção nacional em meio ao desajuste da economia nacional nos anos 1980” (SILVA, 2004, p. 105), o agravamento daquela trajetória e, por conseguinte, uma forte crise econômica implicou a retração da participação fluminense na composição econômica nacional durante a passagem pela primeira metade da década de 1990, acarretando a redução de sua participação na economia nacional para quase a metade da contribuição que a economia fluminense havia apresentado ao final da década de 1930, quando o declínio da participação fluminense na composição econômica brasileira descendeu aos 11,2%, em 1995.

Embora esse desempenho involutivo resultasse na emergência de um debate mais amplo, sobretudo, diante da possibilidade daquela trajetória de perda de participação relativa da economia fluminense implicar o deslocamento da segunda posição na composição do PIB brasileiro para a economia mineira<sup>207</sup>. A partir da segunda metade da década de 1990, o território fluminense apresentou sinais de uma recuperação econômica que não se caracterizou somente pelo crescimento absoluto do seu produto interno bruto e por alguns poucos anos de sensível aumento de sua participação no PIB brasileiro, mas se destacou por um significativo processo de reestruturação econômica resultante do aumento da participação das regiões que compõem o interior do território na composição do produto interno bruto fluminense que, ao não se limitar ao contexto da segunda metade dos anos 1990, prosseguiu enquanto um processo cuja permanência foi mantida durante o curso das primeiras décadas dos séculos XXI.

---

<sup>207</sup> Ver Melo (2001), Santos (2003) e Silva (2004).

Pelo que foi exposto, torna-se evidente que até aqui privilegiamos uma abordagem que não somente permitiu recuperar as linhas gerais do processo de estruturação econômica do território, como seguiu evidenciando a discussão acerca da perda da centralidade política do território fluminense com a transferência do Distrito Federal para Brasília e, a partir da perspectiva das perdas relativas elencada por Silva (2012), evidenciou que a trajetória do desenvolvimento econômico fluminense foi marcada, sobretudo, pela redução da sua participação na economia nacional até o final do século XX. Ao considerar a complexidade dessas transformações, a seção subsequente não somente revela a continuidade da trajetória de perda da participação fluminense na economia nacional, como evidencia o processo de reestruturação econômica do território fluminense, pondo em tela a ampliação da participação da atividade industrial e a participação do recorte espacial compreendido como interior fluminense na composição econômica do estado do Rio de Janeiro ao analisar a dinâmica do desenvolvimento econômico fluminense durante o recorte temporal compreendido entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

#### 4.2.

#### **O processo de reestruturação econômica do território fluminense entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI**

Após a trajetória de diminuição de sua participação na economia brasileira durante o período dos projetos desenvolvimentistas e da continuidade desse processo no curso de implantação do projeto neoliberal, cujos programas de desnacionalização e modernização implicaram a passagem de ativos estatais à iniciativa privada<sup>208</sup>, o território fluminense não reverteu o processo involutivo de sua contribuição na composição da economia nacional. Apesar da continuidade

---

<sup>208</sup> De acordo com Robson D. Silva, o estado do Rio de Janeiro foi um dos principais alvos da desestatização realizada pelo do governo federal na década de 1990. Acerca desse contexto, aquele autor revela que “várias de suas principais empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada, entre as quais a Petroflex (1992), Companhia Nacional de Álcalis (1992), Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Light (1996) e a Companhia Vale do Rio Doce (1997) e as empresas componentes do sistema Telebrás (1998). Destacamos, ademais, que muitas empresas públicas estaduais foram privatizadas (no âmbito do programa estadual de privatizações), com destaque para CERJ, CEG, BANERJ e CONERJ” (SILVA, 2004, p. 118).

desse desempenho ainda marcar a dinâmica econômica fluminense, algumas transformações ocorreram no referido território em decorrência tanto dos aportes de investimentos produtivos<sup>209</sup>, quanto das mudanças na participação das atividades econômicas e das regiões de governo na composição do produto interno bruto do estado do Rio de Janeiro.

Diante ao exposto, esta seção evidencia a permanência daquela trajetória de diminuição da participação fluminense na economia nacional sob a perspectiva das perdas relativas e aborda tanto as mudanças que ocorreram na contribuição das atividades econômicas na composição do produto interno bruto do estado, quanto as mudanças da participação das regiões de governo na composição econômica do território fluminense. Nesse sentido, consideramos um conjunto de transformações que marcaram o território fluminense a partir da década de 1990, assim como a continuidade daquelas mudanças durante as primeiras décadas do século XXI.

No que concerne à continuidade da trajetória de perda de participação relativa da economia fluminense na composição do produto interno brasileiro, as nossas considerações se estendem durante o recorte temporal elencado sendo mantidas sob o escopo teórico oferecido por Robson D. Silva, quando avaliou a dinâmica econômica fluminense, assim como sob a perspectiva analítica oferecida pelo questionamento lançado por Angela M. Penalva Santos, quando problematizou o desempenho recente da economia fluminense, indagando a reversão do seu processo de estagnação. Ademais, consideramos a contribuição oferecida por Floriano J. G. de Oliveira ao tratar a reestruturação produtiva do território, processo ao qual tivemos um prisma oferecido pela perspectiva geográfica para compreender tanto a continuidade da trajetória de perdas na participação econômica nacional, quanto a ocorrência de um conjunto de transformações que contribuíram para nossas reflexões acerca da reestruturação econômica do território fluminense.

A partir do marco teórico advindo dos autores referenciados, bem como da realização das análises dos dados econômicos disponibilizados pela Fundação

---

<sup>209</sup> Ver Oliveira (2008), Gusmão (2010), Silva (2012), Oliveira (2008), Oliveira, F. (2012) e Ribeiro (2017; 2018).

CEPERJ até o momento de realização dessa pesquisa, fomos capazes de identificar a manutenção de uma trajetória que implica a continuidade do processo de diminuição da participação da economia fluminense na composição econômica nacional por quase um século. Ademais, conseguimos evidenciar o processo de aumento da participação do interior fluminense na composição do produto interno bruto do estado do Rio de Janeiro e, por conseguinte, traçar nossas considerações acerca da reestruturação econômica do território fluminense para que nas seções subsequentes, nossos esforços pudessem alcançar tanto o debate acerca dos rebatimentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense, quanto a territorialização dos investimentos chineses nesse processo quando voltamos nossa atenção ao aporte de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses que ocorreram no território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Ao identificarmos a continuidade do processo de diminuição da participação da economia fluminense na composição econômica nacional, foi possível convergir não somente com aquele autor que lançou luz à perspectiva analítica da dinâmica econômica fluminense pelas perdas relativas, nos permitindo compreender a permanência desse processo até as primeiras décadas deste século, bem como considerar os questionamentos oferecidos por aquela autora acerca da reversão da estagnação fluminense entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, compreendemos que o escopo teórico oferecido a partir da problematização acerca dos fundamentos para sustentar o otimismo da esperada recuperação e sobre a reversão da estagnação da economia fluminense ganham revelação, quando no limiar deste século, Angela M. S. Penalva Santos sinalizava que:

ao longo da década de 1990, disseminou-se uma percepção de que a economia fluminense estaria apresentando maior dinamismo, capaz de reverter sua longa estagnação. Cabe verificar, contudo, se tal percepção é fruto da análise dos indicadores econômicos disponíveis ou se resulta de uma reflexão dedutiva, a partir da premissa de que, com o surgimento de novos fatores locais dinâmicos típicos da nova ordem econômica atualmente vigente, haja razões para

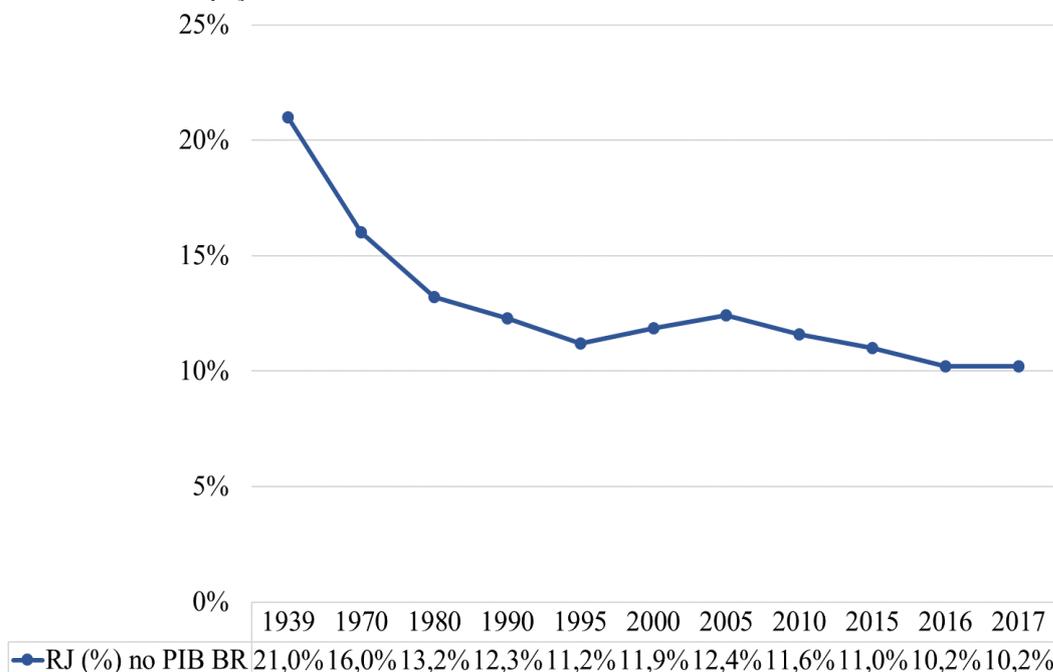
alimentar a expectativa de que já esteja em curso uma reação dessa economia (SANTOS, 2003, p. 71).

A problematização oferecida nas reflexões da autora referenciada quando fundida à compreensão da permanência das perdas relativas e somada à realização do exercício analítico dos dados sobre a economia fluminense disponibilizados pela Fundação CEPERJ, permitiram identificar que a despeito da trajetória de crescimento absoluto do PIB do estado do Rio de Janeiro de, aproximadamente, R\$ 78,9 milhões em 1995, para R\$ 671,3 milhões em 2017, o território fluminense manteve a longa trajetória de redução de sua participação na composição econômica nacional. Nesse sentido, cabe assinalar que apesar de apresentar uma sensível elevação da sua contribuição na composição do PIB brasileiro, quando a participação fluminense passou de 11,2% em 1995, para 12,4% em 2005, a possibilidade de realização dessa pesquisa, em um momento consideravelmente posterior ao profícuo debate acadêmico acerca da reversão da estagnação, permitiu compreender que, alguns anos após o referido decênio, a economia fluminense retomou àquela histórica trajetória de perda de sua participação relativa na composição da economia nacional.

No curso da continuidade do processo de perda da participação relativa do estado do Rio de Janeiro na composição do PIB brasileiro, a economia fluminense alcançou os menores valores – desde 1939 –, retomando a trajetória involutiva quando recuou de 12,4% em 2005, para 10,2% em 2017. Assim, ao termos a oportunidade de avaliar esses dados após mais de uma década daquele debate acerca da reversão da estagnação fluminense, foi possível observar tanto a continuidade da trajetória de perdas relativas, assinalada por Silva (2012); quanto a problematização acerca da reversão da estagnação fluminense, elencada por Santos (2003). Nesse sentido, cumpre pontuar que a observação desses processos se tornou possível, quando identificamos que apesar da economia fluminense ter apresentado um sensível aumento de sua contribuição na composição econômica nacional durante o decênio 1995-2005, não ocorreu a reversão de um processo histórico, tampouco a mudança na continuidade de um processo econômico cuja continuidade implicou a redução da participação fluminense na economia nacional

para pouco mais da metade quando se considera a sua diminuição de, aproximadamente, 21,0% em, 1939 para 10,2%, em 2017 (Gráfico 56).

Gráfico 56 - Participação do território fluminense no PIB nacional entre 1939 e 2017



Fonte: Santos, 2003; Silva, 2012; Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

\*Ao utilizarmos a abreviação RJ estamos fazendo menção ao recorte espacial atualmente compreendido pelo território fluminense para o período compreendido entre 1939 e 1975, recorte temporal no qual perdurava a separação entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

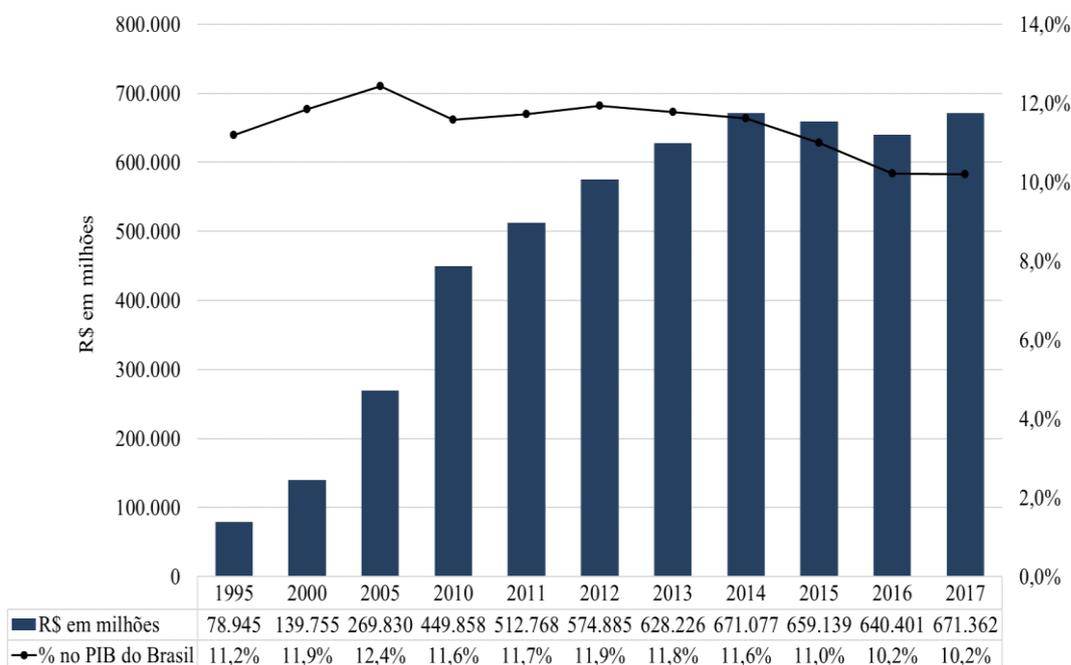
Após a exposição da permanência do processo de perda da participação relativa da economia fluminense na composição econômica nacional, cuja análise dos dados permite o entendimento que, no curso de um dado período histórico, a despeito de um decênio ao qual a riqueza oferecida pelas análises e pelos debates muito contribuiu para as reflexões e problematizações acerca da reversão da estagnação, o que se tornou possível identificar foi que aquele desempenho se constituiu enquanto um interregno inserido em um processo econômico que consistia na continuidade da trajetória involutiva da economia fluminense na composição do PIB brasileiro. Todavia, apesar da continuidade do processo de perdas relativas, algumas singularidades marcaram o desenvolvimento econômico do território fluminense durante o período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, nos cabe evidenciar as linhas gerais dessas singularidades e, sobretudo, as mudanças cuja identificação nos permitem alcançar o entendimento acerca do processo de reestruturação econômica do território fluminense. Para tanto, há que se destacar aqui que, a continuidade do processo de perda de participação relativa da economia fluminense no PIB brasileiro ocorreu *pari passum* ao período recente de crescimento absoluto do PIB do estado do Rio de Janeiro.

A partir da identificação desse processo e da análise dos dados da Fundação CEPERJ sobre o PIB do estado do Rio de Janeiro, é possível notar, especificamente, a continuidade da perda de participação relativa da economia fluminense no PIB brasileiro ocorrendo durante o período recente de crescimento absoluto do PIB do estado do Rio de Janeiro. Esse processo se torna evidente, sobretudo, quando observamos que embora o crescimento do PIB fluminense saltasse de, aproximadamente, R\$ 78,9 milhões em 1995, para 139,7 milhões em 2000, atingindo R\$ 269,8 milhões, em 2005, contribuindo assim para aquele interregno de ampliação da participação fluminense na composição da economia nacional de, respectivamente, 11,2% para 12,4% entre os anos 1995 e 2005; posteriormente, voltamos a assistir a continuidade daquela trajetória de diminuição da participação fluminense na economia brasileira a partir da segunda metade da primeira década do século XXI.

Portanto, através da análise dos referidos dados, nota-se a continuidade daquela trajetória de perdas relativas durante o período que se estende após o decênio elencado, a despeito daquela conjuntura de elevação do PIB fluminense entre os anos 1995 e 2017. Com efeito, apesar do crescimento absoluto do PIB fluminense de R\$ 269,8 milhões em 2005, para R\$ 671,3 milhões em 2017, a participação do estado do Rio de Janeiro na economia nacional praticamente se manteve involutiva, à medida que a contribuição fluminense na composição econômica do produto interno bruto nacional continuou com àquela trajetória de redução quando declinou para, aproximadamente, 10%, em 2017 (Gráfico 57).

Gráfico 57 - Estado Rio de Janeiro: PIB e participação relativa na economia brasileira, entre 1995 e 2017



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

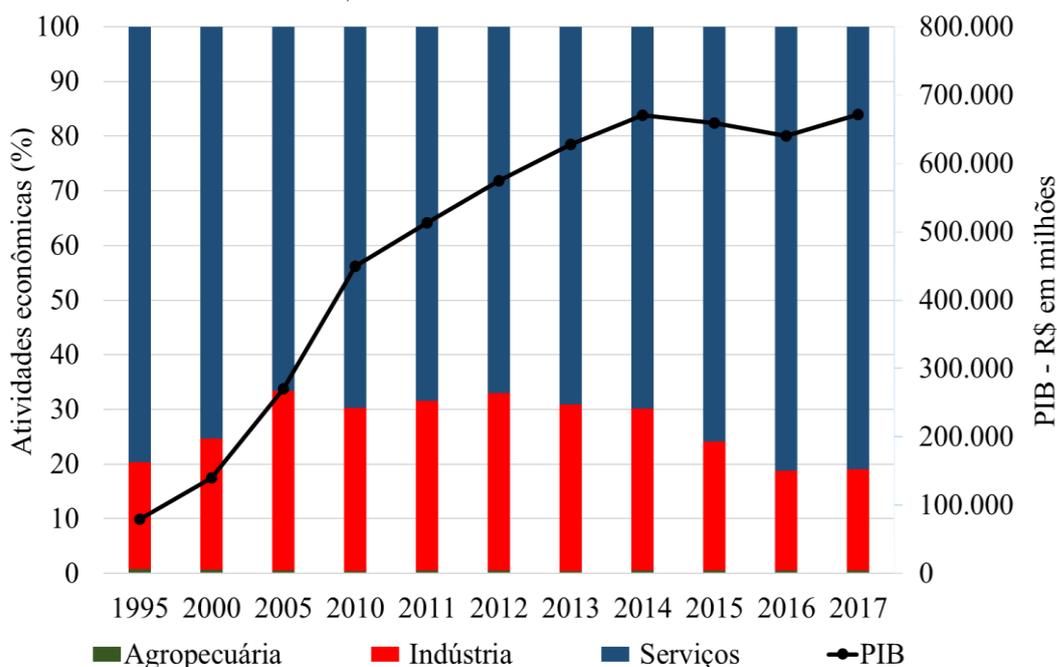
Além da trajetória de crescimento do PIB do estado do Rio de Janeiro em meio à continuidade daquele processo de diminuição da participação fluminense na economia nacional, cabe assinalar que entre as singularidades e transformações possíveis de serem identificadas através da realização desta pesquisa, identificamos as mudanças na contribuição das atividades econômicas na composição do PIB fluminense, assim como o processo de reestruturação econômica do território fluminense em decorrência do aumento da participação do recorte espacial compreendido como o interior fluminense na economia estadual em detrimento da participação da Região Metropolitana, durante o recorte temporal que se estende entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

A fim de tornarmos a complexidade desses processos que ocorreram no território fluminense mais evidente, expomos, primeiramente, o processo de variação da participação relativa das atividades econômicas no valor adicionado bruto do PIB do estado do Rio de Janeiro, tendo como base para o nosso exercício analítico os dados da Fundação CEPERJ. Através desse procedimento, buscamos evidenciar não somente a mudança na participação das atividades econômicas na

composição do PIB fluminense, mas compreender quais foram as atividades que mais contribuíram para o processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre a segunda metade dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XX.

Destarte, cumpre pontuar que, através da análise dos dados que foram elencados, tornou-se possível observar, sobretudo, que durante o referido período, a ampliação da participação relativa da atividade industrial foi uma das principais transformações que ocorreram na dinâmica econômica do território. Com efeito, à medida que a atividade industrial ampliou a sua participação de 19,5%, em 1995, para 32,8% em 2005, alcançando seu ponto alto com uma contribuição de, aproximadamente, 34,9% em 2006, e retomando valores próximos a esse quando atingiu a contribuição de 32,5%, em 2012, observa-se que, por conseguinte, a agropecuária diminuiu a sua participação na composição econômica do PIB do estado do Rio de Janeiro entre os anos 1995 e 2017, enquanto os serviços a despeito da trajetória de redução da participação entre os anos 1995 e 2015, apresentaram uma ampliação de sua participação nos 2016 e 2017 (Gráfico 58).

Gráfico 58 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico no PIB do estado do Rio de Janeiro, entre 1995-2017



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Portanto, através da análise do Gráfico 58, nota-se que a despeito do desempenho da atividade industrial, houve uma significativa redução da participação das atividades agropecuárias de, aproximadamente, 0,8% em 1995, para pouco mais de 0,5% em 2017, bem como uma redução da participação dos serviços na estrutura da composição econômica fluminense quando sua contribuição foi reduzida de, aproximadamente, 79,6% em 1995, para 67,1% em 2012. De modo que mesmo retomando a ampliação de sua participação a partir desse ano, foi apenas mais recentemente que a contribuição da referida atividade voltou a superar aquela participação, quando sua contribuição superou os 80% nos anos 2016 e 2017.

Diante ao exposto, compreendemos que o desempenho apresentado pela atividade industrial durante o período avaliado, nos permite compreender, tal como assinalam Santos (2003), Silva (2004; 2012) e Oliveira (2008), que a indústria foi uma atividade de fundamental importância no processo de retomada do crescimento econômico fluminense, sobretudo, quando identifica-se que em detrimento da continuidade da diminuição da participação da agropecuária na composição do PIB do estado do Rio de Janeiro e de um período de retração da participação dos serviços na estrutura econômica fluminense, a indústria foi a atividade econômica que mais contribuiu para o crescimento do PIB fluminense entre a segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

Todavia, não olvidamos que o exercício analítico daqueles dados disponibilizados pela Fundação CEPERJ também permitem compreender que diferente do desempenho involutivo da agropecuária na composição econômica fluminense, os serviços não somente apresentaram uma participação relativa oscilante entre o final dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, como retomaram o crescimento da sua participação entre os anos 2012 e 2016, voltando a apresentar um pequeno recuo em 2017. A despeito desse desempenho, assinalamos que apesar dessas mudanças mais recentes na estrutura da composição daquelas atividades econômicas no PIB fluminense, as limitações dessa pesquisa revelam a necessidade de novas investigações acerca das diferentes possibilidades que o referido setor poderá apresentar na composição econômica

do território fluminense durante a passagem para a próxima década do século XXI.

Ademais, há que se ressaltar que ao identificarmos a indústria enquanto a atividade que apresentou uma ampliação considerável na estrutura econômica fluminense entre a segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI, logo emergiram alguns questionamentos, sobretudo, pelo fato dessa atividade ser constituída por diferentes segmentos que nas últimas décadas receberam os maiores aportes de investimentos produtivos<sup>210</sup>. A fim de compreender o processo de reestruturação econômica do território fluminense e, sobretudo, qual segmento da atividade industrial mais contribuiu para esse processo, foi possível observar que a indústria extrativa foi o principal segmento da atividade industrial responsável pela ampliação da participação da atividade industrial na composição econômica do território fluminense.

É possível compreender esse apontamento quando identificamos que durante o período analisado, a despeito da trajetória de declínio apresentada tanto pela participação das atividades compreendidas pela indústria de transformação quanto pelo segmento das atividades industriais relacionadas à geração e distribuição de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana, bem como do crescimento pouco expressivo representado pelo segmento da construção, a indústria extrativa ampliou sua participação na composição da economia fluminense de, aproximadamente, 1,2% em 1995, para pouco mais de 16,0% em 2005. Embora essa participação tivesse alcançado, aproximadamente, 19,2% na economia fluminense, em 2006<sup>211</sup>, a partir desse ano a trajetória involutiva da indústria extrativa não apenas implicou a diminuição da sua participação na economia fluminense, à medida que reduziu sua contribuição para, aproximadamente, 2,7% em 2016, mas manteve o desempenho involutivo mesmo quando a sua participação ascendeu para cerca de 4,9%, em 2017 (Gráfico 59).

Todavia, esse desempenho, longe de se revelar como uma sinalização incompreensiva, logo se mostrou como uma evidência diante de um contexto de

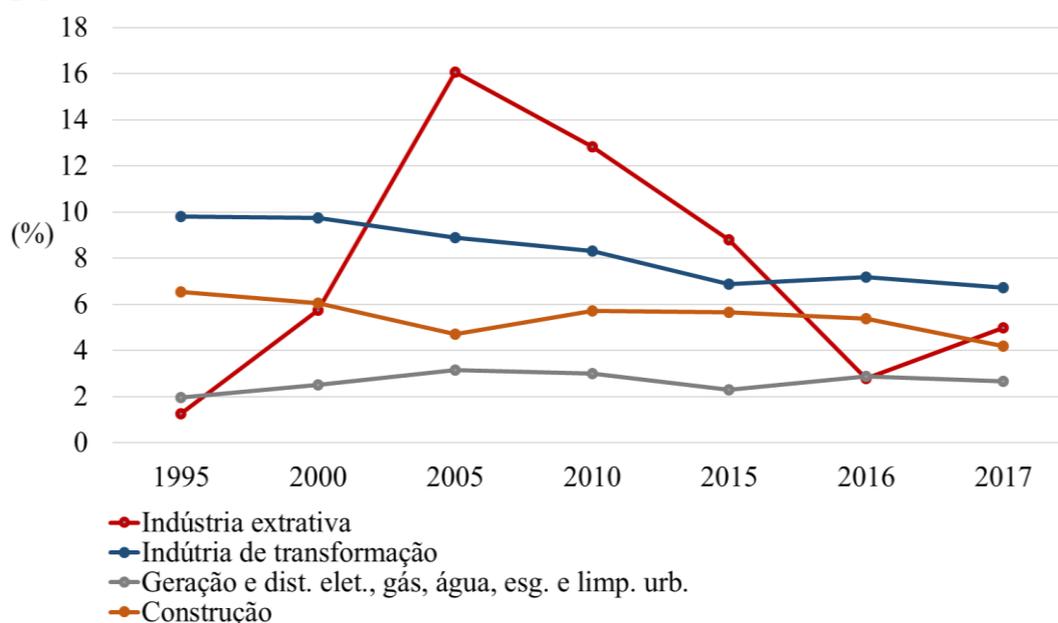
---

<sup>210</sup> Ver Oliveira (2008), Silva (2012), Oliveira, F. (2012) e Baptista (2016).

<sup>211</sup> Ver Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai 2020.

retração da trajetória de crescimento desse setor. Assim, no curso de diminuição de sua contribuição na composição econômica do território e diante de um cenário de venda de ativos no contexto pós-crise de 2008, e, sobretudo, de implementação daquelas práticas de políticas econômicas neoliberais à reboque da globalização contemporânea, o desempenho apresentado pela atividade extrativa se inseria num conjunto de condicionantes internos atrativos ao influxo de inversões estrangeiras no setor da indústria extrativa em que o capital internacional estivesse orientado sob o determinante da busca de recursos.

Gráfico 59 - Participação da atividade industrial no PIB do estado do Rio de Janeiro, entre 1995 e 2017



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante ao exposto, torna-se possível compreender que a indústria foi a principal atividade econômica responsável por significativas mudanças na estrutura econômica do território fluminense, sobretudo, o desempenho apresentado pela indústria extrativa durante o período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira década do século XXI. Ademais, é possível compreender que esse desempenho implicou diretamente no período de ampliação da participação fluminense na economia nacional entre os anos 1995 e 2005, refletindo, por conseguinte, não somente no retorno à continuidade daquela trajetória de perda da participação fluminense na economia nacional, à medida

que seu desempenho se tornou involutivo, quando sua contribuição foi reduzida de 19,2% em 2006, para 2,7% em 2016, mas quando apresentou seus reflexos diretamente na trajetória de aumento e diminuição da participação do interior na composição econômica do estado do Rio de Janeiro entre o final do século XX e o início do século XXI.

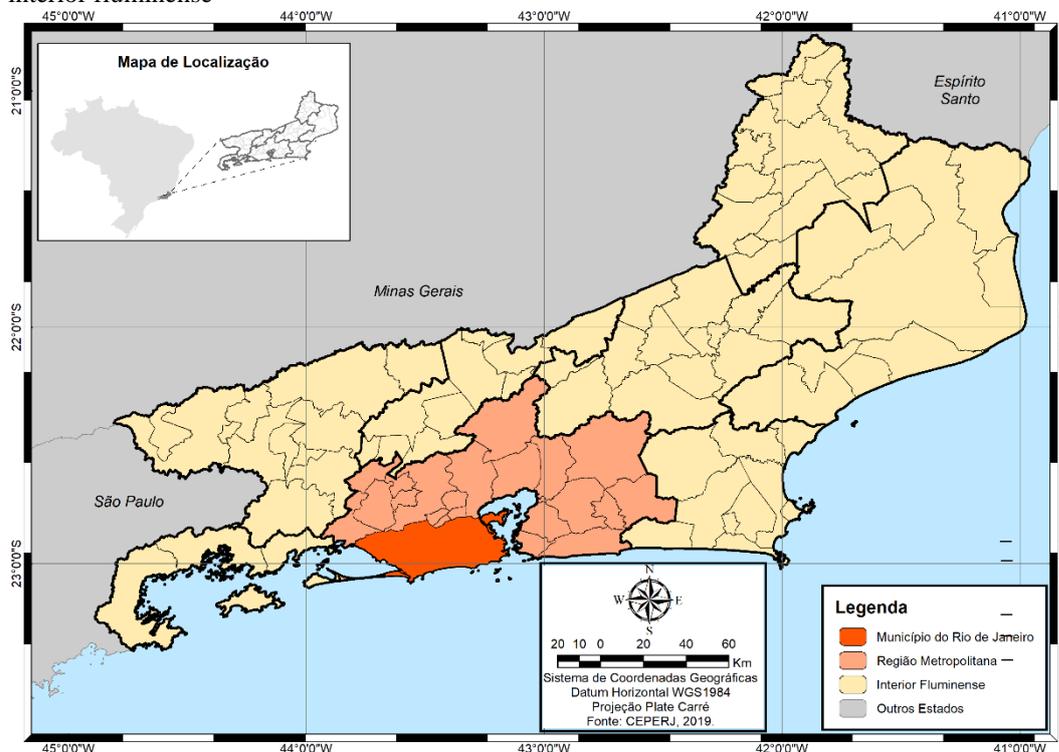
Nesse sentido, há que se destacar que, entre as transformações econômicas que ocorreram no território fluminense nas últimas décadas, como o processo de crescimento absoluto do PIB do estado do Rio de Janeiro *pari passum* a continuidade das perdas de participação relativa na economia nacional e ao aumento da participação da atividade industrial na composição do produto interno bruto fluminense puxado, sobretudo, pelo decênio de expansão da indústria extrativa, em detrimento da redução permanente da agropecuária e da participação oscilante das atividades compreendidas pelo setor de serviços, somam-se às mudanças da participação do recorte espacial compreendido como o interior fluminense na economia estadual diante da participação declinante da Região Metropolitana durante o recorte temporal compreendido entre o final dos anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

Diante ao exposto, compreendemos como oportuno, que antes de prosseguirmos com as nossas análises, faz-se necessário realizar uma observação cuja finalidade consiste em evidenciar os recortes espaciais compreendidos pela Região Metropolitana e pelo interior fluminense. Nesse sentido, pontuamos que o conjunto de regiões de governo que compreendem tanto a porção setentrional do território, quanto aquelas regiões que estabelecem seus limites junto à configuração territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro conformam o recorte espacial ao qual consideramos como o interior fluminense. Portanto, enquanto recurso metodológico para os exercícios analíticos empreendidos nesta pesquisa, esclarecemos que estamos denominando interior fluminense o recorte espacial conformado pelas regiões das Baixadas Litorâneas, Centro-Sul, Costa Verde, Médio Paraíba, Serrana, Noroeste e Norte Fluminense que juntas abrangem 70 municípios<sup>212</sup> do estado do Rio de Janeiro (Mapa 8).

---

<sup>212</sup> As Baixadas litorâneas são conformadas pelos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da

Mapa 8 - Estado do Rio de Janeiro: região metropolitana e as regiões de governo que conformam o interior fluminense



Fonte: Fundação CEPERJ. Mapa elaborado a partir da base de dados espaciais da Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

O interior fluminense se distingue da Região Metropolitana não somente pela sua dimensão espacial e pelo seu número de municípios, mas pela condição assimétrica no contexto do território fluminense, resultante do processo histórico que implicou uma concentração<sup>213</sup> demográfica, econômica, produtiva, infraestrutural, administrativa e da oferta dos diferentes tipos de serviços na área

Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. O Centro-Sul Fluminense é uma região constituída pelos seguintes municípios: Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras. A Costa Verde é uma região formada pelos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati. O Médio Paraíba é uma região formada pelos municípios de Resende, Volta Redonda, Porto Real, Barra Mansa, Itaitiaia, Pinheiral, Piraí, Barra do Piraí, Rio Claro, Valença, Quatis e Rio das Flores. Atualmente, a Região Serrana é constituída pelos municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. O Noroeste Fluminense é a região mais setentrional do território fluminense sendo formada pelos municípios de Aperibé, Italva, Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Miracema, São José do Ubá, Laje do Muriaé, Itaperuna, Bom Jesus do Itabapuna, Natividade, Porciúncula e Varre Sai. O Norte Fluminense é uma região conformada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidelis, Macaé, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

<sup>213</sup> Ver Santos (2003), Marafon et al. (2005; 2011), Oliveira (2008), Ribeiro; Cavalcanti (2012), Silva (2012), Sobral (2013); Ribeiro (2017; 2018) e Silva; Azevedo (2020).

de abrangência compreendida pelos seus 22 municípios da Região Metropolitana<sup>214</sup>, em detrimento da menor representatividade em termos populacionais e econômicos, assim como da oferta de serviços e dos fixos que compõem a base infraestrutural existentes nas regiões de governo que conformam o interior fluminense. Assim, apesar da concentração econômica ser uma das características fundamentais da Região Metropolitana, no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense, as regiões de governo que conformam o recorte espacial compreendido pelo interior fluminense ampliaram a sua participação durante o processo de crescimento do PIB do estado do Rio de Janeiro entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Com efeito, entre as mudanças econômicas que marcaram o território fluminense, assiste-se, não somente à complexidade dos processos que foram elencados, mas uma significativa ampliação da participação das regiões do interior na composição econômica fluminense implicando, por conseguinte, um processo cujo principal resultado consiste sob a perspectiva da análise geográfica realizada nesta pesquisa na compreensão desse processo enquanto a reestruturação econômica do território fluminense. Para se ter dimensão da complexidade abrangida pelo estabelecimento do processo elencado, assim como das implicações provocadas pelas reconfigurações regionais na reestruturação econômica do território fluminense, entendemos como oportuno destacar, primeiramente, a assimetria existente na composição da organização econômica do território até o encerramento do século do século XX e, em seguida, evidenciar a mudança na participação relativa das regiões que integram o interior fluminense na composição do produto interno bruto do estado do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, os dados disponibilizados pela Fundação CEPERJ nos permitem assinalar que a ampliação da participação das regiões que conformam o interior correspondiam à, aproximadamente, 16,3% em 1995, passando,

---

<sup>214</sup> Atualmente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é conformada por 22 municípios, sendo eles: Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

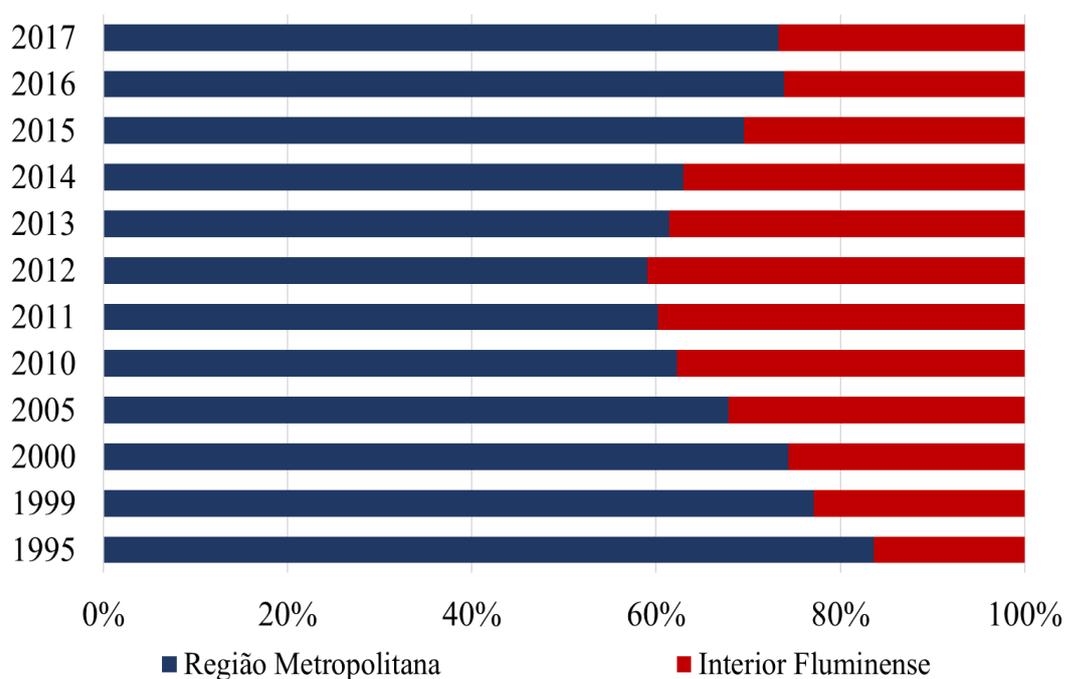
posteriormente, a representar 22,8% em 1999, sobretudo, diante de uma participação involutiva da Região Metropolitana, quando esta deixou de representar 83,3% da economia fluminense, em 1995, recuando para uma contribuição relativa de 77,1% no valor absoluto do PIB do estado do Rio de Janeiro, em 1999. Apesar dessa expressiva concentração econômica na Região Metropolitana ao final do século XX, o que assistimos posteriormente foi uma trajetória de ampliação da participação do interior fluminense na composição econômica durante o período de crescimento do PIB do estado do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI.

Com efeito, a participação do interior fluminense saltou de, aproximadamente, 25,6% em 2000, para 40,9% em 2012, ao passo que o recuo apresentado pela Região Metropolitana na composição econômica fluminense foi representado pela redução de sua contribuição no PIB do estado do Rio de Janeiro de, aproximadamente, 74,3% em 2000, para 59,0% em 2012. Não obstante ao desempenho contrário apresentado durante o período compreendido entre os anos 2012 e 2016, cuja principal característica compreendeu a diminuição da participação do interior fluminense na composição econômica fluminense de, aproximadamente, 40,9% em 2012, para 26,0% em 2016, diante do aumento da participação da Região Metropolitana de, aproximadamente, 59,0% em 2012, para 73,2%, em 2016; é possível compreender que não somente se torna difícil falar sobre a reversão de um processo durante a realização dessa pesquisa, sobretudo, pelo fato da Região Metropolitana ter mantido a sua participação na composição econômica fluminense em, aproximadamente, 73,2% em 2017, enquanto o interior fluminense respondeu com uma ampliação pouco representativa da sua participação para cerca de 26,7%, em 2017 (Gráfico 60).

Pelo que foi exposto, compreendemos que apesar de ser possível uma problematização que venha realizar questionamentos acerca de nossas considerações, sobretudo, diante da disponibilidade de novos dados após a etapa de encerramento desta investigação, entendemos que através da realização dessa pesquisa foi possível identificarmos que o recente desempenho da participação da produção da indústria extrativa na economia fluminense refletiu não somente na participação do território fluminense na economia nacional, mas apresentou seus

reflexos diretamente no processo de mudanças da participação das regiões de governo na composição da economia do estado durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense. Ademais, entende-se que esse processo se caracteriza, sobretudo, pelo aumento da participação do interior fluminense na estrutura econômica do estado do Rio de Janeiro, em detrimento da diminuição da participação da Região Metropolitana na composição econômica do referido estado durante o período de crescimento do PIB fluminense entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Gráfico 60 - Estado do Rio de Janeiro: participação da Região Metropolitana e do interior fluminense no PIB, entre 1995 e 2017



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2020. Oliveira, 2008, p. 61. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante ao exposto, compreendemos que, sob o prisma analítico oferecido pelas perspectivas de trabalhos geográficos, seja possível considerar esse conjunto de mudanças como o processo de reestruturação econômica do território fluminense. Haja vista que, ao estendermos nossas análises ao período compreendido entre o final da segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI, tendo como referências para a nossa pesquisa aquele marco teórico elencado em nossas considerações introdutórias, compreendemos que a reestruturação é um processo relacionado à dinâmica geograficamente

desigual do sistema capitalista cujo seu curso é capaz de realizar mudanças estruturais que, atreladas ao processo de acumulação, promovem rupturas em tendências seculares e compõem uma configuração significativamente nova na dinâmica econômica dos territórios.

Assim, à essa compreensão acerca do desenvolvimento recente da economia fluminense, somam-se o conjunto de considerações oferecidas pelos autores que auxiliaram nossas reflexões, assim como os apontamentos oferecidos pelo geógrafo Floriano J. G. de Oliveira. A perspectiva do referido autor nos permite compreender que, a partir da década de 1990, o que ocorreu no território fluminense não compreendeu apenas o deslocamento das atividades industriais para as regiões que conformam o seu interior a partir do centro metropolitano, mas consistiu no esgotamento da capacidade produtiva de alguns setores e do conseqüente fechamento de suas atividades, dada a incapacidade de se reestruturar e incorporar novas tecnologias e novos procedimentos (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, aquele geógrafo assinala que se por um lado assistia-se essa situação na base industrial fluminense, por outro lado assistia-se a emergência de novas estruturas industriais que, na maioria das vezes foram instaladas no interior. De modo que, sob a perspectiva oferecida por Oliveira (2008), pode-se compreender a instauração de uma nova dinâmica industrial no estado. Ademais, ao traçar suas considerações sobre os novos paradigmas produtivos e espaciais do território, Oliveira (2008) revela que as relações que presidem a ocupação desse território não são mais dominadas e subordinadas pelos processos originados na metrópole, mas por uma nova estrutura econômica do território fluminense.

Diante ao exposto, consideramos que sob o prisma oferecido pelos autores elencados<sup>215</sup>, torna-se possível compreender que, diferentemente do desempenho apresentado pela Região Metropolitana, que apesar dos recentes influxos de investimentos produtivos<sup>216</sup> não foi capaz de reverter a sua estagnação, assistindo, por conseguinte, um processo de desindustrialização, assim como o incremento da participação do terciário na sua composição econômica, tal como revelou Silva

---

<sup>215</sup> Ver Oliveira (2008) e Silva (2012).

<sup>216</sup> Acerca dos recentes influxos de investimentos produtivos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ver Oliveira, F. (2012) e Ribeiro (2017; 2018).

(2012), a estrutura econômica recente do interior fluminense se caracterizou por um desenvolvimento econômico regional marcado pela expressiva especialização. Nesse sentido, Silva (2012) nos auxilia quando evidencia que, na porção setentrional do território, assiste-se tanto um dinamismo econômico relacionado à indústria extrativa, dada a especialização da produção petrolífera no Norte Fluminense, enquanto na porção meridional do território assiste-se um desenvolvimento econômico regional marcado pela diversificação das diferentes atividades que compõem a indústria de transformação, de modo que a produção abrange os setores metal mecânico, siderúrgico e automobilístico do Médio Paraíba Fluminense, assim como compreende as estruturas produtivas presentes em outras regiões como, por exemplo, o Centro-Sul Fluminense e a Costa Verde (SILVA, 2012).

Apesar da compreensão acerca do estabelecimento dos padrões de desenvolvimento, elencados por Silva (2012), assim como o entendimento acerca do estabelecimento das novas bases econômicas no interior fluminense, as quais fala Oliveira (2008), sejam indiscutíveis para compreender o desenvolvimento econômico fluminense nas últimas décadas, entendemos que se somam àqueles processos as reconfigurações econômicas que ocorreram em outras regiões que integram o interior fluminense. Nesse sentido, há que se pontuar as atividades relacionadas ao turismo e o recebimento de *royalties* do petróleo que provocaram, por exemplo, o processo de reconfiguração econômica na região das Baixadas Litorâneas<sup>217</sup>, tal como evidenciam Marafon et al. (2005; 2011).

Ademais, como o turismo de veraneio e a urbanização turística não são os principais vetores da reconfiguração econômica apenas na aludida região, essas atividades quando articuladas à dinâmica decorrente do crescimento da indústria têxtil compõem um conjunto de atividades que contribuíram para a dinâmica econômica da Região Serrana (BAPTISTA, 2016). Outrossim, cabe assinalar que, mantendo uma dinâmica econômica relacionada às atividades agropecuárias, o Noroeste Fluminense é a região cuja característica econômica não consiste somente em apresentar a menor participação na composição do PIB do estado do

---

<sup>217</sup> Esta região do interior fluminense é constituída por 10 municípios sendo eles: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Rio de Janeiro, mas se caracteriza pelo processo de reconfiguração econômica relacionado à agroindustrialização das atividades vinculadas à produção leiteira, tal como pontuam Marafon et al. (2005; 2011).

Diante ao exposto, não nos cabe apenas evidenciar o referencial teórico que nos serviu de lentes ora pela perspectiva econômica, ora pela perspectiva geográfica para compreender a dinâmica econômica do território fluminense, mas cabe evidenciar as principais características do processo de reestruturação econômica do território fluminense entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, há que se destacar as singularidades da reestruturação econômica do território à medida que compreendemos que esse processo não é regionalmente homogêneo, o que nos exige traçar considerações sobre como foi a dinâmica de participação das regiões que integram o interior fluminense durante o período de involução da contribuição da Região Metropolitana na composição econômica fluminense na passagem para as primeiras décadas do século XXI.

Com efeito, observa-se que à medida que a Região Metropolitana apresentou uma trajetória de diminuição de sua contribuição na composição do PIB fluminense durante o período compreendido entre os anos 1995 e 2017, o desempenho das regiões que conformam o interior fluminense não foi homogêneo. Portanto, se por um lado as regiões Serrana, Baixadas Litorâneas, Costa Verde, Centro-Sul e Noroeste Fluminense apresentaram ampliação de sua contribuição na composição econômica fluminense em decorrência dos seus processos de reconfiguração econômica relacionados à instalação de novas atividades produtivas<sup>218</sup> e do potencial turístico que apresentam; por outro lado, as regiões Norte Fluminense e Médio Paraíba apresentaram desempenho econômico significativamente diferente.

Assim, a despeito da implantação de novas atividades produtivas na porção meridional do território e, sobretudo, da consolidação da especialização da região Médio Paraíba na produção automotiva, metal mecânica e siderúrgica a sua contribuição na composição da economia fluminense foi involutiva. Com efeito, a

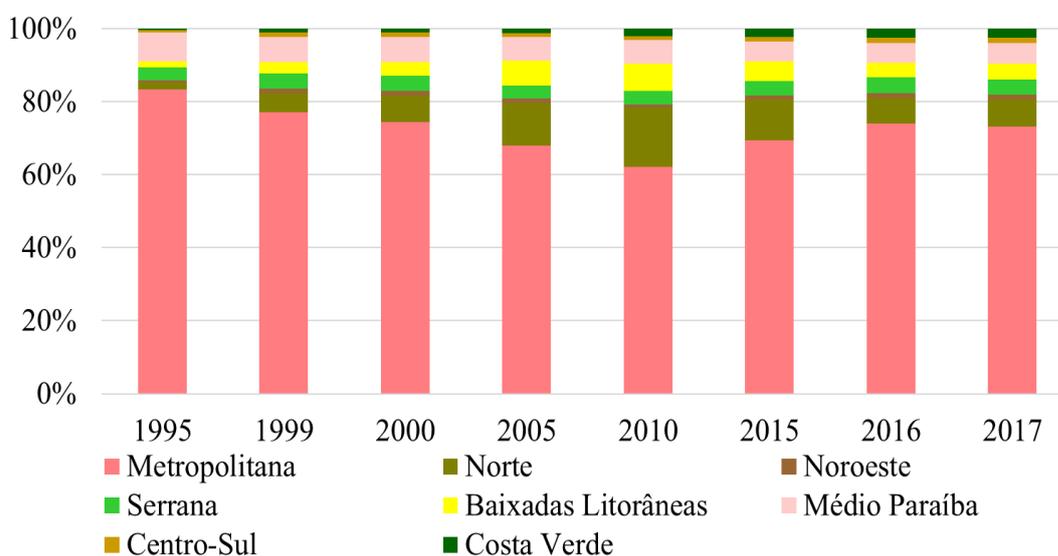
---

<sup>218</sup> Ver Marafon et al. (2005; 2011), Oliveira (2008), Ribeiro; Cavalcanti (2012), Silva (2012), Baptista (2016) e Ribeiro (2017; 2018).

região Médio Paraíba declinou em termos de participação relativa ao reduzir sua participação na composição da economia fluminense de, aproximadamente, 7,8%, em 1995, para 5,6%, em 2017.

Todavia, um desempenho específico foi apresentado pela região Norte Fluminense. De modo que capitaneando a retomada do crescimento econômico do interior do território, a região Norte Fluminense, cuja característica está vinculada à reconfiguração econômica relacionada à sua especialização produtiva em atividades econômicas na atividade extrativa, após apresentar uma expressiva expansão na composição econômica do território, ao elevar sua contribuição de, aproximadamente, 1,9% em 1995, para 16,0% em 2010, mantendo esse processo de expansão até alcançar uma participação de 17,9% em 2012, revelou-se como uma região do interior fluminense que apresentou uma recente tendência involutiva ao voltar a apresentar uma participação próxima àqueles valores apresentandos no ano 2000 (7,3%), quando respondeu por, aproximadamente, 7,3% em 2017 (Gráfico 61).

Gráfico 61 - Estado do Rio de Janeiro: participação das regiões de governo no PIB, entre 1999 e 2017



Fonte: Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai 2020. Oliveira, 2008, p. 61. Gráfico elaborado pelo autor.

Diante das considerações traçadas nesta seção, tornou-se possível compreender que apesar da continuidade do processo de diminuição da participação fluminense na economia nacional, o PIB do estado do Rio de Janeiro

apresentou uma trajetória de crescimento, de modo que em detrimento da diminuição da participação da agropecuária e das oscilações apresentadas pelos serviços, a atividade industrial apresentou uma significativa participação nesse processo entre a segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Ademais, foi possível compreender que, no curso desse processo, não ocorreu apenas uma mudança na participação das atividades econômicas na composição da economia fluminense, sobretudo, à medida que identificamos que durante o período de crescimento econômico as regiões que conformam o interior do território ampliaram a sua contribuição na economia do estado do Rio de Janeiro, acarretando a diminuição da concentração econômica na Região Metropolitana e uma significativa participação do interior no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI.

Assim, após o entendimento do processo de perda de participação econômica do território fluminense na composição econômica nacional e da compreensão das linhas gerais que marcaram o processo de reestruturação econômica do território fluminense, pontuamos que, na seção subsequente, nossa atenção se volta aos desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense a fim de evidenciar como o território fluminense foi inserido entre as áreas de fornecimento de recursos estratégicos à República Popular da China, assim como identificar o montante conformado pelo influxo de investimentos chineses no território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018.

#### **4.3.**

#### **Desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante as primeiras décadas do século XXI**

Nesta seção, evidenciamos que, no curso dos processos que foram elencados, assistimos alguns desdobramentos da intensificação das relações econômicas sino-brasileiras no território fluminense que compreenderam a

ampliação das trocas comerciais entre o estado do Rio de Janeiro e a República Popular da China, assim como a inserção do território fluminense entre as áreas fornecedoras de recursos estratégicos àquele país asiático à medida que a economia chinesa se consolidou como o principal parceiro comercial fluminense no comércio exterior de óleo bruto de petróleo. Nesse sentido, põe-se em tela tanto a estrutura das relações comerciais entre aquela Unidade Federativa e o referido país asiático, quanto o valor do aporte de investimentos que resultou em diferentes projetos realizados por empresas chinesas no território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Destarte, faz-se necessário assinalar que ao longo do processo de expansão da corrente de comércio brasileira<sup>219</sup> nas primeiras décadas do século XXI, a República Popular da China ampliou a sua participação nas trocas comerciais realizadas pelo Brasil. No curso desse processo, o país asiático deixou de representar 4% dos destinos das exportações brasileiras em 2001, para representar 29% daquelas exportações, em 2019, ao passo que das compras realizadas pelo Brasil no exterior, a República Popular da China passou de, aproximadamente, 3% em 2000, para representar 20% enquanto país de origem das importações brasileiras, em 2019<sup>220</sup>.

Portanto, com uma significativa participação nas trocas comerciais brasileiras a República Popular da China manteve a posição de principal parceiro comercial do Brasil tanto no continente asiático, quanto na escala mundial. Todavia, como as relações econômicas sino-brasileiras não se restringiram ao

---

<sup>219</sup> Nas primeiras décadas do século XXI, a corrente de comércio brasileira foi significativamente ampliada saltando de, aproximadamente, US\$ 110,9 bilhões, em 2000, para US\$ 420,4 bilhões, em 2018. Durante o período elencado tanto as exportações brasileiras, quanto as importações realizadas pelo país apresentaram um expressivo crescimento à medida que as mesmas saltaram de, aproximadamente, US\$ 55 bilhões, em 2000 e alcançaram, respectivamente, os valores de US\$ 239,2 bilhões e US\$ 181,2 bilhões, em 2018. A despeito do recente recuo na corrente de comércio brasileira, quando esses valores atingiram US\$ 402,7 bilhões, em 2019, é possível afirmar que o comércio exterior brasileiro assistiu um período de expansão nas primeiras décadas do século XXI, quando observamos que as exportações e importações brasileiras mais que triplicaram saltando dos US\$ 55 bilhões que marcaram o início dos anos 2000 para alcançarem, respectivamente, os US\$ 225,3 bilhões e US\$ 177,3 bilhões, em 2019. Ademais, ver sítio eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

<sup>220</sup> Ver portal eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun 2020. Ademais, ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

intercâmbio comercial, vimos que além da ampliação da corrente de comércio entre aqueles países assistimos uma nova fase no âmbito das relações econômicas entre o Brasil e a China, à medida que ocorreu a ampliação dos fluxos de investimentos entre esses dois países<sup>221</sup> durante as primeiras décadas do século XXI.

Ao convergimos com as considerações propostas por Santos (2009), quando assinala que na região Sudeste se concentra a maior parte da atividade econômica envolvida com as relações internacionais do Brasil, nota-se que, entre os desdobramentos da ampliação das relações econômicas sino-brasileiras, o território fluminense não apenas ampliou a sua participação no comércio exterior brasileiro, como foi alcançado pela expansão daquelas relações, mais especificamente, à medida que a República Popular da China além de se tornar uma fonte de investimentos externos no território fluminense se projetou tanto entre os principais destinos de suas exportações, quanto entre os maiores parceiros comerciais no que se refere à origem das importações realizadas pelo estado do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, há que se destacar que a despeito do desempenho involutivo apresentado pelo território fluminense no comércio exterior brasileiro durante a longa trajetória de perda de sua participação na economia nacional<sup>222</sup>, o território fluminense aumentou consideravelmente as suas importações e exportações, bem como a sua contribuição no intercâmbio comercial do Brasil com os diferentes países do mundo durante as duas primeiras décadas do século XXI. Assim como em pesquisas realizadas anteriormente<sup>223</sup>, convergimos com Pereira (2012) quando assinala que a ampliação da participação daquele território no comércio exterior brasileiro foi acompanhada pela “primarização” da pauta de exportação fluminense, sobretudo, quando identificamos que esse processo resulta do crescimento da exportação de produtos básicos e da redução da participação percentual dos manufaturados e semimanufaturados nas exportações do estado do

---

<sup>221</sup> Ver Cebc (2015; 2019).

<sup>222</sup> Ver Silva (2004).

<sup>223</sup> Ver Baptista (2016).

Rio de Janeiro, sendo acompanhado da ampliação das importações de bens industriais<sup>224</sup>, sobretudo, entre os anos 2016 e 2018<sup>225</sup>.

Com efeito, o estado do Rio de Janeiro, ampliou a sua participação nas exportações brasileiras de, aproximadamente, 3% no ano 2000, para 13% em 2019, bem como aumentou a sua participação nas importações realizadas pelo país de, aproximadamente, 9% em 2000, para 12% no ano 2019 (Gráficos 62 e 63). Como resultado desse desempenho, o território fluminense não apenas retomou, mas manteve a segunda posição nas exportações brasileiras, respectivamente, nos anos 2018 e 2019, bem como se consolidou enquanto a segunda maior Unidade Federativa em termos de participação nas importações brasileiras durante o período compreendido entre os anos 2000 e 2019<sup>226</sup>.

Ademais, cabe assinalar que no curso desse processo, o território fluminense voltou a ocupar uma posição expressiva no intercâmbio comercial do país, sobretudo, ao retomar a condição de segundo maior estado do comércio exterior brasileiro, em 2018. Mantendo, por conseguinte, esta posição de segundo maior estado do comércio exterior durante o ano de 2019<sup>227</sup>.

---

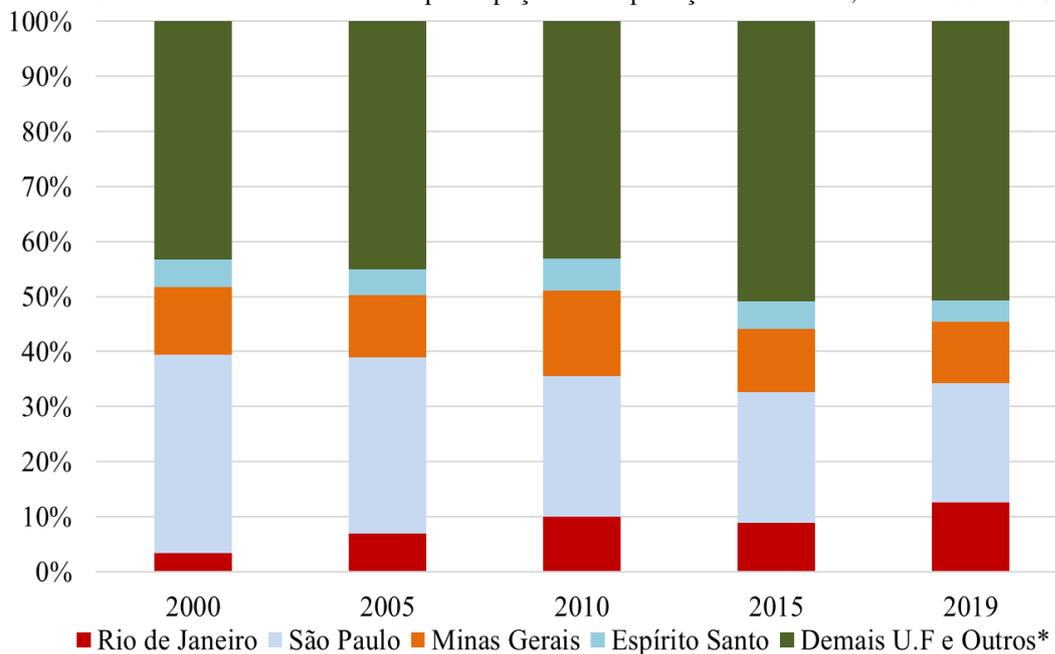
<sup>224</sup> Através da análise dos Diagnósticos do Comércio Exterior do Estado do Rio de Janeiro elaborados pela Firjan, é possível observar que as exportações do estado do Rio de Janeiro por fator agregado foram marcadas pela relevância dos produtos básicos na pauta fluminense, de modo que estes produtos representaram, aproximadamente, 74,7% do total, enquanto os industrializados contabilizam 22,3%, em 2010. Neste ano, as importações fluminenses estiveram concentradas em bens intermediários (43,6%), seguidas pelos bens de capital (22,6%) e pelas matérias-primas (17,6%). Em 2018, a pauta exportadora manteve aquela concentração em produtos básicos, de modo que estes representaram, aproximadamente, 65% do total das exportações fluminenses, enquanto os industrializados compreenderam, aproximadamente, 33%. No que diz respeito às importações fluminenses, a maior parte delas foi constituída por bens industriais que representaram, aproximadamente, 76%, em 2018 (FIRJAN, 2011; 2019).

<sup>225</sup> Ver Firjan (2011; 2015; 2017; 2019).

<sup>226</sup> Ver portal eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun 2020. Ademais, ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>227</sup> De acordo com o diagnóstico do comércio exterior do estado do Rio de Janeiro realizado pela Firjan, o Rio de Janeiro foi o segundo maior estado do comércio exterior brasileiro (13%), sendo antecedido apenas por São Paulo, em 2018 (FIRJAN, 2019). É possível identificar a manutenção dessa posição em 2019, através da tabulação dos dados sobre exportações e importações por estados através de consulta ao portal eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun 2020. Ademais, ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

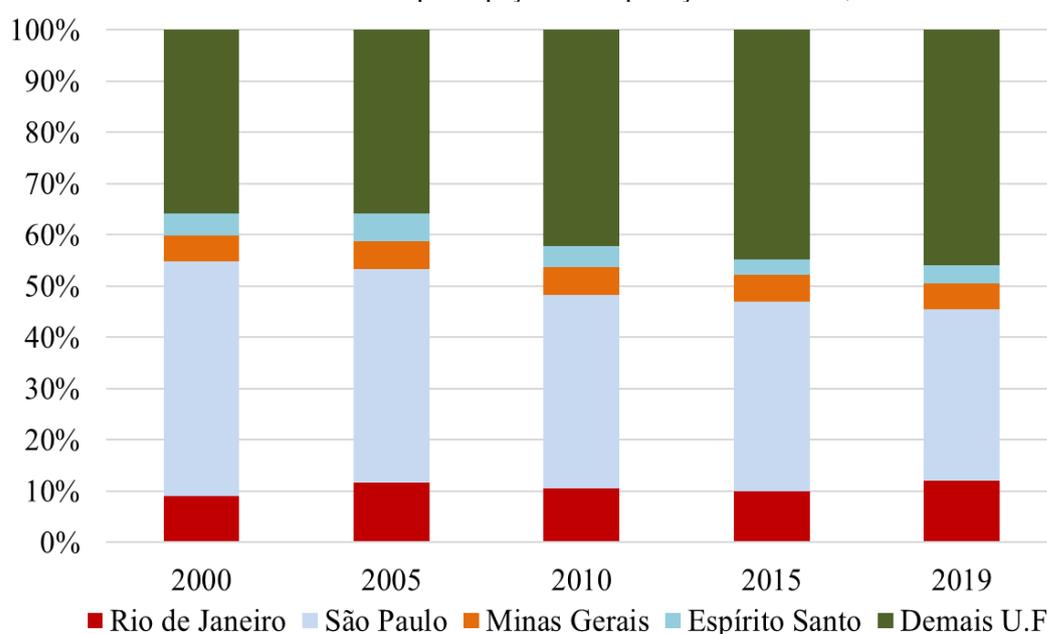
Gráfico 62 - Estado do Rio de Janeiro: participação nas exportações brasileiras, entre 2000 e 2019



\* Por Outros compreende-se reexportação, mercadoria nacionalizada, zona não declarada e consumo de bordo.

Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 63 - Estado do Rio de Janeiro: participação nas importações brasileiras, entre 2000 e 2019

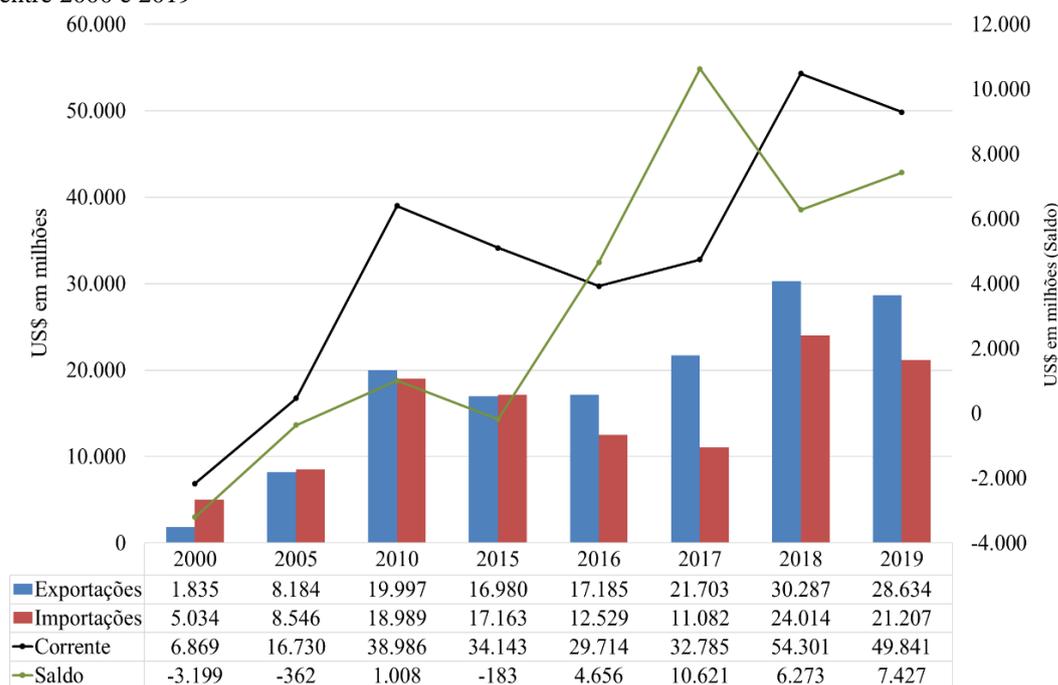


Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Nesse contexto, ao seguir a tendência nacional de ampliação do comércio exterior, o território fluminense apresentou um significativo crescimento de suas

exportações de, aproximadamente, US\$ 1,8 bilhões em 2000, para US\$ 30,2 bilhões, em 2018, assim como das suas importações de, aproximadamente, US\$ 5,0 bilhões em 2000, para US\$ 24,0 bilhões em 2018<sup>228</sup>. Apesar do recente recuo na corrente de comércio exterior fluminense, é possível considerar sua ampliação, sobretudo, ao compararmos com o ano 2000, o que torna indiscutível a ampliação da participação do território fluminense tanto em termos relativos, quanto em termos absolutos no comércio exterior brasileiro, sobretudo, à medida que observamos o salto das exportações e importações fluminenses em relação ao ano 2000, quando estas passaram daqueles valores que foram mencionados para alcançar, respectivamente, US\$ 28,6 bilhões e US\$ 21,2 bilhões, em 2019 (Gráfico 64).

Gráfico 64 - Estado do Rio de Janeiro: exportações e importações, corrente e saldo comercial, entre 2000 e 2019



Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Em 2018, ano em que o estado do Rio de Janeiro alcançou um desempenho significativamente expressivo em termos de corrente de comércio, a

<sup>228</sup> Ver portal eletrônico do MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2020. Ademais, ver portal eletrônico do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br>>. Acesso em: 21 jul 2020.

estrutura do comércio exterior do território fluminense foi caracterizada pela continuidade da assimetria entre as suas exportações e importações, apresentando assim, o predomínio das exportações de produtos básicos e as importações de produtos industrializados<sup>229</sup>. Com efeito, o setor de petróleo e gás natural foi o principal produto na pauta de exportação fluminense, representando, aproximadamente, US\$ 18,3 bilhões e 63,3% das exportações do estado do Rio de Janeiro, em 2018. Ademais, há que se pontuar que aquele setor foi seguido de longe pela metalurgia (11,1%) e o setor compreendido pelos equipamentos de transporte (7,8%), assim como por outros setores cuja participação percentual nas exportações foi inferior a 5%, em 2018 (Tabela 7).

Tabela 7 - Exportações do estado do Rio de Janeiro, por setor, em 2018

<b>Setor</b>	<b>Valor (US\$ em milhões)</b>	<b>Participação (%)</b>
Petróleo e gás Natural	18.837,7	63,3
Metalurgia	3.294,8	11,1
Equipamentos de transporte, (exceto veículos automotores)	2.331,0	7,8
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.128,8	3,8
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.037,4	3,5
Minerais Metálicos	591,1	2,0
Máquinas e equipamentos	479,5	1,6
Produtos Químicos	478,8	1,6
Demais produtos	1580,3	5,3
<b>Total</b>	<b>29.759,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Firjan, 2019, p. 13. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso 10 jun. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

No que concerne às importações, observa-se que os equipamentos de transportes representaram a maior parte das compras realizadas pelo estado do Rio de Janeiro, compreendendo assim, aproximadamente, US\$ 10,2 bilhões e 42,7% das importações do território fluminense, em 2018. Com uma pauta de importação muito concentrada, aquele setor foi seguido de longe pelas importações de petróleo e gás natural (9,2%) e pelos produtos químicos (8,4%), assim como pela metalurgia e coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (4,5%),

<sup>229</sup> Ver Firjan (2011; 2019).

bem como por outros setores como os de máquinas e equipamentos, de veículos automotores e outros cuja participação na pauta de importação foi representada por valores inferiores a 4,0% (Tabela 8).

Tabela 8 - Importações do estado do Rio de Janeiro, por setor, em 2018

Setor	Valor (US\$ em milhões)	Participação (%)
Equipamentos de Transporte (exceto veículos automotores)	10.255,6	42,7
Petróleo e gás Natural	2.203,2	9,2
Produtos químicos	2.015,1	8,4
Metalurgia	1.613,3	6,7
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.074,0	4,5
Máquinas e equipamentos	1.051,1	4,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1.040,9	4,3
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	897,7	3,7
carvão mineral	832,5	3,5
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	795,0	3,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	524,3	2,2
Produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos)	336,6	1,4
Demais produtos	1.674,7	5,7
<b>Total</b>	<b>24.014,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Firjan, 2019, p. 14. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso 10 jun. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

Todavia, o território fluminense não acompanhou a trajetória de ampliação do comércio exterior brasileiro apenas em termos quantitativos durante as primeiras décadas do século XXI. Assim, à medida que a República Popular da China ampliou as suas relações comerciais com o Brasil, assistiu-se, portanto, como um dos desdobramentos desse processo a alteração da importância daquele país asiático na dinâmica econômica do território fluminense, sobretudo, à medida que a República Popular da China ampliou a sua participação tanto como destino das exportações fluminenses, quanto entre os países de origem das importações realizadas pelo estado do Rio de Janeiro<sup>230</sup>.

<sup>230</sup> Ver Pereira (2012).

Com efeito, um dos desdobramentos do desempenho das relações econômicas sino-brasileiras no comércio exterior fluminense, nos remete ao fato de além da República Popular da China ter se tornado o primeiro parceiro comercial do Brasil em 2009, o país asiático também ascendeu à condição de principal destino das exportações do território fluminense, em 2010<sup>231</sup>. Ademais, não obstante à oposição ocupada pela economia chinesa enquanto quarto maior fornecedor das importações fluminenses naquele ano, antecedida, portanto, pelos Estados Unidos, Arábia Saudita e Argentina, mais recentemente, assim como ocorreu no âmbito das relações comerciais sino-brasileiras, o país asiático ascendeu à uma condição de importante parceiro comercial fluminense.

Por conseguinte, a República Popular da China não somente alcançou a posição de principal destino das exportações fluminenses, como passou a ocupar uma expressiva posição enquanto país de origem das importações fluminenses, em 2018. Ao manter uma relação comercial com a República Popular da China semelhante às relações comerciais do Brasil com aquele país asiático, o território fluminense não somente revela o grau de interdependência e complementaridade na sua relação junto à economia chinesa, como apresenta um intercâmbio comercial assimétrico e concentrado no que concerne às suas relações comerciais com a China, tal como àquelas relações do país com a maior economia da Ásia Oriental.

Portanto, é possível compreender que as relações comerciais sino-fluminenses replicam àquela estrutura de comércio norte-sul, de modo que pelo lado fluminense as exportações ao país asiático se mantiveram constituídas predominantemente por produtos básicos, sobretudo, o óleo bruto de petróleo, ao passo que as importações fluminenses provenientes da economia chinesa se concentraram em produtos com maior valor agregado e constituídas por maior densidade tecnológica, à medida que os principais produtos importados da República Popular da China passaram de máquinas e aparelhos eletrônicos, em 2010, para plataformas de perfuração ou de exploração, dragas e demais flutuantes, em 2018 (Tabelas 9 e 10). Portanto, como desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do

---

<sup>231</sup> Ver Firjan (2011); Baptista (2016).

território fluminense, assiste-se tanto a ampliação da participação fluminense no comércio exterior brasileiro resultante da ampliação das exportações e importações fluminenses, quanto uma pauta que reflete a estrutura da oferta fluminense diante dos interesses e da demanda por recursos energéticos da segunda maior economia mundial.

Tabela 9 - Exportações do estado do Rio de Janeiro para a República Popular da China, entre 2010 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Principais produtos exportados</b>	<b>Valor (US\$ milhões)</b>
<b>2010</b>	Petróleo e gás natural	4.053
	Resinas, elastômeros e fibras artificiais e sintéticas	29
	Sucata de metal	6
	<b>Total de produtos selecionados</b>	<b>4.088</b>
<b>2012</b>	Petróleo e gás natural	4.835
	Resinas, elastômeros e fibras artificiais e sintéticas	51
	Sucata de metal	26
<b>2014</b>	Óleos brutos de petróleo	3.204
	Minérios de ferro e seus concentrados	22
	Polímeros de etileno, propileno e estireno	10
<b>2016</b>	Óleos Brutos de Petróleo	3.244
	Centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar	174
	Aquecedor, secador ou trocador de calor, partes e peças	39
<b>2018</b>	Óleos Brutos de Petróleo	10.400
	Minérios de ferro e seus concentrados	105
	Polímeros de etileno, propileno e estireno	25
	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	8

Fonte: Firjan, 2011; 2013; 2015; 2017; 2019. Fonte: Firjan, 2011; 2013; 2015; 2017; 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso 10 jun. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

Tabela 10 - Importações do estado do Rio de Janeiro para a República Popular da China, entre 2010 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Principais produtos importados</b>	<b>Valor (US\$ milhões)</b>
<b>2010</b>	Máquinas e aparelhos eletrônicos, inclusive equipamentos de comunicação e de processamento de dados	166
	Laminados de aço	121
	Elementos e compostos químicos não petroquímicos ou carboquímicos	97
<b>2012</b>	Locomotiva e vagões ferroviários, peças e acessórios	285
	Máquinas e aparelhos eletrônicos, inclusive equipamentos de comunicação e de processamento de dados	193
	Coque e derivados de carvão	160
<b>2014</b>	Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas e demais flutuantes	379
	Veículos e materiais para vias férreas	141
	Coques e semicoques de hulha, de linhita ou de turfa, mesmo aglomerados; carvão de retorta	100
	Plataformas de perfuração ou de exportação, dragas e demais flutuantes	626
<b>2016</b>	Coques e semicoques, de hulha, de linhita ou de turfa, mesmo aglomerados;	76
	Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	64
	Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas e demais flutuantes	3.687
<b>2018</b>	Coques e semicoques, de hulha, de linhita ou de turfa, mesmo aglomerados; carvão de retorta	227
	Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	92

Fonte: Firjan, 2011; 2013; 2015; 2017; 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso 10 jun. 2020. Tabela elaborada pelo autor.

Diante ao exposto, observa-se que aquele país asiático ampliou a corrente de comércio com o estado do Rio de Janeiro, de modo que as principais características do intercâmbio comercial sino-fluminense consistiram em trocas comerciais expressivamente interdependentes e complementares, assim como assimétricas e, sobretudo, concentradas em poucos produtos durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018. Essas características podem ser compreendidas à medida que observamos que a estrutura das relações comerciais sino-fluminenses foi marcada por exportações fluminenses de óleo bruto de petróleo à República Popular da China, ao passo do país asiático se projetar como o principal parceiro comercial do território fluminense no comércio exterior de óleo bruto de petróleo, sobretudo, ao ampliar sua participação enquanto principal

destino das exportações desse produto de, aproximadamente, 40,8%, em 2016, para representar mais da metade dos mercados dessas exportações quando se projetou como o destino de 53,8% do óleo bruto de petróleo exportado pelo estado do Rio de Janeiro, assim como se consolidando como o principal comprador dessas exportações fluminenses, em 2018.

Todavia, no que concerne às importações da República Popular da China ao território fluminense, nota-se que a despeito daquelas importações concentradas em máquinas e produtos eletrônicos até o ano 2010. Mais recentemente, ocorreu uma demanda concentrada em plataformas de perfuração ou exploração, dragas e demais flutuantes produtos cujas participações saltaram de, aproximadamente, US\$ 379 milhões e 17,9% da pauta de importação fluminense, em 2014, para US\$ 626 milhões e 42,5%, em 2016, alcançando, aproximadamente, US\$ 3,6 bilhões e 74,2% da participação da pauta de importação do estado do Rio de Janeiro, em 2018<sup>232</sup>.

Após as considerações traçadas, não nos cabe olvidar que assim como nas relações econômicas do Brasil com a República Popular da China, as relações econômicas sino-fluminenses não se restringiram apenas ao intercâmbio comercial. Nesse sentido, faz-se necessário pontuar que além de se tornar um dos principais parceiros comerciais do estado do Rio de Janeiro, as relações econômicas desta Unidade Federativa com aquele país asiático também compreenderam o influxo de investimentos externos diretos no território fluminense durante as primeiras décadas do século XXI.

Diante ao exposto, podemos compreender que como desdobramentos das relações econômicas sino-brasileiras no processo de reestruturação econômica do território fluminense, este território não somente foi inserido entre as áreas fornecedoras de recursos estratégicos como o petróleo à maior economia asiática e a segunda maior economia mundial, como também assistiu a sua inserção entre as áreas receptoras dos investimentos chineses no Brasil. A espacialização desses investimentos no território nacional se caracteriza por uma expressiva concentração desse aporte de capital na região Sudeste, de modo que ocupando uma posição relevante entre as Unidades Federativas desta região, o estado do Rio

---

<sup>232</sup> Ver Firjan (2015; 2017; 2019).

de Janeiro se projetou como um dos maiores receptores dos investimentos chineses no país, dado influxo de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões materializados através da territorialização das diferentes empresas cujos projetos contemplaram o território fluminense entre os anos 2010 e 2018 (Tabela 11).

Tabela 11 - Investimentos chineses confirmados no território fluminense: 2010-2018

<b>Ano</b>	<b>Valor aproximado do aporte dos investimentos chineses confirmados</b>	
<b>2010</b>	US\$	7.109.000.000,00
	US\$	20.000.000,00
<b>2011</b>	US\$	3.070.000.000,00
<b>2013</b>	US\$	1.500.000.000,00
<b>2015</b>	US\$	21.000.000,00
	US\$	581.161.600,00*
<b>2016</b>	US\$	100.000.000,00
<b>2018</b>	US\$	960.000.000,00*
	US\$	600.000.000,00
<b>Total</b>	US\$	<b>13.961.161.600,00</b>

\* Valores médios contabilizados a partir da razão entre o montante e o número de estados contemplados pelos projetos. Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019.

Pelo que foi exposto, cabe pôr em tela na seção subsequente tanto os setores produtivos e os determinantes dessas inversões, quanto os projetos resultantes desses investimentos em diferentes regiões contempladas pelo aporte dos investimentos chineses no território fluminense. Nesse sentido, além de considerar os aspectos quantitativos acerca do aporte de investimentos chineses no território fluminense, na próxima seção deste trabalho, nossos esforços se voltam, sobretudo, para a realização de uma análise acerca da territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018. Com efeito, partimos da avaliação dos dados concernentes ao aporte desse capital no território e, em seguida, avaliamos os aspectos qualitativos e realizamos a espacialização dos projetos resultantes desses investimentos no território fluminense durante o período elencado.

#### 4.4.

#### **A territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018**

A seção em tela se constitui enquanto a principal contribuição dessa pesquisa, haja vista que aqui nossas análises alcançam, sobretudo, a participação dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018. Apesar dos desafios trilhados até alcançarmos a análise acerca daqueles investimentos no referido recorte espacial, compreendemos que elencar a complexidade que constituiu esse percurso nas seções precedentes foi tanto uma motivação, quanto um procedimento indispensável para elucidar e apreender de modo mais assertivo que a territorialização dos investimentos chineses no território fluminense se insere em um conjunto de processos cuja abrangência compreende diferentes escalas espaciais.

Não obstante às exigências impostas à compreensão de tamanha complexidade que nos remeteram às investigações acerca das políticas de expansão das inversões chinesas durante a globalização contemporânea. Assim como, à necessidade de compreender as políticas que viabilizaram a intensificação do processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos e a evolução das relações econômicas sino-brasileiras. Há que se destacar aqui que, no curso desse processo, foi possível compreender os desdobramentos daquelas relações no território fluminense à medida que alcançamos o exercício analítico da estrutura comercial sino-fluminense e identificamos o aporte de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro.

Assim, compreendemos que se somaram às singularidades das transformações econômicas pelas quais passava o território fluminense, a realização de projetos por diferentes empresas chinesas enquanto um processo resultante do aporte de capitais provenientes do país asiático no território fluminense durante as primeiras décadas do século XXI. Todavia, como a contribuição da presente seção não se limita aos aspectos quantitativos desses investimentos, realizamos tanto a análise das informações que viabilizaram o

desenvolvimento dessa pesquisa e se constituíram enquanto um dos registros desse processo, assim como somamos à esta análise uma perspectiva geográfica através da avaliação qualitativa dos investimentos chineses no território fluminense, a fim de não somente identificar os valores e os setores contemplados pelo aporte de capitais sínicos, mas compreender as práticas espaciais relacionadas aos projetos que resultaram na territorialização dos investimentos chineses e realizar a espacialização desse processo durante a reestruturação econômica do território fluminense.

Pelo que foi exposto, compreendemos que através desses procedimentos poderemos tanto alcançar um dos objetivos desse trabalho, quanto um dos questionamentos que conduziram a pesquisa, à medida que analisamos e evidenciamos como ocorre a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018. Nesse sentido, partimos da análise quantitativa dos investimentos possíveis de serem quantificados pelos procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa para, posteriormente, alcançarmos a compreensão dos projetos orientados tanto pela busca de mercado, quanto dos projetos cujos objetivos estiveram relacionados aos setores de energia realizados por empresas estatais chinesas e orientados pela busca de recursos no território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Ademais, não olvidamos que a partir das considerações traçadas nas seções precedentes, foi possível compreender que no período avaliado por essa pesquisa, nota-se que embora dispersos pela configuração territorial do país, o capital sínico apresentou uma concentração espacial dos projetos resultantes das inversões realizadas na região Sudeste. Neste recorte regional, embora não tenha recebido a maioria dos projetos das empresas chinesas instaladas no território brasileiro, o estado do Rio de Janeiro se destacou por uma participação expressiva, não necessariamente no número de projetos realizados pelas empresas chinesas, mas pelas características que orientaram o montante conformado pelo influxo dos investimentos chineses durante os anos 2010 e 2018.

Destarte, a partir do exercício analítico da Tabela 12, é possível compreender as principais características de cada um dos projetos tomados como

referência para a realização desta pesquisa. A análise da referida tabela permite identificar o ano de realização do investimento, a empresa chinesa de origem do investimento e a empresa de destino e/ou o projeto que recebeu um dado montante de investimentos chineses, assim como os setores contemplados por aquelas inversões, a estrutura da propriedade e o determinante desses investimentos no território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Tabela 12 - Investimentos chineses no território fluminense, entre 2010 e 2018

<b>Ano</b>	<b>Empresa Origem</b>	<b>Empresa de Destino e/ou Projeto</b>	<b>Valor US\$ em milhões</b>	<b>Setor</b>	<b>Estrutura de Propriedade</b>	<b>Determinante do Investimento</b>
<b>2010</b>	<b>Sinopec</b>	Repsol Brasil	7.109	Energia (petróleo e gás)	Central SOE	Busca de Recursos
<b>2010</b>	<b>CR Zongshen</b>	Kasinski	20	Auto-motivo	Privada	Busca de Mercado
<b>2011</b>	<b>Sinochem</b>	Statoil ASA	3.070	Energia (petróleo e gás)	Central SOE	Busca de Recursos
<b>2013</b>	<b>CNPC e CNOOC</b>	Petrobras e Shell Brasil	1.500	Energia (Petróleo e gás)	Central SOE	Busca de Recursos
<b>2015</b>	<b>Qihoo</b>	Psafe	21	Infomática	Privada	Busca de Mercado
<b>2015</b>	<b>State Grid</b>	Linha de Transmissão Xingu-Rio	581*	Energia (Elétrica)	Central SOE	Busca de Mercado
<b>2016</b>	<b>CCCC</b>	Concremat	100	Infra-estrutura	Central SOE	Busca de Mercado
<b>2018</b>	<b>State Grid</b>	Linha de Transmissão Xingu-Rio	960*	Energia (Elétrica)	Central SOE	Busca de Mercado
<b>2018</b>	<b>Shandong Kerui Petroleum</b>	Comperj	600	Energia (Petróleo e gás)	Privada	Busca de Mercado
<b>Total</b>			<b>13.961</b>			

\* O projeto compreendido pela Linha de Transmissão Xingu-Rio abrange os estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Posto isso, cabe assinalar que os valores apresentados na tabela compreendem uma estimativa para o estado do Rio de Janeiro a partir da média entre os valores dos investimentos informados como confirmados pelas publicações do Conselho Empresarial Brasil-China no que se refere às operações realizadas pela State Grid. Ademais, ver Cebc (2016; 2019). Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019.

Nesse sentido, cabe pontuar que durante o período elencado e, sobretudo, através dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, foi possível identificar que os 9 projetos possíveis de serem quantificados e realizados por diferentes empresas chinesas resultaram do influxo de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses direcionados ao território fluminense entre os anos 2010 e 2018. Ademais, o exercício analítico da Tabela 12 permite traçar uma consideração norteadora para a nossa compreensão, embora os determinantes dos investimentos chineses no território fluminense estivessem mais orientados à busca de recursos entre os anos 2010 e 2013, e posteriormente, os investimentos realizados e possíveis de serem quantificados fossem orientados, sobretudo, pelo determinante busca de mercado no curso dos anos 2015 e 2018; independentemente do número de projetos realizados nesses últimos anos, o aporte de capitais orientados pela busca de recursos e, sobretudo, investido por empresas estatais petrolíferas chinesas, permitiu compreender a inserção do território fluminense enquanto uma área fornecedora de recursos estratégicos à República Popular da China e a territorialização daquelas empresas estatais durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense.

Posto isso, há que se considerar que não obstante à observação traçada acerca do aporte de investimentos orientados pela busca de mercado, a concentração do capital orientado pelo determinante busca de recursos durante o período contemplado pela pesquisa nos impede de assinalar uma expressiva mudança quanto aos objetivos do montante formado pelo aporte dessas inversões no território fluminense durante o período que se entende entre os anos 2010 e 2018. Diante ao exposto, entendemos que faz-se necessário a realização de uma análise que não apenas subsidie nossas considerações, mas permita avaliar o modo de entrada e os setores contemplados pelos investimentos chineses, assim como realizar uma avaliação acerca da estrutura da propriedade e dos determinantes que orientaram as operações das empresas chinesas para, posteriormente, alcançarmos a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense.

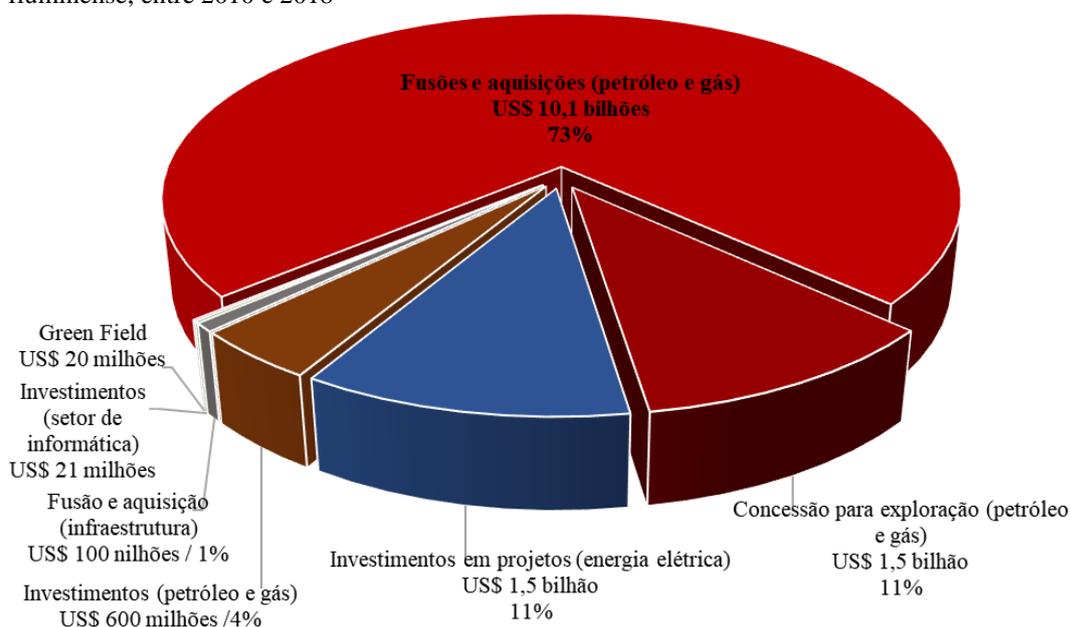
Nesse sentido, nota-se que as grandes empresas estatais chinesas do setor de energia realizaram as maiores operações sob o determinante busca de recursos, sobretudo, no segmento de petróleo e gás como, por exemplo, as operações realizadas pelas empresas China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e China National Chemical Import and Export Corporation (Sinochem), assim como os investimentos realizados pela Chinese National Offshore Oil Corporation (CNOOC) em associação com a China National Petroleum Corporation (CNPC). Entretanto, com valores menos expressivos aos projetos elencados somam-se às operações mencionadas os aportes de investimentos realizados pelas empresas CR Zongshen, Qihoo, respectivamente, nos setores automotivo e de informática, assim como inversões mais representativas como, por exemplo, o aporte dos investimentos realizados pela China Communications Construction Company (CCCC), a Shandong Kerui e a State Grid que atuam respectivamente, no setores de infraestrutura, petróleo e gás e de energia elétrica cuja característica semelhante consiste em inversões orientadas pelo determinante busca de mercado.

Ademais, há que se destacar que se somam aos aspectos elencados, a compreensão acerca do modo de entrada dos projetos chineses no território fluminense durante o período analisado. A partir da avaliação dos diferentes modos de entrada dos investimentos chineses no território fluminense disponibilizados nas publicações sobre investimentos chineses no Brasil realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, é possível compreender que a operação por fusão e aquisição foi o principal modo de entrada, à medida que correspondeu à 73% do ingresso daqueles investimentos no estado do Rio de Janeiro. Com efeito, esse modo de entrada se destacou por sua orientação em operações na busca de recursos, sendo seguido pelos investimentos chineses direcionados a participação em concessões no setor de petróleo e gás, cujo determinante foi orientado pela busca de recursos no referido setor, correspondendo assim à, aproximadamente, 11% daquelas inversões, sendo estes aportes seguidos por valores estimados em 11% referentes aos investimentos em projetos no setor de energia elétrica.

Além do que foi exposto, cabe assinalar que essas operações mais expressivas foram seguidas pelos 4% representados pelos investimentos no setor

de petróleo e gás, mas sob o determinante busca de mercado. Assim como, pela operação de fusão e aquisição orientada por este mesmo determinante, porém, no setor de infraestrutura que representou, aproximadamente, 1%; em detrimento da baixa representatividade dos investimentos no setor de informática e daquela operação realizada pelo modo de ingresso *green field* no setor automotivo (Gráfico 65).

Gráfico 65 - Modo de entrada dos projetos contemplados por investimentos chineses no território fluminense, entre 2010 e 2018

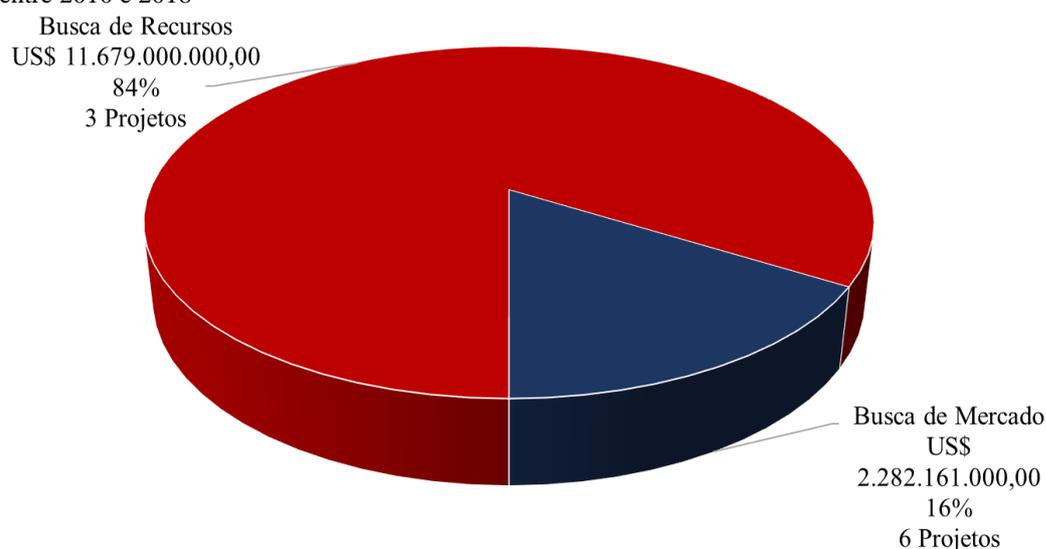


Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Após identificarmos que as operações de fusões e aquisições, seguidas por investimentos em concessão para a realização de exploração de petróleo e gás no território fluminense conformam a maior parte dos recursos destinados aos projetos pelas empresas chinesas e, sobretudo, compreendem os 84% dos investimentos chineses, cujo determinante consiste na busca de recurso. Pode-se entender que, em detrimento dos 6 projetos realizados sob o determinante busca de mercado tanto por empresas estatais, quanto por empresas privadas chinesas, a principal orientação daqueles 3 projetos, cujo montante conforma a maior parte dos influxos de investimentos chineses no território fluminense, compreende as operações realizadas pelas quatro grandes empresas estatais petrolíferas chinesas a fim de realizar a busca de recursos.

Com objetivo de tornar mais evidente o que foi elencado, assim como aos questionamentos propostos aos diferentes entrevistados durante a realização da pesquisa, consideramos que a análise do Gráfico 66 permite identificar que apesar de ser compreendido por aqueles 3 projetos, o montante conformado pelos investimentos orientados pelo determinante busca de recursos representaram, aproximadamente, US\$ 11,6 bilhões, abrangendo assim 84% daquele montante que conforma o total dos investimentos chineses no território fluminense, enquanto, aproximadamente, US\$ 2,2 bilhões, ou seja, cerca de 16% dos investimentos foram orientados pelo determinante busca de mercado (Gráfico 66).

Gráfico 66 - Distribuição dos investimentos chineses no território fluminense por determinantes, entre 2010 e 2018

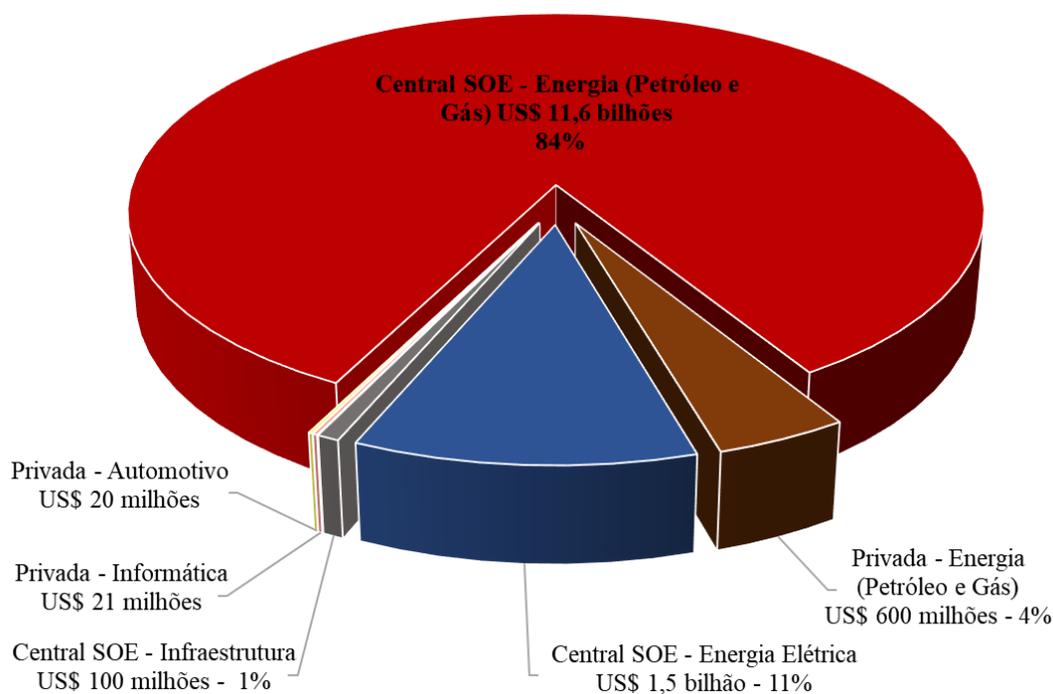


Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

A fim de tornar mais evidente as considerações elencadas, o Gráfico 67 põe em tela a relação entre a estrutura de propriedade e o setor contemplado pelos investimentos chineses. Através da análise do referido gráfico, é possível compreender que a maior parte dos investimentos chineses no território fluminense durante o período avaliado e possíveis de serem quantificados pelos procedimentos metodológicos adotados, foram realizados pelas empresas estatais chinesas Sinopec, Sinochem, CNPC e CNOOC, assim como orientados pela busca de recursos.

Ademais, pode-se observar que as inversões no setor de energia elétrica realizadas pela empresa estatal chinesa State Grid foram orientadas pela busca de mercado em projetos cujas linhas de transmissão inserem o território fluminense no Sistema de Transmissão Xingu-Rio. Assim como, pode-se identificar que essas inversões foram seguidas pelos investimentos no setor de petróleo e gás orientados pela busca de mercado e realizados pela empresa privada Shandong Kerui, assim como pelos investimentos orientados sob o mesmo determinante e realizados por outra empresa estatal chinesa no setor de infraestrutura como foi a operação empreendida pela China Communications Construcion Company (CCCC). Enquanto as inversões realizadas por empresas privadas nos setores de informática e automotivo e sob o determinante busca de mercado como os investimentos realizados, respectivamente, pelas empresas Qihoo e a CR Zonsheng, mantiveram-se como as participações menos expressivas durante os anos 2010 e 2018.

Gráfico 67 - Investimentos chineses no território fluminense por estrutura da propriedade, entre 2010 e 2018



Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

Portanto, é possível identificar que apesar de serem contemplados por apenas 3 projetos, os aportes mais expressivos não somente foram realizados através de fusões e aquisições e investimentos em concessões para exploração de campos de petróleo como foram orientados sob o determinante busca de recursos concentrando-se no setor de petróleo e gás, compreendendo assim as inversões realizadas principalmente pelas empresas estatais petrolíferas chinesas. Com efeito, observa-se que os maiores investimentos realizados no território fluminense e possíveis de serem quantificados pelos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa durante o período elencado foram realizados por aquelas empresas que Shambaugh (2013) denomina de “*China’s National Oil Company*” (NOCs), mas que podem ser compreendidas no contexto da gestão chinesa como as Centrais SOE’s ou *Central State-Owned Enterprises*.

Antes de prosseguirmos, cabe assinalar que a partir de uma das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China compreende-se que:

as Centrais SOE’s (Central State-Owned Enterprises) representam um conjunto de 123 grandes corporações, pertencentes a setores estratégicos da economia chinesa e que estão sob a supervisão direta do governo central. Esta supervisão é feita pela *State-Owned Assets Supervision and Administration Commission* (SASAC), que consiste em uma instituição com *status* de ministério, autorizada pelo Conselho de Estado a assumir as responsabilidades de investidor do patrimônio estatal nas Central SOE.

Além disso o governo chinês faz uma distinção dentre essas 123 empresas, selecionando um conjunto de 23 empresas classificadas como ‘a Espinha Dorsal da China’. Destas 23, que são tidas como pilares da economia chinesa, oito anunciaram investimentos no Brasil. São elas: COFCO, CNOOC, Dongfeng Motors, State Grid, China Railway Construction, Baosteel, Sinopec e Sinochem (CEBC, 2011, p. 22).

Ademais, cumpre pontuar que através do referencial elencado entende-se que as empresas centrais (SOE) ou empresas privadas compreendem aquelas em que:

o capital do estado geralmente é representado por uma província ou cidade. Parte da sua estrutura de propriedade pode ser negociada em bolsa de valores, já que possuem também uma maior autonomia gerencial. Esse é o caso de empresas como

JAC, Chery, Xuzhou Construction Machinery Group e Chongqing Grain Group (CEBC, 2011, p. 23).

Diante ao exposto, entende-se que as empresas classificadas como Central SOE foram as que realizaram as maiores inversões no território fluminense, sobretudo, no setor de energia compreendido pelo segmento petróleo e gás, sendo seguidas pelas inversões realizadas no setor de energia elétrica, assim como por inversões no setor de infraestrutura. Enquanto as empresas privadas realizaram investimentos tanto no setor de energia (petróleo e gás), quanto realizaram investimentos nos setores de informática e automotivo e orientadas pelo determinante busca de mercado, tal como evidenciado no Gráfico 67.

Ademais, cabe assinalar que outro aspecto possível de observarmos são as mudanças no que se refere aos investimentos em relação à estrutura da propriedade das empresas chinesas. De modo que, mais recentemente, assistiu-se uma ampliação da participação da presença das empresas privadas no tecido produtivo do território fluminense. Neste sentido, compreende-se que quando observamos o período contemplado entre os anos 2010 e 2013, somente 1 entre os 4 primeiros projetos foi realizado por empresa privada chinesa, sendo direcionado ao setor automotivo, enquanto nos últimos anos, os 2 projetos realizados por empresas privadas foram mais representativos quando comparados ao total de 5 projetos confirmados entre os anos 2015 e 2018<sup>233</sup>.

Todavia, conforme pontuamos, tanto o recorte temporal avaliado, quanto o montante de investimentos realizados pelas empresas *Central State-Owned Enterprises* ou *China's National Oil Company* nos impedem de compreender que tenha ocorrido uma mudança expressiva no curso de um processo. Ademais, compreendemos que tal como ocorreu com o processo de investimentos chineses no país, assiste-se a diversificação do aporte do capital sínico no território fluminense, entretanto, a concentração do aporte de investimentos no setor de energia (petróleo e gás) é significativa quando comparada às inversões realizadas nos demais setores contemplados pelos investimentos chineses direcionados ao território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

---

<sup>233</sup> Ver Tabela 12.

Portanto, a despeito do desempenho recente marcado pela realização de projetos orientados pelo determinante busca de mercado, nota-se a concentração do volume de recursos mobilizados pelas *Central State-Owned Enterprises* ou *China's National Oil Company* em projetos relacionados ao setor de petróleo e gás no território fluminense. Com efeito, assiste-se no recorte espacial compreendido pelo território fluminense e no curso do seu processo de reestruturação econômica tanto uma prática espacial orientada pela busca de recursos, quanto a territorialização das empresas estatais chinesas em operações que viabilizem assegurar os insumos energéticos aos quais demanda a República Popular da China.

Diante ao exposto, há que se pontuar, tal como revela Peters (2013), que grande parte das inversões chinesas direcionadas aos países latino-americanos foi realizada por empresas públicas e se concentraram em transações vinculadas às matérias primas e ao setor de energia. Ademais, não há como deixar de ressaltar que a partir das considerações traçadas em uma das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, pode-se compreender que “a entrada de tantas empresas estatais centrais para a economia chinesa no tecido produtivo brasileiro pode ser indicador de um interesse estratégico e orientado pelo governo chinês, um processo que não é meramente temporário, nem mesmo facilmente reversível” (CEBC, 2011, p. 23).

Além desses apontamentos, cabe assinalar que o referido conselho em uma de suas publicações<sup>234</sup> elenca que aos fatores atrativos aos investimentos estrangeiros apresentados pelo país como, por exemplo, a dimensão do seu produto interno bruto quando comparado aos demais países latino-americanos, os recentes acordos bilaterais firmados entre o Brasil e a China, assim como os processos recentes de desvalorização da moeda brasileira e o interesse do país asiático em intensificar seus investimentos no país, destacadamente, por meio de fusões e aquisições, contribuíram para o processo de realização de inversões chinesas no território e aumento da participação das empresas chinesas no tecido produtivo do país. Ademais, compreendemos que há necessidade de se considerar, tal como aponta o Conselho Empresarial Brasil-China (2017), que:

---

<sup>234</sup> Ver Cebc (2018).

além disso, é bastante claro que parte da estratégia dos investimentos chineses no Brasil está diretamente ligada a orientações do Governo Central de Pequim. O valor investido por estatais centrais chinesas nos últimos dez anos, considerando os aportes confirmados, chega a 82% do total, com participação relevante de empresas como China Three Gorges, State Grid, China Communication Construction e Sinopec. Essas empresas operam sob a administração da SASAC (*State-owned Assets Supervision and Administration Commission*), comissão estatal de alto nível cujas orientações vêm do Conselho de Estado, um dos mais altos órgãos do aparato burocrático chinês. Ou seja, a configuração desses investimentos tem como objetivo garantir que a atuação dessas empresas esteja em linha com as prioridades estratégicas de longo prazo da China no Brasil (CEBC, 2018, p. 9).

Diante ao exposto, há que se pontuar que, a fim de superar algumas limitações impostas ao desenvolvimento desta pesquisa, no que concerne às dificuldades de acesso à realização de entrevistas junto aos representantes das empresas chinesas, assim como a fim de compreender de modo mais assertivo o que foi elencado, optamos em considerar os apontamentos traçados pelo Cônsul-Geral da República Popular da China no Rio de Janeiro, Sr. Li Yang, quando tivemos a oportunidade de participar como ouvinte do Seminário O Futuro da Parceria Estratégica Global China-Brasil<sup>235</sup>. Posto isso, cumpre evidenciar que na ocasião foi possível assistir suas considerações no referido evento<sup>236</sup>, assim como ouvir seus apontamentos quando foi concedida a oportunidade de realizar uma breve entrevista aberta acerca do processo de investimentos chineses no território fluminense. Naquela ocasião, foi elencado pelo entrevistado que os investimentos se inserem entre os objetivos das relações de ganho mútuo entre os países o que, por conseguinte, viabiliza tanto o desenvolvimento das empresas, quanto a qualidade de vida dos brasileiros.

Pelo que foi exposto, cabe pontuar que os investimentos chineses no território fluminense possíveis de serem analisados nessa pesquisa estão predominantemente relacionados ao determinante busca por recursos e, sob essa orientação, contribuem para o processo de inserção do território fluminense entre

---

<sup>235</sup> Disponível em: <<https://epge.fgv.br/conferencias/2019/o-futuro-da-parceria-estrategia-global-china-brasil/participantes.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>236</sup> Disponível em: <<https://epge.fgv.br/conferencias/2019/o-futuro-da-parceria-estrategia-global-china-brasil/files/apresentacao-consul-li-yang.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

as áreas de fornecimento de recursos estratégicos àquele país asiático. Essas considerações se tornam evidentes, quando observamos que mais da metade daqueles investimentos estiveram concentrados no setor de energia e realizados por empresas estatais chinesas, sendo seguidos pelos projetos realizados por empresas estatais chinesas orientadas pelo determinante busca de mercado no setor de energia elétrica, em detrimento da participação pouco expressiva que teve o influxo de capitais realizados pelas empresas privadas chinesas cujos investimentos foram orientados aos setores automotivo e de informática.

Diante ao exposto, compreendemos que se faz necessário analisar a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018. Nesse sentido, há de se pontuar que, se por um lado a territorialização abarca a dominação/apropriação do espaço cujos seus fins, entre outros aspectos, compreendem o controle de fonte de recursos e/ou meios de produção, tal como elenca Haesbaert (2014), por outro lado entende-se que as práticas espaciais são as ações que contribuem para garantir os diversos projetos sendo, portanto, os meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, ou seja, compreende a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução, tal como elenca Corrêa (2007).

A partir de uma dada interpretação das considerações propostas por Corrêa (2007), é possível compreender que entre as possibilidades de ocorrer as práticas espaciais, há a seletividade espacial, podendo esta ser entendida como uma ação seletiva, sobretudo, quando ao agir seletivamente e segundo alguns atributos busca-se atender aos projetos estabelecidos. Nesse sentido, o autor referenciado revela que na seletividade espacial se:

decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas (CORRÊA, 2007, p. 36).

Com efeito, ao emprendermos uma perspectiva geográfica acerca dos 9 projetos resultantes dos investimentos chineses no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense sob a orientação dos determinantes busca de recursos e busca de mercado, compreendemos que as práticas espaciais realizadas pela territorialização das empresas chinesas ocorrem, sobretudo, através da seletividade espacial, destacadamente, quando 6 dos projetos realizados por empresas chinesas foram realizados tendo como o determinante dos investimentos a busca de mercado, enquanto 3 daqueles projetos ao compreenderem o maior volume de investimentos e, sobretudo, realizados por estatais petrolíferas chinesas foram realizados sob o determinante busca de recursos.

Dos projetos compreendidos pela territorialização das empresas chinesas sob a orientação do determinante busca de mercado, é possível observar a concentração dos seus escritórios de representação na região metropolitana e o acesso ao mercado através da realização dos seus projetos tanto na referida região, quanto no interior fluminense. Nesse sentido, há que se destacar inicialmente os projetos realizados tanto pelas empresas CR Zongshen e Qihoo, quanto os projetos realizados pela China Communications Constructions Company (CCCC) e Shandong Kerui. Ademais, somam-se à estes projetos em setores diversificados, aqueles projetos cujos montantes não somente contemplaram os maiores valores, mas foram realizados pelas maiores empresas estatais chinesas como, por exemplo, as duas expressivas inversões orientadas pelo determinante busca de mercado no setor de energia elétrica realizadas pela State Grid, assim como os projetos no setor de energia (petróleo e gás) cuja orientação foi a busca de recursos pelas empresas Sinopec, Sinochem, CNPC e CNOOC.

A fim de compreender as especificidades relacionadas à territorialização de cada um desses investimentos, assim como as suas práticas espaciais orientadas tanto à busca de mercado quanto à busca de recursos no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o período compreendido entre os anos 2010 e 2018, entendemos que faz-se necessário abordá-los individualmente nas próximas linhas que compõem a seção em tela. Nesse sentido, concedemos atenção primeiramente aos investimentos com valores

menos representativos e orientados pela busca de mercado para, posteriormente, concedermos atenção aos projetos relacionados à territorialização das empresas estatais chinesas nos setores de energia elétrica e de petróleo e gás.

No que concerne aos US\$ 20 milhões em investimentos compreendidos pelas operações da CR Zongshen, os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa permitiram compreender que o aporte de capital foi direcionado ao município de Sapucaia, na região Centro-Sul Fluminense, em 2010. Como resultado desse investimento, houve a instalação de uma fábrica utilizando a marca Kasinski, cuja atividade compreendia à produção de bicicletas e motocicletas elétricas, scooters e motocicletas até o ano de 2014<sup>237</sup>.

Cumprir pontuar que, naquele contexto, assistia-se no país ao aumento do potencial de compra do consumidor brasileiro, dada redução do desemprego e a ampliação do crédito, tal como assinala Silva (2019). Assim como, a retomada do crescimento do setor automobilístico e registros de alta de, aproximadamente, 12,1% no segmento de motocicletas, somando-se à esses aspectos à recuperação no número acumulado de emplacamentos e uma proporção de motocicletas negociadas de, aproximadamente, 1,2 usada para cada nova, em 2010, tal como revelam os dados apresentados no Anuário Fenabrave 2010<sup>238</sup>. Ademais, há que se pontuar, que somam-se as características atrativas ao influxo de capitais para territorialização daquele projeto, o fato daquela inversão no território fluminense não somente ter se caracterizado pelo modo de ingresso sob a forma *green field*, mas por ser a primeira fabricante a produzir veículos movidos por energia elétrica no país<sup>239</sup>, que não somente realizava a seletividade espacial buscando o acesso ao mercado consumidor brasileiro, mas almejava a conquista de outros mercados a partir da produção em uma das regiões no interior do território marcadas por uma

<sup>237</sup> Ver portal eletrônico do G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carros/motos/noticia/indian-kasinski-e-buell-relembra-marcas-de-motos-que-deixaram-o-brasil.ghtml>>. Acesso em 13 jun. 2020.

<sup>238</sup> Ver portal eletrônico da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE). Disponível em: <<http://www.fenabrave.org.br/portal>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

<sup>239</sup> Ver portal eletrônico da revista digital Moto.com.br. Disponível em: <<https://www.moto.com.br/salao-duas-rodas/conteudo/fabrica-de-motos-eletricas-da-kasinski-ganha-novo-socio-41219.html>> Acesso em: 06 jun. de 2020. Ver portal eletrônico do Diário do Nordeste. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/projetos/auto/kasinski-desbanca-o-tetra-da-honda-1.463039>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

trajetória de aumento da participação relativa na composição da economia fluminense.

De modo que entre outros fatores relacionados à seletividade espacial, é possível compreender que buscava-se estabelecer uma atividade econômica a fim de superar a exigência de importação do produto do país asiático, estabelecendo-se, assim, uma territorialização no referido município fluminense diante da localização que se revelava assertiva tanto pela proximidade ao entroncamento rodoviário, quanto pela possibilidade de proximidade para realizar o escoamento para um dos maiores mercados do país. Naquele contexto, a região Sudeste além de ser a mais populosa do país, respondia pela segunda posição entre as vendas de motocicletas usadas e emplacamentos de motocicletas novas entre as regiões do Brasil, conforme revelam os dados do Anuário Fenabreve 2010<sup>240</sup>.

Nas considerações traçadas à imprensa pelo diretor da empresa, a seletividade espacial buscando acesso ao mercado e os aspectos relacionados à localização geográfica de Sapucaia, assim como os fatores relacionados à “guerra dos lugares” elencados por Santos; Silveira (2008), como a descentralização espacial e a implantação das corporações automobilísticas em novas porções do território na busca de uma densidade técnica nos lugares e de isenções fiscais, se tornam evidentes. Nesse sentido, cabe pontuar que em entrevista à imprensa o diretor da empresa assinalava, que:

[...] poderá utilizar a unidade não só para fornecer os produtos ao mercado interno brasileiro, mas também para exportar aos países vizinhos.

“A opção por fazer a fábrica no Rio foi estratégica, pela posição geográfica, para direcionar os produtos a outros países. Uma vez instalados no Brasil, não precisaremos trazer os produtos da China. E a escolha foi feita também devido ao próprio mercado consumidor carioca, que tem tudo a ver com o produto, por não ser poluente”, disse Rosa. Ele admitiu também que os incentivos fiscais também foram atrativos (G1, 2010)<sup>241</sup>.

<sup>240</sup> Ver portal eletrônico da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE). Disponível em: <<http://www.fenabrave.org.br/portal>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

<sup>241</sup> Ver portal eletrônico do portal de notícias G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/08/kasinski-abre-primeira-fabrica-de-motos-eletricas-do-brasil.html>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

Posto isso, há que se destacar que foram somados aqueles investimentos, a territorialização de outras empresas chinesas cuja prática espacial e o determinante do investimento estiveram relacionados à busca de mercado. Portanto, como a territorialização dos investimentos chineses não se limitou à região Centro-Sul Fluminense, faz-se necessário assinalar que entre os recortes espaciais contemplados por inversões orientadas pela busca de mercado estão os investimentos realizados pela Qihoo, pela China Communications Construction Company (CCCC) e pela Shandong Kerui na Região Metropolitana.

A Qihoo 360 é uma empresa chinesa cujas atividades estão relacionadas ao desenvolvimento de *softwares* de segurança<sup>242</sup>. Antes de prosseguirmos com nossas considerações acerca do investimento realizado pela Qihoo, há que se pontuar aqui que, elencamos a territorialização dessa operação na região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo, a partir de um procedimento metodológico orientado tanto por considerarmos essa operação em relação à Psafe, conforme apontado por Cebc (2016); quanto por realizarmos a busca pelo contato telefônico e pela localização da referida empresa em portal eletrônico de busca na Internet.

Ao efetivar o contato telefônico junto à atendente daquela empresa, à mesma limitou-se em fornecer as informações acerca da operação, assinalando que dado ao período atípico marcado pela quarentena e pela pandemia relacionada ao coronavírus (Covid-19), suas atividades estavam restritas ao atendimento aos fornecedores, assinalando ainda que o funcionário responsável que poderia auxiliar com os questionamentos acerca daquela operação não se encontrava no Rio de Janeiro. Todavia, através da pesquisa em portal eletrônico de busca na rede computadores, foi possível identificarmos a localização daquele escritório de representação no bairro de Copacabana, no município do Rio de Janeiro.

Há que se pontuar que os investimentos realizados por aquela empresa chinesa se inserem no contexto de diversificação dos setores contemplados pelas inversões provenientes do país asiático no território brasileiro. Assim, aos investimentos relacionados ao setor de informática e/ou de tecnologia da

---

<sup>242</sup> Ver portal eletrônico da empresa Qihoo 360. Disponível em: <<http://www.360.cn/about/englishversion.html>> Acesso em: 09 jun 2020.

informação, realizados pelo grupo chinês Baidu<sup>243</sup>, em 2014, juntaram-se as inversões de, aproximadamente, US\$ 21 milhões realizadas pela Qihoo, em 2015.

De acordo com um dos boletins publicados pelo Conselho Empresarial Brasil-China sobre investimentos chineses, entende-se que a Qihoo 360 realizou sua entrada no mercado nacional por meio de um investimento na empresa brasileira de segurança e performance digital Psafe, em 2015. Ademais, compreende-se que a prática espacial realizada pela referida empresa chinesa ao realizar suas operações junto àquela empresa brasileira teve como objetivo, sobretudo, o acesso ao mercado consumidor brasileiro.

Entendemos que essa busca pelo mercado brasileiro pode ser compreendida quando o Conselho Empresarial Brasil-China traça considerações acerca dessa operação, assinalando que:

a empresa de segurança e performance digital, recebeu, em 2015, aporte de US\$ 21 milhões da Qihoo 360. Além da chinesa, o *round* de investimentos contou com fundos menores de outros investidores, totalizando US\$ 30 milhões. Além de proporcionar uma expansão das atividades da Psafe no Brasil, esse investimento permitirá a internacionalização imediata da empresa brasileira, com a estruturação das operações na América Latina, além de sinalizar o interesse da Qihoo 360 no crescente mercado latino-americano de *softwares* de segurança. (CEBC, 2016, p. 29).

Ademais, compreendemos que o potencial representado pelo mercado consumidor brasileiro para aquela operação é resultante do crescimento do número de usuários que utilizam celulares como meio de acessar a internet, conforme revelam os dados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo IBGE. Nesse sentido, cabe destacar que, de acordo com dados da PNAD<sup>244</sup>, o Brasil apresentou, aproximadamente, 181 milhões de pessoas de dez anos ou mais que utilizaram a internet, ou seja, cerca de 70% do quinto país mais populoso, o que conforma um potencial

<sup>243</sup> De acordo com Cebc (2016, p. 25) “O grupo chinês Baidu, segundo maior serviço global de buscas na internet, iniciou operações no Brasil com a abertura de um escritório na cidade de São Paulo com investimento de R\$ 20 milhões. Além disso, a companhia chinesa adquiriu o controle da empresa de comércio eletrônico Peixe Urbano”.

<sup>244</sup> Ver portal eletrônico do IBGE. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf)> Acesso em: 14 jun 2020.

mercado consumidor diante do interesse sinalizado pela Qihoo 360 no crescente mercado representado pelo número de usuários na população brasileira àqueles investimentos, sobretudo, quando nota-se que em uma população expressiva de usuários de internet o telefone móvel celular é o aparelho utilizado por muitas pessoas para acessar a rede.

Ademais, cabe assinalar que se somam aos investimentos chineses elencados, aqueles cuja territorialização se faz tanto por escritórios de representação na Região Metropolitana, quanto por atividades relacionadas ao setor de infraestrutura orientadas, sobretudo, por uma prática de seletividade espacial em que o determinante compreende a busca de mercado. Nesse sentido, podemos elencar as atividades relacionadas à territorialização realizada pelas operações da China Communications Construction Company (CCCC). Todavia, antes de alcançarmos as considerações acerca da operação de fusão e aquisição pela CCCC em que a Concremat foi a empresa de destino dos investimentos daquela estatal chinesa, há que se pontuar a oportunidade conferida por uma de nossas idas a campo, cuja relevância se relaciona à possibilidade de compreender as atividades realizadas pela SDC do Brasil através de uma entrevista realizada junto à Sra. Sining, Vice Diretora do Departamento Comercial da SDC do Brasil, uma empresa filiada da China Communications Construction Company (Figura 2).

Figura 2 - Edifício onde está localizado o escritório da SDC do Brasil, filiada à empresa chinesa China Communications Construction Company no município do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

No que concerne à China Communications Construction Company (CCCC), a consulta ao portal eletrônico da empresa permite compreender que se

trata de uma companhia cujas atividades estão relacionadas aos projetos e construção de infraestrutura de transporte, assim como vinculados à realização de dragagem e a fabricação de máquinas pesadas. Com efeito, as operações da referida companhia:

[...] Abrange os seguintes aspectos comerciais: porto, terminal, estrada, ponte, ferrovia, túnel, projeto e construção de obras civis, dragagem de capital e dragagem de recuperação, guindaste de contêiner, máquinas marítimas pesadas, fabricação de grandes estruturas metálicas e máquinas rodoviárias e contratação de projetos internacionais, serviços de importação e exportação. É a maior empresa de construção e design de portos da China, uma empresa líder em construção e projeto de estradas e pontes, uma empresa líder em construção de ferrovias, a maior empresa de dragagem da China e a segunda maior empresa de dragagem (em termos de capacidade de dragagem) no mundo. A empresa também é o maior fabricante de guindastes de contêineres do mundo. Atualmente, a Companhia possui 34 subsidiárias integrais ou controladas (CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY, 2008 – tradução livre)<sup>245</sup>.

Com participação em projetos realizados tanto no território chinês, quanto em outras regiões do mundo como, por exemplo, na Ásia, na África e América do Sul, a presença dessa empresa no maior país sul-americano ocorre através da filiada SDC do Brasil há pouco mais de duas décadas. Em entrevista junto à Sra. Singing, Vice-Diretora do Departamento Comercial da SDC do Brasil, intermediada pelo funcionário Rafael, foi possível compreender que a atuação daquela subsidiária da empresa chinesa é realizada através da participação em projetos de dragagem em diferentes portos do país.

Assim, por meio da oportunidade concedida pela entrevista no escritório da referida filiada chinesa na área central da metrópole fluminense, foram elencados alguns exemplos da atuação em projetos de dragagem pela empresa e a participação tanto em pequenos projetos que demandam esse tipo de serviço, quanto em projetos mais expressivos como os que exigiram os serviços da empresa nos Portos de Santos, Paranaguá e Açú. Haja vista que, segundo a entrevistada, todos os portos necessitam de uma periodicidade para a realização das obras de dragagem.

---

<sup>245</sup> Ver portal eletrônico da empresa China Communications Construction Company. Disponível em: <<http://en.ccccltd.cn/aboutcompany/introduction/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

Ademais, a partir de uma das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, compreende-se que a territorialização dos aportes de investimentos pela China Communications Construction Company no país deve-se, sobretudo, à prática espacial orientada pela busca de mercado no setor de infraestrutura. Com efeito, além da territorialização representada por aquela filiada no país, as operações realizadas pela empresa contemplaram tanto a participação no Terminal de Uso Privado de São Luís<sup>246</sup>, no estado do Maranhão, quanto a inauguração de um escritório da empresa em São Paulo exclusivamente para questões relacionadas aos negócios na América do Sul.

Além disso, somam-se a esses projetos, o aporte de investimentos realizados pela China Communications Constructions Company no território fluminense através de uma operação de fusão e aquisição relacionada à aquisição de grande parte dos ativos da empresa Concremat. No que concerne à operação realizada no território fluminense através do modo de entrada fusão e aquisição junto à Concremat, há que se destacar que:

a empresa China Communications Construction Company (CCCC) acertou a aquisição de 80% do capital da construtora brasileira Concremat Engenharia no valor de R\$ 350 milhões. O grupo chinês tem interesses em projetos de infraestrutura, equipamentos pesados e serviços de dragagem no Brasil, onde pretende investir US\$ 1 bilhão no médio prazo. A Concremat confirmou ter assinado um acordo preliminar, com os termos e condições a serem definidos posteriormente (CEBC, 2017, p. 24).

Ademais, cabe pontuar que às operações da referida empresa com objetivo de realizar projetos no território brasileiro, soma-se a sua participação no consórcio formado entre a CCCC e a CR20 (China Railway 20 Bureau Group) enquanto empresas vencedoras do leilão para construção da ponte entre Salvador e Ilha de Itaparica na Bahia, cujo valor do contrato compreende cerca de R\$ 7,6 bilhões e a implantação ocorrerá através de uma parceria público-privada, tendo

---

<sup>246</sup> Disponível em portal eletrônico do evento Seminário O Futuro da Parceria Estratégica Global China-Brasil. Disponível em: <<https://epge.fgv.br/conferencias/2019/o-futuro-da-parceria-estrategia-global-china-brasil/files/apresentacao-yu-yong.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

como prazo de concessão 35 anos<sup>247</sup>. Outrossim, somam-se aos projetos elencados tanto o interesse em participar de novos projetos de infraestrutura<sup>248</sup>, assim como às inversões realizadas pela CCCC no território fluminense, os investimentos confirmados pelo Conselho Empresarial Brasil-China realizados pela referida companhia chinesa, mas orientados à realização de operações no setor financeiro, em 2015.

Nesse sentido, convém pontuar que, de acordo com o referido conselho, os investimentos da empresa China Communications Construction Company foram realizados no estado do Rio de Janeiro, tendo o Banco Modal como empresa destino. Todavia, como o valor empreendido na operação não foi informado, acerca desse investimento a presente pesquisa se limitou a pôr em tela somente que:

a China Communications Construction Company (CCCC), o Banco Modal e a australiana Macquarie Capital assinaram uma parceria estratégica através da criação de um fundo que prevê investimentos iniciais de R\$ 500 milhões em infraestrutura e logística na América Latina, incluindo o Brasil. Sob o nome de MDC, a *joint-venture* inicialmente focará em obras ligadas à construção de portos, rodovias e ferrovias (CEBC, 2016, p. 28-29).

Entretanto, cabe evidenciar que não foram somente essas inversões as realizadas por empresas chinesas no setor bancário. Nesse sentido, compreendemos como oportuno assinalar que ao não se limitarem à referida operação, outros investimentos no setor bancário foram identificados através da realização de trabalhos de campo, quando foi possível constatar a presença de escritórios de representação de bancos chineses na metrópole fluminense como, por exemplo, o Bank of China e o China Construction Bank (Figura 3).

Não obstante, cumpre ressaltar que pelos procedimentos metodológicos utilizados na realização dessa pesquisa, não foi possível compreender e tampouco sistematizar com assertividade as informações relacionadas aos valores

---

<sup>247</sup> Ver portal eletrônico da Concremat. Disponível em: <<https://www.concremat.com.br/cccc-vence-leilao-para-construcao-da-maior-ponte-da-america-latina/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>248</sup> Ver portal eletrônico da Concremat. Disponível em: <<https://www.concremat.com.br/revista-exame-relata-os-investimentos-da-china-communications-construction-company-cccc-no-brasil/>>. Acesso em> 18 jun. 2020.

contemplados pela implantação dessas atividades no território fluminense. Haja vista, que apesar de identificarmos os escritórios de representação daqueles bancos chineses, as limitações ao acesso à informação acerca das operações relacionadas à implantação impediram a sistematização das informações junto àquele montante conformado pelos investimentos chineses e possíveis de serem analisados a partir das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China.

Figura 3 - Escritório do China Construction Bank - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal do autor.

No entanto, convém ressaltar que através dos esforços empreendidos para a realização dessa pesquisa, foi possível compreender por meio da realização de contato telefônico junto ao escritório de representação do China Construction Bank (CCB), que se trata da permanência de uma filial daquele banco chinês no município de Rio de Janeiro. Ademais, consideramos como oportuno assinalar aqui, que o China Construction Bank é um banco que ocupa a segunda posição entre as maiores instituições financeiras do mundo e que a partir da consulta ao seu portal eletrônico<sup>249</sup>, é possível compreender que o referido banco,

desde 2014, marca presença em solo brasileiro com a sua subsidiária CCB Brasil, representando um marco na estratégia de internacionalização do CCB, com o objetivo de ser o principal intermediador de negócios financeiros para apoiar o fluxo de comércio exterior entre o Brasil e a China e ser a

<sup>249</sup> Ver portal eletrônico do China Construction Bank. Disponível em: <<http://www.br.ccb.com/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

operação-âncora do conglomerado na América Latina (CHINA CONSTRUCTION BANK)<sup>250</sup>.

Diante ao exposto, é possível compreender que a seletividade espacial pode ser um fator relacionado à localização desse escritório de representação na metrópole fluminense, à medida que próximo daquele escritório encontra-se tanto o Consulado da República Popular da China, quanto escritórios de representação de outras empresas estatais chinesas que atuam no setor de petróleo. Ademais, cumpre pontuar que através da realização do trabalho de campo, foi possível identificar que no mesmo edifício se encontram tanto os escritórios de representação de empresas chinesas como a Kerui, a qual abordaremos em seguida, assim como o escritório de representação de uma filial do China of Bank no Brasil (Figura 4).

Figura 4 - Escritório do Bank of China - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal do autor.

<sup>250</sup> Ver portal eletrônico do China Construction Bank. Disponível em: <<http://www.br.ccb.com/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

No que concerne à realização da visita técnica ao escritório do Bank of China<sup>251</sup> no Rio de Janeiro, cabe assinalar a oportunidade de compreender alguns aspectos que orientaram a territorialização dessa instituição, assim como os determinantes de sua prática espacial quando foi concedida uma entrevista aberta junto ao Sr. Wan, funcionário do referido banco, intermediada pela Sra. Ana, Gerente de Relacionamento. Naquela ocasião, foi possível compreender que entre os fatores de atração dos projetos realizados pelo banco chinês elencados pelos entrevistados, destacam-se tanto a riqueza em recursos naturais presentes no país, quanto a oportunidade para a realização de diferentes tipos de investimentos, assim como o quadro de estabilidade política e econômica que marcava o país no contexto de realização da entrevista. Ademais, foi possível compreender que entre as operações desenvolvidas pela instituição, têm-se a realização de empréstimos para subsidiárias chinesas instaladas no território, destacando-se os investimentos nos setores de infraestrutura, equipamentos, energia e petróleo e gás.

Todavia, como os projetos realizados por empresas chinesas na Região Metropolitana orientados pela busca de mercado não se restringiram às operações nos setores de informática, infraestrutura e a presença dos escritórios de representação de bancos chineses possíveis de serem identificados a partir das visitas técnicas realizadas por meio de trabalhos em campo na metrópole fluminense. Há que se destacar, que se somam à presença das inversões nos referidos setores os investimentos chineses que contemplaram o setor de energia (petróleo e gás) orientados pelo determinante busca de mercado. Nesse sentido, cumpre analisar a territorialização e a prática espacial das atividades desenvolvidas pela empresa Kerui Petroleum no território fluminense.

A Kerui Petroleum é um grupo industrial chinês com atuação internacional em atividades relacionadas ao setor de extração de petróleo e gás,

---

<sup>251</sup> Ver ao portal eletrônico do Bank of China pode-se compreender que o Bank of China é o banco que possui uma história de operação contínua mais longa entre os bancos chineses e que ocupa uma posição de liderança no setor financeiro do país asiático. Atualmente, o Bank of China é responsável pelo gerenciamento das operações de câmbio da China, realiza o apoio vital ao desenvolvimento do comércio exterior e à infraestrutura econômica do país asiático através de acordos de comércio internacional, transferência de fundos para o exterior e outros serviços de câmbio não comerciais. Disponível em: <[https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab1/200809/t20080901\\_1601737.html](https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab1/200809/t20080901_1601737.html)>. Acesso em: 06 jun. 2020.

desenvolvimento de equipamentos e pesquisas para a realização de atividades no referido setor e serviços relacionados à engenharia de energia de petróleo e serviços de integração de campos de petróleo<sup>252</sup>. No Brasil, a atuação do grupo ocorre através da empresa subsidiária Kerui Brasil que realiza a representação comercial dos produtos e serviços daquele grupo.

Na oportunidade concedida pela entrevista junto à Sra. Cristina King, Coordenadora Comercial da empresa Kerui, foi possível compreender que as três principais áreas de atuação da empresa compreendem o fornecimento de equipamentos, as soluções em engenharia e a prestação de serviços no setor de óleo e gás, assim como entender que entre os objetivos da presença da subsidiária no país, está a tentativa de realizar um processo de expansão a fim de desenvolver novos projetos no território brasileiro (Figura 5). Ademais, compreendemos que através da subsidiária brasileira, a territorialização da empresa não se restringe ao escritório de representação comercial na metrópole fluminense, exercendo assim atividades relacionadas à prestação de serviços no mercado de petróleo e gás nas obras de implantação do projeto da Petrobrás no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Figura 5 - Escritório da empresa Kerui - Edifício Argentina – Botafogo, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal do autor.

<sup>252</sup> Ver sítio eletrônico da empresa Kerui Petroleum. Disponível em: <<http://petroleum.kerui.com/kr/en/about/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

A partir das informações obtidas junto à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil, o Conselho Empresarial Brasil-China evidenciou em uma das suas publicações sobre investimentos chineses no país, que as atividades relacionadas aos investimentos da referida empresa compreendem:

um consórcio com participação da empresa chinesa Shandong Kerui Petroleum [que] venceu licitação promovida pela Petrobras para a implementação de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Comperj, em Itaboraí, Rio de Janeiro (CEBC, 2019, p. 39).

Nas atividades relacionadas aos trabalhos de campo no território fluminense, realizamos a visita técnica ao referido complexo petroquímico. Todavia, diante das limitações impostas para o acesso às informações, seguimos na busca de informações por contato telefônico. Assim, foi possível compreender que, a seletividade enquanto prática espacial das atividades realizadas pela empresa chinesa na busca de mercado ocorre através da sua atuação e operação junto à uma empresa brasileira denominada Método Engenharia.

Com efeito, a territorialização da empresa no processo de reestruturação econômica do território fluminense ocorre de forma direta no setor de petróleo e gás, sobretudo, através da parceria que conforma a JV Kerui Método. Assim, a sua atuação da empresa chinesa compreende a realização de serviços relacionados às obras para a implantação de unidades de processamento e expedição de gás natural<sup>253</sup> do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, localizado no município de Itaboraí (Figura 6).

---

<sup>253</sup> Ver portal eletrônico da empresa Método Engenharia. Disponível em: <<http://www.metodo.com.br/cases/comperj/>> Acesso em: 10 jun. 2020.

Figura 6 - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Itaboraí



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Como os escritórios de representação das empresas chinesas localizados na Região Metropolitana e orientados pela busca de mercado não se restringiram às operações nos setores de informática e de infraestrutura, tampouco se limitaram aos projetos que evidenciam a territorialização de empresas chinesas orientadas pela busca de mercado através da implantação de uma fábrica no setor automotivo no interior fluminense, seguimos evidenciando que a territorialização dos investimentos chineses no território fluminense não se restringiu à presença de escritórios de representação de bancos chineses e dos projetos realizados por filiais de empresas privadas do país asiático no setor de petróleo e gás localizadas na Região Metropolitana. Nesse sentido, nas linhas subsequentes, as análises se voltam tanto à territorialização realizada por empresas estatais no setor de energia elétrica cuja prática espacial foi orientada pelo determinante busca de mercado, quanto à territorialização das empresas estatais chinesas no setor de petróleo e gás cujas operações foram conduzidas sob o determinante busca de recursos.

Através da realização dessa pesquisa, foi possível identificar que a territorialização realizada por empresas estatais no setor de energia elétrica no território fluminense compreenderam as operações realizadas pela empresa State Grid. As operações da referida empresa estiveram relacionadas não somente à presença da sede da subsidiária chinesa no Brasil localizada na área central da metrópole fluminense, mas compreenderam o Trecho 12 do traçado das linhas do Sistema de Transmissão Xingu-Rio, que contempla tanto municípios da Região Metropolitana, quanto municípios localizados na Região Médio Paraíba.

Destarte, cumpre pontuar que a State Grid Corporation of China é uma estatal chinesa cujos principais objetivos consistem em construir e operar redes de energia para fornecimento no setor elétrico. Ademais, convém assinalar que a State Grid ocupa a posição de maior empresa de energia elétrica e distribuição no país asiático e possui uma presença internacional que remete à realização das suas atividades tanto em países na Ásia e na África, quanto na Oceania, Europa e América (BARBOSA, MARINA, BIANCALANA, 2014; VANDERLEI, 2018; STATE GRID BRAZIL HOLDING; 2018).

No território brasileiro, a atuação da State Grid ocorre através da State Grid Brazil Holding S.A. (SBGH) e sua constituição no país remonta ao ano de 2010 (BARBOSA, MARINA, BIANCALANA, 2014; VANDERLEI, 2018; STATE GRID BRAZIL HOLDING; 2018). Diante ao exposto, há que se destacar que:

a SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos (STATE GRID BRAZIL HOLDING; 2019, p. 1).

A inserção da State Grid Brazil Holding no setor elétrico brasileiro ocorreu ao realizar aportes de investimentos na compra de sete concessionárias de transmissão de energia no Brasil, em 2010 (CEBC, 2011; STATE GRID BRAZIL HOLDING; 2016; VANDERLEI, 2018). Em 2011, a empresa ampliou sua atuação ao vencer o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelandia Transmissora S.A., possuindo participação societária de 51% (STATE GRID BRAZIL HOLDING, 2017).

Em 2012, a territorialização da referida empresa chinesa não se limitou à realização de investimentos superiores aos R\$ 200 milhões para inauguração de sua sede na cidade do Rio de Janeiro (Figura 15), mas compreendeu a expansão

da sua atuação através da participação em leilões no setor elétrico brasileiro. Com efeito, o processo de expansão da State Grid Brazil Holding no país compreendeu a sua participação em outros leilões no referido setor que, por conseguinte, não somente resultou em significativos aportes de capitais através das operações realizadas pela estatal chinesa no território, como consistiu na forma como a empresa chinesa ampliou o seu acesso no mercado energético brasileiro realizando aquisições de outras concessionárias durante o curso da segunda década do século XXI (STATE GRID BRAZIL HOLDING, 2017; SILVEIRA, 2018; VANDERLEI, 2018).

Figura 7 - Sede da State Grid Brazil Holding – Centro, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Portanto, como resultado das inversões realizadas no país, a State Grid Brazil Holding ampliou sua atuação no mercado de energia, apresentando uma considerável participação nas linhas de transmissão de energia<sup>254</sup> no território brasileiro<sup>255</sup>. Ao analisar a participação das empresas estatais chinesas no mercado de transmissão de energia elétrica brasileiro, Laura C. F. U. Silveira revela o crescimento da participação dessas empresas no território e evidencia que:

a partir de 2010, em estratégia paralela à participação em Leilões ANEEL que já havia viabilizado significativa inserção das empresas estatais chinesas no mercado de energia brasileiro, teve início a aquisição de ativos, por estas mesmas empresas, de

<sup>254</sup> Ver Barbosa; Marina; Biancalana (2014).

<sup>255</sup> Ver Cebc (2011; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019), State Grid (2017), Silveira (2018).

empreendimentos que já estavam em operação (SILVEIRA, 2018, p. 139).

Diante ao exposto, é possível compreender que a atuação da empresa chinesa no território fluminense não se limita aos investimentos realizados para o estabelecimento de sua sede na área central da metrópole fluminense e compreendem, portanto, o processo de ampliação de inversões de capitais no setor de energia elétrica realizadas no país à medida que a State Grid Brazil Holding expandiu a sua territorialização. Antes de prosseguirmos com as considerações acerca do processo de territorialização da empresa, faz-se necessário compreender como o território fluminense no curso de seu processo de reestruturação econômica se insere na conjuntura de expansão daquela empresa chinesa no mercado brasileiro de energia elétrica durante o recorte temporal elencado neste estudo.

Para tanto, compreendemos como necessário pôr em tela que o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 regulamentou tanto a comercialização de energia elétrica, quanto o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. Com efeito, foi estabelecido que as concessionárias e as permissionárias, assim como as autorizadas do serviço público de distribuição de energia do Sistema Interligado Nacional deveriam garantir, por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento à totalidade de seu mercado no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Assim, com vistas à execução dessas contratações, a legislação estabeleceu que os leilões seriam regulados e realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)<sup>256</sup>.

Portanto, a fim de ampliar sua atuação no setor elétrico brasileiro, a State Grid tem participado de leilões realizados no setor de energia e comprado ativos de empresas que operavam no mercado brasileiro<sup>257</sup> adquirindo, por conseguinte, linhas de transmissão que permitiram uma expansão da sua territorialização no setor de energia existente no país. Como resultado desse processo, a State Grid Brazil Holding consolidou a sua atuação no mercado energético brasileiro,

---

<sup>256</sup> Ver portal eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <<https://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

<sup>257</sup> Ver Cebc (2014; 2016; 2017; 2018;).

alcançando uma relevante posição na prestação de serviços em vários projetos de energia elétrica distribuídos por diferentes regiões do país, à medida que se tornou responsável pela manutenção de várias de linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (Figura 8).

Figura 8 - Projetos ativos de linhas de transmissão de energia elétrica da State Grid Brazil Holding S.A. no território brasileiro



Fonte: State Grid Brazil Holding. Disponível em: <<https://www.stategrid.com.br/pagina-inicial/ativos/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

A despeito da participação em outros projetos de energia elétrica no país cujas limitações desse estudo nos impedem de investigar, nos cabe evidenciar que o território fluminense foi inserido em um dos projetos de maior envergadura realizados pela State Grid Brazil Holding no país. Nesse sentido, há que se pontuar a participação da referida empresa no Sistema de Transmissão Xingu-Rio.

Para tanto, cumpre assinalar que a participação da State Grid Brazil Holding no Sistema de Transmissão Xingu-Rio ocorreu através da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (XRTE), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) com anuência e interveniência da empresa State Grid Brazil Holding (RIMA STXR, 2016). Essa empresa foi a vencedora do Leilão ANEEL 007/2015 – lote único em 17/07/2015 com deságio de 19% e Receita Anual Permitida de R\$ 988.030.985,00 (RIMA STXR, 2016). Com efeito, a State Grid Brazil Holding ao participar de um dos leilões realizados pela ANEEL ganhou a concessão, sem parceiros, da Linha de Transmissão Xingu-Rio, em 2015 (RIMA STXR, 2016; SILVEIRA, 2018).

Entendido esse processo, cumpre destacar, que o Sistema de Transmissão Xingu-Rio compreende, aproximadamente, 2,5 mil km de extensão cujos traçados atravessam os estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, abrangendo assim 78 municípios. O objetivo desse projeto consiste em realizar a transmissão de energia elétrica gerada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte para os grandes centros consumidores da Região Sudeste e para alimentação do Sistema Interligado Nacional (RIMA STXR, 2016) (Quadro 1).

Quadro 1 - Informações gerais sobre o Sistema de Transmissão Xingu-Rio

Ano 2015	
<b>Linha de Transmissão Xingu Rio</b>	
Empresa:	Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. vinculada à State Grid Brazil Holding S.A. – SGBH.
<p>Leilão ANEEL</p> <p>Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, que celebram a União e a Xingu Rio transmissora de energia S.A.</p> <p>Contrato de Concessão: 007/2015.</p>	
Processo Nº	48500.000560/2015.44
Lote	Único.
<p>Características gerais do projeto:</p> <p>Extensão e tensão da linha de transmissão e subestações: 2.518 km (800 kW HVDC) e 2 estações conversoras + 800kV para 4.000 MW. Interconexão dos Estados do Pará/PA, Tocantins/TO, Goiás/GO e Minas Gerais/MG e Rio de Janeiro/RJ.</p>	
Previsão para entrada em operação comercial:	Até a data de 2 de dezembro de 2019
Deságio Praticado no Leilão:	19%.
Receita Anual Permitida:	R\$ 988,03 milhões.
Ano final da Concessão:	2045.

Fonte: ANEEL<sup>258</sup>; RIMA STXR, 2016; SILVEIRA, 2018. Quadro elaborado pelo autor.

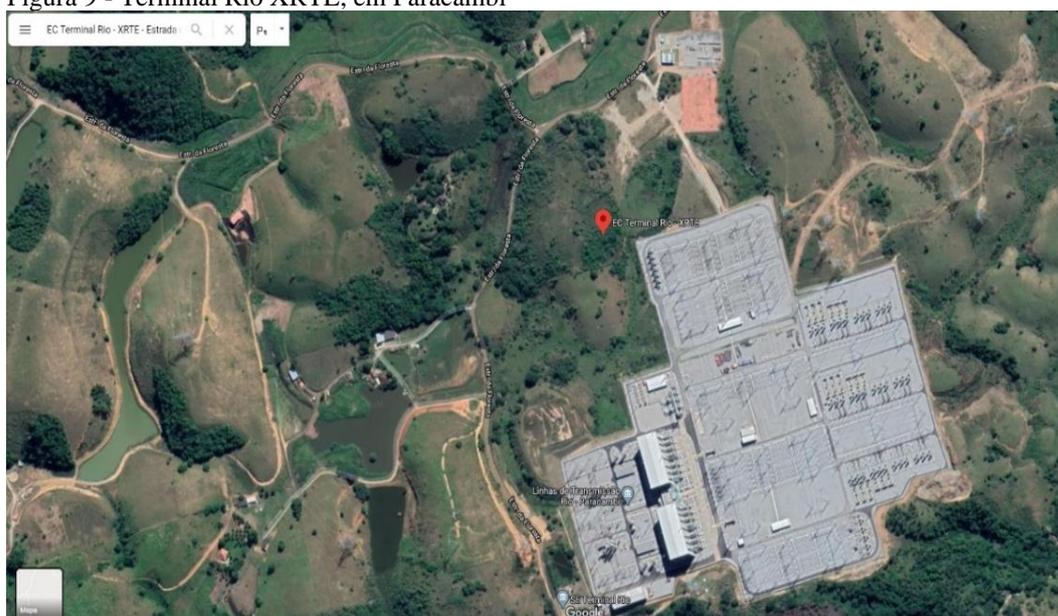
Diante ao exposto, entende-se que o Sistema de Transmissão Xingu-Rio se insere no conjunto conformado pelos diferentes projetos ativos de linhas de transmissão em que ocorre tanto a territorialização, quanto a participação da State Grid Brazil Holding no país. Ademais, através da compreensão desse projeto, é que se torna possível identificar os investimentos de grande envergadura realizados pela estatal chinesa não apenas no território brasileiro, mas, sobretudo, no recorte espacial compreendido pelo território fluminense.

<sup>258</sup> Ver portal eletrônico da ANEEL. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/siget/arq.cfm?arquivo=25573>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

Assim, a partir das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China<sup>259</sup> entende-se que aqueles montantes de capitais conformados tanto pelo aporte de US\$ 2,9 bilhões, em 2015, quanto pelo aporte de US\$ 4,8 bilhões, em 2018, compreenderam os investimentos realizados pela empresa chinesa no território destinado ao projeto do Sistema de Transmissão Xingu-Rio.

No que concerne ao estado do Rio de Janeiro, é possível compreender que o território foi contemplado pelos investimentos relacionados ao projeto da linha de transmissão de alta tensão realizado por aquela subsidiária, quando assistiu a implantação do traçado da Linha de Transmissão Xingu-Rio atravessando o país no sentido setentrional-meridional, alcançando assim o território fluminense tanto com as linhas de transmissão, quanto através da implantação do Terminal Rio. Com efeito, o estabelecimento desses fixos no território fluminense compreendem, por exemplo, o Terminal Rio do Sistema de Transmissão Xingu-Rio, localizado em Paracambi (Figura 9), assim como as torres estaiadas e autoportantes (Figura 10) que asseguram os fluxos do referido sistema de transmissão implantadas em diferentes municípios localizados nas Regiões Médio Paraíba e Metropolitana.

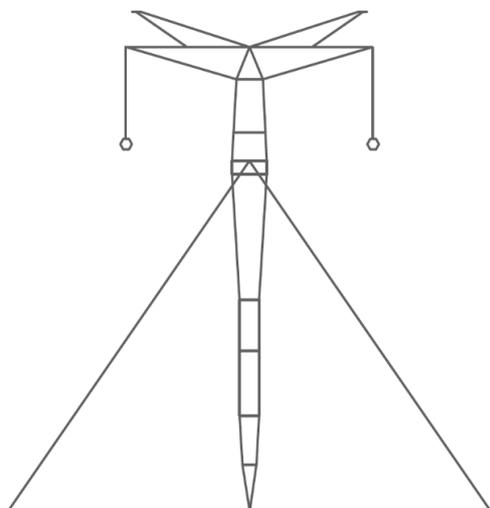
Figura 9 - Terminal Rio XRTE, em Paracambi



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 16 jun. 2020. Disposição das imagens organizada pelo autor.

<sup>259</sup> Ver Cebc (2016; 2019).

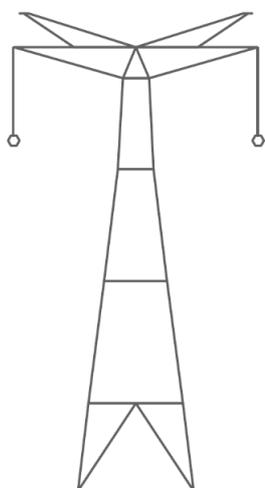
Figura 10 - Torres estaiada e autoportante utilizadas pelo Sistema de Transmissão Xingu-Rio realizado pela State Grid Brazil Holding nos municípios de Valença e Barra do Piraí



A) Torre estaiada



B) Torre estaiada em Valença



C) Torre autoportante



D) Torre autoportante em Barra do Piraí

Fonte: RIMA STRX, 2016, p. 16. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 16 jun. 2020. Disposição das imagens organizada pelo autor.

Acerca do Sistema de Transmissão Xingu-Rio, cabe evidenciar, tal como assinala Laura C. F. U. Silveira, que:

trata-se da maior linha de transmissão construída no mundo, seja pela extensão ou pela capacidade de transmissão de energia e dados. Por ser operada remota e automaticamente, a tecnologia embarcada nesse empreendimento permite que sejam

realizadas compensações elétricas no sistema, sendo viável conectá-la com linhas de corrente alternada, de tensão mais baixa, por todo seu percurso (SILVEIRA, 2018, p. 142).

No caso da realização do aporte dessas inversões confirmadas pelas publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2016; 2019), torna-se possível compreender que aquele montante conformado por, aproximadamente, US\$ 2,9 bilhões em investimentos chineses contemplou cinco Unidades Federativas, sendo elas o Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro<sup>260</sup> no ano de 2015. Diante das dificuldades e limitações encontradas para realizar a confirmação de quanto daquele montante foi direcionado, mais especificamente, ao território fluminense, optamos por realizar uma média entre o valor do investimento e os estados contemplados por aquele aporte de capitais, o que nos permitiu chegar ao valor estimado em, aproximadamente, US\$ 581,1 milhões sob a forma de investimentos chineses no setor de energia elétrica realizados no território fluminense, em 2015.

Acerca desse montante de capital, o Conselho Empresarial Brasil-China assinala que:

a State Grid Brazil Holding venceu o leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a construção da segunda linha de transmissão de Belo Monte. A linha reforçará o escoamento da produção da energia produzida na hidrelétrica até o Sudeste. A empresa chinesa apresentou uma proposta de receita anual de R\$ 988 milhões, um deságio de 19% em relação à remuneração máxima anual permitida (RAP) para o leilão, de R\$ 1,2 bilhão. O investimento previsto é de R\$ 7 bilhões e as obras serão realizadas em cinco estados: Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A empresa será responsável pela implantação de 2,5 mil quilômetros de linhas de transmissão – desde o Xingu até o Rio de Janeiro - e 7.800 MW de capacidade instalada em duas subestações conversoras. Com previsão de geração de 15,4 mil empregos diretos, as obras deverão ser entregues no final de 2019 (CEBC, 2016, p. 28).

Ademais, cabe pontuar que a permanência daquelas dificuldades para compreender o desmembramento do montante conformado por, aproximadamente, US\$ 4,8 bilhões sob a forma de investimentos direcionados àquelas Unidades Federativas, realizamos a adoção do procedimento metodológico elencado, o que permitiu contabilizar um valor estimado em,

---

<sup>260</sup> Ver Cebc (2016, p. 30).

aproximadamente, US\$ 960,0 milhões sob a forma de investimentos realizados no território fluminense, em 2018. Acerca desse montante de capital, o Conselho Empresarial Brasil-China aponta que:

segundo informações fornecidas pela State Grid diretamente ao CEBC, a gigante chinesa do setor de energia elétrica investiu cerca de US\$ 5,8 bilhões no Brasil em 2018, por meio de oito projetos:

1. Linha de transmissão de alta voltagem de 2,5 mil quilômetros, por meio da subsidiária Xingu Rio Transmissora de Energia. O investimento cobre os estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o montante transacionado de cerca de R\$ 4,8 bilhões [...] (CEBC, 2019, p. 34)<sup>261</sup>.

Diante ao exposto, compreende-se a partir de uma perspectiva geográfica acerca desses investimentos, que a seletividade enquanto prática espacial foi orientadora das operações realizadas pela subsidiária chinesa no acesso ao mercado energético brasileiro. De modo que, a territorialização da empresa ocorre através da atuação em projetos de implantação de sistemas de transmissão em diferentes regiões do território brasileiro.

Com efeito, a territorialização da empresa State Grid Brazil Holding se insere no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense, à medida que diferentes municípios fluminenses são compreendidos pelo Trecho 12 da Linha de Transmissão Xingu-Rio, cujo traçado se estende por torres que sustentam a linha de transmissão enquanto fixos presentes nos territórios dos municípios de Piraí, Valença e Barra do Piraí, na Região do Médio Paraíba, assim

<sup>261</sup> Há que se destacar aqui, que os demais projetos elencados pelo Cebc (2019, p. 34-35) compreendem: “[...] 2. Linha de transmissão de cerca de mil quilômetros por meio da Paranaíba Transmissora de Energia. O investimento, cujo valor foi de aproximadamente R\$ 748 milhões, cobre o estado do Mato Grosso; 3. Linha de transmissão de 275 quilômetros por meio da Canarana Transmissora de Energia. O investimento cobre o estado de Mato Grosso, com o montante de R\$ 91 milhões; 4. Projeto de reforço da linha de transmissão da Ribeirão Preto Transmissora de Energia. O investimento chegou a R\$ 25 milhões e cobre o estado de Minas Gerais; 5. Projeto de reforço da subsidiária Atlântico Transmissora de Energia para a Celpa – Centrais Elétricas do Pará, na subestação Xinguara 2. O investimento foi de R\$ 3,8 milhões; 6. Projeto de reforço da Iracema Transmissora de Energia na subestação Curral Novo do Piauí, com investimento de R\$ 13 milhões; 7. Projeto de reforço da Porto Primavera Transmissora de Energia, na subestação Nova Porto Primavera, no estado de São Paulo. O valor do investimento chegou a R\$ 15,9 milhões; 8. Linha de transmissão de alta voltagem de aproximadamente dois mil quilômetros no projeto Belo Monte Transmissora de Energia. O investimento somou R\$ 82,8 milhões e foi feito em parceria com Furnas (24,5%), Eletronorte/Eletronorte (24,5%), enquanto a State Grid deteve os 51% restantes. O aporte cobre os estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Fonte: State Grid Brazil Holding”.

como pelos municípios de Seropédica, Queimados e Nova Iguaçu, alcançando a subestação terminal XRTE em Paracambi, na Região Metropolitana.

Diante ao exposto, é possível compreender que o Brasil, além de ser um dos países cuja presença da empresa chinesa ocorreu a partir de seu primeiro grande investimento externo à região asiática, também se destacou como o país em que a territorialização da empresa nos remete à seletividade enquanto prática espacial a fim de acesso ao mercado para a realização tanto dos projetos, quanto para a prestação de seus serviços no setor de energia elétrica. Com efeito, no curso desse processo a participação da State Grid Brazil Holding na aquisição de concessionárias do serviço público de transmissão de energia alcançou “18 companhias com 100% de participação societária e 5 companhias com participação de 51% com controle conjunto” (STATE GRID BRAZIL HOLDING; 2018, p. 1).

Há que se pontuar aqui que, após traçarmos considerações acerca dos investimentos chineses orientados pela busca de mercado realizado por aquelas empresas nos setores automotivo, informática, infraestrutura e de energia (petróleo e gás), bem como após ter evidenciado a atuação da estatal chinesa no setor de energia elétrica, pondo em tela tanto suas operações quanto sua territorialização em municípios de diferentes regiões do território fluminense, faz-se necessária a realização das análises acerca da territorialização dos investimentos chineses orientados pela busca de recursos no setor de petróleo e gás. Nesse sentido, assinalamos que nas linhas subsequentes, traçamos breves considerações acerca das empresas petrolíferas estatais chinesas para alcançarmos o processo de territorialização dessas companhias no curso do processo de reestruturação econômica fluminense.

Destarte, compreendemos como relevante evidenciar que a despeito das iniciativas realizadas pela República Popular da China no sentido de promover mudanças no seu consumo de energia, a segunda maior economia mundial não realizou apenas um processo de reestruturação no setor de petróleo buscando maior competitividade e eficiência de suas empresas estatais<sup>262</sup>, mas apresentou um

---

<sup>262</sup> Ver Cebe (2013); Fuser (2013); Shaumbaugh (2013); Corrêa (2015); Moura (2018) e Vasquéz (2019).

crescimento da participação de fontes renováveis em sua matriz energética. Não obstante a essas mudanças, os combustíveis fósseis ainda mantiveram uma participação expressiva no abastecimento da matriz energética chinesa<sup>263</sup> e as projeções acerca do consumo energético para o país evidenciam que o crescimento da demanda chinesa por petróleo continuará no curso das próximas duas décadas<sup>264</sup>.

Em síntese, é possível convergirmos com as considerações traçadas por David Harvey quando assinala que “o dramático crescimento da China a tornou mais dependente de fontes externas de matérias primas e energia” (HARVEY, 2014, p. 150). Assim como, compreender que à medida que o país asiático manteve sua trajetória de crescimento econômico houve uma maior demanda por petróleo e a ampliação da participação dos recursos em seu fornecimento total de energia primária por fonte durante o período compreendido entre o início da década de 1990 e o ano 2017<sup>265</sup>.

Ademais, há que se destacar que durante esse período houve a perda de autossuficiência em petróleo pela República Popular da China e a passagem do país asiático à condição de maior importador de petróleo, implicando a ampliação do consumo desse recurso de 7,9 mil barris por dia, em 2008, para pouco mais 13,5 mil barris por dia em 2018<sup>266</sup>. Outrossim, não podemos olvidar as considerações sobre a política energética chinesa realizada por Laura C. F. U. Silveira, ao assinalar que:

não só a China, mas todo país que ainda necessita de fornecimento de recursos energéticos para promover e manter suas taxas de crescimento em dígitos positivos, pode se deparar com limitações impostas pela não disponibilidade ou dificuldade no acesso às fontes em seu espaço vital. Se o recurso for escasso maior relevância terá a política energética na concepção de soluções que viabilizem a exploração dos

---

<sup>263</sup> Ver portal eletrônico da International Energy Agency. Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

<sup>264</sup> Ver British Petroleum (2012).

<sup>265</sup> Ver portal eletrônico da International Energy Agency. Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

<sup>266</sup> Ver portal eletrônico da BP Statistical Review of World Energy 2019. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-oil.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

recursos internos ainda disponíveis e, no plano internacional, o estabelecimento de relações com países-fonte (SILVEIRA, 2018, p. 55).

Posto isso, é possível uma compreensão que após a consolidação da atuação das empresas estatais chinesas no plano interno<sup>267</sup> e do processo de reestruturação na indústria petrolífera que viabilizou tanto a busca pela eficiência quanto o controle estratégico do setor pelo Estado<sup>268</sup>, o país asiático buscou manter os estoques de petróleo tanto através da realização de investimentos no exterior, quanto por meio da internacionalização das suas empresas estatais<sup>269</sup>. De acordo com Shambaugh (2013, p. 162 – tradução livre) “o dramático crescimento da demanda e importações de petróleo é o pano de fundo da expansão das companhias nacionais de petróleo da China”.

Assim, à medida que ocorreu a ampliação da demanda desse recurso pela República Popular da China, o país asiático não somente assistiu à perda da autossuficiência e a passagem à condição de maior importador líquido de petróleo<sup>270</sup>, como teve que buscar maior eficiência energética e diversificação da oferta de fornecedores e, sobretudo, acesso àquele recurso estratégico no exterior. Por conseguinte, é diante dessa conjuntura energética que se assiste ao processo de expansão da atuação das empresas petrolíferas estatais chinesas no plano internacional.

A despeito do processo de expansão geográfica das empresas petrolíferas estatais chinesas em diferentes regiões do mundo remontar à década de 1990 e se

---

<sup>267</sup> Ver Corrêa (2015) e Moura (2019).

<sup>268</sup> Ver Cebc (2013), Corrêa (2015) e Moura (2019).

<sup>269</sup> Acerca desse processo, Alexandre P. Corrêa evidencia que “o crescimento econômico acelerado, no período de 1978 a 2010, gerou enormes desafios ao setor de energia. Com isso, o governo chinês optou por uma política de segurança energética que passou a investir pesadamente em todas as fontes de energias existentes, procurando diversificar a matriz energética e, sobretudo, as fontes (países) fornecedoras de petróleo” (CORRÊA, 2015, p. 222). Convergindo com esses apontamentos, Patricia I. Vasquez destaca que “no caso dos hidrocarbonetos, as autoridades chinesas se deram conta que, a longo prazo, a lacuna interna entre consumo e produção não seria viável e, por esse motivo, a busca de novas fontes de petróleo e gás no exterior tornou-se uma prioridade essencial. Após o lançamento do Going Out, as empresas estatais chinesas de petróleo lançaram uma campanha agressiva para adquirir áreas de petróleo e gás no exterior” (VASQUEZ, 2019 - tradução livre).

<sup>270</sup> Ver portal eletrônico da Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <<https://epe.gov.br/pt>>. Acesso em: 15 jun. 2020. Ver

intensificar na primeira década dos anos 2000, é possível compreender que o Brasil não somente tem a República Popular da China como o maior país importador de petróleo<sup>271</sup> (ANP, 2019), como foi inserido no processo de internacionalização das estatais chinesas à medida que passou a receber significativos aportes de investimentos externos diretos provenientes do país asiático destinados ao setor energético na região da América Latina. Mais especificamente, quando o país deixou de ser aquela fronteira aos investimentos chineses e passou a receber investimentos de maior envergadura no setor de petróleo e gás na passagem para a segunda década do século XXI.

Apesar da dimensão territorial do país e da distribuição espacial do capital sínico por diferentes estados, através do desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível compreender que a região Sudeste apresentou primazia enquanto receptora dos maiores aportes de investimentos e concentrou os projetos realizados por empresas chinesas, estando o território fluminense inserido entre as áreas que receberam expressivos investimentos realizados por empresas chinesas no setor de petróleo e gás a partir do ano 2010.

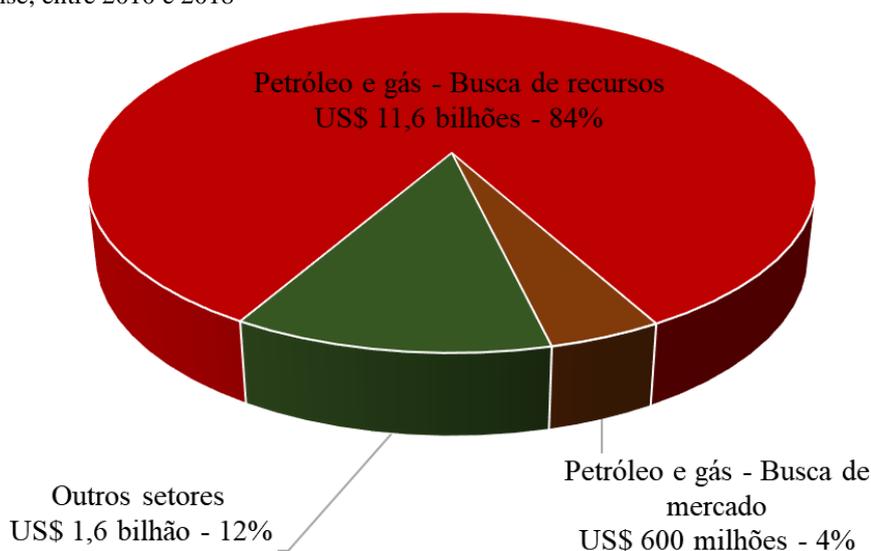
Há que se pontuar que, durante o recorte temporal analisado neste estudo, o território fluminense assistiu tanto a sua inserção como fornecedor de petróleo à economia chinesa, à medida que o país asiático se tornou o principal parceiro comercial de óleo bruto de petróleo, como a sua inserção no processo de expansão dos investimentos chineses realizados no setor de petróleo e gás e orientado pela busca de recursos por empresas estatais chinesas. As considerações acerca desse processo ficam evidentes quando observamos que do montante conformado pelos US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos provenientes do país asiático, aproximadamente, US\$ 12,2 bilhões, ou seja, cerca de 88% do aporte de capitais sínicos direcionados ao território fluminense durante o seu processo de reestruturação econômica compreenderam investimentos direcionados ao setor de petróleo e gás.

---

<sup>271</sup> De acordo com os dados do anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2019, publicado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) as exportações de petróleo do Brasil para a China saltaram de, aproximadamente, 26,9 milhões de barris, 2009, para cerca de 227,5 milhões de barris, em 2019 (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2019).

Posto isso, não olvidamos que desse aporte de capitais, 84% das inversões destinadas ao setor de petróleo e gás estiveram orientadas pelo determinante busca de recursos (Gráfico 68). Ao passo que o processo de inserção entre as áreas de fornecimento de recursos estratégicos ao país asiático fica ainda mais evidente quando identificamos que a territorialização daqueles investimentos durante o recorte temporal estudado ocorreu através das operações empreendidas pelas quatro maiores estatais chinesas, compreendendo assim as operações realizadas pelas empresas China National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), China National Chemical Import and Export Corporate (Sinochem) e China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec).

Gráfico 68 - Investimentos chineses no setor de petróleo e gás e em outros setores no território fluminense, entre 2010 e 2018



Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

A Sinopec e a Sinochem, assim como a CNPC e a CNOOC conformam o que Shaumbaug (2013) denominou de *China's National Oil Company* (NOCs), ou seja, as inversões realizadas no território fluminense durante o período avaliado por esta pesquisa compreenderam aportes de capitais e operações no setor de petróleo e gás realizadas pelas principais companhias petrolíferas chinesas. Ademais, não há margem para deixar de assinalar, tal como revelou Corrêa (2015), que essas grandes empresas petrolíferas foram criadas para responder aos desafios da segurança energética da República Popular da China, tendo como objetivo, em última instância, que a carência de energia não travasse o

desenvolvimento econômico do país, sendo assim responsáveis, sobretudo, pela redução do grau de dependência das importações chinesas de fornecedores estrangeiros à medida que seu processo de internacionalização resultou no aumento da participação relativa da produção de petróleo das grandes estatais chinesas no exterior sobre as importações na primeira década do século XXI<sup>272</sup>.

A partir das considerações traçadas, pode-se compreender que tanto o montante constituído por significativos valores que envolvem a estrutura comercial sino-fluminense, quanto as formas como as operações relacionadas ao influxo de investimentos chineses no território fluminense realizadas por aquelas companhias e orientadas pela busca de recurso, inserem o território fluminense entre as áreas de fornecimento de insumos energéticos como o petróleo à República Popular da China. Diante das considerações expostas, há que compreender como ocorre a territorialização desses investimentos no processo de reestruturação econômica do território fluminense entre os anos 2010 e 2018.

Destarte, faz-se necessário compreender que a presença dessas empresas chinesas no território fluminense remonta ao início do século XXI. Naquele contexto, o governo chinês estimulava à internacionalização das empresas estatais através da política *Go Global* e buscava diversificar a oferta de fornecimento de petróleo. Como desdobramento tanto desses processos, quanto da estabilidade no âmbito da cooperação bilateral que marcava as relações sino-brasileiras, a Petrobras contratou a Sinopec para a realização das obras do projeto Gasene que ocorreram entre os anos 2004 e 2010<sup>273</sup>.

A Sinopec está inserida entre as maiores empresas do mundo e se destaca enquanto um mega conglomerado estatal chinês, de modo que entre as principais atividades realizadas pela empresa, podemos elencar a exploração, a produção, o

---

<sup>272</sup> De acordo com Corrêa (2011, p. 226) “[...] o processo de internacionalização das grandes petrolíferas chinesas, iniciado no final da década de 1990, tem obtido um grau satisfatório de sucesso ao reduzir o grau de dependência das importações chinesas de fornecedores estrangeiros. Em 2000, a produção destas grandes empresas chinesas no exterior correspondia a 11% das importações de petróleo, aumentando para 27% em 2010”.

<sup>273</sup> “Com o objetivo de consolidar a implantação de uma rede de transporte de gás natural no Brasil, o projeto consistia na construção de um gasoduto, de extensão de 4,5 mil quilômetros, interligando as malhas dos gasodutos do Sudeste com as do Nordeste. Foram necessários investimentos de US\$ 3 bilhões, que resultaram na geração de mais de 30 mil empregos e em uma capacidade de escoamento de 30 milhões de metros cúbicos por dia (CEBC, 2013, p. 76).

transporte e a comercialização de petróleo e gás natural, assim como a produção de derivados de petróleo e produtos químicos, o armazenamento e a distribuição destes produtos. Apesar da inserção da empresa chinesa no território remontar à prestação de serviços no mercado brasileiro<sup>274</sup>, a presença da estatal se caracteriza tanto pelo pioneirismo entre as *China's National Oil Company* a ingressar no território, quanto pela expressividade do aporte de seus investimentos no território fluminense quando comparado às demais petrolíferas chinesas à medida que iniciou uma fase de maior envergadura quando realizou suas inversões de capitais em 2010.

Posto isso, cumpre assinalar que não olvidamos a parceria no âmbito da cooperação no setor de petróleo e gás que aquela estatal chinesa realiza junto à Petrobras<sup>275</sup>, todavia, dadas as limitações impostas por esse trabalho, nos cabe pontuar que, naquele contexto, os US\$ 7,1 bilhões realizados pela Sinopec sob a forma de investimentos no território fluminense estiveram relacionados às operações de fusão e aquisição (parcial) concernentes a compra de 40% das operações da Repsol no país, em 2010<sup>276</sup>.

Acerca dessa operação, as informações disponibilizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China revelam que:

[...] ao comprar parte da operação da Repsol, a Sinopec obteve acesso às competências já desenvolvidas pela empresa espanhola na exploração de reservas de petróleo no Brasil. Uma parcela considerável das operações da Repsol no Brasil refere-se à exploração na área do Pré-Sal. Atualmente, a Repsol é a companhia estrangeira líder em direitos de exploração nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, tendo participação em 16 blocos, dos quais é operadora em seis. Todos esses direitos foram repassados à Sinopec, agora também atuante no Pré-Sal brasileiro (CEBC, 2013, p. 79).

Com efeito, a compra de ativos da empresa espanhola Repsol pela chinesa Sinopec implicou, por conseguinte, a formação da Repsol Sinopec Brasil. O estabelecimento dessa empresa ocorreu num contexto em que a companhia

---

<sup>274</sup> Ver Cebc (2013) e Xu (2016).

<sup>275</sup> Ver Xu (2016).

<sup>276</sup> Ver Cebc (2011; 2013).

espanhola sentia os reflexos da crise econômica que marcou o encerramento da primeira década do século XXI.

Assim, operando de modo assertivo, a estatal chinesa não apenas se consolidava enquanto fornecedora de serviços no setor de óleo e gás no mercado brasileiro, mas, através da experiência em operações no referido setor e da ampliação do conhecimento técnico e de gestão em operações no país, passou a atuar em campos de exploração de petróleo e gás existentes no território na passagem para a segunda década do século XXI. Portanto, com aquele montante de investimentos realizados na compra de parte da empresa espanhola, através da operação de fusão e aquisição no setor de petróleo e gás, e da conformação da Repsol Sinopec Brasil, a participação da empresa Repsol se manteve na companhia, todavia, respondendo por 60%, enquanto o controle dos outros 40% passou a ser realizado pela chinesa<sup>277</sup> Sinopec<sup>278</sup>.

Diante ao exposto, compreende-se que ao realizar sua inserção no território fluminense a Sinopec passou de prestadora de serviços à uma expressiva investidora externa no setor de petróleo e gás a partir da segunda década do século XXI. Ademais, através da fusão e aquisição parcial, que resultou na compra de 40% das operações brasileiras da empresa espanhola, a referida empresa chinesa não somente estabeleceu suas atividades de gestão no bairro de Botafogo, Zona Sul da metrópole fluminense (Figura 11), como contribuiu para que o país asiático diversificasse suas fontes de recursos estratégicos no exterior à medida que a

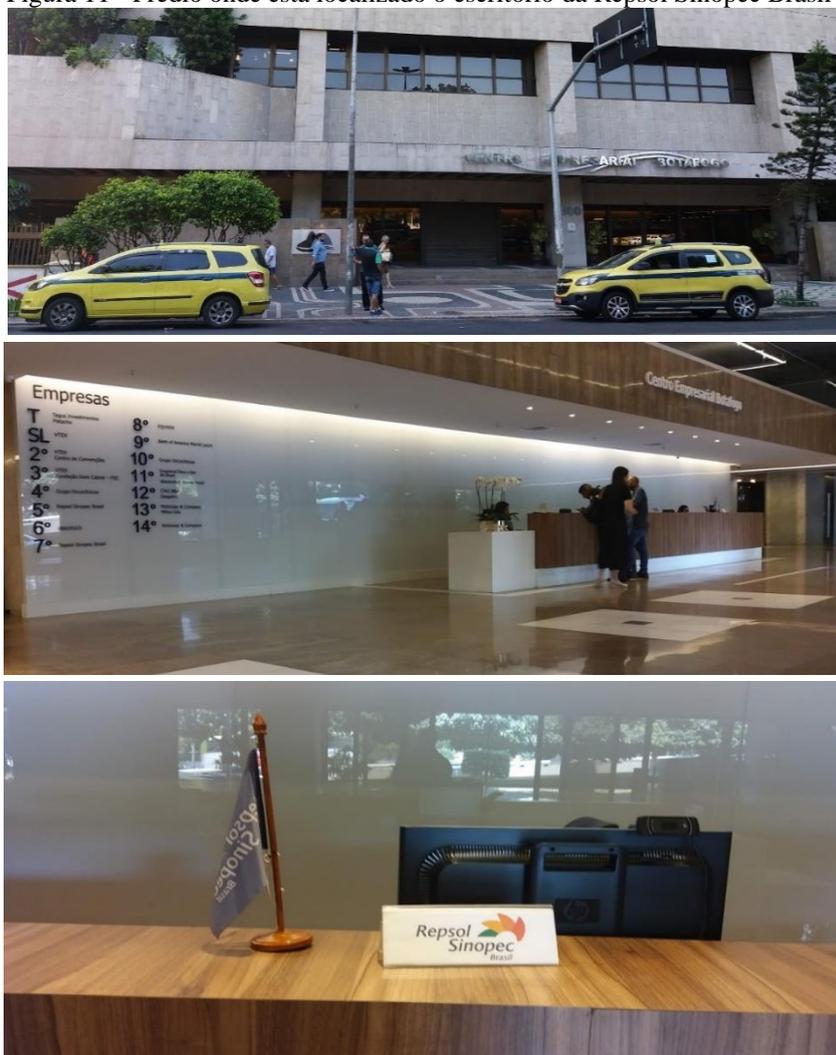
---

<sup>277</sup> Ver portal eletrônico da Repsol Sinopec Brasil. Disponível em: <<https://www.repsolsinopec.com.br/quem-somos/conheca-a-repsol-sinopec-brasil/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>278</sup> Não olvidamos que a atuação da empresa chinesa no país ocorreu através de outra aquisição que consistiu na compra de ações Galp Energia, todavia, as limitações impostas ao desenvolvimento desta pesquisa nos restringiram à compreensão de que apesar da operação de aquisição de 30% da empresa portuguesa com investimentos que contabilizaram, aproximadamente, US\$ 4,8 bilhões, a distinção em relação àquelas operações junto à empresa espanhola consiste no fato de que a “Sinopec não fará a operação dos campos de petróleo, que ficará sob a responsabilidade da Galp”, tal como revelou o Cebc (2013, p. 81). Todavia, como resultado da operação a empresa chinesa “[...] receberá 21.300 barris de óleo equivalente por dia a partir de 2015, quantidade que chegará a 112.500 barris diários de óleo equivalente em 2024”<sup>278</sup>. Ver portal eletrônico Monitoramento Mercantil. Disponível em: <<https://monitormercantil.com.br/chinesa-sinopec-compra-fatia-da-petrogal-brasil-por-us-48-bilhoes>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Sinopec passou à atuar em diferentes campos de exploração de petróleo no país<sup>279</sup>, sobretudo, nas Bacias de Campos e de Santos.

Figura 11 - Prédio onde está localizado o escritório da Repsol Sinopec Brasil



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Como a atuação das *China's National Oil Company* no território fluminense não se limitou à territorialização da Sinopec, não podemos deixar de traçar considerações acerca das operações realizadas por outras petrolíferas chinesas como, por exemplo, a Sinochem. De acordo com Shambaugh (2013), a Sinochem é a petrolífera chinesa que mais recentemente emergiu como *energy player*, dessa forma somam-se as operações relacionadas aos setores financeiro,

<sup>279</sup> Ver portal eletrônico da Repsol Sinopec Brasil. Disponível em: <<https://www.repsolsinopec.com.br/quem-somos/conheca-a-repsol-sinopec-brasil/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

agrícola e químico, as atividades realizadas pela empresa no setor de energia (SINOCHEM, 2011).

Ademais, cabe assinalar que tal como as demais companhias petrolíferas chinesas, a Sinochem está empenhada na política de segurança energética da República Popular da China. Nesse sentido, a estatal chinesa tem como suas principais atividades tanto a exploração, a produção, o refino, o comércio, a armazenagem, a logística e a distribuição de petróleo e gás, quanto a participação no processo de internacionalização através de inversões no exterior com objetivo de diversificar as fontes de recursos que atendem às demandas da República Popular da China.

No que concerne à atuação da referida empresa tanto no país, quanto no território fluminense, cumpre destacar que suas operações ocorreram através da Sinochem Petróleo Brasil Limitada. A conformação dessa empresa resulta do aporte de, aproximadamente, US\$ 3,0 bilhões destinados à compra de 100% das ações da Statoil Petróleo Brasil Limitada, em 2011<sup>280</sup>.

Todavia, dadas limitações de acesso às informações a partir dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, nossas considerações acerca dessa empresa se limitaram a sinalizar que o resultado das operações da Sinochem não se restringe apenas ao escritório de representação instalado no bairro de Botafogo, Zona sul da metrópole fluminense (Figura 12), mas compreende a sua participação no processo de reestruturação econômica do território fluminense através de atuações em jazidas petrolíferas, haja vista que a empresa possui participação em dois blocos de petróleo na Bacia de Campos, sendo eles: o BM-C-7 e o BM-C-47, situados à, aproximadamente, 85 km do litoral fluminense e localizados no campo Peregrino da Bacia de Campos<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> Ver portal eletrônico da Sinochem Petróleo Brasil Limitada. Disponível em: <<http://www.sinochem.com/i/1543-4986-18261.html>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>281</sup> Ver portal eletrônico da Sinochem Petróleo Brasil Limitada. Disponível em: <<http://www.sinochem.com/i/1543-4986-18261.html>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Figura 12 - Prédio onde está localizado o escritório da Sinochem, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Além das considerações que foram apresentadas, nos cabe evidenciar as operações realizadas no setor de petróleo e gás pela Chinese National Offshore Oil Corporation (CNOOC) em associação com a China National Petroleum Corporation (CNPC). Neste sentido, pontuamos que a CNOOC e a CNPC são empresas estatais chinesas que atuam na exploração, desenvolvimento, refino e distribuição de petróleo e gás *onshore* e *offshore*. Ademais, assim como aquelas petrolíferas mencionadas, a CNOOC e a CNPC são empresas que possuem sede em Pequim e se constituem enquanto grandes conglomerados no setor de energia. Portanto, com atuação em diferentes países, essas duas *China's National Oil Company* também estão inseridas nos projetos voltados à diversificação das fontes de recursos e à segurança energética da República Popular da China.

No que concerne à CNPC, cabe pontuar que a empresa foi a segunda *China's National Oil Company* a entrar no Brasil através da realização de acordos com a Petrobras, dado o estabelecimento do Memorando de Entendimento (MOU) Petrobras-CNPC para as *Joint Ventures* assinado em 2005 (XU, 2016). Enquanto a CNOOC<sup>282</sup> foi a estatal chinesa cuja inserção ocorreu após a entrada precedida pelas outras *China's National Oil Company*.

A despeito dessa característica, a estatal chinesa CNOOC ingressou como investidora junto à CNPC através de investimentos no território fluminense, em 2013. No que concerne aos investimentos dessas estatais chinesas no território

<sup>282</sup> Ver portal eletrônico da CNOOC International. Disponível em: <<https://cnoocinternational.com/operations/americas/brazil>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

fluminense, cabe assinalar que, a partir do Boletim de Investimentos Chineses no Brasil publicado pelo Conselho Empresarial Brasil-China, podemos compreender que suas inversões alcançaram, aproximadamente, US\$ 1,5 bilhão, em 2013.

Naquele ano, as empresas participaram no leilão do campo petrolífero de Libra nas áreas do pré-sal da Bacia de Santos, passando assim a atuar com outras empresas do setor de energia, sendo elas a anglo-holandesa Shell e a francesa Total, bem como em conjunto com a nacional Petrobras. Acerca dessas operações o Conselho Empresarial Brasil-China revelou que:

CNPC e CNOOC detêm 10% do grupo, cada uma. Sem atividade, no País, ao contrário das sócias, as duas empresas chinesas já começaram o processo para o registro de subsidiárias, no Brasil. Além disto, ambas as empresas já depositaram, no total, a soma de US\$ 1,5 bilhão, referente ao bônus de assinatura pela área a ser explorada (CEBC 2014, p. 16).

Posto isso, cabe registrar que a partir do levantamento de informações realizado para esta pesquisa, foi possível compreender que seguindo tanto a localização, quanto a prática espacial das outras duas *China's National Oil Company*, a CNOOC e a CNPC estabeleceram suas atividades de gestão em escritórios na metrópole fluminense e passaram a atuar no setor de petróleo e gás durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense em atividades realizadas no campo de Libra na Bacia de Santos.

No que concerne à expansão das atividades dessas empresas sob a orientação da busca de recursos no território, compreendemos que em relação à CNOOC, as informações acerca dos investimentos realizados pela empresa no território fluminense e disponibilizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China permitem evidenciar que:

a CNOOC, no âmbito da 3ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal, realizada em outubro de 2017 pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), arrematou, em consórcio com Shell e QPI Brasil, o setor SS-API no bloco de Alto de Cabo Frio Oeste, na Bacia de Santos. O bônus de assinatura foi acertado em R\$ 350 milhões. A empresa chinesa participará do consórcio com fatia de 20%, a Shell será a operadora, com 55%, enquanto a QPI Brasil terá participação de 25% (CEBC, 2018, p. 28).

Acerca da referida operação, convém pontuar que não inserimos esse montante entre a sistematização dos valores tabulados e contabilizados acerca dos investimentos chineses no território fluminense, sobretudo, pelo fato de mesmo conseguindo obter informações acerca da operação através da consulta ao portal eletrônico da Agência Nacional do Petróleo (ANP)<sup>283</sup>, apesar de verificarmos a ocorrência daquele investimento, as limitações impostas ao desenvolvimento da pesquisa nos impediram de compreender com precisão o montante realizado estritamente pela CNOOC no que se refere àquela operação. Assim, compreendemos como assertivo não inserir alguma estimativa acerca desses valores nas análises quantitativas, especialmente, pelo fato de não apenas entendermos que além da possibilidade de comprometer uma possível assertividade das análises realizadas, os valores das operações, embora não alterassem as principais características dos investimentos realizados, poderiam ser inseridos de maneira equivocada diante da complexidade que envolve a participação das empresas em bônus de assinatura<sup>284</sup> nas rodadas de leilão dos campos de exploração de petróleo na Bacia de Santos.

Outrossim, não olvidamos que no curso de realização das operações da referida empresa, ocorreu a atuação de uma das suas subsidiárias. No que concerne à esta atuação, cumpre pontuar que as limitações impostas ao desenvolvimento da pesquisa nos permitiram convergir com as considerações acerca da operação da subsidiária CNODC apresentadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, evidenciando que:

no contexto da 3ª Rodada do leilão do pré-sal da ANP a CNODC arrematou, em sistema de partilha, a área de Peroba, na Bacia de Santos. O consórcio englobará também a Petrobras

---

<sup>283</sup> Ver portal eletrônico da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/assinatura-de-contratos>>. Acesso em: 06 jul 2020. Ademais, ver portal eletrônico da ANP Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/concessao-de-blocos-exploratorios-1/3-rodada-de-licitacao-de-blocos/resultados-3a-rodada>>. Acesso 06 jul. 2020.

<sup>284</sup> A partir das informações disponíveis no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, compreende-se por bônus de assinatura um critério de seleção tradicional em licitações para concessão, de modo que “o valor do bônus está associado a expectativa das empresas quanto ao potencial produtivo dos blocos disputados e ao grau de competição pela área na rodada de licitação” (INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, 2018). Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/bonus-de-assinatura-e-empresas-habilitadas/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

(40%), que será a operadora, e a BP (40%). A empresa chinesa ficará com os 20% restantes. O bônus de assinatura da área foi determinado em R\$ 2 bilhões (CEBC, 2018, p. 28).

No que concerne aos valores estritamente realizados pela empresa chinesa nesse montante, cabe assinalar que limitamos nossas considerações somente à compreensão que a referida operação ocorreu junto às empresas Petrobrás e BP Energy. Posto isso, assinalamos que esse procedimento foi adotado pelo fato de quando realizamos o levantamento das informações acerca da referida operação em consulta ao portal eletrônico da ANP<sup>285</sup>, verificamos a ocorrência daquele investimento, todavia, a permanência das limitações à pesquisa nos impediram de identificar com assertividade o montante realizado estritamente pela CNODC.

Ademais, não há como olvidar que, mais recentemente, outras inversões realizadas pela petrolífera chinesa CNOOC compreenderam as operações relacionadas ao consórcio junto às companhias BP Energy e Ecopetrol vinculadas ao bloco de Pau Brasil, na Bacia de Santos (ANP, 2019). Todavia, as limitações impostas para compreender o valor estritamente realizado pela empresa chinesa no montante conformado por US\$ 500 milhões<sup>286</sup> referentes àquela operação nos permitem convergir com as informações disponibilizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China, quando evidencia que “o lance de consórcio somou 63,79% de excedente em óleo à União, versus percentual mínimo de 24,82%. A BP Energy é a operadora do consórcio vencedor, com 50% — Ecopetrol tem 20% e CNOOC, 30%” (CEBC, 2019, p. 31).

A fim de levantar informações com objetivo de sistematizar e tabular os dados quantitativos acerca dessas informações, acessamos o portal eletrônico da referida empresa. Todavia, a permanência das limitações sobre aquelas informações não somente permitiu a compreensão das considerações elencadas por aquele conselho, como implicou o entendimento acerca das dificuldades para

---

<sup>285</sup> Ver portal eletrônico da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/assinatura-de-contratos>>. Acesso em: 06 jul. 2020. Ademais, ver portal eletrônico da ANP. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/concessao-de-blocos-exploratorios-1/3-rodada-de-licitacao-de-blocos/resultados-3a-rodada>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

<sup>286</sup> Ver Agência Nacional do Petróleo (2019, p. 206).

se acessar a informação sobre aqueles investimentos<sup>287</sup>. Diante ao exposto, é possível compreender que não obstante as limitações ao acesso à informação com ampla assertividade, podemos compreender que as operações realizadas pelas empresas chinesas no setor de energia seguiram com o processo de territorialização, sobretudo, orientadas pela busca de recursos, intensificando a inserção do território fluminense entre as áreas de fornecimento de recursos estratégicos à República Popular da China.

A fim de tornar as análises realizadas até aqui mais elucidativas, sistematizamos as operações compreendidas pelo aporte de, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses no território fluminense entre os anos 2010 e 2018 no Quadro 2. Ademais, com o objetivo de espacializar a territorialização dos investimentos chineses no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense, realizamos a distribuição espacial dos projetos resultantes daquele aporte de investimentos chineses confirmados no território fluminense entre os anos 2010 e 2018 no Mapa 9.

Diante ao exposto, pode-se compreender a partir das análises realizadas nesta pesquisa, que nossas considerações não se restringiram aos aspectos quantitativos acerca do conjunto das operações realizadas por empresas chinesas no território fluminense. Nesse sentido, entende-se que os investimentos confirmados e possíveis de serem avaliados a partir dos procedimentos metodológicos adotados, quando realizados por empresas privadas e estatais chinesas sob o determinante busca de mercado compreenderam tanto a operação relacionada ao setor automotivo no interior fluminense, quanto a atividade relacionada à busca de mercado no setor de informática marcada pela realização de inversões em uma empresa no referido setor, tendo como horizonte a ampliação do acesso ao mercado em um território caracterizado pelo expressivo número de usuários de internet.

Há que se pontuar que somaram-se às atividades elencadas, o projeto no setor de petróleo e gás realizado por uma empresa privada chinesa, cujos investimentos estiveram orientados pela busca de mercado e foram marcados

---

<sup>287</sup> Ver portal eletrônico da CNOOC International. Disponível em: <<https://cnoocinternational.com/operations/americas/brazil>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

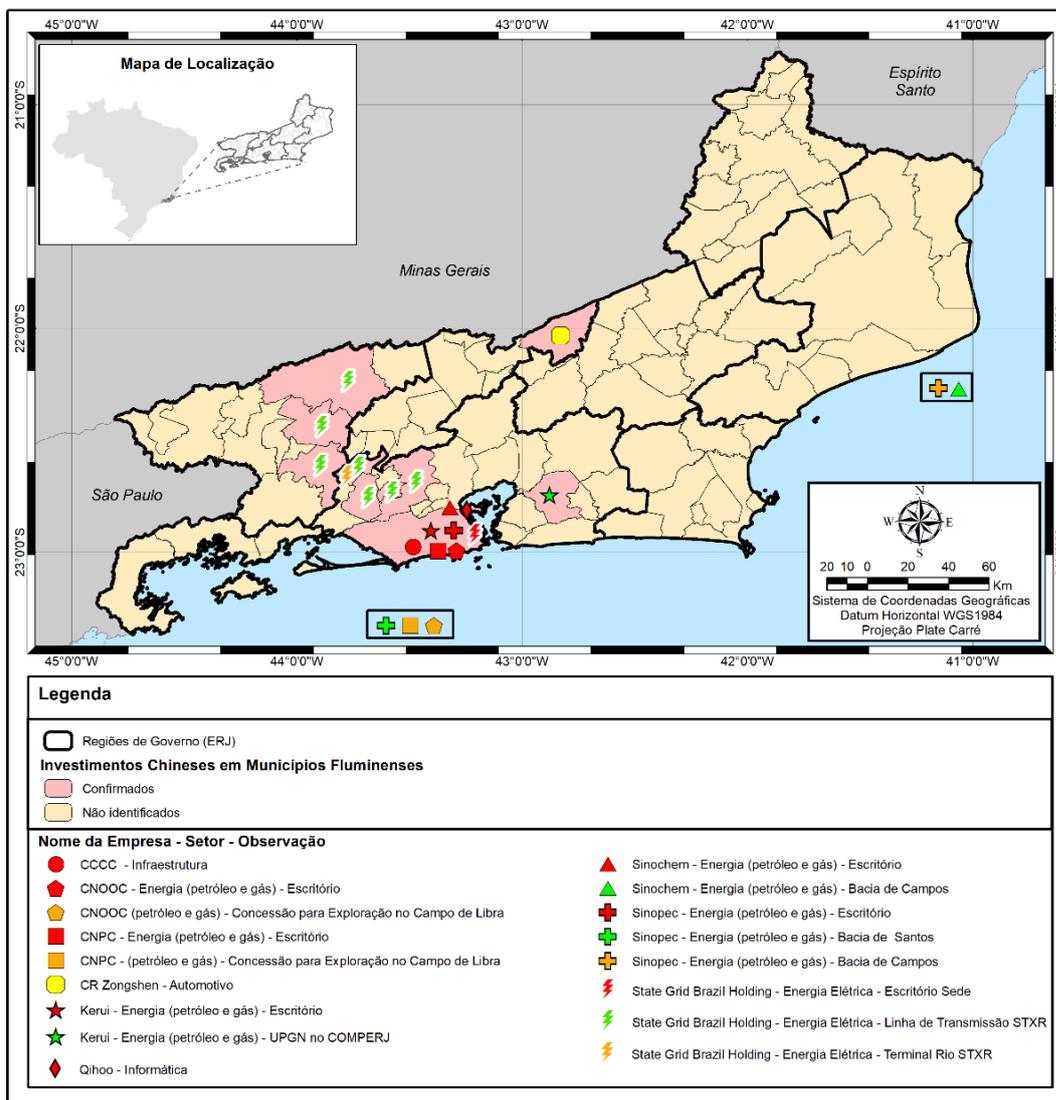
tanto pelo estabelecimento das atividades de gestão em um escritório na metrópole fluminense, quanto pela participação na implantação da Unidade de Produção de Petróleo e Gás no Comperj, em Itaboraí. Outrossim, somaram-se aos investimentos que resultaram nesses projetos, os expressivos aportes de investimentos chineses no setor de energia elétrica cujo escritório de gestão da empresa se localiza na metrópole fluminense, enquanto a territorialização da empresa se revela através da realização de projetos tanto na Região Metropolitana, quanto na Região Médio Paraíba.

Quadro 2 - Investimentos chineses confirmados no território fluminense, entre os anos 2010 e 2018 (empresas, valores, setores, projetos e municípios receptores)

<b>Investimentos chineses relacionados a busca de mercado</b>				
				
<b>CR Zongshen</b>	<b>Qihoo 360</b>	<b>CCCC</b>	<b>Shandong Kerui</b>	<b>State Grid</b>
US\$ 20 milhões	US\$ 21 milhões	US\$ 100 milhões	US\$ 600 milhões	US\$ 1,5 bilhões
<b>Automotivo</b>	<b>Informática</b>	<b>Infraestrutura</b>	<b>Energia (petróleo e gás)</b>	<b>Energia elétrica</b>
Implantação de Fábrica de Motocicletas	Investimentos na Psafe	Aquisição da Concremat	Instalação de UPGN no Comperj	Linhas de Transmissão e Estação Terminal do STXR
Sapucaia	-	Rio de Janeiro	Itaboraí	Valença, Barra do Piraí, Piraí, Paracambi, Seropédica, Queimados e Nova Iguaçu
<b>Investimentos chineses relacionados a busca de recursos</b>				
				
<b>Sinopec</b>	<b>Sinochem</b>	<b>CNOOC</b>	<b>CNPC</b>	
<b>Energia (petróleo e gás)</b>				
US\$ 7,1 bilhões	US\$ 3,0 bilhões	US\$ 1,5 bilhão		
Aquisição de 40% da Repsol	Aquisição de 100% da Statoil	Concessão de exploração no Campo de Libra na Bacia de Santos		
Bacias de Campos e Santos	Bacia de Campos			

Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Quadro elaborado pelo autor.

Mapa 9 - Território fluminense: municípios receptores de investimentos chineses



Fonte: Cebc, 2011; 2013; 2014; 2016; 2017; 2018; 2019. Mapa elaborado a partir da base de dados espaciais da Fundação CEPERJ. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Ademais, cumpre assinalar que após as considerações traçadas acerca dos projetos resultantes dos investimentos chineses confirmados e possíveis de serem avaliados a partir dos procedimentos metodológicos que foram elencados, consideramos ter evidenciado que as quatro principais empresas estatais petrolíferas chinesas foram responsáveis pela maior parte dos investimentos provenientes do país asiático no território fluminense. Assim como, ter apresentado que estas companhias não somente estabeleceram seus escritórios de gestão e representação na metrópole fluminense como realizaram a territorialização de suas atividades orientadas pela busca de recursos através da

implantação dos seus projetos no setor de exploração de petróleo e gás nas Bacias de Campos e Santos.

Portanto, pelo que foi exposto no curso dessa tese consideramos ter alcançado tanto as nossas análises acerca da inserção do estado do Rio de Janeiro entre as áreas receptoras dos investimentos chineses, quanto ter evidenciado como ocorreu a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense. Contudo, somam-se as considerações que foram expostas até aqui a seção subsequente que contempla as considerações finais do presente trabalho.

## 5 Considerações finais

As considerações expostas nesta tese viabilizam algumas contribuições aos que se aproximam das investigações acerca dos investimentos chineses no território fluminense. Ademais, entendemos que distante de se constituir enquanto um trabalho conclusivo acerca desse tema, os resultados alcançados a partir da realização dessa pesquisa não encerram uma agenda, mas possibilitam o surgimento de questionamentos que poderão ser contemplados por novas investigações cujas pretensões se voltem à compreensão e problematização do montante conformado pelo aporte de investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Há que se pontuar que, durante o processo de realização desta tese, tivemos como objetivo geral analisar a inserção do território fluminense entre as áreas receptoras de investimentos externos diretos da República Popular da China, sendo conduzidos por uma questão principal que buscou analisar como ocorre a territorialização dos investimentos chineses através da implantação de empresas chinesas durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense. Ademais, somaram-se às pretensões elencadas um conjunto formado por objetivos específicos e questionamentos secundários que, ao serem reunidos, buscaram analisar como ocorreu a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional, assim como, apresentar o processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI, para em seguida identificar a inserção do Brasil entre os países receptores dos investimentos chineses e analisar esses investimentos no território brasileiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018.

À medida que conduzimos nossa investigação acerca dos objetivos e questionamentos elencados, procuramos obter subsídios teóricos para apresentar o aporte resultante dos investimentos externos diretos chineses confirmados no território fluminense e quais setores produtivos foram contemplados por esses investimentos, assim como empreender uma análise que permitisse evidenciar como o território fluminense foi inserido entre os fornecedores de recursos

estratégicos à República Popular da China e analisar a territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação econômica do território fluminense durante o recorte temporal compreendido entre os anos 2010 e 2018.

Posto isso, não olvidamos que as formulações teóricas são imprescindíveis àqueles que almejam realizar uma investigação. Nesse sentido, consideramos que para alcançar a complexidade dos objetivos e questionamentos que foram elencados, era necessária a compreensão de processos e conceitos que permitissem realizar uma análise geográfica acerca do tema contemplado pela pesquisa, assim como que permitisse um entendimento da conjuntura em que assistíamos a emergência à condição de investidor internacional pela República Popular da China.

Nesse sentido, consideramos como indispensáveis as formulações advindas da contribuição de alguns geógrafos sobre a globalização, o investimento externo direto, a reestruturação, o território e a territorialização para a condução do processo de investigação, dado auxílio para a compreensão de um período marcado tanto pelo aumento das relações comerciais e pela intensificação dos fluxos de investimentos, quanto pela transformação dos territórios em espaços nacionais da economia internacional. Além disso, consideramos a perspectiva oferecida pelos ciclos sistêmicos de acumulação que ocorreram no curso do capitalismo histórico a fim de alcançar um entendimento acerca da conjuntura em que a República Popular da China não apenas recuperou a posição de primazia na região da Ásia Oriental, mas passou a apresentar uma expressiva contribuição na economia mundial à medida que se destacou tanto pela sua trajetória de crescimento econômico, quanto pela sua posição no comércio mundial, assim como pela sua passagem da condição de país receptor de investimentos externos para uma das maiores fontes de investimentos internacionais nas primeiras décadas do século XXI.

Após considerar essa conjuntura, nossas reflexões se voltaram ao entendimento do processo de abertura econômica da República Popular da China a fim de alcançar não somente a condição do país enquanto receptor de investimentos externos diretos, mas a compreender sua emergência enquanto investidor internacional. Portanto, conduzido sob o escopo dos objetivos e

questionamentos que nos auxiliassem na realização de uma análise que permitisse compreender como ocorreu a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional, resgatamos alguns aspectos políticos e econômicos da Era Maoísta, para, posteriormente, alcançar a compreensão do processo de abertura econômica aos investimentos externos diretos e a emergência do país asiático enquanto investidor internacional.

Nesse sentido, compreendemos que apesar da República Popular da China passar por mais de duas décadas e meia de planificação econômica e assistir à realização de projetos que priorizaram os setores industrial e de infraestrutura, foi após a realização de um conjunto de reformas econômicas iniciadas na Gestão Xiaoping que ocorreram medidas que não somente permitiram a gradual abertura do país aos influxos de investimentos externos diretos, mas viabilizaram as condições para que ocorresse a trajetória da República Popular da China como uma nova fonte de investimentos externos diretos na escala mundial.

No que concerne ao processo de abertura da economia chinesa ao influxo de investimentos externos diretos, compreendemos que após a passagem do país asiático de um período de encorajamento e expansão à entrada dos investimentos externos no território, assistiu-se ao aumento desses investimentos no país asiático à medida que o governo chinês procurou não somente ampliar os fluxos desses investimentos para determinados setores da economia, mas incentivar a dispersão geográfica do aporte de investimentos externos diretos no território da República Popular da China. Com efeito, a transformação da economia chinesa de um espaço fechado às inversões estrangeiras em um território aberto ao influxo de capitais permitiram que o aporte de investimentos externos diretos no país saltasse de US\$ 57 milhões, em 1980, para US\$ 139,0 bilhões, em 2018, implicando um aumento nos estoques daqueles investimentos na economia chinesa de US\$ 1,0 bilhão, em 1980, para US\$ 1,6 trilhão, em 2018. Cumpre pontuar que, através da análise dos dados da Unctad, foi possível identificar que apenas os Estados Unidos precederam a República Popular da China enquanto maior receptor dos fluxos de investimentos externos diretos, naquele ano, ao passo que antecedida pelos Estados Unidos, Hong Kong, Reino Unido e Holanda; a República Popular

da China ocupou a quinta posição entre os maiores estoques de investimentos externos diretos no mundo, em 2018.

No que diz respeito à saída dos investimentos externos diretos chineses, foi possível compreender que após um período de realização de inversões mais modestas entre os anos 1980 e 1990, assistimos uma mudança marcada pela passagem da restrição ao encorajamento no âmbito da realização de investimentos externos diretos em outros países e a internacionalização das empresas chinesas em diferentes regiões do mundo a partir da primeira década do século XXI. Acerca desse processo, entendemos que em decorrência das medidas políticas realizadas pelo governo chinês entre o último quarto de décadas do século XX até o momento em que os dados da Unctad sobre aqueles investimentos estiveram disponíveis para a realização dessa pesquisa, a República Popular da China apresentou uma trajetória de ampliação tanto dos seus fluxos quanto de seus estoques de investimentos externos diretos em diferentes regiões do mundo.

Acerca desse processo, foi possível identificar que os fluxos de investimentos chineses no exterior passaram de US\$ 629 milhões, em 1985, para cerca de US\$ 2,0 bilhões, em 1995. Assim como, compreendemos que sob a orientação da estratégia *Go Global* a República Popular da China fortaleceu a ampliação dos seus investimentos no exterior, à medida que os fluxos de investimentos chineses no exterior saltaram de, aproximadamente, US\$ 916 milhões, em 2000, para US\$ 196,1 bilhões, em 2016. A despeito do recuo dessas inversões para cerca de US\$ 129,8 bilhões, em 2018, cumpre pontuar que a reboque daquele processo a República Popular da China emergiu como a segunda maior fonte de investimentos externos diretos do mundo. Com efeito, a República Popular da China apresentou a realização de fluxos de inversões no exterior que alcançaram o montante de US\$ 129,8 bilhões, sendo antecedida pelo Japão, cujos fluxos atingiram o valor de US\$ 143,1 milhões, em 2018. Ademais, foi possível identificar que os estoques de investimentos externos diretos chineses no exterior passaram de US\$ 900 milhões, em 1985, e alcançaram, aproximadamente, US\$ 1,9 trilhão, um montante antecedido somente pelos estoques de inversões no exterior dos Estados Unidos e da Holanda, que superaram, respectivamente, os valores de US\$ 6,4 trilhões e US\$ 2,4 trilhões, em 2018.

À medida que empreendemos nossos esforços a fim de analisar a trajetória da República Popular da China à condição de investidor internacional, uma contribuição resultante dessa investigação emergiu quando apresentamos o processo de reorganização geográfica dos investimentos externos diretos chineses no mundo. Nesse sentido, evidenciamos que a principal característica da geografia dos investimentos chineses compreendeu uma mudança na distribuição espacial do capital sínico no espaço mundial caracterizada por uma maior concentração dessas inversões nas economias em desenvolvimento no curso das primeiras décadas do século XXI.

Com efeito, após implementar uma política que estimulou o aumento dos investimentos externos diretos, a República Popular da China promoveu um processo de reorganização geográfica na distribuição espacial daqueles investimentos, contribuindo para a ampliação do montante de suas inversões nos países em desenvolvimento. Portanto, a despeito daquele período em que os capitais sínicos estiveram majoritariamente acumulados nas regiões da América do Norte e da Oceania, mais recentemente, as economias em desenvolvimento aumentaram a participação enquanto receptoras das inversões chinesas no exterior.

Assim, embora a Oceania, a América do Norte e a Europa se apresentassem como regiões onde houve ampliação dos estoques de investimentos externos diretos chineses, a análise dos dados dispostos nos Boletins Estatísticos de Investimentos Externos Diretos da China publicados pelo Mofcom não somente permitiu identificar o aumento daqueles estoques de investimentos na África, mas compreender que as regiões da Ásia e da América Latina se projetaram como as maiores receptoras dos estoques de investimentos externos diretos provenientes da República Popular da China, em 2017.

A partir da análise dos dados disponíveis naqueles boletins, foi possível compreender que os estoques de investimentos chineses em regiões constituídas por economias desenvolvidas como, por exemplo, a Europa, a América do Norte e a Oceania apresentaram uma concentração de capitais em atividades manufatureiras, mineração, serviços financeiros e de *leasing* e negócios, assim como nas atividades de comércio atacado e varejo. Outrossim, podemos

compreender que o padrão dos estoques daqueles investimentos nas regiões em desenvolvimento é mais heterogêneo, de modo que na Ásia as atividades de *leasing* e negócios são mais contempladas, sendo sucedidas pelas atividades de comércio atacado e varejo, serviços financeiros, mineração e atividades manufatureiras. Enquanto na África, os estoques daquelas inversões seguem um padrão em que o setor de construção é sucedido pela mineração e pelos serviços financeiros, assim como pelas atividades manufatureiras e os serviços de *leasing* e negócios. Ao passo que na América Latina, o principal setor receptor de inversões chinesas é o de transmissão de informação e serviços de tecnologia da informação, sendo estas atividades seguidas pelos serviços de *leasing* e negócios, comércio atacado e varejo, assim como pelos serviços financeiros e mineração.

Não obstante às divergências dos dados disponibilizados por aqueles boletins quando comparados com outras fontes, identificamos que o Brasil apresenta uma posição relevante como país receptor dos investimentos chineses na América Latina. Nesse sentido, procuramos apresentar a trajetória dos investimentos externos no território brasileiro a partir da última década do século XX e analisar os investimentos chineses no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI. Para tanto, empreendemos esforços a fim de compreender o processo de abertura econômica do território brasileiro ao influxo de investimentos externos diretos entre os anos 1990 e 2018.

Acerca desse recorte temporal, compreendemos que ocorreu a implementação de medidas que buscaram a retomada do crescimento a partir de práticas político-econômicas neoliberais, de modo que somaram-se a liberalização comercial e a desregulamentação econômica, tanto o processo de privatização de atividades compreendidas por diferentes setores, quanto uma maior abertura econômica do território brasileiro ao aporte de investimentos externos diretos entre a década de 1990 e as primeiras décadas do século XXI. Ademais, identificamos a trajetória de aumento da participação do país enquanto receptor de investimentos externos diretos, à medida que houve uma ampliação de sua participação enquanto receptor dos fluxos e estoques de investimentos externos diretos no mundo durante os anos 1990 e 2018.

A análise das publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China permitiu compreender que o aporte de, aproximadamente, US\$ 58 bilhões sob a forma de investimentos chineses confirmados no país, resultou na realização de 145 projetos por diferentes empresas chinesas no território brasileiro entre os anos 2007 e 2018. A fim de analisar os investimentos chineses no país, resgatamos as relações econômicas sino-brasileiras e evidenciamos que não somente assistimos avanços na cooperação bilateral e na ampliação da interdependência econômica através da intensificação do intercâmbio comercial realizado entre o Brasil e a China, mas assistimos uma nova fase conformada pelo aumento do influxo de investimentos chineses confirmados no país e pela ampliação do número de projetos realizados por empresas chinesas no território brasileiro durante as primeiras décadas do século XXI.

À medida que as nossas análises não olvidaram algumas considerações presentes na literatura, compreendemos que a presença dos investimentos chineses no território brasileiro remontam atividades relacionadas aos setores de transporte marítimo, telecomunicações, equipamentos eletrônicos, atividades de comércio, fabricação de produtos de madeira e prestação de serviços entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Todavia, a análise dos dados disponibilizados em diferentes publicações realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China permitiu evidenciar que somaram-se as inversões de capitais síncos presentes no país o aporte de investimentos chineses relacionados tanto aos projetos nos setores de energia (petróleo e gás), mineração e agronegócio, quanto relacionados aos setores de energia elétrica, energia solar e infraestrutura, assim como investimentos em projetos nos setores automotivo, máquinas de construção, eletrônicos, bancário, informática, tecnologia da informação, aviação e financeiro durante o período compreendido entre os anos 2007 e 2018.

Acerca da distribuição espacial dos projetos resultantes dos investimentos chineses confirmados no território brasileiro, foi possível evidenciar que em detrimento das posições ocupadas, respectivamente, pelas regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Nordeste, a região Sudeste apresentou a maior concentração dos percentuais dos projetos confirmados e resultante do aporte de investimentos chineses no território brasileiro entre os anos 2007 e 2018. Ademais, pôde-se

compreender através da sistematização dos dados que, na região Sul, os investimentos chineses estiveram relacionados aos setores do agronegócio e automotivo, enquanto na região Norte, os investimentos foram orientados para projetos de energia elétrica, produção de produtos eletrônicos e ao agronegócio, mais especificamente, atividades relacionadas ao processamento de madeira.

No Centro-Oeste, os projetos confirmados e resultantes de investimentos chineses estiveram relacionados aos setores de energia, agronegócio, mineração e produção de máquinas e equipamentos. Enquanto na região Nordeste, os projetos relacionados aos investimentos chineses compreenderam as inversões nos setores de máquinas de construção, automotivo, energia solar, energia renovável, agronegócio, eletrônicos e financeiro.

Além dos aspectos que foram elencados, evidenciamos que a região Sudeste concentrou os projetos resultantes dos investimentos chineses confirmados no território brasileiro, caracterizando-se enquanto a região onde ocorre maior diversificação do aporte desse capital. Acerca dos investimentos chineses no Sudeste, foi possível compreender que os projetos estiveram relacionados a diferentes setores compreendendo tanto as atividades vinculadas à busca de recursos como aquelas realizadas nos setores de petróleo e gás, agronegócio e mineração, quanto atividades vinculadas à busca pelo mercado consumidor brasileiro como os investimentos relacionados aos setores automotivo, máquinas de construção, eletrônicos, informática, bancário, equipamento e maquinário, energia elétrica, energia renovável, aviação, financeiro, infraestrutura e eletrodomésticos. Somando-se aos referidos setores os projetos relacionados à fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, assim como os projetos relacionados à produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas.

A partir da análise das publicações sobre investimentos chineses no Brasil realizadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China e através dos procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, foi possível compreender que o território fluminense se destacou entre os maiores receptores de investimentos chineses na região Sudeste. Com efeito, identificamos que o território fluminense recebeu, aproximadamente, US\$ 13,9 bilhões sob a forma de

investimentos chineses entre os anos 2010 e 2018. Através dos procedimentos metodológicos adotados, compreendemos que esse montante de capital resultou em nove projetos cuja territorialização ocorreu durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense no curso das primeiras décadas do século XXI.

À medida que nossos esforços se voltaram ao território fluminense, evidenciamos que apesar da proeminência econômica resultante do acúmulo de funções, o território fluminense não somente assistiu a perda da centralidade política com a transferência do Distrito Federal para Brasília, mas apresentou uma trajetória de diminuição da sua participação na economia nacional que não se limitou ao século passado, mas compreendeu as primeiras décadas do século XXI. A despeito do território fluminense não apresentar uma reversão desse processo involutivo de sua contribuição na composição da economia nacional, foi possível compreender que a dinâmica econômica fluminense apresentou algumas mudanças durante o período compreendido entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, uma das contribuições advindas da realização dessa pesquisa consistiu no fato de evidenciarmos que apesar da economia fluminense ter apresentado uma trajetória marcada pelo aumento do seu produto interno bruto acompanhado de um processo de redução de sua participação na composição da economia nacional, compreendemos que o território fluminense assistiu tanto o aumento da participação relativa da atividade industrial na composição da economia fluminense, quanto o aumento da participação das regiões que conformam o interior fluminense na composição do PIB do estado do Rio de Janeiro. Com efeito, consideramos esse processo como a reestruturação econômica do território fluminense no curso do período compreendido entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI.

Ademais, compreendemos que, no curso desse processo, assistiu-se aos desdobramentos da ampliação das relações econômicas sino-brasileiras no território fluminense que não apenas ampliou a sua participação no comércio exterior brasileiro, como foi alcançado pela expansão das relações econômicas sino-brasileiras, mais especificamente, à medida que o país asiático além de se

tornar uma fonte de investimentos externos no território fluminense se projetou como o principal destino de suas exportações, assim como um dos principais países de origem das importações realizadas pelo estado do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XXI.

Em síntese, assistiu-se à alteração da importância da República Popular da China na dinâmica econômica do território fluminense, à medida que o país asiático ampliou a sua participação como destino das exportações fluminenses, ao passo de se tornar o primeiro parceiro comercial para as exportações de óleo bruto de petróleo do território fluminense. Ademais, ao manter uma relação comercial com a República Popular da China semelhante às relações comerciais do Brasil como aquele país asiático, o território fluminense revelou uma significativa interdependência, assim como uma complementaridade na sua relação junto à economia chinesa, bem como apresentou um intercâmbio comercial assimétrico e concentrado quando comparado às relações daquele país asiático com o Brasil. Assim, a estrutura da pauta comercial com o país asiático é concentrada em exportações de óleo bruto de petróleo e importações de plataformas de perfuração ou de exploração, dragas e demais flutuantes. Todavia, como as relações econômicas sino-fluminenses não se restringiram apenas ao intercâmbio comercial, exigiu-se uma análise acerca da territorialização dos investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense.

A despeito dos desafios trilhados até alcançarmos a análise acerca daqueles US\$ 13,9 bilhões sob a forma de investimentos chineses no território fluminense, foi possível compreender a territorialização desse capital através da realização de nove projetos. Assim, entendemos que se somaram as mudanças que caracterizaram o processo de reestruturação econômica do território fluminense a realização de projetos empreendidos por diferentes empresas chinesas resultantes do aporte de capitais provenientes do país asiático entre os anos 2010 e 2018.

Ao partirmos da análise quantitativa desse processo, compreendemos que, embora os determinantes dos investimentos chineses no território fluminense estivessem mais orientados à busca de recursos entre os anos 2010 e 2013, e posteriormente, os investimentos realizados fossem orientados pelo determinante busca de mercado no curso dos anos 2015 e 2018, independentemente do número

de projetos realizados nesses últimos anos, o aporte de capitais orientados pela busca de recursos e, sobretudo, investido por empresas estatais petrolíferas chinesas, nos permitiram compreender a inserção do território fluminense enquanto uma área fornecedora de recursos estratégicos à República Popular da China.

Essas considerações ficaram evidentes, à medida que compreendemos que quando o determinante dos investimentos dos projetos chineses esteve orientado pela busca de mercado, tais projetos foram contemplados por valores menos expressivos e compreenderam os aportes de investimentos relacionados à territorialização da empresa CR Zongshen, cujas inversões compreenderam o setor automotivo para a instalação de uma fábrica no município de Sapucaia, assim como aos investimentos realizados pela Qihoo, no setor de informática junto à PSafe. Somando-se aos projetos elencados, as inversões mais representativas orientadas pelo determinante busca de mercado nos setores de infraestrutura, petróleo e gás e de energia elétrica que contemplaram, respectivamente, o aporte dos investimentos realizados pela CCCC, a Shandong Kerui e a State Grid Brazil Holding. De modo que as operações da CCCC compreenderam a compra de ativos da Concremat a fim de atuar no mercado de infraestrutura; enquanto as inversões da Kerui estiveram relacionadas, sobretudo, à prestação de serviços para implantação de uma Unidade de Produção de Gás Natural no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

No que concerne aos investimentos realizados pela State Grid Brazil Holding, há que se registrar que o território fluminense se insere em um dos projetos de maior envergadura realizados pela estatal chinesa no país. Ao passo que a territorialização no setor de energia elétrica resultante dos investimentos chineses se revela mais expressiva tanto pelo aporte de capitais relacionados ao projeto que compreende o traçado da Linha de Transmissão Xingu-Rio, quanto pela implantação dessas linhas de transmissão e de uma estação terminal no território fluminense compreendendo, assim, os municípios de Valença, Barra do Pirai e Pirai, localizados na Região Médio Paraíba, assim como os municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Queimados e Paracambi, na Região Metropolitana.

Ademais, compreendemos que as empresas estatais petrolíferas chinesas, através de operações de fusões e aquisições e de investimentos em concessão para exploração no setor de energia, realizaram inversões sob o determinante busca de recursos no segmento de petróleo e gás que abrangeram 84% do montante conformado pelos investimentos chineses realizados no curso do processo de reestruturação econômica do território fluminense. Esse aporte de capitais compreendeu, portanto, as atividades relacionadas aos projetos realizados pelas empresas Sinopec e Sinochem, assim como os investimentos realizados pelas empresas CNOOC e CNPC. Em síntese, essas operações contribuíram para que as *China's National Oil Company* realizassem sua territorialização não somente através do estabelecimento de escritórios no município do Rio de Janeiro, mas através de operações no setor de petróleo e gás tanto na Bacia de Campos, quanto na Bacia de Santos.

Diante ao exposto, entendemos ter alcançado tanto os objetivos e questionamentos que conduziram a realização dessa pesquisa e, sobretudo, ter evidenciado o processo de territorialização dos investimentos chineses no processo de reestruturação do território fluminense entre os anos 2010 e 2018. Todavia, cumpre pontuar que a despeito das dificuldades e limitações que emergiram, a motivação para desenvolver a pesquisa viabilizou a realização de nossos esforços no sentido de conceder uma contribuição aos estudos que versam sobre o território fluminense.

Portanto, almejamos que os questionamentos resultantes da contribuição dessa pesquisa possam viabilizar a realização de novas investigações que se proponham a compreender as estratégias relacionadas ao aporte dos investimentos chineses durante o processo de reestruturação econômica do território fluminense no curso das próximas décadas do século XXI. Assim como, aspiramos ter contribuído para adoção de medidas assertivas no que concerne ao âmbito das relações com um país asiático que não somente se tornou um importante mercado para as exportações brasileiras e fluminenses, mas que tem se destacado pelos projetos resultantes do aporte de suas inversões em diferentes regiões do território nacional e pela territorialização de seus investimentos no estado do Rio de Janeiro.

## 6 Referências bibliográficas

ABREU, M. P. British business in Brazil: maturity and demise (1850-1950). **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4. p. 383-413, dec. 2000. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402000000400001&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402000000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

ABDENUR, A. E. A China na América Latina: investimento em infraestrutura portuária. In: LIMA, M. C. (Org.). **Perspectivas asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. p. 193-202.

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 307-350. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12331](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. **China**. In: ACIOLY, L.; LIMA, L. A. F. (Org.). **Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2011. p. 53-76. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12315](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12315)>. Acesso em: 20 jun. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2019**. Rio de Janeiro, 2019. p. 262. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019%3E>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). 3ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/assinatura-de-contrato>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). 3ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal. Resultados. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/concessao-de-blocos-exploratorios-1/3-rodada-de-licitacao-de-blocos/resultados-3a-rodada>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). 3ª Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal. Assinatura de Contratados. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha>>.

[de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/assinatura-de-contratos>](#).

Acesso em: 06 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) (Brasil). Portal eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica. Apresenta informações sobre leilão no setor de energia elétrica. Acesso em: <<https://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) (Brasil). Contrato de Concessão Nº 07/2015 ANEEL Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/siget/arq.cfm?arquivo=25573>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ALVES, A. G. M. P. As relações de investimento direto entre o Brasil e os países de seu entorno. In: ALVES, A. G. de M. P. (Org.) **Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro**. Brasília: Ipea, 2014a. p. 13-172. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22867](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22867)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. As relações de investimento direto entre a China e os países de seu Entorno. In: ALVES, A. G. de M. P. (Org.) **Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro**. Brasília: Ipea, 2014b. p. 285-420. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22867](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22867)>. Acesso em: 16 mai. 2017.

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. In: ABDAL, A. et al. (Org.). São Paulo: SESC São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 8-23. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016\\_E-BOOK%20Sesc-Cebrap\\_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AMADOR, E. S. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 1997.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O longo século XX: dinheiro, poder e a origem de nosso tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

AVENDANO, R. MELGUIZO, A. MINER, S. **Chinese FDI in Latin America: new trends with global implications**. Atlantic Council. Washington. OECD Development Centre, Paris, 2017. Disponível em: <<https://publications.atlanticcouncil.org/china-fdi-latin-america/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BAIYI, W. Articulación de estrategias de desarrollo entre China y América Latina desde la perspectiva de la globalización y la Franja y la Ruta. In: DONGZHEN, Y. et al. Editado por BAIYI, W. **Pensamiento social chino sobre América Latina**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 181-216 Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia\\_China.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia_China.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2019.

BANK OF CHINA. Portal eletrônico do Bank of China. Introduction. Disponível em: <[https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab1/200809/t20080901\\_1601737.html](https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab1/200809/t20080901_1601737.html)>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BAPTISTA, T. J. **As relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI** – parcerias estratégicas e relações bilaterais. 2012. 61f. Monografia (Especialização em História das Relações Internacionais) – CEHRI, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Novas territorialidades e agentes na reconfiguração econômica do território fluminense no início do século XXI**: os investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro. 2014. 92f. Monografia (Especialização em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território) – Departamento de Geografia, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

\_\_\_\_\_. Novos agentes na reconfiguração econômica do território fluminense no início do século XXI: os investimentos chineses no estado do Rio de Janeiro. **Espaço e economia**: Revista brasileira de Geografia Econômica. Rio de Janeiro, Ano III, n. 5, p. 1-20. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1401?lang=fr>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. As relações econômicas sino-brasileiras no início do século XXI: parcerias estratégicas e relações bilaterais. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 6, n. 2, p. 97-119, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/135/134>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Os investimentos da República Popular da China no estado do Rio de Janeiro**: novas territorialidades no processo de reestruturação territorial fluminense no início do século XXI (2010-2013). 2016. 170f. Dissertação – Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[http://www.btdt.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=10380](http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10380)>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. A participação dos investimentos chineses no processo de reestruturação territorial do território fluminense. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 332-355.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/32067/23052>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Os investimentos externos diretos da República Popular da China no território fluminense no século XXI. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Revisitando o território fluminense VI**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 123-150. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3zhhw>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BARBOSA, A. F.; TEPASSÊ, Â. C.; BIANCALANA, M. N. Las relaciones económicas entre Brasil y China a partir del desempeño de las empresas State Grid y Lenovo. In: PETERS, H. D. (Org.). **La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso**. 1. ed. México, D.F: 2014. p. 61-132. Disponível em: [https://www.redalci-china.org/redalci-china\\_2014\\_10casos.pdf](https://www.redalci-china.org/redalci-china_2014_10casos.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BECARD, D. S. R. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/428-Brasil\\_e\\_a\\_RepUblica\\_Popular\\_da\\_China\\_O.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/428-Brasil_e_a_RepUblica_Popular_da_China_O.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31753/20267>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BIATO JUNIOR, O. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**, Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/899-A\\_Parceria\\_Estrategica\\_Sino-Brasileira.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRANDÃO, C. A. Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na escala nacional do Brasil. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et al. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 35-58.

BRITISH PETROLEUM. (BP). **Energy outlook 2030**. London: BP, Jan. 2012. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/energy-outlook/bp-energy-outlook-2012.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRITISH PETROLEUM. (BP). **BP Statistical Review of World Energy**. 68th Edition. 2019. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-oil.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRUTTO, G. L. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconômica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación sur-sur. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 103-138.

BURGER, M. A reemergência chinesa e os conflitos territoriais no mar do sul da China. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 185.-204.

BUSTELO, P.; LOMMEN, Y. F. **La economía china ante el siglo XXI: veinte años de reforma**. Madrid: Editorial Síntesis S.A. 1996.

BUTTERY, E. A.; BUTTERY, E. M. An analysis of the PRC environment and its continued attraction for foreign direct investment. In.: NEGANDHI, A. R.; SCHRAN, P. (Org.). **Research in international business and international relations**. A research anual China and India: foreign investment and economic development. Vol. 4. Jai Press Inc. London, England. 1990. p. 101-131.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 287-326.

CAPEL, H. Las ciencias sociales y el estudio del território. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Geocritica**. v. 21, n. 1.149, p. 1-38, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1149.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CASTRO, A. C. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. 1976. 206f. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285789>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território: escalas de ação e instituições**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2013.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 1990 (1990-1994). In: Giambagi et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 131-164.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHANGSHENG, S. China, Terceiro-Mundismo e as Relações Brasil-China. In: ZHEBIT, A. (Org.). **Brasil-China: construindo o BRICS**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. p. 89-118.

CHEN, C. The liberalisation of FDI policies and the impacts of FDI on China's economic development. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 595-618. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo, Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In.: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A mundialização do capital, natureza e papel da finança e mecanismos de “balcanização” dos países com recursos ambiciosos. In.: LIMA, M. C. (Org.). **Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 17-40.

CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY. Portal eletrônico da CCCC. Sobre a companhia. Introdução. Disponível em: <<http://en.ccccltd.cn/aboutcompany/introduction/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CHINA CONSTRUCTION BANK. Portal eletrônico do China Construction Bank. Institucional. Disponível em: <<http://www.br.ccb.com/>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CHOW, G. C. China's economic transformation. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 93-116. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

CINTRA, M. R. V. P. **A presença da China na América Latina no século XXI – suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. 2013. 119f. Dissertação – Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160803134135/http://www.ie.ufrj.br/images/pos->

[graduacao/pepi/dissertacoes/Maria\\_Rita\\_Vital\\_Paganini\\_Cintra.pdf](#)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CNOOC. Portal eletrônico da CNOOC. Brasil - Oportunidades de alta qualidade em águas profundas. Disponível em: <<https://cnoocinternational.com/operations/americas/brazil>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

COLOMBINI NETO, I. **Dinâmica capitalista dos investimentos chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil, 2016. Disponível em: <[http://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1493418194actionaind\\_investmentoschineses\\_web\\_2.pdf](http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418194actionaind_investmentoschineses_web_2.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2019.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. (CEPAL). **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/ie>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CONCREMAT. Portal eletrônico da Concremat. Notícias. Disponível em: <<https://www.concremat.com.br/cccc-vence-leilao-para-construcao-da-maior-ponte-da-america-latina>>. Acesso em; 18 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Portal eletrônico da Concremat. Notícias. Disponível em: <<https://www.concremat.com.br/revista-exame-relata-os-investimentos-da-china-communications-construction-company-cccc-no-brasil/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. (CEBC). Rio de Janeiro. Apresenta publicações sobre as relações sino-brasileiras. Disponível em: <<http://cebc.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. (CEBC). **Investimentos chineses no Brasil**: uma nova fase da relação Brasil-China. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Empresas brasileiras na China**: presença e experiências. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-brasileiros-na-china/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil**: 2007-2012. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Boletim de investimentos chineses no Brasil (2012-2013)**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Oportunidades de comércio e investimento na China para setores selecionados.** CEBC, Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-brasileiros-na-china/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Visão de futuro Brasil-China.** Carta Brasil-China. Edição Especial – Abril 2015. CEBC, Rio de Janeiro, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2016.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2017.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2018.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CORRÊA, A. P. Industrialização demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In: CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, A. M. (Org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 189-236. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26244](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26244)>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CORRÊA, R. L. Espaço um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, A.; ACIOLY, A. **China: ascensão à condição de potência global – características e implicações.** In: CARDOSO, J.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimentos.** Brasília; IPEA, 2009. p. 343-396. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5588](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5588)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CUNHAI, G. La construcción de la imagen de China en América Latina en el siglo XXI. In: DONGZHEN, Y. et al. (Org.). Editado por BAIYI, W. **Pensamiento social chino sobre América Latina.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 291-314. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia\\_China.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia_China.pdf)> Acesso em 25 jun. 2019.

CURADO; M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea.** v. 12, n. 3, p. 399-431. set./dez. 2008. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/27603/15086>> Acesso em: 19 mar. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. Kasinski desbanca o tetra da Honda. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/projetos/auto/kasinski-desbanca-o-tetra-da-honda-1.463039>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

DICIO. Dicionário On line de Português. Apresenta informações relacionadas à palavra sínico. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sinico/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DOMINGUEZ, F. Após a atual crise, qual o futuro da relação estratégica entre a América Latina e a China? In: LIMA, M. C. (Org.). **Perspectivas asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. p. 135-164.

DOMÍNGUEZ, R. China y el renacimiento de África. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 139-184.

ELLIS, R. E. Hacia una asociación estratégica: las inversiones de China em América Latina. Red China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios - Working Paper Series (WPS) de REDCAEM. n. 3, 2018. Disponível em: <<http://chinayamericalatina.com/wp-content/uploads/2018/03/WP-N%C2%B03-marzo-2018-REDCAEM.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2020.

ELLIS, R. E.; GRANADOS, U. La conquista china de Latinoamérica. **Foreign Affairs Latinoamérica**. vol. 15, n. 1, 2015.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. Apresenta informações sobre as relações entre o Brasil e a China. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ENDERS, A. **A história do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus., 2008.

ESCHER, F.; WILKINSON, J.; PEREIRA, P. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In.: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 289-238. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FANG, C.; GARNAUT, L.; SONG; L. 40 years of China's reform and development: How reform and captured China's demographic and dividend. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 29-52. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

FARLIE, A.; QUEIJA, S.; HERRERA E.; Comercio bilateral e inversión china en Perú. Cantidad y calidad del empleo generado. In: SALAZAR-XIRINACHS, J. M.; PETERS, E. D.; ARMONY, A. C. **Efectos de China en la cantidad y calidad del empleo en América Latina: México, Perú, Chile y Brasil**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2018. p. 93-128. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_648520.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_648520.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. **Anuário 2010: O desempenho da distribuição automotiva no Brasil**. São Paulo: FENABRAVE. 2010. Disponível em: <<http://www.fenabreve.org.br/Portal/conteudo/conteudo/anuarios>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (FIRJAN). **Diagnóstico do comércio exterior do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição digital, 2011. 59 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do comércio exterior do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição digital, 2013. 77 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do comércio exterior do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição digital, 2015. 76 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do comércio exterior do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição digital, 2017. 76 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do comércio exterior do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição digital, 2019. 88 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/diagnostico-do-comercio-exterior-do-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FERREIRA, L.: ALBUQUERQUE, J. A. G. Introdução. In: FERREIRA, L.: ALBUQUERQUE, J. A. G.; (Org.). **China & Brasil: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 9-11.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: MEDEIROS, C. A.; FIORI, J. L.; SERRANO, F.P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11- 70.

FONSECA, P.; ALVES, V.; LIMA, M. C. **China e América Latina: uma nova dinâmica nas relações entre o dragão asiático e a região latino-americana**. In: LIMA, M. C. (Org). **Sobre a China**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 227-258.

FRANK, A. G. **ReOriente. Economía global en la Era Asiática**. Conclusiones historiográficas e implicaciones teoricas. *Crítica y Emancipación*, ano I, n 2, p. 95-140, primer semestre, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/view/184/169>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FRIDMAN, F. São Sebastião do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII. In: FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de. (org.). **Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2010. p. 77-108.

FUNDAÇÃO CEPERJ. (Rio de Janeiro). Mapa das regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro – 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=79>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Dados econômicos. Produto interno bruto do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=64>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. (FIOCRUZ). Rio de Janeiro. Apresenta informações sobre o corona vírus (Covid-19). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

G1. Auto esporte. Indian, Kasinski e Buell: relembre marcas de motos que deixaram o Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carros/motos/noticia/indian-kasinski-e-buell-relembre-marcas-de-motos-que-deixaram-o-brasil.ghtml>> Acesso em: 13 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Economia e negócios. Kasinski abre primeira fábrica de motos elétricas no Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e>>

[negocios/noticia/2010/08/kasinski-abre-primeira-fabrica-de-motos-eletricas-do-brasil.html](https://negocios/noticia/2010/08/kasinski-abre-primeira-fabrica-de-motos-eletricas-do-brasil.html)>. Acesso em: 08 jun. 2020.

GADM. Apresenta dados espaciais. Disponível em: <<https://gadm.org/>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GAO, Y.; WANG, Q. China's global investments: structure, route and performance. In: **China: direções globais de investimentos 2018**. Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil China, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. 2018, p. 4-23. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

GARNAUT, R. 40 years of Chinese economic reform and development and the challenge of 50. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 29-61. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

GEIGER, P. P. Tópicos da Economia Política da Globalização. In: PACHECO, S. M. M.; MACHADO, M. S. (Org.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 203-221.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, F. et al (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016a. p. 165-196.

\_\_\_\_\_. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F. et al (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016b. p. 196-238.

\_\_\_\_\_. Fim de ciclo: o Governo Dilma (2011-2015). In: GIAMBIAGI, F. et al (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016c. p. 239-276.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRADO, G. A. La metamorfosis exportadora china y sus implicancias globales (1980-2010). IN: NARVAJA, S. V. (Ed) **¿Por qué China? Miradas sobre la asociación estratégica integral**. 1. ed. Remedios de Escalada: De la UNLa – Univesidade Nacional de Lanús, Buenos Aires, 2015. p. 153-166.

\_\_\_\_\_. **¿Como lo hicieron los chinos?** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2017.

GOLDMAN, M. Reformas post Mao. **República Popular China: de la utopía al mercado**. 1. ed. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2014. p. 262-281.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GONÇALVES, W. S. **A presença da China na África**. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (Org.). **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, v. 01, p. 523-538.

GONÇALVES, W.; BRITO, L. B. Relações Brasil-China: evolução e polêmica. In: ZHEBIT, A. (Org.). **Brasil-China: construindo o BRICS**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. p. 25-52.

GONZALEZ-VICENT, R. Mapping Chinese Investment in Latin American: Politics or Market? **The China Quartely**, 209, March 2012, p. 35-58. Disponível em: [https://www.redalc-china.org/monitor/images/pais/ALC/investigacion/211\\_AmericaLatina\\_2012\\_Mapping\\_Chinese\\_Mining.pdf](https://www.redalc-china.org/monitor/images/pais/ALC/investigacion/211_AmericaLatina_2012_Mapping_Chinese_Mining.pdf). Acesso em: 16 mar. 2018.

GOOGLE MAPS. Portal eletrônico Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRUB, P. D.; LIN, J. H.; XIA, M. Foreign investment in China: a study and analysis of the factors influencing the attitudes and motivations of U.S. firms. In: NEGANDHI, A. R.; SCHRAN, P. (Org.). **Research in international business and international relations**. A research annual China and India: foreign investment and economic development. Vol. 4. Jai Press Inc. London, England. 1990. p. 83-100.

GUIMARÃES, S. P. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional**. Contexto global e o novo posicionamento brasileiro – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/O-imperialismo\\_final.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/O-imperialismo_final.pdf). Acesso em: 21 jul. 2020.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niteroi: Editora da UFF, 2013a. p. 11-54.

\_\_\_\_\_. China na nova dinâmica global-fragmentadora do espaço geográfico. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo Contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2013b. 113-136.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAIBIN, N. La mejora de la cooperación general con américa latina y el caribe. In: DONGZHEN, Y. et al. (Org.). Editado por BAIYI, W. **Pensamiento social chino sobre América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 217-238. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia\\_China.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia_China.pdf)> Acesso em 25 jun. 2019.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HELD, D.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOFMAN, B. Reflections on 40 years of China's reforms. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 53-66. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

HOLLAND, M.; BARBI, F. **China na América Latina**: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP. São Paulo, Textos para discussão 247, p. 1-30, mar. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4251>>. Acesso em 21 jul. 2020.

HOUAISS, Dicionário Houaiss Conciso. VILLAR, M. S. (Org.). São Paulo: Moderna, 2011.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). (Brasil). Apresenta dados espaciais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua. Acesso à internet posse de telefone móvel celular para uso pessoal, p. 1-12. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUTÍVEIS. (IBP). Bônus de assinatura e empresas habilitadas: regime de concessão. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/bonus-de-assinatura-e-empresas-habilitadas/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. (IEA). Apresenta informações sobre fornecimento de energia por categoria, indicador, países ou região. Disponível em: <<https://www.iea.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. (IFM). **Balance of Payments Manual**. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sta/bop/bopman.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. (IFM). **World Economic Outlook: Subdued Demand: Symptoms and Remedies**. Washington, October. 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/31/Subdued-Demand-Symptoms-and-Remedies>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **World Economic Outlook: Challenges to Steady Growth**. Washington, DC, October. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018#Full%20Report>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Apresenta informações sobre o crescimento real do PIB (variação percentual anual) de países, regiões e grupo analítico. Disponível em: <[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/EAQ](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEOWORLD/CHN/EAQ)>. Acesso em: 08 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Apresenta informações sobre o crescimento real do PIB (variação percentual anual) de países, regiões e grupo analítico. Disponível em: <[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/BRA](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/BRA)>. Acesso em: 27 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (IPEA). **Internacionalização das empresas chinesas: as prioridades do investimento direto chinês no mundo**. Comunicados do IPEA, n. 84, 2011. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7898](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7898)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

JABBOUR, E. M. K. Energia e questão regional na China e o desafio brasileiro. In: **Geografia Econômica**. Anais de Geografia Econômica e Social. Grupo de Pesquisa/CNPq Formação Sócio-Espacial: Mundo, Brasil, Regiões; Núcleo de

Estudos Asiáticos. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, 2009.

JABBOUR, E. M. K.; DE PAULA, L. F. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem keynes-gerschenkron-rangel-hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, nº 1, 2018. p. 1-23. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20628>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

JAGUARIBE, A. Characteristics and direction of China’s global investment drive. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 17-50. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

JENKINS, R. La expansión global de China y su impacto en América Latina. In: BACA, S. M. (Org.). **La expansión de China en América Latina**. Quito, Ecuador: Centro Latinoamericano de Estudios Políticos, 2015. p. 13-52.

KAPLAN, R. D. **A vingança da Geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KERUI PRODUCT & SERVICE. Portal eletrônico da Kerui. Apresenta informações sobre a empresa. Disponível em: <<http://petroleum.keruigroup.com/kr/en/about/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUPFER, D.; ROCHA, F. F., Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In.: JAGUARIBE, A. (Org.) **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 215-266. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

LEÃO, R. P. F. **Political economy of the chinese transition in the last quarter of the 20th century**. The perspective of the world review. Institute for Applied Economic Research. v. 4, n. 3, dec. 2012. Brasília: IPEA, 2012.

LEITE, A. C. C. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**: diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 259-283.

LEITE, A. C. C.; RAMOS, L. G. S. O. Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores. In: LIMA, M. C. (Org.).

**Perspectivas asiáticas.** Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. p. 193-202.

LEITE, J. R. T. **A China no Brasil:** influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na arte e na sociedade do Brasil. 1992. 591 f. Tese – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/284345>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEOPOLDI, M. A. P. Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1914. **Revista do Rio de Janeiro.** Niterói: UFF, v. 1, n. 3, 1986.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais:** bloco qualitativo. São Paulo: SESC São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 24-41. Disponível em: <<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/322/1507668143662883762.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LIMA, M. C. A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de tiaxia. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI:** diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 13-42.

LIN, J. Y. Oportunidades e retos em el desarrollo económico. In: PIPITONE, E. A. U. **República Popular China:** de la utopía al mercado. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2014. p. 402-417.

LYRIO, M. C. **A Ascensão da China como potência:** fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/download/902-Ascensao\\_da\\_China\\_como\\_Potencia\\_A.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MA, Y.; OVERBEEK, H. Investimento externo direto chinês na União Europeia. In.: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI:** diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 73-102.

MACEDO, A. C.; SPINOLA, D. S. Características de la inversión extranjera directa china en Brasil em el periodo reciente. In: PETERS, H. D. (Org.). **América Latina y el Caribe-China.** Economía, comercio e inversión 2015. 1. ed. México, D.F: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe Circuito

Norponiente del Estadio Olímpico, Ciudad Universitaria, Delegación Coyoacán, 2015. p. 431-452. Disponível em: <[https://www.redalc-china.org/v21/images/docs/ALyCC Economia comercio e inversion 2015.pdf](https://www.redalc-china.org/v21/images/docs/ALyCC_Economia_comercio_e_inversion_2015.pdf)> Acesso em: 22 jul. 2020.

MADDISON, A. **The world economy: a millennial perspective**. Development Centre of the Organisation for Economic Co-Operation and Development. OECD, 2001. Disponível em: <<https://theunbrokenwindow.com/Development/MADDISON%20The%20World%20Economy--A%20Millennial.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Chinese economic performance in the long run**. Second edition, revised and updated: 960-2030 ad. Development Centre of the Organisation for Economic Co-Operation and Development. OECD, 2007. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Maddison07.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2020.

MARAFON, G. J. et al. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica**. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MARAFON, G. J. et al. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MARTINS, A. R. A. A internacionalização do renminbi e a ascensão do poder monetário chinês. In: VADELL, J. (Org). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018a. p. 235-259.

\_\_\_\_\_. A inclusão do Renminbi na cesta de moedas do Direitos Especiais de Saque: novo impulso à internacionalização da moeda chinesa? In: LIMA, M. C. (Org.). **Sobre a China**. Recife: Ed. UFPE, 2018b.

MASON, C. **Uma breve história da Ásia**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MEDEIROS, C. A. **China: entre os séculos XX e XXI**. In: FIORI, J. L. (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 373-411.

\_\_\_\_\_. A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. In: LIMA, M. C. (Org.). **Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2008a. p. 83-108.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: MEDEIROS, C. A. de, FIORI, J. L., SERRANO, F. P. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008b. p. 173-277.

MELO, H. P. A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. In: MÉRICO FREIRE, C. E.; MOTTA, M.S. (Org.). **Um estado em questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M. Industrialização Fluminense – 1930-1980. IN: **Revista do Rio de Janeiro.**, Niterói: UFF, v. 1, n. 3, 1986.

MÉNDEZ, R. **Geografía Económica**. La lógica espacial del capitalismo global. 3ª reimpresión. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

MENEZES, R. G. et al. Brasil, Mercosul e China: investimento e comércio em contexto de crise. In: LIMA, M. C. (Org.). **Sobre a China**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 207-226.

METODO. Portal eletrônico da Metodo. Comperj – Uma nova era para o gás. Apresenta informações sobre os projetos da empresa Metodo. Disponível em: <<http://www.metodo.com.br/cases/comperj/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MINGDE, L. As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro. In: FUJITA, E. S. (Org.). **O Brasil e a Ásia no século XXI**: ao encontro de novos horizontes. Brasília: IPRI, 2003. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000318.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MIRANDA, L. L. A. La IED china y su dinámica de expansión: aspectos regionales y sectoriales. In: PETERS, H. D. (Org.). **América Latina y el Caribe-China**. Economía, comercio e inversión 2015. 1. ed. México, D.F.: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe Circuito Norponiente del Estadio Olímpico, Ciudad Universitaria, Delegación Coyoacán, 2015. p. 379-398. Disponível em: <[https://www.redalc-china.org/v21/images/docs/ALyCC Economia comercio e inversion 2015.pdf](https://www.redalc-china.org/v21/images/docs/ALyCC_Economia_comercio_e_inversion_2015.pdf)>. Acesso 22 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. (Brasil). Apresenta informações sobre a economia brasileira. Disponível em: <<https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br>>. Acesso 20 jul. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (MRE). (Brasil). Apresenta informações sobre as relações entre o Brasil e a China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 21 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Apresenta o Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica – Pequim, 19 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11122-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-seminario-brasil-china-novas-oportunidades-para-a-parceria-estrategica-pequim-19-de-maio-de-2009>> Acesso em: 01 mai. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. (MDIC). (Brasil). Ambiente em migração do Ministério da Economia. Apresenta informações sobre as relações comerciais entre o Brasil e a China. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/>> Acesso em: 16 mai. 2020.

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. (MOFCOM). 2010 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. 2010. Disponível em: <<http://images.mofcom.gov.cn/hzs/accessory/201109/1316069658609.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. (MOFCOM). 2017 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment. 2017.

MONITOR MERCANTIL. Chinesa Sinopec compra fatia da Petrogal por US\$ 4,8 bilhões. Disponível em: <<https://monitormercantil.com.br/chinesa-sinopec-compra-fatia-da-petrogal-brasil-por-us-48-bilhoes>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MORENO, J. **China contemporânea**: 1916-2017. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal S.A, 2018.

MOTO.COM. Fábrica de motos elétricas da Kasinski ganha novo sócio. Disponível em: <<https://www.moto.com.br/salao-duas-rodas/conteudo/fabrica-de-motos-eletricas-da-kasinski-ganha-novo-socio-41219.html>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MOURA, R. F. de. **Las reformas económicas de China y la Geopolítica del petróleo**: un análisis de política exterior a la luz de la cuestión energética. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018, p. 27-58. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/819>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

NOVAK, F; NAHIMAS, S. **La inserción de China em ALC y el Perú**: impacto em la relación con la UE. Lima: Equis Equis S.A, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/110898>>. Acesso: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Tiempos de transición. La conformación de un nuevo orden internacional**. Biblioteca Nacional del Perú. Pontificia Universidad Católica del Perú. Instituto de Estudios Internacionales. Konrad Adenauer Stiftung. Lima: Equis Equis S.A, 2019. Disponível em: <<https://www.kas.de/es/web/peru/einzelitel/-/content/tiempos-de-transicion-1>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

O FUTURO DA PARCEIRA ESTRATÉGICA GLOBAL CHINA-BRASIL. FGV, EPCGE, Rio de Janeiro. Apresenta informações relacionadas ao evento O futuro da parceria estratégica Global China-Brasil. Disponível:

<<https://epge.fgv.br/conferencias/2019/o-futuro-da-parceria-estrategia-global-china-brasil/participantes.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, A. L. S. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil** - um estudo exploratório. 2012. 233f. Dissertação – COPPE, Instituto Alberto Luiz de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_m/AndreLuizSoaresDeOliveira.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/AndreLuizSoaresDeOliveira.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. P. **Formação de uma economia regional no Leste Asiático**. Cadernos Geográficos. n. 13. Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Tentando compreender a China**. Política Externa. Vol. 15, Nº 1, Jun, Jul, Ago. 2006b.

\_\_\_\_\_. Reinventar o Brasil para o pós-China. In.: FERREIRA, L.: ALBUQUERQUE, J. A. G.; (Org.). **China & Brasil: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 41-66.

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Reestruturação produtiva e regionalização econômica do território fluminense**. São Paulo: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas territoriais e integração do “novo” território do estado do Rio de Janeiro. In: EGLER, T. T. C & TAVARES, H. M. (Orgs.). **Política Pública, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço social e a economia política**. OLIVEIRA, F. J. G. et al. (Org). Espaço e economia: geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 199-218.

OLIVEIRA, H. A. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7-30, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a02.pdf>>. Acesso 20 mar. 2020.

OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, H. A.; MASIERO, G. **Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 48. n. 2, p. 5-28, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a01v48n2.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). **External Financing in Latin America**. Nova York: comissão econômica para a América Latina e o

Caribe. Organização das Nações Unidas, 1965. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/807713>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ORTEGA, E. G. et al. El desarrollo de un trabajo acadêmico. In: MARTÍNEZ, R. D.; GONÇALVES, A. G.; SÁNCHEZ, M. E. S. (Org.). Guía didáctica para la elaboración de un trabajo académico. Universidad de Salamanca. 2017. p. 23-32. Disponível em: <[https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/132754/dpee\\_Gu%EDatrabajoacad%E9mico.pdf;jsessionid=236ABD9D4C8087F5716AF1B0928A3AE1?sequence=1](https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/132754/dpee_Gu%EDatrabajoacad%E9mico.pdf;jsessionid=236ABD9D4C8087F5716AF1B0928A3AE1?sequence=1)>. Acesso em 20 jun. 2020.

OSÓRIO, M. **Rio nacional rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

PAULINO, L. A. Desafios atuais para a política externa da China: uma reflexão sobre o livro branco a respeito do desenvolvimento pacífico da China. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.). **China e América Latina: a Geopolítica da multipolaridade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. As relações entre China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. **Economia e políticas públicas: revista eletrônica de economia / Unimontes, Montes Claros**, v. 4, n. 1, 2016. p. 9-28. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/economiaepoliticaspUBLICAS/numeros-antiores/v-4-1-1o-semester-de-2016>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. **O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PEIRO, I. R.; MARÍN, M. L. G. **Crecimiento y cambios socioeconómicos en China: 1978-2000**. In: Problemas del desarrollo, Revista Latino americana de Economía. v. 33, n.128, México, IIEc-UNAM, ene-jun, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/7421>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PEREIRA, L. B. V. As exportações fluminenses: a maldição dos recursos naturais? In: PINHEIRO, A. C.; VELOSO, F. (Org.). **Rio de Janeiro – um estado em transição**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. **Direção do investimento chinês no brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades**. In: China: Direções globais de investimentos: 2018. Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil China, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. 2018a, p. 101-129. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. As relações econômicas brasil-china: do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018b. p. 179-214. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2018.

PEREIRA, R. A. Estudos Asiáticos no Brasil. In: GUIMARÃES, L. L. (Org.), **Ásia, América Latina, Brasil: A construção de parcerias**. Brasília: NEASIA/CEAM/UnB, 2003. p. 105-124.

PERKINS, D. H. The complex task of evaluating China's economic reforms. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978–2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 135-154. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

PINENT, C. **Breve introdução à História da China**: da formação da civilização chinesa ao século XXI. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINHEIRO, A. I. F. A cidade e o tempo. In: PINHEIRO, A. I. F. (Org.). **Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2010.

PINHEIRO, L. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 247-270, 1993. Disponível: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1965>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. p. 19-78. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12331](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PIRES, M. C. Reflexões sobre os modelos de desenvolvimento de Brasil e China no alvorecer do século XXI. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.). **China e América Latina: a Geopolítica da multipolaridade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 63-84.

POSSAS, M. L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil: notas introdutórias. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: volume 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QIHOO 360. Portal eletrônico da Qihoo. Disponível em: <<http://www.360.cn/about/englishversion.html>>. Acesso em: 09 jun. 2020

REGO, N. Neoliberalismo e educação pública: combinações entre o dito e o não dito. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et al. (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 137-169.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO XINGU-RIO. (RIMA STXR). Jul, 2016. Disponível em: <<https://document.onl/download/link/sistema-de-transmissao-xingu-rio-rima-relatorio-de-de-transmissaosistema>>. Acesso em 06 jul. 2020.

REPSOL SINOPEC BRASIL. Quem somos. Conheça a Repsol Sinopec Brasil. Disponível em: <<https://www.repsolsinopec.com.br/quem-somos/conheca-a-repsol-sinopec-brasil/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 13-26.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio de Janeiro: das capitânicas hereditárias à uma nova divisão regional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 249-279, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32064>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Estado do Rio de Janeiro: das capitânicas hereditárias à uma nova divisão regional. In: PENALVA, A. et al. (Org.). **Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 309-336. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tkysm>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RIBEIRO, M. A.; CAVALCANTI, V. M. D. Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão. In.: PACHECO, S. M. M.; MACHADO, M. S. (Org.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

RIBEIRO, V. L. **A China e a Economia Mundial**: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX. 2008. Dissertação – Centro Socioeconômico. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91791>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. A Expansão Chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/223>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. 2013. 216p. Tese – Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=137153](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=137153)>. Acesso em: 22 jul. 2020.

RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil**. Versal Editores: Rio de Janeiro, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Nº 46.973 de 16 de março de 2020. Reconhece a emergência na saúde pública do estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (Covid-19). Atos do Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <[http://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DIARIO-OFICIAL-17\\_03\\_2020.pdf.pdf](http://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DIARIO-OFICIAL-17_03_2020.pdf.pdf)>. Acesso em 08 jul. 2020.

RODRÍGUEZ, C. H. Las relaciones entre China y Latinoamérica en la década de los 2010. In: CORTÉS, J. I. M. (Org.). **América Latina y el Caribe - China Relaciones Políticas e Internacionales**. 1. ed. México, D.F: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe Circuito Norponiente del Estadio Olímpico, Ciudad Universitaria, Delegación Coyoacán, México, DF.: 2013. p. 121-138. Disponível em: <[https://www.redalc-china.org/redalcchina\\_2013\\_politica.pdf](https://www.redalc-china.org/redalcchina_2013_politica.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ROSS, J. Lições do desenvolvimento econômico da China para a América Latina. In: LIMA, M. C. (Org.). **Perspectivas asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. p. 91-134.

ROSSI, J. L.; MARQUES, R. de S. Investimento estrangeiro direto: experiência chinesa e sugestões para o Brasil. In: FURLAN, F. M.; FELSBERG, T. (Org.). **Brasil-China: comércio, dinheiro e economia**. São Paulo: Lex Editora, 2005. p. 123-146.

SALVADOR, A. El proceso de apertura de la economía china a la inversión extranjera. **Revista de Economía Mundial**, Huelva, Espanha, n. 30, p. 209-231, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/866/86623418009.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SANTILLÁN, G. E. La reforma económica en China y su desarrollo, 1972-1986. Lecciones para América Latina. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.). **China e América Latina: a geopolítica da multipolaridade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

SANTOS, A. M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade**: O Caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHRAN, P. China's development experience, 1949-1987. In: NEGANDHI, A. R.; SCHRAN, P. (Org.). **Research in international business and international relations**. China and India: foreign investment and economic development. Vol. 4. Jai Press Inc. London, England. 1990. p. 27-47.

SECCO, L. O pensamento econômico de Mao Tsé-tung. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.). **China e América Latina**: a Geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

SEVARES, J. **China**: un socio imperial para Argentina y América Latina. 1. ed. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

SHAMBAUGH, D. **China goes global**: the partial power. New York: Oxford University Press, 2013.

SHENG, S. **A história da China Popular no século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SHIXUE, J. La perspectiva de la política exterior china. In: ROETT, R.; PAZ, G. (Org.). **La presencia china en hemisferio occidental**: consecuencias para América Latina y Estados Unidos. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2009. p. 39-58.

SHENKAR, O. **O século da China**: a ascensão chinesa e seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SHOUJUN, C.; ZHENG, Z. China y la infraestructura en América Latina desde la perspectiva de la diplomacia económica. In: DONGZHEN, Y. et al. Editado

por BAIYI, W. **Pensamiento social chino sobre América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 261-290. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia\\_China.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia_China.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2019.

SILVA, A. C. P. Gestão territorial em regiões metropolitanas: agendas necessárias para uma governança cooperativa e coparticipativa – o exemplo do Rio de Janeiro. In: SILVA, A. C. P. (Org). **Geografia política e gestão do território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas: contribuições do I CONGEO para a pesquisa geográfica no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. p.139-168.

SILVA, A. C. P.; AZEVEDO, D. A. Governança metropolitana no contexto latino-americano: estratégias e potencialidades da pesquisa em Geografia Política. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48435/32351>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SILVA, C. A. F. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, C. F. **Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 41, p. 223-243, jan/abr 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v20n41/2236-9996-cm-20-41-0223.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SILVA, J. C. da. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, M. A.; SILVA, R. (Org.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 19-41.

SILVA, R. D. **Rio de Janeiro: crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional (1930-2000)**. 2004. 166f. Dissertação – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286154/1/Silva\\_RobsonDiasda\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286154/1/Silva_RobsonDiasda_M.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, Editora, 2012.

SILVEIRA, L. C. F. **Laços e traçados da China no Brasil: implantação de infraestrutura energética e a componente socioambiental**. 2018. 243f. Dissertação – Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34946>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SIMAS, D. A. **As relações bilaterais entre o Brasil e República Popular da China - seus antecedentes e o período do governo Geisel**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308764045\\_ARQUIVO\\_Artigo%5B1%5D.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308764045_ARQUIVO_Artigo%5B1%5D.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SINOCHEM GROUP, Sustainable Development Report 2011. 2011. Disponível em: <[http://www.gcchina.org.cn/download/1797\\_1\\_1359620074.pdf](http://www.gcchina.org.cn/download/1797_1_1359620074.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, A. M. Novíssima dependência e as relações brasil-china. In: Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição, 6º Encontro ABRI, 2017. PUC-Minas, Belo Horizonte, MG. 25 a 28 jul 2017. p. 1-17. Disponível em: <[https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498862205\\_ARQUIVO\\_ABRI2017.pdf](https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498862205_ARQUIVO_ABRI2017.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPENCE, J. D. **En busca de la China Moderna**. México: Tusquets Editores, 2011. Disponível em: <[https://kupdf.net/download/en-busca-de-la-china-moderna-jonathan-d-spence\\_59061758dc0d60a954959e9b\\_pdf](https://kupdf.net/download/en-busca-de-la-china-moderna-jonathan-d-spence_59061758dc0d60a954959e9b_pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

STATE GRID BRAZIL HOLDING. **Relatório da administração**, 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/24.03.2017\\_state\\_grid\\_brazil\\_holding.pdf](https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/24.03.2017_state_grid_brazil_holding.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações financeiras**: 2018. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/29-03\\_state\\_grid\\_brazil\\_holding\\_balanco.pdf](https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/29-03_state_grid_brazil_holding_balanco.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Projetos ativos: Linhas de Transmissão**. State Grid Brazil Holding. Disponível em: <<https://www.stategrid.com.br/pagina-inicial/ativos/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SUTTER, R. G. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy Since the Cold War**. United Kingdom: Rowman & Littlefield Publishes, 2010.

TEIWES, F. C. El nuevo régimen. In: PIPITONE, E. A. U. **República Popular China: de la utopía al mercado**. 1. ed. México, D.F.: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2014. p. 63-70.

TREVISAN, C. **Os chineses**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

UEHARA, A. R. **O crescimento do econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. São Paulo: Japan Foundation São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://fjisp.org.br/estudos-japoneses/artigo/o-crescimento-economico-e-os-investimentos-diretos-japoneses-no-brasil-economic-growth-and-the-japanese-direct-investments-to-brazil/>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Política externa da China e as relações bilaterais com o Brasil. In: FERREIRA, L.: ALBUQUERQUE, J. A. G.; (Org.). **China & Brasil: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 13-40.

UNITED NATIONS CONFERENCE TRADE AND DEVELOPMENT. (UNCTAD). Apresenta dados sobre investimentos externos diretos. Genebra, 2020 Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

VADELL, J.; NEVES, P. O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2018. p. 13-42.

VADELL, J.; RAMOS, L.; NEVES, P. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power. In: LIMA, M. C. (Org.). **Perspectivas asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. p. 67-90.

VALENZUELA, J. L. Las relaciones comerciales entre América Latina y China ¿Cómo ampliar y mejorar los intercambios? In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.). **China e América Latina: a Geopolítica da multipolaridade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

VANDERLEI, G. R. C. **State Grid: a inserção chinesa no setor elétrico brasileiro**. 2018. 136f. Dissertação – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14205>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VASQUEZ, P. I. La huella hidrocarbunífera de China em América Latina y África. In: International Development Policy. Revue Internationale de Politique de Développement. Articles 11. 1. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/poldev/3272>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VIDEIRA, S. L. Capital estrangeiro no Brasil: parâmetros para/de uma internacionalização. In: VIDEIRA, S. L.; COSTA, P. A.; FAJARDO, S. (Org.). **Geografia econômica: (re)leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2011.

VISENTINI, P. F. China, potência emergente: pivô da transformação mundial. In.: VISENTINI, P. F. et al. (Org.). **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-38.

WANG, J. **The Economic impact of special economic zones: Evidence from Chinese Municipalities**. Hong Kong University of Science and Technology. This Version, Sept, 2010. p. 1-28. Disponível em: <[https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db\\_name=NASM2011&paper\\_id=239](https://editorialexpress.com/cgi-bin/conference/download.cgi?db_name=NASM2011&paper_id=239)>. Acesso em: 24 abr. 2019.

WANG, B.; GAO, K. Restricted, relaxed, and regulated stages of developmet. In: GARNAUT, R.; SONG, L.; FANG, C. (Org.). **China's 40 years of reform and development: 1978-2018**. Australian National University. Social Sciences Academic Press (China). 2018. p. 619-636. Disponível em: <<https://press.anu.edu.au/publications/series/china-update/china%E2%80%99s-40-years-reform-and-development-1978%E2%80%932018>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

WERNECK, R. L. F. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. In: ABREU, M. P. (Org.) **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 357-381.

WOLF, C. M. Relações comerciais e o avanço dos investimentos chineses no Brasil. In: SENHORAS, E. M.; VITTE, C. C. S.; ROCHA, A. S. (Org.). **Geografia e Relações Internacionais: ensaios sobre a América do Sul e Brasil**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 177-196. Disponível em: <[https://12bafc7c-1070-0757-188039d8ad2dc060.filesusr.com/ugd/6e2800\\_f13d47c892984813a3954582447638b8.pdf](https://12bafc7c-1070-0757-188039d8ad2dc060.filesusr.com/ugd/6e2800_f13d47c892984813a3954582447638b8.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

WORLD BANK. Apresenta informações sobre o PIB da República Popular da China. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/CN>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Apresenta informações sobre o PIB do Brasil. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

WORLD TRADE ORGANIZATION. (WTO). **International Trade Statistics 2014**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statistics\\_e/its2014\\_e/its2014\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/its2014_e/its2014_e.pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **World trade statistical review 2018**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statistics\\_e/wts2018\\_e/wts2018\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/wts2018_e/wts2018_e.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **World trade statistical review 2019**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statistics\\_e/wts2019\\_e/wts2019\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

XIAODAI, X. El acoplamiento de las estrategias de desarrollo económico entre China y América Latina y el Caribe. In: DONGZHEN, Yuan et al. Editado por BAIYI, Wu. **Pensamiento social chino sobre América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Libro digital, PDF. p. 239-260. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia\\_China.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180907030157/Antologia_China.pdf)>. Acesso em 25 jun. 2019.

XING, L.; SHAW, T. O sonho chinês versus o sonho americano no reordenamento mundial: mesma cama; sonhos distintos? In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 13-42.

XU, Y. China's strategic partnerships in latin america: case studies of China's oil diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico and Venezuela, 1991 to 2015. 2016. 228f. Dissertação - University of Miami, 2016. Disponível em: <[https://scholarship.miami.edu/discovery/fulldisplay/alma991031447113402976/01UOML\\_INST:ResearchRepository](https://scholarship.miami.edu/discovery/fulldisplay/alma991031447113402976/01UOML_INST:ResearchRepository)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ZHANG, H.; KIM, D.; RINEFORT, F. Financial reforms in the people's of China. In: NEGANDHI, A. R.; SCHRAN, P. (Org.). **Research in international business and international relations**. China and India: foreign investment and economic development. Vol. 4. Jai Press Inc. London, England. 1990. p. 191-202.

ZHIWEI, Z. A relação sino-latino-americana na transformação da ordem mundial: identidade, potencial e perspectivas. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C. (Org.) **China e América Latina: a Geopolítica da multipolaridade**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012. p. 85-110.